O INSTÍTUTO

VOLUME 70.º

4004 — 1923

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º

1923

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923



ÍNDICE

DAS

MATÉRIAS CONTIDAS NO VOLUME 70.º

Alocuções pronunciadas por ocasião da homenagem prestada ao Presidente do Instituto Prof. Costa Lobo, pela Sociedade «Les amis des lettres françaises», em Paris, no dia 1 de Fevereiro de 1923 — Pág. 51

Boletim do Instituto — 1, 49, 527.

Congresso de Sciências realizado em Salamanca de 24 a 30 de Junho de 1923 — 289.

Livros recebidos — 48, 96, 144, 191, 430, 574.

Prémios do Instituto Internacional de Antropologia — 143.

ABEL HIPÓLITO:

Alocução do General Comandante da Escola Militar pronunciada na Sala das Sessões — 147.

ADRIANO BEÇA:

Alocução do General Presidente da Comissão, na abertura da Sessão Solene — 151.

ALBERTO PESSOA (Dr.):

Uma doutrina — 27.

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL:

Observância antiga dos Cónegos Regulares de Santa Cruz de Coimbra — 529.

ARTUR DE MAGALHÃES BASTO:

A fronteira hispano-portuguesa (Ensaio de geografia política) — 57, 103, 211.

Costa Lobo (Dr.):

Alocução do Presidente do Instituto de Coimbra, na Sessão de encerramento — 294.
Homenagem ao General de Divisão José Estêvão de Morais Sarmento — 145.
La structure de l'Univers — 479.

Eugénio de Castro:

Conde de Sabugosa — 193.

Francisco Pirez de Carvalho:

Roteiro da Costa da Guiné (1635) — 97.

Gomes Teixeira (Dr.):

Alocução do Presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Sciências na Sessão inaugural — 291.

H. Teixeira Bastos (Dr.):

Sociedade Filantrópico-Académica de Coimbra — 6.

João Augusto da Fonseca Junior:

Uma atitude de Antero — Coordenação duns apontamentos duma obra a realizar — 241, 368, 409.

Joaquim de Carvalho (Dr.):

Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, D. José de Meneses (1705–1710) — 118, 196, 265, 335, 520, 564.

J. M. de Queiroz Velloso:

O Arquivo Geral de Simancas, sua importância capital para a história portuguesa — Discurso inaugural da 6.ª secção (Sciências históricas, filosóficas e filológicas — 316.

José Joaquim Mendes Leal (Coronel):

Oração pronunciada, etc. — 157.

Mário de Campos:

Mensagem pronunciada em nome do Conselho de Instrução da Escola Militar — 149.

Norton de Matos:

Angola — Discurso proferido pelo Alto Comissário em 18-7-923, na Sessão Inaugural do 1.º Congresso de Medicina Tropical — 431.
Principais datas da cronologia de Angola — 443.

PEDRO JOSÉ DA CUNHA (Dr.):

A teoria dos conjuntos e as suas aplicações à teoria geral das funções de variáveis reais — Discurso inaugural da 1.ª Secção (Sciências matemáticas) — 297.

P. M. LARANJO COELHO:

Terras de Odiana — 29, 79, 133, 234, 255, 347, 395, 465, 502, 549.

SOUSA VITERBO:

O movimento tipográfico em Portugal no século XVI — 42, 70, 127, 226, 276, 358, 383, 45?, 493, 542.

COMISSÃO DE REDACÇÃO

ENCARREGADA DE SUPERINTENDER NA PUBLICAÇÃO DÊSTE VOLUME

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º
N.º 1

1923
Janeiro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Boletim do Instituto 1
Sociedade Filantrópico-Académica de Coimbra, por H. Teixeira Bastos 6
Uma doutrina, por Alberto Pessoa..... 27
Terras de Odiana, por P. M. Laranjo Coelho 29
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por Sousa Viterbo 42
Livros recebidos 48

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 4 DE JANEIRO DE 1923

Aos 4 de Janeiro de 1923, reüniu a Assembleia Geral de *O Instituto de Coimbra,* sob a presidência do Prof. Costa Lobo.

Aberta a sessão, o Presidente fez um sentido elogio dos sócios falecidos Drs. António Cândido, Aurélio da Costa Ferreira, José Pereira de Paiva Pitta, Guilherme Alves Moreira, Henrique de Figueiredo, João Francisco Cavaco e J. P. Castanheira das Neves, e propôs que na acta fôsse lançado um voto de profundo sentimento, o que foi aprovado depois de alguns dos sócios presentes se terem referido com palavras da maior consideração e saüdade aos sócios falecidos e especialmente ao Prof. Dr. José Pereira de Paiva Pitta que acompanhou sempre com o maior interêsse os trabalhos de *O Instituto.*

Sendo esta sessão especialmente destinada à aprovação das contas do exercício findo e eleição dos corpos gerentes, foi lido o relatório e contas, e como nenhum sócio pedisse a palavra, foram o relatório e contas aprovados por unanimidade.

Em seguida procedeu-se à eleição dos corpos gerentes para o biénio de 1923 e 1924, a qual deu o seguinte resultado:

DIRECÇÃO

Presidente — Prof. Costa Lobo.
Vice-Presidente — Prof. Anselmo Ferraz de Carvalho.
1.º Secretário — Prof. Luís Cabral de Moncada.
2.º Secretário — Prof. Pacheco de Amorim.
1.º Vice-Secretário — Prof. João José Pereira Dias.
Tesoureiro — Prof. Vaz Serra.

1.ª CLASSE

SCIÊNCIAS MORAIS E SOCIAIS

Director — Prof. PAULO MERÊA.
Vice-Director — Prof. MANUEL RODRIGUES.
Secretário — B.el AUGUSTO SOBRAL.
Vice-Secretário — B.el AUGUSTO MENDES SIMÕES DE CASTRO.

1.ª SECÇÃO

SCIÊNCIAS MORAIS

Prof. PAULO MERÊA.
Prof. OLIVEIRA SALAZAR.
Prof. FORTUNATO DE ALMEIDA.

2.ª SECÇÃO

JURISPRUDÊNCIA

Prof. MANUEL RODRIGUES.
Prof. BELEZA DOS SANTOS.
B.el AUGUSTO SOBRAL.

3.ª SECÇÃO

SCIÊNCIAS ECONÓMICAS E ADMINISTRATIVAS

Prof. FEZAS VITAL.
Prof. MANUEL RODRIGUES.
Prof. ANTÓNIO SALAZAR.

2.ª CLASSE

SCIÊNCIAS FÍSICO-MATEMÁTICAS

Director — Prof. SOUTO RODRIGUES.
Vice-Director — Prof. ÁLVARO BASTOS.
Secretário — Prof. JOÃO JOSÉ PEREIRA DIAS.
Vice-Secretário — Prof. VICENTE GONÇALVES.

1.ª SECÇÃO

SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS

Prof. Luciano Pereira da Silva.
Prof. Pacheco de Amorim.
Prof. João José Pereira Dias.

2.ª SECÇAO

SCIÊNCIAS HISTÓRICO-NATURAIS

Prof. Júlio Henriques.
Prof. Álvaro Bastos.
Prof. Eusébio Tamagnini.

3.ª SECÇÃO

MEDICINA

Prof. Santos Viégas.
Prof. Elísio de Moura.
Prof. Bissaia Barreto.

3.ª CLASSE

LITERATURA E BELAS-ARTES

Director — Prof. Júlio Henriques.
Vice-Director — Prof. Barros e Cunha.
Secretário — Prof. Fortunato de Almeida.
Vice-Secretário — Prof. Amadeu de Carvalho.

1.ª SECÇÃO

LITERATURA

Prof. Eugénio de Castro.
B.el Augusto Mendes Simões de Castro.
D. José Manoel de Noronha.

*

2.ª SECÇAO

BELAS-ARTES

António Augusto Gonçalves.
Prof. Eugénio de Castro.
Prof. Brito e Cunha.

BIBLIOTECA E GABINETE DE LEITURA

Secretário — B.el Augusto Mendes Simões de Castro.
Vice-Secretário — D. José Manoel de Noronha.

COMISSÃO DE REDACÇÃO DO JORNAL

Prof. Álvaro Bastos.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Elísio de Moura.
Prof. Paulo Merêa.
D. José Manoel de Noronha, secretário.
Prof. Pacheco de Amorim.

Tendo o Prof. Dr. Pacheco de Amorim chamado a atenção para a necessidade de modificar as quotas e preços das assinaturas, atenta a progressiva desvalorização da moeda, foi resolvido que as quotas dos sócios efectivos passassem a um escudo mensal e a dos correspondentes a dez escudos anuais, preço da assinatura, vendendo-se cada fascículo avulso ao preço de um escudo.

Procedendo-se, por último, à eleição dos sócios, deu esta o seguinte resultado:

SÓCIOS HONORÁRIOS NACIONAIS

Prof. José Maria de Queiroz Veloso, Director da Faculdade de Letras e da Escola Normal Superior de Lisboa, e Director Geral do Ensino Universitário.
Prof. Francisco Afonso Chaves.

SÓCIO HONORÁRIO ESTRANGEIRO

CAMILLE FLAMMARION.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

ADRIANO DE MADUREIRA BEÇA, general e publicista.
B.el MÁRIO MONTEIRO, advogado e publicista.
EDUARDO L. BULCAN, publicista.

SÓCIO CORRESPONDENTE ESTRANGEIRO

CHARLES EUDES BONIN, Ministro plenipotenciário da França e publicista.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu, CABRAL MONCADA, 1.º Secretário de *O Instituto*, lavrei a presente acta.

(aa) COSTA LOBO.
CABRAL MONCADA.

SOCIEDADE FILANTRÓPICO-ACADÉMICA DE COÍMBRA

1. — Origem e transformações sucessivas

Antes da extinção das ordens religiosas em 1834 (1), muitos alunos da Universidade a elas pertencentes encontravam abrigo nos numerosos colégios de Coimbra, que, em conformidade com as suas rendas, dispunham dum certo número de *colegiaturas* ou *becas*. Este auxílio, circunscrito a uma determinada classe de estudantes, desapareceu com a implantação do regime liberal. Por outro lado, os gastos inerentes a uma formatura em Coimbra aumentaram forçosamente depois da reforma pombalina; porquanto os alunos eram obrigados, para não perderem o ano, a residir na cidade, ao passo que antes de 1772 só compareciam, na sua grande maioria, por ocasião das matrículas. Vê-se, portanto, que depois de 1772, e sobretudo depois de 1834, deve ter diminuído consideràvelmente o número de alunos da Universidade minguados de recursos: a assistência particular, não organizada, poucos benefícios poderia prestar.

Êste estado de coisas modificou-se, a partir de 1850, por iniciativa dum quartanista de direito, natural do Funchal e ali falecido em 1871 (8 de Janeiro), cujo nome — Feliciano Augusto de Brito Correia — deve sempre ser relembrado com reconhecimento pelas gerações académicas.

Era um estudante ponderado, já maduro, quando se matriculou no 1.º ano de Direito em 1845, pois contava então 28 anos de idade (2). No dia 23 de Dezembro de 1849, reüniram-se no edifício da Academia Dramática (antigo co-

---

(1) Decreto de 28 de Maio.

(2) Brito Correia, nascido no Funchal a 29 de Outubro de 1817, exercia ali o cargo de Agente do Ministério Público da Comarca Oriental. A 16 de Fevereiro de 1871 mandou a direcção da Filantrópica rezar uma missa por sua alma na capela da Universidade.

légio de S. Paulo), a convite de Brito Correia, vinte alunos da Universidade, sendo unànimemente abraçada a idea da fundação duma sociedade académica de beneficência, e logo nomeada uma comissão encarregada de elaborar as bases dum projecto de estatutos (1).

Vinte dias depois, em reünião de 13 de Janeiro de 1850, foi apresentado o trabalho da comissão (2), e mandado imprimir, a fim de ser estudado. Foi logo impresso, efectivamente, na tipografia do *Observador* — o predecessor do *Conimbricense* — com o seguinte título: *Projecto para as bases de estatutos por que tem de reger-se a sociedade de beneficencia a favor de académicos desvalidos.* Foi iniciada a discussão a 27 de Fevereiro. Como esta, porém, se tornasse morosa, resolveu-se constituir imediatamente a sociedade, que ficaria sendo provisòriamente regida pelas bases apresentadas, e elegeu-se, em seguida, a primeira direcção, que começou a funcionar em 18 de Março de 1850, sob a presidência do dr. Manuel António Coelho da Rocha. O artigo 1.º das bases era assim redigido:

«Criar-se há em Coimbra, séde da Universidade portuguesa, uma sociedade que se denominará *Sociedade Filantrópico-Academica,* e terá os seguintes fins:

«1.º assistir com socorros de toda a ordem, que precisos forem, aos estudantes e sócios enfermos;

«2.º prestar auxílio a mancebos distintos por virtudes e talentos, mas faltos de meios para seguirem os estudos superiores;

«3.º acudir às necessidades de doutores e empregados maiores da Universidade, que por seus serviços às letras e à Associação se houverem tornado dignos dessa protecção especial, quando caídos na miséria».

---

(1) A primeira associação de beneficência de Coimbra constituiu-se em 9 de Junho de 1835 com o nome de *Sociedade de beneficencia para a escola-asilo da 1.ª infancia.* A escola-asilo, instalada a princípio no Colégio da Estrela, passou depois para o da Pedreira. Em 1849 fundou-se a primeira associação conimbricense de socorros mútuos — *Sociedade de beneficencia da Tipografia da Universidade* — que em 1867 passou a denominar-se *Monte-pio da Imprensa da Universidade.*

Vid. *O Conimbricense* n.º 6017 de 1 de Agôsto de 1905.

(2) A comissão era composta de Feliciano de Brito Correia, Francisco António de Miranda, José Ferreira de Macedo Pinto, João Carlos Massa e António Joaquim Gomes de Abreu.

A primeira direcção poucos meses serviu, por ter falecido o presidente e terem deixado de residir em Coimbra dois dos seus membros. Sob a presidência do conselheiro António Nunes de Carvalho, constitui-se nova direcção, sendo convocada a assembleia geral para 17 de Novembro (1850), a fim de se eleger uma comissão que redigisse, com as bases adoptadas, um projecto de estatutos.

A comissão, composta do conselheiro António Nunes de Carvalho, dr. Joaquim José Pais da Silva e José Maria Sieuve de Menezes, apresentou o seu trabalho em sessão de 21 de Janeiro de 1851, sendo o mesmo aprovado. Estes estatutos foram impressos no Pôrto, no ano seguinte (1), com o título de *Estatutos da Sociedade Filantrópico-Académica, estabelecida em Coimbra no ano de 1850,* e foram aprovados por decreto de 26 de Maio de 1852.

A 7 de Dezembro de 1862 foram reformados estes estatutos, segundo o parecer duma comissão composta do dr. José Dias Ferreira, António João de França Bettencourt e Júlio César de Almeida Rainha, sendo os novos estatutos aprovados por carta régia de 25 de Fevereiro de 1863 — referendada por Anselmo Braamcamp — e impressos na *Imprensa Conimbricense* com o título de *Estatutos da Sociedade Filantrópico-Académica.*

Nova reforma se realizou em 1899, sendo estes estatutos, actualmente em vigor, aprovados por alvará de 7 de Novembro daquele ano, e impressos no ano seguinte (1900) na *Tipografia França Amado* com o título de *Estatutos da Associação Filantrópico-Académica de Coimbra.*

A Filantrópica foi arbitràriamente suprimida em 1911 com a criação das Bolsas de Estudo (decreto de 22 de Março de 1911, artigo 3.º, alínea *c*), tendo a Junta Administrativa da Universidade tomado posse dos seus bens — do que se lavrou auto — a 6 de Fevereiro de 1912.

A última sessão realizou-se a 26 de Janeiro de 1912, tendo até esta data funcionado ainda a Sociedade por não estarem mais cedo organizadas as Bolsas de Estudo.

No decreto (n.º 4408) de 11 de Junho de 1918, foi a Filantrópica restaurada, reentrando a 10 de Julho seguinte na posse dos bens de que fôra discricionàriamente esbulhada (2). Para

---

(1) Na tipografia de F. P. de Azevedo. Rua das Hortas, 82 a 84.

(2) Eis o texto do decreto:

«Tendo em vista a importância dos serviços prestados aos alunos da

êsse efeito compareceu perante a Junta Administrativa o br. Luís Carrisso, como último presidente da Sociedade.

Universidade de Coimbra pela antiga e benemérita Sociedade Filantrópico-Académica da mesma Universidade;

«Atendendo às reconhecidas vantagens que da restituïção dos seus valores e regalias podem advir para os actuais e futuros alunos daquela Universidade;

«Em nome da Nação, o Governo da Republica Portuguesa decreta e eu promulgo para valer, como lei, o seguinte:

«Artigo 1.º São restituídos à Sociedade Filantrópico-Académica de Coimbra, com estatutos aprovados por alvará de 7 de Novembro de 1899, os valores a que se refere a alinea *c*) do art. 3.º do decreto com força de lei de 22 de Março de 1911.

«Art. 2.º Os membros da última direcção dessa Sociedade, que actualmente residam em Coimbra, ficam autorizados a exercer todas as atribuïções que, segundo os referidos estatutos, competem à direcção, bem como as demais atribuïções que reputarem indispensáveis para a cabal execução do presente decreto com fôrça de lei, até que se proceda à eleição dos novos corpos gerentes, a qual deverá realizar-se dentro do prazo dum mês a contar da data da publicação deste diploma, e nos termos dos mencionados estatutos.

«Art. 3.º É autorizado o reitor da Universidade a convocar imediatamente os indivíduos a que se refere o artigo anterior, para lhes fazer a restituïção dos valores de que trata o artigo 1.º do presente decreto, devendo nessa ocasião ser lavrado o respectivo auto de entrega.

«Art. 4.º Os orçamentos e contas da Sociedade Filantrópico-Académica de Coimbra deverão ser presentes, para aprovação, à Junta Administrativa da Universidade.

«Art. 5.º A Sociedade Filantrópico-Académica de Coimbra poderá estabelecer uma procuradoria universitária, sendo facultado ao Senado daquela Universidade conceder-lhe, quando o julgue conveniente, quaisquer subsídios ou regalias que possam tornar mais benéfica a sua acção.

«Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário.

«Determina-se portanto, etc.

«Paços do Govêrno da República, 11 de Junho de 1918. — *Sidónio Pais. — José Alfredo Mendes de Magalhães*».

(*Diário do Govêrno*, 1.ª série, n.º 230 de 14 de Junho de 1918).

Os papéis de crédito entregues à Junta foram:

1 inscrição de 500 mil reis
1 certificado de 7 contos
6 inscrições de 1 conto cada uma
3 inscrições de 100 mil reis cada uma
1 inscrição de 100 mil reis (usufruto)
3 obrigações do empréstimo de 4% de 1888
5 obrigações do empréstimo de 3% de 1905
2 acções de 40:000 reis do Banco Comercial do Pôrto
1 obrigação de 90:000 reis da Companhia das Docas do Pôrto
1 fracção de obrigação de 30:000 reis da mesma
1 caderneta da Caixa Económica com o depósito de 426$000 reis.

Os títulos restituídos à Filantrópica contam a mais 2 inscrições de

Por aquele mesmo decreto é-lhe concedido o estabelecimento duma procuradoria universitária, que tinha funcionado, na antiga Sociedade, a partir de Maio de 1899, por simples permissão do vice-reitor dr. Calisto.

A Sociedade é ao mesmo tempo por aquele diploma cerceada um pouco a autonomia, com o fim certamente de a fazer cooperar com a instituïção das Bolsas: o seu orçamento e contas têm de ser aprovados pela Junta Administrativa da Universidade.

2. — Composição da Sociedade

É administrada por uma direcção de 5 membros, que eram, pelos 1.os e 2.os estatutos (1851 e 1862), 1 presidente, 1 secretário, 1 fiscal, 1 procurador e 1 vogal, e são, pelos últimos (1899), 1 presidente, 1 secretário, 1 tesoureiro e 2 vogais.

Antes de 1899, o tesoureiro era estranho à direcção, a quem prestava contas.

Os primeiros presidentes foram, como vimos, Manuel António Coelho da Rocha e António Nunes de Carvalho, ambos doutores em Leis e lentes de Direito (1).

Os últimos presidentes, desde 14 de Dezembro de 1879, foram sucessivamente:

Bernardino Machado (Dezembro de 1879 a Fevereiro de 1882).
Daniel de Matos (Fevereiro de 1882 a Março de 1884).
António Cândido (Março de 1884 a Janeiro de 1885).
Sousa Refoios (Janeiro de 1885 a Janeiro de 1888).
Joaquim Martins Teixeira de Carvalho (Janeiro de 1888 a Abril de 1894).
Júlio Henriques (Abril de 1894 a Julho de 1910).
Luís Carrisso (Julho de 1910 a Janeiro de 1912).

Como se vê, o senhor dr. Júlio Henriques serviu durante 16 anos, como presidente efectivo, facto sem precedentes, e é ainda hoje presidente honorário da Filantrópica. Na sessão

---

1 conto cada uma e a menos 1 obrigação de 4 % de 1888 e a fracção de obrigação (30$000 reis) da Companhia das Docas.

(1) A Faculdade de Direito resultou, como se sabe, da fusão em 1836 (decreto de 5 de Dezembro) das antigas Faculdades de Leis e Cânones.

de 10 de Julho de 1910, ao deixar um cargo em que o consenso geral o tinha já declarado inamovível, recebeu as mais justas homenagens: foi aprovado por aclamação um voto de louvor pelos valiosíssimos e inolvidáveis serviços do dr. Júlio Henriques, sendo também resolvido que fôsse colocado na sala das sessões o seu retrato, ao lado dos de Brito Correia e Costa Veiga — respectivamente o fundador da Associação e um dos seus maiores bemfeitores.

Consta a Sociedade de sócios ordinários, sócios protectores e sócios beneméritos ou honorários.

Os 1.os, que são estudantes da Universidade ou do Liceu, e cuja totalidade constitui a Assembleia Geral, pagam a quota anual de 1:200 reis, já fixada nos 1.os estatutos; os 2.os, estranhos à Academia, satisfazem uma quota anual não inferior àquela.

São, enfim, considerados sócios beneméritos os indivíduos como tais proclamados em Assembleia Geral por terem prestado à Sociedade relevantíssimos serviços.

Entre os sócios beneméritos já falecidos podemos mencionar: Brito Correia, o fundador da Sociedade (sessão de 23 de Fevereiro de 1862), o prestigiador Hermann, o actor Taborda, o par do reino Miguel Osório, o último bispo-conde, os condes de Valenças, Monsarás e Lagoaça, João de Deus, etc.

Entre os vivos contam-se: dr. Júlio Henriques (sessão de 4 de Dezembro de 1884), Rei Colaço, Viana da Mota, o actor Ferreira da Silva, D. Glória Castanheira, etc.

3. — Fins da Sociedade

Os fins da Sociedade, segundo os 1.os estatutos (1851), eram os seguintes (art. 1.º):

1.º assistir com os socorros possíveis a estudantes e sócios enfêrmos, precedendo as informações indispensáveis;

2.º prestar auxílio a mancebos distintos por virtudes e talento, matriculados na Universidade ou no Liceu de Coimbra, que, sem culpa sua, se achassem inesperadamente faltos de meios para continuarem os seus estudos;

3.º acudir, segundo as suas fôrças, às necessidades de bachareis formados, licenciados e doutores, residentes em Coimbra, quando caissem em miséria.

O objectivo da Sociedade, pelos estatutos de 1862, tornou-se mais restrito. Era:

1.º prestar auxílio a mancebos distintos por virtudes e talento, matriculados na Universidade ou no Liceu de Coimbra que, sem culpa sua, se achassem faltos de meios para continuarem os seus estudos;
2.º assistir com os socorros possíveis a estudantes enfêrmos.

A Sociedade, como se vê, passou a beneficiar ùnicamente estudantes.
Os estatutos em vigor ainda mais concisamente definem os fins da Sociedade, dizendo apenas que são:

1.º auxiliar no prosseguimento da sua carreira os estudantes matriculados na Universidade ou no Liceu de Coimbra;
2.º prestar-lhes socorros médicos.

Eram, de preferência, subsidiados estudantes da Universidade, uns com mesada e matrículas, outros — o maior número — só com matrículas. Por isso em Novembro de 1878, a direcção da Filantrópica abriu cursos das disciplinas dos liceus, regidos por professores e alunos da Universidade, gratuitos para estudantes pobres.
Várias regalias — algumas das quais caducaram com o tempo — têm sido conferidas aos subsidiados da Filantrópica, quer pelos poderes públicos, quer por colectividades ou particulares. Por portaria de 11 de Outubro de 1859 foi concedido aos estudantes pobres uma enfermaria gratuita no hospital académico instalado no extinto colégio de S. Jerónimo. Pela lei de 10 de Abril de 1877 eram em cada ano lectivo, dispensados das própinas tanto de matrícula, como das cartas de bacharel e de formatura, vinte alunos classificados no ano anterior com prémio, *accessit* ou distinção e subsidiados pela Filantrópica (1).

---

(1) Eis o texto da Lei:
«Artigo 1.º São dispensados dos impostos, tanto de matricula como das cartas de bacharel e de formatura pela Universidade de Coimbra, os alunos que forem subsidiados pela Sociedade Filantropico-Academica de Coimbra.
«Art. 2.º O benefício de que trata o artigo antecedente será ùnicamente aplicável, em cada ano lectivo, a vinte estudantes premiados, com *accessit*, ou classificados distintos pela respectiva congregação no ano

Em 1885 a direcção da Academia Dramática deliberou inscrevê-los como sócios e dar-lhes entrada gratuita no seu teatro. Em 1895 a Misericórdia resolveu conceder-lhes medicamentos gratuitos.

Em Outubro de 1894, a sr.ª D. Maria Júlia de Macedo de Sousa Pinto instituiu, emquanto viva fôsse, um prémio anual de 40$000 reis — *Premio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto* — que seria conferido pela Filantrópica, em determinadas condições, e precedendo concurso documental, a um aluno distinto de Matemática ou, na sua falta, de Filosofia, desprovido de meios, de preferência subsidiado pela Filantrópica.

*
* *

Seria interessante conhecer o número total de estudantes beneficiados desde a fundação da Sociedade e a correspondente despesa; mas é impossível obter estes dados em conseqüência de grandes lacunas e deficiências da escrituração(1). Esta lamentável circunstância tem até prejudicado materialmente a Sociedade: assim, um legado deixado pelo dr. Joaquim Roxanes, falecido em 1909 (4 de Dezembro), ficou sem efeito, porque impunha precisamente a condição irrealizável de serem publicados os nomes de todos os subsidiados da Filantrópica desde a sua fundação(2).

---

anterior e que tiverem, além disso, informação de exemplar procedimento passado pelo reitor.

«§ único. Quando o número de estudantes que se acharem no caso dêste artigo exceder a vinte, o Conselho dos Decanos designará os que devem ser preferidos.

«Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

«Mandamos, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer que a cumpram e guardem e a façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

«Dada no Paço aos 10 de Abril de 1877. — El-Rei com rúbrica e guarda. — *Marquês de Avila e Bolama — Carlos Bento da Silva*».

(1) Desapareceu, por negligência do guarda-livros João Evangelista, exonerado em 1 de Maio de 1882, toda a escrituração anterior a 18 de Dezembro de 1879.

O livro que contém as actas das sessões, a partir desta data, só insere uma acta (26 de Janeiro de 1883) desde 11 de Fevereiro de 1882 a 3 de Março de 1884, faltando todas as actas desde 6 de Fevereiro de 1889 a 17 de Abril de 1894, em que tomou posse, como presidente, o dr. Júlio Henriques.

(2) A cláusula testamentária era a seguinte:

«Deixo à Sociedade Filantrópico-Académica de Coimbra uma inscri-

Apenas se pode apurar que desde Maio de 1894 até Fevereiro de 1912 foram prestados auxílios a 157 estudantes, sendo a despesa total de 17:572$780 reis. Nos anos de 1908-1910, a que se refere o último relatório publicado, foram socorridos 41 estudantes, sendo a despesa correspondente de 1:852$770 reis.

Em 1910-1912 prestou-se auxílio a 49 estudantes, gastando-se 1:063$000 reis.

Alguns dos estudantes subsidiados atingiram mais tarde situações culminantes, destacando-se entre todos o falecido dr. José Dias Ferreira, cuja biografia de professor, jurisconsulto e estadista é sobejamente conhecida. Vivem ainda alguns protegidos antigos da Filantrópica que à Sociedade guardam afeição e reconhecimento. Dois dêles — os drs. José Alberto dos Reis e Eduardo Saldanha — restituiram em Abril de 1903 todo o capital recebido com os respectivos juros — nobilíssimo proceder êste que deveria servir de exemplo a todos os beneficiados da Sociedade que mais tarde se encontrassem em condições desafogadas.

Penso até que numa reforma de estatutos se deveria consignar o princípio de que as quantias abonadas o seriam a título de empréstimo, a cobrar mais tarde, em prazo indeterminado. Já uma proposta semelhante tinha sido feita e aprovada em sessão de 12 de Janeiro de 1885.

4. — Bens da Filantrópica

Constam de:

a) papéis de crédito;
b) vários objectos, em poder da Tuna, Associação Académica, Instituto e Biblioteca (1).

ção de 1 conto de reis nominais e noventa mil reis em dinheiro com obrigação de mandar publicar no *Seculo* e no *Primeiro de Janeiro* a relação nominal dos estudantes da Universidade que foram subsidiados pela referida Sociedade desde a sua fundação até á minha morte».

(1) Estes objectos são:

1) um rabecão e 2 tímbales em poder da Tuna
2) a biblioteca existente na Associação Académica
3) 1 sofá, 2 poltronas estofadas, estantes e mesa e uns retratos, em poder da mesma Associação
4) 2 corôas de prata depositadas na Biblioteca
5) uma mesa grande, outra pequena, 20 cadeiras de braços, existentes no Instituto de Coimbra.

Estes objectos são, em grande parte, peças de mobiliário, que difìcilmente voltarão para a posse da Sociedade e que o uso vai progressivamente desvalorizando, impondo-se sem dúvida a sua alienação definitiva por venda.

Já em Maio de 1899 propusera a direcção da Associação Académica a compra dos móveis ali existentes que pertencem à Filantrópica; mas não chegou a efectuar-se a transacção.

Os papéis de crédito que constituem o fundo da Sociedade, são actualmente os seguintes, em depósito no cofre da Universidade:

1 inscrição de 500$000 reis
1 certificado de 7 contos
8 inscrições de 1 conto cada uma
3 inscrições de 100$000 reis cada uma
1 inscrição de 100$000 reis (usufruto)
(todos estes papéis com juros a receber desde o 1.º semestre de 1919)
2 obrigações do empréstimo de 4% de 1888
(juros a receber desde 1 de Julho de 1919)
5 obrigações do empréstimo de 3% de 1905
(juros a receber desde 1 de Abril de 1919)
2 acções de 40$000 reis do Banco Comercial do Pôrto
(dividendos a receber desde a 2.º semestre de 1917)
1 obrigação de 90$000 reis da Companhia das Docas do Pôrto e Caminhos de Ferro Peninsulares
(juros a receber desde 2 de Janeiro de 1919).

Existe também em dinheiro a quantia de 684$130 reis.

Há ainda dívidas à Sociedade na importáncia total de 277$080 reis.

Quando a Junta Administrativa tomou posse dos bens da Filantrópica, foi um dos seus primeiros actos oficiar aos devedores, pedindo a liquidação dos seus débitos.

Apenas um satisfez 49$500 reis que devia.

*
* *

O fundo da Sociedade resulta de legados, donativos ou capitalização de receitas.

Assim, em 1880 tomou posse duma quinta legada pelo dr. Adriano José Lopes, professor do Liceu de Évora e vendida em 1885 por 400$150 reis; em 1888 recebeu o legado de

100$000 reis, deixado pelo dr. José Augusto de Oliveira Pádua, falecido a 27 de Dezembro de 1887; em 1910 foram-lhe entregues, com os respectivos juros, 6 contos de reis em inscrições, legados pelo dr. António Xavier da Costa Veiga (visconde de Costa Veiga), falecido em 1901 (7 de Março).

Donativos destinados à constituïção do fundo da Sociedade podem mencionar-se os seguintes:

Do prestigiador Comparse Hermann (1859), 2 contos de reis (foi o 1.º e o mais importante);

do dr. Macedo Pinto (1894), 5 acções da Empreza de Banhos do Luso, mais tarde vendidas para compra duma inscrição de 100$000 reis;

do duque de Palmela (1894), 1 inscrição de 100$000 reis, que reverteria para o oferente extinta a Sociedade;

da Rainha [1899), 60$000 reis, com que se compraram duas inscrições;

do marquês da Graciosa (1909), 100$000 reis, aplicados à compra de 3 inscrições.

5. — Receitas da Filantrópica

Provêm:

a) do rendimento dos papéis de crédito;

b) das quotas dos sócios ordinários e protectores;

c) de donativos em dinheiro, livros, etc., bem como do produto de espectáculos ou bazares de benefício;

d) da agência universitária.

Como atrás vimos, desde 1894, em que a escrituração começou a regularizar-se, até 1912 foi gasta em subsídios a quantia de 17:572$780 reis. Seria interessante fazer a destrinça das diversas proveniências desta soma; mas não o permitem as deficiências da escrituração. Entretanto alguns dados se podem fixar.

Nos 3 anos lectivos 1908–1911 os papéis de crédito renderam 1:333$320 reis. As quotas dos sócios ordinários nos mesmos períodos produziram 1:763$685 reis, e as dos sócios protectores 345$165 reis.

A agência universitária rendeu nos 3 anos apenas 40$575 reis.

Os donativos, no mesmo período, produziram 384$790 reis, não tendo havido espectáculos nem bazares de benefício. O último espectáculo em benefício da Filantrópica foi dado a 9 de Junho de 1899, no Teatro-Circo, pelos Bombeiros Vo-

luntários de Setúbal, tendo a Sociedade recebido parte do produto — 69$350 reis (1)

O último bazar realizou-se em 1900 (4 a 6 de Maio), tendo produzido 284$270 reis.

* * *

Como se vê, a principal receita da Filantrópica era ùltimamente constituída pelas quotas dos sócios ordinários, os quais tinham o direito de ser matriculados gratuitamente pela agência da Sociedade, que por outros serviços (certidões, cartas, etc.) cobrava uma diminuta remuneração.

Os donativos não expressamente destinados a capitalização atingiram em alguns anos quantias importantes. Indiquemos os principais.

Fizeram donativos de 100$000 reis:

El-Rei D. Carlos (dois)

Conde de Valenças (dois)

João de Deus (um).

Um anónimo ofereceu em 1901 a quantia de 195$000 reis para ser entregue ao subsidiado da Filantrópica mais classificado; recebeu-a o aluno Eusébio Tamagnini.

As subscrições mais importantes em benefício da Filantrópica foram:

a promovida em 1899 pelo nosso cônsul no Pará, dr. Adelino das Neves e Melo, por ocasião da visita do *Adamastor*, a qual rendeu 255$805 reis;

as subscrições promovidas na ilha de S. Tomé em 1898 e 1902.

A 1.ª destas, de iniciativa do dr. Aníbal de Sousa Salter Cid, produziu 135$000 reis. A 2.ª foi aberta pelos agricultores de S. Tomé, entre si, por ocasião da visita àquela ilha do sr. dr. Júlio Henriques, a quem dêste modo quiseram prestar homenagem, visto conhecerem a sua dedicação pela Filantrópica; rendeu 689$000 reis.

* * *

Houve tempo em que todos os anos se realizava um

(1) A outra parte foi destinada aos Bombeiros Voluntários de Coimbra.

bazar em benefício da Filantrópica no Jardim Botânico ou, quando o tempo o não permitia, no salão de entrada do Club Académico. Eram sempre festas muito animadas, a que dava particular realce a presença das gentilíssimas damas de Coimbra. Constituiam acontecimentos na vida mundana da cidade, fomentando o espírito de sociabilidade tão pouco desenvolvido nesta terra. O mais concorrido e rendoso de todos foi o bazar efectuado no Jardim Botânico em Maio de 1881, por ocasião das festas académicas em honra de Camões.

O seu produto foi aplicado à compra duma inscrição de 1 conto de reis.

*
* *

Com a demolição do Teatro Académico em 1889 e conseqüente extinção da Academia Dramática, foram rareando, até cessarem de todo, os espectáculos em benefício da Filantrópica, havendo apenas notícia de 3 saraus em 1894, um em 1896 e outro em 1899, todos realizados no Teatro-Circo inaugurado a 20 de Janeiro de 1892 (1).

Nenhum dêstes espectáculos teve, porém, o brilho e a animação dos que se realizavam com freqüência, a favor da Filantrópica, no velho Teatro Académico. Alguns deles correspondiam a uma antiga praxe. Assim, os cursos do 5.º ano jurídico costumavam oferecer à Filantrópica uma das suas duas récitas de despedida. As mais luzidas e interessantes foram porventura as seguintes: a de 22 de Março de 1873 com a *Fabia,* de Francisco Palha; a de 14 de Março de 1877, em que se representou *Extravagâncias extraordinárias* ou as *Fantasias do Bandarra,* — composição de dois irmãos siameses (dizia o cartaz) que eram Gonçalves Crespo e António Vasco de Melo (o actual sr. Conde de Sabugosa) —; a

---

(1) Em 1894 (7 de Abril) tocaram Rei Colaço e D. Glória Castanheira, coadjuvados por amadores, entre os quais alguns estudantes.

No sarau de 9 de Junho tomaram parte algumas senhoras e cavalheiros do Pôrto; em 17 de Novembro fizeram-se ouvir Viana da Mota e a Tuna Académica.

Em 1896 (30 de Novembro) tocaram Rei Colaço e D. Elisa Baptista de Sousa.

Em 1899 (9 de Junho) trabalharam os Bombeiros Voluntários de Setúbal.

de 21 de Maio de 1882, em que se levou à scena *O casamento do Dr. Fausto,* de Luís de Magalhães.

Também representava por vezes, em benefício da Filantrópica, a Academia Dramática, tendo sido proclamados em 1886 sócios beneméritos os estudantes — actores Lagoaça, Ferreira da Silva e José de Mascarenhas. Igualmente alguns artistas, nacionais e estrangeiros, vieram a Coimbra por vezes trabalhar a favor da Filantrópica.

Abriu a série o actor Taborda, o primeiro profissional que pisou o palco do Teatro Académico, onde deu uma récita a 3 de Março de 1857.

Poucos dos outros artistas nacionais lhe imitaram a bizarria, podendo citar-se Cesar de Almeida e a actriz Carolina Falco, que deram uma récita a 7 de Maio de 1883, e o eminente pianista Rei Colaço, que, regressando do estrangeiro, onde estivera estudando, sob a protecção do conde de Daupias, quis dar em Coimbra, em benefício da Filantrópica, o seu primeiro concerto, que se realizou a 24 de Outubro de 1883 — uma quarta feira.

Foi esta uma brilhantíssima festa.

O teatro tinha sido lindamente ornamentado pelo dr. Júlio Henriques; o programa era magnífico, e foi admiràvelmente executado, tocando-se — se bem me recordo — Händel, Bach, Mendelssohn, Beethoven, Schumann, Chopin, Rubinstein, Godard. Houve grande ovação, recebendo Rei Colaço flores, várias prendas e o diploma de sócio honorário da Filantrópica, que lhe entregou, como seu presidente, o dr. Daniel de Matos.

Tinha então a Academia grande paixão pela música, devida sobretudo à acção educativa do excelente orfeão organizado por João Arroio e à propaganda exercida pelos irmãos Castros (Alfredo e José), que moravam na rua da Matemática, ambos alunos de Direito e distintos pianistas, possuidores duma boa biblioteca de clássicos da música.

Nas vésperas de feriado, havia na rua da Matemática, serões musicais frequentados por bastantes académicos e a que não faltavam também o dr. José Nazaré, há pouco falecido, e o dr. João Jacinto, grande mestre, grande clínico e grande amador de música, ainda não afectado então da quási surdez dos últimos anos da sua vida.

Os donos da casa revezavam-se ao piano, ao passo que os ouvintes — os mais graves sentados, os outros estendidos no chão sobre as capas — escutavam atentos, num recolhimento de crentes.

*

Em seguida ao concerto de Rei Colaço, houve na rua da Matemática uma alegre e animadíssima ceia.

Basta dizer que um dos convivas, faiscante de graça, era Rafael Bordalo Pinheiro, então na fôrça da vida e do talento, que viera expressamente a Coimbra assistir ao concerto.

O artista a quem mais deve a Filantrópica é incontestávelmente o prestigiador Comparse Hermann, que aqui esteve por 3 vezes; a 1.ª em Dezembro de 1859, trabalhando a 9 em benefício da Filantrópica; a 2.ª em Janeiro de 1864, consagrando-lhe a noite de 23; a 3.ª em Março de 1876, dedicando-lhe o espectáculo de 24(1).

As récitas da cantora Elisa Volpini, em favor da mesma Sociedade, a 3 e 5 de Abril de 1867, conquanto animadas, não tiveram sucesso comparável ao da noite de 9 de Dezembro de 1859, a mais movimentada e entusiástica que consta dos anais do Teatro Académico.

Vamos deter-nos um pouco sôbre tão celebrado acontecimento.

Hermann chegou a Coimbra, precedido de grande fama, como artista e como homem de coração, duma generosidade sem limites. Vinha do Pôrto, onde assistira à falência da companhia lírica que se tinha estreado, no Teatro de S. João daquela cidade, a 8 de Outubro de 1859, e cuja principal figura — a sr.ª Elisa Hensler — era uma primorosa cantora e uma gentilíssima dama.

Hermann, um dos enamorados da esbelteza da prima-dona, foi a providência da infeliz companhia, socorrendo generosamente os artistas. A sr.ª Elisa Hensler contratada para o Teatro de S. Carlos, entrou a barra de Lisboa, a bordo do vapor *Lusitania,* a 21 de Dezembro, mal pensando nessa ocasião que viria a ser um dia condessa e — mais ainda — madrasta do rei de Portugal (2).

---

(1) Em 1864, Hermann foi presenteado com um anel pela Sociedade Filantrópico-Académica.

Em 1876, recebeu uma corôa, sendo no dia 25 de Março obsequiado com um jantar, em que tocaram as duas filarmónicas da cidade.

(2) D. Fernando II casou a 10 de Junho de 1869 com Elisa Hensler, a quem o rei da Prússia conferiu o título de condessa de Edla.

Herdeira do Castelo da Pena, por falecimento de seu marido, em 15 de Dezembro de 1885, condescendeu em cedê-lo ao Estado por 300 contos em títulos, reservando apenas para si, como usufruto, uma pequena parte, que foi devidamente vedada.

Eis como Camilo se lhe refere nas *Noites de Insonia* (n.º 4, Abril, pág. 60 e 61):

«Entrou, pois, na manhã do dia 21 em Lisboa a cantora. Devia levar na alma as lutas da natural vaidade ferida pela indiferença gelada duns pisa-verdes que honraram grandemente a mulher, menosprezando a artista. Dos frementes aplausos que a vitoriaram, quando assomou deslumbrante no palco, ao fastio com que as filas dos seus admiradores rarearam, vai a distância que medeia entre a mulher honesta e a que permite que lhe abram saldo de contas em que os aplausos representam uma verba. Eu não sei se Hensler, a cantora, escriturada pela empreza de S. Carlos, ao encarar a princeza do Tejo, que devia vestir de negro naquele dia de Dezembro, sentiu pavores da sua futura sorte, em teatro de jerarquia tão elevada para suas fôrças. Não sei por que frontarias de palácios lhe avoejou a vista absorta nas tristezas de quem ia sòzinha, forasteira, sem o génio grande que estua no peito as palpitações do triunfo.

«Não sei; mas, se encarou lá em cima os palácios dos dois reis, com que olhos a esposa do senhor Rei D. Fernando avistará hoje o Tejo, por onde entrara naquela manhã pardacenta de nebrina, carrancuda de agoiros esquerdos!

«Se ela então preveria um marido rei nas Necessidades, um enteado rei na Ajuda, e tôda aquela Lisboa, e todo êste reino, e nós todos às suas plantas, nós todos os bons subditos do rei que é marido e do rei que é enteado, e dela, que vale mais que todos, porque, ofuscando-os com a auréola da arte, estrelada das seduções da beleza, nos revelou que os reis deslumbrados eram apenas homens»!

Devo acrescentar que a sr.ª condessa de Edla, depois de viuva, se recolheu a uma vida extremamente recatada e simples, tendo sabido grangear as simpatias e o respeito de toda a gente.

Mas vamos ao famoso espectáculo de 9 de Dezembro de 1859, de que podem dar notícia, entre outros, dois espectadores ainda felizmente vivos — o dr. Júlio Henriques (então quintanista de Direito) e o dr. Souto Rodrigues (terceiranista de Matemática).

Logo no princípio, o presidente da Filantrópica entregou a Hermann uma carta do reitor da Universidade, que dizia assim:

«Ill.mo Sr. — Penetrado de admiração pelo vosso talento,

ainda admiro mais o uso que dêle sabeis fazer em benefício da humanidade, mostrando assim que um génio como o vosso não tem pátria, mas é cidadão de todo o mundo. A generosidade com que acabais de beneficiar a Sociedade Académica desvalida não podia deixar de penhorar a minha gratidão, como protector que devo ser dela. Aceitai, portanto, neste escrito um testemunho sincero do meu reconhecimento e dos votos que faço ao ceu para que vos conserve por largos e felizes anos uma vida em que tanto interessa aquela mocidade e a humanidade.

«Coimbra, Paço das Escolas da Universidade, em 9 de Dezembro de 1859.

«O conselheiro-reitor da Universidade, *Basílio Alberto de Sousa Pinto*».

Hermann fez depois maravilhas, acolhidas com entusiásticos aplausos. Foi-lhe oferecido uma medalha de oiro do valor de 20 libras (diz o jornal donde colho estas informações), tendo dum lado a legenda *Os estudantes da Universidade de Coimbra* e no reverso *Ao professor Hermann, 1859;* e recebeu também o diploma de sócio honorário da Filantrópica e o de sócio das belas artes do Instituto. No fim do espectáculo, uma ovação delirante. O palco foi invadido; houve abraços e lágrimas. No meio de aclamações vibrantes, foi Hermann acompanhado, em triunfo, ao hotel (1) pela Academia e grande número de pessoas de todas as classes, tocando pelo caminho alternadamente as duas filarmónicas da cidade *(Boa União e Conimbricense).*

O generoso artista bem merecia esta quási apoteose: além do produto do saráu, oferecera à Filantrópica, como já dissémos, 2 contos de reis, que foram o início do seu pequeno fundo. De entre as numerosas poesias dedicadas a Hermann, na memorável noite de 9 de Dezembro, destaca-se a de João de Deus (acabado de formar em Direito), que mais tarde foi publicada, com numerosas correcções, no *Campo de Flôres.* Figura um orfãozinho chorando o seu abandono.

---

(1) O Hotel Mondego, aberto há pouco, então o melhor de Coimbra. Nêle serviu mais tarde como criado o célebre José Macaco, muito popular na Academia, que para ali transitara da estalagem do Paço do Conde, a mais antiga pousada de Portugal, pois já existia em 1622 (*O Conimbricense*, 1872, n.º 2590).

Tem lamentos como este:

«Onde há ramo no mundo em que não pouse
avezinha do ceu? espinho, palma
sem um docel azul?
Um peito que num peito não repouse
dois olhos entre os quais não gire uma alma
como seu norte e sul?»

E termina assim, dirigindo-se a Hermann:

«O orfão diz: e os ais da alma lhe saem
como os suspiros d'arpa eolia em ermo;
ninguem no mundo o ouviu:
Mas, se a teus pés as lagrimas lhe caem,
tocou a mão de Cristo a mão do enfermo,
o Lazaro surgiu!

Hermann, Hermann, espantas-me. Não scismo
nos prodigios da milagrosa vara
que o senhor Deus te deu;
Teu coração, Moisés do Cristianismo,
tua alma é que eu admiro e te invejara,
se o que é teu... fosse teu».

Para o espectáculo da véspera (dia 8), tinha João de Lemos composto uma graciosa poesia, um tanto amaneirada, que começava assim:

«As maravilhas falazes
da tua mágica mão
não valem as que tu fazes
com teu nobre coração.

Naquelas a mão que ilude
finge só que transformou;
nestas realmente a virtude
transforma os males que achou, etc.»

Hermann, que nas suas horas versejava também, tangendo a lira como amador, despediu-se por fim da mocidade académica com seis quadras em francês, orvalhadas de lágrimas, nas quais abre aos novos amigos o coração que trouxera ulcerado do Pôrto (1).

---

(1) A poesia foi distribuída no teatro com a seguinte dedicatória:
«Témoignage de gratitude à messieurs les professeurs et messieurs les étudiants de l'Université de Coimbra par leur très dévoué et très reconnaissant serviteur Hermann».

As duas últimas diziam assim:

Gloire à vous, à vous, oh charmante jeunesse,
Vous qui sûtes ici dissiper ma tristesse.
Tous, pour me rendre heureux, agissiez de concert,
J'ai trouvé parmi vous l'oasis du désert.

Adieu Coimbra! Adieu, souvenirs pleins de charme!
En vous quittant, amis, je sens couler mes larmes!
Que ne puis-je, en partant, pour calmer ma douleur,
Dans un baiser d'adieu vous presser sur mon coeur! (1)

Camilo nas *Noites de Insonia* (n.º 5, Maio, pág. 81) comenta assim:

«Neste poema queixava-se o gentil alemão das suas ilusões perdidas, da sua infinda tristeza e das angústias de coração com que entrava naquele recinto da *charmante jeunesse*. Queixava-se outrosim de ingratidões que lhe ulceravam o peito. Era um romance de amores começado no Pôrto, romance que bifurcou em dois fios de oiro: um foi prender-se à orle dum trono não sei aonde, outro à carteira duma casa bancária em Viena de Austria. ¡Brilhantes desenlaces! E foram os rapazes de Coimbra, aqueles viventíssimos rapazes de 1859, Corvo, Vieira de Castro, João de Deus, Norton, Vitorino da Mota e dezenas de galhardos espíritos que lhe degelaram as frialdades do coração retransido.

«*Gloire à vous!* exclamava Hermann».

Nêste comentário há uma inexactidão: supõe-se Hermann em 1874 retirado do teatro e convertido em banqueiro — *morto na rampa e resuscitado na burra* (diz Camilo noutra passagem), quando é certo que dois anos mais tarde êle reapareceu em Coimbra com a sua varinha mágica.

Mas deixemos estes remotos sucessos que já involve a neblina do passado.

6. — Reconstituição da Sociedade

A Filantrópica encontra-se nêste momento numa situação singular. É uma sociedade sem direcção: há muito que o sr. dr. Carrisso se exonerou da presidência, não se tendo

(1) Vid. *O Instituto*, tom. VIII, pág. 269, 281 e 295.

efectuado a eleição a que se refere o art. 2.º do decreto de 11 de Junho de 1918, atrás transcrito.

Mais ainda: é uma sociedade sem sócios, parecendo até ignorada dos próprios estudantes (1).

É indispensável e urgente:

1.º angariar sócios ordinários e protectores, devendo a quota anual dos primeiros, fixada pelos estatutos de 1851, ser pelo mesmo quintuplicada;

2.º convocar depois uma assembleia geral, em que se eleja a direcção e se trate porventura duma reforma de estatutos.

Esta é, sem dúvida necessária, dada a actual organização das Bolsas de Estudo e o carácter de obra para-universitária que passou a ter a Filantrópica, em face do decreto que a restaurou (arts. 4.º e 5.º).

O principal fim da Sociedade no futuro deve ser precisamente socorrer aqueles estudantes que não podem ser beneficiados pelas Bolsas e que pelo seu procedimento e aplicação se tornem dignos de auxílio.

Deverão, em primeiro lugar, ser atendidos os alunos que em ano já adiantado do curso se encontrem, sem culpa sua, faltos de meios para o concluirem.

A instituïção das Bolsas de Estudo e a Filantrópica devem caminhar paralelamente, completando-se: esta cooperação pode certamente ser facilitada pela ingerência que actualmente têm o Senado e a Junta Administrativa da Universidade na vida da Sociedade.

A nova direcção, uma vez eleita, deve cobrar imediatamente os juros atrazados, restabelecer o funcionamento da agência universitária e promover donativos, bazares e espectáculos de benefício, como antigamente.

¿Porque não hão-de resurgir em Coimbra os antigos saraus do Teatro Académico, tão belos, tão alegres e tão educativos, em que a Academia, afinando o espírito e apurando o gesto, fazia galhardamente as honras da sua casa?

Hoje falta, é certo, o Teatro Académico; mas, emquanto a Academia o não restaura — aspiração de que não deve desistir — poderia utilizar talvez o Teatro Sousa Bastos (antigo Teatro de D. Luís), mais conchegado e acolhedor do

---

(1) Já a Tuna Académica, em 1909, projectou fundar uma caixa de socorros para estudantes pobres, como se a Filantrópica não existisse, chegando a dar com aquele fim vários concertos.

que o Circo, e situado ainda dentro do nosso bairro latino, no local onde dantes se erguia a velha igreja de S. Cristovão (1).

As representações dramáticas constituem em alguns centros académicos, como outrora entre nós, passatempo favorito, cuja utilidade é escusado encarecer.

Em Harvard, por exemplo, há récitas periódicas, não só em inglês, mas ainda em francês e alemão e até em latim e grego. Em Coimbra poderiam as representações alternar com saraus literário-musicais ou concertos do benemérito Orfeão Académico.

Urge que a Filantrópica saia, de vez, do marasmo em que se encontra.

Os estudantes devem-lhe, por solidariedade e gratidão, todo o auxílio: trata-se duma obra sua, fundada há 70 anos por um estudante e protegida por sucessivas gerações académicas.

A Universidade compete, por outro lado, dar-lhe a mais carinhosa protecção, amparando-a moralmente e não lhe regateando os meios materiais necessários para que a sua acção seja verdadeiramente eficaz, como preceitua o art. 5.º do decreto de 11 de Junho de 1918.

E com a Academia e a Universidade colaborarão, sem dúvida, nesta simpática obra numerosos bemfeitores, como outrora.

H. Teixeira Bastos.

---

(1) Vandàlicamente demolida em 1860, encontrando-se os seus capitéis em casa do sr. marquês da Graciosa.

UMA DOUTRINA

Os doentes e a família procuram sempre interpretar, compreender, discutir os conselhos e as prescrições dos médicos.

As opiniões em que assentam quási sempre são, deve dizer-se, conceitos originais, pontos de vista inéditos cheios de ingenuidade e pitoresco.

Mas é à custa dêstes contrasensos que acaba por se estabelecer a reputação boa on má do clínico.

*
* *

Quando eu era médico de aldeia, fui uma vez chamado para ir ver a mulher do regedor duma freguesia longinqua da área do meu partido.

Tratava-se dum simples caso de reumatismo articular agúdo. Prescrevi salicilato de soda numa poção adoçada com um xarope que dava ao líquido uma côr amarelada.

Passados alguns dias voltei a ver a doente e entendi dever substituir o salicilato por um dos seus sucedâneos que desta vez veiu da farmácia dentro dumas hóstias.

Mais tarde prescrevi ainda, para tomar de novo às colheres, um preparado qualquer com iodo, de tom castanho bastante carregado.

Ao todo três remédios de aspecto bem diverso...

Não voltei a casa da doente, mas algum tempo depois encontrei o marido que me informou, emitindo uma opinião que reputo considerável:

—Minha mulher lá vai melhorzinha, já ontem foi lá baixo à fazenda. Mas aquilo foi doença muito má... E ao senhor doutor custou-lhe muito a acertar... Até mudou três vezes de remédio...

*
* *

Êste homem exprimia assim com simplicidade, referindo-se ao seu caso familiar, uma doutrina a que não sabia dar uma forma mais elevada e geral porque a sua cultura filosófica era fraca, mas que me parece poder ser fielmente traduzida, segundo as boas normas, pela maneira seguinte:

O número de doenças é finito e igual ao número de frascos, bojudos ou esguios, que há na farmácia com remédios.

A missão do médico consiste em determinar o frasco correspondente ao mal de cada um dos seus clientes.

Quando não acerta à primeira, está claro, muda de frasco.

A isto se reduzia a patologia geral do regedor...

ALBERTO PESSOA.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do vol. 69.º, pag. 566)

CAPÍTULO IX

As principais indústrias e o comércio do concelho. — Feiras e mercados

MINAS

A mais antiga indústria de que há memória na área compreendida nos limites do actual concelho é, sem dúvida, a indústria extractiva, hoje completamente abandonada. Como já tivemos ensejo de dizer em outro capítulo a indústria dos minerais, em que a antiga região de Medobriga ou Aramenha era abundante e rica, constituía uma importante fonte de riqueza nas recuadas eras do domínio romano da península, a ponto de se transformar o velho munipício em um dos mais afamados e desenvolvidos centros de exploração mineira da Lusitania.

Com efeito, seguindo a tradição e as notícias recolhidas pelos historiadores latinos foi, sem dúvida, a exploração desta indústria e o aproveitamento da riqueza mineral da região o factor principal que influiu na fixação ali das primeiras colónias dos romanos. A civilização dêste admirável povo foi, como se sabe, a que melhor soube dar valor aos recursos naturais da região, não só sob o ponto de vista a que nos referimos, como também pelo que respeita à indústria agrícola nas suas múltiplices variedades de culturas.

Na época agitada e turbulenta de lutas entre mouros e hispano-godos a indústria mineira, como de resto quási todas as manifestações de trabalho industrial, declinam, quási morrem.

Desde então a indústria dos minerais apenas se explora e

ressurge, aqui e ali, com longos e espaçados intervalos, não obstante o grande número de registos de *minas* que se tem feito e que têm sido dadas como existentes no termo de Marvão. Assim o podemos verificar em diferentes livros das antigas vereações que tiveram a seu cargo a governança do concelho, nos quais encontramos vários termos lavrados relativos ao registo de minas de: prata, cobre, chumbo, sulfato de ferro, estanho, enxofre e antimónio (1).

Em 15 de Novembro de 1558 obtém o bispo de Portalegre D. João de Alva uma carta de privilégio do rei D. Sebastião para explorar as *ferrarias* que encontrasse não só no termo desta cidade como no das vilas de *Niza, Castelo de Vide, Marvão* e *Alegrete*. O mesmo diploma concedia-lhe a importante mercê da isenção do pagamento de quaisquer direitos, em respeito aos muitos gastos e despesas que havia de fazer não só com os engenhos que erão necessários para beneficiar o ferro extraído, como também com os mestres e oficiais que para isso havia de mandar vir de Biscaia e doutras longínquas partes (2). Na curiósa carta a que aludimos estabelecem-se depois as condições dessa exploração, providenciando-se também acêrca do carvão necessário aos engenhos, o qual poderia ser feito em quaisquer matas que houvesse nos termos das ditas vilas, contanto que se cortassem para êsse fim sòmente as ramas das árvores de forma a poupar os seus braços principais, que deveriam ser respeitados. No intuito de se fomentar e desenvolver esta indústria consignava-se no

---

(1) Em uma das memórias sôbre as minas descobertas no reino pelo capitão, inspector das minas, Guilherme Eschweze faz-se também referência a uma mina de ferro descoberta no vale de Marvão — Biblioteca Nacional — *manuscrito* n.º 8:523.

(2) D. Julião de Alva foi o primeiro bispo de Portalegre. Era natural de Madrigalejo, em Castela, de onde veiu para Portugal em companhia da rainha D. Catarina, que o elegeu para seu confessor e esmoler-mór. Foi nomeado para a nova diocese de Portalegre pelo rei D. João III e confirmado pelo Papa Julio III por bula do ano de 1550, tomando posse do bispado neste ano o qual governou até 1557, ano em que foi promovido para o bispado de Miranda. Faleceu a 13 de Fevereiro de 1570 em Vila Franca, sendo sepultado, por disposição sua, na Sé de Portalegre onde jaz em sepultura raza no meio da capela mór.

FREI APOLLINARIO DA CONCESÇAM PORTVGAL SACRO OU EPITOME GERAL DE TODOS OS CATALOGOS EM QUE SE EXPOEM A NOTICIA DOS PONTIFICES, CARDEAES, PATRIARCAS, ARCEBISPOS E BISPOS.

(Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Codice*, n.º 472).

referido diploma o importante privilégio da isenção de quaisquer cargos e ofícios nos ditos concelhos em favor das pessoas que se ocupassem no serviço das mesmas ferrarias. É o seguinte o texto do curioso documento:

«Dom Sebastiam & aos que esta minha carta virem faço saber que don Julião dAllua, bispo do bispado da cidade de Portalegre, do meu conselho, me dyse que elle tynha sabydo que no termo da dyta cidade de Portalegre e nos termos das vyllas de Nisa, Castello da Vyde, Maruão e Alegrete, avya veas de que se podya tirar ferro e pello proveyto que meus Reynos receberião em nelles aver ferro pela necesydade que nelles delle havya queria ordenar como se o dito ferro tyrasse das dytas veas e se beneficiase em maneira que se podese delle aproveytar no que fose necesario, me pedya que lhe fizesse merce de todas as veas de ferro que nos termos da dita cidade e das ditas villas ouuese pera sempre sem dellas pagaar direitos alguũs, avemdo respeito ao muyto guasto e despesa que avya de fazer nos emgenhos das ferraryas que herão necesarios pera beneficiar o dito ferro e como os mestres e outros oficiaees que pera yso avya de mãdar vyr de Biscaya e doutras partes e asy em outras cousas que pera o dito neguocio erão necesarias e que pera se o dito neguocio fazer lhe comcedese as cousas abayxo declaradas: Primeyramente que os emgenhos das ditas ferrarias se posão fazer em quaees quer terras demtro dos ditos termos que pera iso forem comveniemtes posto que seja em herdades e outras propryadades de pesoas eclesiastycas ou secullares, de quallquer calydade e condição que seja, paguamdo a seus donos toda a perda que nas ditas terras por iso receberem que seja estimada por pesoas sem suspeita, a que seja dado juramento dos samtos evamgelhos comforme ao Regymento dos mestres destes Reynos e que se podese cauar em tyrar das ditas veeas como a madre dellas pellas pesoas que pera iso ordenase, posto que fose nas ditas propryadades ou em outras, paguamdo a seus donos polla dita maneyra a perda que se nella fizese e que semdo caso que os mestres ou outras pesoas que tyuer pera beneficiar o dito ferro fizesem pera iso novos emgenhos de que a maneyra e feyção delles não fose feyta nestes Reynos

ate o tempo em que ora sy fizesem que pesoa allgũa os não podese fazer sem sua licença ou da pesoa que elle pera iso ordenar e que nenhũa pesoa demtro nos ditos termos não fezese engenho allguũ pera beneficiar ferro e que se pudese fazer o caruão que fose necesario pera os ditos emgenhos em quaees quer matas que ouuese nos ditos termos comtamto que fose da rama das arvores que nas ditas matas ouuese sem se cortar arvore allgũa pello pee e que as pesoas que fosem ordenadas ao seruiço das ditas ferrarias não fosem obriguadas nem comstramgydas a seruir nos oficios e carregos dos concelhos, e que podese vemder todo o ferro que se nas ditas ferrarias fizese a quaees quer pesoas com quẽm se comcertassem ou pesoas que dyso per sua ordenãça tiueerem carego cõtamto que nam fose pera fora do Reyno, e que fazemdolhe eu merce das ditas veas pera sempre, como me pedya, e comcedemdolhe as ditas cousas, elle se obriguava a fazer demtro de dous anos primeiros seguimtes hum ẽgenho ao menos pera se beneficiar ferro e fazer tirar das ditas veas ferro que comtinuamente se laurase no dito emgenho, o que todo visto per mim, avemdo respeito ao proueyto que se seguyra a meus Reynos aver nelles ferro com que supra a necesydade que delle nelles ha, ey por bem fazer merce ao dito bispo lyuremente de todas as veas de ferro que ora ao presemte ouuer e pello tempo em diamte se acharem e descobryrem nos termos da dita cidade de Portalegre e villas de Nisa, Castello da Vyde, Maruão e Alegrete pera sempre, pera elle e todos seus herdeiros, com todalas comdiçoẽes, clausolas e lyberdades acima declaradas, com que mas elle bispo pedyo sem dellas em allgum tempo elle nem os ditos seus herdeiros pagarem direitos alguũs a mim nem a coroa de meus Reynos nem a outra pesoa allgũa, e alem diso me praz que posa dar parte nas ditas veas a pesoas que lhe parecer necesarias pera se ellas melhor poderem beneficiar, e esto todo em comdição que elle seja obriguado a fazer um engenho ao menos pera beneficiar ferro demtro em dous anos, que se começarão da feytura desta em diamte e não no fazemdo no dito tempo, que as ditas veas se percão pera mim sem ser obriguado a paguar cousa allgũa do que nas ditas veas estyuer feyto pera nas ditas veas prouer como for

meu seruiço, iso mesmo se perderão as ditas veas pera mim polla dita maneyra deyxamdose de tyrar dellas e beneficiar o dito emgenho o dito ferro tempo de dous anos primeyros seguymtes depois que se nas ditas veas trabalhar e se no dito emgenho beneficiar o dito ferro não havemdo pera iso lycita causa. E por tamto mãdo a todos os corregedores, ouuidores de meus Reynos, juizes e justiças das cidades, villas e luguares delles a que esta minha carta ou o trellado della em publica forma for mostrada e o conhecimento della com direito pertencer que em todo a cumprão e guardem e fação dar toda ajuda e fauor que for necisaria e lhes por parte do dito bispo ou seus herdeiros, que por vertude desta dita carta tyuerem e posuyrem as ditas veas e ferrarias, for pedyda e requerida pera se das ditas veas tyrar o dito ferro e se fazer ou fazerem o dito emgenho ou emgenhos e todo o mais que pera ellas e pera elles for necisarias e comprir. E asy mãdo ao barão dAlluito, vedor da minha fazenda, que faça regystar esta carta no liuro das minas e metaes de meus Reynos, que esta em poder de Alluoro Pirez, fidallguo de minha casa, esprivam de minha fazemda, e outro sy mamdo ao prouedor e feytor moor das ditas minas e metaees dos ditos meus Reynos que dee a pose ao dito bispo das ditas veas do dito ferro que nos ditos termos da dita cidade de Portalegre e das ditas villas ouuer, asy das que ao presemte ouuer notycia como de todas as outras que pello tempo em diamte nos ditos termos se descobrirem, de que fara assemto nas costas desta, que lhe em todo guardara e fara imteyramente comprir e guardar como se nella conthem, a quall, pera firmeza de todo lhe mãdey dar por mim hasynada e assellada com o meu sello pemdemte. Dada na cidade de Lixboa a xb dias do mez de nouembro — p.º Cubas a fez — ano do nacimento de noso Senhor Ihesu Xp̃o de j̃bclbiij. E eu Alluoro Pirez o fiz espreuer» (1).

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações*, liv. 2, fl. 252 v. — Sousa Viterbo — *Artes e Industrias Metallicas em Portugal — Minas e Mineiros*, pág. 36.

MOINHOS E AZENHAS

Depois da indústria mineira é a da moagem uma das mais antigas no concelho, como já tivemos ensejo de notar no capítulo consagrado à história da sua população. Com efeito, desde remotos tempos que na área do concelho se conhece e se pode fixar a existência de um ou outro moinho nas margens da ribeira de Marvão, o mais pitoresco e formoso trecho de paizagem da sua região.

Ora escondidos entre a frondosa ramaria dos castanheiros e das esbeltas nogueiras, ora dominando a copa baixa das verdejantes aveleiras, outras vezes alcandorados nas ribanceiras fraguentas já para além da Portagem, os velhos e rústicos moinhos, enegrecidos pelo tempo, musgosos do bafo húmido das longas invernias, constituem um dos mais característicos sinais dessa paizagem. Se por fóra se nos apresentam com a terrosa côr de abandonadas ruinas, por dentro, ao transpôr as suas rústicas portadas, advinha-se-lhes a vida na alvura imaculada da farinha que lhe atapeta o soalho e lhe reveste as paredes, na monótona mas encantadora melopêa das suas *moendas* e *tangideiros*. ¡Quem não conhece e não terá visto, ao percorrer as estradas e caminhos da região, os enfarinhados moleiros da ribeira, atraz da récua dos burros ou dos machos carregados de alvos *taleigos* que vão sonora e alegremente tilintando os guizos que lhe pendem do pescoço!

Os moinhos e azenhas de Marvão, os seus moleiros, têm na história do velho município as mais belas e simpáticas tradições. Foram êles, juntamente com os da ribeira da *Vide,* já no têrmo do castelo dêste nome, os primeiros e os mais velhos moageiros de toda a região que se estende e alarga desde o sopé dos montes onde assentam estas duas vilas até aos confins dos concelhos mais próximos. Há, com efeito, notícia de terem os moleiros de Marvão servido as vilas de Alpalhão e Crato e ainda outros logares mais afastados, sobretudo em ocasiões de longas e esterilizantes épocas de seca.

Esta velha indústria decaiu, porém, muito com o aperfeiçoamento dos modernos processos de moagem, mas não paralizaram de todo as antigas azenhas, pois ainda hoje se contam as seguintes: na freguesia de S. Salvador de Aramenha 12 moinhos e 7 azenhas; na freguesia de Santa Maria 5 moinhos, e 9 na de Santo António das Areias.

Junto dos *Olhos de Água* existe um belo edifício onde está instalada uma fábrica de moagem, em cuja fachada se lê a seguinte inscrição colocada sôbre a porta principal encimada por uma corôa rial: *Anno de 1816.*

Tem esta fábrica três mós, mas ordinàriamente só funcionam duas porque a água escasseia muitas vezes.

CERA E MEL

É também muito antiga no concelho a cultura e tratamento das colmeias, a cuja indústria se refere já o foral primitivo estabelecendo, entre as obrigações fiscais impostas pelo direito da portagem, que por cada carga de cera se pagassem cinco soldos.

No Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo encontrámos um curioso litígio a propósito de umas posturas que a Câmara da vila entendia dever aprovar como úteis e necessárias às colmeias existentes no seu têrmo. As posturas a que se alude neste processo têm a data do ano de 1755, de tão triste memória no país, e por elas se proíbia que toda e qualquer pessoa de fóra da vila e têrmo pudesse ter colmeias nos seus coutos sem licença da Câmara, sob pena da multa de 6$000 reis.

Contra o excessivo rigor desta deliberação da Câmara representaram os moradores da vila próxima de Castelo de Vide, por intermédio do seu procurador Manuel de Avelar, e além dêstes também os moradores da freguesia das Carreiras, alegando os primeiros que tendo a vila de Castelo de Vide, havia mais de 300 anos, compromissos com a vila de Marvão, ampliados durante os últimos 50 anos e confirmados por sentenças do Supremo Senado da Relação, nêsses compromissos se estabelecera e mùtuamente se concordara que nenhum dos dois concelhos deveria fazer e aprovar posturas obrigando os moradores de um ao pagamento de multas e penas maiores das que eram exigidas ao outro.

Acontecia, porém, no caso que no referido processo se discutia, que ao passo que a multa para os de Marvão era de 1$500 reis, para os munícipes de Castelo de Vide essa quantia se elevara injustamente à importância de 6$000 reis. A esta desigualdade de pena acrescia não sòmente a falta de cumprimento ao que fôra estipulado, como também, e muito principalmente, a ofensa que do procedimento da Câmara de Marvão resultava para o direito geral e a liberdade de cada um ter colmeias nas suas próprias *fazendas,* direito

que a cercear-se muito prejudicaria a produção da cera e do mel.

O processo a que nos referimos é instruído com várias certidões extraídas de antigas posturas, de sentenças, de compromissos outorgados entre as duas vilas contendedoras, um dos quais data da era de 1400(1). Mandado ouvir o Corregedor da comarca acêrca dêste pleito diz êste magistrado na sua informação que o motivo principal que levára a Câmara de Marvão a faltar aos compromissos que havia tomado com a de Castelo de Vide, estabelecendo, contra a letra dêles uma nova postura, era o *odio interminavel* que tinha aos moradores desta vila pelo facto de irem comprando tantas *fazendas* no têrmo de Marvão que se receiava que dentro de poucos anos êles estivessem senhores de todo o concelho. A postura que constituía o objecto do litígio, no dizer do Corregedor, tinha, pois, o fim de os arruinar tirando-lhes os interêsses da cera e do mel proveniente das colmeias que cultivavam nas suas propriedades. Ponderava, finalmente, a mesma autoridade que, além da justiça que assistia à Camara da vila de Castelo de Vide, pouco ou nenhum prejuizo resultaria da criação das abelhas, aliás de reconhecida utilidade pública para as uvas do termo de Marvão, certo como era que existiam ali *«somente latadas e parreiras e alguas vinhitas por acazo»*.

A conclusão do pleito foi ser julgada odiosa e excessiva a referida postura, e, por isso, anulada diligenciando os dois concelhos, a partir daí, entrar num franco e amistoso sistema concordatário.

Constituiria um interessante capítulo a história das rivalidades entre os dois concelhos vizinhos, facto aliás trivial entre terras limitrofes. Elas têm, ordinàriamente, a sua origem remota na autonomia administrativa dos novos concelhos, formados e saídos da extensa área dos antigos, na primitiva incerteza na demarcação dos seus limites, às vezes na rivalidade de interêsses económicos agravadas com as que derivam das paixões partidárias e de lutas de predomínio político em jogo.

Se há, porém, terras que pelas suas tradições e pelas excepcionais circunstâncias da sua posição têm interêsse em se manterem aliadas e francamente amigas são as de Marvão

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço*, maço 367, doc. 17.

e Castelo de Vide. Na história militar das suas guarnições há bastos exemplos de mútuo e tantas vezes heroico auxílio em face do perigo comum perante o inimigo; nos fastos religiosos, nas lendas e na piedosa crença o espírito de uma quási que se confunde e identifica com o da outra; nas épocas de epidemia, nas crises de fome derivadas das longas estiagens, sempre os recursos e celeiros de uma se abriram galharda e generosamente à outra; na história económica foram sempre os concorridos e tradicionais mercados de Castelo de Vide os melhores consumidores e propagandistas dos belos produtos de Marvão; na vida geneológica das várias famílias que bracejaram para uma e outra terra fácil é encontrar também um tronco comum; até mesmo nas diversões e folguedos, nas festas e romarias, sempre as duas povoações juntas riram e juntas confraternizaram. Elas são pois, terras amigas pelo passado, no presente e, estamos certos, que no futuro.

PESCA

São também da mais remota antiguidade as notícias relativas à indústria da pesca. Já no primitivo foral se determinava que se pagasse, por cada carga de pescado, um soldo, tendo sido depois largamente permitida esta indústria pela carta outorgada pelo rei D. Denis, conjuntamente com sua mulher a rainha santa D. Isabel e o infante D. Afonso, em data de 27 de Abril da era de 1338, diploma a que já noutro capítulo fizemos referência.

No livro das vereações da Câmara da vila correspondente ao ano de 1649 regista-se também uma postura sôbre a pesca no rio Sever, determinando-se nela que o peixe que fôsse pescado nêste rio se não pudesse vender fora da vila.

Na ribeira de Marvão, além de *enguias, bogas, bordalos barbos,* eram também afamadas as saborosas *trutas,* cujo desaparecimento parece haver-se dado há cêrca de 12 ou 14 anos devido ao uso e abuso que os pescadores fizeram da dinamite e de outras substâncias explosivas.

A êste belo peixe, que tornou célebre desde velha data a ribeira de Marvão, se refere o curioso documento que vai a seguir:

> «Dom Manuel etc. A quantos esta nossa carta uirem fazemos saber que por parte de Pedro de Moura fidalgo de nossa casa e do nosso conselho nos foy apresentada huũa carta delRey dom afonso meu tyo cuja alma deus aja da qual ho theor tal he.

Dom Afonso per graça de deus Rey de portugal e do algarue, senhor de cepta e dalcacere em Africa. A quantos esta carta uirem fazemos saber que a nos disse pero caldeira alcayde de maruam que os Reys nossos antecessores fezeram na Rybeyra de Seuer coutada de truytas des ho Rybeyro da madallena ataa nossa portajem que esta junto com a Rybeyra no caminho que uay pera maruam poram certa pena a quem pescasse em ella, ou cortasse da sobreditta Rybeyra alguũ paao, por quanto fazia prejuizo ao pescado que em ella anda pedimdonos o ditto pero caldeira por mercee que por quanto elle nom achava a carta per onde defendesse a dita coutada que lhe mandassemos dar nossa carta com tal pena que se podesse bem goardar como antygamente fora, por que ajnda que achassem em a ditta coutada aas vezes pescando alguũs quando os demandauam per ante os juizes dizem que lhe mostrasse o que am de pagar. E por que nom se podia auer per onde os obrigar os juizes os absoluiam pollo qual a ditta coutada era muyto deuassa E nos ueendo seu Requerimento seer justo mandamos sobre ello tirar jnquiriçam sobre a pena que pagauam antjgamente os que em a ditta nossa coutada pescauam e achamos que perdyam as armadilhas e as roupas que eram presos ataa que hos alcayde do ditto castello de maruam os queria soltar. E auendo nos todo e a emformaçam que o ditto pero caldeira deu com a jnquiriçam que mandamos sobre ello tirar por se melhor a ditta nossa coutada goardar, queremos e mandamos que qualquer pessoa que em a ditta coutada pescando acharem ou souberem que pescou ou lançaram armadylha sem nossa carta ou licença do ditto alcayde, que perca as dittas armadylhas e pague duzentos reaes da cadea pera o ditto alcayde. E por quanto ho dito alcayde diz que a debate com ho concelho da ditta uilla de maruam sobre huũ pedaço da ditta coutada que he des a lagoa da portajem ataa ho caminho da ditta uilla que he huũ tyro de beesta ao mais, Mandamos que seja coutada como a outra que o sempre foy. E mandamos a todollos corregedores, juizes, justiças a cada huũ em seus lugares que façam comprir e goardar a ditta nossa carta como em ella he contheudo, fazendo elle notificar e pregoar pollas uillas e lugares

darredor pera os que cayrem na ditta pena nom allegarem jnorancia. Dada em lixboa a xbij dias dabril. Gonçalo piriz a fez anno de nosso Senhor Jesu de mil iiij^{c}bx. Pedimdonos ho ditto pero de moura que lhe confirmassemos a ditta carta. E uisto per nos seu requerimento e querendo lhe fazer graça teemos por bem e lha confirmamos asy e polla guysa e maneira que se em ella contem. E asy mandamos que se cumpra e goarde jnteiramente sem nehuũa duuida. Dada em estremoz a vj dias de Janeyro. Vicente piriz a fez anno do nacimento de nosso Senhor Jesu xp̃o de mil iiij^{c}qbij annos (1).

Às saborosas trutas da ribeira, tão disputadas e apetecidas, e cuja fama, como acabamos de ver, já vinha de tão recuada era, se refere também com grande elogio José Xavier Mousinho da Silveira em algumas cartas da colecção que do glorioso estadista possuímos, dirigidas para Paris a sua mulher, nomeadamente na carta que lhe escreve de Castelo de Vide em 17 de Julho de 1843. Nela lhe relata, com regalada satisfação e gulosa lembrança, o almoço e jantar que o seu íntimo amigo Padre Vilhana, paroco de Marvão, lhe oferecera nesta vila, refeições em que entrara como prato principal duas das mais apetitosas e bem cosinhadas trutas que porventura havia provado.

Ainda hoje se conhece pelo nome de *ribeiro das trutas* um pequeno curso de água o qual, tendo a sua origem perto da aldeia da Escuza, atravessa a fértil planície do prado até às *Águas Partidas*, na Portagem, sítio onde se lança na ribeira de Marvão.

Pela estatística das profissões em que se distribui a população, que já anteriormente mostramos, verificar-se há ser muito escasso o número de pessoas que se ocupam regularmente da pesca. Entre os anos de 1900 a 1911 o número total de indivíduos que a êsse mister se dedicaram sofre a baixa considerável de 16 para 3.

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo—*Odiana*, liv. 5.º, fl. 169.—*Chancelaria de D. Manuel*, liv. 27, fl. 28 v.—*Chancelaria de D. João III*, liv. 14, fl. 37.

A INDÚSTRIA DE LANIFÍCIOS

A indústria de lanifícios e teares caseiros no concelho vem já de remotos tempos. Ela medrou, com maior ou menor incremento, em quási todas as terras da área do distrito de Portalegre, especialmente na populosa vila de Castelo de Vide, cujos habitantes mereceram, por isso, o epíteto de *cardadores* (1).

Ao longo das margens da ribeira de Marvão restos de antigos pisões atestam-nos a existência e o desenvolvimento que esta indústria ali logrou também atingir. É a êste respeito elucidativa e curiosa a carta que vimos registada nos livros da Chancelaria de D. João III pela qual se vê que os juizes, vereador e procurador da vila de Marvão agravados com os prejuizos que lhe causavam os *pisoeiros* da ribeira, quando ali estiravam os panos, haviam levado as suas queixas perante o monarca que do facto mandou tirar a competente devassa. Eis o texto do referido diploma:

> «Dom Joham &. Faço saber a quamtos esta minha carta uirem que os juizes, vereadores e procurador da vylla de Marvã me imviarã dizer que hos pysoeyros dos emgenhos da ribeira da dita vylla em que ha xbiij ou vymte pysões, estirã os panos que lhes leuã a pysar -s- os dos trapeiros que hos fazem pera vemder, o que he em gramde dano e prejuizo do povo, pedimdome que ouuese por bem que podese sobre iso tirar devasa em cada huũ anno pera que hos culpados sejã castiguados como por justiça. E visto seu requerimẽto ey por bem e me praz que hos juizes da dita vylla posã daquy em diamte tirar devasa huã vez em cada hum ano ao tempo que tirarem a devasa geral que são obriguados sobre os pysoeiros que estyrarem os panos que lhes derem a pysoar, e procedã contra os culpados como for de justiça. Noteficoo asy aos ditos juizes e oficiaes que ora são e ao diamte forem e lhes mãdo que asy o cumprã e façam comprir, e por firmeza dello mãdey pasar esta carta per mim asynada e asellada do meu

---

(1) *Os Cardadores de Castelo de Vide* (Separata da *Revista Lusitana*, vol. XXII). Obra do autor.

sello pemdemte. João de Seixas a fez em Evora a xxij de junho ano do nacimento de noso Senhor Ihu Xp̃o j̃bᶜRb. Manuel da Costa a fez screpver» (1).

O fabrico de panos chegou mesmo a ter em Portalegre, e, pela sua ligação com a capital do distrito em vários outros concelhos, um dos seus mais aperfeiçoados e laboriosos centros, especialmente depois das medidas admiráveis que o génio administrativo do Marquês de Pombal soube pôr em prática relativamente ao fomento da indústria nacional. A mais útil e notável dessas providências foi o estabelecimento das *escolas de fiação* em várias terras da província, algumas das quais chegaram a produzir afamadas e ainda hoje apreciadíssimas obras primas de manufatura.

Estas escolas funcionavam sob a directa inspecção do superintendente das fabricas de lanifícios de Portalegre, entidade que tinha a seu cargo o fornecimento de lãs para o trabalho manual dêstes pequenos centros da indústria fabril(2).

No concelho de Marvão, além das ruínas da antiga fábrica que pertenceu à família Larcher, destruída há anos por um violento incendio, existe apenas, como sinal desta velha indústria, a fábrica denominada o *Engenho,* transformada actualmente em moinho. Ainda há bem poucos anos ali vimos fiar e tecer algumas *saragoças* e outros grosseiros tecidos; dizem-nos, porém, que a sua laboração se acha de todo paralizada e na maior decadência e completamente abandonada a velha indústria dos teares e cardadores.

(Continúa). P. M. Laranjo Coelho.

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo—*Chancelaria de D. João III, Legitimações e Perdões,* liv. 10, fl. 267 v. Dr. Sousa Viterbo — *Artes e Indústrias Portuguezas — Indústrias Textis e Congeneres,* pág. 52.

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendencia da Policia — Comarcas do Sul,* liv. 158, fls. 44 v. *Ob. cit.* do autor pág. 24.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do vol. 69.º, pag. 577)

Libro de S. Ioan Climaco, llamado Escala Spiritval: En el qual se descriuẽ treinta Escalones, por dõde pueden subir los hõbres a la cumbre de la perfection.

¶ *Florescio este S. Doctor en tiempo de los Emperadores Constante y Constancio: Escreuio en lengua Griega, mil y tantos años há: y fue agora tercera vez trasladado en lengua Castellana por vn Religioso de la orden de S. Domingo.*

¶ *Añadieronsele vnas breues Annotaciones en los primeros cinco Capitulos, para la inteligencia de ellos.*

¶ *Vendese en Lixboa en la Rua de los Escuderos: En casa de Ioannes Blauio impressor. Año 1562.* — No fim: *Impresso en Lixboa en casa de Ioannes Blauio de Colonia a xxx dias de Febrero de 1562 años.*

1 vol., 8.º, 10 fls. prel. inn., 220 fls. numeradas pela frente. No verso do frontispicio a seguinte declaração: *Fue examinado este Libro por el R. P. F. Francisco Foreyro Examinador de libros por el Reuerendissimo y serenissimo Cardenal Infante D. Enrique, Inquisidor general en estes Reynos de Portugal, etc.*

Esta edição sahiu anonyma. Nas preliminares: Dedicatoria á rainha de Portugal, D. Catharina: *Al christiano lector; Tabla.* Na dedicatoria, o traductor explica o motivo do seu trabalho. Referindo-se ás duas traducções hespanholas existentes, accrescenta: *De las quales traslaciones la vna es tambien antigua, que apenas entiẽde: y la otra es muy nueua, hecha por vn Aragones o Valenciano: la qual no es menos escura y difficil q̃ la passada, assi por la difficuldad del*

Libro, como por muchos vocablos me tiene peregrinos y estrangeros, como son Bahorrina, soledũbre, inrobable y otros tales. Y pareciendome que bastaria para la intelligencia del Libro mudar estos vocablos, y aclarar mas algunos logares del, comence a hazer esto assi: Y siendome forçado recorrer algũas vezes ala fuente del Original, halle que en muches partes esa tan differẽte el sentido que daua el Interprete del de la letra del Autor, que me fue forçado tomar todo el trabajo de la Translacion de nueuo.

Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Ribeiro dos Santos (*Memorias de Litteratura,* tomo VIII, pag. 123) diz que esta é a terceira edição, sem todavia apontar as anteriores. Quer-nos parecer que é mais um d'aquelles equivocos, em que tão frequentemente incorria o, aliás, douto investigador. A causa do seu erro está na maneira como interpretou uma passagem do título *agora tercera vez trasladado en lengua castellana.* Se Ribeiro dos Santos houvesse lido o trecho que transcrevemos, não teria emittido semelhante opinião.

Norte de Ydiotas Compuesto y reuisto por el Doctor Francisco de Mõçon. Adonde se trata vn exercicio muy spiritual y prouechoso. (Escudo d'armas). *Visto y aprouado por los Deputados de la sancta Inquisicion. Impresso en Lixboa, En casa de Ioannes Blauio de Colonia. Año de 1563.*

8.º, 28 fls. numeradas pela frente.

A obra, como se vê do prologo, é dedicada a *D. Maria de Silua, muger del S. Francisco de Sousa tauares por su deuoto orador el doctor Frãcisco de Mõçon.*

As ultimas 5 pags. ocupadas pela *Oracion que hizo el Rey Manares.* Adornada com laminasinhas religiosas adequadas aos assumptos de cada capitulo ou declaração.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Bonito exemplar, encadernado com a obra antecedente, sob o n.º 1:565 (Theologia ascetica).

Deicththyotyrannide. Liber in Lvsitanorvm Regvm gratiam. et commendationem á Cadabale Grauio editus (Gravura: Armas reaes, encimadas por chapeo cardinalicio). Por baixo: *Subijt sanctae Inquisitionis examen. Ex officina Ioannis Blauij de Agripina Colonia. Anno 1563.*

1 vol., 4.°, 7 folios innumerados.

E um poemeto em versos latinos dedicado ao infante D. Henrique. No verso do frontispicio o argumento da obra.

A dedicatoria é assignada: *Compostellae sexto Callendas Augusti. Anno 1563.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Exposiçam da Regra do glorioso Padre sancto Augustinho copilada de diuersos Authores, por frey Diogo de sam Miguel da ordem dos Eremitas do mesmo Doctor da Prouincia de Portugal. (Grande estampa: Santo Agostinho, com distico latino em volta). *Vendense á porta da See, em casa de Christouam lopez liureyro, a dous tostoes em papel. Foy impresso em Lixboa em casa de Ioannes Blauio de Agripina Colonia. Anno de 1563.* — No fim: *Foy impressa esta obra em casa de Ioannes Blauio de Agrippina Colonia. Impressor do muy serenissimo Rey de Portugal. E acabouse aos 15 dias de Setembro. Anno do Nacimento de nosso Senhor Iesu Christo de 1563.*

Folio, 3 fls. prel. inn., 208 num. pela frente.

A folha solta, onde vem a subscripção final, é reproducção.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados e José do Canto.

De obitv et apotheosi inuictissimi Ioannis tertii Lvsitaniae, et Algarbiorvm regis, Africi, Persici, Indici, Arabici, Aethiopici. Qui anno 1557. tertio Idus Iunij ad superos concessit, Necnon de miseranda Catharinæ lamẽtatione opus, á Cadabale Grauio in lucem editum. (Armas reaes, eguaes ás da obra de Jeronymo Cardoso, *Institutiones in linguam latinam*). *Subijt sanctæ Inquisitionis examen. Ex officina Ioannis Blauij de Agrippina Colonia. Anno 1563.*

4.°, 24 pags. inn.

Ex.: do Dr. Simões de Castro.

Bibliotheca de Evora e Bibliotheca da Ajuda.

João Blavio de Colonia era já fallecido em Maio de 1564, continuando todavia a sua typographia debaixo da direcção de seus herdeiros, conforme se deduz da subscripção final da obra seguinte.

Institvtionvm dialecticarvm libri octo. Avtore Petro Afon-

seca ex Societate Iesv. (Monogramma da Companhia). *Cum priuilegio Regio ad quinquennium, & cum facultate ordinarij, & Inquisitoris. Olysipone. Apud hæredes Ioannis Blauij. Anno 1564. Está taxado a noue vintẽs o volume.* — No fim, em folha solta: *Excudebatur Olysipone in officina Ioannis Blauij Coloniensis vita iam defuncti Regii typographi sexto idus Maij. Anno á Christo nato, Millesimo Quingentesimo Sexagesimo quarto.*

No verso d'esta folha um bonito escudo, ou adorno typographico, differente do usado até então por Blavio, *os ursos*.

4.°, 2 fls. prel. inn., 255 numeradas pela frente.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

A 2.ª edição d'esta obra foi estampada em Coimbra, por João da Barreira, em 1575, e a 3.ª, na mesma cidade, por seu filho Antonio da Barreira em 1590-1591.

Tractado de la 'oracion y meditacion recopilado por el R. P. F. Pedro de Alcantara Frayle menor de la orden del B. S. Francisco. Anadiose al cabo vna breue Introduction para los que comiençan a seruir a Dios: y vn Tratado de los tres votos de la Religion. Compuesto por F. Hieronymo de Ferrara. Impresso en Lisboa en casa de Joannes Blauio de Colonia. Con Real Priuilegio.

1 vol., 16.°, 7 fls. prel. inn., 167 fls. numeradas pela frente.

Segue-se depois, sem paginação, o *Tractado de Hieronymo de Ferrara.*

Ex: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

JOÃO FERNANDES

Ordinario dos Canonicos Regulares da Ordem do bem auenturado nosso padre S. Augustinho, da congregação de sancta Cruz de Coimbra. — No fim, em folha solta, depois do Index: *Foi ympreso em Lixboa no mosteiro de Sam Vicente de fora per Ioam fernandez ympresor de libros. Anno de 1579.*

8.°, aspecto de 4.°, cadernos de A, A V, etc., 143 folios, afóra 2 de index inn., mais 7 inn. De como se faz dia dos martyres em o mosteiro de Santa Cruz, etc.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

No verso do frontispicio: *Vi por mandado do suppremo conselho da sancta & geral Inquisiçam este liuro, de que acima se faz mençam, & nam contem nada contra nossa sagrada religiam, & podese imprimir.—Frey Bartolomeu Ferreira.*

JOÃO PEDRO BONHOMINI

A 2.ª edição do *Sacramental, de Clemente Sanches de Verchial,* diz no fim: *Esta p̃sente obra foy emp̃mida na muy nobre cydade de Lysboa per Iohã pedro de cremona aos xxviij de Setẽbro. Anno M.ccccc e ij. Deo Gratias.*

A 3.ª edição é de 15 de fevereiro de 1539. A primeira é do século XV (1488).

Flos-sanctorum: Este he o liuro & legẽda que fala de todos los feytos & payxoões dos sãtos martires, etc. Tem a seguinte subscripção final: *Acabase o liuro q̃ falla d' todolos feytos vidas e payxões dos sanctos martyres em linguagẽ Portugues, per especial mandado do muy alto, e muy poderoso sñr. Rey dõ Manuel nosso sñor, e cõ seu puilegio. Empremido com muyta deligẽcia e despeza, em a muy nobre çidade de Lixboa pelo muy hõrrado lohã pedro bonhominy. Em 17. dias do mes dagosto, de mil e quinhentos e treze annos.*

Regimento de como os contadores das comarcas hã de puer sobre as capellas: ospitaaes: albregarias: cofrarias: gafarias: obras: terças: & resios: nouamẽte ordenado: & copillado pello muyto alto & muyto poderoso Rey dõ Manuel nosso senhor. E per especial mandado de sua Alteza Ioham pedro de bonhomini de Cremona ho mandou empremir. Com preuilegio.

Este titulo por baixo d'uma gravura, que tem dum lado as armas reaes e do outro a esphera.

Folio, marcação de 8.º, A Aiiii, lviij folios. No verso do ultimo o escudo do impressor. Mais 6 folios prel. inn. com o frontispicio. Tavoada, uma folha solta com uma grande estampa representando um rei sentado n'um throno, com diversos personagens d'um e d'outro lado, e Prologuo.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

O ultimo livro da 2.ª edição das *Ordenações do reino* tem a seguinte subscripção final: *Acabouse de empremir ho liuro quinto das ordenações corregido e emẽdado per o doctor Ruy boto Chanceller moor destes regnos e senhorios. Per mãdado autoridade e preuilegio del Rey nosso senhor. Em Lixboa per Iohã pedro bonhomini. Aos xxviij dias de Iunho de mil e quinhentos e quatorze anos.*

Cada livro tem a sua data e subscripção especial.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Henntnis der Bestandteile von Taxus Baccatal (Eibe) Insbesondere über des Taxin, por Demosthenes Jatrides. Zürich, Buchdruckerei G. V. Ostheim.

Sur une généralisation de la transformation de lie, por Herbert Jobin. Porrentruy «Le Juva», S. A., Imp. Librairie, 1921.

Beitrag zur konstitution der aliphastichen Diazokörper und Hydrazone, por Gottlieb Lüscher. Zürich, 1922.

Pharmakochemische Untersuchungen in der Reihe der aromatischen Sulfamide, por Heinrich Mezger. Leipzig, Druck von Robert Noske, Borna, 1921.

Extension aux fonctions transcendantes entières de la formule d'interpolation de Lagrange, por Robert Miche. Zürich, Genève, Imp. Albert Kundy, 1920.

Die Baumeisterfamilie Purtschert und der Kirchenbau im Kanton, por Josef Mühle. Luzern, Buchdruckerei Hochdorf Ant. Gauder, 1921.

Geologie des Fluhbrig und der nördlich anschliebenden Flyschregion, por Albert Ochsner. Horgen, Buchdruckerei Studer-Schläpfer. Solothurn, Buchdruckerei Vogt-Schild, 1922.

Versuche zur Darstelluny von Acenaphten-Chinonderivaten, por Ernest Schelenker. Salzburg, Zaunrith'sche Buchdruckerei, 1922.

Vergleichende versuche über die Zusammenstzung und Verdaulichkeit von Rohstroh und aufgeschlossenem Stroh, por Walter Thomann. Luzern, Druck von Kuller & Co., 1921.

Uber den Verlauf des Drehmomentes breiasynchronen Drehfeldmotoren mit Käfiganker, por Plautius N. Andronescu. Leipzig, Druck von Robert Noske, Borna, 1921.

Uber den Alkaloidgehalt von Aconitum Napellus L. und Aconitum paniculatum Lam, por George Erwin Brunner. Zürich, Druck von Thomas & Hubert, Weida I. Thür, 1921.

Uber die Nitration des β — methylanthrachinons, por Robert Bütler. Zürich, Druck von Thomas & Hubert, 1921.

Der Aktionradius der Akkumulatoren-Eisenbahnfahrzeuge, por Fernand Christen. Zürich, Diss.-Druckerei Gebr. Leemann & Co., A.-G., 1922.

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º
N.º 2

1923
Fevereiro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923

O INSTITUTO

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Boletim do Instituto 49
Alocuções pronunciadas por ocasião da homenagem prestada ao presidente do Instituto, prof. Costa Lobo, pela Sociedade «Les amis des lettres françaises», em Paris, no dia 1 de Fevereiro de 1923 51
A fronteira hispano-portuguesa (Ensaio de geografia política), por Artur de Magalhães Basto 57
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por Sousa Viterbo 70
Terras de Odiana, por P. M. Laranjo Coelho 79
Livros recebidos 96

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 25 DE FEVEREIRO DE 1923

No dia 25 de Fevereiro de 1923, reüniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. COSTA LOBO.

O Presidente propôs, em primeiro lugar, que fôsse exarado na acta um voto de profundo sentimento pelo incêndio e consecutiva catástrofe que enlutaram a cidade de Coimbra no dia 23 do corrente mês de Fevereiro. Foi também aprovado por unanimidade.

O Presidente propõe ainda que seja lançado na acta um voto de congratulação pelos resultados obtidos pelo Observatório Meteorológico da direcção do Prof. ANSELMO FERRAZ DE CARVALHO, o que também é aprovado por unanimidade.

Em seguida, e depois de tomado conhecimento da correspondência recebida — entre a qual é lida uma carta do Ministro de França, Sr. CHARLES BONIN, agradecendo a sua nomeação para sócio do Instituto e prometendo para breve uma visita a Coimbra — o Presidente dá conta das manifestações de simpatia que lhe foram tributadas recentemente em Paris, como presidente desta Associação. Foi aprovado por unanimidade um voto de congratulação por êste facto e deliberado que fôssem publicadas no Boletim as alocuções proferidas a este respeito em Paris pelo Sr. CHARLES BRUN, pelo Sr. FRANCISCO MANUEL HOMEM CRISTO, Filho, e bem assim a resposta a essas homenagens proferida pelo Prof. COSTA LOBO.

Foi resolvido ainda que o Instituto se associasse à homenagem que o nosso exército vai tributar ao eminente sócio honorário e general de divisão, JOSÉ ESTEVÃO DE MORAIS SARMENTO, tomando parte na sessão solene que está anunciada e publicando na Revista a respectiva notícia.

Finalmente, resolveu-se solicitar com toda a urgência das

estações competentes a concessão do edifício em que está funcionando actualmente o Instituto.

Passou-se em seguida à eleição de novos sócios, que deu o resultado seguinte:

SÓCIOS EFECTIVOS NACIONAIS

Dr. ALBERTO DIAS PEREIRA, reitor do Liceu de Coimbra.

Dr. LUÍS MARTINS RAPOSO, prof. da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Dr. ARISTIDES AMORIM GIRÃO, prof. da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Dr. MANUEL DOS REIS, prof. da Faculdade de Sciências da mesma Universidade.

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAÍL, publicista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

Dr. MANUEL DUARTE, advogado e publicista, de Lisboa.

ALMIRANTE NEWPART, publicista, de Lisboa.

FRANCISCO MANUEL HOMEM CRISTO, Filho, publicista, de Paris.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

ERNST MAYER, prof. da Universidade de Würzburg.

CHARLES BRUN, prof. no *Institut des Hautes Études internationelles,* de Paris.

A. AZAMBUJA, astrónomo do Observatório de Médon.

MARCEL BRILLOUIN, do Instituto de França.

EDOUARD ROTHÉ, director do Instituto Geofísico da Universidade de Strasbourg.

A. TOWLER, prof. do Imperial College de Londres.

M. CISOTTI, prof. da Universidade de Milão e do Instituto Técnico Superior de Palermo.

CONDE DE GRAMONT, do Instituto de França.

De nadâ mais se tratou nesta sessão, da qual eu, CABRAL DE MONCADA, Secretário do Instituto, lavrei a presente acta.

(aa) COSTA LOBO.
CABRAL DE MONCADA.

ALOCUÇÕES PRONUNCIADAS POR OCASIÃO DA HOMENAGEM PRESTADA AO PRESIDENTE DO INSTITUTO, PROF. COSTA LOBO

PELA SOCIEDADE «LES AMIS DES LETTRES FRANÇAISES», EM PARIS, NO DIA 1 DE FEVEREIRO DE 1923

MONSIEUR LE PROFESSEUR:

Vous allez être salué tout à l'heure par mon éminent confrère M. Charles Brun, qui est une des glóires de l'éloquence française et un des esprits les plus fins, les plus cultivés, les plus délicats de l'aristocratie intellectuelle de la France.

Je ne veux pas anticiper sur l'hommage que va vous rendre notre éminent Président de ce soir, mais je tiens a vous exprimer ici ma respectueuse admiration et à vous dire, en même temps, combien je suis heureux, après le bruyant conflit qui m'éloigna de l'Université dont vous êtes un des plus riches ornements, de vous recevoir au milieu de tous les convives illustres qui nous entourent.

Vous remporterez en Portugal, Monsieur le Professeur, le certitude que vos efforts, votre dévouement à la science et au progrès de l'humanité, ne sont pas inconnus en France et que votre nom est justement estimé comme un de ceux qui méritent le plus la gratitude de nos contemporains.

HOMEM CRISTO.

*
* *

MONSIEUR:

Il convient de faire fléchir aujourd'hui le juste règlement des «Amis des Lettres Françaises». Il ne concède que cinq minutes à chaque orateur, vient de me dire notre Secrétaire générale en m'indiquant le sablier d'un doigt rigide. Je le

*

donne en quatre à plus savant que moi de faire tenir votre éloge en cinq minutes.

Votre éloge, Monsieur, est le simple énoncé de vos titres. A vrai dire, certains de ces titres ne sont pas de mon ressort. Vous êtes, Monsieur, l'un des savants les plus réputés de votre pays et de tous les pays. Professeur d'astronomie à l'Université, Directeur de l'Observatoire astronomique et Président de l'Institut de Coimbra qui publie depuis soixante ans une importante revue, représentant de votre Gouvernement auprès des Unions internationales de mathématiques et d'astronomie, vous ne m'appartenez pas, Monsieur. Si je voulais résumer vos travaux et vos découvertes les nouvelles théories physiques où vous justifiez, par une conception nouvelle des radiations, l'hypothèse de l'émission; vous m'accuseriez de parler de ce que j'ignore, — et je courrais le risque de vous travestir.

Tout au plus, oserais-je rappeler que vous nous avez fait de curieuses révélations sur la lune: la lune est l'astre cher aux poètes romantiques...

Non, Monsieur, ce n'est pas le savant que je voudrais louer ce soir. Lorsque M. de Homem Christo m'a fait le grand honneur de m'appeler à vous saluer, il s'est souvenu — et je l'en remercie — que depuis vingt cinq ou trente années, humblement, obscurément, obstinément, je défends l'idée fédérative. C'est la seule excuse de ma hardiesse de ce soir.

Ce grand rêve, vous en avez été, Monsieur, vous en êtes un des plus nobles artisans. Laissons à d'autres, plus ambitieux, cette conception d'une Société des Nations immédiatement universelle, où tous les peuples seraient éntrés après l'effroyable cataclysme. Pour vous, Monsieur, comme pour nous, le premier travail, le seul efficace á cette heure, est de grouper par des liens fraternels les nations que rapprochent une origine, une langue, une culture communes. C'est à la latinité que le grand savant que vous êtes, se penchant sur les questions sociales, anxieux de mieux être, a voué sa généreuse ardeur. Nous connaissons votre beau livre «Sur le problème mondial et l'action du Portugal»: nous connaissons votre action persévérante en faveur de l'union latine. Notre gourvernement vous en a récompensé par l'une de ses plus hautes distinctions; mais nous, Monsieur, nous ne pouvons que vous offrir notre hommage et l'assurance qu'ici vous êtes compris et aimé. Avec vous, nous croyons à l'avenir latin, à la réalité future de l'unité méditerranéenne. Notre

ami, M. Canudo, a parlé, un jour, de l'«homo mediterraneus», cet homme classique qui forme un régne dans le genre humain, pour avoir eu part au trésor intellectuel, moral et social d'Athènes et de Rome. Et par delà les horizons, nous appelons à notre fraternité les peuples essaimés dans l'Amérique du Sud.

On nous dit que la race est un vain mot, et je ne prétends point que la race latine soit, en effet, pure de tout mélange. Laissons cette vanité aux savants germains. Mais nous disons: race psychique, sinon race physique; race formée par un commun idéal; race de l'ordre et du droit; race dont «la culture, criait magnifiquement Gabriele d'Annunzio, est nécessaire à la noblesse du monde, comme le rythme intérieur à tout être vivant».

Voilá, Monsieur, par où vous nous appartenez tout entier, s'il est vrai que la défense d'une idée commune resserre et rapproche.

Au soir de sa vie, le poète montpelliérain, Octavien Bringuier, mon compatriote, élevait son verre «aux races latines»: «Latins, disait il, ne faisons qu'un! Nous sommes tous frères et soeurs; — et gare s'il arrive malheur à quelqu'un de nous! — Si nous voulons garder le timon du vaisseau — que le soufle de Dieu promène par le monde — si nous voulons êtres rassasiés de paix et de travail, — soyons ce que tenaient les licteurs: un faisceau!»

Permettez moi, Monsieur, de reprendre cette belle image. Je bois à notre hôte de ce soir, ami de la France et de ses lettres. Je bois à sa pensée, guidée par l'étoile des Mages vers un avenir de concorde. Je bois à la fédération latine, au faisceau que tenaient les licteurs.

CHARLES BRUN.

*
* *

MONSIEUR LE PRÉSIDENT:
MESDAMES MESSIEURS:

Après l'éloquent discours de Mr. Charles Brun, qui nous fait l'honneur de présider, après cette merveilleuse affirmation du génie français, je ne devrais dire qu'un seul mot: Merci. Mais l'envie que j'ai d'exprimer la profonde gratitude que j'éprouve, m'oblige à vous demander excuses de vous prendre quelques moments.

Pourtant, rassurez-vous, je ne serai pas long; je ne possède, malheureusement, pas assez la belle langue française pour bien mettre en evidence les sentiments d'admiration, de tendresse, de reconnaissance que j'éprouve en ce moment, pour moi inoubliable.

Mais, tenant à exprimer combien je suis sensible à cette manifestation des notabilités si éminentes et remarquables qui forment la société «Les amis des lettres françaises» c'est pour moi un devoir d'être bref; — pas trop de blessures à cette harmonieuse langue française!

A vrai dire, pour moi, il ne s'agit pas de mots, mais de laisser dans votre esprit l'empreinte très profonde de mes sentiments. Et dès lors, je suis à mon aise, car j'ai très nettement conscience d'être un vrai et enthousiaste ami de la France, autant ami que profond admirateur, et vraiment ami parce que profond admirateur.

Je ne sais pas chanter les louanges que mêrite le peuple de France, et c'est pour moi grande peine... Je voudrais dire combien nous aimons son sentiment artistique, qui domine partout. Et à mon avis, l'art, c'est à bien dire le parfur des actions humaines. C'est lui qui a rendu et rend encore à l'humanité les qualités les plus nobles et les plus distinguées. Personne ne pourra jamais mettre en doute la distinction française dans toutes les manifestations des beaux arts, — littérature, musique, peinture, sculpture, architecture, etc... Mais ce que je veux affirmer, c'est que dans toutes les manifestations de l'esprit français on rencontre le charme du raffinement artistique.

Pleine d'art est la science française. Elle s'impose par la grandeur de ses idées, par son langage aussi clair que synthétique. Au milieu d'innombrables et éclatants monuments, elle nous éblouit avec celui que le génie de Laplace a enfanté, nous rendant seigneurs de l'Univers par son oeuvre incomparable, la mécanique du ciel.

Empreint d'esprit artistique est l'héroisme qui caractérise cette race, toujours gentilhomme, même quand elle est obligée de se battre et de vaincre, fidèle à ses nobles traditions de sauvegarde de la civilisation mondiale.

Empreinte d'art, elle l'est dans l'exercice de la religion, que celle-ci se manifeste par la voix de ses interprêtes, depuis les géants de l'éloquence, comme Bossuet, jusqu'aux plus humbles curés, ou bien qu'elle se montre par la tendresse dont elle entoure cette figure sublime: Jeanne d'Arc, qui semble symboliser l'âme française.

C'est que la caractéristique de l'âme française est la délicatesse de l'ame de la femme, la tendresse, la clairvoyance de l'âme de la mère, aux trésors inépuisables et si précieux. C'est cette âme qui toujours conduit la France, à la victoire par les armes, à la conquète du monde par son charme.

Je me sens emporté par mes sentiments d'admiration respectueuse, mais je dois abréger. Permettez-moi cependant d'évoquer qu'au congrès de mathématiques tenu à Strasbourg en 1920, — congrès auquel j'ai eu l'honneur de représenter le Portugal, et où j'ai pu me faire de précieux amis, parmi lesquels l'illustre savant Monsieur Königs, que je suis très heureux de voir ici — à ce congrès donc, j'ai eu l'occasion d'affirmer, et j'aime à le répéter ici: «Il serait insensé de méconnaitre la gravité du moment que nous traversons. Le monde oscille entre deux états: la dispersion et l'organisation, — le chaos et la vie. Mais pouvons nous avoir d'autre désir que de vivre?... Heureusement, la France qui, dans le vaste organisme humain tient une position primatiale, conserve ses puissantes qualités de race, et elles nous assurent que nous n'avons pas à craindre d'être rejetés dans le chaos».

J'ai également écrit à la fin du livre que m'a inspiré la grande guerre, et dans lequel j'ai prévu les évènements qui, malheureusement, sont en marche, j'ai écrit, dis-je. «Mais... le mot final? Le mot final, c'est au Maréchal Foch, chef militaire des vainqueurs, à le dire». Cela arrivera, et j'ai toute confiance qu'il en résultera la plus complète satisfaction pour la France et tous ses amis, au nombre desquels tout le monde devrait être!

Enfin, je veux exprimer combien je suis heureux de voir constamment se manifester la réciprocité des sentiments cordiaux entre mon pays et la France. La semaine dernière encore j'ai pu entendre que vos sentiments sont semblables aux notres envers ce peuple que nous aimons comme nous-même, envers cette admirable civilisation qu'est le Brésil, une des plus éclatantes étoiles brillant au firmament de l'humanité.

Pour augmenter ma gratitude, vient s'ajouter l'hommage que vous faites à mon pays en consacrant un de ses fils les plus distingués, Monsieur le Docteur Homem Christo, à qui je présente mes voeux de constante prospérité à laquelle son rare mérite et les belles qualités de son coeur lui donnent droit.

Messieurs, mes derniers mots seront pour saluer M. Charles Brun, l'infatigable et brillant propugnateur de la fraternisation latine, notre illustre et savant président, et en le saluant, je salue aussi cette docte et respectable Société «Les Amis des Lettres Françaises», et je salue enfin aussi notre chère et héroique France.

COSTA LOBO.

A FRONTEIRA HISPANO-PORTUGUESA

(ENSAIO DE GEOGRAFIA POLÍTICA)

Tendo tido a intenção de preparar um trabalho sôbre a fronteira hispano-portuguesa, com destino ao Congresso Scientífico Luso-Espanhol, em 1921 realizado no Pôrto, o Sr. Prof. Mendes Corrêa organizou um inquérito junto dos professores primários e dos comandantes de postos da Guarda-Fiscal das regiões fronteiriças. O trabalho chegou a ser anunciado no programa do Congresso, mas algumas das respostas vieram tão tarde que não pôde aquele professor elaborá-lo a tempo. Por essa razão, e como, perdida aquela oportunidade, outros assuntos lhe chamassem mais fortemente a sua atenção de investigador, obsequiosamente pôs à minha disposição as respostas do inquérito que organizara. Ao mesmo tempo que louvo e agradeço a solicitude dos autores das respostas aludidas, agradeço ao Sr. Prof. Mendes Corrêa a sua concessão de tão interessantes materiais e as indicações que me forneceu para a elaboração do meu trabalho, que não passa dum simples ensaio, embora feito com a maior imparcialidade.

*
* *

O território português, sob o ponto de vista da geografia física, não pode considerar-se uma unidade distinta dos elementos que entram na constituïção do grande todo peninsular. A maior extensão dêsse território faz parte da Meseta Ibérica, formando os degraus dum anfiteatro sôbre o Atlântico. As suas montanhas do norte são a continuação do maciço galaico; as Serras da Gardunha, Estrêla, Lousã e Caramulo o prolongamento do Sistema Central Divisório espanhol, e as do Baixo Alentejo e do Algarve a seqüência da Serra Morena.

As serras de Sintra, da Arrábida, de Grândola e do Cercal, embora possam considerar-se sem continuïdade com formações espanholas, nem porisso são acidentes geomor-

fológicos em cujo condicionalismo de origem a Meseta não represente um papel. As serras do Alto Alentejo, se podem considerar-se àparte do Sistema de Toledo, não o são do relêvo próprio da Meseta. A orla mesozóica ocidental é uma formação bem portuguesa, mas oferece semelhança com o bôrdo oriental da Meseta, a qual é, a rigor, o elemento mais característico da Península. Os rios principais de Portugal têm, como é sabido, a sua origem em Espanha. Emfim o clima, embora apresentando pela oceanicidade um aspecto especial no ocidente peninsular, não se separa do clima continental do centro da Espanha por uma divisória brusca e nítida mas, como é natural, por gradações sucessivas e lentas.

Geomorfològicamente, o território português não pode portanto ser considerado distinto do resto da península (1).

A posição de Portugal num vasto anfiteatro sôbre o Atlântico (anfiteatro que, parafraseando uma expressão de Réclus «a Península Ibérica volta as costas à Europa», parece a seu turno voltar as costas à Espanha), abrindo-se ao oceano pelos seus amplos estuários, pelas suas praias baixas, pelas suas baías, etc., sugeriu a vários autores o mais forte argumento para a invocação dum exclusivo determinismo geográfico na explicação da história nacional.

Os vales de alguns rios fronteiriços, por vezes gargantas estreitas e profundas, verdadeiros caniões de margens alcantiladas e a pique, que resultam, em grande parte, duma colossal flexura meridiana do ingente bloco hercínico da Meseta, foram apresentados como excelentes fronteiras naturais, justificativas da autonomia portuguesa. A fronteira luso-espanhola ajusta-se, na realidade, em grande parte do seu traçado a acidentes naturais, sobretudo cursos de água; a parte que, na nomenclatura vulgar, se diz artificial, seccionando regiões uniformes, sem correspondência com qualquer acidente de terreno ou curso fluvial, é muito menos extensa. Com efeito, cêrca de 800 quilómetros de fronteira, para um total de 1:209 quilómetros, isto é, cêrca de $^2/_3$ da fronteira terrestre, correspondem a rios ou a ribeiras duma importância apreciável.

Não são, porém, estes, nem outros factos e acidentes naturais, as determinantes e justificações suficientes da nossa separação da Espanha, como Estado distinto e independente.

---

(1) Mendes Corrêa — *Etnologia Ibérica*. Nos Anais Scientíficos da Academia Politécnica do Pôrto. Coimbra, 1921.

Não falando já da lógica antinomia que oito séculos de história explicam, não atendendo à feição histórica inconfundível que as relações com o mar deram a Portugal, não entrando no estudo do elemento essencial numa nacionalidade, isto é, comunidade de tradições, de necessidades, de aspirações — restam-nos ainda vários caracteres (língua, aspecto antropológico, costumes, geografia humana, etc.), que embora, sem dúvida, relacionados com a história, com a geografia física, etc., e mesmo entre si, bem permitem afirmar-se a existência duma individualidade portuguesa perfeitamente definida perante a Espanha.

É justamente a exposição dêsses caracteres em relação à fronteira hispano-portuguesa que nos propomos realizar, entendendo que na apreciação daquela individualidade um estudo antropo-geográfico sôbre as regiões fronteiriças tem um interêsse evidente, embora o confronto das características do *hinterland* dos dois países tenha também uma grande significação.

É preciso, acima de tudo, não esquecer que a individualidade nacional não é uma conseqüência exclusiva da geografia física, da etnologia, etc., mas um facto de *geografia política* que como tal vamos encarar.

*
* *

Sob o ponto de vista scientífico, não tem interêsse a fronteira considerada simplesmente como *linha divisória* entre dois territórios. O que é na verdade importante é a *zona* fronteiriça — essa zona de transição entre as duas individualidades políticas. As chamadas *fronteiras naturais* nada significam sob aquele aspecto, se não corresponderem concomitantemente a sensíveis diferenças antropo-geográficas entre as regiões que lhes ficam dum e doutro lado.

A rigor, portanto, uma classificação de fronteiras, deve ser, essencialmente, uma classificação *antropo-geografica;* só secundàriamente lhe interessam certos detalhes naturais e de nenhum modo as razões egoistas de estreita conveniência nacional. Muitas vezes um rio ou a cumiada duma montanha não constituem verdadeiras linhas de separação. Um rio pode ser antes um elemento de aproximação entre as populações das duas margens, e sucede até que a população duma montanha está às vezes mais relacionada com a da outra vertente do que com as do vale ou as da planície mais próxima.

Fundado nos princípios expostos, apresenou Vallaux a sua nova classificação — substituindo ao exame linear das fronteiras o das zonas fronteiriças e partindo de considerações principalmente de geografia humana.

Para Vallaux, as fronteiras dividem-se em *esboçadas, vivas* e *mortas.*

As primeiras não correspondem na realidade a diferenças antropo-geográficas, antes são o resultado de combinações políticas, mais ou menos arbitrárias. Além disso, não as caracteriza a presença duma actividade local intensa, pois que muitas vezes elas atravessam territórios muito fracamente povoados. No entanto podem vir a tornar-se num futuro mais ou menos próximo e em virtude de uma mais eficaz ocupação do território ou por outros motivos, verdadeiras zonas de transição entre as regiões que delimitam. Incluem-se neste grupo as *fronteiras astronómicas, geométricas* e *de referência.* Encontram-se em certos Estados de criação recente ou nos países coloniais.

Fronteiras *vivas* (também chamadas fronteiras *de acumulação*) são aquelas onde, apesar das incessantes e íntimas relações mútuas dos povos limítrofes, é bem nítida a diferenciação étnica, política e social entre êles.

Caracteriza-as, em regra, uma grande densidade de população e a existência de certos pormenores cartográficos interessantes pelo vivo contraste que determinam nas duas regiões da fronteira. Sofrem por vezes, profundas oscilações. São o produto duma longa evolução histórica.

Finalmente, fronteiras *mortas,* são aquelas em que desapareceu a actividade, a inter-circulação, a densidade de população que antes as caracterizavam, facto êsse resultante do desvio dos indivíduos e das energias locais para outras regiões longínquas.

Tal é em resumo, a classificação de C. Vallaux (1).

*
* *

Postas estas considerações gerais, passemos agora pròpriamente ao objecto dêste trabalho, isto é, ao exame antropo-geográfico da fronteira hispano-portuguesa.

---

(1) *Géographie Sociale — Le Sol et l'État.* Paris, 1911, pág. 361 e seg.

Adoptando os princípios que acabamos de expôr nós vamos analizar a diversa distribuïção de povoações e populações na zona fronteiriça dos dois países, comparar os tipos físicos dos seus habitantes, os seus usos e costumes, a sua língua, investigar da qualidade e intensidade das suas relações recíprocas, registar os pormenores cartográficos que encontrarmos marcando posições ou analogias; só secundária e incidentalmente nos referiremos aos acidentes naturais da fronteira, pois como dissemos, êsses acidentes pequena significação teem sob o ponto de vista que ora nos interesse.

Povoações raianas e caracteres demográficos da zona fronteiriça

A fronteira hispano-portuguesa está longe de ser em todo o seu trajecto, uma fronteira típica de *acumulação*. Nas margens do rio Minho e do rio Trancoso, nos concelhos trasmontanos de Chaves e de Vinhais, na região acidentada do norte do Alentejo e junto da foz do Guadiana regista-se, como ainda num ou noutro ponto isolado, um adensamento de povoações e de população e ainda, como veremos oportunamente, uma certa intensidade de relações mútuas. A êsse adensamento nem sempre corresponde igual fenómeno do lado espanhol. Mas o que é certo, é que, numa importantíssima extensão, as regiões fronteiriças são pouco povoadas, tanto do lado de Espanha como do de Portugal, o que não pode deixar de influir no grau das respectivas relações.

Se, no sul, a míngua de povoações é parcialmente compensada pela existência de habitações dispersas, em muitos outros pontos à falta de núcleos de população acresce até a de casais isolados. É curioso, sob o ponto de vista de geografia humana, ver como a população escolhe os vales de certos rios (como no Minho), e certos pontos da trajectoria de vias de comunicação internacional, como Marvão, mostrando preferência ora por aluviões e terrenos aráveis, ora por estradas comerciais, ora ainda por centros de indústria extractiva, como a Mina de S. Domingos.

Pelo contrário, é interessante vê-la esquivar-se às altas cumiadas e serranias abruptas e escarpadas, como na Penêda, Gerez, Larouco, na Serra das Mezas, na Serra do Ficalho, etc.

A consulta das Cartas Geodésica e Itinerária de Portugal permite-nos verificar que, sendo numerosas em toda a fronteira dos rios Minho e Trancoso, as povoações começam a diminuir em quantidade e importância com a aproximação

da Serra da Penêda. De Melgaço a Castro Laboreiro há apenas míseros logarejos. No vale do Lima há alguns núcleos de povoações, mas a breve trecho rareiam de novo com a Serra do Gerez e a do Larouco, acumulando-se apenas no vale do Cávado. Numerosas nos concelhos de Chaves e Vinhais, escasseiam outra vez nas acidentadas regiões fronteiriças dos concelhos de Bragança e Vimioso e não são muito numerosas em toda a região do escarpado Douro fronteiriço, sobretudo no concelho de Freixo de Espada à Cinta, em que são distantes uma das outras, embora algumas tenham relativa importância.

No distrito da Guarda o número de povoações fronteiriças é pequeno, sobretudo nas margens íngremes do Águeda, mas ainda é mais reduzido no distrito de Castelo Branco, em que há enormes clareiras, sendo por exemplo, as regiões montanhosas da Serra das Mezas e sul desta e as margens alcantiladas do baixo Elga, do Tejo fronteiriço e do Sever, quási desertas.

Há um núcleo grande de povoações na zona montuosa entre Marvão e Portalegre, mas a sul da Serra de S. Mamede tornam a rarear, notando-se porém no planalto alentejano importantes núcleos de povoações, como Campo Maior e Elvas. Depois o número de povoações é pequeno, sobretudo a sul de Ficalho, no alto Chança. Entre Vila Verde de Ficalho e Córte de Pinto, isto é, numa distância de mais de 30 quilómetros, a Carta Itinerária de Portugal não regista uma única povoação e a Geodésica apenas alguns casais isolados e distantes. Elas tornam-se mais freqüentes entre a Mina de S. Domingos e Pomarão, e, depois, perto da foz do Guadiana.

Dum modo geral, as respostas ao inquérito feito, correspondem nos seus resultados aos que deduzimos do exame das Cartas.

No trôço de fronteira constituído pelos concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monsão e Melgaço, a população é numerosa, sobretudo na zona portuguesa, à excepção da região de Castro Laboreiro, onde a população é mais densa do lado de Espanha.

De Ribeira de Baixo (Melgaço) até ao Cabril (Montalegre), num sector abrangendo os concelhos de Arcos de Val de Vez, Ponte da Barca, Terras de Bouro e parte do de Montalegre, a fronteira é pouco populosa. Em alguns pontos, como no concelho de Terras de Bouro, é flagrante a relação que existe entre a superfície arável dos terrenos e a situação

geográfica dos núcleos de população. As povoações procuraram principalmente os vales dos rios e certos planaltos, e se nas encostas aparecem alguns núcleos reduzidos e dispersos, é porque aí há leiras cultiváveis à custa de incessantes esforços.

De Pitões (Montalegre) a Soutelinho da Raia (Chaves) as regiões fronteiriças voltam a ser populosas. A população reduz-se de novo entre Vilar Sêco (Vinhais) e Parámio (concelho de Bragança), havendo contudo bastantes povoações, dum e doutro lado da fronteira, «à distância mínima de 5 quilómetros e máxima de 15». De Parámio a S. Julião de Palácios, do mesmo concelho de Bragança, aumenta a população, excepto no trecho correspondente a Rio de Onôr.

Todo o resto da zona fronteiriça no distrito de Bragança (concelhos de Vimioso, Miranda, Mogadouro e Freixo), todo o concelho de Figueira de Castelo-Rodrigo no distrito da Guarda, e parte do concelho de Almeida até S. Pedro do Rio Sêco (do mesmo distrito), apresentam uma população bastante reduzida.

Em face das respostas do inquérito, também se pode considerar, dum modo geral, como pouco populosa toda a restante zona da fronteira portuguesa, até ao limite do concelho de Vila Real de S.to António. Convém contudo notar, nessa fraca densidade, certas diferenças locais que o mesmo inquérito nos assinala.

Assim é que, na parte da fronteira correspondente ao concelho de Sabugal, a população é relativamente numerosa, diminuindo na região de Foios (Sabugal) a Marvão. Aumenta na região correspondente a Marvão e Portalegre, do lado de Portugal, e a Valência de Alcântara, do lado de Espanha, para tornar a decrescer de Trestermos (Arronches) à freguesia da Expectação (Campo Maior).

A zona fronteiriça de Elvas, Alandroal, Terena, Reguengos, Mourão e Amareleja, não é muito populosa, contudo a sua densidade é maior do que a da zona espanhola que lhe corresponde. Dum lado e outro da fronteira existem habitações dispersas, que são as casas dos proprietários, administradores e guardas dos domínios rurais e suas correspondentes dependências (1).

---

(1) A estes domínios rurais dá-se no Alentejo o nome de *herdades*, tomando as casas o de *montes* — aos quais em Espanha, cabem os nomes, respectivamente de *fincas* e *cortijos*.

Tanto dum como doutro lado, algumas destas propriedades são habitadas por um considerável número de pessoas empregadas nos serviços dos campos, e que é maior ou menor, segundo as necessidades da agricultura, nas diversas épocas do ano.

Na freguesia de Ficalho há algumas habitações dispersas nas herdades e em várias glebas do terreno que fez parte do baldio municipal, denominado *Serra de Serpa* e que foi aforado aos habitantes de Ficalho. Do lado de Espanha, na zona correspondente, apenas existe uma povoação — a de Rosal de la Frontera, também designada Rosal de Cristina, com cêrca de 2:000 habitantes — e poucas habitações dispersas próximo da fronteira.

De Nodar (Barrancos) até ao Pomarão, a região é sempre pouco populosa, mas a população vai, em seguida, aumentando à medida que se aproxima Vila Real de S.to António. Da mina de S. Domingos em diante a região portuguesa é mais populosa do que a espanhola correspondente, cumprindo notar ainda que a partir de Pomarão a zona fronteiriça espanhola é quási só habitada por portugueses, que para ali emigraram, arrendando ou comprando fazendas e nelas se fixando.

Na zona fronteiriça do Algarve os habitantes do lado de Portugal na sua generalidade são portugueses, pois apenas em Vila Real de S.to António residem algumas famílias espanholas e mesmo essas já estão quási todas nacionalizadas.

Ultimamente, favorecidos pela extraordinária valorização da peseta, muitos espanhóis, em vários pontos da fronteira, têm adquirido propriedades em Portugal.

Para concluir êste capítulo, apresentaremos ainda, os dados estatísticos oficiais sôbre densidade de população na zona de fronteira hispano-portuguesa. E como êsses números não têm grande interêsse para o nosso objectivo, se não forem devidamente interpretados, nós, relativamente a Portugal, estabelecemos o confronto das densidades dos concelhos raianos com a dos seus respectivos distritos, *(Censo de Portugal, de 1911);* quanto à Espanha, comparamos as densidades das províncias fronteiriças com a densidade geral do país, em virtude de não nos ter sido possível obter do Instituto Geográfico e Estatístico de Espanha os elementos que desejavamos relativos a divisões administrativas menos extensas, por se ter esgotado o respectivo Censo.

Densidade de população em Portugal	62,5 hab. por km²
Densidade de população em Espanha	39. » » »

Portugal				Espanha	
Distritos	Densidade	Concelhos	Densidade	Províncias	Densidade
		Caminha	117		
		Vila Nova de Cerveira	92,7		
		Valença	134,5	Pontevedra	95,1
Viana	102,3	Monção	128		
		Melgaço	68,7		
		Arcos de Val de Vez	71,8		
		Ponte da Barca	68,6		
Braga	142	Terras de Bouro	33,2	Orense	57,6
Vila Real	57,5	Montalegre	27,3		
		Chaves	69		
		Vinhais	32		
		Bragança	27,4		
		Vimioso	25,5		
Bragança	29,5	Miranda	23,6	Zamora	25,9
		Mogadouro	23,7		
		Freixo de Espada à Cinta	23,3		
		Figueira de Castelo-Rodrigo	30,7	Salamanca	25,5
Guarda	19,5	Almeida	32,9		
		Sabugal	44,6		
		Penamacôr	23,9		
		Idanha a Nova	18,9		
Castelo Branco	36,1	Castelo Branco	26,6		
		Vila Velha de Rodam	23,9	Caceres	17,2
		Nisa	25,3		
		Castelo de Vide	25,8		
		Marvão	40,4		
Portalegre	22,7	Portalegre	49,7		
		Arronches	16,2		
		Campo-Maior	31,1		
		Elvas	34,4		
		Alandroal	15,4	Badajoz	21,9
Évora	20	Reguengos	22,5		
		Mourão	15,6		
		Moura	22,1		
		Barrancos	14,6		
Beja	18,8	Serpa	18,6		
		Mertola	16,8		
		Alcoutim	14,9	Huelva	25
		Castro Marim	28,7		
Faro	54,4	Vila Real de S.to António	188,7		

Por êste quadro se vê que 14 dos concelhos fronteiriços têm uma densidade superior à dos seus respectivos distritos — sucedendo o inverso aos 26 concelhos restantes. Do mesmo modo se verifica que só os distritos de Viana e Braga têm maior densidade que a média geral portuguesa — assim como do lado de Espanha só as províncias de Pontevedra e Orense têm maior densidade que a média da Espanha.

Os habitantes

Em toda a extensão da zona fronteiriça hispano-portuguesa, de Caminha a Vila Real de S.to António, as populações, de um e outro lado, não apresentam diferenças sensíveis de tipo físico.

No entanto, os estudo antropológicos feitos em Espanha e Portugal por Oloris, Aranzádi, Sanchez Fernandez, Ferraz de Macedo, Santana Marques, etc., permitem concluir que as populações espanhola e portuguesa são constituídas pelos mesmos elementos antropológicos, embora em proporções diferentes. «Nos mapas relativos à distribuïção do índice cefálico», escreve Mendes Corrêa, «a unidade portuguesa avulta. Dir-se-ia que Portugal é marginado pelos braquioides extremenho e cantábrico, que constituem como que uma barreira não insuperável, a separá-lo do resto da Península. Se nisso está um fundamento da individualidade nacional, na analogia qualitativa da etnogenia dos dois povos está a prova scientifica» do parentesco entre portugueses e espanhóis (1).

Anotemos entretanto também, algumas das respostas ao inquérito, que mostram não ser perfeita a homogeneidade física das populações.

Na fronteira do Minho, do lado de Espanha, as crianças têm em geral cabelos loiros, e os traços fisionómicos das mulheres, por via de regra, são mais regulares que os dos homens. São muito semelhantes os tipos físicos das duas populações. O mesmo se pode dizer de toda a zona da fronteira-norte de Portugal, parecendo ser no entanto aperfeiçoado o tipo físico do português da zona fronteiriça do distrito de Bragança.

Neste distrito há três tipos físicos curiosos que também se

---

(1) *Raça e Nacionalidade*, 1919. Pôrto, pág. 108.

encontram do lado da Espanha. Em Lombada e Terras de Miranda nota-se um tipo de indivíduos robustos de maior estatura, espadaúdos. Parecem ser os primitivos habitantes da região. São pastores e agricultores — muito aferrados à terra. Nas proximidades de Freixo e mesmo, um pouco, nas citadas regiões de Lombada e Terras de Miranda aparece um outro tipo: indivíduos mais fransinos e mais morenos. São quási sempre os empregados públicos e os artistas — temperamento mais aventureiro e irrequieto. Carção e Argozelo, pequenas povoações de 400 e 500 fogos respectivamente, oferecem-nos bem nítido o terceiro tipo físico: indivíduos fortes e entroncados, embora não tanto como os lombardezes e mirandezes, tês morena, ventre proeminente. Têm grande tendência para o comércio que em regra praticam ambulantemente. São empreendedores e ponderados. Têm-se espalhado por outras povoações onde fazem sentir a sua actividade, sobretudo na povoação de Campo de Viboras e Vimioso. Parecem ser os representantes dos judeus que nesta região se estabeleceram, possìvelmente, a quando da sua expulsão de Espanha por Izabel a Católica.

Na zona fronteiriça leste, não nos foi apontada uma única diferença importante; simplesmente se nota que os espanhóis da zona de fronteira correspondente a Arronches e Campo-Maior, são mais delgados e altos do que os portugueses dêstes concelhos.

Se agora passarmos a estudar a psicologia dos povos fronteiriços constatamos, em face dos dados colhidos, que ela é, na zona de fronteira setentrional, imensamente semelhante nas populações dos dois países; há apenas da parte dos espanhóis um pouco mais de impulsividade, de arrebatamento. Esta diferença, que aqui é pequena, vai-se tornando cada vez mais sensível na fronteira oriental, à medida que nos formos aproximando da Extremadura espanhola e Andaluzia. No Alentejo o temperamento do português difere por completo do do espanhol daquela zona; falta-lhe a vivacidade, o ruído, a alegria, e nas mulheres a graciosidade, que caracterizam as populações desta parte da Espanha. O algarvio, porém, já tem certas afinidades com o andaluz, sob êste ponto de vista, pois é muito vivo e palrador.

Na zona fronteiriça do distrito de Bragança, temos do lado de Portugal, pobres aldeões, plácidos e sofredores, broncos e desconfiados, e a quem raras coisas incomodam; do lado de Espanha indivíduos mais arrebatados, mais impetuosos mas que de repente se acalmam e se tornam se-

renos e afáveis. Tanto nuns como noutros, encontram-se, por vezes, sentimentos de barbárie que impressionam. Como exemplo parece-nos interessante o seguinte episódio, relatado num jornal do ano findo.

Uns caçadores da aldeia de Petisqueira, concelho de Bragança, andando numa caçada aos javalis, entraram em Espanha em perseguição dum dêsses animais. Os carabineiros, que os descobriram em território espanhol, foram sobre êles e prenderam-nos.

Entretanto, nesse mesmo dia, um pobre velhote da mesma aldeia, necessitando duns ramos de azinho, para o gado, igualmente atravessou a fronteira para os ir colher. Sobrevem um espanhol, que increpa o homensinho, terminando por exigir a entrega de ferramenta de que se servia. A isto não acedeu o português, que contudo se prontificava a pagar em dinheiro o que o outro lhe exigisse. Houve troca de palavras, a questão azedou-se, e os dois envolveram-se em desordem. O espanhol, porém, não levou a melhor, pois o velhote ainda bastante rijo, defendeu-se com a foice, chegando a ferir ligeiramente o adversário, e conseguiu fugir para a sua aldeia. Eis agora o interessante da história: «¿De que se hão-de lembrar os espanhóis? Nada mais, nada menos, do que de propôr a liberdade aos caçadores, que estavam ainda em seu poder, com a condição de aqueles lhes levarem o velho do azinho. Os homens aceitaram. Dirigiram-se altas horas da noite a casa do desgraçado, arrombaram-lhe a porta, arrastaram-no para a rua indiferentes aos rogos da família, que banhada em pranto lhes pedia clemência, amarraram-no de pés e mãos com uma corda, e foram entregá-lo às autoridades espanholas». Depois deixaram-se ficar por Espanha, a monte, porque bem sabiam qual era o digno prémio que o seu acto merecia.

Esta extradição tão original demonstra bem os sentimentos dos seus autores.

Em quási toda a fronteira leste, nota-se que o espanhol é muito mais sociável do que o português, vendo-se com a maior freqüência fidalgos e plebeus acamaradarem nos mesmos cafés, nos mesmos bailes, sem constrangimento, pelo contrário com a maior cordealidade. Tal se não dá entre os portugueses. O espanhol nesta fronteira é mais dado a festas, diverte-se mais do que o português, freqüenta mais a igreja, joga mais.

Comparando o habitante de Ficalho com o de Rosal de Cristina, notam-se diferenças apreciáveis. O ficalhense e, po-

demos dizer, o português desta zona, é pouco expansivo, as suas canções têm uma toada melancólica, muitas vezes monótona e lembrando o canto-chão. Os habitantes de Rosal têm o tipo andaluz, tudo os interessa, de tudo falam, agitam-se e discutem com vivacidade. As suas canções são alegres; não têm nada da profunda dolência das dos habitantes de Ficalho,

Estas mesmas diferenças existem mais para sul; a placidez, a calma do alentejano, vão contrastando duma forma notável com o temperamento expansivo e ruidoso do espanhol, patenteado em todas as manifestacões da sua vida íntima e social. Além disso, o português é bastante sóbrio e sofredor: o espanhol gosta da mesa lauta — é mais insofrido, mais praguejador. As populações fronteiriças desta zona são bastante trabalhadoras. Contudo neste ponto, estão actualmente inferiores os portugueses, devido à onda de preguiça que pelo nosso país tem alastrado.

De Alcoutim até ao mar, a zona fronteiriça espanhola é habitada quási ùnicamente por portugueses, como já dissemos; o temperamento dêsses indivíduos, bem como o dos que vivem em Portugal, é em grande parte parecido com o temperamento andaluz.

Resumindo o que acabamos de expôr, podemos dizer que, aparte a diferença que os antropologistas conseguem estabelecer entre portugueses e espanhóis das regiões fronteiriças, e algumas outras de pequena monta, que se notam no temperamento e que são variáveis em natureza e intensidade dum ponto para outro, não há funda distinção de tipo físico e psicológico, entre os habitantes dos dois lados da fronteira. É curioso anotar a êste respeito, que algumas anedoctas e aforismos populares dos portugueses em que se atribuem aos vizinhos dalém-fronteira fanfarronadas, hipérboles e invenções orgulhosas, são, por seu turno, ditas pelos espanhóis encabeçadas aos portugueses. Claro está, que êste trabalho, sem qualquer parcialidade que seria anti-scientífica, não vai buscar elementos a essas narrativas e provérbios, originados em ressentimentos nacionais, várias vezes avivados através da história.

(Continúa). ARTUR DE MAGALHÃES BASTO.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 1, pág. 47)

JORGE RODRIGUES

Primera parte del Thesoro de Divina Poesia donde se contienen varias obras de deuocion de diuersos autores, cuyos titulos se veran a la buelta de la hoja. Recopilado por Esteuam Villalobos. Impresso en Lisboa con licencia por Jorge Rodriguez Impressor. Año de 1598. A costa de Pedro Flores, mercader de Libros. Vendese en su tienda al Peloriño Velho junto a la rua noua.

8.º, 8 fls. prel. inn., 223 num. pela frente.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Sentencias generales de Francisco de Guzman, agora nueuamente corregidas. Con licencia. Impresso en Lisboa, en casa de Jorge Rodriguez. Año de 1598. A costa de Francisco Perez Mercader de libros y vẽdese en su tienda al Pelorinho Velho.

12.º, 180 fls., sendo 10 prel. Registo A P, cadernos todos de 12 folhas. A numeração é erradissima.
Exemplar descripto em Gallardo sob n.º 2:449.

Galateo Espanol. Autor, Lucas Gracian de Antisco, criado de su Magestad. Y de nueuo va anadido el Destierro de Ignorancia, que es Quaternario de Auisos conuinientes a este nuestro Galateo. Y agora de nueuo, la inoransia y vnos versos. Con licencia. En Lisboa en

casa de Iorge Rodrigues. Año 1598. A costa de Francisco Perez Librero y Mercader de libros, y vendese en su tienda al Pelorinho Velho.

12.°, 9 fls. prel. inn., 152 numeradas pela frente. Bibliotheca Nacional de Lisboa.

LUIS RODRIGUES

Quer-nos parecer que não deve ser considerado como impressor propriamente dito, mas antes como dono de typographia. Elle mesmo se declara na maior parte das subscripções dos seus livros livreiro d'el-rei nosso senhor. Em 1530 ainda Germão Galharde imprimia a *Cronica llamada el triumpho de los nueue a costa de Luys Rodriguez librero del Rey*.

As suas primeiras impressões, de que temos visto exemplares, não vão alem de 1539. Os snrs. Deslandes e Tito de Noronha delimitam a sua actividade entre 1539 e 1554, attribuindo-lhe este último 36 obras.

As impressões de Luis Rodrigues foram sempre estimadas pelos bibliophilos e tidas na conta das melhores da sua epoca. Ribeiro dos Santos, Innocencio e o dr. Deslandes tecem-lhe elogios sob este ponto de vista. Não está, porém, de acordo com elles o seu contemporaneo André de Rezende, que se queixa amargamente da pouca aptidão dos empregados da officina, que elle qualifica de rapazes indisciplinados e ignaros. Em carta escripta em 16 de março de 1547 e dirigida a D. João de Castro, queixa-se elle amargamente da lentidão e desprimor da imprensa. Estas queixas tornou-as elle publicas no proprio *Breviarium Eborense*. Em folha solta, em seguida a outra em que vem a subscripção, lê-se o seguinte:

Cum excetra | non cum homine bellum gessimus: quã din cũ typographo insigniter artis eius ignaro | remqz por pueros indisciplinatos | & ignauos operes agente nobis colluctandum fuit. Tot subinde monstris occurrendum erat: vt non semper Argi esse potuerimus. Ergo quum non leuia tria errata postea offendissimus vel sus mederi visum est.

Luis Rodrigues usava por escudo o dragão enroscado, que, mais tarde tambem foi adoptado por João da Barreira e João Alvares: este escudo era de dous formatos — um grande e outro pequeno. — Este ultimo, menos frequente, vê-se nos

Psalmos de Jarava. O outro acha-se reproduzido no Catalogo de Salvá, vol. 2.º. pag. 30. O escudo adoptado por Barreira e João Alvares não tinha a tarja com o nome.

Foi escudeiro da casa real, conforme declara na subscripção final do livro de Francisco de Monçon *Norte de Cõfessores,* impresso em 1546.

Merece retificar-se o erro que vem no *Dictionnaire historico-artistique* do conde de Raczynski, onde Luis Rodrigues apparece mencionado como gravador. O illustre titular prussiano refere-se ao *Regimento dos contadores de comarcas* e diz que o seu nome apparece no frontispicio desta obra, o que é obsolutamente inexacto. Em seguida transcreve uma indicação do visconde de Juromenha, que aponta o escudo de Luis Rodrigues no fim da mesma obra, na pseudo-edição de 1514. Parece impossivel como o visconde de Juromenha se equivocasse d'este modo, mostrando estar tão pouco ao facto da historia da bibliographia e typographia portugueza.

Fallando de Luis Rodrigues, a proposito das obras do medico Antonio Luis, por elle impressas, diz fr. Fortunato de S. Boaventura na sua *Memoria sobre a litteratura grega:*

He pena e faz admirar que a typographia deste Impressor em tal seculo, e tal anno carecesse de tipos Gregos, a ponto de os escrever em caracteres latinos, o que muito desfêa as obras de Antonio Luis, que faria melhor se buscasse os prelos de João Barreira.

Convem advertir que as obras de Antonio Luis foram impressas em 1539 e 1540. Ora n'esse tempo ainda João da Barreira não tinha prelos, que se saiba. As suas primeiras impressões datam de 1542 e foram feitas em Coimbra em companhia de João Alvares.

Panegyrica oratio elegantissima plurima rerum & historiarum copia referta Ioanni huius nominis tertio inuictissimo Lusitaniarum regi nuncupata. Antonio Ludouico Vlyssiponensi medico auctore. Vlysbonæ. Apud Logdouicũ Rotorigiũ Typographũ. M. D. XXXIX.

4.º XLiiij folhas numeradas d'um só lado.

Livraria de Jeronymo Ferreira das Neves.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Ex.: em pergaminho na Torre do Tombo.

Antonii Lodovici Medici Olyssipponẽsis Problematum libri

quinq̃; opus absolutũ, & facũdũ, & varium multijugaque eruditione refertissimum. Olyssippone. M. D. XXXIX.

No verso do folio 61 lê-se esta subscripção: *Excvssum est hoc Problematvm opvs divino favente numine mense Ianvario, anno a Vigineo paster. M. D. XL.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa e Torre do Tombo.

Insino christão, approuado pella sancta Inquisição. Com priuilegio real. — No fim: *A honra da gloriosa virgem nossa senhora se acabou o tractado de insino christão imprimido em a muy nobre cidade de Lixboa en casa de Luiz rodriguez liureiro delRey nosso senhor, por mandado de Sua Alteza com seu priuilegio. Taxado por hũ vintem cada hũ. oje xxiij de Setembro de 1539.*

4.º, 25 fls. numeradas pela frente; caracteres gothicos.

Descripto em Innocencio.

Ex.: na Bibliotheca de Evora.

Repetitio in Canone Scīdite corda vestra, de penitēt. distinct. prima. Bartholomeo Philippo Authore. Vlysbonæ. Apud Logdouicum Rotorigũ Typographũ. M. D. XXXIX.

Este titulo n'uma portada gravada, identica á do *Insino Christão* 8.º (aspecto de 4.º.) A Aiiii, etc., xlvii folios; no verso do ultimo o escudo grande do impressor.

Bibliotheca d'Evora e Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Grammatica da lingua portugueza com os mandamentos da santa madre igreja. — No fim tem: *A louvor de Deus e da gloriosa virgem Maria. Acabasse a cartinha com os preceitos e mandamentos da santa madre igreja, e cõ os misterios da missa e responsorios della, empremida em a muy nobre e sempre leál cidade de Lisboa, per autoridade da santa inquisição... aos xii de dezembro, 1539 annos.*

8.º, 56 fls. sem numeração.

Esta obra é conhecida geralmente por *Cartinha,* conforme a denominou o proprio author na subscripção final.

Veja-se a sua descripção em Innocencio, *Supplemento.*

Antonii Lodovici medici Olyssiponensis de re medica opera quæ hic seqvntvr, etc. Olyssippone M. D. XL. — No verso do ultimo folio: *Impressa fvervnt hæc opera Antonii Lodovici medici olyssipponensis, in qvibus maxima et optima pars medicinæ totivs et omnino doctrina exqvisitissima et transmarina ex Galeni librorvm immenso thesavro vndiqve congesta continetur, apud Lodovicvm Rotorigivm typographvm, Anno a virgineo partv M. D. XL. Mensis Aprilis die decima qvinta in semper avgvsta vrbe Olyssippone.*

Folio, 151 folios.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.
Ex.: em pergaminho na Torre do Tombo.

De ocvltis proprietatibus, do mesmo author. — Subscripção final: *Impressvm est hoc opus de occvltis Proprietatibus & liber de Pudore, Antonij Lodouici medici Olyssipponensis, mense Martio, anno domini M. D. XL.*

Formato de folio, cadernos de 16 pags., 71 folios.

Libro llamado quistion de amor. — Este titulo acha-se debaixo de varias figuras, gravadas em madeira. Na folha 63, conclue d'este modo: *Fenesce el libro llamado question de amor. Impresso en Lisboa en casa de Luys Rodriguez librero d'lrey nuestro señor. Acabose el primer dia de Diziembre. Anno de M. D. XL.*

No verso d'esta folha o escudo do impressor.
4.°, de 64 folhas não numeradas, caracteres gothicos. Possuia um exemplar d'esta rarissima edição F. A. de Varnhagen, que o descreve a pags. 229 e seguintes do seu livro *Da litteratura dos livros de cavallaria,* Vienna 1872.

La Celestina.

Salvá refere-se ao catalogo da livraria do marquez de Morante, onde vem descripto um exemplar da edição de Lisboa, de 1540, por Luis Rodrigues.

Georgii Coelii lvsitani De Patientia christiana liber vnus. Itẽ nõnulla alia quæ in fide videbis. M. D. XL. — No fim: *Excusum est hoc opus nunc primum editum &*

emẽdatum, compositum á Georgio Cœlio Lusitano nobili viro, ac Reuerendissimi Domini excellentissimiq̃; Principis Henrici Infantis Portugalliæ, Archiepiscopi Bracarensis, & Hispaniarum Primatis á secretis. Apud Ludouicum Rodericum Typographũ Bibliopolamq̃; Regium Anno á uirgineo partu M. D. XL.

Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Verdadera informaçam das terras do Preste Ioam, segundo vio e escreveo ho padre Francisco Aluarez capellã del Rey nosso senhor. Agora nouamẽte impresso por mandado do dito senhor em casa de Luis Rodriguez liureiro de sua alteza. — Este titulo está por baixo d'uma gravura em madeira, que Figanière diz representar a entrada do embaixador D. Rodrigo de Lima. No fim lê-se: *A honra de deos e da gloriosa virgẽ nossa sñora se acabou ho liuro do Preste Ioã das indias em q̃ se conta todos hos sitios das terras, e dos tratos e comercios dellas, e do que passara na viaje de dom Rodrigo de lima que foy por mandado de Diogo lopez de sequeira que entam era gouernador na india: e assi das cartas e presentes que ho Preste Ioã mandou a el Rey nosso senhor, cõ outras cousas notaueis q̃ ha na terra. Ho qual vio e escreueo, ho padre Frãcisco aluarez capellã del Rey nosso senhor com muita diligencia e verdade. Acabouse no anno da encarnaçam de nosso sñor Iesu christo a hos vinte dous dias de Outubro de mil e quinhentos e quarenta annos.*

Folio gothico, 136 folhas numeradas pela frente, alem do rosto, prologo e indice.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Grammatica da lingua portuguesa. Olyssippone. Apud Lodouicum Rotorigiũ Typographum. M. D. XL.

8.º grande de 60 fls. numeradas pela frente.
Real Bibliotheca d'Ajuda.

Dialogo da uiçiosa Vergonha. Olyssippone. Apud Lodouicum Rotorigiũ Typographũ. M. D. XL.—No fim: *A louuor de deos e da uirgem Maria. Acabasse o Diálogo da uiciósa uergõha, Imprimido ẽ casa de Luys Rodriguez*

liureiro delRey nosso senhor cõ priuilegio Reál aos. xii de Ianeiro de M. D. XL.

Pode-se ver a reprodução dos frontispicios d'estes opusculos de João de Barros no *Diccionario Bibliographico*, vol 10.

Ley que mãda deuasar das pessoas que tiuerẽ ajuntamẽto carnal com suas parc̃tas e affiis cõ que esteuerem cõcertados de casar. — Diz no fim: *Foy impressa esta ley per mãdado del Rei nosso senhor em casa de Luis Rodriguez liureiro do dito senhor a xxv dias de Iulho do dito año de mil e quinhentos e corẽta.*

Folio, gothico, 2 pags.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Tratado da santissima comunham ho qual deue ter e ler todo Christão muitas vezes. — No fim: *Foy impresso este tratado ẽ ha muy nobre e sempre leal cidade de Lisboa em casa de Luis Rodriguez Imprimidor. Cõ licẽça e autoridade da Sancta Inquisição.*

8.º, pequeno, 48 pags. sem numeração; caracteres gothicos. O unico exemplar conhecido pertence ao sr. José do Canto. Veja-se Innocencio, vol. 7.º, pag. 385.

Antonii Lodovicī Medici Olyssipponensis. De re Medica opera quæ hine seqvntvr. (Aqui a designação das diversas obras). — No fim: *Impressa fvervnt hæc opera Antonii Lodovicī Medicī Olyssiponensis, in quibus maxima et optima pars Medicinæ totivs, et omnino doctrina exqvisitissima et remotior ex Galeni librorvm immenso thesauro vndique congesta continetvr, apvd Lodovicum Rotorigivm Typographvm, Anno Domini M. D. XL. mensis Aprilis, die decima qvinta in semper avgvsta vrbe Olyssippone.*

1 vol. folio, 115 folhas numeradas pela frente.

Acerca das obras do doutor Antonio Luis, leia-se o estudo que lhe é consagrado no 1.º volume dos *Archivos de Historia da Medicina Portugueza*, Porto, 1887.

Las sieteciẽtas del doctor e noble cauallero Fernam perez

de guzmã: las quales son bien scientificas y de grãdes & diversas materias e muy prouechosas por las quales qualquier hõbre puede tomar regla e doctrina y exẽplo de bien uiuir. Agora nueuamẽte ĩpssas eñl ano de mil y quiniẽtos y quarenta y vno. — Este titulo está por baixo d'uma vinheta em madeira, que representa um personagem escrevendo, e tudo, menos as tres ultimas linhas, circuitado por uma orla. No fim, nas costas da ultima folha, lê-se: *Fueron impressas las setecientas del noble cauallero Fernã perez de guzman enla muy noble e muy leal ciudad d' Lisboa por Luys Rodriguez librero det Rey nuestro señor. Acabarõse eñl año del nacimiẽto de ñro señor Jesu xpo de MDXLI.*

4.º, letra gothica sem paginação. Descripta em Salvá.

La hystoria que escreuio en latin el poeta Lucano: trasladada ẽ Castellano por Marti Lasso de Oropesa secretario dela excellẽte señora marquesa del Zenete cõdessa de Nasson. — No fim: *Aqui se acaban los diez libros de las guerras ciuiles que compuso en verso heroyco el famoso poeta Lucano traduzidos en romance castellano por Martin Laso doropesa secretario de la señora Marquesa del zenete. Imprimierõse en la insigne ciudad de Lisbona a xx de mayo de mil & qniẽtos y quarẽta y un años por Luys Rodriguez librero del Rey nosso señor.*

Ex.: de Ferreira das Neves. Vide Catalogo da livraria do marquez de Castello Melhor, n.º 1914.

El desseoso. — Este titulo por cima d'uma elegante portada gravada, tendo ao centro a estampa do calvario. Por baixo: *Tratado llamado el Desseoso y por otro nombre Espejo de religiosos agora de nueuo visto y examinado y añadido la quarta y quinta parte que hasta agora no ha sido impressa.* — No fim: *A gloria y honra de Iesu christo nuestro soberano redemptor y d su gloriosa madre nuestra señora. Aqui se acaba el libro llamado Desseoso que por otro nombre se llama Espejo de religiosos: compuesto por vn devoto religioso de la orden de señor sant Hieronimo nueuamente traduzido de lengua catalana en nuestro vulgar castellano. Y añadida la quarta y quinta parte que hasta aora no*

hauia sido impressa. Fue impresso en la muy noble y mui leal ciudad d' Lisboa en casa d' Luis rodriguez librero del Rey ñrs señor. Acabose a iiii dias dagosto De MDXLI.

4.°, sem paginação.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Historia de la Iglesia que llaman Ecclesiastica y tripartita abreuiada y trasladada de latin en Castellano: por vn deuoto Religioso de la orden de santo Domingo. Con priuilegio real. Mil DXLI. — No fim: *A loor de Dios y de la gloriosa Virgen Maria se acabo de imprimir la presente historia de la yglesia de Dios. Agora nueuamente trasladada de latin en romance por vn deuoto padre de la ordē de sant Domingos. La qual fue vista y examinada por los reuerēdos padres: el Prior d' sant Domingos d'la dicha ciudad y fray Alexo de Sancta Maria subprior y fray Christoual de Valbuena. Que por el señor Infante dō Anriq̄ inquisidor general en estos Reynos d' Portugal tienen cargo de examinar los libros que se hande empremir y leer. Y dizen que la traduzion esta fiel y prouechosa para que el pueblo la lea. Y por tanto dieron licēcia a Luys Rodriguez librero delRey que la emprima: y firmaronla de sus nombres. Acabose en la muy noble y leal ciudad de Lixboa a xv de Octubre 1541.*

1 vol. folio, typo gothico, 7 fls. prel. inn., 171 numeradas pela frente.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 1, pag. 41)

AS CALEIRAS

A indústria da extracção da cal é especialmente exercida pelos habitantes da aldeia da Escuza, perto da qual estão situadas as abundantes pedreiras de cal preta e branca conhecidas pelo nome de caleiras. É aí que se encontra o maior afloramento da mancha de calcáreos, a qual, como dissemos, se estende desde o sítio da Senhora da Vitória, arrabalde de Castelo de Vide, até à aldeia do Pôrto da Espada, onde também existem algumas pedreiras em exploração.

Nas caleiras da Escuza contam-se actualmente uns nove fornos. Cada fornada cose em média cêrca de 40 moios de cal, de 30 alqueires cada moio.

Para a cozedura de cada fornada são necessárias umas 180 cargas de mato; cada carga compõe-se de 15 paveias e cada uma destas de 3 gavelas.

O quadro que a seguir publicamos é organizado com os elementos estatísticos do inquérito industrial feito em 1890 acêrca das pedreiras existentes no país:

Local	Número de pedreiras	Produção em metros cúbicos	Valor em reis	Número de homens	Horas de trabalho
Escuza.....	12	1.620	1:620$000	26	10
Porto da Espada.	3	150	150$000	4	10

Esta indústria era susceptível de maior desenvolvimento

e representaria para a economia do concelho uma fonte mais abundante de receita se se intensificasse a extracção da cal, cujos processos de fabrico e de preparação se poderiam também aperfeiçoar. Os produtos extraídos das caleiras de Marvão têm grande procura não só das terras vizinhas, como ainda de muitas afastadas, como sejam a Covilhã, Guarda e muitas outras das nossas Beiras, o que prova que êles são preferidos e dos melhores nas suas diferentes aplicações industriais.

FEIRAS E MERCADOS

Se examinarmos os números estatísticos do mapa das profissões da população do concelho, ao qual nos reportamos, fácil será verificar um acentuado progresso no seu comércio, pois que figurando ali, no ano de 1890, o número de 132, passa no ano de 1900 a 214, para atingir no ano de 1911 o apreciável aumento de 313.

Exporta o concelho um pouco de quási todos os produtos agrícolas, entrando, porém, como principal elemento do seu comércio a castanha, madeira, a lã, alguns cereais e a cal, que é exportada, especialmente, para as terras dos distritos de Portalegre, Castelo-Branco e até mesmo, como acima dissemos, para as do distrito da Guarda.

A maior concorrência dos produtos e géneros agrícolas do fértil e abundante termo de Marvão é, sem dúvida, nos mercados que se realizam na capital do distrito às quartas feiras e nos que têm lugar nas sextas feiras na vila de Castelo de Vide; são estes, especialmente, muito concorridos na última sexta feira de cada mês, por serem francos desde 22 de Janeiro de 1910, e já muito importantes nas suas transacções, quer em géneros, quer mesmo em gados. Castelo de Vide foi, com efeito, desde longa data, o centro para onde converge toda a vida comercial do termo de Marvão, tendência aliás justificada pela situação mais central desta vila, pela importância da sua população, acrescida hoje da circunstância também importante de ser ali a séde da comarca desde 2 de Novembro de 1899.

Nos livros da Câmara da vila encontramos notícia de se realizarem em Marvão as seguintes feiras e mercados: no dia da *Ascensão*, no dia de *S. Francisco,* a 4 de Outubro, os quais se realizavam *extramuros* da vila e junto do antigo convento da Senhora da Estrela, no dia de *S. Marcos,* a

25 de Abril, em Santo António das Areias, e no quinto domingo da quaresma um outro dentro da vila, dia em que ali se costuma realizar a solenidade da procissão de Passos.

A criação dêstes mercados e feiras deve ter sido posterior ao século XIII, pois na referência que Gama Barros faz às feiras, então estabelecidas nas diferentes vilas do Alentejo, só se indicam as seguintes: Beja, em 1261, anual, e em 1292, mensal; Elvas, em 1262; Évora, em 1275: Arronches, em 1289; Alvito, em 1295; todas anuais (1).

O que é, porém, certo é que, outrora florescentes, os velhos mercados de Marvão ou estão já hoje de todo esquecidos, ou em manifesta decadência e quási em completo desuso. Isto mesmo acontecia já em 1826 como se depreende de uma representação feita em nome do povo da aldeia da Escuza por três dos mais qualificados dos seus moradores, João Pinto Frausto, Manuel Braz e João Carrilho Ribeiro, na qual se pedia que fôsse estabelecida ali uma feira franca pelo tempo de 3 anos e que ao respectivo magistrado da vila se desse poder e autoridade para obrigar os moradores do termo a concorrer com os seus produtos a essa feira, que, segundo o alvitre também ali apresentado, deveria realizar-se no primeiro domingo de cada mês, ou no dia que se julgasse mais conveniente. Para justificar tal pedido apontava-se a ponderosa razão de não haver, em todo o concelho, mercado ou feira, quer mensal, quer anual, de que resultava grande falta de equilíbrio no preço dos géneros que só os mercados costumavam regular. A justa representação dos moradores da Escuza obteve o seu deferimento pela provisão de 27 de Maio de 1826 (2).

Em Agôsto de 1915 foi criado um mercado no sítio da Portagem, e ùltimamente um outro na vila, às quintas feiras. Parece-nos, porém, que a louvável iniciativa do município não poderá ter grande e seguro êxito atendendo à situação extrema da vila e termo, distanciados dos mais importantes centros da população do distrito, sobretudo a vila, quási inacessível na sua elevada situação, de difícil acesso portanto, longe do cruzamento das estradas, com falta de água ou

---

(1) *Historia da Administração Publica em Portugal nos séculos XII a XV*, tom II, pág. 163 (nota).

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço — Portalegre*, maço 452, doc. n.º 24.

pelo menos de condução difícil e dispendiosa, e por todos estes factores condenada a uma inevitável decadência. A população da velha e histórica fortaleza vai, com efeito, rareando dia a dia, a ponto de se não reconstruirem as casas que caem em ruína e de se destelharem até algumas que ainda se encontram em relativo estado de conservação. É, afinal, como já dissemos, o que acontece a todas as vilas, como a de Marvão, condenadas pelo fatalismo das leis económicas e pelos insofismáveis interêsses das exigências comerciais. Marvão, como essas *vilas-mortas* da média idade, ficará apenas como relíquia de um glorioso passado, respeitável nas suas cans, nas suas velhas muralhas, no aprumo marcial das suas tôrres, dos seus cubelos e barbacans, dos seus salientes revelins, símbolos altivos de imorredouras tradições e de bons serviços em prol da grei portuguesa.

CAPÍTULO X

Regimen da propriedade — As estradas e caminhos

Compreende a superfície cultivável do concelho uma área computada em 10:987 hectares, predominando nela o regimen da pequena propriedade. Apresenta-se esta dividida em *terras hortícolas, soutos* e *olivais,* que predominam, em geral, na área da freguesia de S. Salvador e em parte da freguesia de Santa Maria; *tapadas, tapadões, courelas* e *barros,* que constituem os tipos predominantes e que, na sua maior parte, ocupam a área da freguesia de Santo António das Areias.

Nas cumiadas e vertentes das serras que formam o sistema orográfico da região encontram-se ainda alguns terrenos maninhos e bravios cobertos do mato rasteiro das joinas, tojos, sargaço e rosmaninho, aproveitado não só para a pastagem do gado, especialmente caprino, como também para o fabrico de carvão *(picão),* estrume e combustível para os fornos de coser a cal. Baldios de logradouro público possui ainda o concelho o do chamado *Cancho do Arieiro,* o de *S. Pedro,* e o logradouro público que chega até às portas da vila.

O aumento que a população rural tem tido nos últimos anos, como já verificamos pelo confronto das estatísticas que aqui reproduzimos, trouxe, como natural conseqüência, a

necessidade de arrotear alguns dos referidos baldios e terras incultas, parte das quais se vão já hoje cultivando em pequenas parcelas. Êste facto ligado à desvinculação da propriedade, à venda dos antigos bens da igreja e das capelas, à divisão em quotas iguais por meio de partilhas em inventários orfanológicos, tem contribuído para fragmentar a propriedade do concelho em pequenas *tapadas*, em algumas das quais os laboriosos marvanejos se fixam, explorando-as, vivendo delas e para elas com perseverante trabalho, extrema sobriedade e economia.

É assim que a população se tem consideràvelmente dilatado pela área do concelho, onde a grande propriedade está apenas representada nas duas herdades denominadas: *Pombais* e *Pereiro*.

Isto mesmo tivemos já ensejo de verificar na tabela que, sob o número VI, inserimos no capitulo VI dêste trabalho pela qual se poderá fácil e elucidativamente observar como o organismo populacional do concelho, a princípio tão reduzido, tão circunscrito à vila e a um ou outro arrabalde, se vai a pouco e pouco alargando pela área do termo. Se percorremos pois essa área até fins do século XVIII atravez dos vários documentos que nos serviram de base para o estudo da população do concelho e se compararmos os seus elementos estatísticos com os que nos são fornecidos pela citada tabela, fácil nos será comprovar a existência de núcleos de habitantes em sítios outrora ermos, agrestes e desaproveitados, hoje divididos em pequenas parcelas agrárias e transformados em novos centros de vida e de cultura.

Predomina, pois, no concelho a pequena exploração agrícola, usando-se ainda, na sua maior parte, o sistema dos velhos e antiquados processos culturais.

Os dois mapas que publicamos a seguir dizem respeito, o primeiro ao número de prédios inscritos na matriz, o segundo à importância das contribuïções predial urbana e rústica e respectivas percentagens, relativas aos três anos das últimas estatísticas. Se dividirmos a área total marcada à propriedade do concelho pelo número de prédios rústicos inscritos nas referidas matrizes verificar-se há ser de 3:301 hectares a média geral por cada propriedade.

Número de prédios inscritos nas matrizes

ANO DE 1912

	Número de freguesias	Número de prédios inscritos nas matrizes				
		Total geral	Antigo regime de repartição			Antigo regime de cota fixa — Urbanos
			Total	Urbanos	Rústicos	
Marvão.....	3	4:750	4:656	1:094	3:562	94



A povoação dos *Cabeçudos* na área da freguesia de Santo António das Areias

Contribuïção predial urbana e rústica. — Importâncias liquidadas conforme os débitos aos tesoureiros da Fazenda Pública e destrinçados os impostos municipais para despesas gerais e para a instrução primária. — Percentagens dos impostos municipais

ANOS DE 1910, 1911 E 1912

(Em escudos)

	Liquidação da contribuïção predial e rústica incluidos os impostos municipais o sêlo de arrendamentos e outros — Total geral			*Diferenças* entre as liquidações de 1911 e 1912	
	1912	1911	1910	Para mais	Para menos
Marvão .	10:358	9:236	8:549	1:122	—

	Impostos municipais (compreendidos no total da liquidação)								
	1912			1911			1910		
	Total	Instrução primária	Despesas gerais	Total	Instrução primária	Despesas gerais	Total	Instrução primária	Despesas gerais
Marvão .	3:162	1:092	2:070	3:162	1:092	2:070	2:611	896	1:715

	Percentagens dos impostos municipais directos sôbre as contribuïções do Estado								
	1912			1911			1910		
	Total	Instrução primária	Despesas gerais	Total	Instrução primária	Despesas gerais	Total	Instrução primária	Despesas gerais
Marvão .	84,00	30,00	54,00	84,00	30,00	54,00	64,00	20,00	44,00

As privilegiadas condições em que se encontra a propriedade que constitúi a área do concelho, rica, variada, bem provida de águas, com uma população rural trabalhadora, sóbria, económica mas reduzida aos conhecimentos mais elementares de agricultura, bem podiam converter-se em uma mais abundante fonte de riqueza agrícola se, a par das preconizadas escolas móveis de instrução profissional, se coibisse o outro abuso de recorrer constantemente à propriedade imobiliária nas grandes crises económicas do país. Tolher a *exploração política*, que em larga escala, com reincidente abuso se tem cometido, e fomentar a *agrícola*, seria o principal e mais seguro meio de estimular a lavoura, de dar ao povo e ao país dias de abundância, de moderado mas farto bem estar, de mais prática e menos fantasiosa felicidade social.

ESTRADAS E CAMINHOS

Para a economia do concelho e valorização da sua propriedade o problema da viação é um dos mais importantes, sabido como é que a facilidade das comunicações constitui o mais útil e necessário factor da prosperidade e engrandecimento do país. Nêste ponto o concelho está ainda muito longe de ter os caminhos no estado que é reclamado pelas instantes necessidades do seu comércio e pelas prósperas condições da sua actual agricultura. A maior parte são, a custo, transitáveis e êstes mesmo, em épocas de rigoroso inverno, convertem-se em ribeiros, em lameiros, em tremedais e pântanos alagadiços que impedem ou dificultam consideràvelmente o trânsito.

Na colecção do *Dezembargo do Paço* que temos já citado e que se guarda no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, e em vários livros de vereações da Câmara da vila encontram-se, com freqüência, queixas e representações dos povos do concelho, sobretudo a partir do século XVIII, reclamando e pedindo obras para acudir ao mau estado dos caminhos e calçadas do termo por se encontrarem quási intransitáveis e na maior ruína (1).

Até ao princípio do século XIX eram difíceis e perigosas as comunicações entre as diferentes terras do país, não só

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço*, entre outros, nos maços: 729, doc. n.º 49; 824, doc. n.º 136.

pelo estado primitivo dos caminhos, cheios de barrancos e lamaçais, como também pelos freqüentes assaltos das quadrilhas de bandidos e ladrões que os infestavam. A única estrada que existia nessa época nas condições da moderna viação era a que ligava a capital à pitoresca e aristocrática vila de Sintra.

A viagem de Marvão para Lisboa fazia-se por velhas calçadas e primitivos caminhos até Abrantes, e daí, pelo rio Tejo, ao Valado, onde se retomava o caminho por terra até à capital. Nêste percurso se gastavam uns 10 dias. O correio de Lisboa para Portalegre, séde do distrito, gastava 14 dias (1).

Em 1741 era tal o estado de ruína e abandono em que se encontravam os caminhos do concelho, que se mandava averiguar, com urgência, qual era a importância dos sobejos do rendimento dos bens de raiz para ser arrecadada no prazo máximo de 10 dias e aplicada à reparação dos mais necessitados e à reedificação da ponte sôbre a ribeira.

No ano de 1823 o problema da viação tornava a encher de preocupações a Câmara Municipal em virtude das constantes e legítimas reclamações dos moradores do termo sôbre o mau estado das calçadas e caminhos, que se encontravam quási em estado de completa ruína.

Para remediar êstes graves inconvenientes apresenta a Câmara, em Dezembro dêste mesmo ano, uma representação pedindo para que se lhe concedesse licença de poder vender, em hasta pública, a *Vianda do Matto do Povo*, a fim de se aplicar o seu produto às obras a fazer com a reparação dos caminhos e concerto da ponte do Prado, de que urgentemente carecia. Depois da informação favorável do corregedor da comarca obteve a Câmara o justo deferimento da sua pretensão (2).

As estradas que hoje atravessam e servem o concelho são as seguintes: estrada nacional n.º 72, que partindo da capital do distrito se ramifica, um pouco ao norte da igreja da

---

(1) «Conta para saber quando se deitão e tirão as cartas do Correio, e o tempo que tardão em ir e tornar a várias partes do Reino, desde Lisboa», publicada pelo Dr. Pedro Augusto Ferreira na sua interessantíssima obra de investigação etimológica intitulada *Tentativa Etymologico-Toponymica*, 2.º vol. pág. 169.

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço*, maços 729, doc. n.º 49 e 824, doc. n.º 136.

Aramenha, na estrada que na direcção do oeste se dirige pelo fértil vale da Escuza para Castelo de Vide.

Continúa a mesma estrada em direcção à Portagem, sítio onde se destaca um outro ramal que, atravessando numa bela ponte a ribeira de Marvão, vai seguindo pela meia encosta da serra da Portagem, passando um pouco acima da aldeia de Galegos até à fronteira e daí a Valência de Alcântara. Do sítio da Portagem começa esta estrada a subir em direcção à vila, contornando o monte onde ela se ergue, e atravessando os pitorescos sítios do Jardim, Areal, Fonte da Pipa, ao pé da qual se destaca um outro ramal que desce pela Abegôa, Selorica, Água da Cuba, aldeia de Santo António das Areias, Arranjinha, Vales, Barretos, até à estação do caminho de ferro de Marvão (Beirã). Esta estação é, como se sabe, a última do ramal de Cáceres, o qual se destaca da linha de leste na Tôrre das Vargens. A sua construção foi concedida à antiga Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses por decreto de 18 de Abril de 1876, não só com o objectivo de encurtar o percurso entre as duas capitais, Lisboa e Madrid, como também para explorar as minas de fosforite que existem perto de Cáceres.

Há ainda o projecto de abrir uma estrada que se dirija de Castelo de Vide, pela Senhora da Vitória, à estação da Beirã atravessando a parte norte do concelho, menos provida de comunicações, como seria para desejar. Esta estrada, uma das mais necessárias à região, além de ir valorizar consideràvelmente o importante núcleo de propriedade que iria atravessar e lhe ficava próxima, seria também de grande utilidade para o fomento económico das duas terras vizinhas. Ela é pois de há muito reclamada pelas conveniências do comércio e agricultura desta parte da área do termo de Marvão que procura e concorre, de preferência, aos mercados de Castelo de Vide, onde realiza a maior parte das grandes transacções dos seus produtos.

CAPÍTULO XI

Algumas notas sôbre a origem e história da alfândega de Marvão

No diploma constituitivo do concelho não aparece, como em alguns dos antigos forais concedidos a outras vilas, a palavra alfândega, vocábulo, segundo se diz, de origem árabe e que primitivamente serviu para designar o hospício público,

as albergarias dos países orientais onde os mercadores se hospedavam e onde também pagavam os tributos fiscais relativos às mercadorias que traziam para o seu comércio.

Pelo que respeita ao nosso país vem já do começo da nacionalidade o uso das alfândegas não havendo, porém, uniformidade quanto ao modo e ao lugar da cobrança dos tributos fiscais, facto que variava conforme os usos e costumes consignados nos forais dos diferentes municípios (1).

Esta instituïção, porém, já existe no concelho de Marvão desde o início da sua vida municipal, em cuja carta de foral se mencionam já os direitos fiscais devidos pela *portagem*, nome que proveiu de ser o referido tributo cobrado às portas das vilas, ou à entrada dos *portos secos ou molhados*.

As *portagens* são, pois, os locais das primitivas alfândegas onde os *portageiros* cobravam os respectivos impostos em nome do rei, do arcebispo ou bispo, do mosteiro ou ordem religiosa, do nobre ou de qualquer outra pessoa a quem o monarca fazia mercê dêsse tributo.

Nos mais antigos documentos que encontramos relativos à história de Marvão lá nos aparece o nome de *Portagem*, mais ou menos identificado com o pitoresco sítio que ainda hoje conserva essa designação nas margens da ribeira que toma o nome da vila e junto da famosa ponte romana a que já nos referimos, denegrida e vetusta mas ainda firme na admirável solidez da sua construção.

Pela carta datada de Almada, em 16 de Junho da éra de 1416, eram os direitos da portagem e aduana de Marvão arrematados e arrendados a Vicente Martins, morador em Portalegre, pelo tempo de seis anos, a começar no primeiro dia de Setembro da mesma éra, pelo preço de 652 libras, das quais pertenceriam anualmente à corôa 326 (2).

Entre todos os documentos relativos a êste assunto um dos que se nos ofereceu de maior interêsse foi a carta da-

---

(1) Alexandre Herculano, *História de Portugal*, tom. IV, parte III, liv. VIII.

Francisco de Lencastre, *Tratado das Alfandegas em Portugal*, tom. I, pág. 1.

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 3.º, fl. 69.

Sôbre o valor da livra ou libra no reinado de D. Fernando, aproximadamente equivalente a 510 reis da moeda actual, pode ver-se Costa Lobo, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, pág. 418.

tada de Abrantes, no mês de Julho da éra de 1433, de que demos anteriormente notícia, em virtude da qual o monarca D. João I dôa a herdade da portagem de Marvão «*com todas suas rendas e pertenças*» a Iria Gonçalves, mãe do condestável D. Nuno (1).

Restabelecida a paz com Castela o desenvolvimento do tráfico mercantil na fronteira entre as duas nações vizinhas veiu dar maior importância às alfandegas das povoações da raia, determinando-se pela lei de 24 de Março de 1474, datada de Santarém e enviada às justiças de Portalegre, que se cobrassem nas alfândegas fronteiriças os mesmos direitos que os castelhanos costumavam cobrar pelas mercadorias levadas por portugueses.

No segundo foral dado à vila de Marvão em virtude da reforma a que o rei D. Manuel I mandara proceder determina-se que os direitos fiscais de registo, aduana, *portagem* e todos os outros fôssem iguais em tudo aos que haviam sido marcados no foral de Elvas, o qual, pelo que respeita aos tributos alfandegários, ordenava o seguinte:

.....

.....

«*Registo.* —Por quanto na dita villa por ser porto Real dalfandega destes Reynos pera os de castella se Registam hy as bestas que de huũ Regno pera outro passam. E por jsso sam mujtas vezes duujdas e deferenças sobre a pagua dos ditos Registos auemos por bem por se euitarem as semelhantes duujdas e contendas que daqui em diante se guarde esta regra e maneira seguinte a saber: que os portageiros ou officiaaes da portagem da dita villa veiam bem este foral nosso nouo e segundo os preços e conthias que a cada hũa das sobre ditas nelle contheudas. Mandamos poer que essas somente leuem. E outras njnhũas nam per njnhũa maneira posto que atee ora em outra maneira se leuasse e husasse contra justiça. Dos quaaes preços e conthias assy leuarã pollo dito foral e assy das cousas que se hy comprarem e venderem como das que pollo dito porto entrarem ou passarem nom sendo cousas que paguem dizima nal-

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo—*Chancelaria de D. João I*, liv. 1.º, fl. 97 v.

fandega. Ou bestas vazias que ajam de tornar com mercadoria por que estas taaes bestas ou de guados que vem pastar de huũ Regno pera outro nam pagaram portagem nem outro dereito. As quaaes cousas somente passaram per Registo de que pagaram as conthias e preços que a cada hũa das ditas cousas teemos hordenado sem mais pagarem outra portagem.

«Os boys que nestes Regnos emtrarem ou sayrem com carretas com quaaes quer mercadorias pagaram somente o preço da mercadoria que leuarem por duas cargas mayores segundo a callidade de que forem por este nosso foral sem mais pagarem outro dereito de portagem dos ditos boys. Nem ysso mesmo do Registo saluo se os seus donos delles pedirem o Registo pera assegurança da tornada do dito gaado sendo por seu prazer e nam doutra maneira a ysso obrigados. E leuaram somente do Registo delles se seus donos os esperarem de tornar pera castella aquillo que mandamos leuar dos gaados que vem pastar nestes Regnos e nam doutra maneira posto que atee ora doutra maneira se leuasse.

«*Sacas* (1). — Por que os alcaides das sacas ou os seus ofiçiaaes e guardadores nom possam husar nem leuar dos ditos Registos senam aquillo que lhe per nossos regimentos, sentenças ou detrimjnaçoões sam ou forem pera o tal caso ordenados por tanto auemos por bem e mandamos que o alcayde das sacas que ora he e assy aos que ao diante forem seiam Requeridos logo agora pollos officiaaes da camara da dita ujlla que lhe mostrem os regimentos per nos assinados ou detrimjnaçoões nossas que do dito oficio tiuerem E as somas dos preços que pollos ditos Regimentos lhes mandamos leuar dos ditos registos façam treladar no cabo deste foral assynado pollos ofiçiaaes das sacas e pollos ofiçiaaes da camara pera se saber em todo o tempo se guardam nosso regimento. E damos poder aas justiças da dita villa que possam entender no dito caso dos ditos registos. E aos que quebrantarem os ditos registos seiam comdenados por elles juizes e

---

(1) O alcaide das sacas era o funcionário encarregado de vigiar sôbre os contrabandos e descaminhos nas raias e extremos.

oficiaaes nas penas deste foral que sam dadas no fym delle a quaaes quer pessoas que o quebrantarem. E nam se leuaram daqui por diante por perdidas as bestas de ssella ou dalbarda vazias posto que primeiro pousem que se uam manjfestar saluo nas pessoas e bestas dos lugares de castella em que o tal costume se husa com nossos naturaaes e vassallos. E assy nam descamjnharam as bestas e mercadorias que pousarem e descarregarem nos Ressios, e saydas da uilla as quaaes nam venderam nem partiram sem fazerem saber. E assy nam descaminharam a besta que trouxerem pera vender se nam se vendeo. E isto se guarde assy jeralmente saluo com os lugares de castella honde o contrairo se husar com os quaaes se husara como elles fazem. E nom se leuara dereito de Registo douro prata nem dinheiro que per hy passar pera castella per licença ou ordenaçam nossa.

«*Aduana* — E por quanto na dita villa se paga outro dereito que se chama aduana, o qual he somente dos castelhanos a saber: pagaram o dereito de portagem dobrado pollos preços e conthias que antigamente sempre pagaram por que na dita maneira se manda pagar nos lugares comarcaaos da castella aos nossos naturaaes. E poderia vir em duuida se o dito dereito da duana se deue ora de pagar por Respeito dos preços e conthias per ora mandamos pagar a portagem da dita villa ou pollos preços que antigamente a pagaram portanto detrimjnamos e decraramos que o dito dereito de portagem que ora mandamos pagar per este nosso foral na dita villa paguem todallas pessoas que nelle comprarem ou venderem ou meterem mercadorias e tirarem de huũ Regno pera ao outro. E quanto monta ao dereito da duana que os ditos castelhanos se cometem pagam nesse nam auemos por bem que se faça ennouaçam algũa nem mudança de como sempre pagaram sem embargo do dereito da portagem auerem ora de pagar todos jeralmente na dita villa doutra maneira como dito he. E por se nam fazer njsso em alguũ tempo alguũa ennovaçam mandamos que nu fym deste foral seja logo trelladado o foral verdadeiramente da dita aduana pera per elle se auer sempre de pagar o dito dereito sem njnhũa outra ennouaçam nem mudança com tal

> emtendimento que se nos lugares de castella honde o semelhante dereito se primeiro leuou e leua a nossos naturaaes em alguũ tempo se acreçentar ou demjnuir em parte ou em todo decraramos que des dagora pera em qualquer tempo que se fizer em cada hũa das ditas maneiras no dito Regno de castella ou em qualquer lugar delles Mandados que logo assy se huse e faça nos lugares de nossos Regnos em que este dereito da duana se paga sem mais pera ysso ser necessario outro nosso mandado assy em espiçial como jeral segundo se la fizer sem njnhũa outra dujda nem deferença» (1).

São curiosas e interessantes as notícias do rendimento da alfândega de Marvão nos meiados do século XVI. Encontramo-las num livro de assentos de receita e despeza correspondente aos anos de 1533 a 1535, pelo qual se poderá fazer uma ideia das principais mercadorias que constituíam o comércio de importação e exportação por êsse lado da fronteira (2). Em uma das suas últimas fôlhas foi lavrado um termo pelo licenciado Diogo Lourenço, contador da mesma alfândega, no qual se declara ter sido o seu rendimento no ano de 1533, quer de *avenças*, como do *corrente*, na importância de 123₰700 reis, e a despeza de 7₰500 reis discriminada na forma seguinte:

Ao feitor, por mandado de Álvaro Pacheco, de 6 meses de serviço.....	3₰000 reis
Ao escrivão, de seu mantimento.....	3₰000 »
Ao recebedor.....	1₰500 »
Total.....	7₰500 »

Dignos de registo e igualmente interessante para o estudo do tráfico mercantil nessa remota éra entre os dois paises vizinhos são também os lançamentos feitos no referido códice. Na impossibilidade de os transcrevermos todos aqui escolheremos, dentre êles, os que se referem aos diferentes

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Taçada dos foraes nouos da comarqua dantre tejo e odiana*, fls. lvj.

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Armário antigo do interior da Casa da Corôa*, maço 7, doc. n.º 6.

tipos de mercadorias abrangidas na pauta alfandegária dessa raia seca:

«Ao primejro dia do mes de janeiro meteo pelo dito porto mestre aluaro morador ẽ portalegre hũs poucos de pẽtes e tres duzias de ffacas de q̃ p̃g. cẽ rr̃s.

«Item a xxxj de janeiro meteo pelo dito porto garcya lopẽz darenas duas cáregas dazeyte de q̃ p̃g. a oytẽta por caréga.

«It a xix de ffeuereiro alealdeou (1) no dito porto jeronymo de vargas ffilho de mestre aluaro de portalegre hũa cárega de pano de lynho q̃ passou por castella e vỹte peças de pano da Judea q̃ valja tudo cycoẽta mjl rr̃s.

«It. a xviiij dias de março meteo pelo dito porto garcya lopẽz de carcarique tres cáregas de pẽz pagou a cycoẽta por carega.

«It. no dito dia meteo pelo dito porto maria Roỹz de Valẽça huãs poucas de jueyras de q̃ p̃g. quarẽta rr̃s.

«It. no dito dia meteo pelo dito porto pero dabrãtes tres cáregas de çumagre pg. a trinta por cárrega.

«It. a xxiiij dias dabryll meteo pelo dito porto o ff.º de m.ᵉ alu.º m.ᵒʳ ẽ portalegre cẽ pares de cardas de q̃ p̃g. quynhentos rr̃s.

«It. a xxiij dias de mayo meteo pelo dito porto ffr.ᶜº de tores de castelo de vyde huã cárega de rruyua de q̃ p̃g. cẽto e trinta rr̃s.

«It. a xxij dias de julho meteo pelo dito porto grigoryo diaz de castelo de vyde huã cárega e meia de burel de q̃ p̃g. trezẽtos rr̃s. por avaljaçã.

«It. ao primejro dia do mes dagosto meteo pelo

---

(1) A lei de 26 de Dezembro de 1253 revalidando provisões ou costumes, de certo anteriores, proíbia expressamente as importações a que não correspondesse uma exportação equivalente em valores. Dêste regimen, que já envolvia o embrião da famosa balança do comércio, proclamada depois como lei comercial dos estados, nasceram os preceitos restritivos chamados *alealdamentos*, em virtude dos quais os negociantes extranhos deviam manifestar *lealmente* os géneros importados e os retornos em fazendas nacionais, — Rebello da Silva, *Historia de Portugal*, tom. IV, pág. 507. — *Os Cardadores de Castelo de Vide*, ob. cit. do autor, pág. 8.

dito porto ffernãdo de Bayena vizinho de portalegre duzẽtos e cỹcoẽta e sete pares de cardas e dous pares de carduçaes e vỹte duzyas de cercuylhas carneyras e vỹte aratẽs dazouge e huã cárega e meia de ssemẽtynhas q̃ sã sete ffanegas e cỹco mjl tachas de pregar cardas e duzya e meya de baretes de cordoua e cỹco beatylhas de sseda e algodã e dez mjl agulhas que tudo ffoy avalyado pelo meudo e cada cousa sobre sy de q̃ p̃g. a sete por cẽto dous mjll e cẽto e nouẽta rr̃s.

«It. no dito dia meteo pelo dito porto beltesar de chaues morador ẽ castelo de vyde huã cárega de mercarya a saber hũ costal de cardas e huã arca ẽ q̃ leua tres duzyas de barretes pretos e vermelhos e pẽtes e ffacas e tysoyras e bolsas cõ outras cousas meudas de tẽda q̃ tudo ffoy avalyado pelo meudo e cada cousa sobre sy de q̃ p̃g. por avalyaçã sete cẽtos e vỹte rr̃s.

«It. no dito dia meteo pelo dito porto Diegarcya de valẽça huã cárega de queyjos de q̃ p̃g. quarẽta rr̃s».

. . . . . .

Entre as diversas mercadorias que nos registos do curioso manuscrito são declaradas figuram, como principais, as seguintes: *lãs, cardas, pentes, sumagre, ruiva, linho, burel, passa, joeiras, pez, pregos, barretes de cordova* e diversos objectos de tenda.

Verifica-se também, a par do predomínio da importação das lãs que estas são, em geral, manifestadas por indivíduos moradores em Portalegre e Castelo de Vide, terras onde a indústria de lanifícios tinha já no século XVI um intenso labor e uma actividade já tradicional (1).

(Continúa).

P. M. Laranjo Coelho.

---

(1) *Os Cardadores de Castelo de Vide*, ob. cit. do autor, pág. 8.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Uber die Festigkeitsberechnung von Schiebetoren und ähnlichen Bauwerken, por Adolf Eggenschurgler. Leipzig, Druck von Robert Noske, Borna.

Zur theorie des Ferro-und Paramagnetismus, por Olaf Edwin Frivold. Göttingen, Druck der Univ.-Buchdruckerei von E. A. Huth, 1921.

Reflexion und Brechung Optischer Kugelwellen im das Problem der Totalreflexion, por Emil Funk. Leipzig, Druck von Robert Noske, Borne, 1921.

Die Elemente und Methoden der Perspektive in anschaulicher Darstellung, por Erhard Gull. Innsbruck, Verlag der Wagner'schen Universitätsbuchhandlung, 1921.

Ueber Glycerinbestimmung in Seifen und Unterlaugen, por Hans Halter. Mannheim, Buchdruckerei J. Ph. Walther, 1922.

Uber Phosphinimine und über Ketenimine, por Ernst Hauser. Basel, Buchdruckerei Emil Birkhäuser & C.ie, 1922.

Forstbotanische Monographie der Oberhasli von Interlaken bir zur grimsel, por Emil Hess. Bern, Buchdruckerei Büchler & Co., 1921.

Por la Unión Latino Americana — Discurso pronunciado el 11 de Octubre de 1922 ofreciendo el banquete de los Escritores Argentinos en honor de José Vasconcellos, por José Ingenieros. Buenos-Aires, L.-J.-Rosso y Cía., 1922.

Bibliotecas escolares populares, por Antero Urioste. Montevideo, A. Barreiro y Ramos, 1923.

Alguns libros que pueden servir para establecer una Biblioteca Infantil. Lista formada por Antero Urioste. Montevideio, A. Barreiro y Ramos, 1923.

Relatório Geral da Inspecção da 4.ª Circumscripção Industrial desde a sua instalação até 31 de Dezembro de 1896, por Adriano Augusto da Silva Monteiro. Llsboa, Imp. Nacional, 1903.

Estatistica Industrial — 1.ª Série — *Distritos de Évora, Beja e Faro, precedidos duma noticia*, por Adriano Augusto da Silva Monteiro. Lisboa, Imp. Nacional, 1905.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 4$50

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 3$50

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873–1877) ..... 3$00

Idem — Suplemento 1.º (1877–1883) ..... 2$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878 ..... 2$50

Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Uuiversidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895 ..... 3$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º
N.º 3

1923
Março

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Roteiro da Costa da Guiné (1635), por FRANCISCO PIREZ DE CARVALHO 97
A fronteira hispano-portuguesa (Ensaio de geografia política), por ARTUR DE MAGALHÃES BASTO 103
Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, D. José de Meneses (1705-1710), por JOAQUIM DE CARVALHO 118
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por SOUSA VITERBO 127
Terras de Odiana, por P. M. LARANJO COELHO 133
Prémios do Instituto Internacional de Antropologia ... 143
Livros recebidos 144

ROTEIRO DA COSTA DA GUINÉ

(1635)

Señor. — A Costa da Giné da donde V. Mag.^{de} he señor corre-se de norte sul.

¶ O primeiro cabo que montamos he o cabo branquo que está vinte ao rio do oiro tropico de canquere.

¶ E logo dahi vinte legoas esta a bara de Sanaga adonde ha mt.^{as} naos de Olandezes e francezes e ingrezes com mt.^{o} grande comercio.

¶ Dahi ao cabo verde avera trinta legoas pouco mais ou menos.

¶ Do cabo verde a Brezigixhe averá quatro ou sinco legoas a donde o Olandez tem hũa fortaleza com prezidio de soldados com mt.^{a} fazenda com que fazem seu commercio.

¶ Neste ilheo ao longuo daugua tem o Olandez hũa prata forma com sete ou oito peças de artelharia, cousa m.^{o} forte.

¶ Desta Berzigixhe ao arecife ha quatro legoas pouco mais ou menos.

¶ Neste arecife ha posto do rei de Em calhor, e por outro nome budumel.

¶ Aqui ha comersio de brancos Portugueses Olandezes E francezes E ingrezes.

¶ Deste arecife ao cabo dos Mastros ha nove legoas.

¶ E dos cabos dos Mastros ha porto dale ha duas legoas: neste porto dale ha portugueses franceses, E imgreses e Olandezes. ha nelle mt.^{o} grande comercio.

¶ Deste porto dale ao Porto de ioale ha nove legoas adonde ha o mesmo comercio que em porto dale.

¶ Deste porto de ioale ao porto da Palmeirinha bara de bacamgamar rio de borcalo ha tres legoas.

¶ Da bara de bacamgamar ao rio de Ganbia ha doze legoas.

¶ E do rio de Gambia ao cabo ha tres legoas; ha o mar deste Porto Combo legoa e mea estão os baixhos de Santa Maria adonde se ia perderaõ navios portugueses.

¶ Destes baxhos a mata de Vanha rio de sam João ha vinte legoas pouco mais ou menos.

Deste rio de Sam João aos baixhos de São Pedro ha seis legoas.

¶ E dos baixos de Saõ Pedro a bara de caza mansa; ha oito legoas.

Da bara de caza mansa ao cabo roxho havera seis legoas ou sete.

Do cabo roxho as bareiras vermelhas havera duas ou tres legoas donde fazem as marquas da bara de caxheu.

¶ E das bareiras vermelhas a caxheu ha doze legoas navegando a leste ha nesta bara mt.^{os} baxhos e dous banquos que senaõ passaõ senaõ com agoa de imxente por respeito de naõ tocar nos banquos.

¶ Estas legoas que ha de húus Portos aoutros são esmadas pella fantezia que podem ter mais ou menos pella esquadria.

¶ Este rio de caxheu tem dentro outros mt.^{os} com que se reparte anaõ serem pratiquos os homẽns que ahi vão se perdem mt.^{as} vezes.

Esta pouação de caxheu Esta asutuada deleste e veste.

¶ Sua grandeza he como da Porta dos contos a Porta da Caza da India pera abanda do mar tem hũa tabanqua, digo estaquada de paos a pique e por fora delles hũa caua que de premar se Emxhe de agoa com que nos defendemos dos negros gentios q̃ de la pera fora tudo he dogentio; E he ate gentio biliquoso amigo de nouidades emtereceiro concervamolo condadiuas que lhe damos que he de ca[da] nao que ahi vai hũa pipa de vinho; hum baril depão; quatro resteas de alhos; outras tantas de sebollas; duas caixhas de marmellada pera oRey da terra; e assi mais hũa pipa (?) de vinho pera o seu alcaide; isto he quanto aoRey grande.

¶ Ao fidalgo que he Rey demanpatos que outro mais pequeno selhe da hum quarto que he mea pipa; com as mesmas menudencias que asima digo.

Mais abaixho que he orio do ouro tropiquo de canquere ali tem o olandes grande comercio donde tira coirama goma arabia oiro sera marfi e outras mt.^{as} drogas.

¶ Montado o Cabo branco Digo porto desanagua ha grande comercio de Olandezes q̃ tiraõ goma arabia coirama sera marfi e ambre.

¶ De brozigixhe tira oolandez ouro ambre sera marfi coirama.

¶ Do arecife tira o mesmo que dos outros portos; neste arecife ha des ou doze portuguezes em que entraõ alguns indeos e olandezes eingrezes efrancezes.

¶ No porto dale ha ingrezes francezes Eolandezes E Portuguezes daqui se tira mt.ª coirama marfi sera ambre oiro Roupa pera outros comercios e alguns escravos.

¶ Em Ioala haportugueses Olandezes francezes emgrezes; deste Porto de ioala setiraõ negros coirama sera marfi coiro.

¶ Do Porto de Cozalo se tiraõ negros roupa E coirama.

¶ Do rio degambia adonde ha omaior comercio havera couza de vinte Portuguezes os mais delles framengos crioilos que são mulatos.

Neste rio Gambia setira oiro sera marfi negros mt.ª Coirama os Portugueses que vive[m] por este rio vivem mestiçam.ᵉ com ogentio daterra nas suas pouoações.

¶ Norrio de caza mansa ha sera marfy escravos coirama E roupa.

¶ Norio de São Domingos pouoacão de quaxheo setirão negros com que sedespachaõ as Naos deregisto q̃ vão pera indias cidade de cartagena Epera Cabo Verde Epera este Reyno adonde se aiunta todo este comercio.

¶ Dorio dageba setirão negros Roupamarfi E sera.

¶ Dorio grande se tiraõ negros Esera Roupa emarfi.

¶ Do Rio donuno setiraõ negros tintas deque ha mt.º grande resgate q̃ se leuão aquaxheu conq̃ fazem omantim.º com q̃ sesustentão a pouoação dequaxheu tambem setira deste rio do Nuno marfi ealgum oiro.

Dos Cagaçais se tira marfi colla Eoiro enegros Dorio caees sera lioa setira colla deque ha mt.º grande comercio e caregação nauios q̃ trazem aorio dageba.

fora de mt.º grande Vtilidade vir esta colla apouoação decaxheo porque se fizera mais comercio emais Upulenta vindo ali estes navios q̃ trataõ nesta colla porq̃ damesma sera lioa vão aorrio dageba E do rio dagueba asera Lioa sem darem obediencia nem conhecerem os Capitoñs de V. Mag.ᵈᵉ

Do Porto demitombo sera Lioa he terra mt.º fertel Esadia mt.º regalada mt.º boas agoas tem mt.º oiro marfi mt.º pao preto melhor q̃ odo Brazil mt.ªˢ pedras e muiboas de mt.º valor mt.ªˢ seras de Cristal mt.ᵒˢ matos delarangeiras de lemõns cidras aruores despinho isto entanta cantidade q̃ andão cinco seis dias por debaixo destes mattos.

Nesta sera tem os olandezes emgrezes suas Casas efeitorias

Ecarregão dez doze Naos cadanno de pao marfi sera oiro eoutras mt^as^ drogas tem ahi feito algũas Cazas como nasua terra.

Aqui sedão Canas deassucar emais grosas Edemais proveito que as dobrazil aterra emsi he terra alta tem roxhas eribeiras como neste nosso Portugal pode V. Mag.^de^ ali fazer um novo brazil com muito pouco custo porque he aqui àporta E não se passa alinha E he vinte esinco dias de Viagem.

Estas são asterras que V. Mag.^de^ avera de vedar eproiivir ao olandez Equando V. Mag.^de^ lhe tire estas terras ecomercio lhe tira todo orendimento que tem os estados defrandes porque auerdade he que do castello deargi como asima digo ate ocastello de São Jorge damina tudo he dos olandezes. V. Mag.^de^ pode fazer E vedar este comercio aos olandezes com mt.^o^ pouco custo esera mt.^o^ grande proveito.

E dos Nauios pequenos que não são Naos selhe paga meo quarto de Vinho ou hũa saca de algodão e com outras mt.^as^ dadiuas que lheda ocapitão por aumentar aquelle comercio Eporse engrozar que haia mt.^o^ resgate pera que V. Mag.^de^ tenha rendimento.

Esta pouoação tem dez ou doze peças de artelharia postas noxão sem caretas com que nos defendemos do gentio.

Tem mais dou[s] baluartes depaus apique cada hum delles com duas peças de artelharia e ferro etudo esta quaido; acaza que V. Mag.^de^ ali tem he feita deadobes daterra ecuberta de palha.

Deixemos esta pouoação E seu lugar; tornemos abarra dequexheo E vamos caminhando caminho doSul como acosta se core.

Docabo roxho pella costa abaxho estão as Ilhas dos bigagos que entre ellas Eade bossis ha quanal por donde seuai aoporto dobisao rio dageba: adonde sefazem tres maquareos que emxhe amare em tres oras euaza em nove.

Este rio dageba ha grande comercio de Portugueses com os negros mandigas com a cola que trazem dasera Lioa aeste rio.

E deste rio senauega para a sera Lioa; parando aqui tomando as ilhas dos bigagos que são mt.^as^ eos nomes são os seguintes.

Primeiram.^te^ he aponte caroxha. Camona; Vraquão. Vno; orango; Iilha roxa; bonabo; xoga; hilha dasgalinhas; bulama; e ha outras aque não sei os nomes.

E por fora destas hilhas sinco ouseis legoas aomar ha mt.os alfaques adonde areão todos os pillotos que lá uão dar; porante estas hilhas seuai aorio grande e por fora dellas.

E neste rio grande ouve antigam.te pouoação de Portuguezes em que hauia feira e mt.o grande Comercio hoie ha mt.o pouco porquanto ali não uão nauios mais queosq̃ navegão pera asera Lioa.

Poremtre estas hilhas bigagos sevai pera orio do nuno que he deste porto rio grande sesenta legoas pouco mais oumenos; neste rio do nuno ha mt.o grande comercio de escrauos E tintas emarfi estas tintas trazem acaxheu pera fazerem mantim.to pera comerem.

Deste rio donuno pela costa abaxho ha humporto que chamão oscagaçais que deue aver sesenta legoas hum aoutro.

Deste porto cagaçais ao cabo da verga avera trinta legoas pouco mais oumenos.

Do cabo daverga aos idolos avera dez oudoze legoas aserteza dellas não nas sey.

Destes idolos aorio Cacis avera dez oudoze legoas; neste rio ha grande comercio de Colla.

Deste rio Cacis aorio mitombo avera nove oudes legoas.

Deste rio mitombo ha angueda ilha detaco havera duas leguas pouco mais oumenos.

Desta ilha detaco amagrabomba avera trinta legoas.

Desta Magrabomba a Costa demalagueta avera sesenta legoas.

Desta costa demalageta ao castello de São Jorge damina avera sem legoas pouco mais oumenos porque são esmadas pella fantezia.

Deste Castello de São Jorge Porto damina ha fortaleza demoure que he do olandez ha tres legoas.

Donde o olandez tira todos os annos sesenta mil livras deouro em peso de vinte e quatro quilates E devinte esinco que vem aser com sua liga mais de cento esincoenta mil libras.

Deixemos amina emseu lugar tornemos areferir os portos que assima digo.

Digo señor

Que no Castello deargi que he do s.or Conde de Atouguia q̃ hoie esta pello olandez.

Delle setira goma arabia negros algum oiro mt.a pescada que ahi sevai pescar.

Epouca Despeza que são quatro Galioñs dous pataxhos mil infantes pessoas praticas bem prouidos de moniçoẽs

bastim.to pera seis mezes do anno boa artelharia ae doze até dezaseis libras debalas farão mt.º grande despreza *(sic)* etomadias obrigara V. Mag.de a que oolandez q̃venha *(convenha?)* naquillo que V. Mag.de levar gosto easi oentendo em Deos e em conciencia q̃ he grande seruisso de Deos Ede V. Mag.de

E este roteiro fez fr.co Pirez de Carvalho pella mt.a experiencia q̃ tem desta Costa.

O roteiro daterra lioa q̃ diz algũas couzas importantes aoser Visso de V. Mag.de tem os.or Conde de Casto q̃ he antigo q̃ nem ha outro mais que hum q̃ tem os.or Conde de Sabugal; tenho mt.os aluitres q̃ dar a V. Mag.de quando for tempo E V. Mag.de me apremear dos mt.os seruissos q̃ tenho feito a V. Mag.de nestes portos da Guiné.

Em Lx.a anno de 1635 (1).

FRANCISCO PIREZ DE CARVALHO.

---

(1) Êste minúsculo *Roteiro da Costa da Guiné* foi copiado com escrupulosa fidelidade dum Ms. — segundo todas as aparências autógrafo — encorporado no Códice 3015 (fls. 198–201) do Arquivo de Mss. da Biblioteca Nacional de Madrid, onde existem copiosos e interessantes documentos portugueses, muitos deles inéditos. Apesar de várias pesquisas que fiz, foi-me impossível identificar o seu autor, Francisco Pirez de Carvalho; nem isso importa muito. A julgar da sua grafia anómala e pueril, seria homem de letras gordas, algum obscuro oficial de marinha, o qual, ao mesmo passo que requere mercês e recompensas, forceja por abonar seus méritos pessoais, alardeando *serviços e muita experiência na Costa da Guiné*. O ter sido êste Roteiro-memorial datado em Lisboa, no ano de 1635, leva-me a supôr que nas mãos da Duquesa de Mántua teria sido entregue, de cuja intercessão o sinatário esperaria por ventura o despacho da sua pretenção. Foi com efeito em Janeiro de 1635 que a Princesa Margarida tomou posse da regência de Portugal. As providências, porém, do govêrno de Filipe IV (se algum caso fez da representação e alvitres de Pirez de Carvalho) é que foram bem pouco eficazes; porquanto S. Jorge da Mina, ponto tão importante para o tráfico de escravos, logo dois anos depois caiu nas mãos dos holandeses. O presente Roteirozinho, sem de modo algum poder ombrear com outros Roteiros que enriquecem a nossa Literatura, não é contudo desprovido de interêsse. Assim opina também o meu distinto e sábio amigo, Dr. Luciano Pereira da Silva, a cuja obsequiosa diligência devo o publicar-se em tão autorizada Revista, como é o *Instituto* de Coimbra.

Junho, 1923.

ARTUR VIEGAS.

A FRONTEIRA HISPANO-PORTUGUESA

(ENSAIO DE GEOGRAFIA POLÍTICA)

(Cont. do n.º 2, pag. 69)

Usos e costumes ralanos

As populações fronteiriças espanholas e portuguesas, consideradas sob êste aspecto, apresentam por vezes fundas diferenças, principalmente no que se refere à maneira de trajar. Isso não obsta a que apareçam numerosas analogias etnográficas, resultantes de influências mútuas.

As mulheres portuguesas dos concelhos de Caminha, Vila Nova de Cerveira e ainda do de Valença usam os conhecidos trajos à moda do Minho, que não constituem todavia um tipo uniforme. Variam segundo as freguesias, mas todos são duma berrante policromia. É notável a profusão de ouro com que estas mulheres se adornam.

Quando nos trabalhos da lavoira, tanto os homens como as mulheres calçam botas altas, idênticas às dos homens do mar; e as mulheres usam uma saia curta presa com cinto, e chapeu de aba larga, forrado interiormente.

As galegas distinguem-se perfeitamente pelo vestuário. Usam geralmente botas de tacão e por vezes alpercatas, o que não se nota na zona portuguesa; o cabelo trazem-no em tranças estendidas pelas costas abaixo. A *bombazina* é o pano geralmente empregado pelos espanhóis. A boina *(mantero)* é também neles muito característica.

As populações espanholas são mais religiosas que as portuguesas. Isso vê-se principalmente nos grandes centros, como por exemplo em Tuy, onde o elemento preponderante é o clero.

No concelho de Melgaço poucas diferenças se notam entre as duas populações fronteiriças. Um pouco diversos os trajos, as fazendas neles empregadas, etc. — porém, muito parecidos os outros usos.

Em Castro Laboreiro, segundo refere o Sr. Prof. Leite de Vasconcelos (1), as mulheres usam: colete, jaqueta, faxa vermelha, saia de côr, quási sempre preta, *mandil, singuidalho,* que forma triângulo à frente, na cabeça *capela* que pode ser substituída por lenço, nas pernas *calções* e *piúcas* (meias sem pé, de burel branco) e nos pés *chancas* (espécie de sandálias, com a *sola* de pau, presa ao pé por correias). Os homens usam chapéu de pano ou carapuça e varapau; trazem geralmente a cara rapada e vestem de saragoça (jaqueta, calça e colete).

Tratando desta região, não queremos deixar de fazer referência a certas curiosidades etnográficas do Soajo. Diz Pinho Leal que ainda no princípio do século XVIII, entre fraguedos e brenhas, aqui viviam tribus semi-selvagens, sem obediência às autoridades e cujo único tributo era o pagamento anual de cinco cães sabujos ao rei. Todavia, mesmo hoje (2), aí existem populações muito independentes, pouco se preocupando com as leis ou com os poderes constituídos. Não hostilizam essas leis ou essas autoridades — mas também não as reconhecem.

Há regedores de *direito* — mas os seus magistrados de *facto* são os *homens bons* por êles escolhidos para derimirem os seus pleitos.

As leis para êles, são os seus costumes. São muito francos e hospitaleiros para com qualquer estranho. Liga-os uma grande solidariedade: o agravo feito a um é tomado como feito a todos. A revolta popular da *Maria da Fonte* (1846) encontrou nestes povos um aliado terrível. Homens e mulheres armados de chuços, foices, enxadas, varapaus, arcabuzes, etc., trazendo o seu abade à frente, desceram dos penhascos em que viviam e combateram com denodo «pela *Santa Liberdade*».

No tracto da fronteira formado pelos concelhos de Arcos de Val de Vez, Ponte da Barca, Terras de Bouro, há poucas diferenças de usos e costumes entre as populações raianas dos dois países, devido certamente, em parte, às migrações periódicas que, como adiante veremos, se realizam freqüentemente entre elas.

---

(1) Cf. *Uma excursão a Castro Laboreiro,* Separata da *Revista Lusitana*, tom. XIX, pág. 9.

(2) Cf. *No Minho*, D. António da Costa. Pôrto, 2.ª edição, 1900, pág. 177.

Não é raro, por exemplo, ver regressar de Espanha, os portugueses, usando a boina e até por vezes os tamancos fechados e de canos, espécie de chancas, guarnecidos de resistentes brochas. As mulheres portuguesas têm também um certo modo de atar o lenço na cabeça ou à volta do peito, que é mais peculiar das espanholas, mas distinguem-se principalmente pelo facto das galegas andarem quási sempre calçadas com grandes botas.

As romarias, espanholas ou portuguesas, que nesta zona se realizam, são todas muito semelhantes. Constam quási invariàvelmente de solenidade religiosa, com mais ou menos pompa, arraial, fogo, iluminação, músicas, dansas e descantes. Os devotos levam aos santos oferendas várias, como cabeças de gado, aves, objectos de oiro, dinheiro, *ex-votos* de cera sob inúmeras formas, etc. A fé é grande. Aparecem os amortalhados, às vezes levados em caixões funerários. São promessas de crentes. O vinho corre a rôdos, e por vezes torna-se bulhento. As dansas e cantigas sucedem-se. Há romarias que duram uma semana. Nestes folguedos parecem-se bastante os dois povos — não ficando, porém, atraz o português...

As mulheres do concelho de Montalegre, usam fatos escuros e grosseiros e saias de muita roda; trazem os pés calçados em *sócas* e pela cabeça põem uma capa, à qual pelo seu feitio especial chamam *capucha*. Os homens usam fatos escuros e pezados de burel, às vezes de cotim, tamancos com as biqueiras exageradamente levantadas, barretes como os dos campónios do Ribatejo e sobre o barrete, caído pelos ombros até meio da côxa, uma capucha de pano mais pesado que o usado pelas mulheres.

As espanholas da fronteira correspondente a Montalegre, usam na cabeça um lenço pequeno, em geral de côr branca — e sôbre os ombros, um chale de pontas cruzadas sôbre o peito. Os seus fatos são de côres claras e usam tamancos. Os homens trajam calças muito largas, em geral de belbutina ou bombazina, com fundilhos do mesmo pano mas de côr diferente; casacos curtos, do mesmo tecido das calças e com as mangas reforçadas na parte anterior com pano igual ao dos fundilhos. Na cabeça usam boinas de pano azul e trazem os pés calçados em tamancos (1).

---

(1) O Sr. Prof. J. Leite de Vasconcelos, descreve deste modo os trajos e alguns usos dos habitantes de Montalegre: «As mulheres

Êste concelho de Montalegre, antigamente denominado Terras de Barroso, cria muito gado nas suas abundantes pastagens. O fundo da alimentação dêstes povos é o leite e seus derivados.

Em Chaves e zona fronteiriça portuguesa correspondente, os trajos pouco ou nada diferem dos trajos mais vulgares do nosso habitante rural.

Os dos espanhóis das regiões próximas, são como os da zona anterior que acabamos de descrever. Quando em viagem vão quási sempre munidos do seu chale-manta ou só manta que lançam pelos ombros.

No que respeita à fronteira do distrito de Bragança também são notáveis as diferenças de indumentária. Os portugueses têm mais tendência para o luxo que os espanhóis. A gente do povo em Espanha usa trajos muito primitivos. Em dias de festa o grande luxo dos homens consiste nos botões de prata dos coletes, com fusis e tranquilhas do mesmo metal —o das mulheres nas argolas de prata e fios de falso coral. Só por troça, ou para fazer rir os outros, acrescenta o nosso informador, é que portugueses se adornariam assim.

O fato dos portugueses alem de ser de pano mais fino, tem sempre um feitio mais elegante. Quanto a calçado também os portugueses são superiores.

São característicos desta região os capotes de pano, para homem, de feitio e enfeites muito estravagantes, denominados *honras de Miranda*.

---

usam lenço na cabeça, casaco (curtinho), saia, avental e internamente *saióla* ou *inágoa* (por *anágoa*—saia branca), saiote, colete de cotim e camisa; vestem as pernas com *piucas* ou *meias redondas* de lã ou de algodão, as quais terminam no tornozêlo; calçam *çocos*, e resguardam os pulsos e parte das mãos com *manguitos* de burel; por cima das costas põem *capa* ou *guarita de crucho* (espécie de capuz que cobre a cabeça). Na Ribeira (zona oposta à montanha) as mulheres trazem pelas costas um avental que se prende ao pescoço por meio de cordões: parece que se chama *mantil*. Os homens usam chapeu de palha, que tem em volta um *cinto* ou fita ornada com um *coração* de çaragoça e na copa uma *corôa* de pano de côr; trazem *blusa* entre a camisa e o colete, e quando não se cobrem com chapeu, cobrem-se com uma *capa de crucho* como as mulheres.

«Tanto os pastores, como certos campónios *curjidosos*, entretem-se às vezes fabricando com arte objectos miudos de pau (rocas, fusos, espadelas... colheres, pratos...) tudo isto mais ou menos ornamentado à navalha ora com «ramos» ... sino-saimão... A arte, porém, que aqui se revela não é tão apurada como a dos pastores do Alentejo». (L. de V., *Por Traz-os-Montes* «Arqueólogo Português», tom. XXII).

O belo sexo mirandez e lombardez aparece carregado de oiro nas suas feiras e festas e mesmo as mulheres mais pobres, quási todas têm as suas jóias. Os homens já usam, muitos, nos relógios, cadeias de oiro com peças antigas pendentes; mas o principal luxo de um jóven lombardez é um *jaquetão de pelúcia de seda.*

Quanto a outros costumes, se alguns há comuns aos dois povos, também os há bem diversos.

Pelo que diz respeito ao género de alimentação, não existem diferenças essenciais. A sua base é em geral o pão, a carne, hortaliças, vinho e outras bebidas espirituosas, bem como o leite, café, chá, chocolate, etc. Os portugueses têm, porém, predilecção pelas hortaliças e legumes verdes; os espanhóis pelos legumes secos e pelas carnes. Do lado de Portugal os caldos e as sopas usám-se com muita água; do de Espanha com pouca. O chocolate é feito em Portugal com muita água; em Espanha só com a suficiente para o dissolver. Os portugueses comem o toucinho e o presunto em grandes talhadas com pão; os espanhóis, comem-no em pedacinhos muito miudos misturado com grão de bico, ao qual servem de tempero. A aguardente tem grande consumo de parte a parte, mas os espanhóis aromatizam-na quási sempre com aniz. Na ração alimentar do português, o pão entra em proporção mais elevada do que na do espanhol.

Quanto a festas e divertimentos nesta zona, se é certo que muitas dansas dos portugueses se realizam ao ar livre, também é verdade que na maioria se efectuam em recintos fechados, com toda a cerimónia; os espanhóis dansam geralmente na rua. Os portugueses convidam em geral para par qualquer dama que se encontre no baile; os espanhóis só dansam com suas mulheres ou suas noivas, ou com qualquer mulher se os maridos, noivos ou pais derem licença. São característicos da região de Miranda o popular *fandango* e a curiosíssima *dansa dos paulitos.*

Quando um português destes sítios viaja, contanto que leve dinheiro, não se preocupa geralmente em se munir de farnel; os espanhóis raras vezes se encontram sem êle e, principalmente, sem uma *bota* de vinho.

Os indivíduos de Freixo, Masouco, Fornos, Lagoaça, Bruçó, Vilarinho, Peredo e Bemposta do lado de Portugal e os de Mieza, Aldeia de Ávila e Formoselhe do lado de Espanha, destacam-se pelo modo hábil como sabem tratar das árvores, principalmente da oliveira e da laranjeira. São dignos de menção especial os habitantes de Lagoaça e Mieza.

Em certas localidades perdidas nos descampados de Miranda, as populações elegem por si próprias os seus juizes, que «rigorosos na fiscalisação dos gados, administram justiça impondo multas de vinho». ¿Qual o destino dêsse vinho? Muito simples: é bebido pela comunidade nas festas de ano, quando o calor é de abrazar (1).

Do lado de Espanha, nas povoações da raia fronteira a Freixo, não é freqüente vêr-se a meza posta para as refeições. Isso é um luxo que só se usa nas casas melhores.

Os espanhóis das regiões fronteiriças vizinhas dos distritos da Guarda e Castelo Branco, diferem muito, quanto a vestuário, dos habitantes dêstes distritos.

Na região fronteiriça a Barca de Alva, o trajo dos espanhóis caracteriza-se, principalmente, pelo emprêgo de peles. Vestem jaqueta curta, adornada de alamares, faxa de seda, calção, e chapeu em forma de cone truncado.

Os pastores da Beira Baixa usam «quinzena de estamenha, calças de velocino, botonas ferradas, chapeleirão de lã negra, capote e alforges ao ombro e cajado na mão» (2).

É muito curiosa a chamada festa de Ornaços, que a 3 de Fevereiro costuma realizar-se num local fronteiro a Barca de Alva, denominado o Torrão. Naquele dia os espanhóis das localidades mais próximas, munidos dos seus merendeiros, dirigem-se, quási todos a cavalo, para a romaria. Homens e mulheres cavalgam em conjunto a mesma alimária. Chegados ao arraial, atacam logo os seus farnéis. A merenda seguem-se por longo tempo as dansas e os descantes, no que também tomam parte os portugueses que concorrem a esta festa.

Quando entendem que são horas de partir, voltam a montar os seus cavalos ou mulas, e debandam no meio de uma enorme algazarra, e de tal forma que o viandante desprevenido que encontrasse estes romeiros no caminho, julgaria estar na presença de autênticas caravanas de ciganos.

A maior parte dos espanhóis da zona confinante com os concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e Almeida, usa calção e jaqueta curta, e nos pés sapatos, alpercatas ou albarcas, estas últimas feitas de pele de gado asinino e de

---

(1) Cf. *Jornadas em Portugal*, Antero de Figueiredo, Lisboa, 1918, 1.º milhar, pág. 143.

(2) Antero de Figueiredo, *ob. cit.*, pág. 22.

pneumáticos de automóveis. Os habitantes de Boiça (Espanha) têm a particularidade de trajarem no geral à portuguesa.

Na fronteira próxima de Sabugal, o espanhol veste e calça-se mais simplesmente do que o português; o trabalhador rural substitui o colete e casaco por uma blusa *(chambra)* de riscado e calça alpercatas feitas de variados materiais.

Nas povoações de Espanha, correspondentes às nossas dos concelhos de Sabugal, Penamacôr, Idanha-a-Nova, quási todo o trabalhador rural usa boina, calção de alçapão *(calçonitos),* meia preta de lã, (muitas vezes sem pé, não lhe antepondo qualquer resguardo), jaqueta curta com botões prateados e cinto de couro. Este vestuário constitui o tipo *charro,* palavra esta que em castelhano quer dizer rude, grosseiro. O português plebeu veste no geral saragoça ou burel e usa chapeu e cinto. As mulheres usam saia comprida, chale e lenço traçado no peito.

Ainda a propósito dos distritos da Guarda e Castelo Branco, podemos registar que as mulheres espanholas da zona de fronteira correspondente a estes distritos, têm muito mais aceio nas suas habitações do que as mulheres portuguesas, procedendo até, todas as semanas, à caiação das suas casas e mais limpeza geral. As portuguesas não têm infelizmente esse costume.

As habitações espanholas desta zona, no geral são mais higiénicas do que as portuguesas.

Os espanhóis durante o tempo das ceifas, não guardam domingos nem dias santos. Todo o seu tempo é empregado na faina dos campos. Porém, fora dessa época, observam o descanso prescrito pela Igreja. Nesses dias então reünem-se num recinto, a que dão o nome de praça, e aí se divertem dançando ao toque dum tambôr *(tamborile)* e duma gaita. Também, com freqüência, se realizam bailes em salões apropriados, onde fidalgos e plebeus, como noutro lugar já acentuámos, se divertem conjuntamente sem preocupações de linhagens ou de castas.

Esta convivência, que não se vê do lado de Portugal, nota-se também nos *cafés* que existem espalhados por estas povoações da raia espanhola.

O espanhol desta região, nas suas conversas, indiferentemente, quer elas sejam com nacionais ou estrangeiros, na presença de homens ou mulheres de todas as camadas sociais, não é, em regra, suficientemente comedido na sua linguagem. Além disso, emprega o simples *não* ou *sim* e o tratamento de *tu,* para qualquer categoria de pessoas.

A cozinha espanhola é aqui mais cuidada do que a portuguesa. Nota-se uma acentuada predilecção pela carne de toda a espécie. Contudo parece que o português se alimenta menos parcimoniosamente. O espanhol desta zona, como o de toda a fronteira leste, é entusiasta pelas touradas. Organizam-nas na época de verão e ao domingo. As praças são improvizadas. Carros carregados com lenha ou tabuões formam o redondel. Os toureiros são amadores.

As mulheres espanholas destas paragens são, em matéria religiosa, menos fanáticas que as suas vizinhas portuguesas.

Em todo o resto da fronteira, os vestuários dos espanhóis e portugueses assemelham-se muito, chegando por vezes a identificarem-se.

Em Alandroal e imediações, os homens têm uma tendência enorme para imitar os costumes dos seus vizinhos de além raia, especialmente no que diz respeito ao trajo. Quanto à mulher, mantém-se uma diferença bastante acentuada no seu porte, maneira de trajar, etc.

Em Ficalho os trajos característicos dos homens *da classe jornaleira,* são: jaleca ou jaqueta curta, muitas vezes pendurada ao ombro, calça de saragoça ou cotim, chapeu de aba larga, cinta de lã preta e o competente guarda-mato a que dão o nome de *ceifões.* No Rozal, povoação espanhola fronteiriça desta, o traje característico é o jaquetão de fazenda de lã, calça de bombazina, chapeu de aba estreita. As mulheres vestem com mais elegância do que as portuguesas vizinhas.

Os portugueses da região de Alcoutim são talvez mais sóbrios do que os seus vizinhos espanhóis. Estes são amantes duma meza lauta e do seu bem estar. São mais sociáveis do que os portugueses, não olhando a classes ou posições sociais.

As festas religiosas do lado de Espanha, têm um cunho acentuadamente pagão; são quási que meros pretextos para bailes, descantes e cavalhadas.

A população da zona espanhola da fronteira correspondente ao nosso Algarve, é quási toda formada por portugueses, como noutro lugar fica dito. Por esta razão, os costumes de portugueses e espanhóis são mùtuamente influenciados e muito parecidos.

Entre os caracteres etnográficos que sôbre variadas informações enumeramos e que se referem ao vestuário, divertimentos, etc., não figuram os lingüísticos pois entendemos que estes pela sua alta importância merecem um capítulo àparte.

Desde já devemos, porém, frizar que, a despeito de grandes analogias étnicas, os portugueses e espanhóis das regiões raianas, apresentam várias diferenças no trajo, na vida social, etc.

Pode dizer-se, dum modo geral, que o espanhol é mais sociável, espansivo e desprendido de preocupações de classe ou de casta, o que não deixa de ser interessante, dado o contraste das respectivas instituïções políticas com as portuguesas.

Não obtivemos, no entanto, detalhes suficientes sôbre organização de família, regimen de propriedade, etc., sendo de crer que, sob tais pontos de vista, as diferenças não sejam profundas. Apenas do lado de Portugal, temos conhecimento, a tal propósito, de sobrevivências curiosas do regimen comunitário «na propriedade colectiva do território, na partilha eqüitativa do bem comum e nas formas do seu aproveitamento ou cultura» mantidas, em virtude de circunstâncias topográficas, nas regiões do Gerez, Cabreira, Barroso, etc. (1).

Língua

Sob o ponto de vista lingüístico, é deveras interessante o estudo das populações raianas. O Sr. Prof. Leite de Vasconcelos, nos seus trabalhos sôbre o Mirandês, sôbre a dialectologia portuguesa, e ainda, em especial, num artigo da *Revista Lusitana,* intitulado *Falas fronteiriças*, aborda o assunto e desenvolve-o com a sua reconhecida autoridade. Faz notar que, não mencionando os idiomas mirandês, sendinês, guadramilês, rionorês, etc., em muitos outros pontos da fronteira, há do lado de Portugal falares com caracteres que participam do espanhol ou do galego e do lado de Espanha, falares participando do português ou mesmo pertencendo completamente ao português.

O inquérito, cujos dados estamos utilizando, fornece-nos indicações no mesmo sentido.

O predomínio do português sôbre o espanhol ou dêste sôbre aquêle, não se exerce igualmente em todas as regiões

---

(1) V. Alberto Sampaio, *As «villas» do norte de Portugal* «Portugalia» Porto, 1903, pág. 24 da separata. — Rocha Peixoto, *Formas da vida comunalista em Portugal* «Notas sôbre Portugal», tom. I, Lisboa, 1908, pág. 73 e seg.

da fronteira. Ora são mais sensíveis as penetrações lingüísticas portuguesas em Espanha do que as espanholas em Portugal, ora se dá o inverso, resultando desta espécie de osmose uma linguagem muito característica. O povo, em algumas localidades da raia, dá uma designação especial a êsse seu modo de falar, denominando-o *falar raiano,* fala *charra,* fala *chacota,* em contraposição ao português pròpriamente dito, a que chama fala *grave.*

Em toda a fronteira do Minho, a mistura e interpenetrações do português e do galégo dão-se mais ou menos intensamente, mas em vista das estreitas afinidades galaico-portuguesas, não tornam sensível, do lado de Portugal, a deformação do português, que alguns dos nossos informadores dizem mesmo, ser ali falado correctamente. A gente do campo é a que mais mistura o galego e português, distinguindo-se todavia facilmente qual seja a sua nacionalidade.

Devemos aqui notar, duas povoações desta zona, onde, como estudou o Sr. J. Leite de Vasconcelos, se dão fenómenos interessantes de lingüística. Uma, é a povoação portuguesa de Parada do Monte, no ponto mais meridional do Minho, cuja linguagem contém caracteres comuns ao galego; outra, é a povoação espanhola de Lobios, na margem esquerda do rio Lima, próximo da fronteira portuguesa, em cujo falar aparecem elementos comuns ao português.

Na zona fronteiriça formada pelos concelhos de Terras de Bouro e Montalegre, tanto em Portugal como em Espanha, só as classes mais cultas falam com pureza as línguas das suas nacionalidades; a gente do povo, em virtude do convívio e relações comerciais com os povos de além fronteiras, adulteram um pouco as suas línguas, dando-se a circunstância de falarem o português e o galego conjuntamente. Contudo parece que essa penetração lingüística é mais sensível do lado de Espanha.

De Soutelinho da Raia ao Rio-Mente (concelho de Chaves), as povoações fronteiriças dos dois países, ressentem-se, quanto à sua linguagem, do contacto bastante íntimo que mantêm. Assim é que se nota nos portugueses um certo sotaque espanhol na pronúncia, embora as palavras sejam no geral puramente portuguesas; os galegos por seu turno, e em maior grau, ressentem-se não só na pronúncia, como também no emprêgo de palavras portuguesas.

Na raia dos concelhos de Bragança, Vimioso e Miranda do Douro, o português também é falado com características galegas ou espanholas e o espanhol com características por-

tuguesas. É certo que, por exemplo, em Bragança, Outeiro, Pinêlo, Vimioso, Miranda, se fala muito razoàvelmente o português. Contudo há aqui várias regiões onde tal não sucede e em que aparecem mesmo idiomas diferentes do português no vocabulário e na gramática. Uma dessas regiões é conhecida pelo nome de *Lombada* e abrange as povoações que demoram entre o Rio Maçãs e o Sabôr, como Rio Frio, Deilão, etc. No extremo norte desta zona ficam as povoações de Rionôr ou Rio de Onôr e Guadramil, cujas linguagens *(rionorês* e *guadramilês)* constituem segundo o Sr. Leite de Vasconcelos, idiomas intermédios entre o português e o astúrico-leonês. Nas célebres *Terras de Miranda,* isto é, entre o Douro e o Angueira mas de Urrós para o norte, encontramos também outros falares especiais como o mirandês e o sendinês que, na opinião daquêle eminente glotólogo, estão nas mesmas circunstâncias dos anteriores.

Um dos nossos informadores dá-nos algumas frases na linguagem de Terras de Miranda. Lá díz-se por ex.: — *Eou quiro muto al min nino* — que em português seria — *Eu quero muito ao meu menino,* — e em espanhol — *Yo quiero mucho a mi niño.* Dizem também — *¡Quita par ende!* — que em português corresponde a — *Tira-te para aí* — em espanhol a — *¡Quitate para llá!*

É muito curioso o livro de versos, neste idioma, do Sr. Leite de Vasconcelos, intitulado *Flores mirandezas.*

Em terras de Espanha fronteiriças a estes concelhos, não são muito sensíveis as interferências do português, embora haja algumas — notando-se apenas que os habitantes de Ermizende, povoação que fica próxima do concelho de Bragança, falam uma variedade do português trasmontano. Os espanhóis não conseguem falar o português correctamente, compreendendo-o muito pior do que os portugueses compreendem o espanhol.

No concelho de Mogadouro, nota-se uma determinada tendência para canções em espanhol. Todavia os habitantes fronteiriços desta zona, espanhóis ou portugueses, apenas muito raramente empregam palavras que não sejam exclusivamente das suas respectivas línguas.

Entre Lagoaça e Barca de Alva, o português é falado com relativa correcção, ressentindo-se contudo um pouco da extensão do *mirandês.* Os espanhóis da região correspondente, falam o galego e empregam vocábulos parecidos com os nossos, muitas vezes alguns até iguais. Compreende-se fàcilmente a conversa entre portugueses e espanhóis. É de

notar a facilidade com que os portugueses desta zona, falam desde crianças o espanhol, e a dificuldade dos espanhóis em falar o português.

Nos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida e Sabugal, não se notam em geral penetrações do castelhano. Do lado de Espanha já em certos pontos, o inverso não sucede. Em Boiça, povoação vizinha de Escarigo, fala-se um espanhol arrevezado, que não é bem espanhol nem bem português. Além desta localidade, há uma outra — a aldeia de Alamedila, a pouca distância de Vilar Maior — onde, segundo diz o Sr. Leite de Vasconcelos, parece que se fala o português, pelo que os espanhóis chamam *mestizos* aos seus habitantes.

As populações raianas, espanholas ou portuguesas da zona fronteiriça de Penamacôr e Idanha-a-Nova, não falam com pureza as suas respectivas línguas, notando-se uma maior ou menor interpenetração, talvez segundo ficam mais ou menos distantes entre si as povoações dos dois países. Contudo as pessoas cultas exprimem-se com correcção.

Ao tracto de fronteira subseqüente, até à Foz do Rio Sever, se pode aplicar, ainda que em diminuta escala, o que deixamos dito para os dois últimos concelhos. Na povoação espanhola de Cedilho, em frente do pôrto de Monte Fidalgo, fala-se com muita facilidade o português, sendo freqüente vê-lo empregado mesmo nas conversas entre espanhóis.

Êste uso do português pelos espanhóis, continua a verificar-se, em maior ou menor grau, na zona de fronteira correspondente aos concelhos de Niza, Castelo de Vide, Marvão, Portalegre, Arronches, Campo Maior, Elvas e Alandroal.

Os espanhóis da zona fronteiriça de Niza, Castelo de Vide, Marvão, entendem muito regularmente a nossa língua e quando vêm às romarias ou festas portuguesas ou quando atravessam a fronteira para tratar dos seus negócios particulares, exprimem-se num português bem compreensível.

Na zona fronteiriça espanhola correspondente aos concelhos de Portalegre e Arronches, o espanhol é falado com acentuado cunho português, podendo dizer-se, que os espanhóis desta região empregam mais o idioma português que o seu nacional.

Em todo o resto da fronteira do Alentejo, o português é falado com relativa correcção, embora um pouco modificado ao acento alentejano e com alguma interferência do espanhol.

Olivença é uma povoação bilingue: toda a população fala habitualmente o português, mas também, e com a mesma

facilidade, o espanhol. Há ali muitas famílias de origem portuguesa, as quais, apesar dos seus sucessivos cruzamentos com espanhóis, mantêm o culto e o uso da língua portuguesa. O mesmo se dá nos subúrbios desta cidade. São de registar estes restos, e outros da nossa influência, apesar de mais de cem anos terem passado sôbre a data em que esta praça de armas deixou de ser portuguesa (Tratado de paz de Badajoz de 6 de Junho de 1801).

As populações raianas desta zona esforçam-se mùtuamente por falar a língua dos seus vizinhos, do que resulta os seus respectivos vocabulários aparecerem com palavras das duas línguas. Em Amareleja, por exemplo, são usados muitos vocábulos espanhóis.

Nos concelhos de Barrancos e Serpa, as populações, tanto dum como do outro lado da fronteira, falam pouco correctamente as suas línguas respectivas, sendo de notar que os naturais de Barrancos, na sua maior parte, usam um mixto de português e espanhol impuros, em que o espanhol tem a preponderância. Esta linguagem tem o nome do *barranqueño*. A língua portuguesa nesta vila é, em geral, falada com dificuldade. Quando em Barrancos se vê vir alguém do lado do oriente, diz-se — «¡lá vem um espanhol!» —, se vem do ocidente — «lá vem um português». É que o habitante de Barrancos considera-se simplesmente *barranqueño*.

Na região de Ficalho são muito raras as palavras espanholas empregadas pelos portugueses — outro tanto podendo dizer-se dos espanhóis da zona correspondente, quanto ao uso de palavras portuguesas. O que devemos registar é que a classe jornaleira desta zona, nos dois países, emprega muitos termos particulares bastante curiosos.

Na região de Aldeia Nova (concelho de Serpa), os espanhóis e portugueses residentes nas proximidades da raia, usam termos muito parecidos.

Resta-nos falar dos concelhos de Mértola, Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de S.to António. A acção do português sôbre o espanhol ou vice-versa, é em toda esta zona pouco importante. Os portugueses assimilam com facilidade a língua espanhola, falam-na correctamente, mas só a empregam quando passam ao país vizinho. Porém, mal atravessam a fronteira, não há nenhum que não comece logo a falar ou a querer falar o espanhol. Pelo contrário os espanhóis não falam o português senão muito incorrectamente e quando vêm a Portugal, é na sua língua nacional que se exprimem, nunca procurando falar o português.

*

De Castro Marim a Vila Real de S.to António, não obstante a grande convivência entre os dois povos fronteiriços, não é sensível a acção das suas respectivas línguas, devendo contudo exceptuar-se a que naturalmente — e irresistìvelmente — se exerce um pouco, nos indivíduos portugueses que, tendo arrendado fazendas em Espanha, lá vivem dum modo permanente.

Os portugueses residentes na zona portuguesa, falam o espanhol, mas incorrectamente, à excepção, é claro, dos indivíduos que vão freqüentemente a Espanha ou lá costumam passar grandes temporadas. Os espanhóis da zona espanhola, por seu turno, ainda falam muito pior o português, sendo até muito raros os indivíduos que o falam. É que, ao passo que há muitos portugueses nesta região, que se demoram em Espanha largos períodos de tempo, ocupados em trabalhos diversos, como dissemos, são raros os espanhóis que estacionam em Portugal.

Do que acabamos de expôr conclue-se que, dum modo geral, não entrando em linha de conta com as maiores afinidades lingüísticas do galego com o português do que com o castelhano, e admitindo na Galiza a existência duma verdadeira unidade nacional, as populações fronteiriças falam as línguas da respectiva nacionalidade.

Poucos indivíduos de nacionalidade espanhola falam o português preferentemente. Poucos indivíduos de nacionalidade portuguesa falam de preferência o castelhano ou o galego. Poucas populações, a exemplo da de Olivença, são bilingues. Também não são importantes as interferências mútuas dos idiomas dos dois países observadas em muitos pontos da fronteira. Em alguns dêsses pontos essas interterências são mesmo imperceptíveis. Perante muitos falares fronteiriços, pode até preguntar-se, se as suas características especiais resultam do choque e interpenetração de dois domínios lingüísticos, correspondentes aos dois países vizinhos, ou se, pelo contrário, representam o resultado dum processo evolutivo paralelo, mas nìtidamente distinto do que originou os idiomas principais. O mirandês parece ser o produto duma evolução glossológica local e o mesmo sucederá possìvelmente ao *barranqueño* e outros falares raianos. Se considerarmos que algumas dessas regiões de especial feição lingüística estão mais ou menos isoladas geogràficamente e distantes do coração do respectivo país, não será difícil conceber a possibilidade dum tal fenómeno. Mas o que nìtidamente ressalta de toda a explanação que acabamos de

fazer é que, abstraíndo dessas pequenas formações linguísticas independentes e dalguns falares em que palavras isoladas revelam a proximidade dum outro domínio glossológico, a fronteira política luso-espanhola corresponde também, muito sensìvelmente, à fronteira linguística do português na Europa. Considerando o galego como estreitamente afim do português, nem por isso a nossa fronteira setentrional deixa de ser, igualmente a que separa as populações pròpriamente lusófonas das galaicófonas.

A língua é, assim, uma das fortes características da individualidade portuguesa.

(Continúa).

ARTUR DE MAGALHÃES BASTO.

CARTAS DE JOSÉ DA CUNHA BROCHADO AO CONDE DE VIANA, D. JOSÉ DE MENESES

(1705-1710)

(Cont. do vol. 69.º, pag. 584)

XXVI

Ex.^mo Snr. Receby a carta de 12 de Março, q̃ V. Ex.^a me fez a honra de escrever, e tambem tinha recebydo a dos Corr.^os passados, q̃ por virem retardadas naõ fazia mençam dellas, deixando a sua data na minha estimaçam, e no meu agradecim.^to Naõ cabe na minha expressam o gosto, com q̃ leyo esta carta de V. Ex.^a sem a repeticam de nova queixa, porq̃ em hũ tempo taõ desabrido, e em hũ lugar taõ humido temia eu, q̃ a dilicada saude de V. Ex.^a padecesse algũa desordem; porem D.^s, q̃ nos seos castigos sempre rezerva algũa p.^te intacta ao ministro das suas indignaçoens, como fez, naõ permitindo q̃ o demonio tocasse na boca de Job, assim tambem naõ quis, q̃ as influencias de hũ tempo taõ contrario, e taõ maligno tivessem Jurisdiçam p.^a ofender a pessoa de V. Ex.^a. Esta reflexam naõ he de Pregador da quaresma, mas podera ser de hũ historiador sagrado, q̃ tanto de fé hé p.^a mim a veneraçam das prendas, e virtudes de V. Ex.^a.

Hũ destes dias pregou na Cap.^a Fr. Caetano (51); e suposto q̃ teve avizo g.^al p.^a pregar pouco sem falar nas materias do Governo, elle o fez como Pregador Evangelico, porq̃ pregou m.^to, e pregou bem. Falou com modestia, e

---

(51) Muito provàvelmente fr. Caetano de S. José (n. 1657 † 1745), qualificador do santo ofício e examinador das tres ordens militares. Cremos que êste sermão não foi impresso. V. B. Machado, *Bibliotheca Lusitana*.

com energia, e doirou admiravelm.te as reprehensoens com a necessid.e do texto, e com a coherencia da doutrina delle. Como o Evang.º era do diabo mudo declamou contra os min.os, q̃ calavaõ ao seo Principe o q̃ lhes deviaõ dizer, e mostrou este dano na famoza derrota do exercito de Holofernes cauzada pello silencio dos seos camaristas: este sermam pareceo m.to bem, e desarmou a indignaçam de q.m naõ o queria ouvir; mas estas advertencias saõ escuzadas na nossa Corte, aonde naõ ha, nem Princepe q̃ dorme, nem min.º q̃ emudessa; o diabo naõ hé mudo, mas falador, q̃ eu tenho por peyor demonio; e os mestres, q̃ naõ ensinaõ o q̃ hé bom saõ milhores, q̃ aquelles, q̃ ensinaõ o q̃ hé mau. A materia hé larga, e V. Ex.a em 30 legoas de distancia naõ pode ouvirme.

Oiço q̃ vieraõ novas da Beira de q̃ haviaõ chegado aq.las vizinhanças 4 mil Francezes, porem gente de pouca conta, tropas novas, e algemadas, e se assim hé pouco receyo nos pode dar hũ socorro sem valor, e sem doutrina; ao menos assim se lizongêa q.m derrama estas noticias, q̃ devem calar como o diabo mudo, e naõ ver os homens ás aveças, como o cego do Evangelho.

Ant.º de Saldanha está preso na torre de S. Giam por se queixar de o naõ haverem milhorado de posto: este fidalgo serve bem, e hé valerozo, e bem podia merecer pellos seos serv.os algũa distinçam: outros oficiaes fizeraõ deixaçam de seos postos, q̃ em principio de campanha tem a deixaçam mais de injuria, q̃ o seo despacho teve de injust.a Hé coiza rara ver a mansa, e cortez rebeldia, com q̃ todos se eximem de seruir, e obedecer a ElRey; todos olhaõ p.a si, e ninhũ p.a o Reyno, e p.a a sua concervaçam. Sem temor e resp.to naõ há Rey, nem vassalos. Os Gentios diziaõ, q̃ o temor fizera a 1.a Divind.e (52), e aqui a falta delle a destroe. Hũ Rey dizia; temaõ-me ainda q̃ me aborreçaõ, outro dizia, amem-me ainda q̃ me naõ temam; e q̃ será de hum Reyno, aonde os vassalos naõ amaõ, nem temem? Sahiraõ impressas, e em gr.de vulto as ordenaçoens militares, q̃ devem servir p.a os nossos exercitos; saõ compostas de m.tos e variados cap. sem separaçam de materias, e divizam de titulos, q̃ servirá de gr.de comfuzam p.a a materia, e de gr.de ambaraço p.a a execuçam: emfim tudo tem seo principio, e nada veyo

---

(52) Alusão ao conceito de Petrónio: *Primus in orbe deos fecit timor*.

ao mundo, q̃ naõ necessitasse de emenda, e de correçam. Eu suponho, q̃ V. E.ª hade ter este volume pella Secretarîa de Estado, e por esta cauza naõ lhe remeto hũ, q̃ me veyo pello Cons.º da faz.da D. Luiz da Silv.ra, q̃ aforou a Praça dos Remulares (53) a hũa freg.ª dos pescadores, impaciente de se naõ confirmar o seo aforam.to mandou hũa noite destas 8o carpint.ros, e outros tantos pedreiros com telhas, e taboas preparadas, q̃ naq.le sitio em menos de trez horas fizeraõ hũa rua de cazas de mad.ra com portas, e telhados, e na manhan seg.te apareceo aq.la obra maravilhoza, desmentindo a cazo de Santarem na calçada dos galhardos; porem como todas as coizas acabaõ pellas mesmas cauzas, por onde começaõ, socedeo, que querendo o Senado da Camara desforçarse deste atentado, e desfazendo algũa p.te daq.la obra, saltaraõ os vizinhos nella, e a derribaraõ, quebraraõ, e furtaraõ, e em menos de hũa hora voaraõ os materiaes com a mesma preça, com q̃ tinhaõ vindo (54); se eu agora tivera

---

(53) Actual Caes do Sodré. Vid. *Praça dos Romulares* (art. acompanhado duma gravura), in-*Archivo Pittoresco*, III (1860), pág. 2-4, e Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa* (1893), pág, 515 e seg.

(54) Brochado acrescenta nesta carta algumas notícias às já conhecidas dêste incidente. ¿Ter-se-ia, porém, equivocado quanto ao seu autor?

Tudo leva a crer que sim, pois os documentos que Freire de Oliveira publicou referem-se expressamente a D. Francisco de Sousa.

Dêsses documentos, como elucidação do texto, extractamos as seguintes passagens: «Senhor—Diz D. Francisco de Sousa que, achando-se senhor e possuidor d'uma parte do chão dos Remolares, por titulo de compra que d'ella fez ao desembargador Diogo Roballo Freire, e mandando na noite de quarta feira levantar umas casas de madeira na dita área, por não haver lei que prohiba ao senhor edificar a toda a hora no solo proprio, deixando livre a serventia publica, como elle deixou, o senado da camara no dia seguinte, ás 4 horas da tarde, mandou, por um ministro seu, demolir a obra, procedendo com notoria violencia e defeito de jurisdição, por se não reputar neste caso como magistrado, mas como particular, que devia usar dos meios de direito para esbulhar o supplicante da posse que adquirira no seu edificio por meio da edificação; e com maior razão não tendo o senado acção alguma ao dito chão... e tanto que, sem contradição nem aforamento do senado, se edificaram já outras casas semelhantes, á mesma hora e no mesmo sítio;... P. a V. Magestade lhe faça mercê mandar que o senado da camara reponha logo a obra no mesmo estado em que se achava ao tempo do desmancho». *Petição de D. Francisco de Sousa, sumilher de D. João V*, apud F. de Oliveira, *Elementos para a historia do municipio de Lisboa*, tom. X, pág. 390-1. A esta petição, respondeu a camara, enviando uma consulta (29 de Março de 1708), na qual responde ás arguições de D. Francisco de Sousa, afirmando dentre outras coisas,

tempo havia de começar esta carta tirando deste facto de D. Luiz hũ maravilhozo similhante p.ª despertar a nossa lentidam assim na construcçam da obra, como na ruina della; porem V. Ex.ª, q̃ ja se cança de ler, som.te me dará licença p.ª me pôr a seos pés pedindo lhe q̃ honre a minha obed.ª com preceitos de seo serv.º D.s G.e a pessoa de V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 17 de Março de 1708.

XXVII

Ex.mo Sñr. Receby a carta de 19 de Março, q̃ V. Ex.ª por sua bond.e me fez honra de escrever, e fico com o sentim.to de suspeitar, q̃ a saude q̃ V. Ex.ª logra, naõ hé ainda aq.la, q̃ eu dezejo q̃ lograsse. D.s q̃ hé o dispensador dos bens, reparta com V. Ex.ª com aq.la abundancia, de q̃ necessita a pessoa de V. Ex.ª, e q̃ tòdos os seos criados lhe dezejamos. Eu com os olhos na quietaçam de V. Ex.ª, e nos seos mayores intereces naõ quizera q̃ V. Ex.ª deixasse a convalescença desse retiro, mas considerando os apertos da minha Patria, e os perigos, em q̃ vejo a nossa Corte dezejava, q̃ V. Ex.ª viesse socorrella com os expedientes do seo zelo, e com as penetraçoens do seo discurso. Isto votava eu como Portuguez, mas naõ o aconselhava como am.te de V. Ex.ª.

Chegou o Paquebot, e ainda q̃ naõ traz novas de gr.des dispoziçoens, sabemos por elle, q̃ a Corte de Inglaterra caminhava a hũa ruina total da cauza comua pella ligeireza de hũa aprehensam contra os dois prim.os min.os o Gr.de Thezoireiro, e Milord Marlborough, q̃ estiveraõ despedidos de suas ocupaçoens pellas intrigas de hũ Secret.º de Estado do Partido Anglicano, q̃ queria dar em terra com os do partido cont.º, q̃ chamaõ Presbiteranos, cuja ferida naõ sei se hade ter taõ facil o remedio, q̃ a injuria da cicratice naõ

---

que o «chão ou praça dos Remolares, aonde clandestinamente se edificaram em uma noite aquellas casas, foi antigamente dado aos pescadores para tratarem do beneficio das suas redes e recolherem as suas embarcações» e que o suplicante havia procedido insolitamente e contra direito. A resolução régia consistiu em fixar o praso de 3 meses para ser sentenciada, nomeando para seu relator Belchior da Cunha Brochado, sobrinho do nosso epistolografo, Manuel Lopes de Barros e Diogo Guerreiro Camacho de Aboim. Vid. Freire de Oliveira, *ob.* e vol. cit., pág. 391-395.

fique sempre vertendo odio, e vingança. Por esta maneira podemos entender, q̃ a guerra naõ hade passar desta campanha, e q̃ depois della teremos hũa gr.de discordia em Inglaterra, porq̃ aq.les partidos estaõ na mais animoza opoziçam tendo p.a ajustar o gr.de negocio da sucessam da Coroa, p.a cuja pratica, e execuçam há nelles a mayor contraried.e Pobres de nôs, q̃ havemos de ser socios, e reus das suas animozid.es, e sofredores das suas destemperanças. Entretanto França naõ perde tempo, tem gr.des forças em Alemanha, aonde tem quazi reduzido o paiz fertil de Vitemberg, de q̃ pode seguirse entrar nos Circulos de Suabe, e de Franconia p.a passar a Baviera, porq̃ naõ ha noticias de q̃ os Principes do Imperio ajuntem as tropas de seos contingentes, nem q̃ o Emper.or assista com algũa p.te das suas. Tambem p.a a p.te de Italia se entende, q̃ seraõ superiores os inimigos, porq̃ o duq̃ de Saboya naõ tem os socorros prometidos, nem athe agora estaõ elles mais q̃ na imaginaçam de q.m os dá, e no engano de q.m os escreve. Se as novas de Holanda fossem verdad.ras seria El Rey Carlos o mais bem livrado nesta campanha; porq̃ teria 48 mil homens p.a entrar em acçam; mas este exercito hé em pintura, e naõ há p.a elle mais evidencia, q̃ algũas negociaçoens, q̃ tem hũas repostas especiozas, e hũas promeças cheyas de illuzam, cujo efeito naõ cabe, nem em o tempo, nem em as forsas; e he m.to p.a admirar, q̃ se escrevaõ estas novas com hũ manifesto engano, e q̃ se creyaõ com hũa fé viva, q̃ merece menos credito, q̃ palmatoria.

Na situaçam, em q̃ se achaõ as coizas da Liga devia Portugal sem mudar de systema fazer algũa reflexam, ou p.a dispor algũa maxima, q̃ athe agora naõ praticou, ou p.a ter mais perto algũa taboa, em q̃ salvar-se; porem isto hé materia, em q̃ se naõ fala, nem ainda se cuida.

Naõ creyo q̃ todos a ignoraõ, mas os pinhores, q̃ temos em Alemanha, saõ o motivo da nossa dissimulaçam.

Chegou hũ destes dias o Marq̃ das Minas, P.o de Vas.los, e hũ irmaõ (55) do Conde de S. Lourenço, e fica p.a entrar o Conde de Villa verde, e D. Joam de Attayde. Estes cabos saõ de gr.de socorro ao nosso exercito, e em caso q̃ o Marq̃ de Front.ra tenha algũ impedim.to poderá o Marq̃ das Minas

---

(55) Manuel de Melo «que servio na guerra, e morreo sem geração». Caetano de Sousa, *Memorias historicas e genealogicas dos grandes de Portugal* (Lisboa, 1755), pág. 407.

encher esta falta cóm admiravel satisfaçam, e proveito de nossas armas. Naõ referem boas novas de Barcelona, aonde tudo fica cheyo de medo, e de fome, q̃ naõ hé gr.de patrimonio, nem gr.de prezidio p.a conquistar hũ Reyno. Oiço q̃ os Holandezes naõ continuaõ com os pagam.tos, e q̃ há gr.de falta de dinheiro na p.e aonde este estava consignado. Tenha V. Ex.a saude perfeita, e constante, q̃ hé o principal, q̃ o mais hé da jurisdiçam da provid.a, e do Sumo dispensador dos Reynos, e das Republicas. D.s g.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 24 de Março de 1708.

XXVIII

Ex.mo Sñr. Receby a carta de V. Ex.a de 26 de Março; e sinto extremam.te, q̃ a desobed.a dos males insulte ainda a inestimavel saude de V. Ex.a, permita D.s, q̃ a Primavera seja mais favoravel aos nossos dez.os, p.a q̃ V. Ex.a se restitua a hũa dispoziçam livre de todas estas queixas, q̃ saõ mais hũa inclemencia p.a o nosso Reyno. O s.r Marq̃ de Marialva tambem tem passado com gr.des dores, e com tal afliçam, e taõ inquieto, q̃ nos assusta a profia de seos males. Chegou o Conde de Villa verde, e mostra no semblante, q̃ naõ viveo, nem gostozo, nem descansado. Nesta ocaziam vieraõ varios cabos menores, e todos daõ informaçoens de Catalunha, q̃ nos naõ fazem rir. Dizem q̃ aq.la Corte está faminta, q̃ morrera pobre o Conde de Oropeza, q̃ La Corsana naõ tinha meyos p.a sustentarse, e q̃ as mesmas guardas d'El Rey Cat.co mendigavaõ pellas portas.

Este princepe entre os nossos, e os seos poderá ter 16 mil homens entrando neste n.o o ultimo socorro, e por esta maneira falta ainda m.ta gente p.a se encher a conta de 48 mil homens, q̃ nos diziaõ as novas de Holanda; mas esta diversam naõ importa nada, porq̃ nôs a faremos milhor com o gr.de poder, q̃ temos nas nossas front.ras Oiço q̃ se trabalha no projecto da campanha mas naõ sei se este hade ser p.a a acçam, ou p.a a defensa, porq̃ naõ sei o q̃ temos por nôs ou contra nôs.

O Marq̃ das Minas será consultado p.a este projecto, e será o seo voto bem acreditado pellas suas experiencias á custa dos seos e dos nossos trabalhos. Este cavalh.ro hé chamado a todas as Juntas, e cuido q̃ o dezejaõ, e inculcaõ p.a hir fazer a campanha em cazo q̃ o Marq̃. de Front.ra se naõ veja livre dos seos achaques, e entendo q̃ o Duq̃ entre

hũas postas de sangue, q̃ lançou pella boca, tambem deitou articulado este sentim.to Todos estes fidalgos, q̃ agora vieraõ de Barcelona andaõ taõ contentes, taõ despejados, e taõ seguros q̃ bem mostraõ, q̃ ainda q̃ perderaõ a batalha, ficaraõ triunfantes da sua propria desgraça, e desprezadores da sua propria ruina: os animos constantes, e os esp.os da 1.ª ordem saõ mais humanos na prospera, q̃ na adversa fortuna. Aqui nos disseraõ, q̃ a frota de Holanda teria algũa dilaçam por andarem m.tos navios Francezes no Canal; porem agora afirmaõ, q̃ chegara hũ navio Inglez com novas certo de q̃ aq.la frota com a de Inglaterra chegaria brevem.te com 3o navios de guerra; D.s a traga p.a provim.to desta Cid.e, q̃ nella estamos como de sitio, e athé será necess.o mandar vir vaca, e carn.ro de Londres todas as semanas p.la posta, porq̃ o assougue do Terreiro do Paço servirá neste veram p.a jogar a péla. Os socessos de Londres, de q̃ avizei a V. Ex.a, me daõ gr.de cuid.o, porq̃ me fazem suspeitar, q̃ as prevençoens p.a a guerra se haõ de fazer com m.ta lentidam, e com pouca liberalid.e; os animos estaõ desunidos, os partidos animados, e a R.a com desconfianças dos seos mais fieis vassalos, e favorecidos, e tudo isto saõ concluzoens a favor de França, e contra nôs, q̃ medimos a grandeza do nosso prejuizo pellas 3oo legoas da nossa distancia: em fim isto naõ está a meu cargo, e creyo firmem.te, q̃ tudo obraõ estes Senhores como convem ao interece publico, q̃ hé a tranquilid.e dos vassalos, e a gloria d'El Rey.

Tenha V. Ex.a saude, q̃ hé o q̃ importa, e viva eu sempre nos abrigos da sua protecçam merecedoa com o mais profundo resp.to D.s g.de V. Ex.a m.s a.s Lx.a 31 de Março de 1708.

XXIX

Ex.mo Sñr. Receby a carta q̃ V. Ex.a me fez honra de escrever com data de 2 de Abril, e tenho sentido a justa razam de queixa, q̃ V. Ex.a tem p.a recear o augm.to dos seos achaques pellas novas dos q̃ padece o Ex.mo S.r Marq̃. de Marialva. Este cavalh.ro se achou hoje, segundo me disse José da Serra, com mais socego, e menos ancias; aquellas dores saõ importunas, e ingratas aos remedios, porem naõ tem conseq.as proximas de mayor dano, e este hé o alivio, q̃ temos os q̃ nos intereçamos na saude, e milhoria do S.r Marq̃; queira D.s fortificar a saude de V. Ex.a, e dar lhe hũas festas

taõ alegres, e taõ cheyas de bençaõs espirituaes, q̃ naõ tenhaõ as nossas esperanças mais prosperid.es q̃ pleitear diante da Provid.ª Divina. Ainda nesta semana continuaraõ as chuvas, q̃ p.ª augm.to de nossos males naõ tivemos a çonsolaçam de correr as Igr.as, nem eu a fortuna de hir á Cap.ª ouvir a devota magnificencia, e as pauzadas ceremonias, com q̃ os Conegos Reyaes celebraraõ os offi.os Divinos.

Ainda naõ sabemos se os officiaes q̃ vieraõ de Catalunha haõ de hir p.ª o Alentejo agregados a alguns regim.tos, e creyo q̃ o mayor impedim.to consiste em q̃ naõ há dinh.ro p.ª socorrellos, porq̃ o thezoiro dos trez Estados se achou ontem com 90 mil reis, e só p.ª pagar os almocreves, q̃ vieraõ por mar saõ necess.os mais de 50 mil cruzados, e elles vem taõ pobres, q̃ se recolhem p.ª suas terras pedindo esmolla. Oiço q̃ sahiremos a campanha em dia de N. Sr.ª dos Prazeres. Nem por m.to madrugar amanhece mais depreça, e entendo q̃ esta anticipaçam pella qualid.e das nossas terras nos pode servir de grave dano, e gastaremos em coizas poucas a pouca gente q̃ temos, e depois sahirá o inimigo, e tomaremos o partido de nos retirar. Sahir prim.ro hé util, e pode ter dois fins, ou havendo gente p.ª andar sempre em acçam com superiorid.e, ou p.ª tomar algũ campo, e posto bom, q̃ sirva de estorvar os progressos do inimigo; e assim nesta consideraçam me parece, q̃ p.ª emprender acçam, e sustentar a campanha naõ temos forsas bastantes, e p.ª tomar algũ campo, nem o há, nem sabemos o como isto se faz, porq̃ nada pella prim.ra vez se faz bem. Hũ destes dias se fez hũa morte junto do Esp.º S.to com arma curta, e foi o morto hũ neto de Victorino Zagalo, de q.m naõ havia queixa. Naõ conto isto por novid.e, porq̃ esta terra já está costumada a ver similhantes horrores, e sempre na quaresma se desobriga com hũas poucas de mortes crueis, e violentas; seja qual fosse o impulso, o milagre consiste em q̃ estes crimes naõ socedem em cada instante, porq̃ naõ há just.ª q̃ os castigue, nem ainda indignaçam, q̃ os reprehenda.

O Contracto do tabaco está em gr.des apertos assim porq̃ falta o genero, como porq̃ a sua arrematação foi chimera, e entendo q̃ destes efeitos se naõ hade tirar coiza algũa e fica faltando a mais prompta, e a mais grossa consignaçam, q̃ tem S. Mag.de, q̃ D.s g.e O trabalho, q̃ vai tendo o S.r Marq̃. de Alegrete pede hũa remuneraçam m.to gr.de, mas este fidalgo serve a El Rey com tanto gosto, q̃ naõ quer

mais premio, q̃ o serv.º, e dobra os sete dias da semana, como os sete an.ˢ de Jacob ainda q̃ está certo, q̃ em lugar de Rachel lhe naõ daraõ Lia. Perdoe V. Ex.ª a impertinencia destas minhas historias, e sirvaõ como novelas p.ª entreter hũ pouco a V. Ex.ª. D.ˢ g.de a V. Ex.ª m.ˢ a.ˢ Lx.ª 7 de Abril de 1708.

(Continúa). JOAQUIM DE CARVALHO.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 2, pág. 78)

Libro llamado Fiameta porque trata de los amores de vna notable dueña napolitana llamada Fiameta el qual compuso el famoso Juan vocacio poeta florentino: va compuesto por sotil y elegante estilo. Da a entender muy particularizadamente los efectos que haze el amor en los animos ocupados de pasiones enamoradas. Lo qual es de gran prouecho por el auiso que enello se da en tal caso. 1541. — Subscripção final: *Fenece el libro de Fiameta cõpuesto por el famoso poeta Iuã bocacio fue impresso en la muy noble y leal ciudad de Lixboa por Luys Rodriguez librero d'l Rey nr̃o señor. Acabose a xii dias d' Diziẽbre. Año de M. d. XL y vno.*

4.º, letra gothica, 88 folhas.
Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca de Evora.

Tratado da pratica Darismetica, de Gaspar Nicolas. 1541.

Bibliotheca de Evora.

Enquiridio o Manual d'l cauall'o christiano. — Diz no fim: *A loor d'la sanctissima trinidad padre hijo spiritu sancto. Dela gloriosa Reyna de los Angeles Maria virgen sacratissima: delos bienauenturados sanctos B. P. H. Se acabo el presente libro llamado Enquiridion o Manual del cauallero Christiano: en la muy noble y leal ciudad de Lixboa: en casa de Luys Rodriguez librero del Rey. Ano de M. D. & xlj.*

Ex.: falto de frontispicio e preliminares, da Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

O prologo é no folio viii. O 1.º capitulo no folio ix. O resto completo chegando a folios cxx. No verso do prologo uma gravura: a esphera com uma fita enrolada na base tendo este distico: *Spera in Deo*, etc.

Caracteres gothicos.

Medidas del Romano agora nueuamente impressas y añadidas de muchas pieças & figuras muy necessarias alos officiales que quieren seguir las formaciones de las Basas, Colunas, Capiteles, & otras pieças de los edificios antiguos. Año MDXlii. — No fim da ultima folha: *Imprimiose el presente tratado intitulado medidas del Romano enla muy noble y siempre leal ciudad de Lisbona agora nueuamente acrecentadas muchas cosas que de antes tenian muy necessarias. Imprimido por Luis Rodrigues librero del Rey nosso señor. Acabose a xv dias del mes de Enero d mil quiniẽtos y quarenta y dos años.*

No reverso da ultima folha o escudo do impressor.

O titulo em portada similhante á do *Insino Christão.*

4.º, 42 fls. innumeradas; caracteres gothicos.

Ex.: da Bibliotheca Nacional de Evora e de J. M. Nepomuceno.

Historia passionis Domini Iesu, ex quattor: in unam: per reuerendum dominum Didacum Hortijz â Villegas, uisen, Episcopum: cum eius dẽ plana & catholica explanatione. — Este titulo por baixo d'uma estampa representando o Calvario, tudo enquadrado por ornamentação de flores e passaros. — No fim, em folha separada: *Absolvtum est opvs Historiæ Passionis Dominicæ die et anno a nativitate Domini millesimo quingentesimo quadragesimo secvndo olisbonæ.*

No verso, o escudo grande do impressor.

4.º, cadernos A Aiij, sem numeracão; 34 folios, incluindo o frontispicio e o folio da subscripção final.

Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa; 953 dos *Reservados.*

Regras & cautelas do proueito espiritual. — No fim tem a seguinte subscripção: *A louuor d' deos & da gloriosa*

Virgem Nossa Senhora se acabou de imprimir ho presente tratado por nome regras & cautellas do proueyto spiritual. Nouamente feyto per hũ deuoto & religioso. Ho qual foy visto e examinado pellos deputados da sãcta inquisiçam. E por tanto deram licença a Luis rodriguez liureiro delrei nosso senhor que ho imprimisse. Acabouse oje aos seis dias do mes de Mayo de mil & quinhentos & quarenta & dous Annos.

8.º, de cxviij folios.

Descripto em Innocencio pelo exemplar outrora pertencente a Figanière.

Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Paixaõ de Christo, tirada dos quatro Evangelistas.

Barbosa Machado attribue esta obra a D. João de Lancastre. Innocencio nunca a viu e offereceu ponderosas observações sobre a sua existencia. Que relação haverá entre esta obra e a de Diego Ortiz de Villegas, de que demos noticia atraz?

Hieronymi Osorii Lvsitani De Nobilitate Civili, Libri Dvo. Eiusdem de nobilitate Christiana Libri tres. Olyssipone, apvd Ludouicum Rodericum Typographum. 1542.

4.º, marcação de 8.º, A Aiiii, 120 folios. No ultimo, a errata e no verso o escudo grande de Luis Rodrigues.

O titulo dentro de portada egual á do *Insino christão*. A obra é dedicada ao infante D. Luis. Bonita impressão em italico.

Bibliotheca Nacional de Lisboa; secção de jurisprudencia, H. 3, 1594.

No verso do frontispicio, a declaração de ter pertencido á Bibliotheca da Cartuxa de Evora, por donativo do arcebispo D. Theotonio de Bragança.

De crepusculis liber unus, Item Allacen Arabis vetustissimi, de causis crepusculorum liber unus, a Gerardo Cremonensi jam olim Latinitate donatus, et per eundem Petrum Nonium denuó recognitus.

4.º

Libro muy prouechoso para todo fiel christiano el qual mãdo traduzir la muy poderosa & christianissima señora Leonor Reyna de Frãcia. — Este titulo, a preto e encarnado, está por baixo d'uma gravura representando o rei David tocando no psalterio: ao fundo uma cidade. No fim: *Fue impreso enla muy noble y sic̃pre leal ciudad de Lixboa, en la officina d' Luys Rodrigues librero delRey nosso señor. Fue visto por los deputados de la Sancta Inquisicion. Acabose alos quinze dias del mes de Julio de mil & quinientos & quarẽta y quatro años.*

8.º, sem paginação, impresso a vermelho e preto: caracteres gothicos.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Liuro dos remedios contra hos sete peccados mortays. — Este titulo por baixo d'uma estampa egual á do livro antecedente. Veja-se a sua reprodução no vol. X do *Diccionario Bibliographico*. No fim: *A louuor de deos e da gloriosa virgẽ nossa senhora se acabou ho presente tratado dos sete peccados mortaes visto e examinado polla sẽcta inquisiçã foi imprimido em casa de Luis rodrigues liureyro del Rey nosso senhor aos vinte dias de Março de 1543.*

8.º, 106 pags. numeradas pela frente.

Libro dela verdad d'la fe, sin el qual no d'ue estar ningũ xp̃iano. Cõ priuilegio real. — Este titulo, a encarnado, dentro d'um frontispicio formado por gravuras. No verso do folio Cxxx, erradamente numerado Cxxix, a subscripção final: *A loor dela sanctissima trinidad del padre hijo spiritu sancto: de la gloriosa reyna de los angeles Maria virgen sacratissima nuestra señora. Y de los bienauenturados sanctos dela corte del cielo: se acabo el presẽte libro intitulado: de la verdad dela fe: compuesto por fray Iuan Suarez dela orden de sant Augustin confessor y predicador del serenissimo Rey Dom Juan tercero deste nombre: impresso por authoridad dela sancta inquisicion por especial mãdado del dicho señor enla muy noble & siempre leal ciudad d' Lisboa por Luis Rodriguez librero de*

su alteza, y acabose alos xx dias del mes d' Enero de mil & quinientos y quarenta y tres.

8.º, maximo a 2 col.: cada pagina enquadrada em vinhetas; typo gothico. Cadernos de 16 pags. A, A 4, B, B 4, etc.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Reportorio de tiẽpo nueuamente corregido por el famoso Sancho đ Salaya cathedratico đ Astrologia enla Vniuersidad de Salamãca: el qual tãbiẽ añadio enel lunario xxij años sobre lo que andaua impresso hasta agora. M, D. xliij. Laus Deo. —No fim: *Fue impresso enla muy noble sempre leal Ciudad de Lisbona. Acabose a xv dias de Março: en casa de Luys Rodriguez: librero del Rey nuestro señor. Año đl nacimiento de nuestro señor Jesu Christo de 1543. Laus Deo.*

8.º, gothico, cadernos de A a K, sem numeração nem reclamos. A paginação, sem embargo do formato, é desegual, porque alguns cadernos tem 6 folhas em vez de 8.
Bibliotheca de Evora.

Eduardi Pinelli Lusitani Latinæ Gramaticæ Compendia. Ejusdem Tractatus de Calendis. Prima editio Ulissipone, apud Ludovicum Rhotorigium Typographum. 1543.

Castro, tom. 1.º, pag. 400, col. 1.ª

Latinæ Grammatices Compendium. Tractatus de Calendis, de Luiz Pinhel.

Barbosa diz ter visto esta obra no artigo Duarte Pinheiro.

Passionario da Semana Santa, de João Fernandes Fermoso.

Barbosa atribue a impressão a Luis Alvares, mas deve ser Luis Rodrigues. Cahiu no mesmo equivoco na *Pratica Darismetica* de Gaspar Nicolas.

Libro primero đ'l espejo del prîcipe christiano: que trata como se ha d'criar vn principe o niño generoso desde su hierna niñez cõ todos los exercicios e virtudes que le conuienen hasta ser varon perfecto contiene muy

*

singulares doctrinas morales y apazibles. Con preuillegio real. M. D. XLiiij. — Este titulo dentro d'uma portada. No fim: *A gloria de dios y de eu bẽdita madre la virgen Maria nuestra señora se acabo el libro primero del perfecto principe christiano aguora nueuamẽte hecho por el doctor Frãcisco de Monçon cappellã y predicador del serenissimo rey don Iuã de Portugal tercero deste nombre Cathredatico de sancta teologia en la vniuersidad de Coimbra fue visto y examinado por los reuerendos padres deputados dela sãcta inquisicion fue impresso en lisboa ẽ casa de Luis Rodriguez librero delrey nuestro señor acabosse a los xxviij dias del mes do Julio de M. D. xliiij anos.*

Folio, CXCI (191) folios.

Bibliotheca da Ajuda. Outro ex.: sem frontispicio na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 2, pag. 95)

Até aos fins do século XVIII esteve a alfândega em manifesta decadência e com um escasso rendimento muito inferior ao que poderia produzir, facto que se atribuia não só à incapacidade dos juizes, ao mau recrutamento dos oficiais, diminuto ordenado dos guardas das rondas do campo, reduzido a 80 reis por dia que nem para o sustento do cavalo chegava, como também aos costumes, vícios e corruptelas de *antiqüissima data*, segundo dizia em 1766 no seu relatório o dezembargador Antão Bravo de Sousa Castelo-Branco, Intendente geral das alfândegas do *reino do Algarve e provincia do Alemtejo* (1).

Em princípios do século seguinte ainda as coisas da alfândega não haviam melhorado. Verificando-se ser a sua receita, em anos comuns, orçada em 100$000 reis, não chegava esta quantia para pagar aos seis oficiais que ali faziam serviço, para cujos ordenados se consignava a verba extraordinária de 110$000 reis (2).

O movimento da alfândega começou depois a desenvolver-se, sobretudo a partir do segundo quartel do século passado. É nessa época que a sua escrita começa a aparecer com certa regularidade, como podemos verificar pelos mapas que se guardam nos maços da antiga *Junta do Comércio* cujo cartório, depois da implantação do regime liberal, passou para o Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo.

A tabela que se segue, organizada com os elementos que nos fornece a referida colecção, constituirá um pequeno subsídio para a história do tráfico mercantil pela fronteira de Marvão nesse tempo. Refere-se ela a um trimestre do

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Manuscritos*, códice 954.
(2) Biblioteca Nacional de Lisboa — *Secção de manuscritos*, n.º 235, fls. 63.

ano de 1820, movimento que acusa, em média, os dos mais próximos anos subseqüentes:

Mappa do Rendimento que ouve nesta Alfandega de Marvão nos tres mezes de Janeiro, Feverero e Março do anno de 1820 dos generos que foram para Espanha e vierão para este Reino

PARA ESPANHA

27	Arrobas de Sardinhas pagaraõ os dreitos por Pautoa tres mil Sete Centos Reis....	3700
378	Alqueires de Cal pagaraõ Dreitos por avaliasão douis mil Sinco Reis.....	2005
4	Sentos de Laranjas pagaraõ dreitos por Pautoa outenta Reis	80
9	Varas de Estopa pagaraõ Dreitos por Pautoa noventa Reis.	90
90	Alqueires de Sal pagaraõ dreitos por Pautoa quatro Sentos Sincoenta.....	450
14	Sentos de limoins pagaraõ dreitos por Pautoa trezentos outenta Reis.....	380
4	Milheiros de Pedreneiras pagaraõ dreitos por Pautoa quatro Sentos outenta Reis	480
1	Casação de Burel pagou dreitos por Pautoa Sem Reis.....	100
5	Arrobas de Sera da terra desta pagaraõ dreitos por Pautoa trezentos Reis..	300
20	Arrobas de Ferro Velho pagou dreitos por Pautoa nove Centos Secenta Reis.....	960
7	Vaquetas Pagaraõ dreitos por Pautoa Sete Centos Reis....	700
2	Condenasõis para o Real Erario douis mil quatro Centos Reis	2400
		11645

PARA ESTE REINO VINDOS DA ESPANHA

149	Almudes de Azeite pagaraõ dreitos por Pautoa dezasete mil Seis Centos outenta Reis....	17680
26	Arrobas de pimentaõ pagaraõ dreitos por Pautoa douis mil trezentos e Vinte Reis.....	2320
42	Arrobas de Figos pagaraõ Dreitos por Pautoa mil duzentos Secenta Reis.....	1260
2	Gargas de Lousa de Barro groseiro pagaraõ dreitos por Pautoa Sento Secenta Reis.....	160
5	Varas de pano Branco pagaraõ dreitos por Pautoa Sento Corenta Reis.....	140
2	Arrobas de Alfazema pagou dreito por Pautoa Sento e outenta Reis.....	180
3	Mulas Pequenas pagaraõ dreitos por avaliasão tres mil Seis Centos Reis..	3600
Emportaraõ os generos despaxados em trinta e Seis mil nove centos outenta e Sinco Reis.....		36985
Emportaraõ as dispesas em trinta e Seis mil quatro Centos e Vinte Reis		36420
Emportou o liquido em quinhentos Secenta e Sinco Reis		00565
Pagaraõ de decimas tres mil quatro Centos e Sincoenta Reis 3450		36985

Alfandiga de Marvão 31 de Março de 1820. — (a.) *José Fernandes Botelheiro.* — (a.) *José Cippriano Durão.*

No ano de 1846 foi a alfândega de Marvão suprimida e substituída pela que foi criada na próxima vila de Castelo de Vide, contra o que representou a Câmara Municipal da vila em sessão de 24 de Junho do referido ano. A pretensão da Câmara só foi deferida, ou, pelo menos, a sua ideia só obteve realização no fim do ano de 1883, ano em que foi transferida de Portalegre para a Beirã uma delegação da alfândega que ali existia pela circunstância de ter sido edificada nesse lugar a estação *terminus* na fronteira do ramal do caminho de ferro de leste.

Pouco tempo, porém, ela ali se conservou, pois que, em virtude da reclamação dos habitantes de Castelo de Vide, uma ordem emanada da Direcção Geral das alfândegas mandava remover imediatamente a mesma delegação para esta última vila, autorizando-se o seu chefe a alugar uma casa para o seu serviço junto da sua estação de caminho de ferro.

Pela portaria expedida pelo Ministério da Fazenda em 31 de Março de 1882 era entretanto nomeado um empregado fiscal para no próprio terreno estudar a conveniência de ser estabelecida em Marvão ou em Castelo de Vide a delegação da alfândega, colhendo todas as informações que fôssem precisas sob o ponto de vista higiénico.

O relatório do funcionário encarregado desta diligência deu preferência ao local da *Beirã,* facto que levantou celeuma e acalorada discussão em artigos admiràvelmente fundamentados, escritos, segundo crêmos, pelo distinto agrónomo Ramiro Larcher Marçal, no jornal *O Districto de Portalegre* (1). Nesses artigos tomava o ilustre agrónomo a justa defesa das pretensões de Castelo de Vide, indicando os inconvenientes que resultavam, para a administração pública e sob o ponto de vista higiénico, de se aceitarem, como boas, as conclusões do relatório do referido funcionário.

Além das vantagens de toda a ordem em ser estabelecida a delegação da alfândega no pitoresco e saudável lugar da *Senhora da Luz,* perto da estação de Castelo de Vide, acrescia, contra a Beirã, a absoluta falta de comodidades que então ali se notava e de condições de salubridade, situada como está junto das margens de um ribeiro que se transforma, com os calores do estio, em pequenos pântanos e tremedais, origem das febres paludosas *(sezões),* que em certos meses do ano atacam os moradores da região. Êste

---

(1) Ano de 1884, n.os 1 a 10.

motivo era, só por si, importante e êle deveria ser argumento decisivo para se rejeitar a escolha que primitivamente se havia feito dêste local.

Foi em atenção a esta ponderosa circunstância que, pouco depois, se viu a conveniência e a necessidade de mudar a séde da delegação da alfândega para Castelo de Vide, de cuja vila iam todos os dias os funcionários aduaneiros fazer a inspecção dos comboios. Ali esteve a alfândega com larga permanência até há bem poucos anos sem prejuizo do serviço, segundo crêmos, e com aprazimento e maior vantagem do pessoal alfandegário, que tinha naquela importante e pitoresca vila mais cómodas e fáceis condições de vida do que na Beirã.

CAPÍTULO XII

Visita e passagem de personagens reais pela vila e seu termo

Segundo reza a tradição e conforme se depreende de alguns diplomas passados no reinado de D. Denis, foi êste monarca um dos primeiros que visitou a vila de Marvão com o fim de aproveitar a bela situação estratégica e já então reconhecida importância militar desta fortaleza. Ao esclarecido tino administrativo e prático dêste monarca não passou, de facto, despercebida a necessidade de preparar a fronteira contra o risco de futuros ataques dos nossos vizinhos. Neste propósito se demorou D. Denis algum tempo na vila próxima de Castelo de Vide, de onde é datado um diploma em 24 de Abril da era de 1319, doando — *propter nuptias,* — a favor de sua mulher, a virtuosa D. Isabel de Aragão, os castelos de Óbidos, Abrantes e Pôrto de Moz, assinando-lhe de arrhas, por segurança, os castelos de Vila Viçosa, Monforte, Sintra, Ourem, Feira, Gaia, Nóbrega, Santo Estêvão de Chaves, Monforte de Rio Livre, Portel e Montalegre (1).

Pelo concelho passou o rei D. Fernando que esteve por várias vezes em Portalegre, nomeadamente no ano de 1380. Pelo concelho passou também D. João I que na mesma vila

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. Dinis*, liv. I, fls. 41 v., 200 e 201. — Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal.* Tom. I, pág. 162. — Conde de Sabugosa, *O Paço de Cintra*, pag. 4. — O documento a que se alude no texto xem publicado na *Monarchia Lusitana,* parte 5.ª, fls. 63.

de Portalegre se demorou alguns dias em reconhecimento de ter sido esta terra, depois da cidade do Pôrto, a primeira que aclamara o Mestre de Avis. Foi nessa ocasião que êste monarca galardoou D. Iria Gonçalves, mãe do condestável D. Nuno Álvares Pereira e que morava na mesma vila no Corro de Baixo, com várias e importantes mercês, uma delas a Portagem de Marvão.

No reinado de D. Manuel I por duas vezes ficou a região do concelho ligada ao esplendor das bodas que se realizaram na ocasião do casamento dêste rei com D. Isabel, sua primeira mulher, e depois com D. Leonor de Áustria, sua terceira mulher, por morte de D. Maria de Castela.

O casamento do venturoso e afortunado monarca com D. Isabel, já viuva do infeliz príncipe D. Afonso, filho de D. João II, morto desastrosamente pela queda de um cavalo que montava nas margens do Tejo, em Santarém, teve lugar na vila de Valência de Alcântara, em Outubro do ano de 1497. Depois de realizadas nesta vila as esplendorosas e deslumbrantes bodas para festejar êsse acto solene atravessaram os régios noivos, acompanhados de rica e selecta comitiva, o termo de Marvão em direcção a Castelo de Vide, em cuja vila se demoraram para descansar uns oito dias, findos os quais se puseram novamente a caminho com destino a Évora.

No próprio dia em que se realizava o faustuoso consórcio, na vila fronteiriça de Valência de Alcântara, morria em Salamanca o irmão da noiva, o príncipe D. João, tendo-se, porém, mantido encoberta esta notícia durante alguns dias para que, no dizer do cronista Gârcia de Resende, se não perdessem *os muitos gastos* que D. Manuel fizera para celebrar com extraordinária pompa o seu casamento.

A morte daquele príncipe tornava D. Isabel, e portanto D. Manuel, herdeiros do trôno de Leão, Castela e Aragão, tendo sido jurados em Toledo no meio de grandes aplausos. Meses depois D. Isabel, já em adiantado período de gravidez, tentou ir a Saragoça para aí ser jurada herdeira do trôno de Aragão e nesta mesma cidade dava á luz, em 24 de Agôsto de 1498, o infante D. Miguel, morrendo neste mesmo dia a rainha em virtude dêste parto. O príncipe D. Miguel, que sobreviveu, foi logo jurado herdeiro dos reinos de Leão, Castela e Aragão e mais tarde trazido a Lisboa, onde havia de ser jurado herdeiro do trôno de Portugal e Algarves a 7 de Março de 1499, vindo, porém, a falecer pouco depois em Granada a 20 de Junho de 1500. A iniqua e impolítica

expulsão dos judeus e cristãos novos, medida que D. Manuel se vira forçado a aceitar como preço do casamento com a filha dos reis católicos, não fôra de feliz agouro para a idea que êle ambicionara de reünir, um dia, as duas corôas de Portugal e Castela (1).

A segunda mulher de D. Manuel, D. Maria de Castela, foi também uma filha dos reis católicos, cunhada, portanto, do nosso monarca. Morreu D. Maria depois de 18 anos de casada, realizando o rei as suas terceiras núpcias com D. Leonor de Austria, irmã do imperador Carlos V. Este consórcio foi ainda mais deslumbrante do que o primeiro e, como vamos ver, revestido de mais faustosa opulência e desusada pompa. Um selecto e resplendente cortejo dos mais distintos fidalgos e cavaleiros portugueses atravessou, então, os ásperos e fragosos caminhos do termo do concelho em direcção a Castelo de Vide, acompanhando a futura rainha que, de Valência de Alcântara, se dirigia à vila do Crato, onde era aguardada por D. Manuel. Ainda hoje se conserva a tradição de que o nome de *Penedo da Rainha,* por que é conhecido um grande bloco de granito que se vê perto da casa do falecido Dr. Magalhães, na Beirã, proveiu e tira a sua origem de à sua sombra ter estado por uns momentos a descansar das fadigas da jornada a formosa rainha D. Leonor.

Dali se dirigiu o esplendente cortejo até à próxima vila de Castelo de Vide, onde a rainha descansou uma noite, para seguir para o Crato, em cuja vila se realizou o régio consórcio à meia noite do dia 24 de Novembro de 1518 (2).

A descrição do grandioso cortejo que desde Valência de Alcântara acompanhara a futura rainha de Portugal, tão cheio de esplendor e que nunca mais seria dado presenciar outro igual nos tortuosos e ásperos caminhos, de ordinário tão solitários, do concelho, merece ser aqui miùdamente feita tal qual o conta o erudito compilador da *História Genealógica.* É pois interessante fazer reviver aqui êsse dia célebre que havia de amotinar de pasmo e de deslumbrante surprêsa os rústicos e simples camponezes do termo de Marvão.

---

(1) F. da Fonseca Benevides, *ob, cit.*, tom. I, pág. 330.

(2) Biblioteca Nacional de Lisboa — *Manuscrito,* n.º 7:638.

É curiosa a relação das despesas que se fizeram na ocasião da entrada solene em Lisboa dos monarcas recem-casados, que pode ver-se em Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa,* tom. I, pág. 514.

«Partio a Rainha de Çaragoça, e por jornadas contadas chegou á raya de Portugal a 23 de Novembro do referido anno, (1518) acompanhada do Duque de Alva, do Bispo de Cordova, do Bispo de Placencia; do Conde de Monte Agudo, do Conde de Alva de Liste, e do Almirante. Escolheo El Rey ao Duque de Bragança para tomar entrega da Rainha na raya.

«Aprestou-se elle para esta occasião com grandeza notável; porque levava cem alabardeiros da sua guarda, vestidos de veludo negro, e amarello, com bandas do mesmo, capas de pano fino amarello guarnecidas de barras de veludo, e gorras de grãa, espadas douradas e alabardas cravadas de pregaria dourada, com dous capitães, cada hum de sua companhia de cincoenta homens, que hiaõ ricamente vestidos. Toda a familia de officiaes menores, como Reposteiros, Porteiros, Cozinheiros, e vinte e quatro moços da Estribeira hiaõ vestidos de jubaens de seda, e sayos de grãa, todos uniformes, segundo a sua ocupação, somente divididos nas cores; quarenta Moços da Camera vestidos de veludo alaranjado, capas amarelas com barras de veludo pardo, calças do mesmo guarnecidas de tafetá amarelo; treze trombetas vestidos da mesma côr; onze charamellas vestidos com primor ao modo da libré da guarda com gorras amarellas, capas de grãa guarnecidas de velludo, e todos os trombetas, e charamellas levavaõ as Armas do Duque em escudos de prata nos peitos; seis atabaleiros vestidos de amarello com guarnições negras, sayos de grãa, capas amarellas, e gorras encarnadas; dous Porteiros da maça, que em os lugares publicos, onde o Duque sahia em ceremonia, levavão suas maças de prata com cotas de veludo roxo bordadas de ouro com as suas Armas; os Reys de Armas, Arauto, e Passavante com cotas de veludo carmesi, com escudos das suas Armas bordados de ouro, e prata; os officiaes e criados principaes da Casa se vestirão (conforme o gosto, e eleição de cada hum) rica, e luzidamente; seis Moços Fidalgos vestidos com a distinção, que pediaõ as suas pessoas; trezentos homens de Cavallo com lanças, e couras, de que era Capitão Antonio Lobo, Alcaide mór de Monsarás. Não levava o Duque ádestra mais que hum cavallo e huma mulla; o cavallo ajaezado de ouro, e prata com charel de veludo de altos en-

carnado, e redeas de fio de ouro. A mulla guarnecida de peças tecidas de fio de prata, repartidas de flores de ouro, de sorte, que pezavão quarenta marcos de prata; copos, estribos, e esporas de ouro; cuberta, ou teliz de veludo encarnado, negro, e pardo, franjado de ouro, todo semeado de rosas de ouro. O Duque hia montado em hum cavallo á gineta, ajaezado á Mourisca (porém rico) de carmesi bordado de ouro, e aljofar, vestido de negro com barrete de veludo, e nelle huma riquíssima joya de diamantes. Mandou fazer vinte cadeas de ouro, que repartio pelos officiaes da sua Casa, e conforme a graduação assim era o pezo. Levava quarenta azemolas da sua pessoa, além de outras muitas pertencentes á familia, e serviço da Casa. A cosinha era provida com tanta abundancia, que passou a profusão; porque não erão os manjares, e regalos arbitrados pelo gosto dos domesticos, e familiares da Casa, mas dos estranhos, que servirão com igual obediencia. Forão nomeados muitos Senhores para se acharem presentes a este acto, a saber: o Arcebispo de Lisboa D. Martinho da Costa, o Bispo do Porto D. Pedro da Costa, o Conde de Tentugal D. Rodrigo de Mello, depois Marquez de Ferreira, D. Martinho de Castellobranco, Conde de Villa Nova, que servia de Aposentador mór, Diogo Lopes de Lima, Alcaide mór de Guimarães, e depois Copeiro mór del Rey D. João III. Commendador de Santa Maria de Ovaya, e da Geija na Ordem de Christo, e outros muitos Fidalgos, a quem El Rey escolheo. Ajuntarão-se pela parte de Castello de Vide junto á ribeira do Sever, que serve de linha, que divide este Reyno do de Castella. Passavão de dous mil Cavallos os que levavão a gente dos Bispos, Condes, Fidalgos, e Cavalleiros. Ficarão huns, e outros Senhores Portuguezes, e Castelhanos dentro nos seus limites sem se moverem; e em grande ordem. Soavão as trombetas, e ataballes, charamellas, e outros instrumentos, que testemunhavão a alegria commua. Passarão alguns Senhores a ribeira a beijar a mão á Rainha, que estava entre o Duque de Alva, e o Bispo de Cordova: foy o primeiro o Conde de Villa Nova, como refere Damião de Goes; porém Fr. Jeronymo Roman diz lhe consta ser o primeiro o Conde de Tentugal, o segundo D. Pedro de Sousa, que foy Senhor de Be-

ringel, e Prado, que levava muy luzida comitiva, e o terceiro o Conde de Villa-Nova, o Bispo do Porto, o Arcebispo de Lisboa, e outra muita nobreza: o que acabado, a Rainha passou a ribeira, junto da qual a estava esperando o Duque de Bragança, que tanto que a Rainha chegou se apeou do Cavallo, e feitas as ceremonias devidas á Magestade, o Duque de Alva lhe preguntou se trazia procuração del Rey D. Manoel para tomar entrega da Rainha D. Leonor; a qual logo mostrou, e foy lida em alta voz, e dada ao Duque de Alva: em virtude daquelle poder, que o Duque de Bragança tinha, o de Alva pegando de huma cadea de ouro, que a Rainha trazia no braço, a entregou ao de Bragança; e depois de despedidos foy a Raynha dormir a Castello de Vide, e ao outro dia ao Crato, onde El Rey a esperou» (1).

*
* *

Durou o casamento da rainha D. Leonor de Áustria com o rei D. Manuel apenas três anos, pois que a 13 de Dezembro de 1521 falecia em Lisboa, nos antigos Paços da Ribeira, êste monarca, contando 52 anos de idade e 26 de reinado, que foi, como se sabe, um dos mais venturosos que regista a história portuguesa. A sua viuva casou depois, em 4 de Julho de 1530, com o também viuvo rei Francisco I de França, segundo referem alguns historiadores na persuasão de que indo ser rainha de França conseguiria ver sua filha, a erudita e formosa D. Maria, casada naquele país com o delfim Francisco, filho de seu futuro marido (2).

Como dissemos no capítulo consagrado à história política e militar da vila esteve ali algum tempo o infante D. Carlos, pretendente ao trôno de Espanha e cuja corôa disputou pelas armas a sua sobrinha D. Maria Isabel.

A partir da época a que acima aludimos só temos notícia da passagem pelo termo de Marvão do rei D. Luís, na ocasião em que se inaugurou a linha férrea do ramal de

---

(1) António Caetano de Sousa, *Historia genealogica da Casa Real*, tom. V, pág. 534.

(2) Fonseca Benevides, *ob. cit.*, pág. 361.

Cáceres, quando se dirigia à estação espanhola de Valência de Alcântara, onde se avistou com o rei D. Afonso XII.

D. Carlos esteve por duas vezes no termo do concelho; a primeira de passagem pela estação do caminho de ferro de Marvão em Dezembro de 1902, de regresso de uma larga viagem por França, Inglaterra e Espanha, a segunda para assistir a uma caçada na raia espanhola tendo chegado à estação de Castelo de Vide em 22 de Março de 1907 em direcção ao posto fiscal dos galegos, onde se alojou.

(Continúa).

P. M. Laranjo Coelho.

PRÉMIOS DO INSTITUTO INTERNACIONAL DE ANTROPOLOGIA

O Instituto Internacional de Antropologia, com sede em Paris, conferirá na sua assembleia geral de 1924, que se realizará em Praga, dois prémios, a saber: o prémio *D'Ault du Mesnil,* trienal, destinado ao scientista masculino ou feminino, francês ou estrangeiro, cujo *manuscrito* trate de Antropologia prehistórica e merecer a melhor classificação dum júri nomeado pela Escola de Antropologia de Paris; o prémio *holandês,* também trienal, instituído pelo prof. Kleiweg de Zwaan, e destinado igualmente ao scientista masculino ou feminino, de qualquer nacionalidade, que, nos três anos, tiver efectuado ou publicado investigações particularmente meritórias em assunto de antropologia física ou de prehistória. O primeiro é de 1:800 francos e o segundo de cêrca de 2:500 francos.

Os candidatos ao prémio d'Ault du Mesnil deverão entregar o seu manuscrito dactilografado em três exemplares, antes de 31 de Dezembro de 1923, na Escola de Antropologia de Paris, 15, rue de l'Ecole-de-Médecine. Êsses manuscritos deverão ter uma divisa e um número e ser acompanhados dum envelope fechado, tendo no exterior a mesma divisa e o mesmo número, e contendo interiormente o nome e enderêço do candidato.

Os candidatos ao prémio holandês deverão apresentar até ao dia 1 de Novembro de 1923 ao Instituto Internacional de Antropologia (mesmo enderêço da Escola de Antropologia) as suas candidaturas, acompanhadas de quatro exemplares dos trabalhos. O júri poderá, porém, premiar pessoas que não tenham apresentado a sua candidatura.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Relatórios apresentados no Boletim do Trabalho Industrial, n.os 3, 17, 18, 19, 71, 91, 103, 110, 115, por Adriano Augusto da Silva Monteiro. Lisboa, Imp. Nacional, 1918.

Relatório apresentado no Boletim do Trabalho Industrial, n.º 77, por Victor Augusto Gomes da Encarnação. Lisboa, Tip. da Associação de Classe dos Compositores Tipográficos, 1912.

Relatório apresentado no Boletim do Trabalho Industrial, n.º 46, por Antonio Byrne Pereira. Lisboa, Imp. Nacional, 1911.

Relatórios apresentados no Boletim do Trabalho Industrial, n.os 12, 14, 29, por Francisco Giião. Lisboa, Imp. Nacional, 1907, 1908, 1909.

Illiabum — I. *Um projecto de brasão d'armas do concelho,* por Antonio Gomes da Rocha Madaïl. Coimbra, Gráfica Conimbricense, L.da, 1922.

Politica Japonesa — Imperialismo e Democracia, por Cesar de Sousa Mendes. Coimbra-Editora, L.da

Ensáios de Crítica e Estética, por Henrique de Vilhena. Lisboa, Livraria Ferin, 1922.

Do Bem e do Belo ou do Sentido Espiritual da Vida Humana, por Henrique de Vilhena. Lisboa, Tip. e Papelaria America, 1922.

Arquivo de Anatomia e Antropologia, fundado e dirigido por Henrique de Vilhena. Vol. V, n.º 2; Vol. VI, n.os 2 e 3; Vol. VII, n.os 2 e 3. Lisboa, 1920, 1921 e 1922.

Catálogo Geral das Publicações da Academia Real das Sciencias de Lisboa (1779-1920). Coimbra, Imp. da Universidade, 1920.

Jornal de Sciências Matemáticas, Físicas e Naturais. Tomos II e III. Lisboa, Imp. Nacional, 1921 e 1922.

Diccionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou a Serviço de Portugal. Vol. III, S-Z. Coordenado por Sousa Viterbo. Lisboa, Imp. Nacional, 1922.

Boletim da Classe de Letras. Vol. XIII, Fasc. n.º 3. Coimbra, Imp. da Universidade, 1921.

Sessão Pública da Academia das Sciências de Lisboa em 20 de Abril de 1921. Coimbra, Imp. da Universidade.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes:

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 4$50

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 3$50

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 3$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 2$50

Elogio histórico de A. Hercúlano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 2$50

Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, palo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 3$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 2$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 2$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º
N.º 4

1923
Abril

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Homenagem ao General de Divisão José Estêvão de Morais Sarmento, por Costa Lobo..... 145
Alocução do General Comandante da Escola Militar, pronunciada na Sala das Sessões, por Abel Hipólito. 147
Mensagem pronunciada em nome do Conselho de Instrução da Escola Militar, por Mário de Campos.... 149
Alocução do General Presidente da Comissão, na abertura da Sessão Solene, por Adriano Beça..... 151
Oração pronunciada pelo Coronel José Joaquim Mendes Leal 157
Livros recebidos 191

HOMENAGEM
AO GENERAL DE DIVISÃO
JOSÉ ESTÊVÃO DE MORAIS SARMENTO

PREITO DO INSTITUTO DE COIMBRA

Assumiu grandiosa e excepcional importância a manifestação com que o exército português, no dia 11 de Março do corrente ano, testemunhou ao General José Estêvão de Morais Sarmento a sua alta consideração.

Muitos têm sido os oficiais ilustres que ao exército portugês têm dado o prestígio das suas brilhantes qualidades, tão notáveis pelo seu heroísmo como pelo seu talento e génio. Contudo a homenagem que o exército português acaba de prestar ao General José Estêvão de Morais Sarmento é, seguramente, a manifestação mais emocionante e grandiosa até hoje vista. Tal facto demonstra que se muitos foram notáveis pelos seus feitos de coragem e audácia, outros pelas suas qualidades de disciplina e comando, e ainda pela sua erudição, no General Morais Sarmento concorrem essas qualidades em conjunto por forma tal que lhe granjearam a maior admiração e respeito dos seus camaradas.

A vasta acção que o General Morais Sarmento tem exercido, sempre com o maior brilho, nos mais variados campos, justifica bem o acto tão comovente como entusiástico, que foi a homenagem prestada.

O General foi glorificado; o exército dignificou-se, e deu a mais elevada prova do seu valor, com a demonstração do apreço em que tem as virtudes patrióticas e militares, e da

sua solariedade, que é sempre a maior fôrça das colectividades.

O *Instituto* de Coimbra, que conta o General Morais Sarmento entre os seus sócios mais ilustres, ainda há pouco elevado a sócio honorário, além de ter tomado parte nas sessões de homenagem, honra-se registando nas suas páginas as palavras eloqüentes com que em todos os tempos poderá ser apreciada esta notável figura do nosso Exército e da nossa Pátria.

COSTA LOBO.

ALOCUÇÃO DO GENERAL COMANDANTE DA ESCOLA MILITAR PRONUNCIADA NA SALA DAS SESSÕES

MEU EX.MO GENERAL:

A *Revista Militar* tendo deliberado levar a efeito uma sessão de homenagem a V. Ex.ª dedicada, escolheu a Escola Militar para nela se fazer essa festa de consagração aos altos dotes de inteligência, de carácter, de patriotismo, de intenso e constante profícuo trabalho por V. Ex.ª executado em benefício da Pátria e do Exército.

Foi com verdadeiro entusiasmo que a Escola Militar acedeu à deliberação tomada, pondo imediatamente à disposição da Ilustre Comissão organizadora tudo aquilo com que pudesse concorrer para a realização de tão justo empreendimento, associando-se desde logo a todas as manifestações que tivessem por fim enaltecer os altos predicados que formam de V. Ex.ª um dos portugueses mais valiosos e um militar que mais serviços tem prestado ao seu País.

Êste era o nosso dever fôssem quais fôssem as situações que V. Ex.ª tivesse ocupado na sua tão longa quão brilhante carreira militar.

Mas, meu Ex.mo General: a Escola Militar, afeiçoada de alma e coração à festa a V. Ex.ª, hoje dedicada, não podia de modo algum deixar de recordar, com desvanecimento, o seu antigo Director e prestigioso chefe e camarada, que desde o primeiro ao último dia da sua direcção soube conquistar os corações de todos os seus subordinados, sem que por isso deixasse de proceder sempre com aquele aprumo e exemplarissima correcção que são o apanágio dos chefes prestigiosos.

Não podia também, de modo algum, deixar de recordar quanto a Escola Militar lhe deve pela notável orientação dada a todos os trabalhos, revelados quer nas ordens diárias de serviço, quer nos difíceis e complicados trabalhos de orga-

nização, aonde a par de vastíssimos conhecimentos, V. Ex.ª se revelou sempre o chefe que soube criar e manter a disciplina voluntária, o que só é conseguido por aqueles que como V. Ex.ª têm um alto prestígio por todos reconhecido e acatado.

Nesta sala, onde por tanto tempo foi ouvido o douto conselho de V. Ex.ª e a sua autorizada opinião, pairará, por muito tempo, a lembrança sempre viva do General Morais Sarmento.

Por tudo isto, meu General, desde que V. Ex.ª entrou nesta Escola o Conselho Escolar não podia deixar de o receber na sua sala de honra e pedir-lhe se dignasse mais uma vez sentar-se neste lugar que com tanto brilho ocupou.

É V. Ex.ª aqui recebido não com pompas e galas a que tinha incontestável direito, mas como um camarada e antigo companheiro, o que penso agradará à sua reconhecida modéstia que só é igualada ao seu grande valor.

MEU GENERAL:

Digne-se V. Ex.ª aceitar os protestos da mais alta consideração e respeito do Conselho Escolar, e ao mesmo tempo as nossas mais gratas saüdações pela alta e merecida homenagem que hoje lhe é tributada, e ao mesmo tempo os nossos mais ardentes votos pela continuação da sua preciosa vida para satisfação e alegria de todos os seus e daquelas pessoas que o veneram e estimam e que são, afinal, tantas, quantas tiveram a honra de o conhecer.

ABEL HIPÓLITO.

MENSAGEM PRONUNCIADA EM NOME DO CONSELHO DE INSTRUÇÃO DA ESCOLA MILITAR

Ex.mo Sr. General José Estêvão de Morais Sarmento:

A Escola Militar, que se orgulha de ter tido por comandantes homens da envergadura do Marquês de Sá e de V. Ex.ª, não podia deixar de acompanhar a bela iniciativa da *Revista Militar* num acto em que se consagram, entre outros, com inteira justiça, os incomparáveis serviços que a Escola lhe deve durante o brilhantíssimo septenato em que V. Ex.ª superiormente a dirigiu.

Outros falarão, mais especializadamente, do escritor militar insigne, cuja obra mereceu os encómios de algumas das mais eminentes autoridades técnicas, nacionais e estrangeiras. Dirão outros da excepcional competência com que V. E.ª versou os mais altos problemas da jurisprudência militar e e do direito público.

Outros ainda poderão referir-se assinaladamente à obra pedagógica, tão notável a tantos títulos, que colocou V. Ex.ª na primeira fila dos nossos reformadores. Não faltarão vozes autorizadas que aclamem as poderosas faculdades de espírito, tão fecundamente construtivo, faculdades exemplificadas em empreendimentos que a História do nosso tempo tem de registar.

A nós, que temos de velar pela educação militar e cívica da juventude que abraça a nobilíssima carreira das armas, cabe-nos essencialmente apontar, às novas gerações, o alto vulto de V. Ex.ª, em quem se consubstanciam todas as virtudes e os méritos, que nunca é de mais inculcar para edificação da mocidade: o amor ardente do trabalho, o espírito de coordenação que faz de V. Ex.ª uma encarnação viva do método, uma fé inquebrantável de patriota e cidadão, contando e honrando, entre os seus ascendentes de sangue, um

nome que figura, a letras de oiro, no nosso martirológio liberal, e o de seu pai, o heróico legionário das hostes de Bomfim em Tôrres Vedras, e, como ascendente espiritual, a maior glória da tribuna parlamentar do século XIX.

SENHOR GENERAL:

A Escola Militar curva-se respeitosamente perante V. Ex.ª, e fá-lo dêste recinto, ainda impregnado do espírito da sua obra, que penetra até aos últimos recessos dêste amplo organismo, a que imprimiu o poderoso impulso da sua vontade e da sua inteligência.

É necessário que a actual geração que cursa a Escola Militar, e as que se lhe seguirem, saibam a dívida que contraíram para com V. Ex.ª, que ainda preside moralmente à sua educação.

Da obra de V. Ex.ª neste estabelecimento de instrução, se pode dizer que ela fala bem alto do seu antigo inspirador e organizador, à semelhança do fundador do nosso Império luso-asiático, que, nas úitimas linhas traçadas pela sua mão, pôde antecipar-se ao juízo da posteridade naquelas palavras lapidares: «Quanto às cousas da Índia, ela, senhor, falará por si e por mim».

MÁRIO DE CAMPOS,
Coronel.

ALOCUÇÃO
DO GENERAL PRESIDENTE DA COMISSÃO NA ABERTURA DA SESSÃO SOLENE

Ex.mos Srs. Ministros, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

A iniciativa. ou a feliz idea, de levar a efeito esta brilhante festa de homenagem, em que hoje se realiza a consagração militar duma das mais notáveis figuras do exército português, nos últimos quarenta anos, o venerando general de divisão, Sr. José Estêvão de Morais Sarmento, partiu dos vogais da direcção do jornal *Revista Militar,* de que o ilustre General é presidente desde longa data.

Em uma reunião de oficiais do Exército e da Marinha, realizada em Dezembro último, na séde da *Revista Militar,* foi acolhida com vivo entusiasmo a idea de ser glorificada uma longa vida de trabalho inteligente e de devoção patriótica ao Exército, impondo com a maior solenidade ao benemérito General, Sr. Morais Sarmento, as insígnias de Grã-Cruz da nobilissima Ordem de S. Tiago da Espada, com que os altos poderes do Estado entenderam de justiça recompensar por uma forma mais significativa os numerosos e relevantes serviços, por êle prestados, em uma longa e brilhante carreira militar.

Foi nessa reunião nomeada a comissão executiva da minha presidência para levar a efeito a homenagem projectada, encontrando logo na grande família militar, — desde os alunos, professores, directores ou comandantes de diversas Escolas e Institutos de carácter militar, — até aos nobres ministros da Guerra, Marinha e da Instrução as mais valiosas adesões e prestimosas facilidades, que a comissão agradece exprimindo desde já o seu profundo reconhecimento.

Tão valiosas adesões e facilidades permitiram dar o maior realce a esta imponente manifestação de simpatia de apreço e de homenagem, que a *élite* da classe militar, levada por

um alto sentimento de justiça e de gratidão, vem hoje aqui fazer ao ilustre General, Sr. Morais Sarmento, uma autêntica glória do exército português.

*
* *

Ocupando hoje êste lugar é com o maior prazer que eu tenho a honra de apresentar as mais veementes saüdações de toda a comissão, com o preito da minha sincera e respeitosa homenagem ao venerando General, Sr. Morais Sarmento, meu antigo comandante e mestre na extinta Escola Prática de Infantaria, em Mafra.

*
* *

Como presidente da comissão executiva da homenagem, vou tentar desde já dar uma ligeira idea da verdadeira significação desta festa.

Para êsse efeito é mister lançar uma vista retrospectiva, — como que numa rápida síntese, — sôbre factos que nos últimos quarenta anos alguma influência exerceram na evolução, embora lenta, das nossas instituïções militares, mercê do espírito de iniciativa, da actividade extraordinária e do ardor combativo dum novel oficial de infantaria, que, laureado nas escolas e impulsionado por uma vontade de ferro, veio para a vida prática com um irreprimível desejo de trabalhar e de concorrrer eficazmente para a elevação e prestígio do nosso exército, de que êle, em poucos anos, se tornou um verdadeiro ornamento.

Nos postos subalternos e no de capitão já o Sr. Morais Sarmento revelára notáveis qualidades de jornalista e de escritor militar, publicando judiciosos artigos na *Revolução de Setembro* e apreciadíssimas crónicas militares no *Diário de Notícias*, ao mesmo tempo que dava a sua valiosa colaboração à *Revista Militar*.

E tão elevado foi o conceito que dos seus méritos faziam os nossos homens de Estado, que Fontes Pereira de Melo, Ministro da Guerra em 1884, o nomeou secretário da grande comissão de 19 membros, presidida pelo General Palmeirim, e encarregado de elaborar um projecto de reorganização do exército.

Creio não ser desdouro para a memória de outros ilustres oficiais, o eu afirmar hoje que o Sr. Morais Sarmento

foi, para bem dizer, a verdadeira alma daquela comissão, que mais tarde o nomeou seu relator, pois que apenas iniciados os trabalhos, êle desenvolveu logo uma prodigiosa actividade em estudar e esclarecer todas as questões submetidas ao exame da comissão, ao mesmo tempo que defendia com argumentos irrefutáveis uma organização mais racional para a arma de infantaria, de que êle se mostrou um valoroso paladino.

Os seus esforços foram coroados de completo êxito e assim o regimento desta arma, que ainda conservava a anacrónica divisão em 8 companhias, passou a ser constituído por dois batalhões activos e um de reserva, em harmonia com as exigências tácticas do campo de batalha, dando-se assim um passo agigantado para a organização e instrução das reservas, problema importantíssimo na constituïção dos exércitos modernos.

Eu, que sendo ainda oficial subalterno, acompanhei com todo o interêsse os trabalhos da comissão, recordo-me perfeitamente da viva emoção causada no exército, e especialmente na arma de infantaria, pela conduta brilhante do Sr. Capitão Morais Sarmento, que desde logo grangeou as maiores simpatias, ficando com um grande prestígio no exército.

*
* *

Desde aquela época, a carreira militar do Sr. Morais Sarmento foi uma série ininterrompida de triunfos, quer nas lides da imprensa, quer no fôro militar, onde conquistou a reputação de eminente jurisconsulto depois do sensacional julgamento do alferes aluno Marinho da Cruz em 1886, quer ainda na tribuna parlamentar, onde se destacou notàvelmente na questão Mariano de Carvalho e na discussão do projecto de reorganização do exército, apresentado às câmaras em 1899, pelo Ministro da Guerra, Sebastião Teles.

Exerceu com muita distinção os comandos que lhe foram confiados e dirigiu com notável proficiência importantes estabelecimentos militares, deixando brilhantemente assinalada por obras perduràveis e progressos de toda a ordem a sua acção organizadora no comando da Escola Prática de Infantaria, na direcção do Colégio Militar, na gerência da pasta da Guerra, e, por último, no comando da Escola de Guerra, em um dos períodos mais agitados e difíceis da nossa vida política, por isso que as exigências da Grande Guerra impu-

nham a preparação rápida de muitos centenares de novos oficiais para completarem os quadros das unidades mobilizadas, que combatiam na Flandres e na África do Sul.

No decurso de mais de meio século tem sido um trabalhador incansável, tornando-se um escritor militar insigne, produzindo apreciados livros, que mereceram as mais elogiosas referências de autorizadas entidades militares estrangeiras.

Nas páginas da *Revista Militar* deixou exuberantemente patenteado, em sucessivos e brilhantes artigos, o seu alto valor scientífico, assim como a complexibilidade das suas notáveis aptidões, a sua grande cultura e a sua vastíssima erudição político-militar.

*
* *

Por todos êstes significativos e importantes factos, a Direcção da *Revista Militar*, testemunha viva de tantos e tão valiosos trabalhos e serviços, devidos à actividade e competência profissional do seu ilustre presidente, resolveu tomar a iniciativa da homenagem solene, que o exército devia a tão eminente personalidade militar.

Não teve êle o ensejo de ilustrar ainda mais o seu nome com um brilhante feito de armas no campo de batalha, pois que ao deflagrar a Grande Guerra já não pertencia ao quadro activo do exército.

Estava na reserva, mas prestando o serviço compatível com essa situação.

O mesmo tem sucedido em outros países a generais ilustres.

Assim, na França, Lewal, Lamiraux, Langlois e Bonnal, brilhantes fulgurações do talento militar, não puderam mostrar no campo de batalha, ou na direcção de operações de guerra, a profundeza dos seus estudos, o valor das suas concepções estratégicas e, porventura, a centelha do seu génio militar, porque 44 anos decorreram antes que a esperada guerra da *révanche* lhes permitisse imortalizarem os seus nomes com feitos de armas notáveis.

Essa suprema glória estava reservada ao grande, ao brilhante General Foch, a mais luminosa estrela dessa scintilante constelação de generais, que constituem hoje o maior orgulho da França vitoriosa.

*
* *

Mas, prestando-se nesta sessão solene as merecidas homenagens a um militar ilustre, que em toda a sua vida tem sido um devotado apóstolo do engrandecimento do exército, de vantagem moral e educativa seria tirar desta consagração militar proveitoso ensinamento, lição fecunda para as gerações novas, que serão amanhã as dirigentes do exército e da nação.

Por isso foram convidados a assistir a esta sessão, além dos alunos da Escola Militar, os da Escola Naval, os do Colégio Militar, os do Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, as alunas do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, assim como alunos representantes dos cursos de diversas escolas de Lisboa, escoteiros, etc.

Assistindo todos a esta brilhante festa de homenagem prestada a uma das mais respeitáveis e venerandas figuras do exército português, presenciando o acto solene da sua investidura na dignidade de Grã-Cruz da nobilíssima Ordem de S. Tiago da Espada e ouvindo a primorosa oração em que o distintíssimo lente da antiga Escola de Guerra, Sr. Coronel Mendes Leal, vai pôr em relevo, com todo o brilho, os altos merecimentos e os relevantes serviços do venerando General, Sr. Morais Sarmento, — necessàriamente ficará gravada por forma perdurável no espírito de tão esperançosos alunos a nítida impressão de que o trabalho perseverante e bem orientado, tendente a ilustrar qualquer classe, a prestigiar e engrandecer o país, tem sempre uma condigna recompensa moral, que, para os espíritos de *élite* terá muito mais valor do que qualquer grande benefício material.

A grata recordação dêste jubiloso dia lhes servirá para afervorar a sua fé no estudo, no trabalho honesto e produtivo, incitando-os a tornarem-se cidadãos prestantes ao país e à sociedade, despertando-lhes os mais nobres estímulos e os mais alevantados brios.

As gerações passadas legaram-nos uma história esmaltada de feitos brilhantes, em que se destacam prestigiosas figuras militares.

As guerras dos últimos trinta anos no continente europeu e na África do Sul provaram-nos exuberantemente que as grandes qualidades da raça portuguesa, altiva, empreendedora, valente e enérgica, mantêm-se hoje vívidas, como nos

gloriososos tempos da nossa epopeia marítima, da nossa grandeza épica.

São as fôrças naturais atávicas que se transmitem de geração em geração.

É mister perpetuar as grandes qualidades da raça e as altas virtudes cívicas que a tradição nos exalta.

Aos oficiais novos, que na luta da vida e na evolução progressiva das instituïções militares representam o elemento mais viril e forte do exército, e ainda aos esperançosos alunos de todas as escolas e institutos, que consubstanciam a futura *élite* intelectual do país, cabe essa nobre e alevantada missão, êsse honroso dever que, estamos firmemente convencidos, todos saberão dignamente cumprir.

Concluindo, pois, direi:

Consagrar pública e solenemente um militar ilustre, — lídima glória do exército português, e tirar dêste acto fecunda e proveitosa lição para as gerações novas, — eis o fim, eis o verdadeiro significado desta imponente manifestação de homenagem, desta brilhante apoteose ao ilustre e venerando General Sr. José Estêvão de Morais Sarmento.

ADRIANO BEÇA,
General.

ORAÇÃO PRONUNCIADA PELO CORONEL JOSÉ JOAQUIM MENDES LEAL

A direcção da *Revista Militar*, de cuja emprêsa o Sr. General José Estêvão de Morais Sarmento é o mais antigo associado e a mais prestigiosa individualidade, tomou a iniciativa de promover uma sessão solene em sua honra, por sua Ex.ª ter sido elevado ao mais alto grau da ordem de S. Tiago da Espada, reconhecendo assim o govêrno os relevantes serviços por êle prestados à sciência e à instrução. À louvável iniciativa da direcção correspondeu imediatamente um grupo de amigos e admiradores do venerando General, que organizou esta sessão, a qual sendo uma homenagem, é especialmente para os novos, uma lição de moral, apresentando-lhes como exemplo a seguir a figura hoje primacial do exército, que durante 62 anos de vida pública serviu as intituïções militares com proveito para a pátria e glória para o seu nome.

A comissão organizadora, por uma inspiração menos feliz, elegeu o meu modesto nome para usar da palavra nesta solenidade. E digo infeliz, porque, sem falsa modéstia o declaro, não me julgo à altura das responsabilidades assumidas. Falar neste lugar, perante uma assemblea tão ilustre, eomo a que me dá a honra e dispensa a benevolência de me ouvir, de um homem de tão excepcionais faculdades, de tão elevados méritos e de tão relevantes serviços como o Sr. General Morais Sarmento, sem uma larga envergadura scientífica para traçar, em síntese, a figura inconfundível do ilustre General, sem uma plavra quente, que, pondo em relêvo os seus dotes de espírito, pudesse comunicar à assemblea um pouco da emoção que sinto, é tarefa bem superior às minhas fôrças.

Disseram-me, porém, que o facto de ser um dos mais antigos associados da *Revista*, e a circunstância de ter servido durante alguns anos sob as suas ordens na Escola de Guerra me indicavam para assumir êste encargo; e, como não dis-

cuto quando se trata do cumprimento dum dever, aqui estou para o cumprir, como souber e como puder. É pesado o encargo, meus senhores; em todo o caso é largamente compensado pela honra recebida.

*
* *

Mostra a história de todos os tempos, que as transformações sociais e políticas dos povos são sempre precedidas de uma larga e profunda renovação scientífica e filosófica, que é a causa principal dessas transformações.

Sem me demorar na demonstração desta tése, lembrarei apenas, que as profundas e radicais transformações políticas, que se deram em muitos estados da Europa nos princípios do século XIX, tiveram como causa principal o movimento scientífico, que, vindo da renascença, avassalou os mais elevados espíritos dos séculos XVII e XVIII. A revolução de 89, proclamando impetuosamente o direito dos povos de disporem dos seus destinos, contra o dogma da soberania do direito divino, que os enfeudava aos reis, foi uma conseqüência do anterior movimento das ideas, que, não ficando limitado à França, se expandiu por tôda a Europa. Os antigos regimes foram em toda a parte violentamente abalados, e, apesar da política do Congresso de Viena tentar galvanizá-los, as revoluções liberais do segundo quartel do século XIX enviaram-os definitivamente para o arquivo da história política dos povos.

Portugal não podia ficar estranho a êste movimento emancipador. As ideas liberais largamente espalhadas principalmente na classe média, a mais culta e por conseqüência a mais capaz de as compreender e sentir, juntas aos infortunios e aos êrros da nossa vida política, levaram-nos à revolução de 1820, início do nosso regime liberal. ¡Mas que lutas até à sua implatação definitiva! ¡Que lutas e que martírios!

Promulgada a Constituïção de 22, em verdade pouco adequada ao estado do país pelo seu radicalismo excessivo, começaram as lutas liberais. Defendiam as novas instituïções os radicais, «ideólogos sem malícia, ingénuos sem maldade», firmes nos seus princípios, imaginando que os povos mudam de caracter simplesmente com a mudança de fórmulas; atacam bravamente com as armas e com a intriga, os absolutistas, «conservadores ferrenhos», sectários de um passado agonizante, hostis a todas as invocações e a todas as refor-

mas. E no meio uma minoria, que, procurando um justo equilíbrio entre as opiniões opostas, nada mais conseguiu que a morte de alguns ingénuos, que viam a solução política num bem intencionado oportunismo.

Com a morte de D. João VI a luta continnou, ou antes redobrou de violência. A Carta não agradou a ninguém, nem ao absolutimo dominante, nem aos liberais de 20. E a dificultar o problema político, veio ainda a questão dinástica.

O perjúrio de D. Miguel e o golpe de estado de 28 chamaram as armas toda a família liberal; a questão tinha de resolver-se nos campos de batalha.

A primeira resistência contra o absolutismo foi a da guarnição do Pôrto, manifestando-se depois em vários pontos do país. Aveiro foi o centro da conspiração, tendo como orientador o desembargador Joaquim José de Queiroz, auxiliado eficazmente pelos liberais daquela cidade, e nomeadamente pelos filhos de Manuel Sebastião de Morais Sarmento, que em 20, sendo vereador da Câmara de Aveiro, muito concorreu para o bom êxito da revolução. Eram seis rapazes; todos se bateram.

Em 16 de Maio rebentou o pronunciamento liberal no Pôrto, formou-se a junta, organizaram-se batalhões voluntários para, com as tropas regulares que estavam na conspiração, defenderem a causa da liberdade. Em Aveiro formou-se um batalhão de voluntários, em que se alistaram Evaristo de Morais Sarmento, João de Morais Sarmento, Jerónimo de Morais Sarmento e António de Morais Sarmento. Clemente de Morais Sarmento era sargento de caçadores 10, e Bento de Morais uma criança ainda. Nos voluntários académicos alistaram-se, entre outros, Mendes Leite e José Estêvão, estudantes da Universidade.

Batidas na Cruz dos Morouços as fôrças da junta, esta dissolveu-se. Dispenso-me de dizer as causas do malôgro, e de descrever a triste e angustiada retirada para a Galiza dos restos do seu exército, de que faziam parte os irmãos Morais. Comandou-os o honrado Coronel Pizarro, e acompanhou-os o nobre e glorioso Sá da Bandeira a mais elevada figura do Constitucionalismo; os outros... os outros foram no Belfast.

Em Fevereiro de 29 os emigrados de Plymouth desembarcaram na Terceira, onde se concentraram os liberais; em Agôsto bateram-se vencendo as fôrças miguelistas na Vila da Praia, ficando em 31, conquistados para a causa liberal, todos os Açôres.

Na batalha da Praia da Vitória Evaristo de Morais teve a morte gloriosa de um soldado, João de Morais foi ferido. Jerónimo e António de Morais bateram-se com valor. E emquanto estes factos se passavam, a tirania miguelista campeava infrene no continente. Clemente de Morais Sarmento, condenado à morte, era enforcado, sendo-lhe decepada a cabeça pelo carrasco e exposta num poste em Aveiro, pelo crime abominável de ter o seu peito heróico a transbordar de amor à liberdade; e sua mãe pagava na prisão o crime nefando de dar seis filhos à causa liberal.

Em Julho de 32 o exército constitucional desembarcava no Mindelo e foi ocupar o Pôrto, seguindo-se a campanha liberal, que terminou com a convenção de Evora-Monte. Dos quatro irmãos Morais, dois vieram na expedição; António de Morais, por falta de saúde, só mais tarde regressou ao continente; Evaristo de Morais lá ficou dormindo o sono eterno. Havia uma baixa na família; Bento de Morais, uma criança de 15 anos, alistou-se e fez toda a campanha.

Jerónimo de Morais, cadete de caçadores n.º 2, bateu-se com bravura em Ponte Ferreira mereceu ser agraciado com a Tôrre e Espada; ferido em Souto Redondo foi promovido a alferes pelos seus serviços relevantes e pelo seu valor em campanha.

Meus Senhores: Manuel Sebastião de Morais Sarmento era avô do venerando General, Jerónimo de Morais era seu pai, Evaristo, João, António, Clemente e Bento de Morais eram seus tios.

Razão pois tinha para dizer, como disse no tribunal em que defendeu os revoltosos de 31 de Janeiro: «eu sou daqueles a quem — a voz do sangue — obriga».

O antigo regime foi ferido de morte em 34, mas o seu estertor ainda se prolongou por alguns anos, dificultando a consolidação das instituïções liberais.

As lutas são agora, principalmente, na família liberal; já vinham da emigração. Uns amavam a Carta que tinham ajudado a implantar à custa do seu sangue, outros, que se tinham batido pela causa, ambicionavam uma Constituïção mais harmónica com os seus princípios radicais. Se a isto se juntarem as intrigas das facções, as ambições dos chefes, as perseguições, as violências, as vinganças, o banditismo emfim, que sempre aparecem como conseqüência das revoluções e das lutas civis, calcula-se o que seria a vida tormentosa daquela época.

Com a revolução de Setembro vinga a corrente popular; a Constituição de 38, acabando com o poder moderador satisfaz as suas aspirações. Sol de pouca dura; em 42 o pronunciamento militar do Pôrto restabeleceu a Carta Constitucional.

Jerónimo de Morais, continuou a servir a Pátria nas fileiras do partido popular. A servir e a sofrer. Quando o seu partido e os seus amigos procuravam o seu nome prestigioso e o seu trabalho desinteressado encontraram-o sempre; quando a sua espada foi necessária para afirmar as suas convicções, não hesitou jámais em arrancá-la da baínha. Por isso se bateu com valor em 46; vencido pela primeira vez, em Tôrres Vedras, seguiu em 47 a bordo do *Audaz* para o degrêdo deportado por um govêrno do regime, que tinha ajudado a implantar com o seu sangue, sem ao menos se ter despedido da desolada esposa, que acompanhada de seu filho, veio de Aveiro a Lisboa para lhe dar o adeus da despedida.

Foi nesta época tormentosa, em que o povo português se debatia entre um liberalismo mais ou menos radical, e um conservantismo esmagado, mas não de todo vencido, que nasceu o sr. José Estêvão de Morais Sarmento.

Oriundo de uma família de liberais da têmpera de seu avô, de seu pai, e de seus tios, ¿que sentimentos políticos se haviam de manifestar nas diferentes modalidades da sua vida pública?

¿Pois não é uma verdade adquirida para a sciência que os descendentes herdam os instintos, os sentimentos, as paixões, e até o caracter dos ascendentes? ¿Então os exemplos da família não marcam, sôbre tudo nos cérebros novos, vincos indeléveis, que jámais se apagam? ¿Por ventura os relatos dos feitos de bravura e de valor, a apologia dos nobres ideais, a admiração pelos grandes caracteres não determinam normas de conduta e de procedimento? ¿A convivência com homens de superior moral, com o culto da verdade, com ideais de justiça e de liberdade não influem na vida individual de quem os escuta e admira?

O Sr. General não podia deixar de ser um espírito liberal, sempre afirmou esses sentimentos; e quando foi necessário pôr em concordância as suas ideas com os seus actos, não teve uma exitação. Lembrarei dois factos: em 1891, sendo defensor oficioso no Supremo Tribunal de Guerra e Marinha, não duvidou pôr a sua palavra e a sua competência, dentro da lei, ao serviço dos revolucionários de 31 de Ja-

neiro; em 1896, sendo Ministro da Guerra, suprimiu a pena de morte no crime de rebelião, quando foi presente ao parlamento, o Código Penal Militar publicado em 1895.

*
* *

O Sr. José Estêvão de Morais Sarmento, filho do Coronel Jerónimo de Morais Sarmento e de D. Maria Emília de Morais Sarmento, nasceu em Lisboa em 12 de Outubro de 1843.

Em 1861, com 19 anos incompletos, alistou-se no exército, sendo despachado alferes para o batalhão de caçadores n.º 5 em 1862, depois de ter concluído os cursos do Colégio Militar e da Escola do Exército. Como oficial freqüentou na Escola Politécnica o curso preparatório para as armas especiais. Tem pois quási 80 anos, dos quais 62 de serviços relevantes em variadas e importantíssimas comissões de serviço público. E ainda trabalha em obra de fôlego, perdôe-me Sua Ex.ª a indiscrição.

Não vou fazer a sua honrosa biografia, porque o tempo de que devo dispôr não comporta tal tarefa; limitar-me hei por isso a pôr em evidência alguns aspectos da sua prestigiosa individualidade.

Acumulando com o exercício das funções de oficial, o então alferes Sr. Morais Sarmento iniciou os seus trabalhos de publicista na *Revolução de Setembro* em 1862, substituindo Gomes Meira, cunhado de Alexandre Herculano, que tinha a seu cargo, desde 1848, a secção de política estrangeira. Mais tarde foi fundador do *Diário Popular* na qualidade de membro duma emprêsa, constituída por antigos professores e condiscípulos, que trespassou a propriedade a outra emprêsa, formada por Mariano de Carvalho e Henrique de Macedo. Em Janeiro de 1873, a convite de Eduardo Coelho, encarregou-se da elaboração de uma crónica militar para o *Diário de Notícias,* que manteve até ao comêço de Abril de 1896, em que foi incumbido da gerência da pasta da Guerra.

É, porém, na *Revista Militar* que o Sr. General tem espalhado, com mãos pródigas, os primores da sua inteligência e os tesouros do seu saber.

Em 1848 um grupo distintíssimo de oficiais, rapazes ainda, resolveu fundar uma revista, destinada a difundir os conhecimentos militares. À frente o Tenente de engenheiros Fontes

Pereira de Melo e a seu lado, entre outros, Sousa Pinto, Xavier Palmeirim, Fradesso da Silveira, Cunha Viana, Costa Camarate, José de Chelmiki, Sá Carneiro, Cunha Salgado e Fortunato José Barreiros. Ainda na minha mocidade conheci algumas dessas relíquias venerandas, que, depois de ajudarem a conquistar a liberdade que gozamos, prestaram ao país relevantes serviços nos vários ramos da administração pública.

Em 1 de Janeiro de 1849 apareceu o primeiro número da *Revista Militar;* Fontes traçou o programa no artigo de abertura. Mostrando a alta missão da imprensa, Fontes julgava necessária uma publicação militar, em que, dia a dia, se pudessem acompanhar os progressos da sciência e as suas aplicações às especialidades das armas e serviços; «era necessário, dizia êle, inteligência e saber para dirigir a fôrça, e fôrça para defender a pátria e a liberdade».

A *Revista Militar*, que ininterruptamente se tem publicado até hoje, vive há 74 anos, fiel ao programa dos seus fundadores. É a mais antiga publicação periódica do país e do estrangeiro.

A Revista tem atravessado duas épocas distintas: a primeira desde a sua fundação até 1905, a segunda desta data até ao presente, em que por motivos de interêsse para o exército, e em homenagem aos oficiais que nela trabalharam mais de meio século, com a velha Revista se fundiram a *Revista do Exército e da Armada,* a *Revista de Administração Militar* e o *Portugal Militar*. Nela colaboraram, em ambas as épocas, os mais distintos oficiais do exército e da armada, e até escritores civis de reconhecido merecimento. O malogrado rei D. Pedro V, cujo anonimato mais tarde foi revelado, escreveu dois artigos na Revista, fazendo judiciosas observações a um trabalho do capitão Luís Augusto Pimentel, sôbre o caminho de ferro do Leste. Eram tão notáveis que foram atribuídas a um considerado professor. Creio que é caso único, pelo menos entre nós.

A alma da Revista nos primeiros anos foi Sousa Pinto, que, aliando à sua competência profissional uma forte cultura humanista, se mostrou sempre um escritor primoroso; e era tal a sua dedicação, que, por vezes, lhe acudiu, em embaraços financeiros com os seus próprios recursos.

Em 1866 apareceu na Revista transcrito da *Revolução de Setembro,* um artigo do então alferes Sr. Morais Sarmento; em 1872 a sua colaboração era já efectiva, em 1875 intensificou-se, e em 1878, tendo marcado o seu lugar, entrou com

Sousa Pinto e Pinto Pedrosa para a sua direcção, de que nunca mais saiu.

Em 1905 abriu-se a 2.ª época. Com a fusão a emprêsa aumentou o número dos seus associados, e enriqueceu-se com o valor intelectual e moral dos seus novos companheiros de trabalho. A Revista alargou consideràvelmente as suas secções, e melhorou muito a parte material, podendo considerar-se igual às melhores Revistas estrangeiras da especialidade.

Os assuntos navais de que, por vezes, se ocupou da 1.ª época, tomaram, como era necessário, um grande desenvolvimento na 2.ª época. A emprêsa, que contou sempre entre os seus associados nomes prestigiosos de oficiais da armada, tem colocado entre os membros da sua direcção distintos oficiais de marinha, e muitos outros a têm honrado com a sua colaboração.

O Sr. General Morais Sarmento colabora na Revista há 57 anos, e há 45 que é seu director. Nela está arquivada uma vasta obra, em que quási todos os assuntos militares são tratados com reconhecida competência e superior critério.

A Revista tem exercido uma salutar influência no nosso meio militar. Estudando e discutindo todos os ramos da sciência da guerra, acompanhando os seus progressos, difundindo o seu conhecimento, propagando os mais salutares princípios da disciplina, relatando os mais importantes acontecimentos militares e navais, discutindo e criticando operações, e, finalmente, franqueando as suas colunas a todos os oficiais, que quiseram concorrer para a valorização das nossas instituïções militares, a Revista tem prestado ao Exército e ao País os serviços, que os seus fundadores e a emprêsa que se lhes seguiu ambicionavam. — *Pró-Pátria* — e foi e continúa a ser a sua divisa.

*
* *

O venerando General, é hoje a figura primacial do Exército português.

Na posse de uma robusta inteligência, servida por um estudo aturado, disciplinada por um método rigoroso, com faculdades críticas apreciáveis, com uma clara visão das realidades, e com um grande poder de previsão, o sábio General é o mais notável dos nossos publicistas militares. Os seus trabalhos demonstram a vastidão e a solidez dos seus conhecimentos.

São-lhe familiares a história, a política nacional e internacional, a economia e a administração, a moral e o direito, e as sciências militares, em que, com justiça, é reconhecida a sua autoridade.

Escreve com propriedade e elegância, as suas preposições são sempre postas com clareza e precisão, argumenta com verdade, demonstra com rigor, e as suas conclusões são sempre deduzidas pelas regras duma lógica inflexível.

Falando ou escrevendo mantém-se sempre numa linha de impecável correcção; formula as suas opiniões com firmeza, mas sem arrogância, mostrando sempre respeito e consideração pelas opiniões alheias.

A sua obra de publicista é muito vasta. Além dos livros que correm impressos, colaborou, como fica dito, na *Revolução de Setembro,* e escreveu no *Diário de Notícias* interessantes crónicas militares. É, porém, na *Revista Militar*, de que, há mais de meio século, é o espírito orientador e vivificante, que o sábio General tem espalhado a mãos largas, às centenas, artigos doutrinários sôbre os diversos ramos das sciências militares, merecendo-lhe especial atenção os assuntos relativos à defesa nacional, à educação e disciplina, e às questões criminais, em que, com justiça, é considerado um mestre. Os seus relatórios oficiais, codificações, pareceres, propostas de regulamentos, instruções, ordens de serviço e discursos são também trabalhos de superior valia.

Não podendo ocupar-me de tão vasta e complexa obra, apenas me referirei a alguns trabalhos, agrupando-os pelas suas afinidades.

A defesa nacional parece-me ter sido o assunto, que mais tem atraído o seu patriótico e elevado espírito.

A vida política da nossa vizinha Espanha, como a portuguesa e a de outras nacionalidades, nem sempre tem decorrido com a normalidade, que deve ter sido a aspiração de todos os seus filhos. Por isso, sempre que se têm dado acontecimentos políticos de superior transcendência, ou se têm manifestado opiniões e critérios de homens de estado, da imprensa ou dos publicistas, que, embora não representem um perigo imediato ou ameaça futura, devem ser considerados pelos poderes públicos; sempre que se têm dado acontecimentos internacionais, que, indirectamente mesmo, nos podem atingir, o previdente General, fazendo a todos a justiça que é imposta pela cortesia, chama a atenção dos govêrnos para os perigos resultantes daquelas situações.

Efectivamente a nossa situação geográfica e a nossa orientação política, consideradas pela Espanha, quer em face das aspirações ibéricas, que, mesmo sem intuitos ofensivos, estão na alma de muitos espanhóis, quer em face das eventualidades defensivas ou ofensivas, determinadas até pelas suas próprias necessidades, e a nossa política de aliança com a Inglaterra, que nos determina a atracção para a sua esfera de influência, justificam, de sobejo, a intuïção e as prevenções do General.

Em face da nossa situação analisa com notável lucidez a validade dos tratados sem esquecer as realidades históricas, as questões de neutralidade e até que ponto ela representa uma garantia efectiva, e o valor das alianças e até que ponto elas são vantatosas ou toleráveis.

Com os seus vastos conhecimentos de história aproxima os acontecimentos nacionais dos sucessos europeus para tirar avisos salutares, conselhos e indicações, que importam à defesa nacional. *Caveant consules,* escrevia êle em 1882, mostrando a necessidade de afrontar o perigo. Se Portugal quere ser independente, tem que ser um valor dentro das suas possibilidades; se não o fôr, e não fizer tudo para fazer respeitar a sua independência, ninguém lha respeitará, nem fará respeitar. Já Ihering dizia: quem não defende o seu direito, é indigno de o ter.

Desde 1875 que vem escrevendo sôbre o assunto; porém a sua campanha intensifica-se mais, quando as nossas instituïções militares se enfraquecem, ou quando os perigos se tornam mais prováveis pelos sucessos da política internacional.

São muito notáveis os artigos insertos na Revista em 1882, 1884, 1887, 1891, especialmente os artigos em 1907, 1908 e 1910, além doutros, em que se ocupa de questões de política internacional, que muito nos interessava conhecer. Infelizmente não posso fazer-lhes mais larga referência.

Em 1903 apareceu a sua obra *A defesa das costas e a aliança inglesa.*

Conhecedor dos acontecimentos internacionais, vendo com justeza as realidades e as necessidades inadiáveis, põe a questão da defesa do país com a serenidade das convicções arreigadas, mostrando-se assim à altura dos seus créditos de estadista e de General.

Bem sabe Sua Ex.ª que os povos vivem hoje, a despeito das suas rivalidades, unidos por laços de solidariedade e interdependência, e que as próprias necessidades os levam muitas vezes a solidariedades mais íntimas e a cooperações

mais estreitas, que se traduzem em alianças. As alianças surgem, pois, como conseqüências necessárias dos interesses dos associados, e não de motivos de ordem sentimental ou pessoal, sendo por isso necessário que cada agrupamento político represente um valor efectivo, a não querer ficar na situação de protegido, quando não de explorado.

O General, orgulhoso dos brios da sua Pátria, não podia querer para ela a situação humilhante de protegida, fôsse de quem fôsse. Aceitando a aliança inglesa, vantajosa para os dois países, entendia ser necessário que nos apresentássemos com valores reais em activo no pacto. E êsse activo tinha de ser: Lisboa e seu pôrto fortemente defendidos para poderem resistir a operações navais e terrestres; uma esquadra defensiva, forte, capaz de combater o inimigo no litoral e guardar o triângulo estratégico — Lisboa, Açôres e Cabo Verde, dotando-a com todos os recursos para os seus serviços; e, finalmente, um exército de campanha, capaz de sustentar uma invasão até ser socorrido.

O autor da *Defeza das costas* fundamentou largamente o seu modo de ver à face dos princípios da sciência da guerra, ilustrando o seu trabalho com factos históricos e com opiniões de autoridades reconhecidas, não esquecendo os recursos do país nos seus vários aspectos. A obra foi justamente apreciada nos *Anais do Club Militar Naval*, por um considerado oficial da armada, e pela imprensa do país. Dela se ocupou o almirante italiano D. Bonamico na *Revista Marítima*, fasciculo X, de 1903, que a classificou como «uma obra quási perfeita». Termina o autorizado almirante a sua apreciação pelas seguintes palavras: «o desenvolvimento dado pelo autor à sua obra poderia parecer excessivo, em comparação da exigüidade do problema defensivo português, se não considerássemos que naquele volume de mais de 350 páginas o autor desenvolveu quási um tratado sôbre a guerra marítima, ao qual se liga a questão militar-política de Portugal.

«A única imperfeição a que o crítico poderia agarrar-se é a de uma exuberância de erudição, prodigalizada com tal liberalidade, que poderia tomar-se por ostentação.

«A obra de Morais Sarmento é especialmente útil aos oficiais italianos de terra e mar pelas muitas, vastas e justas considerações feitas pelo eminente estratégico sôbre as nossas disposições defensivas, comparadas com as de algumas das principais nações marítimas, pelo que não hesitamos em aconselhar aos nossos colegas o estudo de uma obra, que,

se pode cansar pela língua em que está escrita, é, porém, uma das melhores, senão a melhor, entre as que fizeram uma prática aplicação defensiva das teorias marítimo-militares». Creio que não se pode dizer mais.

A *Defesa das costas* está traduzida em inglês.

«A expansão alemã, causa da guerra de 1914-1918», inspira-se também no problema vital da nossa defesa.

Não vou resumir, e ainda menos apreciar a sua doutrina; tanto mais que a sua apreciação foi feita na imprensa por um ilustre publicista e homem de estado, que é o Sr. Brito Camacho.

Apenas algumas palavras.

O povo alemão tem revelado através da sua história um carácter agressivo, violento e avassalor, para quem os princípios do direito são substituidos pela razão do Estado, sempre que isso é necessário à sua ambição de engrandecimento e de predomínio. Julgando-se uma raça superior, investida pela providência na missão de exercer a hegemonia do mundo, a Alemanha vem radicando, há muito, na sua mocidade, por uma educação forte e sàbiamente ministrada, sentimentos e conceitos harmónicos com o seu destino histórico.

É a fisionomia especial do povo alemão, a conquista da hegemonia política, comercial e industrial; as suas lutas pelo predomínio do mar; a política de ambições na Europa; as suas tentativas, cada vez mais acentuadas, de expansão e penetração em África e no Oriente; os perigos que córremos em África e até na metrópole, o assunto da sua obra.

Se muito a admiro pela vastidão dos conhecimentos e pela sua crítica, mais a admiro ainda pela energia que o seu ilustre autor mostra aos 75 ou 76 anos de idade.

De tudo conclui o ilustre publicista que o retôrno ofensivo da Alemanha há-de chegar. «Hora fatal para a nossa nacionalidade, diz êle, será essa, se não estivermos devidamente precatados, aguardando a sua emergência». E tem razão: as opiniões que se têm manifestado, os factos passados nas chancelarias, revelados pela imprensa espanhola e portuguesa, mostram que à sua política convinha o desaparecimento da nossa autonomia. «Foi a previsão de tão funesto acontecimento, continúa êle, quem nos levou a conceber o presente livro, com o propósito de expôr à *Alma Nacional* toda a intensidade dos violentos sentimentos e conceitos condensados no espírito da desforra, que abriga a mentalidade germânica, a fim de que, na lição dos factos

visados, aquela possa colher lição, que evite a repetição de outros futuros».

É necessário cuidar da defesa nacional; tem razão o ilustre General. Os direitos fundamentais dos povos, a sua honra e os seus interêsses vitais não se defendem com neutralidades, nem com alianças; mas com os canhões, com as espadas e com as espingardas dos seus soldados, e ainda com as energias e virtudes dos seus filhos; tanto mais que de nada valem os compromissos dos homens de estado diante dos movimentos de opinião, por vezes desvairada, que arrastam homens e instituïções.

Os trabalhos do ilustre General sôbre a defesa do país referem-se: uns ao estudo e propaganda da necessidade da organização da nossa defesa em face da situação internacional; outros à organização e funções dos órgãos superiores do exército, a quem devem ser confiados os estudos de preparação e conduta da guerra; sendo outros, estudos de organização do exército, não só nos seus elementos componentes mas ainda no seu agrupamento orgânico.

*
* *

Se é verdadeiro o conceito de Kant afirmando que no problema da educação está o grande segrêdo do aperfeiçoamento da humanidade, se é uma verdade adquirida a afirmação de Guisot atribuindo à educação da mocidade a base mais inabalável da ordem social, se é verdade que a «trama da história futura é parcialmente tecida pela presente» como diz o Sr. Morais Sarmento, compreende-se bem o especial cuidado, que, a todos, deve merecer a educação da mocidade.

Efectivamente a história mostra exemplos de povos, que decaíram por esquecerem as suas virtudes, como mostra outros que devem a sua gandeza e o seu esplendor às virtudes e qualidades adquiridas por uma bem orientada educação.

Lido, como é, na história, não podia passar-lhe desapercebido tão momentoso problema; tanto mais que a educação e a disciplina militares são a continuação da educação e disciplina recebidas na família, na escola e no meio civil. Por isso há muito que vem tratando o assunto em artigos na Revista, em alucuções nos estabelecimentos scientíficos que dirigiu, em disposições dos regulamentos que elaborou, e,

sobretudo, pelo exemplo no austero cumprimento dos seus deveres.

O pedagogista trabalha sempre; quando sente momentos de desfalecimento, a sua alma de patriota, sempre crente nos destinos da Pátria, continúa a sua cruzada para levantar as almas e as crenças abatidas. «Atravessamos um momento difícil na nossa existência nacional. Havemos de sair dêle vencedores, porque a providência jàmais nos abandonou, ainda em lances bem mais dolorosos, que a história regista». Assim falava em 1898.

Se hoje falasse sôbre o estado da nossa vida social, o quadro seria talvez mais carregado, mas certo estou que repetiria o que então disse: «Se a alma nacional não está vencida, seria loucura contestar que não esteja invadida pela descrença e dominada pelo egoísmo. É necessário, é urgente, é inadiável dar combate a estes erros destruïdores da Pátria».

¿Aonde é o campo de batalha? Ali no espírito da mocidade. ¿Quem é que marcha para a acção? Nós, os preceptores. ¿Qual o nosso armamento? A educação. ¿Qual o fim da campanha? Substituir a descrença pela confiança e o egoísmo pelo altruísmo, radicando naqueles espíritos a convicção, de que o amor ao trabalho é a fonte de todas as prosperidades, e a prática da virtude a felicidade de toda a consciência honesta». Assim falava na abertura das aulas do Colégio Militar em 1898.

Não quere com isto dizer, que se não atenda a educação intelectual. «A disciplina e desenvolvimento da inteligência constituem um problema momentoso, mas muito maior o é quando se refere à disciplina e desenvolvimento daqueles dotes de espírito que formam, no seu conjunto, o carácter individual».

O pedagogista pensa, como todos os estadistas dignos dêste nome, como todos os filósofos e moralistas, que para fazer a grandeza de uma pátria, ou obstar à sua decadência, senão ao seu desaparecimento, é necessário criar uma mocidade nos grandes princípios da virtude e da honra, fortalecer-lhes o carácter, afirmar-lhes os sentimentos, desenvolver emfim em cada indivíduo o maior grau de perfeição, de que êle fôr susceptível.

Eu bem sei que a educação não actua igualmente sôbre todos os indivíduos; muitos há em que a sua acção é limitada, e em alguns mesmo em que é nula. Sei também que a sua acção é lenta, e que só se faz sentir em gerações suces-

sivas. Mas isso não é razão para descurar o problema, tanto mais que as deficiências da educação ou uma educação mal orientada, sem a base de uma sã moral, sem um ideal superior, sem sentimentos de justiça, sem a prática das virtudes precipitam rápidamente os povos para os abismos, donde se não volta.

Se em Portugal as entidades, que têm por dever e missão orientar e ministrar a educação nacional, não atacarem de frente o problema vital da educação, nós, os que já sentimos o sangue a arrefecer nas veias, podemos apontar às gerações que chegam a inscrição, que o poeta florentino viu gravada sôbre a porta do inferno: «*Ó vós que entrais, dizei adeus à esperança*».

O problema da educação tem uma grande importância para as instituïções militares. Continuação da educação recebida na família e nas escolas, a educação militar tem por fim radicar nos mancebos chamados às fileiras, qualidades e sentimentos harmónicos com o fim da instituïção. Nela se baseia a disciplina, que é a alma dos exércitos, a obediência e a subordinação necessárias à sua existência.

Ninguém melhor conhece estes assuntos do que o Sr. General, que teve, no exercício dos vários cargos que exerceu nos tribunais militares, um largo campo de observação. Vê-se pelos seus artigos que não o impressionaram muito os factos esporádicos, graves, que teve ocasião de estudar; mas o que sempre o preocupou foi o abaixamento, a frouxidão, a brandura até à impunidade e a indiferença geral. «A disciplina cai, o exército esfacela-se», dizia êle.

Por isso preconizava uma boa selecção dos quadros, uma bem dirigida educação, o rigoroso cumprimento da lei e o castigo inflexível do vício e da imoralidade.

São muitos, e notáveis, os seus artigos da Revista desde 1881, e nomeadamente o artigo de 1891 — «A Pátria em perigo» — em que proclamava a necessidade de uma transformação absoluta e completa de todos os processos em matéria de disciplina.

*
* *

Com a implantação do regime liberal reconheceu-se na legislação penal militar, como em todos os ramos de direito, a necessidade da sua codificação.

Não foram, porém, as primeiras tentativas coroadas de êxito, pois só em 1875 foi publicado o Código Penal Militar,

de cuja redacção foi encarregado em 1855 o Conselheiro Barros e Sá, ao tempo auditor da primeira divisão militar, sendo também nomeada uma comissão de oficiais e de jurisconsultos abalisados para rever os seus trabalhos.

O Código de Justiça Militar veio prestar ao exército um grande serviço; a legislação caótica, arbitrária e até cruel foi substituída por um corpo de doutrina lógica, racional e precisa.

Deve-se sobretudo ao sábio jurisconsulto Barros e Sá a sua redacção, a Fontes e Barjona a sua referenda, ao Sr. General Morais Sarmento, que desde a sua organização desempenhou todos os cargos nos tribunais militares, a sua execução prática na parte relativa ao funcionamento dos conselhos de guerra.

Com a publicação do Código foi nomeado defensor oficioso o então tenente Sr. Morais Sarmento para o segundo conselho de guerra da 1.ª divisão, sendo, pouco depois, promovido a capitão e colocado no cargo de promotor.

Os seus trabalhos anteriores justificavam estas nomeações; a Revista tinha publicado um artigo que devia ter feito impressão, por se referir ao caso sensacional do assassinato do alferes Palma Brito, pois nele se discutia a natureza do crime e a legislação aplicável.

O jóven oficial, compulsando com grande tino jurídico a caótica legislação anterior, concluíu, pela comparação dos diferentes diplomas, pela letra e espírito das suas disposições, que ao caso era aplicável o VIII dos artigos de guerra de 1763. Este trabalho, ampliado, corre impresso sob a rúbrica de «Ofensas corporais a superiores».

Os tribunais militares foram sempre considerados modelares, e por êles passaram, por vezes, os mais notáveis causídicos, como Manuel de Arriaga, Pinto Coelho, Oliveira Vale e outros, bem como os mais distintos médicos nas causas que determinavam as luzes do seu ilustrado saber.

O promotor Sr. Morais Sarmento foi sempre considerado pela sua competência, pelo seu carácter e pelo rigoroso cumprimento dos deveres do seu cargo, a figura primacial dos tribunais militares.

Em 1885 o alferes Marinho da Cruz, ao tempo aluno da Escola do Exército, matou no Largo de Mitelo com um tiro de revólver dado na região occipital, com aleivosia, e pelas costas, o cabo Pereira, seu condiscípulo, desfechando-lhe ainda mais dois tiros na cabeça, depois de o ver prostrado a seus pés. Foi um crime bestial e premeditado.

O processo foi instaurado nos termos da lei e preparado com todos os elementos necessários para o seu julgamento.

Era promotor o então major Sr. Morais Sarmento e defensor o Conselheiro Tomás Ribeiro, que em audiência apresentou um relatório sôbre o estado mental do réu, assinado pelos notáveis médicos alienistas, drs. Sena e Júlio de Matos.

A audiência de julgamento realizou-se em 1886. Nos debates o promotor expôs ao tribunal as condições do processo em termos claros, precisos e imparciais: o acto acusatório, narrando o crime com todas as circunstâncias que o precederam, acompanharam e seguiram, concluindo pela responsabilidade do reu; a defesa alegando, que, sendo o argüido um *degenerado hereditário* da categoria dos *epilépticos larvados*, e o crime cometido sob a influência duma crise irresistível, era absolutamente irresponsável, devendo ser entregue à autoridade competente para ser internado em um hospital de alienados.

O promotor encontrou-se, pois, em frente de autoridades justamente consagradas, a cuja competência e honestidade prestou justa homenagem, que contestavam a conclusão da acusação — a responsabilidade do réu.

Tinha, porém, que manter o acto acusatório, e manteve-o com brilho e firmeza, porque estava alicerçado em bases sólidas pelo seu saber e pela sua competência: «eu procuro o que se me afigura ser a verdade», dizia êle.

O promotor sustentou, pois, a acusação tanto sôbre o ponto de vista médico como sôbre o ponto de vista legal.

Sob o ponto de vista médico, depois de se referir às divergências dos peritos que intervieram na questão, divergências que afinal se encontravam nas opiniões dos mais eminentes psiquiatras, o promotor, admitindo que o réu fôsse um *degenerado hereditáro,* por assim o entenderem tão categorizadas capacidades médicas, não admite a alienação, visto que ela não revela nenhum dos mais importantes sintomas, que, segundo o dr. Sena, define êste estado em tais indivíduos; e admitindo ainda a *epilépsia larvada,* não se encontravam no acusado os sintomas delirantes, porque exclusivamente ela se manifesta na opinião do dr. Júlio de Matos.

Tratando da responsabilidade dos alienados, dizia terem-se manifestado três teorias distintas: a da irresponsabilide absoluta, a da responsabilidade parcial limitada, e a da responsabilidade parcial com pena especial, mostrando com as opiniões dos mais eminentes homens de sciência alemães e

franceses, e até com a opinião do dr. Júlio de Matos, que a irresponsabilidade é a opinião mais controversa, e a responsabilidade a opinião mais seguida, embora se possam admitir atenuantes.

Tratando da questão legal passou a demonstrar que, mesmo que o réu fôsse considerado mèdicamente alienado, era legalmente responsável por o crime ser praticado em um momento lúcido.

O promotor representava a lei, estava armado com ela, e tinha ao seu serviço todo o saber da criminologia clássica; conhecia bem o processo, o réu e os factos com todas as circunstâncias, donde lhe resultava à evidência a sua responsabilidade. Assim pediu a condenação, admitindo as atenuantes, que resultavam do seu estado.

Se a êste processo me refiro, dando de parte da acusação incompletas e ligeiras notas, é simplesmente para mostrar a alta competência do sábio General como criminalista, capaz de dominar os mais altos problemas da responsabilidade criminal.

O caso foi muito falado; por essa época, começaram a aparecer as doutrinas Lombrosianas, que originaram a escola penal positiva. É minha convicção, que a *temebilidade* de Marinho da Cruz à face das doutrinas desta escola, se o não levasse à eliminação definitiva, levava-o com certeza a um manicómio criminal. Entregue ao govêrno para ser internado num hospital de alienados, com o risco de um êrro de diagnóstico, que, segundo autoridades competentes, se pode dar, é que não.

O Sr. Morais Sarmento também desempenhou o cargo de defensor com a mesma consciência e competência, com que desempenhou o cargo de promotor.

É notabilíssima a oração, que pronunciou no Tribunal Superior de Guerra e Marinha na sessão de revisão dos processos instaurados e julgados no Porto, relativos aos acontecimentos de 31 de Janeiro de 1891.

O defensor, cumprindo a lei que lhe mandava assistir aos acusados até onde os favorecessem os princípios da justiça, desempenhou-se da sua missão com a nobreza de quem sente girar nas veias sangue de homens, que se bateram e morreram pela liberdade.

Não defendeu a rebelião militar do Porto, nem a podia defender, mas reclamou para os acusados o direito de serem julgados nos termos e com as formalidades marcadas na lei.

Deixando de parte muitas omissões e irregularidades, por pouco aproveitarem aos réus, o defensor, cai a fundo sôbre o corpo de delito, que é a base de todo o processo, e prova não só a incompetência legal dos oficiais de polícia judiciária que o organizaram, mas ainda a falta de diversas circunstâncias e elementos essenciais de que eram acusados os réus.

Em seguida passa a analizar o valor jurídico da incriminação dos factos, cuja responsabilidade se pedia aos réus. Com grande rigor scientífico classificou as várias espécies de delito, classificando a rebelião, de crime colectivo, perfeitamente caracterizado, pela pluralidade de infracções e unidade de delito. No caso ocorrente demonstrou que se deu o crime de rebelião, formado de uma série de violências, todas intencionalmente dirigidas a transformar a forma do govêrno: revolta, usurpação de comando, abandono de pôsto, ofensas a superiores, etc., embora isoladamente sejam delitos, apreciados no seu conjunto obedecem a uma intenção única — depôr a Monarquia, proclamar a República. É o delito colectivo.

Os réus não podiam ser incriminados por cada um dêstes factos, não só porque a lei não permitia, mas porque seria iníquo duplicar a sua responsabilidade. Todas as violências praticadas pelos acusados no dia 31 de Janeiro hão-de servir para qualificar um só crime. Daqui a sua conclusão.

Esta oração é uma verdadeira lição de processo penal militar. O defensor tratou a questão à face dos princípios e das leis, e ilustrou-a com a jurisprudência dos tribunais espanhóis e portugueses desde o regime absoluto, onde o rigor e a crueldade eram revestidos das formas legais.

Na *Revista Militar* estão arquivados muitos trabalhos de direito penal devidos à sua pena, muitas respostas a consultas, e um valioso repositório de jurisprudência do nosso Tribunal Superior, abundantíssima fonte jurídica de grande utilidade prática.

Nos nossos tribunais militares, e até fora dêles, têm aparecido oficiais que muito se têm nobilitado: Pinto Carneiro, Domingos Corrêa que tem trabalhos notáveis nesta especialidade, e outros, são figuras de evidência; porém, à frente de todos, o venerando General Sr. Morais Sarmento destaca-se na primeira fila entre os criminalistas portugueses.

*
* *

A competência largamente demonstrada do ilustre General indicava-o naturalmente para as mais importantes comissões de serviço; constam das suas notas biográficas. Não as podendo enumerar, direi apenas, como consta da sua nota de assentos, que pertenceu, desde oficial subalterno, a todas as comissões importantes de organização do exército, instrução, justiça, administração, aperfeiçoamento da arma de infantaria, regulamentos tácticos, ginástica, esgrima, além das comissões estranhas ao Ministério da Guerra, que foi chamado a desempenhar.

Os seus trabalhos scientíficos abriram-lhe as portas da Academia das Sciências em 1910. O parecer, de que foi relator o Sr. Cristóvão Aires, que honrou a Escola do Exército com a sua categoria scientifica, com o seu trabalho e com a sua bondade, abre com as seguintes palavras: «Há nomes que se impõem pelo que êles significam de inteligência, estudo e saber, e inscritos no rol dos membros de uma corporação douta representam para ela mais um elemento de valor e mais uma garantia de trabalho. Nem se torna necessário justificar o merecimento com que pretendem ser inscritos; têm a sua reputação feita e de há longo tempo afirmada. Nestas condições está o Sr. General José Estêvão de Morais Sarmento, que desde muito moço se dedicou às lides da imprensa doutrinária». O douto parecer depois de enumerar os trabalhos do candidato, conclui: «Todos estes valores reünidos representam uma individualidade cujo ingresso nesta Academia não só a não desdoura, mas a honra em muita maneira». É assinado por António Cândido, Gama Barros, Conde de Sabugosa, Bulhão Pato, Ramos Coelho, Fernandes Falcão e Fernandes Costa.

*
* *

O Sr General Morais Sarmento também serviu o país na vida política.

Pertenceu ao velho partido regenerador. E não mereça reparo, que, sendo rasgadamente liberal, se alistasse no velho partido de Fontes; lá militaram os espiritos mais liberais da época, e a êle se devem as medidas de carácter político e

administrativo mais progressivas. O acto adicional de 52, a abolição da pena de morte em 67, o código penal militar de 75, o código administrativo de 78 e a lei constitucional de 85, são títulos de glória dêsse partido. Demais, tanto Fontes como António de Serpa diziam, que os partidos, ao tempo, não estavam separados por divergências fundamentais de princípios políticos. Efectivamente em todos havia homens de tendências conservadoras, retrógradas mesmo, como os havia com tendências progressivas e até radicais.

O Sr. Morais Sarmento foi eleito deputado, pela primeira vez, em 1896. Na Câmara ocupou-se, de preferência, das questões militares, sendo sempre escutado com o respeito devido às competências reconhecidas.

Em 1892 um Sr. deputado apresentou à câmara uma proposta para ser decretada a acusação criminal contra o ex-ministro Mariano de Carvalho, por êste haver feito adiantamentos a algumas sociedades e companhias. A proposta, depois de incidentes vários, foi enviada à comissão de infracções, constituída por magistrados e jurisconsultos, e pelo Sr. Morais Sarmento, que era oficial do exército. Foi êle, que não era diplomado em direito, o escolhido para relator da proposta.

Não posso seguir, nem mesmo em resumo, o notável parecer, que foi elaborado sôbre os documentos indicados na proposta à face da legislação ao tempo vigente; direi apenas que o relator demonstrou, que poderia ter havido preterição das regras de administração pública, mas que tais adiantamentos tinham sido feitos para evitar dificuldades financeiras de ocasião, e suspensão de pagamentos, que afinal redundavam em descrédito para o país; não havia fraude, malícia, ou intenção de se satisfazer interêsses próprios ou alheios; como não havia lei de responsabilidade, que lhe fôsse aplicável. O relator versou um difícil e complexo problema de responsabilidade política, civil e criminal. Sei de fonte autorizada que Barjona de Freitas, o espírito mais arguto e scintilante daquela geração, teve para o parecer justos louvores, êle que, dizem, por espírito de discussão, punha sempre objecções a tudo.

Os seus serviços e a sua correcção granjearam-lhe uma grande autoridade no meio parlamentar; em 1893 foi nomeado por proposta da Câmara para presidir às suas sessões no impedimento eventual do presidente e do vice-presidente.

Os seus discursos sôbre as questões militares, especial-

mente os proferidos em 1899 sôbre a reforma do exército, foram muito apreciados.

Da forma como cuidava dos interêsses dos círculos que representava, mostram-o a cidade de Beja que deu o seu nome a uma das suas mais bonitas praças, e a vila de Castro-Verde que denominou o seu hospital com o título de «Instituto de Beneficência Morais Sarmento».

Em 1901 foi elevado ao pariato. Na câmara alta continuou a manter-se à altura dos seus créditos de orador e de estadista; já tinha sido ministro. Merece especial menção o seu parecer sôbre a reclamação apresentada à Câmara pelo General Dantas Baracho, que, havia sido punido em 1909 pelo Ministro da Guerra, sendo Par do Reino. Êste parecer, de uma comissão especial presidido pelo eminente jurisconsulto e estadista Sr. Júlio de Vilhena, de que fazia parte o General Sebastião Teles, é um documento de alta valia, em que o Sr. Morais Sarmento ventilou os mais elevados princípios de direito constitucional e parlamentar. Tem a data de 6 de Junho de 1910, e serviu de base para ser julgada procedente a reclamação do General Dantas Baracho.

A sua competência profissional, os seus serviços ao exército e os seus trabalhos parlamentares conquistaram-lhe o lugar de Ministro da Guerra, a que ascendeu em Abril de 1896. O pouco tempo que exerceu o seu elevado cargo, e as condições em que o exerceu, não lhe permitiram usar da sua iniciativa parlamentar; as câmaras pouco tempo funcionaram, e o Ministro teve que limitar-se às funções do executivo. Contudo ainda deixou uma vasta obra; pois melhorou alguns dos diplomas publicados em 1895, e publicou vários regulamentos relativos aos serviços de recrutamento liquidando a sua dívida e fazendo-o entrar na sua normalidade, instrução, justiça, disciplina e prisionais, merecendo-lhe especial atenção os serviços de saúde, como se mostra pelo regulamento dos concursos para médicos do exército. Foi exonerado em Fevereiro de 1897.

Em 1908 afastou-se inteiramente da política para se dedicar exclusivamente aos seus deveres militares. Muitas vezes lhe ouvi esta afirmação.

*
* *

Exerceu o Sr. General Morais Sarmento os mais elevados cargos do exército. Foi vogal do Supremo Conselho de Jus-

tiça Militar, do Conselho Superior de Promoções, da Secção do Exército, do Supremo Conselho de Defesa Nacional, sendo mais tarde presidente do Conselho General do Exército do mesmo Conselho; exerceu as funções de presidente do Conselho de Administração da Manutenção Militar e do Depósito Central de Fardamentos e das comissões de estudo dos Serviços Administrativos, do Monte-pio Oficial, em que foi reconduzido, etc.

Pela sua reconhecida competência foi nomeado vogal efectivo da secção permanente do Conselho Superior de Instrução Pública; sendo mais tarde elevado a vice-presidente do mesmo Conselho, cargo que desempenhou até que, a seu pedido, foi exonerado.

Na vigência do regime monárquico foi-lhe oferecido o govêrno geral da província de Angola, que não aceitou; e ainda o alto cargo de Reitor da Universidade de Coimbra, convite novamente feito pelo actual regime, declinando, de ambas as vezes, tão honrosa como elevada comissão.

Foi porém no govêrno das escolas militares que mais valiosos serviços prestou ao Exército e ao País. Comandou o Colégio Militar, a Escola de Guerra e a Escola Prática de Infantaria, três estabelecimentos scientíficos de índole diferente, mas todos coordenados para um único fim: — dotar o exército com oficiais profissionalmente competentes e dotados de capacidade educativa.

*
* *

O Colegio Militar, devido à iniciativa do benemérito Marechal Teixeira Rebelo, vive há 120 anos; é o mais antigo estabelecimento scientífico militar, e dêle tem saído muitos dos mais distintos oficiais do exército e da armada.

Nos termos do decreto de Dezembro de 1851, e mais legislação posterior, o Colégio tem por objecto educar e instruir os respectivos alunos, habilitando-os a ser admitidos em qualquer instituto de instrução superior, por uma preparação moral, intelectual e física adequada a êste fim.

Dirigido desde a sua fundação pelos mais ilustrados e prestigiosos oficiais, o Colégio encontrou em 1898 no Sr. General Morais Sarmento um digno continuador da obra de Teixeira Rebêlo.

O novo director, espírito culto e progressivo, procurou logo melhorar os serviços, e imprimir à educação dos alunos

*

a sua orientação por instruções provisórias, destinadas a regular os processos e métodos de ensino das disciplinas, a-funções dos regentes de estudo, os serviços nas respectivas salas, o ensino de ginástica, as regras para o exame médico-antropométrico que estabeleceu, e o ensino dos exercícios e instruções práticas, segundo os programas que foram publicados.

O documento, porém, em que o Sr. Director mostra a sua alta envergadura de pedagogista, é o Regulamento interno por êle elaborado, proposto e aprovado em 1901. Na opinião de professores que o têm executado, e de pessoas que o têm lido e até observado os seus resultados, o Regulamento é um modêlo de saber, evidenciando no seu autor o conhecimento completo do que deve ser um estabelecimento daquela ordem. Publicado há 22 anos ainda está em vigor, felizmente.

Algumas referências ao regime educativo bastam para mostrar a sua orientação.

«A educação dos alunos, diz o Regulamento, deve ser subordinada ao tríplice ponto de vista moral, intelectual e físico, tendo sempre em atenção tanto a actividade prática como as especulações scientificas, de modo a formar homens dotados de carácter honrado e resoluto, inteligência lúcida e esclarecida, e organismo forte e desembaraçado»; prescrevendo que «o estudo dos temperamentos e dos caracteres é essencial para a escolha dos meios educativos a empregar, que devem variar segundo essas condições individuais». Para êste fim, diz ainda, devem convergir uniformes e solidários os esforços dos indivíduos que compõem o pessoal superior do Colégio. O Sr. Director, quere, pois, um desenvolvimento gradual e harmónico, inteligentemente conduzido, de todas as faculdades dos alunos; não quere o predomínio da instrução sôbre a educação, mal de que tem enfermado o nosso ensino público, que parece entrar em melhor orientação.

As bases educativas formulam as normas, que devem ser seguidas para a educação da vontade, para conseguir a docilidade, o incitamento ao trabalho, o culto da verdade, o carácter da disciplina e os princípios, que devem ser observados na sua aplicação. Sendo preponderante a acção dos professores na educação moral dos alunos, o Regulamento preceitua que estes aproveitem todas as ocasiões para, no ensino das disciplinas, ilustrarem os seus discípulos com conceitos e explicações apropriadas em ordem à propagação da boa doutrina educativa tanto moral como cívica, citando

exemplos que podem servir de norma. Recomenda ainda que, sendo os exercícios físicos excelente escola de educação, os instrutores aproveitam essa instrução para a formação dos caracteres.

Por estas ligeiras notas se vê a importância em que o Sr. Director tinha a educação moral, tanto mais que os alunos vivem no regime de internato, desligados da educação da família.

Pelos programas das disciplinas, dos exercícios e trabalhos manuais vê-se o desenvolvimento intelectual e físico dos alunos, cuja higiene e bem estar lhe mereceram sempre disvelada atenção. Não limitou o Sr. Director a sua acção só à parte educativa; estendeu-a ainda ao melhoramento da parte material do Colêgio.

A aquisição da Quinta da Nossa Senhora da Luz foi um dos mais importantes molhoramentos, que o colégio lhe ficou devendo; permitindo a instalação de uma excelente enfermaria com as necessárias dependências, jardins, campos de exercícios, instalação de jogos e recreios, sem prejuizo da sua arborização e aproveitamento agrícola para consumo do colégio.

Mereceu-lhe também especial cuidado o material de ensino e a biblioteca a que deu grande impulso.

Todos os oficiais que têm acompanhado a vida do colégio, e eu acompanhei-a durante alguns anos, são unânimes em afirmar que o Sr. Morais Sarmento lhe imprimiu uma inteligente orientação educativa, que tem sido seguida. Conheço alguns estabelecimentos desta índole, espanhóis, franceses e belgas; não vi por lá nenhum que fôsse superior.

Pouco tempo depois de implantada a República, o govêrno provisório confiou o comando da Escola do Exército ao Sr. General Morais Sarmento, que pelo seu saber e qualidades, sempre reveladas nas importantes comissões que tinha desempenhado, o indicavam para o govêrno da nossa escola militar superior.

Tendo-se apresentado na Escola, e recebido os cumprimentos de todos os oficiais ali em serviço, o novo comandante convocou imediatamente o conselho de instrução, formado por todos os lentes em exercício. Reunido o conselho o Sr. Presidente, depois de se referir, com merecido elogio, aos seus antecessores e a todo o corpo docente, deu conhecimento de uma nota do Ministério da Guerra, que o auctorizava a propôr, de acôrdo com o conselho e com plena liberdade de critério, um plano de reforma da Escola, dando

ainda indicações em harmonia com a orientação do govêrno. O falecido lente Eduardo Vilaça, em nome dos seus colegas, felicitou-se por ser colocado à frente da Escola o Sr. General Morais Sarmento, de quem fez o elogio, concluindo por lhe afirmar, em nome de todos, a sua leal cooperação.

Estes factos constam das actas do conselho; por elas se vê, que o novo 1.º comandante entrou animado dos melhores propósitos, e que por todos foi recebido com agrado, como era de esperar.

Nomeada uma comissão para estudar a projectada reforma, esta apresentou os seus trabalhos dentro de poucos meses. O projecto não alterava radicalmente o regime anterior, mas, embora o conservasse nas suas bases fundamentais, propunha alterações importantes, que actualizavam e melhoravam o ensino. O projecto subiu às estações superiores.

Algum tempo depois foi publicada a reforma da Escola do Exército; a velha Escola do glorioso Marquês de Sá passou a denominar-se Escola de Guerra. As estações superiores, aproveitando da proposta do conselho o que entenderam conveniente, modificaram o fim da Escola, destinando-a exclusivamente ao estudo das sciências militares, criaram o curso da artelharia de campanha, e organizaram todos os cursos em dois anos. Para os cursos de engenharia e de artelharia a pé eram condições de entrada o antigo curso preparatório universitário e determinadas cadeiras de construções, feitas numa escola de engenharia; para as outras armas e de administração militar as condições de entrada eram as da legislação em vigor; e para todos um concurso de entrada com provas iliminatórias. A lei orgânica preceituou ainda conferências sôbre material, organização e operações navais, e sôbre educação militar.

Por ordem superior o conselho foi encarregado de elaborar o necessário regulamento. Cumpriu, como era seu dever; uma comissão elaborou o projecto, que foi discutido demoradamente, esforçando-se todos para que saísse tão completo e perfeito quanto possível; as divergências de opinião não impediram êsse objectivo; pode testemunhá-lo o Sr. General. Nêle se introduziram algumas prescrições pedagógicas. O novo «Regulamento» foi completado com o «Plano do regime interno», elaborado e proposto pelo Sr. Comandante, e aprovado pelo Sr. Ministro da Guerra.

O «Plano do regime interno» insere no seu tit. I as bases para a educação cívica e militar dos alunos, série de preceitos sàbiamente concebidos e claramente formulados, cuja

observância lhes era imposta, sob a fiscalização superior do comando, pelo 2.º comandante, membros do corpo docente, comandante do corpo de alunos e em geral por todos os oficiais da Escola. A educação cívica e militar destinava-se a aperfeiçoar o carácter dos futuros oficiais.

Não quero dizer, porque seria uma injustiça à Escola onde me formei e a cujo corpo docente tive a honra de pertencer, que a educação e a disciplina fôssem menos cuidadas na Escola do Exército, não; mas de justiça é reconhecer e afirmar, que a educação atingiu maior importância com a orientação que o Sr. General Morais Sarmento lhe imprimiu.

A organização da Escola de Guerra entrou em vigor no ano lectivo de 1911-1912. Foi com esta legislação e com as providências, que constam das ordens da Escola, que Sua Ex.ª a governou.

Antes porém de expôr a sua acção de govêrno, devo salientar ainda os serviços prestados à parte material da Escola. Nos últimos anos do antigo regime a Escola deveu relevantes serviços ao falecido General Pimentel Pinto, e ao antigo lente Sr. Vasconcelos Pôrto; os serviços do Sr. General Morais Sarmento em nada ficam diminuidos pelos dos seus antecessores.

A formosíssima Capela da Bemposta, onde fez instalar um valioso museu, foi cedido à Escola a instâncias suas; a construção do Ginásio, onde nos encontramos, com a adaptação dos terrenos anexos aos exercícios físicos e aos desportos é obra sua, a instalação do observatório astronómico, as aulas e gabinetes da topografia e geodésia, melhoramentos em várias salas destinadas a trabalhos escolares, e a substituïção do mobiliário escolar são da sua iniciativa, como muito concorreu para a aquisição de material escolar, que veio enriquecer os gabinetes e laboratórios. E não foram só êstes os melhoramentos realizados na Escola.

Vejamos agora o Sr. General no exercício das suas funções de comando. Devo considerar dois períodos: o primeiro até 1916, em que a Escola funcionou normalmente; o segundo em que, pela nossa entrada na guerra, se adoptou o regime provisório dos corpos reduzidos.

No princípio de cada ano lectivo os lentes organizavam os programas teóricos e práticos das suas cadeiras, sendo os dos outros trabalhos práticos e exercícios militares organizados por comissões de lentes e oficiais encarregados dêsses trabalhos. O ano em que entrou em vigor a reforma foi o mais trabalhoso, e foi nesse ano que o Sr. Comandante pro-

curou orientar, especialmente, a educação dos alunos, os trabalhos práticos e todos os exercícios, pelo seu critério.

Comparecia todos os dias na Escola, onde se demorava horas. Por si, e pelos seus subordinados, superintendia e fiscalizava todos os serviços, merecendo-lhe especial atenção a educação cívica e militar dos alunos, o seu desenvolvimento físico, e a sua higiene. O Sr. Comandante dava assim um salutar exemplo aos seus subordinados, sendo coerente com as suas ideas expendidas em artigos da *Revista Militar* — «a lei cumprida por todos e com igualdade». Confiando, como era de justiça e de direito, na competência dos lentes nunca lhes impoz critério algum nas exposições das matérias dos programas; eram porém do seu conhecimento a orientação do ensino e ao aproveitamento dos alunos pelas informações dos próprios lentes, pelas notas das lições e repetições, e pelos diferentes assuntos que se tratavam em conselho.

A disciplina era mantida com superior critério; baseado nos seus princípios educativos, chamava os alunos ao cumprimento dos seus deveres, mais por meios suasórios, que pela imposição de castigos, que não hesitava contudo em impôr, quando as faltas ou as circunstâncias os indicavam. Quem não tivesse as condições de caracter para ser oficial não o devia ser.

Aproveitava sempre todas as ocasiões para levantar o espírito dos alunos, e radicar-lhes o amor pela Pátria, pelas instituições que todos serviam, e pelo exército a que pertenciam. Assim no princípio de cada ano lectivo recebia a apresentação dos novos alunos e apresentava-lhes o corpo docente, dando-lhes os mais alevantados conselhos, exortandos ao rigoroso cumprimento dos seus deveres; e aos que terminavam os cursos, acompanhado de todo o corpo docente, despedia-os com votos de felicidade na honrosa carreira em que entravam, exortando-os, mais uma vez, ao cumprimento dos seus deveres, como militares e como cidadãos. E assim se chegou a 1916.

A entrada na guerra determinou uma rápida preparação de oficiais. Tornou-se necessária uma imediata modificação no regime da Escola, que, sem prejuízo dos conhecimentos indispensáveis aos oficiais de carreira, tornasse os cursos mais rápidos. Estes foram reduzidos a dois semestres, sem férias; algumas cadeiras foram modificadas; redigiram-se novos programas, aligeirando-os nas matérias que se julgaram de aplicação menos imediata; e intensificaram-se os exercícios militares.

O Sr. General Comandante, cuja competência, actividade e zêlo são bem conhecidos, excedeu-se a si próprio; de justiça é dizê-lo. Suspenso o funcionamento do conselho, como era indispensável naquela emergência, assumiu a direcção de todo o ensino. Asssim regulou todos os serviços em disposições gerais, em instruções especiais, tomando as providências que entendeu convenientes nas diferentes ocorrências. A colecção das ordens especiais, que fez publicar neste período, são documentos de alta valia pelos ensinamentos que encerram.

Só quem o acompanhou nesse período de trabalho exaustivo, pode avaliar devidamente a sua capacidade de trabalho, a sua competência, a sua firmeza, as suas qualidades de administrador na sua acepção mais elevada. E certo estou, que Sua Ex.ª fez sempre justiça à boa vontade de todos os oficiais, que dedicadamente o acompanharam.

Em Dezembro de 1917 o Sr. General pediu a sua exoneração, que lhe foi concedida. A Escola de Guerra passou à história das nossas instituïções militares; estou, porém, certo que os oficiais, que nela foram educados, a hão de honrar sempre. Não me permito comentar os acontecimentos, que determinaram a sua transformação na actual Escola Militar; apenas direi, que o maior serviço que se pode fazer às Escolas e ao exército, é conservá-las estranhas à política partidária e de facção.

¿Que resta então da Escola de Guerra além dos seus melhoramentos materiais? Ficou a afirmação de uma competência formada no estudo, na observação e na experiência dos altos problemas do ensino; ficou a prova de uma dedicação inexcedível pelo serviço da mais importante das nossas instituïções militares; ficou a demonstração de uma capacidade de trabalho, que não pode fàcilmente ser excedida; e ficou, finalmente, marcada uma orientação geral que deve ser continuada.

Permitam me V. Ex.as Sr. General Comandante e Srs. professores, que um velho professor das extintas Escolas, o que mais anos nelas serviu, depois da reforma de 94, e às quais, embora muito modestos, prestou alguns serviços, respeitosamente lhes lembre a herança que receberam. V. Ex.as são hoje os representantes de uma corporação, que, com excepção da pessoa que se lhes dirige, era formada por homens de reconhecida competência, e alguns de reputação europêa.

Comandaram alguns dos nossos mais ilustres generais:

Sá da Bandeira, «inteligência recta e caracter forte», o estadista de 37, que criou a Escola do Exército; Fortunato José Barreiros, um das mais ilustrados oficiais do seu tempo; Sebastião Teles, cuja obra faria a reputação de um general em qualquer país; Morais Sarmento, que, há muito, ocupa o primado dos escritores militares portugueses. Pelo seu corpo docente passaram; Gama Lobo, o publicista notável, cuja obra ainda hoje se encontra citada nas biliografias dos mais considerados internacionalistas; Dias Costa, competência reconhecida, áustero cumpridor dos sus deveres, a quem a velha Escola deveu o seu rejuvenescimento desde 1882; Nunes Gonçalves, o sábio professor, que no estrangeiro era considerado mestre na sciência que professava; Ressano Garcia, por todos considerado como a mais viva e lúcida inteligência, que por ela passou, e tantos outros que a morte já fez desaparecer.

O exército espera, e nós os antigos professores veremos com satisfação, que V. Ex.as continuem a herança recebida e a engrandeçam com os progressos que o seu saber, e a sua dedicação lhe conquistaram. E espera confiadamente, porque conhece os méritos do Sr. General Comandante e dos distintos oficiais, que formam o corpo docente. A todos apresento os meus respeitos, e aos meus antigos colegas os meus agradecimentos pelas provas de imerecida consideração que sempre me dispensaram.

*
* *

Como oficial superior de infantaria o govêrno confiou ao Sr. Morais Sarmento o importante comando da Escola prática da sua arma. Além de outros a Escola tinha por fim: unificar e desenvolver na arma de infantaria a instrução de tiro, ginástica e esgrima, habilitando instrutores para as diferentes especialidades. Á Escola concorriam, além do pessoal permanente, vários oficiais e praças, e os aspirantes que tinham concluído o curso da Escola do Exército para receberem uma instrução complementar prática.

Ao comandante competia dirigir superiormente a instrução, tornando-a o mais metódica e proficua possível.

Pelos horários dos serviços, e pelos programas dos trabalhos finais executados em 1894-1895, vê-se o desenvolvimento que tiveram, e a instrução que os oficiais e aspirantes trouxeram para as suas unidades.

No comando da Escola o Sr. General Morais Sarmento operou tais melhoramentos, afirmou tanto a disciplina e desenvolveu tanto a instrução, que a Escola foi considerada um estabelecimento modelar. Êste comando foi uma das causas determinantes da sua elevação ao cargo de Ministro da Guerra.

O que acabo de expôr, do muito que havia a dizer, é suficiente para glorificar um homem. Todos os govêrnos reconheceram sempre os méritos e serviços do venerando General, testemunhando-lhe por honrosas condecorações e louvores o aprêço em que era tido; a sua nota de assentamentos é honrosíssima.

*
* *

Em 1919 foi reformado; o govêrno, porém, não dispensou os seus serviços, mantendo-o no cargo de vice-presidente do Conselho tutelar dos exércitos de terra e mar, a quem compete a superintendência e inspecção dos estabelecimentos de instrução dêle dependentes.

Um dêsses é o Instituto Feminino de Educação e Trabalho em que foi transformado o antigo Instituto Infante D. Afonso, benemérita instituïção devida à iniciativa particular. Era destinado à educação das filhas dos oficiais nas condições do Regulamento. As senhoras, que ali foram educadas, estou certo que jámais esquecerão o nome do Sr. Coronel António Alfredo Alves, que, em 1898, sendo capitão de infantaria n.º 1, teve a feliz idea da fundação do Instituto; dos oficiais do mesmo regimento, que tomaram a iniciativa da sua realização; da Senhora D. Maria Pia, que a acolheu com simpatia; e do Sr. Infante D. Afonso, que lhe prestou relevantes serviços; como não devem esquecer a comissão organizadora, e em especial o seu secretário e relator o Sr. Coronel Guilherme Gonzaga, ao tempo capitão de artelharia, a cujo trabalho, perseverança e dedicação se deve a sua instalação e o desenvolvimento, que depois teve; e ainda o falecido General Pimentel Pinto, que o dirigiu com o maior desvêlo. Também o Sr. General Morais Sarmento contribuiu para esta obra meritória, cedendo-lhe do Colégio Militar, que dirigia, mobiliário escolar. Pelo seu último Regulamento, o Instituto, além da instrução primária e complementar já estabelecida, «seis cursos profissionais».

Os governos da República, embora com critério diferente em matéria educativa, não desvalorizaram o Instituto; pelo

contrário, têm procurado desenvolvê-lo. Pelo seu último Regulamento o ensino está dividido em duas secções, constituindo a primeira «o curso primário geral», e a segunda «seis cursos especiais», com maior desenvolvimento que os anteriormente estabelecidos.

O Instituto é destinado a educar e preparar para a vida prática indivíduos do sexo feminino; missão grave e delicada, especialmente na hora que passa, pela variedade, ou antes pela confusão de critérios, que apaixona as diferentes correntes de opinião.

Além do Colégio Militar, de que já me ocupei, também está dependente do Conselho tutelar o Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, que é a mais útil e inteligente instituïção, qne tem saído do Ministério da Guerra na vigência do actual regime. Destinado a educar os filhos varões das praças, sargentos ou oficiais, ministrando-lhes uma instrução profissional, não só realiza uma obra humanitária, mas inda concorre para o desenvolvimento do país, fornecendo-lhes braços e competências de que tanto carece.

*
* *

Assistem a esta sessão os alunos da Escola Naval.

Não é por menos deferência que dela me ocupo em último logar; não estabeleci precedências, se as estabelecesse seria por esta Escola que começaria as minhas referências.

¡Srs. aspirantes! Terminados os vossos cursos tereis a honra de ingressar nos quadros da marinha de guerra, que é a mais legítima representante dos homens, que nos séculos XV e XVI assombraram o mundo com os seus feitos de epopêa; como sereis os continuadores dêsses heróis, que, ainda há pouco, num arranco de audácia, guiados pela sciência, descobriram, pelos ares, o caminho, que, pelos mares, há mais de 400 anos levaram os nossos navegadores às terras do Novo Mundo. Cai sôbre os vossos ombros a tradição de feitos, que projectaram sôbre a Pátria uma glória imorredoura; honrai-a, cumprindo o vosso dever.

A presença dos Srs. almirantes e oficiais da armada a esta homenagem a um general, mostra a solidariedade de toda a família militar, bem necessária à defesa e à prosperidade da Pátria.

*
* *

¡Alunos das Escolas Militares! A comissão organizadora desta sessão, que teve em vista promover uma homenagem ao venerando General, entendeu aproveitar a oportunidade de vos oferecer uma alta lição moral. Pois bem: tenho, em nome dela, a subida honra de vos apresentar o Sr. General José Estêvão de Morais Sarmento, que, há mais de meio século, trabalha honrada e ininterruptamente em benefício do exército e da Pátria. Imitai-o, e tende sempre presente, «que o amor ao trabalho é a fonte de todas as prosperidades, e a prática da virtude a felicidade de toda a consciência honesta».

*
* *

Vou terminar; demasiadamente tenho abusado da vossa benevolência.

Dizia há 25 anos o Sr. General, que seria loucura contestar que a alma nacional não estivesse invadida pela descrença, e dominada pelo egoismo; hoje, porém, êsses dois terríveis inimigos corroem já tão profundamente o organismo da nação, que, a não se lhe acudir pronta e enèrgicamente, ela cairá a pedaços perante a inconsciência ou a criminosa indiferença de todos nós.

Contudo eu tenho esperança. Repugna-me admitir que uma Pátria com oito séculos de existência, que manifestou a sua vitalidade afirmada na autonomia, que praticou feitos que assombraram o mundo, que tem uma história, uma língua, uma literatura e uma arte próprias, que tem, emfim, uma alma colectiva queira, ou possa, dar por finda a sua missão histórica.

Não pode ser. É necessário que se oriente a política da nação num regime de liberdade, em que possam viver solidárias todas as consciências, porque a Pátria não é dos partidos politicos, nem das confissões religiosas, nem das classes, nem das associações, nem dos centros, nem dos grupos, nem deste, nem daquele, porque a Pátria é de todos nós.

É indispensável nortear a administração em todos os seus gráus, e no exercício de todas as suas funções, pelos princípios da mais inteligente e restrita economia, e pelas normas da mais áustera moralidade.

É urgente orientar a educação geral, criando e desenvolvendo capacidades intelectuais, energias físicas e qualidades morais que impulsionem o trabalho útil, e estabeleçam a disciplina social, escorraçando o parasitismo, que em todos os ramos de actividade suga a economia da nação.

É inadiável restabelecer o império da lei e da justiça perseguindo o crime, o vício e a imoralidade, que alastram pavorosamente no meio social; como é inadiável desenvolver uma intensa acção moralizadora, capaz de pôr uma barreira a êsses dissolventes da prosperidade da Pátria.

E seja ainda permitido a um velho oficial, que alguns anos dedicou ao estudo das sciências militares, afirmar a necessidade de uma organização do exército, que, dentro dos nossos recursos, permita uma eficaz defesa do país. O Sr. Ministro da Guerra, que muito respeito pelas funções que exerce e muito considero pelo seu elevado carácter, sabe bem que sou sincero nas minhas afirmações.

A situação angustiosa do país não se pode nem se deve ocultar, nem dissimular; a consciência pública impõe a salvação da Pátria.

¿Quem marcha para a campanha? Todos os que tiverem competência, patriotismo e respeito pelas leis; porque na hora presente, a acção de um homem por maior que seja o seu prestígio, ou de um partido por maior que seja a sua fôrça política ou a sua boa vontade de que não duvido, não pode, por si só, debelar a crise em que nos debatemos. Se os que têm por missão guiar os destinos da Pátria, e aqueles a quem compete executar e colaborar na obra de salvação comum não cumprirem o seu dever, não poderão legar aos seus filhos a Patria, que receberam dos seus maiores.

Creio, Srs., que não andarei muito longe das ideas do venerando General.

José Joaquim Mendes Leal,
Coronel de Reserva.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Teatro de Cordel — Subsidios para a historia do Teatro português, por Albino Forjaz de Sampaio. Lisboa, Imp. Nacional, 1922.

Arquivos do Instituto de Anatomia Patológica e Patologia Geral de Coimbra — Vol. X (1921-1922). Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.

Skrifter utgifna af Kungl. Humanistika vetenskaps-samfundet. Upsala, A.-B. Akademiska Bokhandeln, Leipzig osso Harrasowitz.

Luis de Almeida Braga, por Pinto da Rocha. Lisboa, Portugalia Editora, 1922.

O Comércio de Portugal e os mercadores do Brasil, por Aristides de Sousa Mendes. 1922.

Arquivos do Instituto Bacteriológico Camara Pestana — Tom. V. Fasc. II, publiés sous la direction de A. Bettencourt. Lisboa, 1922.

Contribucion al estudio de la reina de Portugal, hermana de Carlos V, Doña Catalina de Austria — Discurso leido ante la Real Academia de la Historia, por el Excmo. Sr. D. Felix de Llanos y Torriglia y contestación del Excmo. Sr. D. Gabriel Maura y Gamazo. Madrid, Imp. de la «Rev. de Arch. Bibl. y Museos», 1923.

IV Centenario de Elio Antonio de Nebrija (1522-1922). — Grandioso homenaje celebrado en su honor, en la antigua Universidad Complutense, por los Alumnos de Literatura del Instituto de Cisneros y de las Escuelas Pias, presididos por el Ilmo. Sr. D. Mario Mendez Bejarano, con un prólogo del R. P. José Olea, Escolapio. Madrid, Escuela Tipográfica Calasancia, 1923.

A propósito de António Cândido — Edição do autor, por Eduardo de Sousa. Porto, 1923.

Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra — Ano VII, N.os 61 a 65. Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.

O Archeologo Português — Vol. XXIV, 1919 & 1920. Lisboa, Imp. Nacional, 1920.

Louis Pasteur — Discurso que, em comemoração do 1.º Centenário do seu nascimento, foi pronunciado por Virgilio Machado. Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa, 1923.

Saudades da Terra — Livro III, por Gaspar Fructuoso. (Edição comemorativa). Ponta Delgada, Ilha de Santa Maria, Tip. do «Diário dos Açores», 1922.

Vitraes Alheos, por Annibal de Bethencourt B. Bicudo e Castro. Ponta Delgada, Açores, S. Miguel, MCMXXII.

Los limites de las manchas arcaicas y primarias en los confines de la provincia de Huelva con el Alemtejo en Portugal, por Enrique Dupuy de Lôme y Pedro de Novo. Madrid, Imp. de Ramona Velasco, 1923.

A Razão experimental — Logica é Metafisica, por Leonardo Coimbra. Ed. de «A Renascença Portuguesa». Porto, 1923.

Jesus, por Leonardo Coimbra. Ed. de «A Renascença Portuguesa». Porto.

Pastorais, por Mario Beirão. Ed. de «A Renascença Portuguesa». Porto, 1923.

Anfora Partida, por Pina de Morais. Ed. de «A Renascença Portuguesa».

Por via da Guerra — Contos, por Alexandre Malheiro. Ed. de «A Renascença Portuguesa». Porto, 1923.

A ave de rapina — Drama rural em 3 actos, por Americo Durão. Ed. de «A Renascença Portuguesa». Porto, 1923.

Cruzeiro do Sul — Crónicas da Travessia aérea do Atlantico, com um prefácio e autógrafo de Gago Coutinho, por Norberto Lopes. Ed. de «A Renascença Portuguesa». Porto.

Cartas inéditas da Rainha D. Estefânia, prefaciadas e comentadas por Júlio de Vilhena. Coimbra, Imp. da Universidade, 1922.

D. Pedro V e o seu Reinado — Novos documentos — Suplemento, por Júlio de Vilhena. Coimbra, Imp. da Universidade, 1922.

Florilegio de provérbios concanis, traduzidos, explicados, comentados e comparados com os de linguas asiaticas e europeias, por Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado. Coimbra, Imp. da Universidade, 1922.

Jornal de Sciências Matemáticas, Fisicas e Naturais — Tomo III, N.os 10 e 11, publicado sob os auspícios da Academia das Sciências de Lisboa. Lisboa, Imp. Nacional, 1922.

Boletim da Classe de Letras — Vol. XIV, 1920. Coimbra, Imp. da Universidade, 1922.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 4$50

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 3$50

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 3$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 2$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 2$50

Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, palo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 3$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 2$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Mañoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º — 1923
N.º 5 — Maio

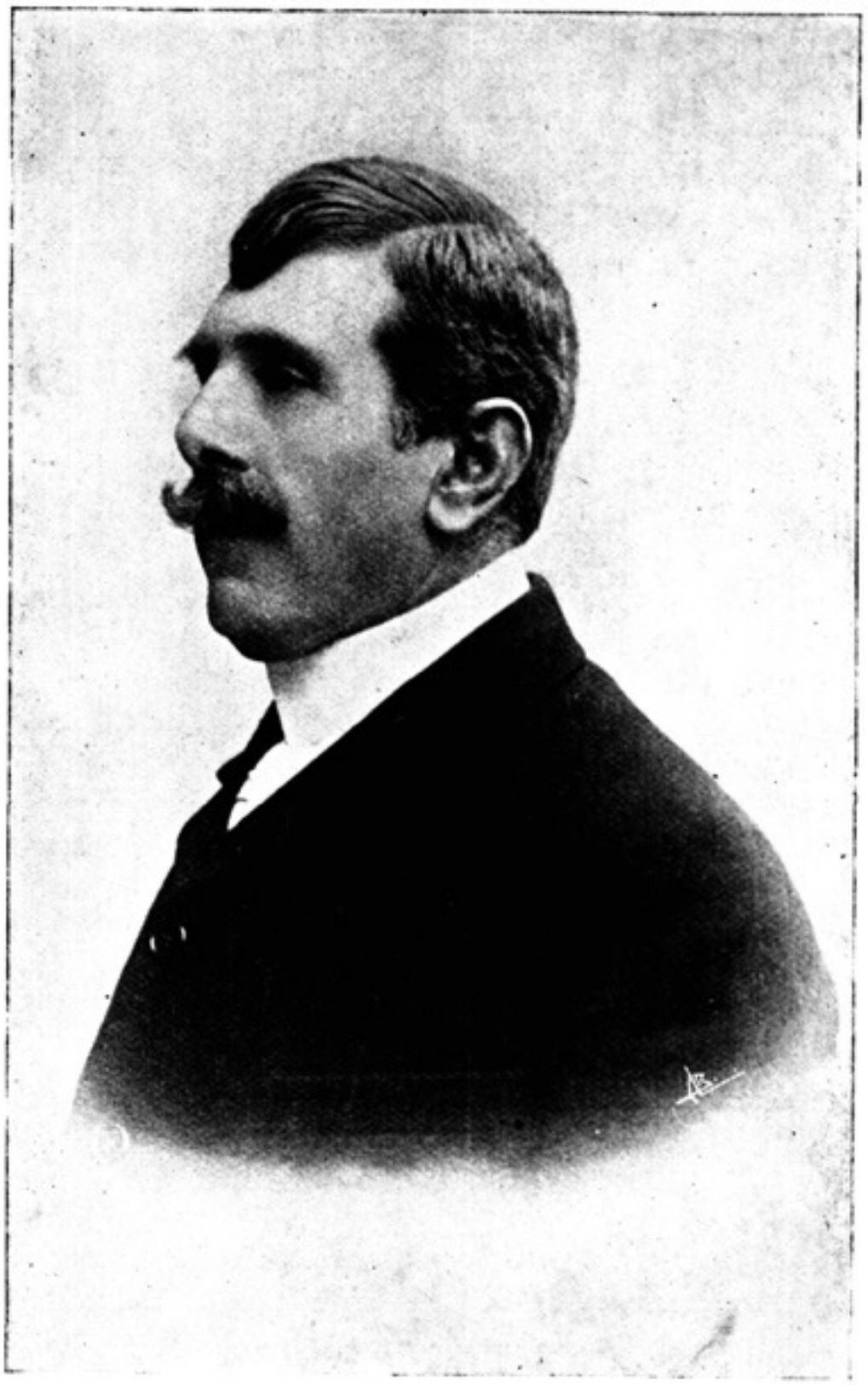
COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Conde de Sabugosa, por EUGÉNIO DE CASTRO 193
Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, D. José de Meneses (1705-1710), por JOAQUIM DE CARVALHO 196
A fronteira hispano-portuguesa (Ensaio de geografia política), por ARTUR DE MAGALHÃES BASTO..... 211
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por SOUSA VITERBO..... 226
Terras de Odiana, por P. M. LARANJO COELHO..... 234



CONDE DE SABUGOSA

CONDE DE SABUGOSA

Há precisamente dois meses, regressando eu de Paris a Coimbra, lamentàvelmente estropiado pelas conseqüências dum desastre sofrido semanas antes em Toulouse, informou-me minha Mulher de que nessa manhã recebera um telegrama do Conde de Sabugosa, pedindo-lhe notícias do meu estado. No dia imediato — 19 de Maio — os jornais de Lisboa diziam achar-se perigosamente doente aquele titular, que faleceu no dia 21.

Não têm conta as finezas que, durante uma estreita e afectuosíssima convivência de trinta e tantos anos, devi ao último Mordomo-Mór da Casa Real, mas, neste momento, recordando-as tôdas, nenhuma me sensibiliza tanto como esta última com que êle me provou a sua preciosa estima, lembrando-se ainda, às portas da morte, de mim e da minha saúde.

Na minha idade, se um grande amigo nos morre, como que morre um bocado de nós próprios. Foi essa a impressão que tive perante a morte do Conde de Sabugosa, sentindo-me diminuído e mutilado. Há muito que vivíamos em terras diferentes, vendo-nos raramente; mas, carteando-nos a miúdo, a miúdo nos conferíamos, e progressivamente estreitávamos os laços que nos prendiam alma com alma, espírito com espírito.

Há muitos anos já que eu, ao terminar qualquer trabalho literário, invariàvelmente preguntava a mim mesmo:

— ¿Que pensará disto o Sabugosa?

Para me julgar, não queria eu outro juiz, tão funda era a minha confiança na sua eqüidade e no seu gôsto.

Nunca mais, desgraçadamente, poderei fazer aquela pregunta, mas ainda há dias, concluindo uns versos, dolorosamente fiz esta outra:

— ¿Que pensaria disto o Sabugosa, se fôsse vivo?

Vendo aqui defronte o seu retrato, relendo as suas últimas cartas, folheando os seus livros, custa-me a acreditar que

êle tenha morrido, tão vivo o sinto dentro do coração, tão claramente lhe ouço ainda a voz carinhosa e grave. E perante a amarga certeza de que êle realmente morreu, eu que, nas minhas raras idas a Lisboa, levava sempre como supremo motivo da viagem o prazer de passar belas horas no hospitaleiro palácio de Santo Amaro, sinto um arripio doloroso, se me lembro de que, ao voltar um dia a Lisboa, em vez de ir abraça-lo a Santo Amaro, de me sentar à sua mesa e de me chegar ao seu ouvido para vencer a sua surdez, terei de ir rezar pela sua alma diante do seu jazigo no cemitério dos Prazeres.

*
* *

Na pessoa de António Maria Vasco de Melo Silva Cesar e Meneses, 11.º Conde de Sabugosa, que na côrte de Portugal luziu envergando, coberta de condecorações, a sua radiosa farda de Mordomo-Mór da Casa Real, e que, expirando, foi humildemente amortalhado, por determinação sua, com o hábito de São Francisco, nessa pessoa tão distinta, tão bondosa e tão inteligente, perdi eu o melhor dos amigos e Portugal um dos seus filhos mais ilustres.

«Ninguem há que seja insubstituível», diz a Sabedoria das Nações num aforismo doloroso para a vaidade dos homens.

Mas tôda a regra tem excepções; e assim é que eu, por mais que rebusque em tôrno de mim, não vejo quem possa inteiramente substituir o Conde de Sabugosa, três vezes fidalgo, pelo sangue, pelo espírito e pelo coração.

Pode a gente encontrar, esparsas por indivíduos diversos, as altas qualidades intelectuais e morais do morto ilustre de quem estou escrevendo cheio de saüdade; mas com certeza as não poderá encontrar reunidas num só homem, como êle as reüniu harmoniosamente, imprimindo a mesma elegância natural e amável em tôdas as manifestações exteriores da sua sensibilidade apuradíssima, consolando um lûto ou festejando uma alegria, dando uma esmola ou uma flor, falando com uma rainha ou com um miserável.

*
* *

Perfeito fidalgo em tudo, aliando a maior modéstia à maior distinção; inquebrantável nos seus princípios religiosos e políticos, mas generosamente tolerante para com os adver-

sários; ardente patriota, tão apaixonado pelas tradições como pelos progressos da sua terra; alma cristianíssima, cheia de caridade e de resignação; amigo incomparável e espelho das maiores virtudes domésticas: o Conde de Sabugosa foi também um artista e um escritor de altos méritos.

Na sua mocidade, galhardamente versejou, segundo o ritual da época, que era o *parnassiano,* publicando os seus amáveis *Poemetos,* onde motivos e fórma revelam, verso a verso, a delicadeza do seu temperamento poético. Mas onde os seus dotes literários mais brilhantemente se manifestaram, acompanhados pela denúncia do maior patriotismo e da maior *virtuosidade* artística, foi na preciosa e extensa galeria das suas monografias históricas: *Embrechados, Donas dos tempos idos, Gente d'algo, Neves de Antanho* e *A Rainha D. Leonor*,

Nesses livros, em que a minúcia dos detalhes, o rigor histórico e o explendor das tintas fazem do Conde de Sabugosa um consumado pintor de *género,* uma espécie de Meissonnier das letras portuguesas, deslizam, numa luz mágica de ressurreição, as mais variadas e interessantes figuras da nossa história, ingénuos vultos de lenda e violentas sombras de tragédia, princezas e mareantes, frades e bobos, monjas e trovadores. Essas páginas, em que revive a decorativa pompa da velha côrte portuguesa, são e serão sempre um doce e absorvente refúgio, onde as almas, adormecidas pelo ópio da arte, deliciosamente logram esquecer-se da grosseria presente, como nelas, ao escrevê-las, o seu autor se esquecia das atrocidades dum destino adverso, que tantas vezes e tão cruelmente esperimentou a rijeza heróica da sua alma.

O escritor, que em grandeza igualou o fidalgo, bem podia inscrever como epígrafe no frontispício das suas obras esta passagem de *Le Sicilien* ou *L'Amour peintre:* «Contre la coutume de France qui ne veut pas qu'un gentilhomme sache rien faire».

EUGÉNIO DE CASTRO.

CARTAS DE JOSÉ DA CUNHA BROCHADO AO CONDE DE VIANA, D. JOSÉ DE MENESES

(1705-1710)

(Cont. do n.º 3, pág. 126)

XXX

Ex.^mo Sñr. Receby a carta de 9 de Abril, q̃ V. Ex.^a teve a bond.^e de me escrever, e como V. Ex.^a me naõ segura ainda q̃ vive restabelecido de suas queixas, fica este favor confundido entre agradecim.^to, e sobresaltos. Corre nova, mas com pouco fundamt.^to, de q̃ o Princepe de Gales com algũa gente franceza passava a Escocia, aonde as coizas estavaõ mal assombradas; o mais certo hé, q̃ naq.^le Reyno ha m.^os descontentes, e q̃ naõ sofrem a uniam com o de Inglaterra, principalm.^te os homens de neg.^o, q̃ tem gr.^des ciumes dos Inglezes, porq̃ lhes tomaõ todo o seo comercio; porem como Escocia hé pobre acha Inglaterra, e a sua Corte facil meyo p.^a a aquietar inviando lhe bons sacos de guinéus. De tudo se infere, q̃ a Gr.^de Bretanha tera dentro de sy mesma q.^m lhe interrompe o socego, e a aplicaçam, q̃ lhe hé necess.^a p.^a cuidar nas outras p.^tes da Europa, q̃ nella se confiaõ e nella poem a sua salvaçam. Dizem q̃ Holanda temendo as coizas de Inglaterra pende p.^a escutar praticas de paz. Alemanha está enfastiada da guerra, e naõ ajunta exercito, como se prometia; o Emper.^or tem o q̃ dezejava, q̃ hé Napoles e Milam; o Duq̃ de Saboya tomou posse de Monferrato Mantuano, q̃ tanto suspiraraõ seos Avós inultim.^te França com forsas iguais em Flandres, com mayores forsas em Alemanha, e Piamonte. De Cast.^a naõ sei nada, mas entendo q̃ S. M.^e Cat.^ca em Barcelona tem apenas com q̃ guarnecer aq.^la praça.

Neste painel se pode ver o lugar, em q̃ ficamos, e q̃ naõ hé m.^to seguro, e merecia outro systema p.^a milhor intro-

duzir as maximas de nossos intereces; mas ou naõ vemos, ou fazemos q̃ vemos outra coiza. Cuido q̃ há desenganos de q̃ a R.ª(56) naõ virá este anno e este receyo desconsola pella obrigaçam de buscar mayores somas p.ª acudir ao luzim.to, e caza do Embax.or, e este hé hoje o gr.de cuid.º, q̃ se naõ quis entender em outro tempo, o q̃ entenderaõ todos os q̃ se naõ intereçaraõ. Ora meu S.r tenha V. Ex.ª saude, e busque nos divertim.tos da campanha aq.les alivios naturaes, q̃ traz consigo a discreta, e douta soledade Estou sempre aos pés de V. Ex.ª como devo. D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 14 de Abril de 1708.

XXXI

Ex.mo Sñr. Receby a carta de 16 de Abril, q̃ V. Ex.ª teve a bond.e de me escrever, e fico sempre com o mesmo susto por naõ achar nella aq.la certeza, q̃ dezejava na segurança da saude de V. Ex.ª, cuja falta faz triste n.º entre as gr.des ruinas de Portugal. A nossa terra athe de novas hé esteril, porq̃ nem a Corte, nem a Campanha fornecem materia, sobre q̃ se possaõ fabricar gr.des discursos, e por esta man.ra tudo o em q̃ se fala saõ ideas a perda de vista sem mais q̃ o corpo, q̃ lhe dá engenhosa imaginaçam de q.m as concebe; hũas saõ tristes, outras alegres segundo a paixam, ou os intereces de seo dono; e este hé confuzam.te o painel do prez.te estado das coizas, em q̃ V. Ex.ª, terá menos q̃ ler, q̃ admirar, pois sendo a conjunctura do tempo taõ fertil de gr.des socorros em todas as Cortes da Europa, só em Portugal amanhece o dia de hoje p.la mesma pauta do dia de hontem. Pode ser q̃ isto seja engano meu, porq̃ hũ destes dias houve hũ gr.de Cons.º de Estado, q̃ durou desde as 7 horas da manhã athe depois do meyo dia: a materia devia ser da mayor importancia, e a rezoluçam seria qual convinha á materia; porem como o naõ sabemos ainda qual hé a execuçam ficamos nos mesmos termos de ignorancia e de esterelid.e Tornamos a ouvir mortes, e socorros de lastima, q̃ socedem de noite, porq̃ as estrellas, q̃ prezidem, ou alumeaõ naq.las horas parece q̃ tambem dormem o seo sono descansado m.to a pezar do off.º, p.ª q̃ foram criadas. A mayor nova q̃ aqui corre hé que V. Ex.ª virá brevem.te; sonhamos

---

(56) Refere-se à futura esposa de D. João V, D. Maria Ana de Áustria.

o q̃ dezejamos. Naõ se falou nunca no levantam.to da moeda, e naõ duvido, q̃ alguns particulares fizessem este discurso q.do se mandou ver no Cons.o da faz.da hũ papel de D. Luiz da Cunha com algũas reflexoens sobre o nosso comercio, e com alguns meyos p.a evitarse a saca do nosso dinh.ro, como V. Ex.a verá do mesmo papel, q̃ vai incluzo. Eu fico sempre na obed.a de V. Ex.a como devo. D.s G.de a V. Ex.a, m.s a.s Lx.a 21 de Abril de 1708.

XXXII

Ex.mo Sñr. O dez.o de saber, e procurar as boas novas da saude de V. Ex.a leva esta carta á sua prez.a alegrando me de ouvir, q̃ V. Ex.a determinava passar p.a Cantanhede, porq̃ infiro desta jornada, q̃ logra V. Ex.a hũa dispoziçam mais robusta. Quizera retribuir a V. Ex.a a paciencia, com q̃ lê as minhas cartas, referindo lhe algũa nova, q̃ ou divertisse, ou informasse o esp.o de V. Ex.a; porem continuamos a estar em hũa pauza de socessos gr.des, esperando q̃ cheguem as postas do norte p.a nos confirmarem, ou desvanecerem as revoluçoens de Inglaterra.

Sabemos segundo afirmaõ alguns Inglezes, q̃ o Princepe de Gales fica em Dunquerque com 8, ou 9 mil homens p.a passar a Escocia, aonde tinhaõ já chegado alguns navios de França com as armas, e provizoens de guerra. Dizem mais, q̃ os Inglezes mandaraõ hũa gr.de esquadra a bloquear o porto de Dunquerq̃, e com esta sua dilig.a frustravaõ a expediçam do Princepe de Gales. Agora acrecentaõ por nova de outro navio, q̃ esta esquadra separada do porto por hũ vento forte dera lugar a q̃ sahisse o Princepe, e q̃ chegasse a Escocia, aonde fora recebydo com gr.de contentam.to, e servido do Duq̃ de Hamilton. Esta noticia ultima merece confirmaçam, e na duvida do socesso andaõ aqui m.to consternados os Inglezes todos assim officiaes, como tratantes: se assim for perdeo a Liga todo o seo azeite; eu espero q̃ a metade deste socesso há mentirozo, e infiro do socedido com as mais inquietaçoens da Corte, q̃ o animo dos Inglezes naõ hade aspirar tanto a continuar a guerra, e q̃ esta campanha hade ser a ultima.

Na nossa Corte naõ se cuida mais q̃ em fazer hũa boa campanha, e p.a o bom principio della se mandaraõ fazer preces publicas ao S.r dos Exercitos pellos frades de todos estes conventos, q̃ o fizeraõ com bastante devoçam, e com

boa muzica, de q̃ D.s se agrada m.to; porem como naõ jejuaram naq.le dia deitaraõ a perder toda a sua devoçam. A provid.a dos nossos min.os tambem ajunta a estas preces as dilig.as humanas, e todos os dias consultaõ o Marq̃ das Minas sobre a direcçam da guerra, q̃ pello seo talento, e experiencias nos segura hũ maduro, e proporcionado conselho. O novo Embax.or de Inglaterra (57) teve audiencia p.ar, ou de incognito, e oiço q̃ nella aprezentara a sua carta de crença, q̃ chamaõ de sello gr.de, ou de chancelaria, donde infiro q̃ naõ tem gr.de inclinaçam a fazer entrada publica. Do Alentejo naõ tem vindo nova algũa, q̃ eu saiba, mas este silencio naõ durará m.to tempo, porq̃ a sezam começa a dispor, e a facilitar o campam.to dos exercitos. Agora recebo a carta de 23 de Abril, q̃ V. Ex.a me fez m.ce de escrever, p.la qual rendo a V. Ex.a mil graças, e mil resp.tos sentindo q̃ esta nova fluxam retarde a saude de V. Ex.a D.s G,de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 27 de Abril de 1708.

XXXIII

Ex.mo Sñr. Receby com a veneraçam, q̃ devo, a carta de 30 de Abril, q̃ V. Ex.a me fez m.ce de escrever, e rogo a D.s q̃ fortifique a saude de V. Ex.a á medida de nossa necessid.e, e á satisfaçam de nossos votos. Chegaraõ trez Paquebots, e naõ trazem mais, q̃ hovesse desvanecido a interpreza contra Escocia. Foi verd.e, q̃ o Princepe de Gales sahio de Dunquerq̃ com hũa esquadra pequena assim em navios, como em força, e q̃ levava sinco mil homens com m.os officiaes Inglezes, e Irlandezes, q̃ haviaõ passado a França com seo Pay. Chegou á altura de Edimbourg Cap.al de Escocia, e naõ desembarcou, ou porq̃ a praya estava defendida, ou porq̃ apareceo a esquadra de Bing, e foi obrigado a voltar a França perdendo hũ navio g.de com 700 homens, e m.os cabos Inglezes, e Francezes. O Porto de Dunquerq̃ foi mal guardado pello Gen.al Inglez, porq̃ o Princepe sahio sem elle o perceber, e ainda q̃ depois o foi tapar em Escocia naõ lhe fez o dano, q̃ a R.a dezejava, e de q̃ o povo o culpa; e seria a cauza, ou porq̃ naõ quis chegarlhe,

---

(57) Conde de Galloway, embaixador extraordinário. Cf. *Quadro elementar das relações politicas e diplomaticas de Portugal...*, vol. 18, (Lisboa, 1860), pág. 257. Vid. as notas 11 e 39.

ou porq̃ o vento o naõ deixou, e esta 2.ª hé a mais certa. Naõ consta q̃ naquelle Reyno houvesse o movim.to, q̃ se entendia segundo o estado de suas coizas; e nestes termos teve pouco fundam.to aq.la expediçam, e q.m cuida, q̃ ella foi som.te ordenada a fazer medo, e a embrulhar os esp.os em desconfiansas, e ciumes naó tem razam, porq̃ por similhante cauza naõ se sacrifica hũ Princepe, e tantos homens, e navios. A verd.e hé, q̃ França se persuadio, q̃ os animos em Escocia tinhaõ suficiente dispoziçam p.a receber o Princepe. Hé também verd.e, q̃ p.a esta persuazam naõ havia adequado motivo; porem todas as Cortes tem seo pecado original, ou seo humor dominante. Assim a Corte de Viena hé lenta, assim a de Espanha hé insensivel, assim a de Inglaterra hé impaciente, assim a de Holanda hé pensativa, e assim a de França hé lig.ra O talento do min.o dos neg.os estrang.ros contribue m.to p.a esta facilid.e por ser moço, e nacido nas fortunas de seo amo. Os animos dos Inglezes Whigs estaõ agora mais q̃ nunca irritados contra os Thories por entenderem, q̃ entre elles ha q.m fomenta os descontentam.tos, q̃ daõ imagem a estas invazoens. Pedem contas ao gr.de thezoireiro, e querem q̃ com efeito haja sobre pé todas as tropas, q̃ pagaõ, e q̃ prometem; porem isto na entrada da campanha hé remedio, q̃ todo fica no estomago do enfermo. Eu comtudo naõ creyo, q̃ lhe dure m.to a paixam de continuar a guerra, principalm.te se os Presbiterianos conseguirem q̃ venha p.a Inglaterra o Princepe de Hanover apezar dos Anglicanos. Esperavase o Princepe Eugenio p.a conferir na Haya com o Gen.al Inglez os projectos das campanhas, como V. Ex.a verá dessas cartas, aonde naõ ha coiza de mayor significaçam, q̃ nos dê materia p.a gr.de discurso.

O nosso Embax.or tem quasi concluida a sua negociaçam, e dizem, q̃ pode voltar com a futura R.a por todo o mez de Junho; porem q̃ ainda naõ estava rezolvido se havia de vir por Holanda, ou Italia; nestes termos parece, q̃ as suas instrucçoens foraõ bem justas, ou q̃ a Corte de Viena se ajustou bem a ellas. Naõ oiço q̃ no Palacio do S.r Infante D. Fr.co se fassa obra algũa p.a a comodid.e da Princeza, q̃ houver de ser sua m.er, e assim o Embax.or virá mais lig.ro (58)

---

(58) Brochado insinua nesta passagem o malogro do casamento do Infante D. Francisco, irmão de D. João V, com uma das arquiduquezas de Austria — o «terceiro» dos «pontos principais» que o embaixador Conde de Vilar Maior devia tratar em Viena. O embaixador chegou

O papel sobre o comercio p.ª impedir a saca do nosso dinh.ro se vio no Cons.º, aonde eu votei, q̃ aq.le neg.º era graviss.º, e q̃ naõ cabia no expediente do Cons.º misturado com tantos outros neg.os, e q̃ imitando a outros Princepes devia El Rey criar hũa junta p.ª esta direcçam com hũ Prezid.te, e dois min.os de letras com os deputados informantes homens de neg.º, q̃ parecessem necess.os, aonde se trataria cada materia separadam.te com as instrucçoens convenientes p.ª hir remediando p. p.es hũ dano, q̃ se naõ pode curar com remedios topicos, e hé necess.º investir, e dissipar a cauza delle. Assim se vençeo, e se fez consulta nessa forma. Eu entendo q̃ V. Ex.ª seria do mesmo parecer, suposta a varied.e de coizas, q̃ haviaõ de ser vistas, examinadas, e correctas. Naõ creyo porem, q̃ se fassa obra algũa em hũ tempo, em q̃ as nossas coizas estaõ mais sugeitas a Marte q̃ a Mercurio. Fico na obed.ª de V. Ex.ª com profundo resp.to D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 5 de Mayo de 1708.

XXXIV

Ex.mo Sñr. Esta carta de 7 de Mayo, q̃ V. Ex.ª me fez a honra de escrever, formaria mais hũa culpa ao meu agradecim.to, se na humild.e delle coubera mais remuneraçam, q̃ confuzam, e silencio. No mesmo dia da posta passada chegou outro Paquebot, e torno a remeter a V. Ex.ª, as cartas e gazetas, q̃ nelle tive, as quais repetem a mesma confirmaçam da volta do Princepe de Gales, e algũa luz dos projectos da campanha, e com ella naõ veremos ainda bem claro quais podem ser os socessos, porq̃ as forsas, e movim.tos do inimigo rompem m.tas vezes as medidas, q̃ se projectaõ no cabinete, principalm.te devendo ser m.tos, e diferentes intereces os q̃ as imaginaõ, os q̃ as executaõ, e os q̃ contribuem p.ª a pratica dellas. Naõ creyo q̃ tenha conseq.as o atentado de Veneza, nem comprehendo como aq.les R.dos Pantaloens dando por certa a ruina de Inglaterra quizessem degradar o seo min.º das imunid.es do caracter, porq̃ ainda q̃ o Princepe de Gales sobisse sobre o trono de Inglaterra naõ havia de agradar se daq.la violencia, e daquella injuria; alem de q̃

---

a solicitar a mão de D. Maria Madalena, filha mais nova do Imperador de Áustria. Êste pedido, porém, não foi atendido. Vid. o já citado Francisco da Fonseca, *Embayxada do Conde de Villar Mayor*, pág. 285, 294 e 296.

o comercio daq.le Reyno com este, ou com aq.le governo sempre hé util, e necess.º aos Venezianos; e assim naõ comprehendo como a politica sempre circunspecta, e sempre timida de hũa Republica sezuda ordenasse hũ insulto taõ estranho aos seos intereces, e ás suas forças. Nas mesmas novas verá V. Ex.ª, q̃ nos prometem gr.des socorros p.ª o mez de Iulho, q̃ hé o mesmo, q̃ p.ª a campanha do Oitono. D.s nos tire com bem da campanha da Primavera, e entam nos diraõ, q̃ estamos livres na do oitono, e tornaremos a esperar p.ª a outra Primavera, digerindo sempre mal os nossos temores, e as nossas mizerias. Querem nossos inimigos começar pello mais dificultozo p.ª acabar sem gr.de custo o mais facil, e por isto emprendem prim.ro conquistar França, e depois Espanha.

A chegada da nossa futura R.ª naõ me parece, que está taõ proxima como eu cuidava, porq̃ me disse Diogo de Mendonça, q̃ se nomeavaõ comissarios em Viena p.ª regular, e estimar, e aceitar o dote, q̃ vem a ser as arras, q̃ hade haver em cazo de vencer em dias a El Rey seo futuro marido, e q̃ as d.as arras se haõ de pagar em Alemanha ou aonde a R.ª quizer viver, naõ havendo filhos do matrimonio. Sobre esta proposta se fez hũ Cons.º de Estado, e vai respondida. Tambem oiço, q̃ se insinuara ao Embax.or, q̃ devia mandar vir procuraçam, p.ª q̃ algũ Soberano fizesse os despozorios em nome d'El Rey. Naõ duvido q̃ venhaõ ainda mais duvidas, de q̃ a Corte de Viena hé abundante, e todas queria V. Ex.ª prevenir propondo q̃ este neg.º se conferisse prim.ro com algũ min.º do Emper.or antes da partida publica do nosso min.º; e assim o dis todo este povo, e eu o creyo da gr.de penetraçam de V. Ex.ª Os min.os de Viena tem razam de nos porem todas as condiçoens, q̃ quizerem, pois vem q̃ com provid.ª imaturada naõ só mandámos Embax.or a Viena, mas com elle a caza da R.ª, q̃ ainda naõ havia (59).

Oiço q̃ o Duq̃ de Mantua apadrinhado pello Papa pedira a El Rey N. S.r, q̃ quizesse S. Mg.e escrever hũa carta ao Emper.or a favor da restituiçam de seos Estados e q̃ vendose este neg.º em Cons.º de Estado votaraõ alguns min.os,

---

(59) Brochado acrescenta nesta página algumas notícias, pouco conhecidas, senão ignoradas, às que o cronista Francisco da Fonseca relatara na já citada *Embayxada do Conde de Villar Mayor*... Vid. especialmente o cap. VIII, de cuja panegírica e discretíssima narração se depreendem as reservas e impertinências da côrte de Viena.

q̃ se negasse a carta, porq̃ da restituiçam do Duq̃ se havia de seguir hũa gr.de utilid.e a El Rey de França, poupando a gr.de pensam, q̃ paga ao d.to Duq̃; e q̃ outros min.os deliberaraõ q̃ Smg.e devia conceder esta intercessam, porq̃ era da sua grandeza, e da sua Soberania naõ negar a hũ Principe despojado, e pobre hũa recomendaçam taõ justificada na mesma mizeria do Duq̃. Dizem-me q̃ prevaleceraõ os 1.os votos. Eu se fora capaz de falar nesta materia dissera a El Rey, q̃ podia dar hũa, e m.as cartas, porq̃ nem por isso o Emper.or havia de fazer o q̃ Smg.e lhe pedisse, como tambem El Rey de França naõ deixou de queimar Genoa pellos off.os q̃ lhe mandou passar El Rey, q̃ D.s tem. A caza de Mantua hé hũa das mais antigas, e das mais ilustres, q̃ tem a Europa, e merecia a sua afliçam mais gracioso acolhim.to, e q̃ El Rey N. S.r lhe respondesse com expressoens de amizade, e de comizeraçam prometendo lhe, q̃ pello seo min.o na Corte de Viena mandaria passar off.os eficazes em benef.o da sua caza. Esta promeça naõ obrigava a El Rey a fazer injustiças, nem impossiveis. Devia escrever ao Seo min.o, q̃ se informasse dos termos, em q̃ se achava a condenaçam do Duq̃ de Mantua, e q̃ estando em termos de restituiçam falasse por elle, e em seo nome ao Emper.or Esta couza ainda naõ está com o ultimo sello, e nestes termos pode ter restituiçam na paz, nem ella se havia de concluir com tanta preça, q̃ ficasse El Rey de França com tempo de aplicar p.a as despezas da guerra a pensam de 100 mil cruzados, q̃ paga ao Duq̃ de Mantua. Enfim nôs somos nesta guerra os mais zelozos da causa comũa; com todo o mundo queremos quebrar, e nos parece, q̃ depois da guerra naõ havemos necessitar de pessoa algũa. Ora, S.r, perdoe V. Ex.a a levidam do meu discurso taõ pobre, e despido do justo, e do verdad.ro El Rey N. S.r teve hũ afrontam.to na audiencia de anteontem, recolheuse, tomou alguns remedios, e ontem se purgou com bom socesso. Este Princepe come m.to, naõ faz exercicio, e passa todo o dia ouvindo historias da carochinha. Fico na obed.a de V. Ex.a como devo. D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 12 de Mayo de 1708.

XXXV

Ex.mo Sñr. Receby a carta de 14 de Mayo, q̃ V. Ex.a em continuaçam de suas bond.es me fez m.ce de escrever, pella qual rendo a V. Ex.a mil resp.tos, e mil graças.

Quizera dar a V. Ex.ª algũa nova do nosso exercito, mas elle hé a coiza entre m.tas q̃ há, de q̃ eu naõ sei nada; oiço q̃ está no mesmo sitio entre Caya, e Cayolla com 21 batalhoens, e 34 esquadroens, comprehendidas neste n.º as tropas estrang.ras, porem q̃ se esperavam ainda algũa gente da Beira, e em cazo de necessid.e se poderiaõ tirar das Praças alguns regim.tos (60). O exercito do inimigo se reforçou com mais tropas, e algũas vieraõ de Barcelona; fica no mesmo campo entre o Guadiana, e Xevora, e athe hoje naõ sey q̃ tenha havido algũa acçam; se assim for athe o fim da campanha naõ teraõ m.to q̃ fazer nem os gazeteiros, nem os campanarios. Chegou outro Paquebot, em q̃ naõ tive nova algũa mais q̃ hũa carta de duas regras, q̃ me escreveo D. Luiz da Cunha remetendose aos avizos antecedentes, q̃ nem foraõ m.tos, nem gr.des Dizem-me porem, q̃ a negociaçam de hũ e outro cazam.to estava m.to adiantada, e q̃ os Inglezes tinhaõ já prometido hũa esquadra p.ª conduzir as duas Augustas noivas no fim deste veram, e eu assim o creyo já, porq̃ o amor, e o interece costuma dar azas ás suas negociaçoens; e assim naõ duvido, q̃ a gr.de conveniencia do Emper.or, e a gr.de fineza d'El Rey q̃ D.s g.e obrem milagres neste ajuste, e neste transporte. Suponho, q̃ chegada

---

(60) O Marquês de Fronteira, D. Fernando Mascarenhas, nomeado governador das armas do Alentejo em Abril de 1708, dispôs desde logo «todos os aprestos necessarios para compor um exercito, puxando para isso gente de todas as provincias deste reino, e da guarnição da Côrte de Lisboa, e seis regimentos de infanteria ingleza, que toda ella com a portugueza, dizem faziam o numero de 12:000 infantes, e perto de 4:000 cavallos; e com esta gente saiu da dita praça de Estremoz, e veio alojar no sitio da Fonte dos Sapateiros, aonde chegou quinta feira dia da Santa Cruz 3 de maio d'este dito anno de 1708 e n'este sitio esteve abarracado sete dias, e d'aqui, uma quarta feira 9 de maio, marchou para a serra do Bispo, e veio alojar todo o exercito entre a ribeira de Cayola e o rio Caya, na herdade da Coelheira, e mudando-se logo a outro dia para baixo, defronte do moinho do Tufo, engrossou mais o exercito com os terços que tinham ficado guarnecendo Elvas e Campo Maior e Olivença, e com outros que chegaram da Beira, e alguma cavallaria; e com toda esta gente passou o rio Caya por ponte de barcas, e alojou junto à Godinha, defronte das Barrancas, e depois d'alguns poucos dias, tornou a passar Caya, e veio marchando pelo mesmo rio abaixo, até chegar por baixo das Caldeiras, onde pernoitou; e do dia seguinte pela manhã que foi terça feira 26 do dito mez, marchou Guadiana abaixo, e passou este rio pella ponte de Olivença, a abarracou junto da ribeira de Valverde, e d'aqui se mudou o dia seguinte, quarta feira pela dita ribeira acima, até onde chamam os Azevedos». Gama Palha, *Relação* cit., pág. 84-85.

a nova de se haverem celebrado os esponsaes de prez.te se mandaraõ fazer luminarias com beija mam publica. Ficase trabalhando na ponte com toda a preça, e hoje encomendou Smg.e ao Conde de V.a Verde a direcçam, e intendencia de hũ gr.de fogo de artificio, p.a o qual suponho, q̃ se haõ de aplicar as decimas ecleziasticas, q̃ como este elem.to hé mais celeste, e mais sublime hé necess.o q̃ a consignaçam seja mais espiritual, e mais perfeita. Tambem oiço, que se entende sobre a cavalharice p.a augm.to, ou reforma della, e assim brevem.te teremos duas cortes novas (61), e toda esta Cid.e hade arder em festas, e em alegrias. Tenho hũ gr.de sentim.to a favor da caza de Austria, e consiste em q̃ a Princeza Palatina foi recebyda por El Rey q̃ D.s tem sendo seo Proc.or hũ Marq̃, e Conselh.ro de Estado, e agora hũa Archiduqueza hade fazer a mesma celebraçam por hũ min.o, q̃ naõ hé mais q̃ Gentilhomem da Camara; e p.a suprir este inconveniente votava eu, q̃ ao nosso Embax.or se mandasse o titulo ao menos de Marq̃, q̃ se lhe fizesse a honra de Conselh.ro de Estado; e creyo q̃ se houvera q.m o propozesse a El Rey seria logo executado este meu parecer, porq̃ o S.r Marq̃ de Alegrete naõ hade querer falar a Smg.e a favor de seos particulares.

O neg.o sobre o comercio teve a rezoluçam, q̃ se esperava, porq̃ Smg.e o encomendou a Diogo de Mendonça Corte Real, e já elle chamou á Secretaria alguns homens de negocio, e min.os de letras, e lhes encomendou, q̃ cuidassem naquella materia, e q.do tivessem bem cuidado nella tornariaõ á secretaria p.a se discursar, e rezolver o q̃ fosse mais conveniente ao nosso comercio. Tambem disse, q̃ seria bom fazer hũa Ley p.a dar preço certo ao cambio, q̃ vale o mesmo q̃ dar consistencia ao azougue, ou fazer hũa fortaleza no Barlavento. Sinto m.to q̃ no Cons.o da faz.da se fassaõ injustiças a V. Ex.a, eu pello menos naõ vi mais q̃ hũa petiçam em nome de V. Ex.a, p.a q̃ o seo ordenado de estrib.ro mor naõ entrasse no rateyo, e depois dos despachos instructivos se lhe deferio hoje, q̃ a adicçam de V. Ex.a se havia de reputar como ordenado, e ser paga com preferencia, e sem rateyo, como V. Ex.a saberá milhor.

Logre V. Ex.a a saude, q̃ todos lhe dezejamos, e q̃ lhe dezeja todo esse povo de Condexa, a q.m hé fama publica

---

(61) Brochado tem em vista tambem o casamento do Infante D. Francisco. Veja-se a nota 58.

faz V. Ex.ª tantas carid.es, e tantas honras, e na verd.e, S.r, q̃ as maravilhas, q̃ contaõ de V. Ex.ª naõ saõ ouvidas por mim sem lagrimas de gosto. Fico na obediencia de V. Ex.ª como devo. D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 19 de Mayo de 1708.

XXXVI

Ex.mo Sñr. Esta carta serve como de errata á outra, q̃ hoje escrevi a V. Ex.ª Naõ há duvida, q̃ naõ vem Princeza p.ª o S.r Infante, e a razam, ou pretexto hé, q̃ a destinada p.ª elle chamada Magdalena era doente e sempre indisposta de varios acidentes(62); e esta materia está decidida, segundo me dizem agora, e V. Ex.ª o saberá milhor.

Tambem me dizem q̃ ao S.r Marq̃. de Marialva se encomendaraõ as equipagens, e mais coizas pertencentes áquelle estado; o d.º S.r entrou de semana, porq̃ o S.r Marq̃ de Alegrete necessita de tomar alguns remedios. Tambem se fala em toirinhos, e tudo hé galhofa; mas eu naõ sei por onde anda Bay.

Fico como devo ás ordens de V. Ex.ª D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 19 de Mayo de 1708.

XXXVII

Ex.mo Sñr. Receby a carta de 21 de Mayo, q̃ V. Ex.ª me fez honra de escrever habilitando a minha indignid.e p.ª taõ alto exercicio. Com admiraçam, e com lastima leyo, e torno a ler esta carta de V. Ex.ª Admirame o discurso, com q̃ V. Ex.ª fala nas coizas do mundo, ou p.ª milhor dizer, a penetraçam, com q̃ V. Ex.ª as advinha, e lastimome de q̃ os achaques de V. Ex.ª privem os Cons.os d'El Rey de hũ voto taõ solido, taõ sustentado de instrucçoens, e de zelo; emfim se nos perdermos por castigo de nossos pecados naõ quer D.s q̃ V. Ex.ª assista nos Cons.os, e se houvermos de nos sustentar, tambem naõ quer D.s, q̃ V. Ex.ª assista nelles p.ª nos mostrar, q̃ toda a nossa sustentaçam dependeo delle. Nesta fé vivo, e heide morrer apezar da modestia de V. Ex.ª Do nosso exercito naõ tenho noticia algũa, som.te me dizem, q̃ se chegara mais p.ª Elvas, e q̃ em Campo Mayor se tra-

---

(62) Vide nota 58.

balhava com m.ta preça aos reparos das muralhas, q̃ as chuvas haviaõ arruinado. Tambem naõ sabemos quais sejam as dispoziçoens dos inimigos; tanto ignoramos o q̃ fazem, como o q̃ podem fazer. Na vespera do dia, em q̃ fez an.s o S.r Infante D. Fr.co houve comedia no seu quarto, a q̃ assistio Smg.e, e hontem houve beija mam na Corte com m.ta gala, e m.to alvoroço em graças da felicid.e deste dia. S. A. fugindo aos aplauzos, e aos obsequios partio pella manhan p.a Alcantra, aonde toiriou com universal contentam.to de seos criados, e assistentes. O Sr. Marq̃. de Alegrete veyo a sua caza a tomar alguns remedios de precauçam, e torna hoje ao martirio da semana em gr.de alivio do S.r Marq̃. de Marialva. Aqui se fala tanto na breve chegada da futura R.a, q̃ creyo, q̃ naõ som.te oiço os repiques de haver chegado, mas de haver ja parido, e naõ há outra coiza, em q̃ se fale. Ainda se naõ decidio a controversia sobre a precedencia entre o Conde de S. Joam e o Conde de Tarouca; queira D.s q̃ a rezoluçam seja a tempo, q̃ este fidalgo possa hir á Campanha. Fico aos pés de V. Ex.a com o resp.to e obed.a q̃ devo. D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 26 de Mayo de 1708.

XXXVIII

Ex.mo Sñr. Receby a carta de 28 de Mayo, q̃ V. Ex.a teve a bond.e de me escrever, e dezejara ter expressoens taõ nobres p.a explicar o meu agradecim.to, assim como saõ profundas as demonstraçoens do meu resp.to

Justa hé a reflexam de V. E.a sobre os passos do inimigo, q̃ depois de fazer voar a Praça de Serpa (63), parece q̃ fazendo o mesmo na de Moira quer concervar a estrada livre p.a se juntar com o Duq̃ de Ossuna, e emprender algũa acçam vigoroza por aq.la p.te Nôs passamos Caya sem consideraçam, e a repassámos com m.ta preça, agora estamos em outro campo depois de dar tempo, e lugar ao inimigo p.a q̃ fosse recebendo todas as suas forças, se hé q̃ já tem todas p.a se fazer superior, e formidavel.

Já fizemos este erro em outra ocaziam, e somos delles taõ bons discipulos, q̃ nos naõ esqueceo a liçam. Naõ sei se a controvercia da precedencia entre o Conde de S. Joam, e o Conde de Tarouca estará já decidida; mas emq.to aqui veja

---

(63) Vid. Gama Palha, *Relação* cit., cap. XXV.

este Cavalh.ro suponho q̃ esta gr.de questam ainda está em juizo. Ontem se fez hũ gr.de, e completo Cons.o de Estado, q̃ durou desde as 8 horas athé a hũa da tarde; as deliberaçoens seriaõ taõ exornadas, como a materia seria relevante, e a rezoluçam seria qual conviesse á gravid.e da materia; assim o creyo firmem.te, e cativo o meu entendim.to em obzequio da authorid.e do Cons.o.

Oiço confuzam.te, q̃ o Conde de Assumar propozera algũas negociaçoens concernentes ao estado dos Senhores Infantes, e q̃ se lhe naõ fizera reposta, porq̃ as taes negociaçoens depois do seo alvitre foraõ remetidas ao Conde de Villarmayor naõ sem recentim.to do 1.o expozitor, q̃ queria lograr o fructo do seo arbitrio, e descobrim.to Naõ sei o em q̃ isto consiste, suponho q̃ pode ser algũ cazam.to com a filha do Duq̃ de Parma, em q̃ eu já falei, e fui respondido com rezoluçam m.to cavalh.ra; ao menos isto serve p.a entreter. As luminarias p.la nova do ajuste, e cazam.to dependem ainda da Corte de Roma, aonde a preça naõ hé m.to n.al em suas deliberaçoens, ainda q̃ sejaõ de tanta graça como esta. O S.r Marq̃ de Alegrete teve vencim.to nos emo.tos, com q̃ veyo o Proc.or da Coroa ao assento, q̃ no Dezemb.o do Paço se tomou contra Nuno da Silva a favor do dir.to da Mitra. Neste recurso era clara a just.a do Prior padroeiro, q̃ se achava na posse de prover este mesmo benef.o, mas os escrupulozos naõ levaraõ a bem, q̃ El Rey nomeasse mais Juizes p.a julgar os emo.tos, q̃ foraõ Basto, Beja, e Guerreiro; prim.ro se tinha nomeado Sardinha; mas sendo averbado de suspeito se nomeou o Beja, e porq̃ o Basto foi tambem averbado mandou Smg.e q̃ sem emb.o da suspeiçam fosse Juiz. Este decreto naõ hé novo a favor dos Juizes da Coroa, e de seos Adjuntos; mas a ocaziam foi socorrida do poder, e cada hũ hé obrigado a uzar do q̃ tem p.a concervaçam da justiça de sua cauza. Este incidente anda agora m.to em discursos na boca dos zelozos, e dos criticos.

Já os alicerces da ponte estaõ levantados no fundo do mar, e já os Delfins, e os Arioens com muzicas, e instrum.tos maritimos andaõ escaramuçando naq.le alegre sitio em honra, e festejo do Reyal futuro Hymineu. Logre V. Ex.a perfeita saude, q̃ hé a minha principal espectaçam, e exoraçam.

Fico na obed.a de V. Ex.a como devo. D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 2 de Junho de 1708.

XXXIX

Ex.^mo Sñr. Receby a carta de 4 de Junho, com q̃ V. Ex.^a em continuaçam de suas bond.^es aceita a repetiçam dos meus resp.^tos. A estaçam de Condexa será agora de milhor vista, e de mayor agrado p.^a V. Ex.^a pella amenid.^e, e formozura do sitio: naõ hé assim por esta parte, aonde o Tejo misturado com o oceano corre soberbo, e turbo, o q̃ deve ser pella vaid.^e, com q̃ espera portar sobre seos ombros o Augusto pezo da Sereniss.^a futura R.^a, cujo tratado ajustado, e assinado se espera brevem.^te com formozas luminarias de trez dias. Naõ sei em q̃ termos se acha este neg.^o em Viena pellas cartas deste Paquebot, q̃ dizem ser de 8 de Mayo, e geralm.^te corre, q̃ chegando o estado do nosso Embax.^or se fazia a sua entrada, e q̃ a esta se seguiria a concluzam publica desta dezejada negociaçam. Tambem dizem, q̃ o Embax.^or por ajuste, q̃ fizera naq.^la corte fora vizitado prim.^ro pellos Conselh.^ros de Estado, p.^a q̃ reciprocam.^te fossem prim.^ro vizitados os Embaxadores do Emper.^or na nossa corte.

Esta compoziçam hé de gr.^de utilid.^e p.^a os nossos intereces, e devia custar gr.^de trabalho, e conseguirse com gr.^de astucia, e manha. Oiço q̃ tambem em Roma tivera Andre de Mello o tratam.^to de Inviado extraordin.^o, como V. Ex.^a verá do papel incluzo, em q̃ considero alguns inconvenientes, e estas distinçoens de caracter deve fazellas a gravid.^e da materia, e naõ a qualid.^e da pessoa; e naõ sei q̃ necessid.^e havia, p.^a q̃ Andre de Mello tivesse mayor caracter, q̃ os outros, se naõ hé p.^a mostrar, q̃ seos antecessores eraõ o q̃ na nossa terra se chama villam ruim; emfim tudo está m.^to bem feito, e com maduro conselho. Celebrouse a procissam do Corpo de D.^s, aonde vi hũa vez toda a Cap.^a Reyal magnifica, e numeroza, porem naõ me contentou a ordem, com q̃ marchava El Rey, e os Seos Cavaleiros, aonde tudo era desordem, confuzam, e horror sempiterno. Na Sé houve hũ tropeço no ceremonial das varas do palio, porq̃ nas varas em q̃ devia pegar o Prezidente da Camara pegou o marq̃ de Fontes; dizem q̃ o Prizidente naõ requerera a repoziçam no seo dir.^to, mas q̃ altam.^te se queixara desta uzurpaçam, em q̃ eu creyo naõ houvera proposito formal da p.^te do Marq̃, assim pello estilo continuado, como por hũa rezoluçam expressa do S.^r Rey D. Manoel. O Prezidente se absteve, e foi no corpo da vereaçam, e a vara q̃ vagou, foi levada p.^lo mesmo Cavaleiro andante de Marzagam.

Athé agora naõ houve demonstraçam. O Paquebot traz por novas, q̃ o Exercito Francez em Flandres era governado pello Duq̃ de Borgonha assistido de seo Irmam o Duq̃ de Berri, do Princepe de Gales, e do Duq̃ de Vandoma, e segundo a lista incluza, q̃ me mandou D. Luiz da Cunha, este exercito hé mais numeroso, q̃ o da Liga, porem isto se recompensa com a qualid.ᵉ das tropas. Esperavase q̃ o Princepe Eugenio tivesse hũ grosso corpo sobre o rio Meuse; se assim for será gr.ᵈᵉ a diversam, e precizo o destacam.ᵗᵒ das tropas inimigas. Dizem q̃ os Alliados querem começar pello sitio de Lilla, o q̃ D. Luiz naõ crê, nem eu tambem, porq̃ a perda desta Praça naõ decide nada contra a França; alem de q̃ á vista de hũ exercito poderozo naõ será m.ᵗᵒ feliz o sitio de hũa Praça, em q̃ hé necess.ª hũa gr.ᵈᵉ linha de circumvalaçam, q̃ pode por qualq.ʳ p.ᵗᵉ ser rota, e a praça socorrida. O ponto era tentar hũa batalha, q̃ só ella podia julgar esta gr.ᵈᵉ questam, em q̃ se pleitêa ha 8 an.ˢ: queira D.ˢ q̃ os Francezes se naõ façaõ senhores do Barbante, como entende D. Luiz, porq̃ entam seria necess.º começar de novo. Ainda se naõ juntou o exercito de Alemanha, porem o de França naq.ˡᵃ p.ᵗᵉ governado pello Duq̃ de Baviera se poz em marcha, e em movim.ᵗᵒ O Duq̃ de Saboya ainda espera pellas tropas Imperiaes p.ª sahir a campanha, aq.ᵐ se opoem o Marichal de Villars com 70 batalhoens, e 25 esquadroens. Todos estes theatros da guerra naõ fizeraõ athé agora mais que levantar a cortina, veremos o como reprezentaõ, e disputaõ o enredo da tragedia. Oiço q̃ os Emperiaes em Italia querem tomar ao Papa o Estado de Ferrara p.ª o restituir ao Duq̃ de Modena, e q̃ os Inglezes querem bombardear algũ Porto do Estado da Igr.ª: tudo isto saõ novas, q̃ sahem da Corte de Inglaterra, q̃ hé orgulhoza, e fertil em barbatas. Naõ se oferece outra coiza, com q̃ cançar a paciencia de V. Ex.ª ficando eu na sua obed.ª como devo. D.ˢ G.ᵈᵉ a V. Ex.ª m.ˢ a.ˢ Lx.ª 9 de Junho de 1708.

(Continúa). JOAQUIM DE CARVALHO.

A FRONTEIRA HISPANO-PORTUGUESA

(ENSAIO DE GEOGRAFIA POLÍTICA)

(Cont. do n.º 3, pag. 117)

Relações entre os povos fronteiriços

Através de toda a populosa fronteira dos rios Minho e Trancoso há relações bastante importantes entre os dois povos limítrofes, as quais se têm mantido, dum modo geral, amistosas.

São muito freqüentes os casamentos de galegos com portuguesas e, talvez mais ainda, o de portugueses com galegas. Faz-se grande comércio entre as duas populações — do qual uma apreciável parte é de contrabando, apesar da fiscalização oficial.

Esta zona é dotada de uma boa rêde de comunicações. São muito freqüentadas as estradas que correm mais ou menos paralelamente ao rio Minho, uma em Espanha outra em Portugal. Junto de Valença uma ponte internacional liga a margem portuguesa à espanhola, servindo também de passagem à linha ferrea para a Galiza. No rio há barcos que conduzem passageiros e mercadorias dumas localidades para outras.

As ínsuas que se encontram pelo rio Minho acima, são umas portuguesas, outras espanholas, outras mixtas.

O rio Trancoso, que constitui fronteira natural em todo o seu exíguo percurso, leva pequeno caudal de águas, sendo fácil transpô-lo a vau. Defronte de S. Gregório é atravessado por uma ponte de madeira, chamada Ponte Barjas.

As feiras, mercados e romarias, principalmente as mais importantes, que se realizam nesta parte da Galiza e dos concelhos fronteiriços minhotos, são bastante concorridas por indivíduos dos dois países. Nessas festas, portugueses e espanhóis confraternizam sem reservas, dançam, divertem-se

*

conjuntamente; desaparecem então os ódios históricos que, contudo, lá surgem, de vez em quando, por ocasião dos contrabandos. É digna de nota, pela grande concorrência de portugueses, a romaria que, a 2 de Fevereiro, se realiza à Senhora da Saúde, nas imediações de La Guardia. Entre as mais célebres de Portugal, na zona de que nos ocupamos, devem citar-se as da Senhora da Peneda, nas agrestes montanhas do Soajo. Apesar da dificuldade de acesso, é enorme a concorrência, não só de portugueses como também de galegos.

Os romeiros portugueses que das localidades fronteiriças dos concelhos de Arcos e Ponte da Barca vão à Senhora da Peneda, sáem a fronteira e seguem por Espanha, em virtude do caminho ser melhor. É interessante que, do mesmo modo, a ronda da Guarda Fiscal vai de Chaves ao Gerez por território espanhol.

As músicas portuguesas vão muitas vezes às festas de Espanha assim como as de Espanha vêm às de Portugal.

Os concelhos de Arcos de Val-de-Vez e de Ponte da Barca mantêm relações muito estreitas com a região fronteiriça espanhola. A população galega vizinha desta fronteira faz por estes concelhos a sua travessia para o mar e para as cidades portuguesas, sobretudo para Lisboa e Pôrto, onde existem, como é sabido, importantes e laboriosas colónias galaicas.

O espanhol daquela zona interessa-se pela vida portuguesa, quási tanto como pela sua própria, não passando despercebidas aos portugueses as alegrias e desditas dos seus vizinhos espanhóis. Não são raros também aqui os casamentos entre indivíduos das duas nacionalidades.

Nesta região dão-se certas migrações periódicas entre as populações fronteiriças: — de portugueses para os trabalhos de pedreiro, de minas (nas Astúrias) e outros — e de galegos para diversos mesteres como o de criados e cozinheiros de hotéis, na época termal do Gerez.

As romarias e festas são mùtuamente concorridas por galegos e portugueses.

O rio Gavieira, afluente do Lima, constitui a fronteira do concelho de Arcos, mas não representa obstáculo algum ao intercâmbio dos dois povos.

Segue-se o concelho de Terras de Bouro. Tanto do lado de Portugal como do de Espanha, esta zona é muito montanhosa. Não há estradas, mas apenas caminhos.

Na povoação espanhola de Mouroais termina uma estrada

espanhola que deve vir ligar com uma outra estrada portuguesa que só está concluída até uns quatro quilómetros acima do Gerez.

As povoações distam quilómetros da fronteira, havendo grandes extensões onde só se vê monte e floresta e nenhuma habitação. Do lado de Espanha até a arborização escasseia. O seguinte trecho, extraído duma obra recente do silvicultor espanhol Sr. Diego Terrero Gonzalez, dá-nos idea do contraste entre as duas regiões fronteiriças:

«En una de nuestras excursiones llegamos hasta o *Portelo do Homem* limite de Portugal con la provincia de Orense; desde esse sítio se dominam las dos vertientes: una exuberante de arbolado, con aspecto de vida y bienestar; la otra, pelada, hostil, con un pueblecillo en el fondo del valle, cuyos únicos árboles son los que bordean un riachuelo, y forzoso es confesar que ésta era la vertiente española» (1).

Tão brusca mudança de paisagem é devida ao facto destas matas estarem sob a direcção dos Serviços Florestais de Portugal que delas têm cuidado admiràvelmente.

As relações entre as populações fronteiriças neste concelho de Terras de Bouro, são regulares. As festas e romarias quer portuguesas, quer espanholas, são sempre concorridas por indivíduos de além fronteiras. Nesta zona realizam-se em Portugal duas romarias importantes: Senhora da Abadia e S. Bento da Porta Aberta. Da Galiza, das regiões próximas, vem sempre um grande contigente de romeiros. Em 3 de Março há mesmo uma festa a S. Bento, dedicada exclusivamente aos povos espanhóis. Por êsse motivo a denominam o S. Bento dos espanhóis ou dos galegos. Do lado de Espanha há as romarias da Senhora do Gerez em que se celebra a Virgem portuguesa Santa Eufémia. A capela existente no Gerez, edificada no tempo de D. João V, tem por padroeira esta Santa. A festa espanhola é bastante concorrida por portugueses. Além desta são ainda importantes a de S. Braz em Lobios e a de S.to Amaro em Torneiros. Êste último Santo também em Portugal tem a sua festividade num monte próximo de Vilar da Veiga.

A povoação espanhola de Lobios, como muitas outras terras fronteiriças e do interior, têm servido de refúgio aos emigrados políticos portugueses, da mesma forma que em Portugal têm encontrado abrigo os emigrados políticos es-

---

(1) *Organisacion Economico-Forestal de Portugal.*

panhóis. Lobios foi a povoação por onde em 1828 emigraram os liberais portugueses — e em 1851 Saldanha fugiu para a Galiza.

Na zona de fronteira do acidentado concelho de Montalegre e região espanhola correspondente, há algumas romarias, mas em reduzido número. Concorrem a elas os povos das duas nacionalidades, os quais, em geral, acabam por se envolver em rixas e desordens.

As relações entre as duas populações são regulares, mas podiam ser mais estreitas e amistosas. Dum e doutro lado da raia os montes são na sua maior parte escalvados e incultos. Êste concelho de Montalegre é o mais acidentado de Trás-os-Montes.

Pela freguesia de Pitões passa uma estrada que se dirige para a Galiza.

A populosa zona fronteiriça do concelho de Chaves e da região correspondente espanhola, é dotada de um grande número de caminhos e algumas estradas que atravessam a fronteira.

As relações são amistosas entre os dois povos fronteiriços. Há constante troca de relações pessoais e comerciais, apenas dificultadas pelas nossas leis repressivas de contrabando e emigração clandestina. Esta repressão é de efeitos quási nulos, sobretudo quanto à entrada reciproca de portugueses e espanhóis.

As festas e romarias realizadas em qualquer dos países nas povoações e ermidas da fronteira, são simultâneamente concorridas pelos povos das duas nações.

O rio Mente, afluente do Rabaçal, serve, numa pequena extensão, de linha divisória entre o concelho de Chaves e a província de Orense. O Rabaçal e uma ribeira, sua afluente, são mais adiante linhas pequeníssimas de demarcação da fronteira.

A raia do concelho de Vinhais é atravessada também por algumas vias de comunicação. As relações são boas e constantes entre espanhóis e portugueses e as festas que se realizam em Portugal ou Espanha nas povoações raianas são geralmente concorridas pelas populações mais próximas, residentes nos dois lados da fronteira.

Em toda a fronteira do distrito de Bragança, as relações entre as duas populações fronteiriças, se não são tão cordeais e estreitas como as dos povos que deixamos estudados, são todavia aparentemente amistosas. É verdade que existem relações comerciais com a Espanha, e que por esta fronteira

se faz bastante comércio ilícito, principalmente de exportação de gados; é verdade também que há uma certa amizade entre os indivíduos que tratam dêstes negócios; mas daí a haver relações verdadeiramente cordeais vai uma grande distância.

Esta região está mal servida de comunicações, principalmente a zona portuguesa. A cidade de Bragança está ligada por uma estrada a Puebla e Alcanices, mas o novo caminho de ferro, que conduz a Bragança, não se prolonga até à fronteira, o que igualmente sucede com o de Chaves e no sul com os ramais de Moura e de Vila Viçosa.

As romarias que se fazem dos dois lados da fronteira assistem indivíduos dos dois países, mas só como simples romeiros, visto que elas, como as de todas as zonas anteriores, nada têm de comum na sua organização. Próximo da povoação de Constantim, concelho de Miranda, costuma realizar-se, num alto, na linha divisória da raia, uma resta à Nossa Senhora da Luz. A população de Constantim é quem a promove; os espanhóis em nada contribuem para ela. No mesmo dia há feira, tanto do lado de Espanha como do de Portugal. A esta romaria concorrem em grande número, tanto portugueses como espanhóis.

Pinho Leal diz que, no mesmo dia em que se realizava próximo de Outeiro (concelho de Bragança) a festa a Nossa Senhora da Ribeira, se fazia também uma grande feira anual a que concorriam muitos espanhóis — e que na eleição anual dos mordomos entrava sempre um castelhano.

Ou seja pela vigilância exercida na fronteira, ou por outros motivos que venham de longe, como as guerras dos tempos passados, a verdade é que, em geral, portugueses e espanhóis da zona que estamos examinando, não usam de grande cordealidade nas suas relações. Em face uns dos outros, não se nota, porém, o antagonismo, que contudo existe disfarçado e contido.

A população portuguesa de Rio de Onôr pelas suas festas em comum com as de Rio de Onôr espanhola, pelos seus casamentos de portugueses e espanhóis, bem como o concelho de Freixo, que separadamente estudaremos, constituem excepção ao que deixamos dito acêrca das relações fronteiriças neste distrito de Bragança.

O rio Maçãs, afluente da margem esquerda do Sabôr, serve, por duas vezes, de fronteira entre o concelho de Bragança e a província de Zamora.

Referindo-nos especialmente aos concelhos de Vimioso,

Miranda e Mogadouro, devemos frisar que, pela sua fraca densidade de população, pelo seu estado improgressivo, pelo seu quási isolamento, são muito exíguas as relações que mantêm com os territórios espanhóis: as poucas que existiam atenuaram-se ainda pelas dificuldades que havia, durante a guerra, em transpôr a fronteira, principalmente devidas às leis portuguesas.

As romarias que se realizam na zona fronteiriça eram, não obstante, muito concorridas pelos portugueses e espanhóis.

Toda esta zona é muito árida e montanhosa. O clima é terrível. O inverno dura nove meses, diz o povo — os outros três são de inferno.

O Douro começa a separar Portugal de Leão um pouco a leste de Paradela (concelho de Miranda). Corre entre apertadas encostas, rugindo no fundo de despenhadeiros tremendos, de serranias abruptas e escarpadas. Até Barca de Alva é absolutamente impróprio para a navegação pelas penedias do seu leito e pela fôrça das suas águas. Durante o inverno, em virtude da impetuosidade e caudal da corrente, há pouquíssimas relações entre os povos das duas margens. Não há uma única ponte internacional sôbre o Douro. No verão passa-se em jangadas ou por um cabo de vai-vem, suspenso a grande altura sobre o abismo. As barcas são raríssimas. Há-as em Bemposta (concelho de Mogadouro) e Mieiça (povoação espanhola); não sabemos se as haverá em mais algum ponto.

O concelho de Freixo está, tambem, separado de Espanha pelo Douro. Actualmente, não falando do comércio clandestino, são pequenas as relações entre os populações fronteiriças em virtude das exigências fiscais. Mas, noutros tempos, apesar da barreira que poderia parecer que o Douro representa, o comércio era bastante intenso, servindo até a mesma moeda para os dois países. Relações não comerciais existem ainda hoje de grande intimidade, entre muitos dos habitantes dêste concelho e os espanhóis.

As festas e romarias concorrem simultâneamente espanhóis e portugueses.

O comércio entre as populações fronteiriças consiste em geral no seguinte: os portugueses vão a Espanha comprar artigos de vestuário, chocolate, pimenta e dôce; os espanhóis vêm a Portugal comprar castanha, café, bacalhau, cabedais, e também artigos de vestuário, principalmente os lenços portugueses, que as espanholas muito apreciam. Costumam

também vir vender pão cozido que os portugueses vão adquirir à barca.

De Portugal para a Espanha vão jornaleiros para a enxertia e rega, cujos trabalhos, como noutro logar mais pormenorizadamente dissemos, são lá muito apreciados. De Espanha para Portugal não é costume vir ninguém trabalhar nos campos; vêm ùnicamente para negociar.

A sul desta região, o rio Águeda, afluente do Douro e a Ribeira de Tourões, por sua vez afluente do Águeda, separam o concelho de Figueira de Castelo-Rodrigo da província de Salamanca. O Águeda é atravessado, junto de sua foz, pela ponte de caminho de ferro do Douro e de Salamanca à fronteira de Portugal, que tem grande movimento. Esta zona é muito mal servida de vias de comunicação. Do lado de Portugal, em todo o percurso do Águeda, a Carta Geodésica, não falando na linha férrea já mencionada, apenas regista um caminho que se dirige à fronteira. Na fronteira da Ribeira de Tourões já há uns quatro. Dum e doutro lado dêstes cursos de água elevam-se montanhas penhascosas, áridas e nuas. Não obstante, as populações fronteiriças mantêm algumas relações amigáveis, posto que, segundo o resultado do nosso inquérito, visem geralmente o interêsse, da parte do espanhol. O comércio dos espanhóis, por esta região, consiste principalmente na importação, para as suas indústrias, de peles de animais domésticos.

Nas relações entre os povos fronteiriços há franqueza, correcção e cortezia. Os espanhóis são amáveis com os portugueses, indo até ao ponto, quando estes atravessam a fronteira, de lhes dar hospitalidade em suas casas.

As festas e romarias que se realizam do lado de Espanha são concorridas pelos portugueses; às festas portuguesas não vêm em geral os espanhóis. A 10 de Setembro, realizam-se as célebres festas de Salamanca, em que as touradas constituem número obrigado. É grande a afluência de portugueses, não só das povoações próximas, como também do interior do país.

Na zona fronteiriça dos concelhos de Almeida e Sabugal, as relações entre portugueses e espanhóis são estreitas e amistosas; no entanto um dos nossos informadores da região ainda se refere ao resentimento que se nota um pouco nos portugueses por causa da «usurpação filipina».

As festas da raia são frequentadas recìprocamente por indivíduos das duas nacionalidades. Os espanhóis concorrem em grande número, em conseqüências de promessas, às ro-

marias de S.ta Eufémia (Freineda — concelho de Almeida) e à da Senhora da Povôa, na ermida de Sacraparte (Alfaiates — concelho de Sabugal).

Em Vilar Formoso passa o caminho de ferro que liga a linha da Beira Alta com Salamanca, sendo uma das nossas vias de comunicação internacional mais importantes.

A população fronteiriça do concelho de Penamacôr não mantém grandes relações pessoais ou de comércio com os seus vizinhos espanhóis, o que talvez se possa atribuir ao afastamento entre as povoações, o qual é em média duns 35 quilómetros. Além disso essas povoações são pouco populosas, o seu comércio é insignificante e as comunicações são deficientes.

O rio Torto, afluente do Elgas ou Erges, constitui parte da fronteira dêste concelho.

As populações dos concelhos de Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Vila Velha de Rodam, mantém boas relações com os povos fronteiriços espanhóis. Contudo, pelas mesmas razões que expusemos para Penamacôr, essas relações não são muito intensas. Há, é certo, tanto em Portugal como em Espanha, alguns *montes* e casais dispersos, ocupados pelos guardas das propriedades ou pelos seus rendeiros e famílias; mas isso não quer dizer que a população não seja muito diminuta em toda esta zona, nem que as raras povoações que aparecem não sejam de pouca importância. Estes factos poderão talvez explicar o quási indiferentismo existente entre as populações vizinhas dos dois países.

As festas portuguesas, que se realizam nesta região, são ùnicamente organizadas com elementos portugueses. Uma ou outra é freqüentada por espanhóis. Do lado de Espanha usam muito as clássicas touradas, que, no indignado parecer do nosso informador, são uma barbaridade que traduz vestígios do circo romano.

A fronteira dêstes concelhos é marcada pelo rio Erges e pelo Tejo, de que o Erges é afluente. As suas margens são alcantiladas e quási desertas. O Erges é atravessado pela ponte internacional de Segura. Estes rios têm alguns portos, onde vão terminar caminhos vindos das povoações do interior.

Seguem-se os concelhos de Niza, Castelo de Vide e Marvão, aos quais serve de fronteira, numa extensão de 30 a 40 quilómetros, o rio Sever, afluente do Tejo. Em ambas as margens há, junto aos açudes, inúmeras azenhas.

Se exceptuarmos o concelho de Marvão, podemos dizer

que esta zona, pela sua fraca densidade de população, explica a relativa falta de relações freqüentes entre os dois povos fronteiriços. Contudo, nos últimos anos e devido à diferença cambial, tem-se desenvolvido duma forma espantosa o comércio ilícito nesta região, como de resto em toda a fronteira hispano-portuguesa. As centenas de contrabandistas que pululam nesta zona, passam para Espanha gados, ovos, galinhas, moedas metálicas e muitos géneros; e trazem para Portugal azeite, trigo em grão, farinhas, açucar, arroz, etc., etc. Nestes negócios, muita gente por aqui se tem fabulosamente enriquecido.

Nas festas principais das povoações fronteiriças alentejanas, aparecem grupos, mais ou menos numerosos, de espanhóis, que são sempre maravilhosamente tratados pelos portugueses. Por seu turno, as festas espanholas são também muito freqüentadas pelos portugueses. Tem singular concorrência o baile da Pinhata, a festa de S. Bartolomeu e as touradas de Valência de Alcântara. As festas espanholas de maior renome são, quási sempre, abrilhantadas pelas filarmónicas portuguesas.

Marvão é a última estação portuguesa do caminho de ferro de leste que liga com as vias férreas espanholas. É um trajecto muito freqüentado entre Lisboa e Madrid.

Segue-se a fronteira do concelho de Portalegre, com uma grande densidade de população e relações estreitas e amistosas. As romarias que se realizam dum e doutro lado, concorrem, em grande número, espanhóis e portugueses.

Em toda a extensa zona da fronteira formada pelos concelhos de Arronches, Campo Maior, Elvas, Alandroal e Monsaraz, há boas relações entre espanhóis e portugueses, embora num ou noutro ponto não sejam muito íntimas e freqüentes. De certo modo poderemos explicar êste facto, pela fraca densidade de população e ausência de povoações importantes, que, à excepção dos concelhos de Campo Maior e Elvas, se notam nesta região. Nos outros concelhos é muito deficiente a rêde de comunicações e encontram-se grandes extensões em que apenas aparece, aqui ou além, um *monte* ou casal isolado, mas nem uma única povoação. Elvas está ligada directamente com Badajoz pelo caminho de ferro que estabelece também a comunicação com Mérida, Sevilha e Córdova.

A ribeira de Birbonga (concelho de Arronches), a ribeira do Caia (afluente do Guadiana) e o Guadiana, servem por vezes de fronteira natural entre esta zona e a Espanha. A

ponte do Caia era o lugar onde os reis de Portugal iam receber as princesas que, por casamento, mudavam de reino.

Em toda esta região há poucas romarias, mas as que se realizam são concorridas pelas populações dos dois países. Citaremos para exemplo a que tem logar em Chéles, povoação espanhola fronteiriça a Alandroal, à qual vão sempre muitos portugueses.

No trato da zona fronteiriça correspondente ao território português que fica entre a margem esquerda do Guadiana e o reino vizinho, as relações são muito cordeais entre as populações raianas. É grande o comércio entre elas, sendo o seu centro, na zona portuguesa, a vila de Moura.

Contudo ùltimamente as medidas repressivas de contrabando, da parte do nosso país, e a inferioridade da cotação da nossa moeda não têm permitido que êsse comércio se desenvolva.

Não há muitos anos eram consideráveis as trocas migratórias de trabalhadores rurais entre os dois países, nesta zona, nas épocas de maiores labores agrícolas. Hoje são muito menores. Contudo ainda muitos portugueses vão trabalhar para Espanha no período das ceifas (Maio e Junho) atraídos pelos grandes salários que a diferença cambial produz. É de notar que a maior parte dessa gente não é desta região, pois que aí os braços muitas vezes escasseiam; são geralmente *companiços*, isto é, pertencem ao *campo branco*, designação que no falar alentejano é dada à região formada pelos concelhos interiores de Castro Verde, Aljustrel, Odemira, Almodovar e Ourique.

Na raia portuguesa vivem, há mais ou menos tempo, muitas famílias espanholas que mantém com os portugueses as melhores relações. Portugueses residentes na zona espanhola são pelo contrário extremamente raros se é que os há.

Os casamentos entre indivíduos das duas nacionalidades são freqüentes.

Como curiosidade devemos referir-nos a uma figura dêstes sítios singularmente odiada. É a do *espanhol roubando bestas*. Muitas vezes esses homens não são espanhóis mas, se o não são, falam essa língua. ¡E como, após o roubo, êles se escapam à acção policial fugindo para Espanha onde também têm maior facilidade em negociar os animais, o pobre roubado, na sua patriótica execração, diz sempre que foi um espanhol que o roubou!

As romarias que se realizam dum e doutro lado da fronteira, são freqüentadas pelos dois povos vizinhos. Em Fi-

calho (concelho de Serpa), oito dias depois da Páscoa, celebra-se a Senhora das Pazes, com a concorrência de muitos espanhóis. A esta festa vão hoje as irmandades das freguesias de Aldeia Nova, Ficalho, Pias e Vale Vargo. Portugueses e espanhóis, como se todos fôssem uma só família, passam conjuntamente o seu tempo no arraial em danças e folguedos. Esta romaria tem uma tradição interessante que vem referida no *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal.

No Rozal, a 12 de Agôsto, há a festa de S.to Isídoro, por seu turno muito concorrida de portugueses.

Nas feiras que se realizam em Portugal e Espanha, nesta rica e próspera região, as transacções atingem por vezes importâncias consideráveis. Mas nem só de negócios se trata nestas feiras; principalmente as de além fronteira são sempre pretextos para grandes diversões entre as quais raro faltam as tradicionais touradas. Muitos portugueses vão às de Espanha — mas ainda maior número de espanhóis vêm às de Portugal.

Quási toda esta zona está mal servida de comunicações entre os dois países. De Mourão até próximo de Barrancos ainda o território não oferece grandes dificuldades de trânsito por ser bastante plano. Porém nos concelhos de Barrancos e Serpa surgem os acidentes orográficos e o solo torna-se áspero dum e doutro lado da fronteira, excepto nas imediações de Ficalho. Não há estradas dêstes concelhos para o país vizinho. O trânsito faz-se por caminho de mau piso, onde só se pode passar a pé ou a cavalo. Entre Ficalho e Rosal de Cristina, há um caminho um pouco melhor, onde com alguma dificuldade já pode passar um carro. Os afluentes do Guadiana, a ribeira de Cuncos, a ribeira de Guadelim, a ribeira de Ardila e o rio Chança são, em certos segmentos dos seus cursos, limites de Portugal.

Os concelhos de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de S.to António, são separados da Espanha pelo Guadiana; êste rio é, nesta parte do seu curso, fàcilmente navegável, permitindo o acesso de barcos de regular tonelagem até Pomarão. As relações entre as populações fronteiriças dêstes concelhos e os espanhóis, sem serem íntimas, são cordeais, sem ódios nem rivalidades. Onde elas atingem maior intensidade e intimidade é no concelho de Vila Real de S.to António e região espanhola correspondente.

Aos domingos realizam-se nesta vila mercados importantes a que concorrem muitos espanhóis.

É interessante examinar as estatísticas do movimento co-

mercial nas alfândegas fronteiriças. É certo que muitas mercadorias em trânsito são verificadas nas alfândegas de Lisboa e Pôrto, mas não deixam de ter importância os números que calculámos sôbre as estatísticas aduaneiras relativas à fronteira:

MOVIMENTO ADUANEIRO

	Médias anuais em escudos	
	1910 a 1914	1915 a 1919
Caminha	53.880	166.000
Valença	879.800	1:401.360
Vila Verde	253.960	138.960
Quintanilha	327.080	59.400
Barca de Alva	2:383.660	1:684.740
Vilar Formoso	1:323.500	1:311.600
Beirã	818.560	1:617.940
Elvas	2:627.220	1:650.100

Vê-se que é pelas alfândegas de Elvas e Barca de Alva que se faz maior tráfico, seguindo-se-lhes em importância Valênça e Vilar Formoso.

Um pormenor cartográfico ligado com o capítulo que estamos tratando, pormenor que Vallaux na sua classificação de fronteiras considera interessante para a definição das fronteiras vivas, é o contraste impressivo entre a disposição da rêde ferro-viária portuguesa e a da espanhola, que já foi posto em evidência pelo prof. Mendes Corrêa numa nota do seu trabalho *As bases geográficas e étnicas da nova Carta Política da Europa*. Ao passo que os caminhos de ferro portugueses têm em geral um traçado normal à raia, do lado espanhol, pode dizer-se que um circuito ferro-viário paralelo à fronteira e dela distante em média poucas dezenas de quilómetros, abraça Portugal, com uma evidente significação estratégica que a ninguém pode iludir. De Vigo, por Orense, Monforte, Astorga, Zamora, Salamanca, Cáceres, Mérida, Fregenal, êsse traçado ferro-viário atinge Huelva, indo da costa nord-ocidental da Espanha à sua costa meridional, indo sem interrução das vias da Galiza ao golfo de Cadiz. Do lado português os paralelismos com um tal traçado redu-

zem-se a bem curtos trajectos, depressa interrompidos ou desviados. Se houver necessidade de deslocar uma fôrça de Bragança para a fronteira do Baixo-Alentejo pelo caminho de ferro, essa fôrça necessitará de fazer escala demorada pelo litoral, pelo Pôrto e Lisboa.

Vinha a propósito enumerar as *trouées* ou estradas geográficas, que poderiam servir — e algumas já serviram — como vias de comunicação militar, para invasões. O litoral, a veiga de Chaves, o planalto da Senhora da Luz, o planalto da Guarda, etc., são aberturas rasgadas nos diafragmas montanhosos, redutos naturais opostos à marcha de tropas. Essas *trouées* de interêsse estratégico coincidem em grande parte, com os roteiros de mais intensa inter-comunicação dos povos fronteiriços, como é facil verificar no que deixamos exposto.

Dêste capítulo concluímos que onde as dificuldades naturais ou a rarefacção démica se não opõem a estreitas relações de portugueses e espanhóis da zona fronteiriça, essas relações existem, com um carácter vário, por vezes intensas, e quási sempre amistosas, a despeito de velhos ressentimentos históricos e de exaltações de orgulho nacional.

Conclusões

Não esgotámos o vasto assunto. Poderíamos ainda pormenorizar alguns dos aspectos desta exposição singela, poderíamos encontrar ainda outros susceptíveis de estudo.

Vallaux, por exemplo, nos seus trabalhos sôbre as fronteiras, chama a atenção para a abundância das fortalezas nas proximidades das fronteiras vivas. Sem, de modo algum, considerarmos como tendo o menor valor militar a maioria dessas fortificações da nossa fronteira, algumas das quais não passam de desmanteladas ruínas de exclusivo valor arqueológico, podemos mencionar castelos e fortes raianos em grande número, como por exemplo em: Caminha, Vila Nova de Cerveira, Lapela, Valença do Minho, Mourão, Castro Laboreiro, Chaves, Bragança, Miranda do Douro, Castelo Rodrigo, Almeida, Sabugal, Penamacôr, Penha-Garcia, Salvaterra do Extremo, Segura, Castelo Branco, Montalvão, Niza, Castelo de Vide, Marvão, Portalegre, Arronches, Campo Maior, Elvas, Alandroal, Terena, Monsaraz, Mourão, Nodar, Moura, Serpa, Mértola, Alcoutim, Castro Marim, etc. e, do lado espanhol, Goyan, Monterey, Saucelle, Ciudad

Rodrigo, Penafiel, Alcântara, Badajoz, Olivença, Ayamonte, etc., etc.

Não deixa de ser curioso notar que, com grande freqüência, a uma povoação fronteiriça portuguesa se opõe outra espanhola, como se uma e outra fôssem sentinelas vigilantes de duas pátrias postas frente a frente.

Seria muito interessante examinar as oscilações históricas da fronteira, uma das características por Vallaux igualmente atribuídas às fronteiras vivas. Sabugal, Segura, Nodar, Albuquerque, Puebla, são exemplos de povoações que vicissitudes históricas transferiram de nacionalidade, representando mesmo algumas, em tempos em que os interêsses das casas reinantes se antepunham aos das nações, simples dotes de princesas.

Possìvelmente teríamos de atribuir o absenteismo dalgumas populações raianas tanto à rude condição da geografia física local como ao desvio da actividade nacional para empresas longínquas de descobrimentos e de colonizações.

Mas, apesar da rarefacção demográfica dalguns territórios fronteiriços, de várias semelhanças entre portugueses e espanhóis raianos nos domínios da antropologia, da etnografia, de língua, da organização social, da própria mentalidade, etc., parece-nos poder reconhecer-se que êsses factos não ultrapassam no significado antropo-geográfico outros que levam a concluir que a fronteira hispano-portuguesa é, em grande parte, uma *fronteira viva,* embora nem sempre típica.

Certas particularidades de tipo físico, temperamento, sociabilidade, carácter, costumes, etc., certos factos cartográficos apontados (sobretudo a disposição das rêdes ferro-viárias), a coincidência quási completa da fronteira política com a fronteira lingüística, a acumulação da população em alguns tratos de fronteira principalmente no norte, a existência de relações e interpenetrações mútuas entre os povos limítrofes sem conseqüências neutralizadoras dos seus contrastes e dos seus sentimentos nacionais, antes pelo contrário contribuindo porventura para avigorar diferenças — são outros tantos elementos que confirmam a classificação feita.

Julgamos que todos reconhecerão que a verdadeira *fronteira natural* não está em factos da geografia física, de discutível importância como agentes de isolamento e diferenciação nacional, mas se encontra nos factos de geografia humana que acabamos de enumerar.

Entre a Espanha e Portugal, não são cursos fluviais ou

cumiadas de montanhas as muralhas divisórias justificativas duma separação política. Essa separação é feita sobretudo por um formidável baluarte vivo, uma palpitante muralha humana, uma fronteira construída com os nossos corpos, o nosso sentir, as nossas ideas e as nossas energias profundas.

E alguma coisa de mais vibrátil, mais expressivo, mais forte, sob o ponto de vista político, do que uma massa inerte de terreno ou milhões de moléculas líquidas arrastadas em passiva submissão no declive fatal dum *thalweg*.

Pôrto, Janeiro de 1923.

ARTUR DE MAGALHÃES BASTO.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 3, pág. 132)

Aqui comiençã los proverbios đ Salomõ y espejo de peccadores nueuamẽte traduzido đ latin en lẽgua castellana por Nuño fernãdez do cano capellã đl reuerẽdissimo señor dõ martinho arçobispo ec. — Este titulo em portada como a Grammatica de João de Barros, sem as flores marginaes. No fim: *A loor đ dios y de la virgen Maria nr̃a señora se acabo el libro delos prouerbios de Salamõ y espejo de peccadores. Fue impresso en Lixboa en casa đ Luis rodriguez librero đl rey nosso señor. Fue visto y examinado por los deputados đ la sancta inquisiçion. Acabose alos quatro dias del mes đ Septiembre de mil & quinientos y quarenta y quatro años.*

8.º, gothico, sem numeração nem reclamos, cadernos de A a F, que só comprehende 2 folhas ou 4 pag., 82 folios. Bibliotheca de Evora.

Libro da vida e milagres do glorioso e bemauenturado saõ Bernardo nouamẽte traduzido da lingoa frãcesa em nosso linguajem portugues pelo reuerẽdo padre frey Gõcalo da silua bacharel formado em paris e prior Dalcobaça. — Diz no fim: *A louuor de deos todo poderoso e da virgem Maria nossa Senhora, e a honrra do glorioso e bem auenturado sã Bernardo abade de Claraual si acabou d'emprimir o presẽte liuro de sua vida e milagres em casa de Luyz Rodriguez liurevro del Rey nosso senhor aos oyto dias do mes de Agosto. De mil e quinhẽtos e quarenta e quatro annos. Foy*

visto e examinado pelos reuerendos padres deputados da sancta inquisiçam.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Torre do Tombo.

L. And. Resendii Vincentius Levita: et Martyr. Olisipone apud Lodouicum Rhotorigium typographum. M. D. XLV. — No fim do indice: *Impressvm Olisipone in ædibus Lodouici Rhotorigii typographi ac bibliopolæ regis. XV Cal. Ianuarij MDXLV.*

4.º. O poema, em 21 folhas, não tem numeração. Esta principia, por páginas, até 64: mais 5 inn. de indice.
Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Lyuro das obras de Garcia de Resẽde que trata da vida e grãdissimas virtudes: e bõdades: magnanimo esforço: excellentes costumes e manhas e muy craros feytos do christianissimo: muito alto e muito poderoso principe elRey dõ Ioaõ o segundo deste nome: e dos Reys de Portugal o trezeno de gloriosa memoria: começado do seu nascimento e toda sua vida até a hora da sua morte: cõ outras obras que adiante se seguem. Com priuilegio Real. — No fim: *A louuor de deos e da gloriosa virgem nossa senhora se acabou o liuro da vida e feytos delrey dom Ioaõ ho segundo de Portugal... Foy impresso em casa de Luys rodriguez livreiro delrey nosso senhor aos xii dias do mes de Junho de mil e quinhentos e quarenta e cinco annos.*

Folio, caracteres gothicos, a duas colunas.
Descripto em Figanière e Innocencio.
Bibliotheca Nacional de Lisboa. Bibliotheca de Evora.

Damiani Gois Egvitis Lvsitani. Vibis Lorvaniensis obsidio. Olisipone apvd Lodouicum Rhotorigium typographum. M. D. XLVI. — No fim em seguida a errata: *Olisipone, in ædibus Lodovici Rhotorigii typographi ac bibliopolæ regii, mense Iunio. M. D. XLVI.*

O titulo n'um frontispicio egual ao do *Insino christã.*
4.º, A Aiii, 24 fls. inn.
Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados, 231.

*

Este exemplar conserva os *ex-libris* de C. Van Hulten (lindissimo) e o de D. Henr. Ios. Rega Med: Doc: Proff. Prim.

Tem tambem o retrato de Goes com o monograma.

Outro ex.: na Bibliotheca da Ajuda.

Norte de cõfessores compuesto por el doctor de Mõçon predicador del rey nuestro señor: adõde se tratan las partes que han de tener los Sacerdotes q̃ confiessan: y declararse la orden q̃ han de guardar en sus confessiones: y la manera que ternã en determinar los casos y dubdas que alli se offrescen. E obra muy prouechosa para todo genero de personas, principalmente para los que tienen cargo de confessar. Y esta aprouada por muy excelẽtes perlados y doctos varones. Fue vista por la sancta inquisicion. — Este titulo está dentro d'uma singela mas bonita portada. No fim: *A loor de Dios y de la gloriosa Virgen nuestra señora se acabo de imprimir el libro llamado norte de confessores | compuesto por el doctor de Mõçon: fue visto y aprouado por los deputados de la sancta inquisicion. Imprimiosse en casa de Luis rodriguez librero del rey nosso senhor y escudero de su casa: Acabosse a los doze dias del mes de mayo: de mil & quiniẽtos y quarenta y seis años.* (No verso o escudo do impressor).

1 vol., 8.º, sem paginação: rub. Aij Irj.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Breviarivm Eborense. — Este titulo, a vermelho, na base d'um portico que tem ao centro as armas do Cardeal Infante. No fim, em folha solta: *Ad lavdem omnipotentis Dei & illibatæ semper virginis Mariæ, explicit breuiarium diuinorum officiorum, iuxta ritum sanctæ Eborensis Ecclesiæ, denuo emendatum | correctum | immutatum | ac longe iam ordinatius elegantiusq factum, iussu & auctoritate Reuerendissimi in christo patris | illustrissimīqz principis ac dñi D. Henrici S. R. E. Cardinalis. ti. Sanctorum quator Coronatorum. Portugalliæ Infantis, ac primi eiusdem eccl'iæ archiep̃i. Olisipone Apvd Lvdovicvm Rotorigium bibliopolam, typographum regium. Anno á Cristo nato, millesimo quingentesimo quadragesimo octauo: mense Aprili.*

8.º, 19 fls. preliminares com Calendario, etc., segue estampa com rei David tocando psaltherio. — Na folha seguinte começa a numeração por columna, tendo 2 cada página: 1777 colunas.

Por baixo das erratas a taxa do livro: *Foi taxado por S. A. ho preço deste breviario enquadernado, em cccl xx reaes.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Tratado da santissima comunham ho qual deue ter e ler todo Christão muitas vezes. — Este titulo dentro de portada. No verso: *Começa ho tratado de micer Carillo cidadão Romão & capitam dos Venezeanos em ho qual persuade a todo Christão: ha frequentação da sanctissima Comunham. E respõde aas falsas razões que algũs fazẽ em cõtrario: tirado do toscano em portugues.* — No fim: *Foy impresso este trado* (sic) *ẽ ha muy nobre & sempre leal cidade de Lisboa em casa d' Luis Rodriguez Imprimidor. Cõ licẽça & autoridade da sancta Inquisiçã.*

8.º, 24 fls. sem numeração. Caracteres gothicos.

Descripto sob o n.º 1848 no Catalogo da livraria de José Maria Nepomuceno.

Innocencio descreve no tomo 7.º do seu *Diccionario,* pag. 385, outro exemplar pertencente ao sr. José do Canto, e o unico então conhecido. Diz que deve ter sido impresso pelos annos de 1540, mas não indica as razões em que baseia o seu calculo, que julgamos méra hypothese.

L. Andreæ Resendii De uerborũ coniugatione commentarius. Olisipone. Apud Lodouicũ Rhotorigium typographum.

4.º, 59 fls. inn. signat. Aii Piij.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Regimento de como os contadores das comarcas hão de prover, etc.

José Anastacio de Figueiredo cita um exemplar de 1514, impresso por Luiz Rodrigues. Innocencio objectou e objectou bem, que era impossivel attribuil-o áquelle typographo, que só começou a ter prelos, que se saiba, em 1539. A edição

primitiva é de 1514 e de João Pedro de Bonhomini. O sr. Tito de Noronha esclareceu a duvida em vista d'um exemplar pertencente ao visconde de Azevedo. Luis Rodrigues fez effectivamente uma nova edição, reproduzindo-a fielmente, até as indicações typographicas. Sabe-se, porem, que lhe pertence, além das differenças de typo, por trazer o seu escudo, ou marca typographica.

O sr. Tito de Noronha atribue-a, sem grande fundamento, ao anno de 1539.

Veja-se o seu trabalho sobre as *Ordenações do Reino* (Porto, 1873), pag. 12.

MANUEL JOÃO

Manuel João exerceu a sua industria em Lisboa e Vizeu no periodo decorrido entre 1565 e 1578. O sr. Tito de Noronha atribue-lhe 11 edições; nós temos nota de 14, como passamos a enumerar chronologicamente:

Ordenações.

Lisboa 1565. A subscripção final, no 5.º livro, diz que a obra concluira a 3 de março, donde se pode deduzir que a impressão talvez começasse no anno anterior, por não ser muito natural que ella se realizasse no praso de dois mezes.

Oração em Sancta Maria da Graça de Lisboa, a 19 dias de Maio de 1566, na trasladação dos ossos da India a Portugal do mui illustre capitão e governador da India Affonso de Albuquerque. Lisboa 1566.

Ex.: da Bibliotheca de Evora.

Na Torre do Tombo ha um ex, encadernado com a 2.ª edição dos Commentarios de Affonso d'Albuquerque.

Libro del inuencible caballero Primaleon hijo de Palmerin de Oliua donde se tractan los sus altos hechos en armas y los de Polendos, etc. —Tem no fim: *Fue impresso en Lisboa em casa de Manuel Joan. En este año de MDLXVI.*

Primeira parte das chronicas da ordẽ dos frades menores,

de fr. Marcos de Lisboa. — Diz na subscripção final: *Foy impressa esta obra em a muy nobre & sempre leal cidade de Lisboa em casa de Manoel Joam & acabouse aos xx dias de Fevereiro de 1566.*

Barbosa Machado diz que Theotonio da Gama tem tres epigrammas seus nas Constituições feitas pelo geral João Baptista Rubeo e impressas em Lisboa por Manuel João, 1567, 4.º

Que constituições serão estas?

Artigos das sisas nouamente emendados per mandado Delrei nosso senhor. — Grande escudo de armas reaes encimado pelo dragão: *Foi impresso em a mui nobre & sempre leal cidade de Lisboa em casa de Manuel Ioam. Anno M. D. LXVI. Com Privilegio Real.*

1 vol., folio. No verso do frontispicio o alvará a favor de Duarte Nunes de Leão, para que elle possa imprimir os artigos das sisas, *que hora nouamente emendou.* No 1.º folio o prologo. É um alvará de D. Sebastião, sem data, em gothico. Segue o reportorio dos artigos, em 7 folios, em typo redondo. Em seguida 1 fol. inn. contendo os erros da impressão. Os artigos das sisas com foliação nova. Os titulos dos capitulos em redondo, o mais em gothico. XXXVII folios.

No fim da ultima pagina declara: *Estes artigos com seu repertorio se não poderão vender por mais que por dozentos reaes em que forão taxados.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Chronica dela Orden de predicadores, de sv principio y sucesso hasta nuestra edad, y de la vida del bien auenturado sancto Domingo su fundador, y de los sanctos y varones memorables q̃ en ella florecieron. Copilada de Historias antiguas, por el padre fray Iuan de la Cruz professo de la mesma Orden de la prouincia de España: al serenissimo Principe de Castilla Don Carlos etc.

¶ *Acrecentaronse muchas cosas de memorias antiguas de la orden por diligencia de algunos Religiosos del Conuento de Lixboa, dela Prouincia de Portogal, a cuyas manos vino esta Coronica, y la hizieron estãpar.* — Este titulo dentro d'um portico gravado, frontão sustentado por quatro imagens de santos; duas de cada

lado. No fim: *Acabose este primer volume a xxiiij dias de Deziembre del presente año de M. D. LXVII. en la emprenta de Manuel Iuan con licencia del Ordinario y deputados del sancto Officio, y del Reuerẽdo padre Maestro fray Francisco Forero prouincial de la prouincia de Portogal.*

Fol. CCLVII, mais 3 folios prel. contendo: Carta do autor ao Principe D. Carlos, Prologo, Prologo do 1.º livro, indice de materias.

Bibliotheca Nacional de Lisboa, Archivo Nacional.

Ordo Missæ Secvndvm Ritvm Sanctæ Romanæ Ecclesiæ, Avthore R. P. D. Ioãne Burcardo Argentinensi decretorum doctorem, & capelle Sũmi Pontificis Ceremoniarum magistro, nuper á mendis omnibus castigatus, & in faciliorem formam restitutus. De mandato illustrissimi & Reuerendissimi P. & D. D. Georgij d'Attaide Episcopi Visiensis excussus in eadem vrbe Vizensi, Per Emanuelem Ioannis (sic) *eiusdem illustrissimi & Reuerendissimi D. Episcopi Typographum. Anno 1569. Taxatus centum viginti regalibus Lusitanis.*

4.º, 3 fls. inn., 40 folios numerados pela frente.

O titulo está por baixo das armas episcopaes.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Ha outra edição d'esta obra, Lisboa, por Antonio Alvarez, 1589.

Compendio e somario de Confessores tirado de toda a substancia do Manual, etc.

Vizeu, 1569.

Vide Manual de Bibliographia. Edição desconhecida de Innocencio e que o sr. Tito de Noronha aponta a pag. 102 da sua monographia sobre as *Ordenações do Reino.*

Regvlæ Cancellariæ, Sanctissimi Domini Nostri Pii divina prouidentia Papæ Quinti, eiusq̃; Motus propii, Bullæ & alia decreta necño felicis recordationis Pauli Quarti, post promulgationem Sacrosanti Tridentini Consilij edita. — Grande escudo de armas episcopaes. *Per Reuerendiss. Patrem & Illustriss. Dominum D. Georgium*

D'attaide Episcopum Visensem approbata. Excussa per Emanuelem Ioannis Typographũ eius Reuerendiss. Domini Episcopi Visei in eadem Vrbe. Anno Incarnationis Dominicæ 1570.

4.º, CLXXVI folios numerados pela frente.

No verso do frontispicio: *Emanuel Ioannes Typographus Candido Lectori.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Antonio Gonçalves imprimiu em 1570 uma obra identica: *Sanctiones Apostolicæ et Regulæ Cancellariæ...*

Ex.: na Bibliotheca de Evora.

Ha ainda outra edição de Coimbra, compilada por Sebastião Stochamer, impressa por João da Barreira: *Extravagantes: Regulæ Cancellariæ.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 3, pag. 142)

CAPÍTULO XIII

Fastos religiosos do concelho — Festas e diversões

Na organização eclesiástica do antigo reino, Marvão fazia parte da diocese da Guarda, uma das que teve o mais extenso território dos bispados do continente, enquanto lhe esteve unida a vasta região que, transpondo o Tejo, ia limitar com a diocese de Évora. Reconhecendo-se, porém, mais tarde que só um prelado não podia reger tão extensa diocese solicitou o monarca D. João III do papa Paulo III a criação do novo bispado de Portalegre, desmembrando-se do bispado da Guarda, para êsse fim, as terras além do Tejo e anexando-se-lhe outras que pertenciam ao arcebispado de Évora. Portalegre, a escolhida sede da nova diocese, gozava já nesse tempo foros de vila importante e notável, não só pela sua indústria, avultada e crescente população, como também pela sua ilustre e esclarecida nobreza (1).

Em 3 de Janeiro de 1533 é instalada na referida vila a sede de uma nova correição; por bula do papa Paulo III de 18 de Agôsto é criado o novo bispado e, finalmente, em 1550 a sua importância é de novo reconhecida dando-se-lhe a categoria de cidade por carta de D. João III dada em Lisboa a 23 de Maio do dito ano (2).

---

(1) Dr. F. A. Rodriguez de Gusmão, *Dioceses e metropoles do reino — Instituto de Coimbra*, ano 16.º, pág. 197.

Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Bispos de Portalegre*, Manuscrito n.º 472.

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Privilegios de D. João III*, liv. 4, fl. 117.

À nova diocese criada ficou pois pertencendo a vila de Marvão, dentro de cujo recinto amuralhado existiam duas igrejas paroquiais, a de Santa Maria, que era a matriz, e a de S. Tiago. Ambas estas igrejas eram priorados e tinham jurisdição, com alternativa de um ano, nas quatro ermidas que então existiam no termo a saber: Santo Antonio, S. Brás, Calvário e Santo André.

A mais antiga igreja da vila é a de Santa Maria, junto da entrada principal do castelo; denominava-se, a principio, de Nossa Senhora, mas, depois que se fundou a igreja do convento com a invocação de Nossa Senhora da Estrela, passou a matriz a denominar-se de Santa Maria. Fazia parte das igrejas do Padroado sendo depois incluída na Ordem de Malta.

Nas informações paroquiais que acêrca dela enviou o prior padre Fr. Miguel Viegas Bravo e às quais já aludimos em outro lugar, dizia-se que a renda do seu benefício, tanto em dízimos como em passais, chegava, uns anos por outros, a atingir a soma de 500$000 reis, sendo, porém, a pensão tirada exclusivamente dos dízimos, duas partes dos quais pertenciam aos religiosos maltezes de S. João da Penitência, da vila de Estremoz, e a outra parte, com os respectivos passais da igreja, ao seu prior.

Esta paróquia tinha um coadjutor com o rendimento de 40$000 reis e uma irmandade do Santíssimo.

A sua jurisdição pertencia também a igreja do Espírito Santo que ainda hoje se ergue dentro da vila e na qual existiam três confrarias ou irmandades: Chagas, que costumava fazer as festas da semana santa e a procissão de Passos, no 5.º domingo da quaresma; a confraria da Senhora do Pé da Cruz e a da Misericórdia.

A festa que era costume celebrar nesta igreja por ocasião do Espirito Santo parece ter sido uma das mais antigas da vila e a que ali se realizava com mais pompa e solenidade.

A ela se refere uma curiosa provisão de D. Afonso V, passada em Lisboa a 19 de Novembro de 1454, ordenando que os oficiais da Câmara podessem constranger os mancebos solteiros a servir nos ofícios da festa do Espírito Santo, diploma que foi depois confirmado, a requerimento dos mancebos solteiros de Marvão, pelos reis D. João II, D. Manuel e D. João III (1).

---

(1) A confirmação de D. João II é datada de Santarém a 8 de Maio

¡Se em 1454 era *costume antigo* em Marvão celebrar-se esta solenidade, como nos mostra o texto do aludido documento que julgamos interessante publicar aqui, imagine-se de que remotos tempos ela não viria já!

«Dom Joham etc. A quamtos esta mynha carta virem faço saber qne por parte dos mancebos solteyros da vyla de maruam me foy apresemtada hua carta delRey meo senhor e padre que samta glorya aja de que ho teor tall he. Eu Dom manuel per graça de Deus Rey de portugall e dos algarues da quem e dalem maar em africa senhor de guine e da comquista e comercyo detiopia arabya persya e da India. A quamtos esta nosa carta virem fazemos saber que por parte dos mancebos solteyros nos foy apresentada hua carta delRey Dom Joam meo prymo cuja alma deus aja da qual o theor de verbo a verbo he este que se segue. Dom Joham per graça de Deus Rey de portugall e dos algarues daquem dalem maar em africa senhor de guine. A quamtos esta nossa carta virem fazemos saber que hos mamcebos solteyros da nosa villa de maruam nos emviaram mostrar huua carta del Rey meo Senhor e padre da muyta esclarecjda memorya que deus aja da quall o theor he este que se ao diamte segue Dom Afonso per graça de deus Rey de portugall e dos algarues senhor de ceyta a quamtos esta carta virem fazemos saber que queremdo fazer graça e mercee aos mamcebos solteyros da nosa villa de maruam per omra da festa de samto esprito que amtigamente custumam fazer na dita vyla temos por bem e quereemos que da quj em diamte nos dias em que a dita festa durar e custumam fazer os emperadores e oficiaes que pera elo

---

de 1484. De D. Manuel há duas cartas de confirmação: uma datada de Setúbal a 10 de Maio de 1496, outra de Lisboa a 4 de Dezembro de 1499.

Sôbre a história desta antiga solenidade são curiosos os documentos que o sr. Pedro de Azevedo, ilustrado funcionário superior da Biblioteca Nacional, publica na *Revista Luzitana*, vol. 4.º, pág. 134 e vol. 15.º, pág. 122.

O costume de celebrar esta festa generalizou-se por quási todo o país e seus domínios, chegando a fazer-se com extraordinária pompa, desusado brilho e opulência em algumas terras das ilhas dos Açores. — *Archivo dos Açores*, vol. 3.º, pág. 287.

forem ordenados segundo seu custume posam apennar e costramger quaesquer mamcebos solteiros da dita villa e termo que nam qyserem aceytar os oficios e carrego da dita festa compriveis — a fazerem as outras cousas que lhes pera ello os ditos emperadores e oficiaes forem mamdados pera ela e hos que ho asy nam qyserem compryr seus mamdados e forem desobediemtes posa por pena a todos ou a cada huum delles que ho comtraryo fizer ate comtia de cem reaes bramcos o posam per elo mandar penhorar e vemder seus penhores ate a dita comtya a qual penna seya apropriada pera a comfrarja da dita festa e nam pera outras alguas cousas e queremos que acerqua desto nam de seus jogos a dita festa pertemcer que hos ditos emperadores e oficyaes amtre sy per omra dela ordenarey o noso corregedor da dita comarqua e juizes da dita villa e homees bõos e precurador dela nom mamdar o comtrayro nem lhe façam algua toruaçam amtes hos leixeis lyuremente usar de seus jogos e fazer sua festa como sempre fizeram nam fazemdo dos outros excessos ou males por que seyam obrigados as nosas justisas outro sy queremos que o meyrinho dos ditos emperadores e seus omes que forem ordenados pera com ele amdarem na dita festa posam trazer suas armas quaes e quamtos lhes aprouuer e durando ela que ho alcayde da dita villa nom tenha com eles deuer e lhes leixe trazer sem embargo de quall quer nosa defesa e ordenaçam em comtrayro fizer e comtamto que eles nam faram com elas o que nam deuem e se o fizerem que as nosas justisas proueyam sobre elo como for Dereito e tambem queremos e mamdamos que se os ditos emperadores ou seu juiz mamdarem a cadea sem outra pena de dereito alguns dos ditos homes solteiros ou casados que com eles emtrarem na dita festa por nam compryrem seus mamdados a ela pertemcemtes que ho alcayde do castelo da dita vylla os mamde em ele Receber e os nam nem mamdem soltar seum espycyal mamdado dos ditos emperadores ou seu juiz que se a vos forem e lhes nam leuem nem mandem leuar caserajarem algua somente aquelo que lhe pertencer de mall emtrada e yso mesmo queremos que se algum homem casado de quall quer condiçam que seya que se meter nos ditos jogos e festas com os ditos

mamcebos solteiros e nom forem bem obedientes e bem mamdados aquelo que por os ditos emperadores ou seu juiz for mandado pera omra da dita festa e posam asy ser apermados como solteiros e porem mamdamos a todos corregedores Juizes e Justisa outro quaesquer nosos oficyos e pessoas a que o conhecimento desto pertemcer e esta nosa carta for mostrada que o cumpram e guardem e façam cumprir e guardar daquj em diamte per guissa que em ela he comteudo sem algum embargo que lhe sobre elo seya posto em algua maneira que seya por que asy he nosa merce Dada em Lixboa a xix dias de novembro Ruy Diaz a fez anno de noso Senhor Jesus Cristo de mjl iiij liiij annos. E pedymdonos os ditos mamcebos solteiros por merce que lhe comfirmasemos a dita carta e preujlegio e visto per nos seu Requerymemto queremdo lhe fazer graça e merce temos por bem e ho comfyrmamos asy e pola guissa em que elo he comteudo. E porem Mamdamos a todolos nosos Corregedores e Justisa que asy lho cumpram e guardem e facam muy Imteyramente guardar sem yrem comtra ela em maneira algua por quamto asy he nosa merce. Dada em Lixboa a xbij de Junho Luys corea a fez de myll bcij. E pedimdome os sobre ditos por merce que lhe comfirmasem a dita carta e visto por mj seu Requerymento e queremdo lhe fazer graça e merce tenho por bem e lho confirmo porem quero e me praz que se cumpra e guarde asy e tam jnteyramente como se em elas comtem. grigoryo damarall a fez em lixboa aos xix dias do mez de Julho anno de mjll bc xxix annos (1).

Esta festa, que alguns querem que fôsse instituída pela rainha Santa Isabel na vila de Alemquer, deve ter sido uma das mais antigas que na vila se celebrava. O nome de festa do *Imperador* provinha de figurar no cortejo uma pessoa com os trajes e os atributos dessa dignidade, acompanhada de outras pessoas figurando de reis, com suas esposas, um numeroso séquito de págens, nobreza, corporações de artes

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo—*Chancelaria de D. João III*, liv. 17.º, fl. 133.

e ofícios com os seus respectivos pendões e fechando o préstito grande concurso de povo.

Em 1566 há notícia de se ter dado em Marvão um sério conflito por causa desta festa, entre o Juís de Fora da vila e um tal Gonçalo Rodriguez, na ocasião em que estava para sair o cortejo do Imperador. Dá-nos testemunho dessa contenda uma curiosa carta de D. Sebastião, datada de Lisboa em 2 de Setembro do referido ano, da qual consta que o dito Gonçalo se queixara do Juiz de Fora alegando que tendo realizado os mancebos da vila esta festa, consoante o velho costume, haviam colocado no couce do cortejo o *Imperador* com a sua bandeira, ao que o Juiz se opoz mandando-o colocar adiante do préstito.

Como os mancebos tivessem insistido no seu propósito e desobedecessem ao Juiz mandara esta autoridade prender, com grande escândalo, o referido Gonçalo. Emfim um *casus belli* originado na pragmática e usança da festa, que ia revolucionando a vila e que daria assunto ao estro inspirado do vate António Diniz da Cruz da Silva para uma nova sátira semelhante ao Hyssope.

A festa do *Imperador* começou depois a degenerar convertendo-se de festa religiosa num verdadeiro préstito carnavalesco e profano, em que entravam mulheres tocando pandeiros e adufes, chacotas, folias, momos e várias dansas.

Tais exageros obrigaram o bispo da Guarda D. Pedro, diocese a que então pertencia, como já dissemos, a vila de Marvão, a censurar àsperamente, nas Constituïções do seu bispado, ano de 1500, titulo 56.º, o costume abominável usado pelos fregueses da sua diocese de em certos dias festivos ordenarem *imperadores*, *reis* e *rainhas*, entrando nas igrejas com jograis que tinham a audacia de subir ao púlpito, de onde proferiam *muitas desonestidades e abominações* (1).

Iguais censuras e proïbições se repetiram também e mais tarde nas Constituïções Sinodais do novo bispado de Portalegre determinando-se:

> «que nas igrejas e seus adros não tanjessem, bailassem, passeiassem ou conversassem, nem ahi fizessem ajuntamentos profanos de homens e mulheres,

---

(1) Gama Barros, *ob. cit.*, tom. I, pág. 529.

nem farças, nem representações deshonestas, sob pena de um cruzado até cinco de multa;

«que nos mesmos adros se não fizessem autos judiciais, nem execuções corporais de justiça, nem escrituras de contractos, nem feiras, nem mercados, nem palanques para se verem correr touros;

«que nas procissões se não comesse, nem houvesse cantares profanos nas Igrejas ou Ermidas onde se dirigissem as ditas procissões etc.» (1).

(Continúa).

P. M. Laranjo Coelho.

---

(1) *Constituições Synodais do Bispado de Portalegre* — Arquivo Nacional da Torre do Tombo $\frac{17}{15}$ (livraria).

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 4$50

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 3$50

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 3$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 2$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 2$50

Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, palo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 3$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 2$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 2$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º
N.º 6

1923
Junho

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADF
1923

O INSTITUTO

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Uma atitude de Antero — Coordenação duns apontamentos duma obra a realizar, por João Augusto da Fonseca Junior 241
Terras de Odiana, por P. M. Laranjo Coelho 255
Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, D. José de Meneses (1705-1710), por Joaquim de Carvalho 265
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por Sousa Viterbo 276

UMA ATITUDE DE ANTERO

COORDENAÇÃO DUNS APONTAMENTOS DUMA OBRA A REALIZAR

> Há ainda quem julgue que a originalidade está em tirar tudo do próprio fundo: em dizer coisas que nunca ninguém disse; em pensar de modo diferente do que todos os outros pensam: e que tal originalidade seria o característico do génio. Se essa é a verdadeira originalidade, êsse o verdadeiro génio, os psiquiatras responderão que é nos manicómios que devemos ir procurá-los.
>
> Adolfo Coelho, *In Memoriam* (Antero de Quental), pág. 39.

«Desta espécie de revolução fui eu o porta-estandarte, com o que me não desvaneço sôbre maneira, mas também não me arrependo».

São palavras de Antero de Quental, recortadas de uma carta autobiográfica, dirigida ao professor Wilhelm Storck. Marcam uma atitude bem definida: a sua acção na escola Coimbrã.

Eis o assunto do nosso escrito.

Não é novo o sujeito; há muito anda nas bôcas da maioria dos letrados, contudo afigurou-se-nos que as gerações idas não o dissecaram totalmente. Existe nesta questão uma dolorosa duplicidade de pensar, daquele talento prenhe de pessimismo, que as vidraças de Ramalho descobriram, mas não iluminaram.

Pareceu-nos o momento azado para cozermos as notas do nosso ementário, que também as tomamos nos momentos de ócio como é de usança dos homens doitos.

*
* *

Ora três anos antes de cairem os primeiros calhaus dos Coimbrões junto da cátedra donde Castilho pontificava e distribuía a adjectivação fazedora de reputações, alguém arre-

metera contra o poeta encanecido pelas trabalhosas invernias da sua vida.

Fôra o caso de que, o autor do *Método Repentino* vazio de bossa crítica, consoante o atestam os volumes *Mortos e Vivos*, oito livros feitos de retalhos da *Revista Universal Lisbonense,* cuja redacção o vate abandonou em meados de 1845 (1), se permitira mandar para o prélo uma *Conversação Preambular,* sôbre o D. Jaime, que prefaciaria a brochura; rasgando assim ao estreante o caminho estonteador da glória e antemostrando ao editor, umas dezenas de patacos, reparadoras do exaustivo cálculo do orçamento.

Esbater-se-ía o arrazoado do incansável pedagogo, se tivesse limitado as considerações, estritamente à mimosa tonalidade aguarelística de Tomás Ribeiro, advogando mesmo o sentido elevado do patriotismo luzonio, fonte duma sã regeneração nacional, mas não. ¡Castilho pleno de entusiasmo caminha, avança, como se não houvesse barrancos a vencer, e nesta aflitiva marcha perde o bordão, aquela cultura que o tinha norteado pela vida fóra e tropéça, cai e é molestado!

¡Interjeiciona-se-nos penosamente o espírito a quando a leitura do prólogo já vai findada!

Cremos num alheamento rebuscado e voluntarioso, esquecer a agonia dum prestígio que é excitado pela febre, mas o quadro pode mais que a vontade e voltam as palavras do negro sucesso: «A linguagem dos Lusíadas foi a melhor que se podia para o seu tempo; mas o seu tempo já lá ficou para traz há três séculos; e falar hoje, como falou Camões, nem a um velho tonto e pirrónico se desculparia quanto mais a um viçosinho de sete ou oito anos». E continua: «A gramática mesma, êste senso comum da linguagem, que os primeiros instituidores tanto deviam zelar, promover, e dirigir por uma lógica prática e séria para a boa entrada em estudos superiores, a gramática mesmo (sem custo se demonstraria, se necessário fôsse) é freqüentes vezes ofendida nos Lusíadas, por mais que lhe queiramos acudir com o valhacoito das figuras e das nimio elásticas licenças poéticas».

«A versificação dos Lusíadas, está no caso da sua linguagem; foi a melhor para o seu tempo; mas a arte de metrificar é hoje totalmente outra e melhorada, e nenhum

---

(1) Júlio de Castilho, *Memorias de Castilho,* Instituto, 1893-1894, pág. 947.

bom poeta dos nossos dias, ainda que inferior a Camões, se resignaria, cuido eu, a assinar como sua uma única estância inteira de todos os dez cantos; se há um que diga que usava, que me aponte qual é essa estância fenix que ao fim de quási três séculos está ainda tão lustrosa e juvenil» (1).

¡E assim prossegue o murmurador de Camões, embora pretenda com convencimentos tecidos de atitudes tomadas, justificar uma autoridade que não possuia!

De resto o novato versificador, ao aceitar a espontânea oferta do Mestre e do Amigo, nunca supôs que o pejo lhe acerejaria o romântico rosto. Aguardava palavras duma chaneza íntima, ouvidas nos saraus caseiros, onde o gôsto de cantar anémicas idializações lhe tinha criado alentos; contava com umas dezenas de afirmações feitas em português de lei, e contrastadas por um carinho paternal, que o tornariam sensível mesmo ainda nos trambulhões da ligeira existência.

E afinal: a opiada antevisão daquela aspirada estreia, havia de ser a louza tumular do seu querido Castilho, que ao recomendá-lo aos seus ledores, tantas e tão artificiosas asserções lhe produziu, que os de miopia menos perniciosa, impacientando-se, levaram o rapaz num esgare de descontentamento, a coçar a exteriorizadora guedelha.

Mas o prefaciador compusera a peça à guisa de marcha triunfal. Debuxa o motivo da abertura quási num trémulo pianíssimo, avigora-o, torna-o heróico nos últimos compassos, onde os metais, cornetins e trombones, são soprados rijamente.

Não lhe interessa a resistência dos tímpanos daquele a quem presta homenagem; êsse vá para o incómodo galinheiro observar a celeuma dos espíritos dos outros para quem é escrita.

Se algum zote achatar os saltos nos tacões, isso pouco o molestará, pois carece de sapateiro ou ferrador que lhe aplique o formulário.

Êle, o autor, voltará para o palacete, seguro da grandeza do parto e continuará a ouvir as cigarras de Anacreonte na copa da sua olaia.

Sucede porém que a protestação aludida aí para trás, não saía dum cérebro de crítico de periódico, que grangeou

---

(1) Tomaz Ribeiro, *D. Jaime*, Pôrto 1921.—*Conversação preambular*, pág. LXXXIII seg.

*

confiança na bilheteira, em câmbio de uns adjectivos endereçados ao empresário, nem de qualquer reputaçãosinha medrada em estufa literária e conhecida por recitações das meninas das Doroteias.

Partia dum trintão, senhor dum divino concebimento artístico, entendido nas mais espinhosas combinações de acordes e pontos, creador dum lirismo amoroso, simplista e elevado, e amparo do soneto, cuja renovação camoneana tentara com evento.

Levara, na verdade, dez anos de freqüência nos estudos universitários, para findar a formatura em leis, porque patenteára uma minguada afeição aos bancos das aulas e empregára a sua mocidade numa vida de académico (1), que produziu fama, quer pela sua inteligência, quer pelo seu coração.

Feriram-no as desafinações castelhanas e vá de responder no Bejense com o carinho e a elevação que o assunto requeria. Não deparámos nesse escrito, novamente impresso em 1880 à maneira de folheto, pela rareza que o envolvera, com a velha azedia dos polemistas cá da terra.

João de Deus, começa por não dizer «que o D. Jaime não seja um grande livro» (2). Está mesmo convencido que ao acabar as suas linhas e que o leia será «um dos seus muitos admiradores»; contudo, pondera como grave a ofensa aos Lusíadas embora seja fruto dum excesso de benevolência. ¡Tal injustiça era a lógica resolução dum propósito premeditado, visto que o livro de Tomaz Ribeiro excedia sôbre todos os pontos de vista a epopeia dos nossos descobrimentos! E o lírico singular, examina as contumélias do maldizente, coteja-as pachorrentamente e depois de vincar contradições nelas entalhadas remata os seus reparos em lentos compassos de ménia:

«Se o tempo dos Lusíadas passou, se aquela mistura de religiões é absurda e ridícula, se era tal o poeta ou a forma de verso de sua natureza tão viciosa que em todos os dez cantos se não descobre hoje uma oitava que qualquer bom poeta contemporâneo se não envergonhasse de compôr, se até os erros de gramática são freqüentes, eu então voto

---

(1) Fran Paxeco, *A Escola de Coimbra e a Dissolução do Romantismo*, Lisboa, 1917, pág. 17.

(2) João de Deus, *Os Luziadas e a Conversação preambular do D. Jaime.*

que a estátua que o mesmo senhor António Feliciano de Castilho nos tem aconselhado a levantar a quem nos levantou a nós o monumento que pelo assunto e os primores da sua construção marca uma época na história do mundo, seja de gesso» (1).

¡E o voto de João de Deus foi quási uma profécia! ¡Vida de titânica vontade, calcando sofrimentos requintados, fenecer de doentia incerteza num crepúsculo talvez eterno, posteridade renegada lacerando-lhe o sentido imortal da raça, consagração de pigmeus de bestunto ôco!

Eis a existência de Camões.

Que êsse macabro desdem, erigido ao imortal, não abata.

É a grilhêta da geração que o elevou, pois a nossa apesar dos destrambelhamentos que a torturam, não suportaria semelhante mamarracho em atitudes de espadachim medievico...

Mas abençoadas reticências, sintetizando o alvo do nosso desafogo, endireitam-nos novamente para o assunto da nossa tarefa que agora se entretinha numa transcrição fundamental dêsse oportuno ataque; o alvorar daquele «fenómeno moral e intelectual da dissidência da Escola revolucionária» (2).

*
* *

A Universidade era o centro criador dêsse espírito de alvoroto. «Coimbra afirmava-se então dum modo singular. O ensino universitário não satisfazia a mocidade, convulsionada pelas grandes questões do dia — questões filosóficas, religiosas, históricas, literárias, sociais, económicas... que prendiam sobretudo a atenção, tornando-se o tema das discussões ordinárias, em vez das lições oficiais. Como tinha chegado àquele canto remoto, essa corrente revolucionária — não é facil de explicar; nem tampouco, como teve o poder de apaixonar rapazes o menos preparados para a receberem. Resultou daí transformar-se aquele meio em tumultos de ideas e opiniões, de maneira nenhuma adaptado a formar espíritos novos, que vinham cada um da sua terra, duma atmosfera totalmente diversa, dum viver antigo e tradicional» (3).

---

(1) João de Deus, *ob. cit.*
(2) Teófilo Braga, *Renascença* (Revista), IV.º 1.
(3) *In memoriam*, pág. 10.

Alberto Sampaio aponta a falência universitária e a ânsia febril de conhecimentos, embora desconexos, dessa mocidade e de irreverências salvadoras; contudo, não as precisas com fundamentos, talvez por uma intensão de premeditado silêncio e de respeitosa modéstia. De silêncio para não saír dos acanhados limites dum artigo, de modéstia para não ostentar os seus louros.

O corpo docente da velha universidade, nìmiamente enfraquecido com a substituïção das raras competências que Fontes arrastara para os negócios públicos, porque não era senhor duma idea exacta da missão do seu organismo, detinha-se em discussões de foro académico e de moides teorias de sciência, fechando-se dêste modo ao espírito novo que agitava o mundo moderno.

Caída num ultra-conservantismo e num ultra-catolicismo opressivo, não tardaria em mentir no seu próprio meio a reacção que lhe indicaria o justo caminho.

Assim aconteceu e acontecerá todas as vezes que êsses estabelecimentos de ensino deixem de ser os mais altos expoentes morais e intelectuais duma nacionalidade. E então surgirá, como naqueles tempos, uma falange formada de valores positivos, capaz de os transformar em verdadeiras escolas de revolução do pensamento humano. Eis a nosso ver as causas dessas preocupações, quer morais, quer espirituais, que sacudiam a Luza Atenas.

Antero de Quental tinha pouco mais duma duzia de anos quando foi lançado nêsse meio (1). Aos dez partira para a metrópole afim de iniciar os seus estudos. Entra com seu irmão André da Ponte para o Colégio do Pórtico (2), instituído por Castilho no seu regresso dos Açores (3).

Aí exercita-se, sôbre a regência do Director, no português, no latim e no francês. Passa pelas diferentes mudanças do seu internato, desde a primeva na rua do Machadinho, até à postreira, na rua Buenos Aires, à Estrêla. As instalações aqui melhoraram grandemente, pois a quando funcionava na rua dos Douradores, eram péssimas, como se poderá deduzir daquele longo e estreito corredor, de altas paredes, no interior da Baixa de saguões fedorentos.

---

(1) Fran Paxeco, *A Escola de Coimbra e a Dissilução do Romantismo*, pág. 3.

(2) Júlio de Castilho, *Memorias de Castilho*, Instituto, 1897, pág. 107.

(3) O Sr. Fidelino de Figueiredo no seu livro *Hist. da Lit. Realista*, pág. 34 dá a existência do Colégio em Ponta Delgada. Há engano.

Logo que adquiriu as noções necessárias, foi completá-las para o Colégio de S. Bento, em Coimbra, onde o matricularam como interno(1). Faz os preparatórios e dá ingresso na Faculdade de Direito em 1858.

O ex-formigão; tal era o epíteto por que eram conhecidos na gíria da estudantada os colegiais de S. Bento — tinha sido doutrinado durante a sua puerícia, nas normas salutares dos bons costumes e das boas maneiras.

Os seus actos, tangidos duma brandura exteriorizadora do socêgo que lhe ia aquecendo a ridente existência, amostravam escancaradamente a criação do moço, que ora encetava novos estudos num centro tão longínquo das suas infantilidades.

Assim outros horizontes deveriam nascer-lhe da acomodação à azougada juventude que o envolvia com seus ignotos ideais. Na verdade o espírito de Antero turbou-se em curva sinistra, porque não poude aguardar pachorrentas derivações. Num instante, pela bruteza do embate viu suas crenças arrazadas e seus potes de azeite partidos. E então; só, com o cérebro convulsionado, frustrâneamente pretende orientar-se na noite que lhe abala o ser. A crise morre; a lucidez volta, mas jámais olvidou o fel daquele momento de redenção.

Ainda em 1887 recordava numa carta enderessada ao douto professor da Academia de Munster, êsse violento despertar para a sua época.

«O facto importante da minha vida, durante aqueles anos, e provávelmente o mais decisivo dela, escreve êle, foi a espêcie de revolução intelectual e moral, que em mim se deu, ao sair, pobre criança, arrancada do viver quási patriarcal de uma província remota e imersa no seu plácido sono histórico, para o meio da irrespeitosa agitação intelectual de um centro, onde mais ou menos vinham repercutir-se as encontradas correntes do espírito moderno. Varrida num instante toda a minha educação católica e tradicional, caí num estado de dúvida e incerteza, tanto mais pungentes quanto, espírito naturalmente religioso, tinha nascido para crêr plàcidamente e obedecer sem esfôrço a uma regra reconhecida. Achei-me sem direcção, estado terrível de espírito, partilhado mais ou menos, por quási todos os da minha geração, a primeira em Portugal que saiu de-

---

(1) Fran Paxeco, *idem*, pag. 24.

cididamente e conscientemente da velha estrada da tradição (1)».

Antero legou-nos no aludido autógrafo o cunho das metamorfoses operadas na sua razão, com as valiosas inumerações dos feitos que praticara. Transcrevê-las seria tarefa fácil, se não fossemos constrangidos a guardar reverência ao plano do nosso trabalho, que não curará da actividade do ilustre açorico após a carta a Castilho.

Assim observaremos consoante e importância e a conjuntura, todos aquêles acontecimentos enxergados nos livros sob o indício do primeiro «ciclo da sua evolução» (2), que é qualificado por uma revolta pertinaz.

Ora nesta quadra da sua vida, acercava-se Antero dos dezoito anos. Era «alto, delgado, airoso e de porte nobre. Os cabelos bastos e louros, o nariz um pouco aquilino, o rosto oval, as faces dum leve côr de rosa, recebiam grande animação e realce duns olhos azues e animados (3)». Possuía um temperamento prazenteiro, cortado por momentos de preocupações graves. Com aquele divertia os amigos, que ao vê-lo «meter-se na cama, com o chapeu alto, que fora de Alexandre Herculano, para lhe servir de barrete de noite (4) escancaravam as gargantas em rizadas sonorosas; com estas revelava um sério convencimento de reformador predestinado e de poeta eleito (5).

Nesta época consagrou-se também a uma vasta leitura, pouco inteligente, pela ausência de orientação com que a realizou. Na casa de seu tio, onde morava, dera com os elementos necessários para executar o apegado amor a essa vontade nascente, porque Filipe do Quental, reunira à guisa de livraria, preciosos volumes (6).

Aí, devorava poetas e historiadores, teólogos e socialistas, clássicos e modernos, numa ardência de divisar o evoluir da humanidade que já lhe doia no cérebro em gestação.

Por esta forma obteve os recursos essenciais aos longos colóquios, sustentados com desusado luzimento durante as caminhadas de muitas léguas (7) e multiplicou o poderio

---

(1) Cartas de Antero de Quental, 2.ª edição, pág. 2.
(2) *In Memoriam*, pág. 117.
(3) *Idem*, pág. 117.
(4) *Idem*, pág. 373
(5) *Idem*, pág. 374.
(6) Cartas de Antero, prólogo, XIII, edição citada.
(7) Francisco Maria Supico, *Mocidade Teófila*, pág. 141.

de argumentação patenteado nas apaixonadas controversias, debatidas nos Gerais ou no Cenáculo(1).

Era esta a designação da moradia de Antero, que pouco lá parava, em virtude de arrastar a sua vida, mais nas repúblicas dos companheiros queridos, do que no seu quarto. Passavam-se dias sem aí voltar, e quando a êle se recolhia, após as canseiras aludidas, atirava consigo para cima da estreita barra de estudante, onde se alongava, com a cabeça aliviada sôbre as mãos em cruz, numa quietação de sono mentido, visto que escutava as conversas e nelas intervinha como pontífice, se lhe agradassem(2). Por vezes saía ferido da contenda pois colhia lições dos amigos(3) que o apanhavam descalço; contudo o seu poder de assimilação era grande e desfazia com pronta mestria o ligeiro toque.

Como os outros aulistas, também tinha noitadas de doce ruína para a saúde(4). As ceias constituiam um motivo de alegre convívio, porque, se abriam com razoamentos literários animados com finas ironias, findavam com excitações bulhentas, oriundas da vinhaça ou do marrasquino(5) que era a bebida preferida por Antero(6).

Escusado será referir que não temos o futuro rebelde na conta dum alcoolico.

Isso implicaria a existência de documentos duma autenticidade jámais desmentida e o ignorar o notável artigo de João Machado Faria e Maia.

Pelo nosso discorrer, conclui-se com grande desembaraço, que Antero, embora não vivesse na intimidade da Academia, incarnava, quer pela sua inteligência, quer pelos seus predicados combativos, todas as aspirações da gente universitária.

Assim, êle estava naturalmente indicado a exercer uma acção revolucionária, como protesto capaz de remodelar por completo aquele meio que também o asfixiava.

Não era eloqüente, nem possuía a serenidade inacta nos grandes chefes; tinha a energia doente dos impulsivos, boa

---

(1) *In memoriam*, pág. 32.
(2) Cartas de Antero, prólogo, XV.
(3) *In memoriam*, pág. 374.
(4) *Idem*, pag. 145.
(5) Fran Paxeco, *idem*, pág. 38.
(6) Antero afirmava que a aguardente era para senhoras e o marrasquino para homens.

vontade, mas nem sempre aquela dogmática boa fé, donde lhe adveiu o resplendor de Santo.

Daqui inferimos a falência de todas as tentativas dum pretenso regeneradamente; contudo, acordamos em que o seu passado académico é merecedor de veneração.

Eximimo-nos a balancear com detençoso cuidado êsse período que lhe deu foros duma lendária reputação terrorista (1) porque as nossas investigações limitaram-se à Sociedade do Raio a cujo directório pertenceu.

Antero fôra sensìvelmente abalado com a expulsão do seu condiscípulo Alfredo Mantua. Êste lisboeta, que era um argumentador ousado, tinha ofendido com fortes irreverências o prestígio da Santa Madre Igreja, numa lição escutada pelo lente Adolfo Troni. Informado o Conselho dos Decanos pela boca do Reitor, da existência dêsse perigoso ateu, aquele, na sua convocação sentenciou expulsar o rapaz, que teve de saír de Coimbra em quarenta e oito horas. Somaremos a êste caso um outro, que vitimou um estudante por pretender furar um bombo no arraial de Santo Antonio dos Olivais, afim de focarmos os destemperos a que era dado o caduco catedrático Basílio Alberto de Sousa Pinto, então dirigente da Universidade (2).

As birras desta bondosa senectude não podiam casar-se com o feitio de Antero já contagiado com a eficácia dos grémios garibaldinos (3).

Assim não só pelas condições do meio, mas também por sua sugestão, nasceu a celeberrima Sociedade do Raio (4) cujo termo consistia em lançar por terra com o ímpeto daquele, os regimentos e os mandos ofensivos à honra dos futuros doutores. Para íntegra realização do programa, vasto pelo que representa de compromissos, era indispensável um aferro aturado e um desinteresseiro amor ao futuro.

Como segurança, instituiram no seu directório um tétrico ritual, traduzido em iniciações e juramentos, nomes de guerra (5) e assembleas misteriosas convocadas para sítios êrmos (6).

¡O primeiro alvo dos descontentes foi o Reitor!

---

(1) *In memoriam*, pag. 76.
(2) Fran Paxeco, *idem*, pág. 28.
(3) *In memoriam*, pág. 150.
(4) *Idem*, pág. 431.
(5) Francisco Maria Supico, *Idem*, pág. 168.
(6) *In memoriam*, pág. 431.

Resolveu-se raptá-lo e pô-lo bem enclausurado num sítio do conhecimento de muito poucos, aguardando ali o decreto que o deveria substituir por alguém que satisfizesse as aspirações dos carbonários (1).

Emquanto não puzeram em prática o seu desiderato entretiveram-se numa aparatosa manifestação a Bernardo de Albuquerque, pessoa pouco simpática aos mestres, que deveria efectivar-se na sua chegada de Lisboa. O sucesso colhido desta parada de forças, pois que atribuir-lhe outro significado seria êrro, foi notável pela surpresa causada na boa gente da terrinha, perturbada apenas no seu socego, com as contendas entre a estudantada e os futricas.

De nariz no ar, tentava descobrir o fim daquela inexplicável revelação e não o achando, acabou por recuperar o sono solto que lhe ía desaparecendo.

Durante êste interregno o príncepe Humberto visitou Coimbra. A Academia não olvidando a cortesia de que tão alto personagem era crédor, nomeou os seus representantes para os cumprimentos habituais. Do número dos indicados fazia parte Antero que foi incumbido da redacção do discurso (2) para as circunstâncias exigidas (3).

No seu laconismo premeditado coloria o delírio revolucionário da juventude e realçava os motivos porque o saudavam. Sua Alteza agradeceu protocolarmente as boas vindas dirigidas «não ao filho do rei Vitor Manuel, mas ao amigo de Garibaldi» (4), e depois de sentir bem estreitada a mão que estendera a cada um dos mancebos, findou a extranha audiência.

É só depois dêste incidente, que a Sociedade do Raio efeitua o plano de Basílio Alberto.

Escolheram o 8 de Dezembro daquele ano de 1862, porque nesse dia tencionavam os catedráticos fazer uma distribuïção de prémios aos alunos do ano findo.

«Estava todo o corpo docente com os seus capelos nos doutorais; na teia estavam os ursos (estudantes premiados). Havia um silêncio sepulcral e uma atmosfera pesada. Depois de uma longa oração do Dr. Jerónimo José de Melo, levantou-se solenemente o Reitor Basílio Alberto de Sousa

---

(1) *In memoriam*, pág. 104.
(2) Pinto Osório, *Lembranças da Mocidade*, Pôrto, 1907, pág. 288.
(3) *In memoriam*, pág. 433.
(4) Fidelino de Figueiredo, *Historia da Literatura Realista*, pág. 35.

Pinto, com um papel na mão e assim que proferiu as palavras — Mocidade Académica — sentiu-se um rumor de pés como uma convulsão subterrânia e toda a estudantada rodou sobre os bancos, saindo de roldão da Sala dos Capelos para o vasto pátio da Universidade aos gritos estridentes do: fora o Reitor: abaixo o Inquisidor» (1).

A arruaça foi duma conseqüência notável, pois que Basílio Alberto foi demitido com um prémio de consolação (2). sucedendo-lhe o Dr. Vicente Ferrer a quem substituiria o celebrado relator do *Código Civil*, Dr. António Luís de Seabra, que abriu uma era de brandura na aplicação dos regulamentos universitários (3).

Após o êxito atingido, Antero alheia-se da vida da Sociedade, transformada pelos seus sequazes em sucursal da maçonaria abstem-se ou hostiliza, conforme lhe apetece, os conflitos dos camaradas, já muito politiqueiros.

Antes de entrarmos na apreciação desta quadra da vida do talentoso mancebo, narraremos ainda mais dois episódios da sua irriquieta juventude: um é contado pelo seu condiscípulo Manuel de Arriaga (4); outro pelo seu amigo João Machado de Faria e Maia (5). O primeiro cuida das festas a Pan chefeadas por Antero e do escândalo que produziram nos lentes, no beatério e nos moços graves; o segundo, da revolta da Academia contra o ministério do Duque de Loulé, porque lhe negou um perdão de acto, pedido para solenizar a nascença do primeiro filho de el-rei D. Luís.

Examinemos o caso: Antero deliciava-se no Buçaco, quando a nova o surpreendeu. A falta de dados fê-lo regressar a Coimbra onde entrou com um destacamento mobilizado no Pôrto para ali.

No quartel uma onda de revolta o invadiu, porque encontrara a Academia aos vivas entusiásticos à soldadesca, que ora se arrumava no velho casarão, a que todas as noites recolhiam ao som dos clarins e tambores, umas dezenas de homens apedrejados na vespera por uns colegas miseráveis, dignos duma grossa partida.

Inicia-a oferecendo a Vieira de Castro, depois de feitas as

---

(1) Francisco Maria Supico, *idem,* pág. 168.
(2) *Idem*, pag. 148.
(3) *Idem*, pág. 169.
(4) *In memoriam,* pág. 102.
(5) *Idem,* pág. 152.

pazes, trezentas clavinas aptas a desfechar e acaba-a propondo na assemblea geral reunida no teatro, a saída em massa para o Pôrto, que foi aprovada no meio duma grande exaltação dos ânimos.

No dia imediato entravam na Invicta, acompanhados de Antero, que finalizou a comédia com um manifesto, escrito sob uma bebedeira do café, em que aconselhava o regresso para a «Sião bem amado».

Chegados pois ao termo desta parelha de episódios duma desastrosa tonalidade, empenhamo-nos agora numa análise franca e serena dos frutos colhidos.

São bem poucos; embora a lenda os pretenda avolumar com um exagêro lamentável.

Antero legou-nos de toda essa vida de levantamento uma demissão dum Reitor, um Manifesto e uma paródia ignóbil.

Dêste modo a famosa Sociedade esbroa-se mesquinhamente, visto que se restringiu a confeccionar uma manifestação «incompreensível» (3) e a apear «um verdadeiro homem de bem» (4)! O reitor parte, os regulamentos ficam e o ensino não melhora porque os planos das reformas a exigir era um ingénuo palavreado daquelas afamadas cerebrações.

No «Manifesto à opinião ilustrada do País» (5), escrito para calar os deturpadores da comédia, enunciam-se carências de novos processos de ensino contudo os projectos valorizadores do enunciado não encontraram mão que os materializasse.

De resto, o escrito querendo ser a narrativa exacta do acontecimento, adultera-o, pois que os rapazes abandonaram a Sala dos Capelos com estrondoso ruído (6) e na sua reacção «não faziam mais do que acompanhar o movimento politico, que o partido intitulado progressista, promovia em todo o país» (7).

Assim a falência da medonha Sociedade, organizada por espíritos superiores, é insofismável. Não passa duma graciosidade da divertida minoria que a fundou. O rapto dum reitor, as festas a Pan mostram claramente que a ironia,

---

(1) Fran Paxeco, *idem*, pág. 40.
(2) *In memoriam*, pág. 188.
(3) *Idem*, pág. 151.
(4) *Idem*, pág. 432.
(5) Francisco Maria Supico, *idem*, pág. 170.
(6) *In memoriam*, pág. 151.
(7) *Idem*, pág. 150.

a troça e o sarcasmo eram cultivados com requinte e amor.

Antero liquidou a sua afamada direitura moral por não ter fugido ou orientado num sentido mais conforme com a «sua boa fé e boa vontade» (1) a rapaziada que o elegera pastor.

Decididamente não a tinha nesses momentos, pois o gesto do Pôrto, talvez uma imitação do que fizera seu tio em 1854, trazendo consigo a Academia até Tomar, onde se resolveu o problema com dignidade (2), é uma exquisita preversão que embasbaca os seus admiradores. A doença poderia justificar a atitude, mas neste ponto o argumento é débil pois que Antero passava bem e sabia de amigos de bons conselhos que discordavam (3) dêsse seu modo de actuar que consideramos um péssimo defeito.

Há quem no atribua, ao convívio do seu querido Germano Vieira de Meireles e a Carlos Mayer (4), dois trocistas de alto coturno, porém nós estamos convencidos que a sua ironia mistificadora era inata.

Êste terrível mal fez escola e contaminados por êle as gerações vão-se achincalhando com o mero prazer de derrubar demagògicamente excelentes reitores e com truanices comovedoras (5).

(Continúa). JOÃO AUGUSTO DA FONSECA JUNIOR.

---

(1) Cartas de Antero de Quental, pág. 3.
(2) Supico, *idem*, pág. 212.
(3) *In memoriam*, pág. 102.
(4) Fran Paxeco, *idem*, pág. 39.
(5) Eça de Queiroz, *Cartas familiares e bilhetes de Paris*, pág. 233.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 5, pag. 240)

Era também muito antigo o costume de se fazer na vila a festa e procissão do Corpo de Deus, a qual saía da igreja matriz com grande solenidade acompanhada de todos os elementos oficiais, grémios e irmandades com as suas respectivas bandeiras e pendões. Em 30 de Agôsto de 1798 pediam os oficiais da Câmara Municipal da vila que fôsse concedida a cada um a propina de 19$200 reis por terem acompanhado esta procissão, à semelhança do que percebiam, pelo mesmo motivo, os oficiais da Câmara da vila de Arronches, acrescentando que o concelho podia muito bem com êsse encargo pois tinha *um conto de reis* de rendimento e cada um dos oficiais da Câmara apenas recebia a exígua importância de 7$790 reis (1).

A outra igreja, antigamente séde da segunda freguesia da vila, tinha por orágo S. Tiago e é a que ainda hoje se vê na parte nascente da fortaleza, oposta ao castelo, com um lindo pórtico de granito em estilo gótico. Tanto esta igreja como a da matriz faziam parte da Ordem de Malta, também conhecida pelo nome de Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém por ter sido fundada na cidade santa após a sua conquista pelos cruzados em 1099.

Todos os bens que esta Ordem tinha em Portugal passaram depois, no século XVII, a constituir apanágio da Casa do Infantado, formando o priorado com séde na vila do Crato.

A igreja de S. Tiago de Marvão foi a primeira que esta Ordem adquiriu, por carta de escambo passada na era de 1361, em virtude da qual o rei cedia a mesma igreja com o

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço*, maços 423, doc. n.º 68.

seu padroado e com todas as suas pertenças, recebendo em troca a igreja de S. Pedro de Abaças.

O rendimento desta igreja, uns anos por outros, era computado em 600$000 reis; não tinha benefícios e achava-se pensionada a dois capelães com o encargo de 100$000 reis. O coadjutor e tesoureiro eram colados e recebiam respectivamente as quotas anuais de 40$000 reis e 8$000 reis. O seu passal era constituído pelo rendimento de diferentes propriedades do termo da vila, como se depreende de um requerimento que encontramos, datado do mês de Outubro de 1782, dirigido pelo pároco Fr. Pedro José de Almeida ao infante D. Pedro, Grão-Prior da Ordem do Crato, pedindo para se demarcarem com urgência as *fazendas* do passal de forma a evitar, de futuro, as dúvidas que resultavam de não haver tombo antigo (1).

Já anteriormente à mesma Ordem ficara pertencendo a igreja de Santa Maria, por mercê e doação que D. Afonso IV fizera ao prior D. Fr. Alvaro Gonçalves Pereira e na ocasião em que êste fundara a capela de Flôr da Rosa, da invocação do mesmo orago, hoje em completa derrocada e convertida na mais profana e abandonada ruína.

Como ambas as referidas igrejas, Santa Maria e S. Tiago, estavam incluídas na religião de Malta, não podiam os seus priores ser investidos no cargo sem a cláusula de que tomariam o hábito e se comprometiam a fazer a sua profissão de fé dentro do prazo de seis meses. Muitos dêstes priores chegaram a gozar de certa celebridade destacando-se, entre todos, com mais avantajado registo, *o muito honrado* Fr. Pedro Mexia. É com esta elogiosa designação que assim o vemos citado no chamamento e apêlo que em 1522 se fez a todos os cavaleiros, comendadores e beneficiados da Ordem para irem socorrer a ilha de Ródes, ameaçada pelos turcos, chamamento onde também nos aparecem mencionados os priores de Castelo de Vide, Portalegre e Guarda (2).

São curiosos e constituem valioso repositório de notícias para a biografia dos vários priores os processos de habilitação que era costume fazer para a investidura no hábito daquela Ordem. Pelo que respeita às igrejas de

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço*, maço 390, doc. n.º 7.

(2) José Anastacio de Figueiredo, *Nova Historia da Ordem de Malta em Portugal*, tom. II, págs. 346, 377 e segs., e tom. III, págs. 33 e 134.

Marvão encontramos no Arquivo Nacional notícia dos seguintes:

Padre Manuel de Matos Fajardo, filho legítimo de António Sanches Morato e de Maria de Matos Fajardo, neto paterno de Pedro Sanches e de Leonor Gonçalves Morato, e materno de Francisco de Faria Fajardo e de Joana Soares, todos naturais de Marvão; requere em 1763 o hábito da Ordem, estando a exercer, nessa data, o cargo de coadjutor do priorado de S. Martinho de Portalegre (1).

Em 1783 requeria a habilitação para o hábito da Ordem um outro prior de Marvão, o Padre José Galvão da Silva, tendo sido nomeado para inqüirir da sua vida e costumes o prior da igreja de S. João Baptista de Castelo de Vide, pertencente ao priorado do Crato, Fr. Francisco José da Costa Aranha. Consta do respectivo processo que o habilitando era natural da Certã, filho do alferes Paulo Galvão Colano e de Joana Maria Josefa, neto paterno do alferes António Galvão Colano, e de Maria da Silva, e materno de Manuel Fernandes e de Ana Dias (2).

No mesmo ano se habilitavam também os dois irmãos, padres: Francisco Xavier Tavares Cid Delicado, natural de Alegrete, família que ainda hoje ali tem representantes, e José Joaquim Tavares Cid Delicado, bacharel formado em Cânones pela Universidade de Coimbra, natural de Marvão, ambos coadjutores respectivamente das igrejas de Santa Maria e de S. Tiago. Como instrutor do processo *de vita et moribus* figura o prior desta última freguesia Fr. Pedro de Almeida Madeira (3).

Em 1791 requeria a investidura no hábito da Ordem o tesoureiro da igreja de S. Tiago, Pedro José Leitão, e em 1793 igual mercê era também requerida pelo prior de Santo António das Areias, Pedro Fernandes Inácio, natural de Marvão (4).

FREGUESIAS RURAIS

Além das duas freguesias a que acima nos referimos contavam-se mais quatro: S. Salvador da Aramenha, na parte

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Ordem de Malta*, letra M, maço 1, doc. n.º 14.
(2) Idem, *ibidem*, letra J, maço 5, doc. n.º 7.
(3) Idem, *ibidem*, letras F e M, maços 2 e 5, doc. n.ºs 14 e 9.
(4) Idem, *loc. cit.*, letra P, maço 1, doc. n.ºs 6 e 4.

sul do concelho, Santo António das Areias, na parte norte, Santo António, na povoação dos Galegos, hoje extinta, e S. Julião incorporada actualmente no concelho de Portalegre. A mais antiga de todas elas é, sem dúvida, a de S. Salvador, cuja igreja se levanta à beira da estrada que da vila conduz à capital do distrito, na orla da fértil planície que forma o prado de Marvão e onde se têm descoberto ruínas e vestígios da antiga e outrora florescente cidade romana de Medóbriga ou Aramenha. Está esta modesta igreja isolada de qualquer povoado, cercada apenas de três ou quatro casas que com ela formam um espaçoso adro em quadrado, no meio do qual se ergue um belo cruzeiro de granito. A sua única irmandade é a das Almas, erecta no ano de 1733 pelo bispo de Portalegre D. Álvaro Pires de Castro.

Os passais da freguesia eram constituídos por dois moios de trigo, por um *chão* com árvores de fruto, situado em frente da igreja e por um souto que lhe ficava ao lado, propriedade que fôra deixada ao passal, com o encargo de 24 missas anuais, pelo Padre Manuel de Faria.

A principal festa da freguesia costumava realizar-se na primeira sexta feira de Março, com grande concorrência de gente do concelho e da próxima vila de Castelo de Vide.

A sua área pertencem as aldeias da Escuza e do Pôrto da Espada, cada uma com a sua igreja respectivamente da invocação de Nossa Senhora da Esperança e de S. Simeão. A ermida de S. Silvestre, que ainda no século XVIII se erguia na encosta da serra de S. Mamede, está hoje totalmente destruída. No pitoresco sítio da Portagem existe também uma pequena capela, reedificada há poucos anos, da invocação de Nossa Senhora da Rocha.

Os moradores desta antiga freguesia participavam também dos privilégios concedidos à vila de Marvão, entre os quais se mencionavam: a regalia de não poderem ser recrutados como soldados; a isenção do imposto de portagem e a faculdade de poderem conduzir trigo ou qualquer outro género de toda a parte do reino. Esta última prerogativa tinha a sua origem no facto de se ocuparem os moradores dos arredores da sede da freguesia na indústria de moer o pão nas azenhas e moinhos que, como já dissemos, ali existiam desde tempos imemoriais, muitos dos quais ainda hoje se vêm ao longo das margens da ribeira de Marvão. Daí lhe proveio o nome de *moleiros* com que são designados.

Na chancelaria da Ordem de Avis encontramos registada uma provisão, com data de 13 de Dezembro de 1619, na qual

se nomeia Gaspar Fernandes Marvão, guarda e ermitão da ermida de S. Bento, uma das que existiam também no termo do concelho (1).

Entre as festas que, segundo velhas usanças, se celebravam nas várias igrejas e capelas da freguesia de S. Salvador de Aramenha devemos mencionar aqui, como uma das mais curiosas e de mais interêsse regional, a que ainda hoje é costume realizar na aldeia da Escuza, no primeiro domingo de Setembro, em honra de Santo António. Ela é, sobretudo, afamada e muito concorrida pelas touradas à *alentejana* ou *para larga* que no dia da festividade e, às vezes, nos dois ou três dias seguintes, se costumam fazer no largo da aldeia, transformado, para isso, em arena e vedado por meio de *carros, carroças* e *carretas*. Um dos mais interessantes números da solenidade religiosa é a entrega da bandeira da Irmandade, que é, para êsse fim, conduzida com grande acompanhamento da casa do festeiro que termina o seu mandato até à porta da igreja, onde se oferece ou escolhe o padrinho e festeiro do ano seguinte. Findo êste acto segue o cortejo para casa do novo festeiro, a cuja janela a bandeira se expõe e aonde assomam os melhores versejadores e inspirados poetas da aldeia. No fim de cada verso é a bandeira agitada e volteada ao som da caixa de rufo, respondendo o povo com vibrante e ruidoso *vivó*. O entusiasmo transforma muitas vezes a curiosa festa em animado torneio de versos, que são, em geral, um mixto de religioso e profano, muitos com uma feição de alegre humorismo destinados a satirizar com esfusiada graça um pequeno ridículo do compadre ou do vizinho, das mais proximos povoações ou de qualquer sucesso corrente na aldeia (2).

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria da Ordem de Avis*, liv. 11.

(2) O verso que se segue ouvimo-lo nós proferir a um bom velho gracejador que já dorme o eterno sono à sombra dos vetustos castanheiros que rodeiam o pequeno cemitério da povoação:

«Oh meu Padre Santo Antonio,
Santo de tantos primores;
Emquanto houver gente na Escuza,
Não irás prós *Cardadores*».

Cardadores é a alcunha por que são designados os habitantes da vila próxima de Castelo de Vide, epíteto aliás honroso e que teve a sua origem na indústria de cardar e tecer a lã, que chegou a atingir na pi-

Na freguesia de Santo António das Areias, a mais interessante e tradicional festividade religiosa que ali se realiza é consagrada a S. Marcos, no dia 25 de Abril, romaria que costuma ter muita concorrência não só de portugueses das proximidades, como também de espanhóis da vila de Valência de Alcântara e de outras povoações raianas. Não é estranho a esta afluência de gente o curioso número da festa e velho costume de fazer entrar na igreja o boi de S. Marcos, animal que é oferecido por um dos lavradores do termo, ordinàriamente em cumprimento de uma promessa. O acto realiza-se antes de se celebrar a missa, quando o adro da igreja regorgita de enorme multidão, que se aglomera e forma círculo em volta do animal, círculo que se vai estreitando até fazê-lo entrar na igreja.

À porta do templo é o boi aguardado pelo pároco re-

---

toresca vila grande desenvolvimento (1). Aos de Portalegre chamam *lagoias* e *alfacinhas;* os da vila de Marvão são conhecidos por *pelados* e *gulosos*. Dentro do próprio concelho há ditos e alcunhas, modos especiais de dizer e de pronunciar que não só marcam as diferenças dialectais das suas diferentes regiões, como também constituem traços fundamentais que definem o carácter dos seus habitantes. Cada *Malta* tem a sua característica, as suas simpatias e rivalidades. Assim é que os habitantes da Escuza são conhecidos por brigões e de índole mais destemida, qualidades aliás compensadas por outras de boa têmpera e de bom quilate. A seu respeito cabem aqui as palavras de lúcida observação e crítica que o nosso saudoso amigo Dr. Magalhães publicou no jornal — *Districto de Portalegre*, ano de 1886, n.º 125.

> «Attribuem aos habitantes da Escuza uma índole brigosa e irrequieta, mas ninguém lhes nega o espírito saliente de solidariedade, que manifestam sempre aonde se encontram, luctando juntos, protegendo-se reciprocamente, acudindo ao menor aviso dos seus conterraneos. Amam com a mesma constancia com que odeiam. São tão capazes de agradecer como de se vingarem. Teem todos as mesmas ideias, e defendem o seu torrão natal com o denodo proprio das antigas eras etc.».

Há nesta região também admiráveis *versejadores* que, a-pezar de completamento analfabetos, são dotados de verdadeiro talento, de natural facilidade de improvisar. O jantar festivo de um baptisado ou casamento termina muitas vezes por um dêsses vivos e animados torneios de *saúdes* em verso, que, pela sua espontaneidade e apropriada riqueza de conceitos, fariam envergonhar tanto poeta profissional que para aí dedilha a ingrata e desafinada lira.

(1) Vide o trabalho do autor, *Os Cardadores de Castelo de Vide* — Separata da *Revista Lusitana*, vol. XXII.

vestido de batina, sobrepeliz e estola, que o asperge com o hissope pronunciando as seguintes palavras do ritual: *¡Entra, Marcos! ¡Entra, Marcos!* Compelido o boi a entrar na igreja onde a afluência é já enorme, vai seguindo pelo estreito caminho que o povo, comprimindo-se, a custo lhe forma.

Ordinàriamente é um boi novo e pacífico, manso novilho que se limita apenas a cheirar o andor do santo sem desrespeitos e distúrbios de maior importância; tem, porém, acontecido, e isto nos afirmava uma pessoa velha de nossa família, que algumas vezes era o boi de tão possante, azougada e irrequieta bravura, que transformava a igreja em uma verdadeira praça, expulsando dela, não sem vários precalços, padres, devotos e qualquer outra pessoa que se atrevesse a fazer frente ao energúmeno.

Era talvez para evitar êste profano reboliço que em algumas terras se costumava emborrachar o touro não lhe dando a comer ou beber outra coisa que não fôsse vinho muito capitoso. O animal, reduzido assim à maior brandura e mansidão, era levado à igreja pelos rapazes e raparigas com cordões e fitas e aí ficava, cabeceando e caindo de sono, enquanto se celebravam os ofícios, tão esquecido de sua natural braveza, que se deixava pôr nas hastes mil cadeinhas; mas, em se acabando de cozer o vinho, o boi reanimava-se tão feroz que ninguém lhe parava diante (1).

Esta cerimónia tem a sua origem no culto pagão do Touro, festa agrícola que o povo celebrava no comêço do seu ano solar pelo signo zodiacal do touro. A esta festa deu mais tarde a igreja católica uma adaptação alegórica ao evangelista S. Marcos, cujo nome parece ser tomado de cavalgada ou marcha do touro. O padre Jorge Cardoso, no *Agiologio Lusitano,* dá, porém, a entender que esta cerimónia da entrada do touro na igreja teve princípio de uma notável vitória que, no ano de 1385, os portugueses tiveram sôbre os castelhanos, nos campos da vila de Trancoso, em dia de S. Marcos (2).

Uma outra interessante diversão desta festividade, além da tourada à alentejana, é a das *cavalhadas* que ali se costumam realizar com grande animação e galhardia, ainda tão

---

(1) Aires de Sá, *O Amor das Hespanholas na Historia Portuguesa*, pág. 146.

(2) Idem, *ibidem, loc. cit.*—Teófilo Braga, *Historia da Poesia Popular Portuguesa*, pág. 287.

impregnadas do espírito medieval e cavalheiresco dos nossos velhos morgados, da galharda cortezia e destreza dos nossos fidalgos de tempos idos. A elas concorrem, disputando prémios, os mais garbosos cavaleiros e lavradores da região, com as suas montadas ajaezadas a capricho e adornadas de custosas e variegadas fitas.

A população desta freguesia é a que melhor conserva o carácter e os antigos e tradicionais costumes da região. Foi nêles que o consagrado dramaturgo D. João da Câmara encontrou os mais perfeitos modelos para a sua comédia tão portuguesa e tão regional denominada os *Velhos*, comédia que com tanto êxito e aplauso se tem representado no nosso primeiro teatro. D. João da Câmara teve ensejo de conhecer êste canto do termo de Marvão quando se construiu a linha férrea do ramal de Cáceres, em cujos trabalhos esteve empregado estabelecendo, por êsse motivo, a sua residência em Castelo de Vide, no ano de 1879. Contou-nos o nosso saudoso amigo e consagrado poeta Conde de Monsaraz que fôra êle quem recomendara o talentoso dramaturgo aos seus dois amigos, contemporâneos na Universidade, o Dr. José Frederico Laranjo, tio do autor destas linhas, e Dr. César Videira, ambos naturais daquela vila. Nela se fixou pois D. João da Câmara fazendo repetidas e freqüentes visitas à povoação de Santo António das Areias, perto da qual se realizavam então os últimos trabalhos da construção da linha que em 6 de Junho de 1880 havia de ser inaugurada.

Foi assim que D. João da Câmara pôde mais fàcilmente e com mais flagrante verdade criar os personagens da sua comédia, tão encantadora na sua simplicidade, tão fiel no relêvo das suas figuras, tão portuguesa, ligando o assunto dela à expropriação das propriedades que deveriam ser atravessadas pela linha férrea.

Êsse civilizador e tão útil empreendimento para a região é, a princípio, tão detestado na sociedade do *Manuel Patacas,* que do mesmo ódio participam também os *herejes* empregados na obra infernal que ia lançar o desassossego na escondida e até aí pacata aldeia raiana. Graças, porém, ao avantajado valor que *as tapadas* e *courelas* iam tendo nas expropriações, eram estas por fim já cubiçosamente desejadas no círculo dos amigos do *Patacas,* cuja simpatia e franca amizade em breve havia de ser conquistada pelo protogonista *Júlio,* um empregado da linha, que, afinal, sabia rezar e que de *hereje* não tarda a converter-se no ídolo daquela boa e santa gente. *Júlio,* por sua vez, deixa-se prender

pelos encantos da *Emilinha,* a protogonista tão cheia de ingénua simplicidade. Tudo nela tem um fiel e nítido retrato, desde o traje, a saia rodada com o seu largo avental, o lenço de ramagens pôsto em cruz sôbre o peito, o lenço da cabeça atado à espanhola caindo sôbre as costas e por cima o chapéu de abas largas, até as pequenas minúcias da sua vida tão caseira e aldeã, passada nos cuidados da amassaria, em dar de comer aos bacorinhos, em dobar a meada no serão enquanto a boa velhota, a tia *Ana*, vai aligeirando o tempo contando o conto da princesa encantada. Não é menos cheio de verdade, de admiravel exactidão, o protogonista *Manuel Patacas,* avô de Emilinha, tão natural no seu calção de tripa ou alçapão, nas suas polainas de sorobeque, na linguagem tão regional e até naquela nota tão bem aproveitada da túmida borracha de vinho. Nas outras figuras há também traços de flagrante e perspicaz observação, notas desenhadas com a habilidade e o sentimento estético de um espírito de privilegiada intuïção: o velho prior cego querendo manhosamente impingir à Emilinha o pançudo sobrinho estabelecido em Portalegre e de quem ela fazia grande troça quando o via andar no arraial de S. Marcos de sombrinha aberta como as *cavalheiras* de Castelo de Vide; o mestre-escola Porfírio e o engraçadíssimo Bento barbeiro, constituem um quadro admirável das mais importantes personagens que D. João da Câmara com tanta pericia soube desenhar. No banquete para solenizar as bodas de ouro do velho *Patacas* com a boa e santa *Emília* não se esquecem os mais pequenos traços da cozinha regional, aqueles pratos tão fartos e tão usuais na mesa dos lavradores do termo: as grandes travessas de estanho com os nacos do apetitoso paio, do chouriço e do chispe coberto com o arroz enramalhetado de salsa, a cabidela, o alourado leitão a rechinar no seu tostado e, para remate, a gulodice do bolo podre, do pão de ló e do arroz doce polvilhado de canela desenhando as letras iniciais do nome dos festejados.

Não será vulgar e fácil encontrar já hoje, com a mesma pureza e originalidade, tipos iguais aos que serviram de modêlo ao aplaudido dramaturgo para a sua encantadora comédia. Essas figuras de outro tempo, os seus velhos usos tão impregnados de ingénuo e serêno bucolismo, os seus trajes regionais, estão hoje ou desaparecidos de todo ou muito diminuídos na sua perspectiva pela índole destruïdora e imitativa do nosso modo de ser actual. Com efeito, a tendência para imitar as maneiras, o modo de vestir e a vida

citadina, mais acentuada nas mulheres do que nos homens, tem feito desaparecer as *Emilinhas,* que já hoje não podem fazer troça, com a mesma autoridade e coerencia, dos modos sécios e das pretenciosas sombrinhas das *cavalheiras* de Castelo de Vide porque, não só as copiam, como até já as ultrapassam e excedem nos arrebiques das modas e enfeites.

(Continúa). P. M. Laranjo Coelho.

CARTAS DE JOSÉ DA CUNHA BROCHADO AO CONDE DE VIANA, D. JOSÉ DE MENESES

(1705-1710)

(Cont. do n.º 5, pág. 210)

XL

Ex.^mo Sñr. Tive a honra de receber a carta de V. Ex.^a de 11 de Junho, e no mesmo dia falei com alvoroço a Miguel Formam, q̃ me deo boas esperanças do restabelecim.^to da saude de V. Ex.^a e esperamos em D.^s, q̃ com mais alguns remedios fique V. Ex.^a taõ constantem.^te convalescido, q̃ venha ornar esta Corte no dia da entrada da futura R.^a, e com esta rezoluçam satisfará V. Ex.^a os ardentes votos de todo o Reyno. As cartas do Alentejo naõ dizem coiza algũa, q̃ mereça reflexam, porq̃ os campos saõ os mesmos, e as forças naõ se acrecentaraõ. Temos perdido alguns cavalos, e alguns comboys, e naõ faltaõ doentes, e dezertores.

Moira tambem voou com bastante ruina da Igr.^a das religiozas (64); e ainda q̃ a Praça ficou abandonada, e sem prezidio, prescreveraõ aos moradores algũas leys, e capitulaçoens, como se estes ficassem em estado de se defenderem contra seo antigo possuidor, em cuja irregularid.^e dizem q̃ obraria maravilhas Fr.^co de Mello. Por esta man.^ra vejo q̃ a Campanha naõ hade ser taõ sanguinolenta como hé calmoza. Tambem oiço q̃ a ordem naõ hé m.^ta, e q̃ os cabos saõ todos toireadores noviços, e sobre isto escrevem algũas

---

(64) Havia em Moura dois conventos de religiosas: dominicanas, dedicado a N. S. da Assunção, e franciscanas, da regra de Santa Clara. Cremos tratar-se daquelas, cuja história é sucintamente feita por Fr. Luís de Sousa, *Historia de S. Domingos*, p. III (ed. de 1767), p. 384 e segs.

coizas, q̃ fazem lastima, porem por cá naõ ha gr.de ocaziam p.a rir, e a terra corrompida pello pecado original do 1.º homem naõ produz mais q̃ abrolhos, e ortigas. Chegou hũ Paquebot de Inglaterra com as novas publicas, q̃ V. Ex.a verá nos papéis incluzos.

A mayor p.te das Campanhas naõ estaõ abertas, nem ainda juntas as forças, de q̃ ellas se devem compor. O Duq̃ de Saboya naõ recebeo todo o socorro prometido, e assim ficará nos termos de hũa honrada defenziva, ainda q̃ Fr.co de Souza com zelo animozo espera q̃ entre em acçam, e faça gr.des progressos contra o Delfinado. As coizas do alto Rhin tambem ficaraõ em dispoziçoens, sendo q̃ na activid.e do Eleitor podemos crer, q̃ defenda a passagem do Duque de Baviera, q̃ pertende entrar nos seos Estados, q̃ hoje se achaõ diminuidos pella restituiçam do Alto Palatinado, q̃ dizem fizera o Emper.or ao Eleitor Palatino, q̃ a esta Prov.a tinha algũ dir.to pela paz de Vesphalia em cazo q̃ o novo Eleitor de Baviera deixasse de o ser. O Exercito da Liga em Flandres fica á vista do inimigo, e hũ, e outro com gr.de resp.º, e os nossos min.os afirmaõ q̃ pertendemos dar batalha; eu assim o suponho; mas hade ser no cazo q̃ o Principe Eugenio com forte mam penetre bem dentro nas terras de França p.a obrigar o Duq̃ de Borgonha a fazer algũ consideravel destacam.to De tudo se infere manifestam.te, q̃ naõ só estamos no principio da campanha, mas no principio da guerra, q̃ hé m.to mau sinal p.a q.m paga decima. Neste Paquebot naõ vieraõ cartas de Viena, e o Embax.or se contentou de mandar no corr.º de 15 de Mayo a copia das cartas, q̃ havia escrito no correyo de 8, e assim ficaraõ estes Senhores na duvida de terem chegado as equipagens p.a a entrada publica, q̃ hé a 1.a loa daquella funçam. Eu naõ duvido, q̃ o nosso Embax.or seja chamado p.a bailes, e banquetes, mas naõ creyo, q̃ lhe comuniquem as negociaçoens, e projectos sobre a cauza comũa, em q̃ estamos intereçados, porq̃ esta mesma excluzam tem a nossa Corte a resp.to dos mais Alliados, em q̃ somos parte sofredora, mas naõ mandante. Naõ sei se alguns dos preparativos p.a a entrada da R.a vaõ lentam.te, o q̃ pode ser procedido de algũas queixas, com q̃ anda na saude ElRey N. S.r V. Ex.a bem sabe, q̃ Joam de Souza era opozitor a hũ off.º da chancelaria, q̃ rendia 80 ou 90$ reis, e tendo p.a esta m.ce bastante serv.º, e merecim.to foi excluido pella meza do Dezemb.º do Paço, e votaraõ todos aquelles min.os em hũ Ant.º Bahia, porq̃ o S.r Infante D. Fr.co assim o ordenou. Recupere V. Ex.a a

saude, q̃ lhe falta, q̃ hé o q̃ nos importa, e receba os meus resp.os, e obediencias com a sua costumada bond.e D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 16 de Junho de 1708.

XLI

Ex.mo Sñr. A carta de V. Ex.a de 18 de Junho me conserva na honra de lembrado na gracioza memoria de V. Ex.a, digo gracioza, porq̃ em V. Ex.a o lembrar hé inseparavel do favorecer. Com razam supoem V. Ex.a, q̃ a estas horas estará ElRey recebido, porq̃ a preça com q̃ este neg.o se dispoem, vence todas as dificuld.es, ou ao menos faz ceder de todas as ceremonias, ainda q̃ estas sejaõ da sustancia, do decoro, e da honestid.e Hoje, me dizem, q̃ se levanta o mastro p.a os toiros, e isto ainda q̃ seja com antecedencia hé hũ sinal vehem.te de grande festa, e de gr.de tranquilid.e nos neg.os publicos, e na segurança do Estado. Andaõ tambem branqueando o Paço por fora, e por dentro; tudo hé candido, e rizonho, tudo graciozo, e puro. A gr.de ponte do Forte já começa a aparecer, e a subjugar o Tejo, nobre enveja, e saud.e do Danubio. Continuaõ as obras do Paço, e já vemos hũa gr.de, e bela caza p.a os neg.os do Cabb.o, q̃ se fez na q̃ era Livraria, e em todas as janelas daq.le fronteespicio se metem grades com sacada. Pintase o corredor, q̃ vai ao forte.

Os Senhores Camaristas passaõ p.a a secretarîa velha. A casa do Cons.o da R.a tambem serve p.a uzos do Paço, e tambem dizem, q̃ a Junta dos trez Estados, e a Contadoria se destinaõ, p.a os mesmos uzos. Parece q̃ o S.r D. Fr.co naõ deve ficar no seo quarto, porem elle naõ faz dilig.a por outra habitaçam, nem quer mudarse p.a Corte Real (65). Oiço porem q̃ naõ ha dinh.ro, q̃ a caza da moeda está ex-

---

(65) O Paço de *Corte-Real* ou Palácio do *Corpo-Santo*. Situado no Largo do Corpo Santo, onde hoje estão as oficinas do Arsenal da Marinha, e confiscado por D. João IV ao marquês de Castelo Rodrigo, partidário de Castela, ardeu em 17 de Junho de 1750. Dêle escrevia o contemporâneo D. Luis Caetano de Lima: «Palácio de boa grandeza, e architectura, fundado tambem sôbre as margens do Tejo, em pouca distancia, ao Poente dos Paços da Ribeira. Servio de habitação a ElRey D. Pedro o II, antes, e depois de sobido ao Throno, e hoje he morada do Serenissimo Senhor Infante D. Francisco» — *Geografia histórica*, vol. II, (Lisboa, 1736), pág. 174. Vid. Júlio de Castilho, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, 1893, pág. 479, 491, etc.

tincta, q̃ o sal se derreteo; pedese emprestimo a Luis Correa, e a Tenorio, e athe as esmolas p.ª a caza de Jerusalem serviraõ p.ª a magnificencia desta funçam. Vaõ se pagando as decimas ecleziasticas, e sobre a repugnancia de alguns cabidos tem havido algũas indicaçoens dispoticas contra as intençoens de Smg.ᵉ, q̃ sabe m.ᵗᵒ bem, q̃ este subsidio hé bom q.ᵈᵒ se postũla, e q̃ hé mau q.ᵈᵒ se extorque. O S.ʳ Arcebispo de Lx.ª mandou a El Rey 100 mil cruzados dizendolhe q̃ os podia dispender como quizesse, e no q̃ quizesse. Naõ entendo q̃ este socorro ecleziastico passe de 150 mil cruzados, e isto, e m.ᵗᵒ mais gastou agora El Rey em cortinas p.ª os quartos do Paço: naõ hé porem taõ injusta esta prestaçam, porq̃ o clero de Portugal naõ costuma gastar em milhores uzos o patrimonio de Deus. Chegou hũa frota de Inglaterra, q̃ nos traz mantim.ᵗᵒ p.ª vivermos, e como se estiveramos no Lago dos Leoens nos dá a mizericordia de D.ª o pam quotidiano pello bico dos corvos representados nos hereges. Tambem dizem, q̃ vem nesta frota 600 homens de recrutas, e he todo o socorro, q̃ nos trazem, e milhor fora, q̃ as tropas de dezembarq̃, q̃ tem p.ª hir a França, viessem contra Cadiz, porq̃ entam naõ teria lugar o Duq̃ de Ossuna de se juntar com o Marq̃ de Bay, nem o nosso Exercito seria obrigado a decampar repassando o Guadiana (66): dizem q̃ nelle tem havido m.ᵗᵃˢ doenças, e q̃ mais parece gente em romaria, q̃ em formatura militar; cada official mayor hé hũ regulo, a obed.ª, e a disciplina naõ moraõ nos seos quarteis; porem dizem q̃ os soldos se pagaõ pontualm.ᵗᵉ, e q̃ tudo ha com bastante abundancia, mas sem ninhũa distribuiçam reg.ᵃʳ Já neste tempo se hade saber em Flandres q.ᵐ hé o S.ʳ da Campanha, e se a guerra hé ofensiva, ou defensiva, de q̃ o 1.º Paquebot nos dará algũa inducçam. Fico na obed.ª de V. Ex.ª como devo. D.ˢ G.ᵈᵉ a V. Ex.ª m.ˢ a.ˢ Lx.ª 23 de Junho de 1708.

XLII

Ex.ᵐᵒ Sñr. Hé tanta a bond.ᵉ de V. Ex.ª nesta sua carta de 25 de Junho, q̃ mete em conta de obzequio, e de oficio graciozo a confiança, q̃ eu tomo em repetir a V. Ex.ª todos os corr.ᵒˢ a impertinencia de hũa carta, p.ª q̃ não tenho

(66) Cf. Gama Palha, *Relação* cit., cap. XXV.

mais desculpa, q̃ considerar a V. Ex.ª ociozo, e a mim sem V. Ex.ª.

Entrou um navio Inglez com poucos dias de viage de Porsmuth, e dá por novas, q̃ em cartas de Italia se escrevia, q̃ o vice Almirante Lek encontrara no Estreito hũa gr.de frota Franceza, q̃ fazia nella p.ª Sardenha com alguns comboys gr.des, e com trez ou quatro mil homens em navios de transporte, e q̃ todos foraõ tomados escapando de toda a frota hũ pequeno n.º de navios. Esta mesma nova se confirma por hũ navio de Italia, q̃ agora entrou, e ainda naõ sei o miudo desta acçam, q̃ hé consideravel, assim p.ª animar hũ partido, como p.ª desanimar o outro. As coizas de Barcelona naõ devem de estar m.to aventajozas aos Castelhanos, porq̃ nem por terra, nem por mar se fala de haverem emprendido algũa gr.de acçam, de q̃ as 1.as postas nos daraõ mais luz. Tambem este navio Inglez, q̃ veyo em 10 dias, naõ traz coiza algũa relevante das Prov.as do Paiz baixo. As gr.des forças de hũa e outra p.te naõ fazem ordinariam.te mais q̃ circunspectos, e ponderativos os generaes, q̃ as governaõ. Naõ sei se no corr.º passado escrevi a V. Ex.ª o q̃ se dizia do nosso exercito na marcha q̃ fez contra o inimigo, e nesta duvida tornarei a repetir o pouco q̃ elle fez, e o pouco q̃ eu sei do q̃ elle podia fazer. Rezolvemos, como em reprezalia, mandar demulir a fortificaçam de Valença depois q̃ o seo clima nos consumio m.ta gente.

Teve o Bay noticia, q̃ o minadores tinhaõ pegado na obra, e mandou hũ grosso destacam.to p.ª tratar de surprender a Praça, e sabendo o nosso Gen.al, q̃ esta diminuiçam sem a junçam do Ossuna o fazia superior ao inimigo passou com o nosso exercito pella ponte do Xevora, porem o inimigo sentindo a marcha levantou o campo com precipitaçam, e foi abrigarse de hũ bosque no campo de Montijo, donde contramandou o destacam.to, e vendo o nosso Gen.al a dificuld.e do ataque repassou o rio, e naõ sei onde fica prezentem.te Logrouse a demuliçam de Valença, e com ella se vai acabando a campanha do Estio; e hé tudo o q̃ grosseiram.te podia dizer a V. Ex.ª da situaçam dos nossos progressos na Provincia do Alentejo. O mastro p.ª os toiros naõ se levantou, porq̃ entrou em questam politica, ou moral, se seria mais decente, q̃ esta ostentaçam, ou preludio festival se fizesse com a nova de haverse celebrado a funçam do cazam.to; porem torno a ouvir, q̃ se naõ esperava este dia, e q̃ o tal mastro havia de aparecer bem depreça, em cuja averiguaçam me naõ ambaraço m.to Tambem oiço, q̃ o Vis-

conde de Villa Nova de Cerveira, e os Condes do Rio, e S. Lourenço eraõ os lutadores de cavalo, e q̃ como Embaxadores a Viena se lhes faziam os gastos pella fazenda reyal. Ajude D.s a q.m descobre tanto dinh.ro; naõ sei se será o mesmo depois de chegada a R.a P.a esse dia mandou Smg.e fazer hũa boa e rica abotoadura de diamantes, e o S.r D. Fr.co p.a concervar a igualđ.e manda fazer outra. Continueme V. Ex.a a honra de boas novas da saude q̃ lhe dez.o, e governe D.s o seo mundo guardando a V. Ex.a m.s a.s p.a illustre ornato delle. Lx.a o ultimo de Junho de 1708.

XLIII

Ex.mo Sñr. El Rey de França levantandose de hũa doença disse a hũ criado seo hũa graça honradora, e este lhe respondeo; Je voy, Sire, que V. M.te n'est plus malade, car toujours qu'elle se porte bien, elle se moque de moy. V. Ex.a nesta sua carta de 2 de Julho me deixa considerar, q̃ logra hũa perfeita saude, pois com encarecim.tos honradores dá as minhas cartas hũ preço q̃ ellas naõ merecem, e assim ou seja generozid.e de V. Ex.a, ou fortuna minha sempre infiro, q̃ o seo entendim.to está em paz com os seos humores. Boa ocaziam era esta p.a entreter a V. Ex.a com algũa novid.e agradavel, porem estas naõ se produzem em hũ Paiz taõ seco, e taõ mal cultivado como este. O q̃ há de mais relevante, e de mais espiritual hé a eleiçam de Prov.or, e mais Irmaõs da S.ta Caza da Mizericordia. Sahio o Conde de Villa Verde, q̃ recebeo o recado, estando mal disposto, e sangrado, e sem emb.o das ataduras foi tomar posse daquella ocupaçam; digno prototipo de hũ bom Prov.or, como o Pelicano o hé de hũ caritativo Pay de familias, q̃ tudo vale o mesmo, peito rasgado, ou veyas abertas. Esperase mayor confirmaçam da preza de Lek, porq̃ hũ navio, q̃ veyo de Cadiz, naõ dá noticia algua desta acçam, nem o Embax.or de Inglaterra a afirma, porem o Conde da Castanh.ra, q̃ ao principio duvidou o socesso foi mal avaliado ou de incredulo, ou de ter menos boas dispoziçoens a favor do poder de Inglaterra, sem emb.o de q̃ m.tos Inglezes apostaõ, q̃ Lek naõ fizera a tal preza. O certo hé q̃ em Portugal tudo hé Inquiziçam, e daqui procede, q̃ somos taõ ignorantes das nossas coizas, como os Mahometanos o saõ da sua falça seita pella defensa da disputa sobre as friald.es do seo Alcoram.

Por esta mesma cauza se naõ fala na bela passagem, e

regresso do nosso exercito, e da prud.ª da nossa Cavalaria, q̃ a pode ensinar aos mesmos Elefantes. Oiço q̃ o Marq̃ de Front.ra quer vir p.ª as Caldas, e q̃ o das Minas hirá sucederlhe na Campanha do Oitono. Este fidalgo em tudo hé unico, e athé o hé em naõ termos outro. Mandaraõ fazer preces publicas pello nosso exercito, e preguntando eu a cauza me disseraõ, q̃ o nosso destacam.to, q̃ foi á demuliçam de Valença, e a conduzir artilharia, estava em gr.de aperto, porq̃ Bay mandara outro de mayor força, e se D.s se poem da p.te dos esquadroens mais grossos, como dizia o Princepe de Condé, milhor fora, q̃ a estas preces se ajuntasse outro destacam.to As juntas de guerra continuaõ, e por ellas se tomaõ m.to boas, e vigorozas rezoluçoens, mas naõ vejo q̃ tenhaõ execuçam. Naõ basta dizerse q̃ se faça a luz, mas hé necess.º q̃ a luz seja feita, porq̃ se a ordem naõ fora seguida da execuçam em tudo o q̃ D.s fez no principio do mundo ainda agora estivera por fazer a mayor p.te do Universo.

Naõ vejo porem q̃ haja tempo entre a ordem e a execuçam nas coizas que pertencem ao recebim.to da nossa futura R.ª, porq̃ disse El Rey q̃ D.s g.e, levantese o mastro, e levantouse o mastro; façase a ponte, e se fez a ponte, e vio Smg.e, seguindo a frase da Escriptura, q̃ tudo era bom, e m.to bom. Queira D.s q̃ venha ja o setimo dia p.ª descançar de hũ trabalho taõ gloriozo, e q̃ V. Ex.ª tenha saude p.ª vir assistirlhe ornando a Corte, e satisfazendo as nossas saud.es Fico como devo na obed.ª de V. Ex.ª D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 7 de Julho de 1708.

XLIV

Ex.mo Sñr. Tomo a liberd.e de pôr estas regras na prez.ª de V. Ex.ª p.ª lhe expor o susto, com q̃ fico neste corr.º por naõ haver recebydo nelle aq.la honra, q̃ a bond.e de V. Ex.ª me costuma fazer na generoza participaçam de boas novas da saude q̃ logra, e q̃ eu com fervorozos votos lhe dez.º Quero entender, q̃ V. Ex.ª fez algũa jornada de divertim.to, e o 1.º q̃ tomou foi de se naõ lembrar de escreverme, e queira D.s q̃ esta fosse unicam.te a cauza, porq̃ amo com tanto desenterece a saude de V. Ex.ª, q̃ antes o quero esquecido, q̃ mal convalescente. Ainda q̃ eu supozera, q̃ V. Ex.ª queria acrecentar a este divertim.to o de ouvir algũas novas desta Corte, e Cid.e, saõ ellas taõ poucas, q̃ naõ tenho

com q̃ servir a curiozid.ᵉ de V. Ex.ª Chegou o Sr. Conde da Ericeira, q̃ miudam.ᵗᵉ conta todos os sucessos da Campanha, todas as marchas, contramarchas, embuscadas, correrias, e outros estratagemas militares, em q̃ luzio a nossa disciplina, e em q̃ tiveraõ m.ᵗᵒ q̃ aprender os Cathecumenos da religiam da guerra. Tambem diz q̃ por hũa ordem equivocam.ᵗᵉ entendida se naõ proseguio o inimigo na passagem do Xevora, em q̃ ao menos podiamos cortarlhe a bagagem, e cravarlhe a artilharia, e fazellos fugir com as nossas espadas sobre as suas costas. Se este facto se achasse no regim.ᵗᵒ do Cons.º da faz.ᵈᵃ, assim como sucedeo nos da nossa cavalaria, poderia eu interpor meu parecer, e assim no seo referim.ᵗᵒ naõ faço mais papel, q̃ o de simples historiador. Esperase brevem.ᵗᵉ o Marq̃ de Front.ʳᵃ, e o das Minas, e fica governando o M.ᵉ de Campo Gen.ᵃˡ D. Joam Manoel. Naõ temos novas do Norte, queira D.ˢ trazellas como aqui se pintaõ, q̃ saõ batalhas ganhadas. Praças rendidas, e Prov.ᵃˢ conquistadas; se assim for brevem.ᵗᵉ teremos Plenipotenciario em Holanda, e os nossos toiros teraõ dobrado motivo de festa. Entretanto os navios Inglezes, q̃ foraõ buscar a frota enfadados de a esperar voltaraõ p.ª este rio. O S.ʳ Infante D. Fr.ᶜᵒ partio p.ª a Romaria do Cabo, e ainda achou 40 bestas de carga, e 40 de cella, q̃ se tomaraõ á Sua ordem. Elle teve repetidos avizos d'El Rey q̃ D.ˢ G.ᵈᵉ, p.ª despejar o seo quarto, e assim entendo q̃ virá p.ª o Corte Real, e assim hé necess.º p.ª q̃ Smg.ᵉ se retire da m.ᵗª caliça, q̃ no seo quarto levantou a abertura de m.ᵗᵃˢ portas, e jenelas com mais de 800 officiaes, q̃ trabalhaõ nestas obras. A principal, e de milhor abrigo será a saude de V. Ex.ª, q̃ D.ˢ concerve por largos an.ˢ Lx.ª 14 de Julho de 1708.

XLV

Ex.ᵐᵒ Sñr. Por esta carta de 26 de Julho me faz V. Ex.ª a honra de me livrar do sobresalto, com q̃ fiquei no corr.º passado vendo interrompida a generoza consequencia de bond.ᵉˢ, com q̃ V. Ex.ª á custa do seo socego me favorece todas as semanas. Queira D.ˢ q̃ na mudança dos ares consiga V. Ex.ª a milhor saude, e q̃ nesta p.ᵗᵉ tenha menos credito, e forsa a sua imaginaçam. Aqui ficamos como orfãos, porq̃ El Rey foi p.ª Cintra, e o S.ʳ D. Fr.ᶜᵒ p.ª o Cabo, porem oiço, q̃ hũ e outro se recolhem amanhan, e tornará esta terra a ser q.ᵐ era dantes. Chegou hũ Paquebot, e nelle

tive as cartas, e gazetas, q̃ envio a V. Ex.ª: por ellas se vê, q̃ as coizas ainda estaõ no seo principio, q̃ em Flandres estaõ as forças iguais, as do Princepe Eugenio ainda naõ estavaõ juntas, como tambem naõ ficava em campanha o Duq̃ de Hanover, nem o de Saboya; porem naõ se pode formar juizo do sucesso da campanha, porq̃ a fortuna da guerra tem ordinariam.te huns lanços de desesperaçam, q̃ mudaõ a face dos negocios. Naõ tive carta de Alemanha, e ouvi q̃ o corr.º era de 30 de Junho, e q̃ naõ trazia nova pozitiva mais q̃ da magnifica entrada do Embax.or em 7 do passado; e q̃ havia esperanças de q̃ em 24 do mesmo mez se faria a funçam do recebim.to, a q̃ se havia de seguir brevem.te a partida. Ouvi a algũas pessoas, q̃ o nosso Embax.or naõ recebera em Viena toda a estimaçam, q̃ merecia pello seo caracter, e p.la sua negociaçam, porem isto p.ª mim hé incrivel sem mayor individuaçam, ainda q̃ a Corte de Viena hé dificil, e elevada com os ruidos quimericos do Augusto, e do Cezareo. A nova, q̃ me dá mayor cuid.º hé q̃ de Dunquerq̃, e de S.t Maló sahiraõ 40 Corsarios, e dizem q̃ vaõ esperar a nossa frota ao mesmo tempo q̃ os navios Inglezes, q̃ a foraõ buscar, voltaraõ esta semana sem ella. Esta noticia traz confuzos, e temerozos todos os homens desta praça, mas como amanhan chega Smg.e logo se dará ordem a mandar novos comboys, e se houver falta nôs a veremos. Dizem-me q̃ o Conde de S.ta Cruz tem entrado em valim.to, de q̃ todo este povo se alegra m.to por ser este fidalgo de boas intençoens, e q̃ dará bons, e uteis cons.os a Smg.e Em hũa carta de Fr.co de Souza verá V. Ex.ª, q̃ os dois livrinhos vem remetidos em hũa caixa do S.r Marq̃ de Marialva, e podem chegar brevem.te, porq̃ a frota estava prestes a dar á vella, e assim pode V. Ex.ª escrever ao d.º S.r, q̃ lhe remeta os dois livrinhos, q̃ haõ de vir com sobrescritos p.ª mim, ou eu farei esta dilig.ª se V. Ex.ª quizer. Fico na obed.ª de V. Ex.ª como devo. D.ª G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 21 de Julho de 1708.

XLVI

Ex.mo Sñr. Agradeço humildem.te a V. Ex.ª o favor desta sua carta de 23 de Julho, em q̃ V. Ex.ª continua a honrarme por mera, e unica generozid.e, e benevolencia Sua, sem q̃ eu prezuma com arrogante indiscriçam, q̃ as minhas cartas podem merecer o nome de correspondencia, naõ sendo mais

q̃ huns votos, ou huns testimunhos da minha uniam aos interéces de V. Ex.ª Vieraõ novas do Alentejo de que houvera hũas gr.des luminarias em Badajoz, e q̃ a cauza desta alegria fora a tomada de Tortosa por intrepreza, ou por sitio breve com pouca defensa do Gov.or, mas como naõ se sabem as circunstancias esperase mayor confirmaçam p.ª saberse a verd.e, ou a forma do sucesso. Elle havia de ser a favor dos inimigos, pois o celebraraõ com candeas, e com repiques. Se El Rey Carlos 3.º perdeo esta Praça ficará com pouco uzo na de Terragona, e com o mais Paiz aberto athe ás portas de Barcelona, aonde oiço, q̃ saõ mal pagas as tropas, ao menos a nossa Cavalaria naõ recebe soldo nem de Portugal, nem de Inglaterra. Tambem vieraõ novas de q̃ hũ destacam.to da nossa Cavalaria entra em Castella pella p.te de Moira, e se recolhera com hũa gr.de pilhage de todo o genero de gado, e de bestas, deixando encravada hũa p.te da artilharia, q̃ os inimigos haviaõ retirado da Praça de Moira. Dizem q̃ trabalhaõ com preça p.ª mandar alguns navios Inglezes ao encontro das nossas frotas, e q̃ tambem hiraõ algũas fragatas nossas, se houver marinh.ros; entendo porem, q̃ o temor naõ hé já tanto, naõ porq̃ a razam seja menos, mas porq̃ o tempo, q̃ hé gr.de consumidor das coizas, faz digerir o mais duro receyo. Chegou El Rey N. S.r, e dizem q̃ ficara m.to agradado do Palacio de Cintra, e q̃ quizera consignarlhe 5 mil cruzados cada anno p.ª reparos, e novas obras. El Rey hé descendente, e sucessor d'El Rey D. Deniz, q̃ fez q.to quiz, e q.m dinh.ro tiver tambem fará o q̃ quizer (67), sendo q̃ na minha opiniam, como já disse, naõ obra as coizas o poder, mas a vontade, e vale mais esta potencia sem olhos, q̃ o entendim.to com m.tos braços. O S.r Infante D. Fr.co depois de se divertir na festa do Cabo voltou p.ª Corte Real, porem dizem-me, q̃ dorme nas cazas, q̃ foraõ do Mont.ro mor. Tambem ouvi, q̃ despedira do Seo serv.º o Conde de Avintes, mas q̃ tornara a recebello, e a

---

(67) Ligeira variante dos versos populares, conservados por Duarte Nunes, segundo o Sr. Dr. Teófilo Braga:

El-rei Dom Diniz
Fez tudo quanto quiz;
Porque quem dinheiro tiver
Fara tudo o que quizer.

Sob êste conceito popular, veja-se T. Braga, *O povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições*, vol. II (Lisboa, 1885), pág. 499.

reconsiliallo. Joam de Sobral está feito Secret.º de S. A. com gr.de aclamaçam de todo este povo, em o qual se destina este min.º, e Chrispim Mascarenhas p.ª conselheiros da fazenda. Já disse a V. Ex.ª, q̃ naõ tivera cartas de Viena, porem em hũa q̃ li, se escrevia q̃ o nosso Embax.or tendo meza aberta comia m.as vezes só, e deve de acontecer isto, porq̃ os Alemaens naõ gostaõ de ver beber agoa de neve, e querem pessoa, q̃ os ajude a levar a cruz do seo pezado vinho. Isto hé meu S.r o q̃ há de novo pellas ruas publicas, q̃ o q̃ socede detraz das cortinas do ministerio nem o vejo, nem ainda tenho authorid.e p.ª conjecturalo, e V. Ex.ª o saberá por via mais segura, e mais decente. Eu fico nas obed.as de V. Ex.ª com todas as atençoens q̃ devo. D.ª G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 27 de Julho de 1708.

(Continúa). JOAQUIM DE CARVALHO.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 5, pág. 233)

Exercicios e mui devota meditação da vida e paixam de nosso senhor Jesu Christo. Composto por o allumiado varam frey Joam Thaulero da ordem dos pregadores: tresladada do latim em lingoagem.

8.º
Vizeu, 1571.
Traducção de fr. Marcos de Lisboa.
Leilão do Marquez de Castello Melhor, n.º 3599.

Floscvlus Sacramentorum, de Pedro Fernando de Villegas.

Vizeu, 1572.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Diesisiete Coloquios, de Balthazar Collazos.

Lisboa, 1576.
Edição descripta por Nicolau Antonio.

Decisiones Svpremi senatvs invictissimi Lvsitaniæ Regis, per Antonium á Gama Regium senatorem, olim cum doctissimis collegis decrete, & nunc in lucem editæ. (Grande brazão d'armas reaes com coroa, tendo por baixo 4 versos latinos). *Cum Priuilegio Sūm. Pont. & inuictissimi. Lusitanorum Regis. Vlyssipone. Excudebat Emanuel Ioannes Typographus Anno M.D.Lxxviij.*

Folio, 6 fls. prel. inn., 457 folios numerados pela frente.
É curioso que o Index d'esta obra seja impresso por Francisco Correa. O facto não é completamente anormal mas po-

deria dar a entender que Manuel João, por fallecimento talvez, ou outro qualquer transtorno, não podesse concluir a obra.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Ordenaçoes da nova ordem do jvizo, sobre o abreuiar das demandas, & execuções dellas. — Escudo das armas reaes com as setas. *Per Manoel Ioam impressor, per prouisam que para isso tem de S. A. Anno de MD.LXXVIII. Taxadas a quorenta rs.*

Folio. Ex. n'um volume de miscellanea de leis extravagantes. No mesmo volume outro ex. com pequenas alterações no front., mas com alterações sensiveis na disposição typographica do texto. Tinha este volume o Rodrigues livreiro, ao Pote das Almas.

Reservamos para o fim d'esta resenha a seguinte obra, que não tem data, e da qual existe um ex. na Bibliotheca Nacional de Lisboa:

Este Livrinho contem huas meditações da Criação do mundo, & vida de nosso Senhor Jesv Christo, repartidas pelos dias da somana, & hua Doctrina de sam Bernardo de Interiozi Dono, etc. Foy impressa em Lisboa por Manoel Joam com licença dos deputados do Sancto Officio.

Ha n'este livrinho diversas poesias. Transcreveremos a final que tem um delicado sabor de ingenuidade e misticismo. Intitula-se:

NA ASCENÇÃO DO SENHOR

O meu doce amigo
que eu tanto queria
foise o outro dia
sem falar comigo.
La leva consigo
a minha vontade
ficame a saudade.

Leva o coração
dentro no seu lado;
vede se he rezão
ter outro cuidado.
Serei so lembrado
da sua bondade
& da minha saudade.

Gastarei os dias
chorando por elle;
minhas alegrias
forão-se com elle.
Que farei sem elle
neste triste vale
cheio de saudade.

Fostes ver a gloria,
eu fico na terra,
vós tendes victoria,
eu estou em guerra.
O quem me desterra
da minha piedade,
formosura, bondade!

E pois vos não vejo
la onde estais
estará meu desejo,
estarão meus ais.
Que não acabais
tanta saudade
& tão de verdade.

O dura sorte
e mal merecida
quem deseja morte
que tenha vida.
Sperança perdida,
mas não a saudade
o amor, a verdade.

Levai-me, Senhor,
que faço eu aqui?
senão o amor
me tirarão de mi.
Viver eu assi
em tanta saudade
parece crueldade.

Glorioso dia
que vos heide ver:
mas quando seria
ou se hade ser.
Caro he o viver
que aparta amisade
e deixa saudade.

D'esta obra ha outro ex. na Bibliotheca de Evora.

O sr. Deslandes nos seus *Documentos para a historia da typographia portugueza, nos seculos XVI e XVIII* não consagra nenhum artigo a Manuel João, certo porque não encontrou rasto do seu nome no registo das chancellarias.

Pela resenha que apresentamos vê-se que há intermitencias na vida artistica de Manuel João. Não é muito de crer que elle estivesse inactivo nos annos de 1573, 1574 e 1575, em que, pelo menos que nós saibamos, não ha noticia de obra nenhuma que elle publicasse. A Bibliotheca de Evora, segundo a *Cimelia Biblion*, do sr. Barata, só possue duas edições de Manuel João, a segunda e a ultima que descrevemos. É muito possivel que venham a aparecer mais provas da actividade d'este typographo. Tenham a bondade os srs. bibliophilos de remover os seus alfarrabios e de sacudir o pó das suas livrarias.

MANUEL DE LIRA

Avto do Ivramento que os tres Estados destes Reynos fizerã em presença del Rey nosso Senhor, ao primeyro de Iunho, de M.D.LXXIX. E tambem está aqui o juramento que a cidade de Lixboa fez particularmente, aos quatro dias do dito mes de Iunho. E outro juramento que o Duque de Bragança fez no dito dia. E outro juramento que o Senhor Dom Antonio fez aos treze dias do dito mes de Iunho. Com licença: Impresso em Lisboa por Manoel de Lyra.

Folio (marcação de 8.º, A A v.) 16 folios inn., incluindo o frontispicio, que é gravado.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados, collecção de capitulos de côrtes e autos de acclamação, n.º 612.

Literæ execvtoriales in favorem privilegii exemptionis a decimis societatis iesv. — No fim: *Cum facultate ordinarii. Olysippone, Excudebat Emmanuel de Lyra. Anno 1581.*

Folio, 14 folios inn. com reclamos.

Bibliotheca de Evora.

Svmma sacramentorvm ecclesiæ ex doctrina R. P. F. Francisci á Victorij ordinis Prædicatorum, & olim Primarij Cathedratici apud Salmanticeñ. Huic æditioni accesserunt multæ quæstiones, ex sanctorum Conciliorũ decretis, præsertim Tridentini, & aliorũ, quæ antea desiderabãtur, cura & studio, R. P. F. Thomæ à Chaves. (Monogramma da Companhia de Jesus). *Vlys-*

sippone. Excudebat Emmanuel de Lyra Expensis Simonis Lopez Bibliopolæ. Anno M.D.LXXXII. — No verso da ultima folha de Tabua: *Olyssippone, Apud Lyram. M. D. LXXXIII,*

8.°, 183 fls. numeradas pela frente, afora *Tabvla.*
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

La orden que se tuvo en la solemne procession que hizieron los deuotos Cofrades del Sanctissimo Sacramento, de la Yglesia de señor S. Iulian, en la Ciudad de Lisboa, celebrando la festiuidad de su Cofradia. Domingo dos de Septiembre. Año de 1582. Con licencia y Priuilegio Real. Impresso en la muy noble y leal Ciudad de Lisboa, por Manuel de Lyra. 1582.

8.° 88 folhas num. pela frente.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

N'esta mesma Bibliotheca existe outro ex. muito differente na portada e 1.° caderno, no mais inteiramente identico. O seu frontispicio, gravado, é similhante ao da *Sem Ventura Isea.*

Analyticvs Commentarivs ser Relectio, ad celebratissimam L. si cvratorem habens, C. de in integrvm restitvtione minorvm. Authore Francisco de Caldas Pereyra & Castro... Serenissimo Principi D. Alberto consecratvm. (Escudo real com as armas do Cardeal Alberto). *Vlyssippone. Excvdebat Emmanvel de Lyra, Typographos. Anno M. D. LXXXIII. Expensis egregii viri Simonis Lopes, Bibliopolæ. Esta taxado a... reaes em papel.*

Folio, 25 folios prel. inn., 432 num. pela frente. — No fim: *Excvdebat Emmanvel de Lyra typographvs, Vlyssippone. Mense Febrvario.*
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

La entrada qve en el reino de Portugal hizo la S. C. R. M. de don Philippe, invictissimo Rey de las Españas, segundo deste nombre, primero de Portugal, assi con su Real presencia, como con el exercito de su felice campo. Hecho por Isidro Velasquez Salamantino, andante en Corte. (Escudo de Manuel de Lyra, subs-

tituido o centro por umas armas reaes portuguezas). *Impresso com licencia examen e approbacion, por Manoel de Lyra. A costa de Simon Lopez Librero.* — No verso do ultimo folio (160), o outro escudo de Manuel de Lyra (os ursos usados por João Blavio), tendo em cima: *Por Manuel de Lyra* — e pela parte inferior: *M. D. L. XXXIII.*

4.°, 3 fls. prel. inn., 160 num. pela frente.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Os Lvsiadas de Lvis de Camões. Agora de nouo impresso, com algũas Annotações, de diversos Autores — Gravura; Orpheu tocando. *Com licença do Supremo Conselho da Sancta & Geeral Inquisição, por Manuel de Lyra, Em Lisboa. Anno de 1584.*

8.°, 12 inn., 280 fls.

Commentarios analyticos, de renovatione emphytevtica tam in foro versantibos, quam etiam gymnastis, & Christianæ Reipub. vtilissimus. Auctore, Francisco de Caldas Pereira, etc. Vlyssippone. Excvdebat Emmanuel de Lyra Typog. Anno, 1585.

Folio, 23 fls. prel., 172 num. pela frente.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Hystoria dos cercos qve em tempo de Antonio Monis Barreto governador que foi dos estados da India, os Achens, & Iaos puseraõ â fortaleza de Malaca, sendo Tristaõ Vaz da Veiga capitaõ della. Brevemente composta por Jorge de Lemos. Impresso com licença do supremo Conselho da sancta & Geral Inquisição. Em Lisboa. Em casa de Manoel de Lyra. Anno de M. D. LXXXV.

4.°, 7 fls. prel. inn., 64 num. pela frente.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Reportorio dos tempos, o mais copioso que até agora sahio a luz, conforme á noua reformação do Sancto Padre Gregorio XIII. Anno de 1582. Feito por André do Avelar, natural de Lisboa. Dirigido ao illustrissimo senhor dom Manoel de Castelbranco. Chegaõ as taboas

dos Lunarios e Eclypses, até ao anno de 1610. (Vinheta oval, toscamente gravada, representando os quatro elementos). *Com licença. Impresso em Lisboa por Manoel de Lyra. Anno de 1585. Com prinilegio real por dez annos. Taxado... rees em papel.*

1 vol., 8.º, 5 fls. inn., 137 num. pela frente.
Ex.: do sr. José do Canto.

M. Val. Martialis, Epigramaton selectorvm Libri xiiii. Accessit Epistola Ouidij ad Liuiam, & carmina de nuce. Additæ sunt epistola (sic) *Ciceronis nonnullæ.* (Vinheta: Orpheu tocando). *Olyssippone, Excudebat Emmanuel de Lyra Typog. Ano M. D. LXXXV. Cum facultate Inquisitorum.*

8.º

Contém só os 5 livros dos Epigramas, que vão até verso do folio 47. Segue-se a Epistola de Ovidio e uma carta de Cicero.

O exemplar está incompleto; chega só até folio 64.
Bibliotheca Nacional de Lisboa — 2947.

Cathechismo, ov Doutrina Christãa, & Praticas spirituaes. Ordenado por Dom Frey Bartholomeu dos Martyres, Arcebispo & senhor de Braga, Primas das Espanhas, &c. Pera se ler nas parrochias deste nosso Arcebispado onde não ha prégaçam. (Estampinha religiosa). *Com licença. Impresso em Lisboa, por Manoel de Lyra. Anno MDLXXXV.*

8.º (aspecto de 4.º), cadernos A A v, etc., 148 folios mais 3 prel. inn.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

No verso do frontispicio a Approvação: *Vi por mandado do supremo Cõselho da sancta géral inquisição este Cathechismo, & Praticas spirituaes do Arcebispo de Braga dom Bertolomeu dos Martires, & não tem cousa contra a Fee & bõs costumes, & podese imprimir. Fr. Bertolameu ferreyra.*

Lampara encendida. Libro de la perfection religiosa: enel qual se tracta lo que deue hazer el alma para con Dios, para con su proximo, y para consigo misma: y para la perfecta guarda de su regla, y de los tres

votos. Por el P. Fr. Hieronymo Gracian de la Madre de Dios, vicario Prouincial de los Descalços Carmelitas de la Prouincia de Portugal. (Vinheta: a Virgem com o menino ao cóllo). *En Lisboa. Impresso con licencia por Manuel de Lyra, 1586* — No fim: *Impresso en Lisboa por Manuel de Lyra MDLXXXVI.*

8.°, 3, 56 fls. num. pela frente. Existe uma 2.ª parte do mesmo formato.

Bibliotheca de Evora.

Cathechismi christiana fidei; in quo verita nostre religionis ostenditur, & secte Iaponenses confutantur, Liber secvndes. Authore Alexandro Valignano societatis Iesv. (Monogramma da Companhia). *Olyssipone excudebat Emmanuel de Lyra, Typog. 1586. Cum facultate sanctæ generalis Inquisitionis.*

4.°, 24 folios.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

O 1.° livro d'este Cathecismo foi impresso, no mesmo anno, por Antonio Ribeiro.

Tragedia mvy sentida e elegante de Dona Ines de Castro aqual foy representada na cidade de Coimbra. Agora nouamente acrescentada. (Escudo do impressor). *Impressa com licença por Manoel de Lira de 1587.*

8.°, 31 folhas inn.

Exs.: dos srs. Gama Barros e Carvalho Monteiro.

Veja-se a edição de Ferreira pelo visconde de Castilho, 1.° vol.

Iesvs. Consvltationvm ac rervm indicatarvm in Regno Lusitaniæ. Tomvs primvs. Auctore D. Alvaro Valasco, Supremæ Curiæ Lusitaniæ Regi Senatore, & in Achadæmia Conimbricensi olim iuris Casarei professore primario. Cvm indice Consultanionum in initio, & materiarum locupletissimo Indice in fine. (Gravura). *Olyssipone excudebat Emmanuel de Lyra typog. suis & Sebastiani de Carvalho Bibliopolæ expensis. Anno M. D. LXXXVIII. Cum privilegio Regie Maiestatis ad decennium. Esta taxado a... reaes em papel.*

Folio, 196 folios num. pela frente, afóra prel. e indice final inn.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Elegiada de Luys Pereira. Dirigida ao Serenissimo Senhor Cardeal Alberto, Archiduque de Austria, & Governador dos Reynos de Portugal. (Escudo do impressor). *Impressa por Manoel de Lyra. Anno 1588. A requerimento de Francisco de Miranda. Com licença & privilegio Real.*

8.º, 3 fls. prel. inn., 286 num. pela frente.

Historia de lo svcedido en Escocia, e Inglaterra en qvarenta y qvatro años que viuio Maria Estuarda Reyna de Escocia. Escrita por Antonio de Herrera criado del Rey nuestro señor. Dirigido a Don Diego Fernandez de Cabrera y Bobadilla, Conde de Chinchvn, Mayordomo de su Magestad, Tesorero general de los Reynos de la Corona de Aragon, y de sus Consejos de Aragon. y Italia e Alcayde de perpetuo de los Alcaçares Reales de la Ciudade de Segouia. Con licencia. Impresso en Lisboa, por Manuel de Lyra. 1590.

8.º, 173 fls. num. pela frente, mais 3 inn, de Tablà.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Reportorio dos tempos o mais copioso qve ate agora saio a luz, conforme á noua reformação do sancto Papa Gregorio XIII. Feito por Andre d'Avellar natural de Lisboa. Nesta segvnda impressam reformado e acrescentado pelo mesmo Author, com hum tractado do Prognostico da mudança do ar, de algũs principios que tocão, assi á Philosophia natural, como a Astrologia rustica, & com hũas breues mas muy compendiosas regras para as sementeiras, & cultura das arvores, & criação dos animaes. (Vinheta de madeira com forma oval). *Impresso com licença por manvel de Lyra. Anno de 1590. A custa de Simões Lopez mercador de liuros. Com priuilegio Real por dez annos. Taxado a dous tostoẽs em papel.*

4.º, 8 inn., 207 num. pela frente.
Ex.: de A. Fernandes Thomaz.

Institvtio sive fvndatio ordinis sanctissimæ, ac individuæ Trinitatis, & Redemptionis Captiuorum. (Gravurinha religiosa). *Vlissippone, Excudebat Emmanuel de Lyra Typ. Cum facultate S. Inquisitionis, & Ordinarij. Anno M. D. LXXXXI.*

8.º, 31 fls. num. pela frente.

Jesvs. Constitvtiones fratrum ordinis Sanctissimæ Trinitatis, & Redemptiones captiuorum Prouinciæ Portugalliæ. (Estampinha religiosa). *Vlyssippone, Excudebat Emmanuel de Lyra Typ. Cum facultate S. Inquisitiones, & Ordinarij. Anno MDLXXXXI.*

8.º, 66, 97, afóra copioso indice inn.

Este indice refere-se tambem á 1.ª obra, que alem do *Institvtio* contem a *Regula ejusdem Ordinis.* Cada uma das obras tem porem a sua approvação e licenças especiais. As approvações são de fr. Bartholomeu Ferreira.

No mesmo volume ainda se encontra a seguinte obra complementar:

Incipit Cæremoniale fratrum Ordinis Sanctissimæ Trinitatis & Redemptionis Captiuorum, Prouinciæ Portugalliæ. (Estampinha religiosa). *Cum facultate S. Inquisitionis, & Ordinarij.*

8.º, 68 fls. para o 1.º livro, 35 e 1 inn. para o 2.º livro; 5 inn. de indice e errata.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. 5449. — BB-2-14.

Breve instruction de como se hade admnistrar el sacramento de la penitencia dividida en dos libros: compvesta por el padre Maestre fray Bartholome de Medina, Cathedratico de prima de Theologia en la Vniuersidad de Salamanca, de la orden de sancto Domingo. En la qval se contiene lo que hade saber, y hazer, el sabio confessor para curar almas, y todo lo que deue hazer el penitẽte para cõseguir el fructo de tan admirable medicina. Con su tabla muy copiosa. Con licencia impresso en casa de Manuel de Lyra. Año de 1591.

8.º, 7 fls. prel. inn., 331 fls. numeradas pela frente, afóra Tabla innumerada.

Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca de Evora.

Parece ter havido edições anteriores, não só por a licença ser de 2 de Setembro de 1586, mas por n'ella se dizer: «Poderá o supricante imprimir esta summa de Medina, visto como foi já vista, & impressa com licença desta mesa, & depois de impressa tornará a esta mesa, etc.»

Na Bibliotheca da Ajuda há uma edição de 1582, com approvação de Fr. Bartholomeu Ferreira.

Las obras del famoso poeta Gregorio Sylvestre. Recopiladas y corregidas, por diligencia de sus herederos y de Pedro de Caceres, y Espinosa. Dirigidas por los mismos herederos, al Ill.mo, y R.mo Señor Don Iuan Mẽdez de Saluatierra, Arçobispo de Granada &c. Con licencia. Impressas en Lisboa, por Mannel de Lyra. Año 1592. A costa de Pedro Flores Librero. Vendẽse en su casa al Peloriño vello.

1 vol., 12.º, 432 fls. numeradas pela frente.

No verso da ultima a subscripção: *En Lisboa por Manuel de Lyra, impressor de Lisboa, año 1592.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Breve svmmario da sancta vida, religiosos costvmes, e mvito grandes milagres do glorioso Padre S. Iacinto, da Ordem dos frades Pregadores, agora canonizado pollo Sanctissimo Padre o Papa Clemente VIII. em Roma, na Igreja de S. Pedro em Vaticano, aos 17 do mes de Abril do anno de 1594. Composto pello P. M. Fr. Agostinho Montalsino Religioso do Convento da Minerua da mesma Ordem, recopilado & tirado do processo & liuro de sua Canonização, & de muitos authores graues, que no fim desta vida se podem ver. Impressa com licença, por Manoel de Lyra. M.D.LXXXXIIII.

8.º, cadernos de A. B. C. sem numeração, com reclamos.

Bibliotheca de Evora.

Livro da regra de sancto Agostinho: e das constituições perpetuas dos Religiosos pobres hermitaõs da Serra Dossa, da ordem de S. Paulo primeiro hermitão. Feitas & confirmadas com authoridade Apostolica.

(Grande estampa: Sam Pavlo primeiro hermitam). *Impresso com licença do supremo Conselho da sancta geral Inquisiçam, & do Ordinario. Por Manuel de Lyra. Anno de M. D. LXXXXIIII.*

8.º grande. A Regra tem 1, 5 fls., e as Constituições 53 fls., sendo a 1.ª em branco por faltar a impressa. Mais uma folha contendo uma provisão do cardeal Alberto, entre duas vinhetas, uma em cima, outra em baixo; no verso uma gravura.

Ex.: da Bibliotheca de Evora.

O ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa, não coincide perfeitamente com esta descripção.

Rhytmas | de Lvis de Camões, | diuididas em cinco partes. | Dirigidas ao muito Illustre senhor D. Gonçalo Coutinho. (Estampa: divisa de D. Gonçalo). *Impressas com licença do supremo Conselho da geral | Inquisição, & Ordinario. | Em Lisboa, | Por Manuel de Lyra, Anno de M. D. LXXXXV. A custa de Esteuão Lopez mercador de libros.*

8.º (aspecto de 4.º); cadernos de A, A 4, etc., 9 fls. prel. inn., incluindo o frontispicio, 169 folios numerados pela frente, tendo o ultimo por engano 166, mais 4 inn. de Taboada.

As prel. comtém: approvação e licenças no verso do frontispicio, alvará em favor do livreiro Estevão Lopes; Epistola dedicatoria d'este a D. Gonçalo Coutinho, datada de Lisboa 27 de Fevereiro de 95; dous epigrammas latinos de Manuel de Sousa Coutinho, um em louvor do poeta, outro em louvor de D. Gonçalo; soneto de Francisco Lopes ás obras de Luis de Camões, Erratas, Sonetos de Luis Franco, Diogo Bernardes, e Diogo Taborda Leitão; Prologo aos Leytores.

O soneto de Francisco Lopes, apesar de vir nas preliminares, vê-se que foi impresso posteriormente, porque no verso traz as Erratas, uma das quaes se refere á approvação de fr. Manoel Coelho e duas á carta dedicatoria. Reconhece-se alem d'isso que foi impresso n'um quarto solto de papel, collado no centro da 1.ª folha.

É possivel que este Francisco Lopes seja o doutor Francisco Lopes medico da rainha D. Catharina, autor dos *Versos devotos en loor de nuestra señora.*

Esta descripção é feita em presença do bello exemplar do Dr. José Carlos Lopes, do Porto.

As obras do celebrado lusitano, o doutor Frãcisco de Sá de Mirãda. Collegidas por Manoel de Lyra. Dirigidas ao muito illustre Senhor dom Ieronymo de Castro, etc... (Armas dos Castros). *Impressas com licença do supremo Conselho da Santa Geral Inquisição, & Ordinario. Anno de 1595. Com privilegio Real por dez annos.*

4.°, 3 fls. prel. inn., 186 num. pela frente.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 4$50

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 3$50

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 3$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 2$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 2$50

Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, palo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 3$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 2$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 2$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º
N.º 7

1923
Julho

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Congresso de Sciências realizado em Salamanca de 24 a 30 de Junho de 1923 289
Alocução do Presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Sciências na Sessão inaugural, por Gomes Teixeira..... 291
Alocução do Presidente do Instituto de Coimbra na Sessão de encerramento, por Costa Lobo..... 294
A teoria dos conjuntos e as suas aplicações à teoria geral das funções de variáveis reais — Discurso inaugural da 1.ª secção (Sciências matemáticas), pelo Dr. Pedro José da Cunha 297
O Arquivo Geral de Simancas, sua importância capital para a história portuguesa — Discurso inaugural da 6.ª secção (Sciências históricas, filosóficas e filológicas), por J. M. de Queiroz Veloso 316

CONGRESSO DE SCIÊNCIAS

REALIZADO EM SALAMANCA DE 24 A 30 DE JUNHO DE 1923

Mais um congresso de sciências acaba de ter lugar na tradicional cidade Universitária de Salamanca, a primeira que na península teve a honra de possuir dentro dos seus muros o santuário do ensino superior da Sciência. Os assuntos versados, e a elevação com que foram tratados correspondem às gloriosas tradições de que a Universidade de Salamanca se orgulha. Sua Magestade El-Rei D. Afonso XIII imprimiu-lhe o prestígio da sua alta personalidade, e demonstrou mais uma vez a especial consideração que ao seu elevado critério e patriotismo merece o desenvolvimento da Sciência, base fundamental do progresso humano.

Aos elementos portugueses foram por Sua Magestade dispensadas provas de carinho e consideração que serão sempre lembradas com saüdade e gratidão. Tanto a Universidade de Salamanca como as corporações Salamantinas foram inexcedíveis em manifestações de cordialidade e aprêço para com os congressistas portugueses, os quais decerto delas guardarão constante e grata recordação.

O Congresso de Salamanca foi honrado com a presença do Ilustre Bispo de Salamanca, dos ministros da Instrução Pública de Espanha e Portugal, Ex.mos Srs. Salvatella e João Camoezas e pelo Ministro de Portugal em Madrid, Ex.mo Sr. Melo Barreto.

A sessão inaugural foi presidida por Sua Magestade El-Rei, e a sessão de encerramento pelo ministro de Instrução Pública de Portugal. Além dos discursos inaugurais proferidos pelos Srs. Dr. Pedro da Cunha na 1.ª secção (Sciências Matemáticas), e Dr. Queiroz Veloso na 6.ª secção (Sciências históricas, filosóficas e filológicas), contribuiam os elementos portugueses para êste congresso com 3 conferências públicas e 23 comunicações. Ao todo, além dos 8 discursos inaugurais, houve 18 conferências e 118 comunicações.

Será interessante consignar que dos 116 trabalhos apresentados pelos congressistas espanhóis pertenceram 26 a elementos universitários, 90 a elementos extra-universitários.

Dos 28 apresentados pelos congressistas portugueses, pertencem 15 aos elementos universitários; e 13 aos extra Universitários.

O grande número de trabalhos apresentados pelos congressistas espanhóis que não fazem parte das corporações universitárias está em perfeita harmonia com a índole dêstes congressos, e demonstra a importância da cultura scientifica espanhola fóra dos meios universitários.

Em seguida são publicadas as alocuções proferidas na sessão inaugural pelo Presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Sciências, Dr. Gomes Teixeira, e na de encerramento pelo Presidente do Instituto de Coimbra, Dr. Costa Lobo, e os discursos inaugurais dos Drs. Pedro José da Cunha e Queiroz Veloso.

ALOCUÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O PROGRESSO DAS SCIÊNCIAS NA SESSÃO INAUGURAL

Existem na Espanha dois logares afamados onde iam outrora em peregrinação numerosos romeiros de toda a Península: um é Compostela; e outro é Salamanca.

A Compostela iam peregrinos cristãos ajoelhar devotamente diante do Apóstolo das Espanhas, levados muitos dêles pela lenda corrente segundo a qual, com a sua visita a êste logar sagrado, encurtavam o caminho pelo qual, depois da morte, haviam de subir ao Céu.

A Salamanca iam os crentes na Sciência ouvir os grandes mestres da sua Universidade, principalmente os seus teólogos, que de lá iluminavam com a sua sabedoria todo o Mundo católico e cuja autoridade era reconhecida em toda a Cristandade.

A Universidade de Salamanca e a Basílica de Compostela representam dois grandes triunfos católicos medievais, aquela nas sciências, esta no culto cristão.

Eram instituïções com fins diferentes mas com analogias notáveis: analogia na altura a que ambas subiram; analogia na fama de que ambas gozaram; analogia no papel religioso que ambas exerceram.

A Universidade de Salamanca era com efeito naqueles tempos a Escola Primaz da Península hispânica e uma das quatro Escolas Primazes do Orbe Católico; a Basílica de Compostela era o Santuário-mór da mesma Península e um dos Santuários mais famosos do Mundo inteiro.

Entre todas as Escolas de teologia e Igrejas das Espanhas a Universidade de Salamanca era aquela onde o ensino religioso era mais elevado e mais brilhante, a Catedral de Compostela era aquela em que o culto era exercido com maior devoção e maior fervor.

Os peregrinos que visitavam Compostela sentiam os encantos da fé religiosa em toda a sua pureza; os que iam a

Salamanca gozavam os encantos da fé associada à magestade da sciência.

Ir a Salamanca ouvir os seus teólogos e moralistas era uma aspiração dos padres da Espanha e de Portugal; ter lá ido era para êles um título de honra e um documento de recomendação.

Ficou lendária a Capela de Santa Bárbara da sua Catedral onde, nos doutoramentos, mestres ricos em talento e sabedoria lutavam com os seus melhores discípulos, armados de silogismos cortantes como espadas afiadas, recorrendo ambos a sofismas subtis, quando isso era necessário para atacar ou defender a tese que discutiam.

Mas não era só pelos seus teólogos que a Atenas espanhola era conhecida em todo Mundo. Teve também varões eminentes em outros ramos de sabedoria humana; teve grandes latinistas; teve helenistas notáveis; teve filósofos profundos; teve oradores brilhantes; teve astrónomos distintos; teve médicos insignes.

O misticismo compostelano e a sciência salamanticense intervieram brilhantemente nas gloriosas navegações peninsulares; Compostela com a Cruz de S. Tiago, que pintada nas velas das náos castelhanas encorajava os marinheiros espanhóis, como a Cruz de Cristo, ornando as caravelas lusitanas, animava os nautas portugueses; Salamanca com o saber dos seus astrónomos protegendo Colombo e calaborando com os cosmógrafos portugueses de D. João II na preparação dos Regulamentos para dirigir as náos por meio dos astros na amplidão misteriosa dos Mares.

Êste Congresso, celebrado em uma cidade onde as pedras dos edifícios são testemunhas da fé e da sciência dos nossos antepassados não é, como as anteriores, uma simples Assembleia de homens cultos que aqui vêm conhecer-se, relacionar-se e conversar sôbre as doutrinas scientíficas de que se ocupam; é ao mesmo tempo uma comemoração do passado glorioso desta Universidade.

Somos romeiros do século XX que viemos evocar recordações dos grandes homens que por esta cidade passaram nos tempos gloriosos das nossas pátrias.

E para que esta comemoração tenha esplendor à altura dos factos que recorda, dignou-se vir aqui associar-se a ela o augusto neto de Fernando III, o Santo, de Afonso X, o Sabio, de Fernando e Izabel, os Católicos, e do poderoso Carlos V, etc., que com os estatutos, honras e privilégios que concederam a esta Universidade tão alto a levantaram.

A esta comemoração não podiam faltar os portugueses. Nas bancadas das aulas desta Universidade sentaram-se, com efeito, nos tempos do seu esplendor, numerosos estudantes lusitanos, nas suas catedras prelecionaram portugueses ilustres, e mestres exímios levaram desta Universidade a Portugal a sciência que aqui aprenderam.

Um grande salamanticense, Abraão Zacuto, professor da cadeira de Astronomia criada por Afonso X, prestou relevantes serviços às navegações portuguesas.

A esta Universidade veiu em peregrinação de estudo Pedro Nunes, o maior geómetra que até hoje teve a Península ibérica, o inventor do Nónio e da linha do rumo, o fundador da teoria matemática dos crepúsculos, o precursor de Mercator na descoberta das cartas náuticas actuais e um dos precursores de Viete na fundação da Álgebra moderna.

Aqui esteve na mesma ocasião o médico Garcia de Orta, que mais tarde se tornou célebre pela obra preciosa que consagrou ao estudo das propriedades medicinais de algumas plantas do Oriente.

Por esta Universidade passou Ribeiro Sanches, médico e filósofo distinto; aqui ensinou Aires Barbosa, helenista eminente; daqui foi a Portugal prelecionar na Universidade de Coimbra Aspilcueta Navarro, teólogo notável pelo talento e sabedoria.

As pedras dos edifícios desta cidade falam pois de glórias de toda a Península, e Portugal não podia por isso deixar de se representar nesta solenidade e de confiar a sua representação a quem estivesse pela sua posição à altura de tão honroso encargo. Aqui está para êsse fim, à frente dos portugueses que aqui viemos, o nosso digno Ministro da Instrução Pública. A mim só me compete, pois, nesta ocasião, saüdar calorosamente, na qualidade de Presidente da Associação Portuguesa para o Progresso das Sciências, e em nome desta Sociedade, a gloriosa Universidade de Salamanca e a Associação Espanhola para o Progresso das Sciências, e exprimir os nossos votos calorosos para que as duas Associações continuem com energia, com confiança e com fé a obra patriótica do estreitamento das relações entre Espanha e Portugal, tão auspiciosamente inauguradas nos Congressos de Sevilha e Bilbao e tão eficazmente continuadas no Congresso do Pôrto.

GOMES TEIXEIRA.

ALOCUÇÃO DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE COIMBRA NA SESSÃO DE ENCERRAMENTO

SENHOR PRESIDENTE:
MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES:

É êste o 6.º Congresso de Sciências a que em Espanha tenho a honra e satisfação de assistir: sem interrupção desde o Congresso de Granada realizado em 1911. Sempre ao terminarem êstes certamenes eu tenho ficado com mais desejo de voltar. Agora êsse desejo encontra-se consideràvelmente aumentado.

É que — o carinho do ambiente em que nos encontramos, — a cordialidade dos sentimentos que pairam sôbre os nossos espíritos, — a distinção devida á presença de Sua Magestade El-Rei, a quem daqui saúdo com profundo respeito e dedicação, pessoalmente e como chefe prestigioso e querido dêste nobre e generoso povo, vieram realçar o valor dos nossos trabalhos, e incutir-nos novo ânimo. São acontecimentos de tal ordem que eu sinto a impressão de dever modificar o critério que expuz na Academia de Jurisprudência de Madrid quando ali tive a honra de ser ouvido: — Por muitas das ilustres personalidades aqui presentes, entre elas o meu querido e constante amigo D. Ricardo Mucet, alma desta instituïção: — Por algumas que deveres instantes afastaram de nós neste momento, entre elas o meu querido Amigo e sabio presidente da «Associación Española para el Progreso de las ciencias» D. José Carracido, que completamente nos absorve com a eloqüência da sua palavra priveligiada, com o fulgor do seu talento, com a transcendência dos seus conhecimentos, com o encanto da sua afabilidade: — Por bastantes que para sempre nos foram arrebatadas, e com profunda saüdade constantemente recordamos: entre elas destaca-se a figura inolvidável de D. Eduardo Dato, igualmente ilustre como homem de Estado e como sábio, que aos portugueses prodigalizou tor-

rentes de afecto, e em todos nós criou também as mais profundas e enternecidas amizades.

Então, lamentando que a observação scientífica nos demonstrasse que a constituição física do homem será sempre causa de hostilidades e lutas, apesar do seu desenvolvimento intelectual, reconhecia também como incontestável a existência de um mundo psíquico que sobretudo se nos revela pelas dôres morais, e ainda por manifestações de altruismo e abnegação. Êste, porém, com reduzíssima influência relativamente às acções produzidas por aquela causa, de que as conseqüências ainda há pouco se nos patentearam com o maior horror, transformando os homens civilizados do século XX, os homens que se orgulham das mais notáveis descobertas, em selvagens canibais, dispostos por vezes a tudo destruir, tanto vidas como venerandas tradições e relíquias de inestimável valor.

¡Não! O consolador espectáculo a que assistimos agora, a harmonia, o afecto que todos nos testemunhamos, o empenho geral das prestigiosas corporações desta antiga e nobre cidade de Salamanca de cativarem-nos e recolherem-nos no seu coração, derrubam e aniquilam a minha apreciação, demonstram a existência de valores infinitos para sentimentos de doçura e carinho!

¡Oxalá assim fôsse! Contudo um instante de reflexão sugere outra explicação. E agora permita-se-me que eu vá buscá-la às imagens dessa sciência infinitamente bela que é a matemática. Passado o período em que se supunha que a discontinuïdade das funções era a excepção, reconhecido que é a normalidade, forçoso é concluir que realmente a função dos sentimentos da coordialidade humana se conserva através dos tempos, e segue sempre, com valores infinitamente pequenos; mas, discontínua, êsses valores atingem por vezes o infinito; é o nosso caso, e com viva satisfação o celebro.

Crente nas raças; não tanto baseadas numa structura física, com caracterizadas pelos seus valores psíquicos, eu tenho imensa satisfação em verificar que são animadas pelos mesmos sentimentos as almas dêstes dois povos, e que através de todas as vicissitudes que a complexidade humana a cada instante provoca, elas nos enlaçam com intensas manifestações de carinho em que também são envolvidos todos os povos que estas frondosas árvores, cheias de beleza e preciosa floração, produziram, e que já representam poderosas e admiráveis civilizações. E agora, com o espírito iluminado

pela mais viva fé na união dos nossos esforços, no futuro destas nações a que, sem dúvida, estão reservadas acções tão gloriosas como aquelas que foram cometidas pelos nossos antepassados, e que são, com toda a razão, motivo do nosso justificado orgulho, não do orgulho que ofende e repele, mas sim daquele que merece respeito e ternura, eu vou terminar com a satisfação de poder fazel-o desempenhando-me das mais gratas missões. — Em nome da Associação Portuguesa para o Progresso das Sciências, e na ausência do nosso sábio Presidente Dr. Gomes Teixeira, obrigado por deveres inadiáveis a regressar ao Pôrto, tenho a subida honra de convidar a Associação Espanhola para o Progresso das Sciências a realizar o seu 10.º congresso, conjuntamente com a nossa Associação, na cidade de Coimbra, onde se erguem os muros vetustos, mas sempre sólidos e elegantes, da nossa Universidade tradicional, gémea da prestigiosa e veneranda Universidade de Salamanca.

Em nome do meu Ilustre Reitor, que me deu a honra do encargo de que vou desempenhar-me, em nome do Ilustre Reitor da Universidade de Lisboa, que também circunstâncias de momento obrigaram a retirar, em nome do Ilustre Reitor da Universidade do Pôrto, o qual acaba de telegrafar, eu dirijo a El-Rei e a êste Congresso as mais distintas e cordeais saüdações, e asseguro que será recebida com o maior entusiasmo a notícia de que a Associação Espanhola para o Progresso das Sciências resolve aceder ao nosso convite.

Posso também acrescentar que todas as corporações de Coimbra se empenharão por contribuir para que aos sábios de Espanha sejam tributadas as honras a que têm direito pelo seu alto valor scientifico e pelo afecto que nos merecem. Especialmente as Universidades portuguesas concorrerão pressurosamente para que decorra com o maior brilho a solenidade do doutoramento do ilustre sábio que é D. José Carracido, na Universidade de Coimbra.

Emfim é cheio de júbilo que terminarei afirmando que a Universidade de Coimbra se revestirá com as mais ricas e juvenis galas para receber no seu seio as suas queridas e formosas irmãs da península.

Costa Lobo.

A TEORIA DOS CONJUNTOS E AS SUAS APLICAÇÕES Á TEORIA GERAL DAS FUNÇÕES DE VARIÁVEIS REAIS

DISCURSO INAUGURAL DA 1.ª SECÇÃO (SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS)

O desenvolvimento extraordinário experimentado pela análise matemática nos últimos anos torna quási impossível a um cérebro humano conhecê-la igualmente bem em todas as suas ramificações. A necessidade da especialização impõe-se cada vez mais, por forma que dentro em breve, e salvo espíritos privilegiados, não poderão os geómetras deixar de confinar-se dentro dêsse campo em domínios parciais mais ou menos limitados. O facto tem graves inconvenientes, pelas relações úteis que sempre existem entre os diversos ramos da mesma sciência, e convém por isso opôr-lhe, até onde fôr possível, uma barreira eficaz. É necessário para isso tornar máximo o rendimento do esfôrço desenvolvido pelo matemático num tempo dado; isto é, conseguir que o mesmo esfôrço e no mesmo tempo o número dos factos scientíficos adquiridos, ou a generalidade com que se apresentam, sejam tão grandes quanto puder ser. Daí a conveniência de libertar os conceitos e as demonstrações de hipóteses restritivas, de modo que, em vez de se caminhar do particular para o geral por sucessivas generalizações, como a história da sciência nos ensina ter sido realmente a marcha seguida pela humanidade na grande maioria dos casos, se procure dar aos princípios uma forma mais ampla, pelo estabelecimento de bases duma grande generalidade, cabendo dentro dêles, como conseqüências imediatas, todos os que se deduziriam sucessivamente partindo dessas hipóteses restritivas, de que convém irmo-nos quanto possível libertando.

É o que se tem feito, por exemplo, na teoria da integração.

Ainda há pouco estabelecia-se a noção de integral definido considerando primeiramente as funções duma só variável, contínuas no intervalo da integração; e generalizava-se depois essa noção sob dois aspectos diferentes; por um lado, passando das funções contínuas para as funções com um número finito de discontinuidades num intervalo limitado; por outro lado, passando das funções duma só variável para as funções de duas, três ou mais variáveis e aumentando na mesma escala o número das dimensões do campo da integração. Hoje, considerando apenas funções limitadas e conjuntos mensuráveis, pode expôr-se a teoria dos integrais de Darboux sob uma forma bastante geral, sem nos preocuparmos com a continuidade da função integranda, nem com o número das dimensões do campo. Da noção dos integrais de Darboux deriva a do integral de Riemann, conseqüente noção integrável e o estabelecimento imediato do critério de integrabilidade; e a conveniente aplicação dêsse critério, com as suas duas modalidades, permite incluir logo no número daquelas funções, não só as funções contínuas, como também as funções de variação limitada introduzidas na sciência por Camille Jordan, e que tão grande papel representam hoje na teoria geral das funções de variáveis reais (1).

Outra maneira de poupar tempo, ou de limitar o esforço, no alargamento constante dos horizontes scientíficos, reside no estudo à parte do substracto que pode considerar-se comum a teorias, que até muitas vezes se apresentam com objectivos completamente diversos. Os vértices dum polígono ou os pontos em número finito ou infinito. Os números racionais, inteiros ou fraccionários, compreendidos entre dois números dados, formam igualmente colecções com um número finito ou uma infinidade de elementos. Um sistema de equações é ainda uma colecção, cujos elementos — as eqüações — também na análise moderna se podem considerar em número finito ou infinito. Nêstes exemplos, e em todos os mais que se poderiam apresentar, nota-se que os conceitos de que se trata são sempre agregados de objectos iguais, distinguindo-se uns conceitos dos outros pela natureza especial dêsses objectos. Portanto, se fôr possível estabelecer princípios, a que se subordinem os objectos reünidos

---

(1) Veja-se a conferência *Sur les fonctions à variation bornée et les questions qui s'y rattachent*, pronunciada pelo Sr. Charles de la Vallée-Poussin, no Congrès international des Mathématiciens, de Strasburgo.

em colecções, só pelo facto de o estarem, independentemente da sua natureza, êsses princípios serão aplicáveis a todos êsses conceitos tomados isoladamente. O estabelecimento de tais princípios constitui, pois, uma teoria genérica, espécie de substracto comum a todas as teorias particulares, que visam em especial cada um dos conceitos, logo que se concretiza a natureza dos seus elementos. Ora o conhecimento dêsse substracto não só permite apreciar as ligações e analogias, que existem entre ramos da sciência, que à primeira vista parecem distanciados, como simplifica a exposição das teorias particulares, porque evita a repetição do que seria, afinal, comum a todas elas.

Deve-se ao sábio alemão G. Cantor a idea de estudar as propriedades que apresentam os objectos reunidos em colecções, independentemente de quaisquer combinações operatórias. Foi êle, portanto, quem estabeleceu pela primeira vez a noção de *conjunto,* que estava destinada a ganhar ràpidamente uma importância considerável, pelas suas variadas e utilíssimas aplicações em diferentes ramos das sciências matemáticas.

A teoria geral dos conjuntos divide-se, como é sabido em duas partes distinctas, tendo respectivamente por objecto os conjuntos *abstractos* e os conjuntos *concretos*, isto é, aqueles em que se *abstrai* da natureza dos seus elementos, e aqueles em que essa natureza se *concretiza;* e entre os conjuntos da segunda categoria figuram em primeira plana, ofuscando, por assim dizer, todos os outros pela sua enorme importância na teoria geral das funções, os chamados *conjuntos de pontos*, isto é, aqueles cujos elementos são números ou sistemas de números.

O papel primacial, que os conjuntos de pontos desempenham na teoria que venho de citar, manifesta-se logo na maneira como permitem introduzir simplicidade na linguagem e nitidez nos conceitos. Na análise moderna dá-se à noção de função uma tal generalidade que seria difícil apresentá-la sem os elementos que nos fornece a teoria dos conjuntos; introduzida, porém, na sciência a idea de conjunto, define-se aquele conceito fundamental com a maior generalidade e precisão. Diz-se, com efeito, que u é uma função das variáveis independentes $x, y, \ldots$, definida num conjunto (E), quando a cada ponto $(x, y, \ldots)$ dêsse conjunto corresponde um, e um só valor de u. A correspondência entre os valores de u e os sistemos de valores de $x, y, \ldots$, pode ser qualquer; só é necessário que exista. A pequena dificuldade que surgiria

pelo facto de haver relações entre variáveis dependentes e variáveis independentes, por virtude das quais as primeiras tomam mais do que um valor para cada sistema de valores das segundas, remove-se fàcilmente pela decomposição em ramos e consideração separada de cada um dêles.

A simplicidade, e até a uniformização da linguagem, torna-se evidente em muitos casos, como, por exemplo, nas questões em que é necessário exprimir que, sendo $u, v, w\ldots$ funções das variáveis $x, y, z\ldots$ definidas num conjunto (E); e (F) o conjunto dos pontos $(u, v, w\ldots)$ correspondentes a todos os pontos de (E); as variáveis $x, y, z, \ldots$, são inversamente funções de $u, v, w, \ldots$, definidas no conjunto (F). Como esta propriedade, quando se verifica, denuncia a existência duma correspondência unívoca e recíproca entre os elementos dos conjuntos (E) e (F), e é uma correspondência dessa natureza que caracteriza a igualdade de potências, pode-se enunciar a referida propriedade com todo o rigor e clareza dizendo simplesmente que os conjuntos (E) e (F) têm a mesma potência.

Outra vantagem da consideração dos conjuntos de pontos no estudo das funções apreende-se fàcilmente notando que algumas propriedades de certas classes de funções derivam imediatamente da natureza do conjunto em que são definidas. Assim, por exemplo, se uma função contínua é definida num conjunto limitado e fechado, pode afirmar-se *a priori* que a sua continüidade é necessàriamente uniforme(1).

Dadas as funções $f_1, f_2, \ldots$ das variáveis $x, y, \ldots$ definidas e contínuas num conjunto (E), seja (F) o conjunto dos pontos $(f_1, f_2, \ldots)$, que correspondem aos diferentes pontos de (E). Se (E) é limitado e fechado, (F), é também limitado e fechado. Se (E) é conexo, (F) é igualmente conexo.

Se é limitado e fechado o conjunto (E), em que são definidas as variáveis $u, v, \ldots$; por seu lado, $x, y, \ldots$, consideradas como funções definidas de $u, v, \ldots$ no conjunto (F), são contínuas em (F).

E como estes, muitos outros exemplos se poderiam apresentar.

Mas como se vê bem a grande vantagem que há na con-

---

(1) Para os que distinguem entre funções contínuas num conjunto e funções contínuas em todos os pontos dum conjunto, êste princípio enuncia-se assim: *Se uma função é contínua em todos os pontos do conjunto em que é definida, e êste é limitado e fechado, a função é necessàriamente contínua no conjunto.*

sideração dos conjuntos de pontos é notando o paralelismo e a relação directa existente entre os progressos realizados nesta teoria e na teoria geral das funções de variáveis riais. As correlações entre as duas teorias são tão íntimas, que é difícil dizer-se os desenvolvimentos, que tem tido a segunda, se obtiveram aproveitando os que abstractamente se realizaram na primeira, ou se estes foram procurados intencionalmente para satisfazer às exigências da segunda.

Já tive ocasião de notar como o progresso determinado na teoria da integração pela consideração dos integrais de Darboux e de Riemann está relacionado com a teoria dos conjuntos. O campo da integração é um conjunto mensurável no sentido de Jordan, e a função integranda, uma função limitada, quere dizer, uma função cujos valores formam um conjunto limitado. Mas é fácil de ver que todos os outros progressos realizados ulteriormente na mesma teoria estão igualmente ligados a progressos feitos na teoria dos conjuntos de pontos, pela generalização da noção de medida ou pela introdução da noção nova de *função de conjunto*.

*
* *

O Sr. Charles de la Vallée-Poussin, na notável conferência que realizou no Congresso Internacional dos Matemáticos, de Strasburgo, e para cujo tema escolheu as funções de variação limitada e as questões que a elas se ligam, referiu-se muito em especial às investigações recentes, relativas ao que êle chama a *teoria geral das funções de variáveis reais,* isto é, ao elevado ramo da análise matemática que fundaram no começo dêste século sábios eminentes do valor dos Srs. Baire, Borel e Lebesgue, aos quais julgo de inteira justiça associar o próprio senhor de la Vallée-Poussin.

Dado o tema escolhido para a sua conferência, o ilustre geómetra belga tratou de mostrar como o estudo das funções de variação limitada forma ainda hoje a parte mais importante dessa nova teoria; e para isso examinou sucessivamente quatro das suas questões mais notáveis, em que a noção de função de variação limitada desempenha um papel primacial, ou sejam o *integral de Lebesgue, as funções de conjunto,* o *integral de Stieltjes,* e as *funcionais lineares.* Vou insistir em como para o desenvolvimento das mesmas questões são indispensáveis a noção de conjunto e os princípios da respectiva teoria, incluindo os que respeitam à sua medição.

A generalização da noção de integral devida a Lebesgue não deriva apenas da maneira diferente como concebeu os elementos do integral. Como se sabe, Lebesgue dividiu em intervalos elementares, por pontos intermédios l_2, l_3,... l_n, o intervalo dos valores extremos ($l_1 = A$ e $l_{n+1} = B$) da função, associando com cada um dos pontos l_i a medida e_i do conjunto dos pontos em que se tem $l_i \leq f < l_{i+1}$, ou a medida e_{i-1} do conjunto dos pontos em que é $l_{i-1} \leq f < l_i$, contràriamente ao que se faz para os integrais de Darboux, em que é o conjunto (E) que se decompõe em elementos, associando-se com cada um dêles o valor que a função toma em qualquer dos seu pontos. A generalização depende também da forma diversa como se entende a medida do conjunto para Lebesgue ou para Jordan. A maior generalidade da noção de medida segundo Borel-Lebesgue é que determina a maior generalidade da noção de integral, segundo Lebesgue. O integral de Lebesgue contém o de Riemann como caso particular, do mesmo modo que os conjuntos mensuráveis segundo Borel-Lebesgue compreendem como casos particulares os conjuntos mensuráveis de Jordan.

Para apreciar no seu justo valor a importância e o alcance do integral de Lebesgue é conveniente cortejá-lo com a classificação das funções proposta pelo Sr. Baire. Como se sabe, nesta classificação as funções contínuas formam a classe 0; as funções limites de funções contínuas, que não pertencem à classe 0, formam a classe 1; em geral, as funções limites de funções da classe $n-1$, que não pertencem a essa classe nem a nenhuma das anteriores, formam a classe n.

As funções da classe 0 integram-se pelos métodos elementares, mas já não acontece o mesmo, na generalidade dos casos, às das classes seguintes, embora se recorra à generalização de Riemann. Adoptado, porém, o integral de Lebesgue, a dificuldade desaparece, porque todas as funções de Baire são integráveis no sentido de Lebesgue.

É certo que algumas tentativas se têm feito para desembaraçar a teoria da integração, tanto quanto possível, das contribuïções da teoria dos conjuntos. O Sr. Borel, por exemplo, conseguiu dar para o integral de Lebesgue, aplicado às funções de Baire, duas definições que não obrigam a adoptar um critério especial para a medição dos conjuntos, mas essas definições não se libertam inteiramente da teoria dos conjuntos, pois ambas supõem que se abstrai de pontos em que a função de Baire não é contínua, abrangidos numa

infinidade numerável de intervalos cujas medidas têm uma soma tão pequena quanto se queira.

O Sr. Young foi mais longe. Pretendendo desembaraçar a teoria da integração de toda a contribuïção fornecida pela teoria dos conjuntos, tratou de ligar directamente a definição de integral aos conceitos de Baire, e conseguiu-o pela consideração das sucessões monótonas de funções. Se estas são contínuas, os seus limites são, como se sabe, funções semi-contínuas. E o Sr. Young lembrou-se de definir os integrais das funções semi-contínuas pelos integrais de Darboux, tomando-os por excesso ou por defeito, conforme a função considerada é semi-contínua superior ou inferiormente.

Para as outras funções de Baire aproveitou a propriedade de poderem ser geradas por passagens ao limite operadas sôbre sucessões monótonas. Dando a primeira passagem ao limite as funções semi-contínuas, tomou o Sr. Young por definição como integral duma função de Baire o limite comum dos integrais de duas funções semi-contínuas, que compreendam entre si a função considerada.

As definições dos Srs. Borel e Young são muito interessantes e engenhosas, mas eu inclino-me para a opinião do Sr. de la Vallée-Poussin, que lhes prefere a de Lebesgue, embora menos simples, não só por ser a mais natural e a que mais desce ao fundo das coisas, mas sobretudo porque é a que prepara melhor para o estudo integral considerado como *função de conjunto*.

Convém lembrar, a propósito, que os números que designam as *classes de Baire* constituem a sucessão dos números *transfinitos;* que há identidade entre as *funções de Baire* e as *funções mensuráveis;* e que, tanto para a definição daqueles números como para a das funções mensuráveis não se pode prescindir dos elementos que fornece a teoria dos conjuntos. E também na noção de *função somável*, devida a Lebesgue, intervém, embora implicitamente, a idea de conjunto, pois que as funções assim designadas só diferem das integráveis em não ser limitado o conjunto dos seus valores. Lembrarei ainda que, a estreitar os laços que prendem a teoria dos conjuntos e a teoria da integração, se dá o facto de ser esta que, por assim dizer, deu vulto à noção de conjuntos de medida nula. Com efeito, é sempre possível desprezar na integração os conjuntos de pontos que podem encerrar-se numa infinidade numerável de domínios rectangulares cujas medidas têm uma soma tão pequena quanto

se queira, e êsses conjuntos são, como é sabido, os que receberam a denominação de conjuntos de medida nula.

Passemos agora às funções de conjunto.

Por esta designação apenas se pretende exprimir uma correspondência entre um conjunto E e um número F(E). Êsse número é o valor da função no conjunto.

A mais simples das funções de conjunto é seguramente a sua medida. Vêm em seguida os integrais das funções definidas no próprio conjunto. E a êste respeito é interessante recordar que o integral referido a um conjunto qualquer (E) se pode sempre considerar referido a um domínio rectangular (R), que contenha (E), pela intromissão da *função característica de conjunto,* cuja primeira consideração é devida ao Sr. de la Vallée-Poussin (1).

Sendo, com efeito, $P(x, y, \ldots)$ os pontos de (E), $f(P)$ a função integranda e $\theta(P)$ a função característica de (E), tem-se idênticamente

$$F(P) = \int_{(E)} f(P)\, dP = \int_{(R)} \theta(P) f(P)\, dP,$$

visto ser $\theta(P) = 1$ em todos os pontos de (E), e $\theta(P) = 0$, em todos os pontos que não pertencem a (E).

Sob esta forma torna-se saliente que, se (E) é a soma dum número finito ou duma infinidade numerável de conjuntos (E_1), $(E_2 \ldots)$, sem pontos comuns, o integral no conjunto soma $(E_1 + E_2 + \ldots)$ é a soma dos integrais em cada um dos conjuntos componentes. Exprimiu o senhor Lebesgue esta propriedade dizendo que o integral é uma *função aditiva* de conjunto; e o Sr. de la Vallée-Poussin acrescenta que é uma função *completamente aditiva*, querendo acentuar com esta maneira de dizer que a propriedade se estende a um número infinito de componentes.

Considerado como função dum conjunto variável, o integral toma a designação de integral indefinido. Além de ser uma função aditiva de conjunto, êste integral é também uma função *absolutamente contínua,* quere dizer, é infinitamente pequeno em qualquer conjunto de medida infinitamente pequena. E as duas propriedades caracterizam os integrais

---

(1) «Sur l'intégrale de Lebesgue», in *Transactions of the Americat Mathematical Society*, 1915.

indefinidos, como o Sr. Lebesgue foi o primeiro a demonstrar. Vê-se, pois, que é realmente útil considerar o integral como uma função de conjunto, para dar conta da sua natureza e das suas propriedades distintivas, e, conseguintemente, que tem menos interêsse a sua definição apresentada em absoluta independência da teoria dos conjuntos.

Se nos limitarmos aos conjuntos lineares e às funções duma só variável, a derivada dum integral, considerada ainda como função de conjunto, não apresenta nada de especial, e reduz-se simplesmente à duma função de ponto. Se a derivada não existe, há em todo o caso os quatro números derivados.

Podem imaginar-se outras funções de conjunto. Chamando *contínua* a uma função de conjunto, que é infinitamente pequena em todo o conjunto de diâmetro infinitamente pequeno, esta continuïdade em sentido lato não importa a continuïdade absoluta, o que mostra poder haver funções aditivas de conjunto, mesmo contínuas, que não sejam integrais indefinidos.

Estas funções aditivas de conjunto, consideradas em toda a sua generalidade, apresentam um interêsse capital. Resulta, com efeito, das investigações dos Srs. Radon, Charles de la Vallée-Poussin e Lebesgue a sua identidade com as funções de variação limitada; o problema da decomposição destas funções nas suas partes constitutivas eqüivale a análogo problema nas funções aditivas de conjunto; e é nestas últimas que êle se apresenta sob a forma mais clara e instructiva.

Vê-se, pois, a importância que a teoria dos conjuntos reveste para o estudo das funções de variação limitada, que têm hoje um papel tão considerável na teoria geral das funções de variáveis reais.

A noção do integral de Stieltjes, isto é, a do integral duma função contínua em relação a uma função de variação limitada, não parece à primeira vista ter a mesma ligação com a teoria dos conjuntos, mas o estudo aprofundado do assunto mostra que não é assim, porque o integral de Stieltjes é, afinal, uma função aditiva de conjunto, embora, na generalidade dos casos, não seja absolutamente contínua.

As funções de conjunto, que tenho considerado, intervêm ainda na última das quatro questões desenvolvidas pelo Sr. de la Vallée-Poussin na sua erudita conferência.

Seja E um conjunto e V(E) um número que corresponde a E segundo uma lei determinada; como se sabe, tem-se

dado a essa correspondência a designação de *operação funcional*, ou mais simplesmente *funcional*, unívoca em E. O estudo dessas operações constitui o *calculo funcional*, em que se tem notabilizado principalmente o Sr. Fréchet (1).

As funções aditivas de conjunto relacionam-se com funcionais particulares, para as quais chamou a atenção o Sr. Hadamard, que lhes deu o nome de *funcionais lineares*. O Sr. Riesz fez dar à teoria destas funcionais um passo decisivo, mostrando que toda a funcional linear pode ser posta sob a forma dum integral de Stieltjes, o que reduz o estudo das funcionais lineares às teorias a que me acabo de referir.

*
* *

¿Dadas as ligações existentes entre a teoria dos conjuntos e a teoria geral das funções de variáveis reais, como há-de desenvolver-se a primeira destas teorias para poder fornecer à segunda todos os elementos de que ela carece?

É óbvio que se deve começar pela teoria dos conjuntos abstractos.

Convém dar a noção de *potência* como ela primeiramente se nos oferece, isto é, traduzindo a correspondência unívoca e recíproca que pode existir entre os elementos de dois conjuntos. A definição de potência considerada em absoluto, isto é, o conceito que o conjunto sugere à nossa razão quando abstraímos da natureza e da disposição dos seus elementos, deve também ser apresentada, porque levou Cantor a considerar a potência como uma generalização do número cardinal. Mas convém acentuar bem o que esta generalização tem de delicado, mostrando que, se dois conjuntos finitos não podem ser eqüivalentes quando um dêles é formado só com parte dos elementos do outro, dois conjuntos infinitos em idênticas condições podem ter a mesma potência.

Vem depois a noção de *conjunto numerável* (não me parecendo de grande necessidade a distinção que alguns autores fazem entre conjuntos *numeráveis* e conjuntos *enumeráveis*) e a noção de conjunto com a potência do continuo, bem como o estudo das propriedades fundamentais duns e doutros.

---

(1) Vidé o seu «Calcul fonctionnel», in *Enseignement mathématique* 1911.

Numas *Reflexões,* que há pouco publiquei *sobre a teoria dos conjuntos* (1) estabeleço todos êsses princípios sem fazer referência ao axioma de Zermelo, que alguns autores utilizam nos seus raciocínios. Sirvo-me, porém, dum postulado, susceptível de verificação em muitos casos, que me parece realmente indispensável fazer intervir nas demonstrações dalgumas propriedades fundamentais. Consiste êle em que, *dado um conjunto infinito qualquer, isto é, numerável ou não, é sempre possível extrair dêle uma infinidade de elementos formando um conjunto numerável, sem que o conjunto formado pelos elementos restantes deixe de ser infinito.*

E, por exemplo, neste postulado que baseio a demonstração de que *todo o conjunto numerável pode ser decomposto numa infinidade numerável de conjuntos numeráveis sem elementos comuns;* bem como a de que *não se muda a potência dum conjunto não numerável suprimindo-lhe elementos que formem um conjunto numerável.*

A propriedade de ter a potência do contínuo todo o conjunto cujos elementos são definidos por um número finito ou uma infinidade numerável de variáveis independentes, cada uma das quais passa por um conjunto de valores com a potência do contínuo, merece uma referência muito especial, não só por mostrar a independência entre a noção de potência e a do número das dimensões dos conjuntos de pontos, como por ter uma aplicação importante na determinação da potência dos conjuntos perfeitos.

No trabalho, a que me reporto, preocupei-me um pouco com os conjuntos finitos. Insisto em que estes conjuntos devem ser considerados como casos particulares dos conjuntos numeráveis, não tanto porque os seus elementos também se podem *numerar,* como principalmente porque a maior parte dos princípios que se enunciam aludindo a conjuntos numeráveis continuam sendo verdadeiros se estes conjuntos se substituem por conjuntos finitos. Acontece mesmo que certos princípios de aplicação corrente só são verdadeiros em todas as hipóteses se se admite que os conjuntos finitos são casos particulares dos conjuntos numeráveis. E êste facto levou-me a modificar alguns enunciados, para os tornar mais precisos e rigorosos, e a completar

---

(1) In *Journal de Sciencias Mathemáticas, Físicas e Naturais,* publicado sob os auspícios da Academia das Sciências de Lisboa, 3.ª série, tômo III, 1922.

certas demonstrações, para todas as hipóteses possíveis serem tomadas em consideração.

Ainda no domínio dos conjuntos abstractos é necessário considerar os conceitos de *conjuntos semelhantes e tipos de ordem.*

*
* *

O estudo dos conjuntos de pontos, se apenas se tivesse em vista a exposição da teoria das funções tal como se nos oferece na maior parte dos tratados clássicos (por exemplo, no excelente *Cours d'Analyse de l'École Polytechnique,* de C. Jordan) não precisaria ter um grande desenvolvimento.

Estabelecida a noção fundamental de *desvio* (ou, segundo outros, a de *distância*), passar-se-ia naturalmente para as de ponto limite duma sucessão ou dum conjunto, ponto isolado, conjunto derivado e conjunto complementar; daí para a classificação dos conjuntos, conforme a natureza dos pontos que os constituem; e a seguir para a demonstração dos teoremas clássicos relativos aos pontos limites, à natureza dos conjuntos derivados e à existência dos pontos-fronteiras. Com estes elementos seria fácil estabelecer a noção de conjunto limitado, considerando primeiro os conjuntos lineares, e generalizando depois para os conjuntos a qualquer número de dimensões; bem como os teoremas referentes aos desvios dos conjuntos, aos pontos de condensação e aos conjuntos conexos.

E êste estudo sucinto poderia ser continuado com a investigação da potência das diversas classes de conjuntos de pontos.

Restaria, depois, indicar o que seja a *medida* dum conjunto segundo o critério de Jordan.

Aparte esta última questão, todas as outras estão tratadas nas minhas *Reflexões.*

Dada a noção de desvio (ou de distância) digo como se pode delimitar uma porção no espaço em tôrno dum ponto, conceito que me é necessário para a demonstração do teorêma de Bolzano-Weierstrass; analiso o enunciado do teorêma, que se encontra na maior parte dos livros, concernente ao conjunto (E′) *derivado* doutro conjunto (E), fazendo ver que êle não é necessàriamente fechado, porque em certos casos pode ser isolado ou finito; modifico êsse enunciado dizendo que *o derivado* (E′) *de qualquer conjunto* (E), ***se tem num espaço limitado um número finito de pontos, é necessà-***

riamente fechado; e baseio a demonstração no teorema de Bolzano-Weierstrass, que estabeleço prèviamente enunciando-o da seguinte forma: *Todo o conjunto que num espaço limitado tem um número infinito de pontos, tem pelo menos um ponto limite.*

Fazendo a classificação dos conjuntos como é costume, isto é, mesmo considerando as quatro categorias de conjuntos *isolados, fechados, densos em si mesmos* e *perfeitos,* observo que esta classificação enferma dum vício, e é que não abrange todos os conjuntos de pontos possíveis. Apresento, de facto, alguns exemplos de conjuntos que não estão compreendidos em nenhuma daquelas quatro classes, e que são, afinal, conjuntos densos em si mesmos com pontos isolados. Um dêsses exemplos é dado pelo conjunto constituído pelos valores da função

$$f(x) = \frac{1+x}{2} - \frac{3}{4} \mathrm{I}(x),$$

definida no intervalo (0,1), onde I(x) designa o maior número inteiro contido em x. O ponto limite I não pertence ao conjunto, e há o ponto isolado $^1/_4$.

Tomando para base da classificação a natureza dos elementos que constituem o conjunto, e notando que estes, ou são pontos isolados, ou são pontos limites, pondero que um conjunto desta natureza pode ter:

ou só pontos isolados;
ou só pontos limites;
ou pontos isolados e pontos limites.

No primeiro caso, o conjunto é *isolado.*

No segundo, pode suceder que o conjunto compreenda todos os seus pontos limites ou só parte dêles. Na primeira hipótese é *perfeito,* e na segunda, *denso em si mesmo.*

Finalmente, no terceiro caso, ainda pode dar-se a mesma coisa, quere dizer, o conjunto pode compreender todos os seus pontos limites, ou só uma parte. Na primeira hipótese é *fechado;* na segunda verifica-se a circunstância a que a classificação seguida até agora não atendia. Como nestes conjuntos se dá o grau mais elevado de complexidade, no que respeita às relações com o conjunto derivado, lembrei que se lhes desse a designação de *conjuntos complexos.*

O conceito de *conjunto limitado* é um daqueles que, pela sua grande importância, me mereceram nas *Reflexões* maior atenção. Discuto especialmente, no caso dos conjuntos li-

neares, á questão de saber se, quando um limite M é atingido, há ou não algum elemento do conjunto compreendido entre M e M-δ, por menor que seja δ; ou se, quando se sabe que entre M e M-δ existe sempre algum elemento do conjunto, por menor que seja δ, o limite M é, ou não, atingido.

Considerando todos os casos possíveis chego à conclusão de que, embora o facto possa verificar-se noutras espécies de conjuntos, *a priori* só para os conjuntos perfeitos se pode afirmar a coexistência destas três propriedades:

1.ª Não há no conjunto nenhum elemento maior do que M;

2.ª Há no conjunto um elemento igual a M;

3.ª Por menor que seja o número positivo δ, existe sempre no conjunto algum elemento compreendido entre M e M-δ.

E *mutatis mutandis* para o limite inferior.

Nos teoremas referentes aos pontos de condensação têm todo o cabimento as reflexões que na teoria dos conjuntos abstractos faço com relação aos conjuntos finitos. Mostro como o teorema clássico, segundo o qual *o conjunto formado pela reünião duma infinidade numerável de conjuntos numeráveis é inumerável* se pode enunciar mais geralmente dizendo que *o conjunto formado pela reünião duma infinidade numerável de conjuntos finitos ou numeráveis é numerável;* e como êste aspecto mais geral do princípio é o que tem de adoptar-se para se poder estabelecer com todo o rigor os teoremas a que me reporto. O próprio enunciado do de Cantor-Bendixon carece, a meu ver, de modificação, para ser verdadeiro em todos os casos; por isso o exprimo assim: — *Todo o conjunto fechado, não numerável, pode sempre decompôr-se num conjunto perfeito e num conjunto finito ou numerável.*

Finalmente, nas linhas que consagro à investigação da potência dos conjuntos de pontos, prendo-me com uma circunstância, que me parece conveniente esclarecer.

Demonstra-se, como já recordei, que a potência do contínuo é independente do número das dimensões do conjunto, isto é, que tem a potência do contínuo todo o conjunto cujos pontos são definidos por coordenadas, ou parâmetros, que passam por conjuntos de valores com essa mesma potência.

Demonstra-se por outro lado, que têm a potência do contínuo todos os conjuntos perfeitos lineares, qualquer que seja a sua estructura.

E da conjugação das duas demonstrações conclui-se que todos os conjuntos perfeitos têm a potência do continuo.

Afigurou-se-me que, para esta conclusão se poder tirar lògicamente, alguma coisa mais seria necessário dizer; e pensei que se poderia estabelecer directamente uma correspondência unívoca e recíproca entre os elementos dum conjunto perfeito a qualquer número de dimensões e os dum conjunto perfeito linear (1). O caminho natural não é, porém, êsse, mas sim o que vou expôr.

Seja (E) um conjunto perfeito no espaço a n dimensões, e $\pi(\alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_n)$ qualquer dos seus pontos. Podemos tomar os parâmetros $\alpha_1, \alpha_2, \ldots, \alpha_n$ como as coordenadas dum ponto π dêste espaço em relação a um sistema de n eixos coordenados, de sorte que, sendo $p_i(a_1^i, a_2^i, \ldots, a_n^i)$ os pontos de (E) de que π é o ponto limite, tem-se

$$\lim a_1^i = \alpha_1, \ \lim a_2^i = \alpha_2, \ldots, \ \lim a_n^i = \alpha_n;$$

isto é, sôbre qualquer dos eixos coordenados, os pontos α_h são pontos limites das sucessões dos pontos a_h^i. Então os conjuntos lineares formados projectando todos os pontos π sôbre qualquer dos eixos coordenados são constituídos ùnicamente por pontos limites. E não pode haver sôbre todos os eixos coordenados pontos limites dêsses conjuntos lineares, que lhes não pertençam, pois que êsses pontos corresponderiam a pontos limites de (E), que lhe não pertenceriam também, caso que não pode dar-se, visto (E) ser perfeito.

Então, logo que se demonstre que os conjuntos perfeitos lineares têm a potência do contínuo, provado fica que têm a mesma potência os conjuntos perfeitos a qualquer número de dimensões, visto os seus pontos serem definidos por coordenadas que passam por conjuntos de valores com a potência do contínuo. Ora aquela propriedade, evidente quando os conjuntos são formados por todos os pontos dum intervalo, estabelece-se fàcilmente no caso mais geral provando primeiro que todos os conjuntos perfeitos lineares são semelhantes, o que permite considerar sòmente um conjunto particular, por exemplo, o das fracções decimais que se escrevem apenas com os algarismos 0 e 1. E que êste conjunto tem a potência do contínuo reconhece-se sem dificuldade, pois que se pode *aplicar* sôbre o intervalo contínuo

---

(1) O raciocínio que a êste respeito apresento nas minhas *Reflexões sobre a teoria dos conjuntos* — reconheço-o agora — não é correcto. Vou rectificá-lo brevemente em nota inserta no mesmo *Jornal*.

(0,1) logo que se suprima uma infinidade numerável de pontos — os extremos posteriores, ou anteriores dos *intervalos contiguos* —, operação que não altera a sua potência.

*
* *

Se entrarmos mais profundamente no que o Sr. de la Vallée-Poussin chama a teoria geral das funções de variáveis reais, não nos bastam os princípios da teoria dos conjuntos de pontos, a que tenho feito alusão.

Não só é preciso generalizar a noção de medida, substituindo ao critério de Jordan o de Borel-Lebesgue, como entrar em linha de conta com um certo número de conceitos novos, cujo estudo se pode fazer com proveito nas obras didáticas do Sr. de la Vallée-Poussin (1). Refiro-me às operações sôbre conjuntos e suas propriedades; à função característica de conjunto; aos limites de conjuntos; às propriedades dos conjuntos *abertos* e *fechados* (que eu diria antes *abertos* e *cerrados*, para não empregar a mesma palavra com duas acepções diferentes); às dos conjuntos mensuráveis (B); e aos números transfinitos e questões que com êles se ligam.

Isto pelo que respeita às noções da teoria dos conjuntos, que são imediatamente utilizáveis na teoria geral das funções de variáveis reais. Mas aquela teoria ainda é susceptível doutras aplicações vantajosas. Sem sairmos do estudo das funções e da teoria dos conjuntos de pontos, podemos encarar a aplicação desta à teoria geral das funções ou à teoria das funções variáveis imaginárias. São também importantes as suas aplicações à Geometria de situação. E saindo do âmbito dos conjuntos de pontos, ainda se encontram outros conjuntos concretos, que pode haver interêsse em considerar. É o que sucede no cálculo funcional, e o que se pode exemplificar também com os conjuntos de rectas ou de curvas, que já têm sido estudados por alguns geómetras (2).

---

(1) Vejam-se, por exemplo, as suas lições no Colégio de França, publicadas sob o título: *Intégrales de Lebesgue. — Fonctions d'ensemble. — Classes de Boire.* (Colecção Borel).

(2) Vidé *Encyclopédie des Sciences Mathématiques Pures et Appliquées.* Edição francesa. Tômo II, volume I, fascículo 2. L. Zorretti. *Les ensembles de points.*

*
* *

A necessidade de satisfazer às exigências de todas estas aplicações traz consigo a do correlativo desenvolvimento da própria teoria dos conjuntos, mas independentemente dessa razão de ordem utilitária, os esforços dos matemáticos também se vêm exercitando no sentido de fazer progredir o estudo abstracto dos conjuntos considerados em si mesmos. E assim deve ser, por muito que pese àqueles dos matemáticos contemporâneos, que contestam a legitimidade ou o interêsse de certas especulações, que lhes parecem demasiadamente abstractas. Mesmo sem pormos de parte o critério utilitário, tudo nos aconselha a que prossigamos no estudo desinteressado da teoria dos conjuntos. Todos sabem que investigações feitas tão sòmente para a satisfação estética dum pequeno número de espíritos, vieram alguns anos, e até alguns séculos depois, prestar relevantes serviços no vasto campo das aplicações (1).

Já vai longa esta conferência, e eu não quero abusar muito da benévola atenção dos sábios eminentes que me escutam, e a quem, seguramente, não estou dando novidades. Só mencionarei, portanto, entre as questões mais notáveis de que se ocupa a parte abstracta da teoria dos conjuntos, algumas em que se suscitaram dúvidas ainda não esclarecidas, e que, por isso mesmo, oferecem um largo campo à actividade dos investigadores.

Estudando a questão da igualdade das potências nos conjuntos infinitos, chega-se à conclusão de ainda não se saber se as potências de dois conjuntos quaisquer são sempre comparáveis.

Se num conjunto (A) há uma parte (A_1) que tem a mesma potência que (B), e em (B) não há nenhuma parte que tenha a potência de (A) a potência de (A) é superior à de (B).

Se em (A) não há nenhuma parte com a potência de (B), mas em (B) há uma parte (B_1) com a potência de (A), a potência de (A) é inferior à de (B).

Se em (A) há uma parte (A_1) com a potência de (B), e

---

(1) Vidé *Méthodes et problèmes de théorie des fonctions*, por E. Borel (Colecção Borel).

em (B) uma parte (B_1) com a potência de (A), os dois conjuntos (A) e (B) têm a mesma potência.

Nenhuma afirmação, todavia, se pode fazer quando em (A) não há nenhuma parte eqüivalente a (B), nem em (B) nenhuma parte eqüivalente a (A). Dois conjuntos finitos nestas condições têm, evidentemente, potências iguais; ¿mas dar-se há o mesmo quando o número dos elementos é infinito? É o que até hoje ainda ninguém conseguiu apurar; e para mim existe até a dúvida de a hipótese se poder verificar nos conjuntos infinitos.

Por outro lado, sabe-se que a potência do numerável é a menor das potências dos conjuntos infinitos, e que a do contínuo, não sendo a mesma que a do numerável, lhe é, portanto, superior. Desconhece-se, todavia, se há potências intermédias entre a do numerável e a do contínuo.

Por um método devido a Cantor pode-se *definir* conjuntos tendo potências cada vez maiores, mas procurando *conceber* conjuntos com potências superiores à do contínuo é-se levado a admitir a existência de conjuntos cujos elementos são definidos por uma infinidade não numerável de condições, e à concomitante existência de funções discontínuas em condições análogas. ¿Haverá maneira de nos servirmos, no cálculo, destas funções que são definidas por uma infinidade não numerável de elementos?

Apontarei, por último, a dúvida, que ainda hoje existe, sôbre se a potência do conjunto dos números transfinitos da classe II é, ou não, a potência do contínuo.

*
* *

Vou terminar.

Extremamente lisongeado com o honroso convite, que recebi, para pronunciar esta conferência inaugural, procurei corresponder-lhe escolhendo um tema que pudesse interessar tão ilustrado auditório; e, realmente, poucos poderão avantajar-se-lhe em importância e generalidade dentro do campo das matemáticas puras. Pena foi que os meus acanhados dotes intelectuais, a minha limitada erudição e a pobreza do meu estilo não me permitissem desenvolvê-lo com a elevação correspondente à sua magnitude e à alta categoria scientífica das individualidades eminentes que me escutam.

Também imperou na escolha o ser êste assunto um daqueles em que mais tenho pensado no exercício das minhas funções de professor. Como é dever de todos os que mourejam nestas

lides contribuir com alguma pedra, ainda que informe e desvaliosa, para que cresça o magestoso edifício da sciência que professa, pareceu-me que não seria descabida neste Congresso a apresentação das minhas reflexões, sugeridas no estudo duma das teorias que nos nossos tempos mais têm influenciado o desenvolvimento de ramos tão pujantes e vigorosos da análise matemática.

Que os ilustres congressistas se dignem desculpar o pouco valor da minha conferência, esquecendo as sua imperfeições em face dos meus bons desejos de acertar.

Lisboa, 1923.

Dr. Pedro José da Cunha,
Professor da Universidade de Lisboa.

O ARQUIVO GERAL DE SIMANCAS

SUA IMPORTANCIA CAPITAL PARA A HISTÓRIA PORTUGUESA

DISCURSO INAUGURAL DA 6.ª SECÇÃO
(SCIÊNCIAS HISTÓRICAS, FILOSÓFICAS E FILOLÓGICAS)

Simancas, que teve na Idade-Média e ainda mantem a categoria oficial de *villa,* não conta hoje sequer trezentos fogos, com menos de mil e duzentos habitantes. A dez quilómetros de Valhadolid, na margem direita do Pisuerga, que vai mais abaixo confundir-se com as águas do Douro, Simancas está situada na saliência dum outeiro, pequeno montão de casas côr de barro, apinhadas entre o rio e o castelo, que inteiramente as domina e protege. De longe, só destaca a igreja, com a sua tôrre reconstruída nos fins do século XVI; por dentro, ainda a vila é mais insignificante, mais triste, com os seus muros de adôbe, as suas ruelas pulverulentas e um ou outro casarão decrépito, em que por vezes destaca o florido brasão dos seus primitivos possuïdores. Há, porêm, um diminuto largo, a cavaleiro do rio, sôbre um pano da velha cêrca amuralhada, onde a tradição coloca o demolido palácio de D. João II de Castela, que é uma verdadeira janela rasgada para um vasto panorama animado e risonho. A linda ponte de dezassete arcos, no *camino viejo* de Valhadolid a Tordesilhas; a sinuosa linha dos açudes, arrendados de espuma nevada; à esquerda, uma densa mata de pinheiros mansos, num tom de perene verdura; à direita, campos cultivados, veigas feracíssimas, até à confluência do Pisuerga e do Douro: todo êste variado e gracioso conjunto forma um violento contraste com as áridas colinas do norte, as desoladas terras do Páramo, despidas de árvores, manchadas de nódoas alvacentas, êrmas, monótonas, ardentes no verão, batidas no inverno dos ventos glaciais da mesêta castelhana.

Simancas tem uma larga história. No segundo quartel do

século x, já o seu nome se encontra ligado a uma das mais sangrentas batalhas da Reconquista, entre Abderrahaman III e Ramiro II de Leão. Desta vila, em 1427, saíu desterrado para quinze léguas da côrte o célebre valido de D. João II, o condestável D. Álvaro de Luna. Aqui se realizou, nos fins de 1465, uma grotesca cerimónia, inofensiva paródia de outro espectáculo mais trágico, sendo julgado e queimado, em efígie, o turbulento arcebispo de Toledo, D. Afonso Carrillo, um dos magnates de Castela, que meses antes, num tablado erguido às portas de Ávila, tivera parte principal na afrontosa solenidade em que o impotente Henrique IV fôra, também em estátua, despojado de todos os atributos e insígnias da realeza, e declarado deposto do reino, em favor de seu irmão, o jovem príncipe D. Afonso. Entre os seus muros viveu algum tempo, entregue aos cuidados de Pedro Núñez de Guzmán, clavário da Ordem de Calatrava, o infante D. Fernando, neto dos Reis Católicos e sucessor de Carlos V no império da Alemanha. Durante a guerra civil das *Comunidades,* à sua favorável situação entre Valhadolid e Zamora, qual um espinho cravado no flanco dos insurrectos, deveu Simancas o importante papel que desempenhou na vitória das tropas reais; e na sua praça foi até decapitado um dos principais caudilhos da insurreição, D. Pedro Maldonado Pimentel, regedor de Salamanca, como tantos outros dêsses bravos campiões das liberdades de Castela, mártir do implacável rigor dum príncipe moço e estrangeiro, ansioso por concentrar nas suas mãos o poder absoluto dos Césares antigos. ¡Pois os panegiristas ergueram depois até às nuvens a clemência de Carlos V, no generoso castigo dos *comuneros* vencidos!

Também com a história portuguesa se enlaça o nome de Simancas. Quando D. Denís de Portugal foi envolvido nas lutas civis de Castela, abertas pelo falecimento de Sancho o Bravo, e que tão agitada e angustiosa tornaram a menoridade de Fernando IV, as tropas portuguesas transpuseram a fronteira, em fins de Setembro de 1296, avançando por Ciudad Rodrigo e Salamanca sôbre Valhadolid, onde então se encontravam a enérgica rainha viuva, D. Maria de Molina, e seu filho, criança de dez anos. Mas a entrada do inverno, a desistência de alguns ricos homens castelhanos, seus aliados, que recusaram pôr cêrco a Valhadolid; e, por ventura, a esperança de obter de Castela um vantajoso tratado — como depois foi o de Alcañices — moveram D. Denís a levantar os arraiais, que assentara em Simancas, e a retroceder em

direcção ao seu país, por Medina del Campo, aproveitando, porêm, a retirada para conquistar as vilas da comarca de Riba de Côa, que em parte já tinham sido dependência da corôa portuguesa. Em 1381, ao romper das hostilidades entre D. Fernando de Portugal e D. João I de Castela, em Simancas se concentraram as fôrças destinadas a sitiar Almeida, sob o comando do próprio rei; e no ano seguinte, da mesma povoação saiu também o grosso do exército castelhano, que devia opôr-se à invasão da Extremadura pelas tropas aliadas de D. Fernando e do Conde de Cambridge, investida definitivamente suspensa pelo tratado de paz que o monarca português, mais fatigado das depredações e violências dos homens de armas ingleses, do que das perdas da guerra, secretamente negociara com D. João I.

É êste glorioso passado, que ainda mais diminue e apouca a Simancas de hoje. Só o castelo guarda a sua nobreza histórica. Antiga propriedade dos Enriquez, almirantes de Castela, os Reis Católicos compraram-no em 1480, por doze *cuentos de maravedis de juro,* incorporando-o nos bens da corôa. A mudança de dono fê-lo também variar de destino, passando de domínio senhorial a prisão de Estado. Sandoval, na sua *Historia de Carlos Quinto,* conta que Fernando o Católico ali mandou encerrar o vice-chanceler de Aragão, D. Antonio Agustin, porque ousadamente *requirió de amores a la reyna Germana,* sua segunda esposa. Mas é no tempo do Imperador e de Felipe II, que a crónica desta fortaleza se nubla de episódios trágicos.

O fogoso e arrebatado bispo de Zamora, D. Antonio de Acuña, que tão valorosamente figurara na insurreição das *Comunidades,* aqui esteve preso cinco anos. Um dia, na ânsia de evadir-se, mata o velho alcaide do castelo, Mendo de Noguerol, seu carcereiro. Então, Carlos V, em processo sumário, sem defensor nem audiência pública, manda-o julgar e enforcar, na ameia correspondente ao torreão em que estivera encerrado, e que ainda conserva o nome de *cubo del Obispo.* Assim terminou a vida do famoso agitador, na tarde de 23 de Março de 1526, sendo êle próprio quem, durante o fúnebre cortejo, com voz firme e segura, entoou as orações rituais dos finados.

Em 1566, como representantes da nobreza flamenga, chegaram a Madrid o marquês de Berghes e Floris de Montmorency, barão de Montigny e antigo governador de Tournay, na Flandres. Era seu encargo pedir a Felipe II providências contra as perseguições e atropelos que estavam sofrendo. O

rei foi adiando a resposta; mas no mesmo dia em que recebeu do duque de Alba a notícia da prisão dos condes de Egmont e de Hornes, mandou encarcerar Montigny no alcáçar de Segóvia. Transferido depois para Simancas, na noite dum sabado, 14 de Outubro de 1570, quatro embuçados cavaleiros, que já tinham saído a ocultas da cidade vizinha, silenciosamente se apeiam à porta do castelo. Era o alcaide da Real Chancelaria de Valhadolid, com esta comitiva lúgubre: um escrivão, um padre e o carrasco. A Montigny, que de nada suspeitava, é então notificada a sentença a que fôra condenado no processo que o duque de Alba mandara instaurar, em Bruxelas, contra êle e contra a memória do marquês de Berghes — que falecera poucos meses depois da sua chegada a Madrid — como réus de lesa-magestade, por cumplicidade na conjura do príncipe de Orange. O domingo foi consagrado a práticas religiosas. E por volta da uma para as duas horas da madugrada do dia 16 — para que houvesse tempo de recolher o alcaide ainda de noite a Valhadolid — era Montigny executado, mas *en tal manera* — recomenda expressamente a provisão régia, existente no Arquivo — *que, cuanto sea posible, los que le hobieren de amortajar después de muerto... no conozcan haber sido la muerte violenta*. ¡Assim mandava Felipe II cumprir a sentença, e fazia depois correr pùblicamente que o pobre Montigny fôra vítima de febres malignas!

*
* *

Apresenta o castelo de Simancas uma dupla cinta de fossos e muralhas, com duas portas de silharia, construídas no penúltimo quartel do século XVI, quando a antiga fortaleza já começara a ser adaptada a arquivo geral da monarquia espanhola. A cada ponte corresponde, no pano do muro, uma porta, ambas abertas no vão de dois cubêlos, a do norte, vulgarmente chamada *del Rey*, sobranceira à moderna estrada de Valhadolid a Salamanca, e a do poente, que é a principal, à entrada da vila, única que dá agora serventia. Tem o castelo a forma dum quadrilátero irregular, apoiado em quatro grandes torreões diferentes; mas a sólida fortaleza medieva, fronteiriça do reino de Leão, já sofreu modificações no primitivo plano, para se ajustar ao seu destino actual. Interiormente, é que as obras de adaptação foram completas: a escadaria de honra, o espaçoso patio central, a

construção de novas salas, a divisão das antigas, raros vestígios deixaram da primordial moradia dos almirantes de Castela.

Nas cinqüenta e seis salas dêste imenso edifício, em estantes de madeira, algumas delas preciosas, e principalmente em armários, cavados na espessura das paredes, com as prateleiras e divisórias em gesso, estão arquivados milhões de documentos, distribuídos por mais de 75.000 maços *(legajos),* não obstante a perda que êste Arquivo sofreu em 1914, pela saída de muitos papéis relativos ao Tribunal da Inquisição que, por ordem do govêrno, foram transferidos para o Arquivo Histórico de Madrid.

Há quem atribua ao célebre cardeal Jiménez de Cisneros, quando régente de Castela, a idea de aproveitar a fortaleza de Simancas para depósito dos *papeles del Estado.* A Carlos V se deve, porêm, a criação do Arquivo, ordenando por *cédula* de 19 de Fevereiro de 1543, endereçada ao presidente e ouvidores da Chancelaria de Valhadolid, que trasladassem do castelo de la Mota, em Medina del Campo, para o de Simancas, as escrituras concernentes ao património real, que ali tinham corrido perigo de incêndio, e as guardassem numa arca com duas chaves, que ninguém poderia abrir sem provisão sua. Depois, novas disposições foram tomadas para a recolhida de outros documentos, quer na posse de particulares, quer pertencentes aos Conselhos e Tribunais da nação; e, em 5 de Maio de 1545, era o licenciado António Catalan nomeado *tenedor del Archivo de Simancas,* com o vencimento anual de cinco mil maravedis. Já então ocupavam onze arcas os papéis depositados no tombo nacional.

A segurança da fortaleza, experimentada em vários acometimentos e assédios; a vizinhança de Valhadolid, onde o soberano fazia então, de preferência, a sua estância oficial, justificam plenamente a escolha do Imperador. Mas só no reinado de Felipe II, a-pesar-de haver estabelecido a côrte em Madrid, distante quarenta léguas de Simancas, é que o plano esboçado por seu pai recebeu execução completa, ordenando em 1567 a Jerónimo de Zurita, cronista-mór do reino de Aragão e um dos homens mais eruditos do seu tempo, que por todos os meios se apoderasse e fizesse recolher àquele Arquivo, *las instrucciones, memoriales, cartas misivas, escrituras, i otros papeles concernientes al Estado i negocios publicos,* que tivessem pertencido a *embaxadores, secretarios, ministros i otros oficiales,* desde o tempo dos

Reis Católicos, quer se encontrassem em poder dos seus herdeiros, quer de *otras qualesquiera personas, i en qualesquiera partes i lugares*. Mais providências tomou ainda Felipe II, exigindo dos Conselhos Reais, contadorias, tribunais, mosteiros e cabidos a entrega de todos os documentos que pertencessem à corôa.

Importantes obras de acomodação mandou também êste monarca realizar no castelo. Mas de tantos favores que o arquivo lhe mereceu, nenhum talvez mais relevante do que a nomeação de Diego de Ayala, em 1561, para o cargo de arquivista, pelo cuidadoso interêsse que sempre demonstrou, não só na coordenação e classificação dos papeis ali guardados, como no esquadrinhamento de muitos outros, que ainda se conservavam ocultos. Foram até êsses serviços que tornaram o cargo de arquivista, por assim dizer, hereditário na sua família, uma espécie de património, de morgado, tàcitamente instituído em favor dos seus descendentes. O último, falecido em 1844, chamava-se Hilarión de Ayala.

Constantemente acrescentado com as espécies mais variadas, durante os reinados de Felipe III, Felipe IV e Carlos II, a história do Arquivo de Simancas oferece-nos agora um episódio que se prende com a intervenção de Portugal na guerra da sucessão de Espanha. Quando os monarcas da Europa souberam, com assombro, que o último representante da Casa de Áustria, fraco, tímido, enfermiço, pusera termo às suas irresoluções, designando em testamento, como herdeiro, o duque Felipe de Anjou, filho segundo do Delfim de França, só o imperador da Alemanha, que julgara certa a herança para um dos seus filhos, o arquiduque Carlos, se absteve de reconhecer oficialmente o jovem neto de Luís XIV. Mas as hostilidades não tardaram a romper, tomando a Inglaterra, a Holanda e Portugal o partido do pretendente austríaco. A notícia do tratado de 16 de Maio de 1703, assinado em Lisboa pelos representantes das quatro potências aliadas, causou terror na côrte de Felipe V; e logo que o rei de Portugal, D. Pedro II, declarou guerra à Espanha, depois da chegada do arquiduque de Áustria, em Março do ano seguinte, o governo espanhol, receoso de que as fôrças coligadas invadissem a fronteira e avançassem sôbre Valhadolid, mandou retirar do Arquivo de Simancas e guardar com a maior segurança, em Burgos, os principais documentos do Patronato Real. Só em Setembro de 1706, quando o exército comandado pelo marquês das Minas, que meses antes conseguira fazer a sua entrada em Madrid, já retirava para os

lados de Valência, diante de forças superiores, é que êsses papéis recolheram ao Arquivo.

Enriquecido com novas espécies, nos reinados de Fernando VI e de seu irmão Carlos III, quando êste soberano, depois de haver fundado na Corunha o Arquivo da Galiza, resolveu também criar na capital da Andaluzia o Arquivo das Índias Espanholas, todos os documentos relativos ao descobrimento, conquista e administração do Novo Mundo foram, em 1785, mandados transferir de Simancas para Sevilha. Mas, a despeito dêste golpe, o Arquivo Geral de Espanha podia ainda sem exagêro considerar-se, em princípios do século XIX, como um dos mais ricos e notáveis da Europa.

Da sua própria opulência resultou até a extorsão de que foi vítima durante as guerras napoleónicas. No empenho de fazer da capital da França a cabeça intelectual do mundo, deliberara Napoleão concentrar em Paris não só os arquivos de todos os Estados sucessivamente incorporados no Império, mas até os daqueles países que, definitiva ou transitòriamente, viessem a cair em seu poder. A grande cidade tornar-se-ia assim o colossal depósito dos principais monumentos da história política e administrativa da Europa, como já era o centro de todos os monumentos de arte e de literatura, sistemàticamente arrancados às terras invadidas.

A primeira revelação de tão gigantesco plano foi um decreto, firmado dias antes do tratado de paz de Schoenbrunn, mandando que os arquivos do Santo Império Romano-Germânico, existentes em Viena, fôssem imediatamente transferidos para Paris; e 3.139 caixas, cheias de documentos escolhidos por uma comissão especial, chegaram a dar entrada na capital do Império. Por êsse tempo, foram os arquivos do Vaticano sujeitos à mesma selecção, sendo apartados 102.435 maços, com alguns milhões de documentos, que Napoleão mandou remover também para França. E idêntica sorte sofreram, pouco depois, os arquivos do Piemonte.

Quando Napoleão, após a desastrosa capitulação de Bailén, se viu forçado a assumir a direcção da guerra em Espanha, ao passar por Valhadolid nos primeiros dias de 1809, não se esqueceu de pedir informações sôbre o Arquivo de Simancas; e em Agôsto do ano seguinte ordenou a Kellermann, cujo quartel general estava instalado naquela cidade, que fizesse transportar todos os seus papéis para Baiona. A primeira remessa, composta de 60 caixas, foi expedida em Novembro de 1810. Mas como Kellermann ponderasse ao ministro do Império, príncipe de Neuchâtel, que para a remessa

total dos documentos seriam precisas mais de 12.000 caixas, Napoleão determinou que só se retirasse do Arquivo o que tivesse interêsse histórico; e a escolha foi confiada a Guiter, que já dera provas especiais da sua competência, como presidente da comissão incumbida de remover os papéis do Santo Império de Viena para Paris.

Pelas dificuldades de transporte e pouca segurança dos caminhos, Guiter só chegou a Valhadolid em princípios de Março de 1811; mas iniciou logo os seus trabalhos, coadjuvado pelo cónego D. Manuel Mogrovejo, o mesmo que, por encargo do general Kellermann, fizera a joeira dos primeiros manuscritos remetidos para França.

Segundo o relatório, por êle dirigido a Daunou, *Garde général dos Archives de l'Empire,* havia então, no castelo de Simancas, vinte e nove salas cheias de papéis. A antiga fortaleza, desde 1809, que servia também de caserna a fôrças do exército francês, que por vezes a transformaram num verdadeiro quartel. E apesar das providências do intruso govêrno de José Bonaparte, recomendando o maior cuidado na conservação do Arquivo; não obstante a afirmativa de Kellermann, em carta ao príncipe de Neuchâtel, declarando *que cet important dépôt est intact et a été soigneusement conservé dans le même ordre où je l'ai trouvé établi,* os soldados da guarnição de Simancas deterioraram um grande número de maços do *Registro general del sello,* das *Contadurias generales* e dos *Diversos de Italia,* espalhando e confundindo muitos documentos, assim como arrancaram e queimaram quási todas as portas das estantes em que os primeiros maços se guardavam.

Propôs Guiter que fôssem mandadas para França algumas divisões completas do Arquivo, talvez cêrca da quarta parte dos papéis ali existentes. Depois, aguardando instruções, retirou-se para Valhadolid; e nenhumas recebera ainda, quando chegou àquela cidade a assustadora notícia de que o exército francês, que ocupara Portugal, batia em plena retirada diante das tropas anglo-lusas. Para não perder inteiramente o fruto duma viagem tão incomoda, Guiter deliberou agir por sua conta, mandando construir a toda a pressa 152 caixas e remetendo-as para França, com preciosos manuscritos, durante os meses de Maio e Junho de 1811. Constituiam 7.861 maços os documentos assim arrancados ao Arquivo de Simancas, entre êles vários instrumentos originais, da mais alta importância histórica, como os testamentos de Carlos V e da imperatriz Isabel, de seu filho Felipe II e do

último soberano da dinastia austríaca em favor de Felipe de Anjou.

Assim que os Aliados restabeleceram o trono dos Bourbons, logo os países, cujos museus, bibliotecas e arquivos tinham sido postos a saco, se apressaram a pedir a restituïção de todos os objectos de arte, livros raros ou manuscritos de que estavam despojados. Em Setembro de 1814, o embaixador espanhol reclamou do govêrno de Luís XVIII que os papéis de Simancas fôssem restituídos. Dada esta ordem ao *Garde général des Archives du Royaume*, que era o mesmo Daunou, observou êle ao ministro do interior do restabelecido reino, que entre os manuscritos provenientes dêsse Arquivo, alguns eram respeitantes a províncias de há muito francesas, como a Borgonha e a Lorena; que também lá se encontravam antigos títulos da casa real de França; e muito convinha, portanto, que tais documentos permanecessem nos arquivos de Paris.

Autorizado secretamente a conservar esses papéis, Daunou expediu os restantes para Baiona. Mas não tinham chegado ainda a Bordeus, quando Napoleão desembarcava da ilha de Elba no gôlfo Juan. O transporte ficou então suspenso; e só em Março de 1816 é que o govêrno espanhol pôde reavê-los, enviando-os imediatamente para Simancas. Os empregados do Arquivo logo notaram as lacunas, sendo remetida às Tulherias a lista dos manuscritos que faltavam, e solicitada com instância a sua restituïção. O govêrno francês aduziu as razões, alegadas por Daunou. A Espanha insistiu; mas as reclamações não tiveram êxito, continuando os referidos documentos nos arquivos parisienses, onde constituem, ainda hoje, uma das mais importantes e consultadas colecções. Alguns dêles, referentes a D. Leonor de Áustria, esposa de D. Manuel de Portugal e de Francisco I de França, e ao tratado de paz entre Portugal e a Espanha, em 1668, interessam directamente à história portuguesa.

Para remediar a desordem do Arquivo, foi o ilustrado cónego de Plasencia, D. Tomás González, incumbido então, na qualidade de comissário régio, de reünir e catalogar todos os documentos dispersos, trabalho que êle completou, organizando índices ou inventários de diferentes secções. Depois, entre 1820 e 1851, tornaram-se tão abundantes as remessas de papéis enviados por diversos Ministérios, que nem um só aposento do castelo ficou devoluto, até as próprias dependências destinadas a moradia do arquivista, tendo o Govêrno mandado construir para êste fim uma casa, junto da an-

tiga fortaleza. Várias obras foi ainda necessário executar dentro do edifício, para o adaptar inteiramente a Arquivo Nacional.

* * *

Como a história de Espanha esteve, durante alguns séculos, intimamente ligada à história do mundo, numerosos investigadores, por ventura de todas as nações cultas, tem visitado Simancas, em busca de preciosos elementos para os seus trabalhos históricos. Franqueado ao público desde 1844, como os outros arquivos espanhóis, podem contar-se por dezenas os estrangeiros, subsidiados pelos respectivos govêrnos, que ali se têm demorado muitos meses e até um e mais anos consecutivos; e não são poucos também os nacionais, que a Simancas devem os mais variados subsídios para o documentado estudo de diferentes aspectos da civilização espanhola. De Portugal é que os registos do Arquivo, alem de rápidos visitantes de algumas horas, apontam apenas três nomes: do falecido general Cláudio de Chaby, que nos últimos meses de 1861 ali esteve consultando os documentos relativos à intervenção das tropas portuguesas nas guerras do Russilhão e da Península; do professor da Faculdade de Letras do Pôrto, Damião Peres, que recentemente foi a Simancas estudar vários manuscritos referentes ao prior do Crato; e do autor destas linhas. Do Brasil ali se demorou, em 1846, o eminente polígrafo Francisco Adolfo Varnhagen, depois visconde de Pôrto Seguro, examinando diversos *papeles* concernentes à história e geografia do seu país.

A vila não oferece ao forasteiro comodidades algumas, nem sequer as mais rudimentares. Quando estive em Simancas pela primeira vez, nos meses de Setembro e Outubro de 1915, ainda lá havia uma pousada, o *Parador del Archivo,* com o tradicional aspecto das antigas estalagens castelhanas. Fronteira a uma das pontes do castelo, sôbre o pátio, calçado de ladrilhos, abria a cozinha, que era ao mesmo tempo a sala de visitas da casa. Em volta da lareira, duas taboas, embebidas na parede, serviam de bancos, com espaldeira de esparto. Aqui decorriam as horas, antes e depois da *cena,* ouvindo contar ao *posadero* ou à mulher as interessantes lendas de Simancas; mas não eram menos curiosas as recordações dos simpáticos velhos, revivendo o passado, evocando alguns daqueles sábios que, nos últimos

trinta anos, ali se tinham hospedado, e cujos bilhetes de visita, amarelecidos do tempo, êles guardavam carinhosamente num largo sobrescrito, que era o brazão nobiliário da pousada.

Hoje, que essa hospedaria acabou, tem o estudioso que alugar um quarto, em qualquer casa da vila; nem é possível, dadas as horas de trabalho no Arquivo — das oito da manhã às duas da tarde — pernoitar em Valhadolid e vir diàriamente a Simancas. Mas estas contrariedades — ¡a vila nem posto de correio tem! — não influem nos verdadeiros investigadores. É que a cerrada floresta de papéis, que enchem todas as salas do castelo, como que domina e empolga e subjuga o estudioso, no insaciável empenho de ver tudo, de ainda descobrir mais algum documento desconhecido.

Ao contrário do que sucedia antes da guerra, poucos estrangeiros tem agora visitado o Arquivo. Durante os trinta e tantos dias que lá estive, em 1915, só ali encontrei, e deixei ainda trabalhando, uma ilustrada senhora norte-americana, *Miss* Alice Gould, que há mais de três anos vinha dividindo os seus estudos entre êste Arquivo Geral e o de Sevilha, no propósito de consultar todos os documentos que interessassem a Cristóvão Colombo ou aos seus companheiros das primeiras viagens. Da última vez que estive em Simancas, durante quarenta e sete dias, apenas vi dois estrangeiros: um padre, comissionado pelo govêrno da Hungria, que estava estudando documentos relativos à história do seu país; e Mr. J. Franklin Jameson, director da *Carnegie Institution of Washington,* que procurava subsídios concernentes às relações entre os Estados Unidos e a Espanha, anteriores e posteriores à independência da grande república, em 1783. O primeiro já se encontrava em Simancas, há bastantes meses, e ainda lá se devia demorar muito, dada a variedade de documentos que tinha a consultar; o segundo retirou poucos dias antes do meu regresso a Portugal.

São em número de alguns milhares os manuscritos do Arquivo de Simancas, que directamente se prendem com a história portuguesa. Estão êsses manuscritos principalmente divididos por três secções: *Patronato Real, Secretaría de Estado* e *Secretarías Provinciales;* mas outros há ainda, aliás de menos importância, nas secções denominadas *Secretaría de Hacienda, Secretaría de Guérra, Cámara de Castilla* e *Tribunal Mayor de Cuentas.*

No *Patronato Real* há 347 documentos subordinados ao

título de *Tratados con Portugal*. Nesta colecção se encontram os seguintes contratos de casamento: da infanta D. Beatriz, filha de D. Fernando de Portugal, primeiro com D. Fradique, filho bastardo de D. Henrique II, e depois com D. João I de Castela; da infanta D. Isabel, filha do infante português D. João, Mestre de S. Tiago, com D. João II de Castela; da infanta D. Joana, filha de D. Duarte de Portugal, com o impotente Henrique IV; de D. Afonso V com a infanta de Castela, D. Isabel, a futura Rainha Católica; do príncipe D. João, filho de D. João II de Portugal, com a infanta D. Isabel, filha dos Reis Católicos; de D. Manuel de Portugal com as três infantas de Espanha, D. Isabel, D. Maria e D. Leonor; de sua filha, a infanta D. Isabel, com o imperador Carlos V; de D. João III de Portugal com a infanta D. Catarina, irmã do imperador; de seus filhos, a infanta D. Maria e o príncipe D. João, com os filhos de Carlos V, Felipe II e a infanta D. Joana. Aqui figuram também todos os acôrdos, convenções, tréguas e tratados de paz, entre os soberanos portugueses, D. Fernando, D. João I, D. Afonso V e D. João II, com os soberanos de Castela, D. Henrique II, D. João I, D. Henrique III, D. João II e a Rainha Católica, assim como os plenos poderes conferidos aos respectivos plenipotenciários e as minutas das suas instruções. Pertencem ainda a esta colecção muitas bulas pontifícias, concedendo dispensas de parentesco, até para o malogrado casamento de D. Afonso V com a irmã de D. Henrique IV; todas as negociações relativas aos dotes das infantas portuguesas e castelhanas; um grande número de poderes das principais cidades e vilas de Portugal, autorizando os seus procuradores a jurar as capitulações matrimoniais entre a infanta D. Beatriz e D. João I de Castela; interessantes documentos concernentes à infanta D. Joana, a Excelente Senhora, depois da sua vinda para Portugal, como a promessa e juramento de D. João II de que não permitiria que ela casasse, nem saisse do convento, no caso de se verificar o casamento de seu filho com a infanta D. Isabel, e diferentes bulas dos papas Sixto IV e Inocêncio VIII, obrigando a infeliz princesa a professar e guardar a regra de Santa Clara; diversos papéis sôbre o regimen das terçarias; e importantes documentos respeitantes à sucessão da corôa portuguesa, por morte do cardial rei D. Henrique, como as alegações de alguns pretendentes, um parecer da Faculdade de Teologia de Alcalá de Henares, justificando os direitos de Felipe II, cartas do prior do Crato, não só a várias terras, como a vinte

e cinco dos seus partidários, edictos e sentenças contra êles promulgados, e as actas das côrtes de Tomar, em que o monarca espanhol e os príncipes D. Diogo e D. Felipe foram jurados pelos três Estados do reino. Merecem também ser mencionadas a intervenção da Raínha Católica para que D. João II desistisse do propósito de deixar a corôa ao filho bastardo, D. Jorge; e as negociações com D. Manuel de Portugal para um empréstimo de 50.000 cruzados de oiro ao condestável de Castela, por ocasião da guerra civil das *Comunidades*, empréstimo que depois foi descontado no dote da imperatriz Isabel.

Desta colecção, já há impresso um inventário, no *Catalogo V* do Arquivo Geral de Simancas; mas deve ser revisto, pois tem bastantes incorrecções em nomes de pessoas e terras de Portugal. Das outras secções, não só copiosíssimas, mas muito mais valiosas para a história portuguesa, pois compreendem documentos, na sua grande maioria inéditos, não existe ainda Catálogo impresso.

Na secção denominada *Secretaría de Estado* há centenas de maços referentes a Portugal, que a recentíssima *Guía del Investigador,* de D. Mariano Alcocer Martínez, actual director do Arquivo, reüne sob a designação comum de *Negociaciones de Portugal*. Mas a numeração dos maços não é seguida, pois estão repartidos em três grupos e o último ainda em sub-grupos, conforme os assuntos a que se referem.

O primeiro grugo, intitulado *Correspondência* — tanto na *Guía del Investigador,* como na *Guía de la villa y Archivo de Simancas,* de Francisco Díaz Sánchez, publicada em 1885 e há muito esgotada — pertence à Série II da *Secretaría de Estado* e compreende 72 maços, desde o n.º 367 a 438, segundo a numeração antiga, e desde o n.º 165 a 191, conforme a numeração moderna, em que o mesmo número abrange geralmente mais do que um maço. Os documentos dêste grupo tem uma importância capital. São muitas as cartas autógrafas dos monarcas portugueses, D. João III e sua esposa, D. Sebastião e D. Henrique; e abundam as dos embaixadores espanhóis, Lope Hurtado, D. Luís Sarmiento de Mendoza, D. Hernando Carrillo, D. João de Borja, D. João de Silva, D. Cristóvão de Moura e o duque de Osuna, assim como de outros agentes menores, que Felipe II enviara a Portugal, logo depois da catástrofe de Alcácer-Quibir. Estas cartas são preciosas para o conhecimento da côrte portuguesa, pois todas as intrigas de cor-

tezãos e valídos ali estão comentadas, da mesma maneira que os principais factos ocorridos na metrópole e possessões ultramarinas; mas é, principalmente, para a história verdadeira daquele vergonhoso período de 1579-1580, que é indispensável estudar toda essa correspondência, assim como outros documentos coevos, pertencentes a esta colecção: as instruções de Felipe II a Fr. Hernando del Castillo para dissuadir o rei D. Henrique dos seus propósitos de casamento, que tanto podiam prejudicar as ambições daquele monarca; as negociações secretas entre a duqueza de Bragança, D. Catarina, e o rei de Espanha, para a renúncia dos seus direitos à corôa portuguesa; as cartas do duque de Alba e do seu secretário, João de Albornoz, sôbre a invasão de Portugal; e um grande número de papéis relativos ao prior do Crato, desde a protecção que em tempo lhe concedera Felipe II contra a má vontade do cardial D. Henrique, até à sua perseguição pelas tropas de Sancho de Ávila, depois do combate de Alcântara.

Na mesma Série se encontram vários documentos sôbre a vida de D. Sebastião, os seus projectados casamentos, a conferência de Guadalupe e a expedição à África; relações da batalha de Alcácer-Quibir e do encontro do cadáver do rei português; a descrição da cerimónia do juramento, nas côrtes de Tomar, e a lista das pessoas exceptuadas do perdão geral; cartas do marquês de Santa Cruz sôbre a ocupação da ilha Terceira; providências para o armamento e saída da Invencível Armada; processos contra alguns falsos D. Sebastião; despachos e minutas referentes ao govêrno de Portugal, desde a retirada de Felipe II para Espanha até 1618. Também a esta colecção pertencem diversos papéis respeitantes ao estabelecimento da Inquisição em Portugal e à representação dos seus prelados no Concílio de Trento; larguíssimas referências à celebrada infanta D. Maria, filha de D. Manuel e da rainha D. Leonor; instruções para a observância do novo Calendário Gregoriano; descrições de autos-de-fé; cópias de bulas pontifícias, relativas à Ordem de Cristo e ao Priorado do Crato; muitas notícias sôbre Fr. Luís de Granada e a Ordem dos Dominicanos; e até uma carta autógrafa, escrita a Felipe II por um grande artista português, Francisco de Holanda, lembrando-lhe os retratos que de Carlos V e da imperatriz Isabel fizera seu pai, António de Holanda, em Tolêdo, e oferecendo-lhe duas imágens de sua mão, a preto e branco, uma da Paixão e outra da Ressurreição de Cristo. Esta carta não figura hoje no maço

correspondente, pois se encontra exposta em uma das vitrinas do Arquivo, com muitos outros autógrafos, entre êles alguns de monarcas e príncipes de Portugal. Está datada de Lisboa, *dia de São Vicente,* mas sem indicação de ano. Mão estranha — provàvelmente D. Tomás González, que em 1820 redigiu o inventário da *Negociacion de Portugal* — escreveu, à margem: *1572?* Mas não pode ser exacto, pois Francisco de Holanda diz que mandará ao rei as duas imágens *por o seu Ẽbaixador Dõ João Borgia.* Ora D. João de Borja, que veio para Portugal em fins de 1569, só regressou a Espanha em 1575, por lhe ter sido então dada, a a seu instante pedido, a exoneração do cargo, como prova uma carta de Felipe II, existente no maço n.º 388 desta mesma Série. A carta de Francisco de Holanda deve ser, portanto, de 22 de Janeiro de 1575.

O segundo grupo da *Negociacion de Portugal,* pertencente à Série IV da *Secretaría de Estado,* está subordinado ao título de *Consultas* e compreende 22 maços, do n.º 2.614 a 2.635 da numeração antiga, e 1.016 a 1022 da numeração moderna. Pode considerar-se uma continuação do grupo anterior, pois os documentos desta colecção vão do ano de 1620 a 1678; mas a distribuïção é defeituosa, pois na Série V se encontram tambêm documentos do mesmo período e até sôbre os mesmo assuntos. Nesta colecção há muitas consultas do Conselho de Estado, principalmente posteriores à Restauração de Portugal; copiosa correspondência dos embaixadores de Espanha, em seguida à paz de 1668; repetidas instâncias da côrte de Lisboa para a restituïção à casa ducal de Medina Sidonia da cidade de Sanlucar de Barrameda, que lhe tinha sido confiscada pelo indirecto auxílio que prestara à independência portuguesa; avisos confidênciais sôbre as embaixadas do Padre António Vieira; notícias relativas à situação dos judeus, nessa época, e descrição dos tumultos, ocorridos em 1674, por se haver espalhado o boato de que lhes ia ser dado perdão geral; interessantes pormenores sôbre a deposição do rei D. Afonso VI; propostas e pareceres concernentes às relações políticas entre Portugal, Espanha, França, Inglaterra e Holanda; e diversas referências aos mais variados factos, sucedidos durante êsse período, como a arrojada intervenção do príncipe D. Pedro — depois D. Pedro II — numa tourada em Aldeia Galega, para salvar um cavaleiro que fôra derribado por um touro, ou a descrição de uns tumultos, que em 1675 houve na Universidade de Salamanca, e cuja principal culpa

se atribuíra aos estudantes portugueses que a frequentavam.

O terceiro e último grupo da *Negociacion de Portugal* divide-se em dois sub-grupos, ambos pertencentes à Série V da *Secretaría de Estado.* O primeiro é composto de 30 maços, do n.º 4.027 a 4.056 da numeração antiga, e contém documentos que, pela época a que pertencem, deviam figurar na Série IV. Tais são, por exemplo, os relativos ao govêrno da princesa D. Margarida de Áustria, duqueza de Mântua, em Portugal, e aos antecedentes da Restauração de 1640. Tambêm nesta colecção se encontram muitos papéis referentes a um lance em que foi envolvido o marquês de Gouveia, embaixador de Portugal em Madrid, cujos criados desobedeceram à justiça, tendo-lhe depois a populaça apedrejado a casa. Nos restantes documentos, figuram bastantes que interessam ao Brasil e à Colónia do Sacramento, na margem esquerda da Rio da Prata; a um ataque, feito por corsários franceses, à cidade do Rio de Janeiro; ao estabelecimento, em Portugal, de duzentas famílias de cristãos novos de Espanha; aos desacatos cometidos em Viena de Áustria, pelo embaixador português, marquês de Arronches; ao socorro dado por Portugal à Espanha, para libertar Melilha do cêrco que lhe tinham posto os mouros; e ao aprisionamento de embarcações portuguesas, por corsários espanhóis. A maioria consta, porém, de informações diplomáticas, deveras interessantes, não só para o conhecimento da vida íntima da côrte de Lisboa, como da história política da Europa, desde 1670 a 1699.

O segundo sub-grupo da Série V da *Secretaría de Estado* compreende 412 maços, do n.º 7.041 a 7.452 da numeração antiga. Não aponto a numeração moderna, por terem os *libros copiadores,* de que há bastantes nesta secção, numeracão diferente da dos *legajos;* e basta aquela para identificar qualquer maço, que se deseje consultar. Está dividido em três partes: *Correspondência,* do n.º 7.041 a 7.346; *Legajos particulares,* do n.º 7.347 a 7.373; e *Límites en la America Meridional,* do n.º 7.374 a 7.452.

A primeira parte consta da correspondência oficial dos embaixadores espanhóis, desde 1668 a 1788. Mas como a arrumação do arquivo foi sucessivamente feita, à medida que lá iam entrando os *papeles del Estado,* tambêm nesta colecção se encontram documentos que deviam pertencer à Série IV. Está neste caso a correspondência secreta, subordinada ao título de *Junta de inteligências de Portugal,* que

corresponde aos anos imediatos à Restauração, desde 1641 a 1647. Por abranger mais de um século, a correspondência diplomática fornece curiosos dados, não só sôbre a política internacional, tão movimentada então, como sôbre os principais factos ocorridos em Portugal: conflito com os embaixadores estrangeiros, que abusavam das suas imunidades e privilégios; erecção da Capela real a Patriarcado; pleito do duque de Baños sobre a sucessão da casa ducal de Aveiro; desavenças com a Cúria romana; tumultos contra o embaixador espanhol, marquês de Capicelatro, como reacção pela afronta que sofrera, em Madrid, o embaixador português, Pedro Álvares Cabral; atentado contra o rei D. José e processo dos Távoras; rompimento com a Espanha, em 1762; e muitos outros, menos importantes, que seria fastidioso enumerar. Pertencem ainda a esta colecção cinco maços com cartas particulares de vários membros da família real portuguesa, e um maço com a correspondência trocada entre os reis D. José e Carlos III, nos anos de 1767 e 1768, sôbre um projecto de aliança entre as duas corôas.

A segunda parte, apesar da designação de *Legajos particulares,* compreende também documentos oficiais, que deviam figurar na anterior, por dizerem respeito ao mesmo período. São importantes as notícias relativas ao comércio entre as duas nações; ao valor da moeda portuguesa; às medidas para repressão do contrabando e entrega de desertores; às viagens do valente e aventuroso infante D. Manuel, irmão de D. João V; ao cerimonial e formulário das relações entre as côrtes de Lisboa e Madrid; aos privilégios da Irmandade de Santo António dos portugueses, em Sevilha; e à troca de prisioneiros espanhóis e ingleses.

Os documentos da terceira parte da Série V referem-se, principalmente, à larga contenda entre Portugal e Espanha, por causa dos limites meridionais do Brasil. Outros há, porêm, relativos à cedência das ilhas de Fernando Pó e Ano Bom à Espanha, pelo tratado de 24 de Março de 1788.

A secção das *Secretarías Provinciales* corresponde aos antigos Conselhos instituídos em Madrid, junto da pessoa do rei, para a administração dos negócios públicos de Nápoles, Sicília, Milão, Flandres e Portugal. Os papéis concernentes à *Secretaría Provincial de Portugal* compreendem 34 maços, do n.º 2.634 a 2.667 da numeração antiga e 507 a 517 da numeração moderna; e 129 livros encadernados em pergaminho, do n.º 2.668 a 2.796 da numeração antiga e 1.455 a

1.583 da moderna. É uma colecção preciosa, versando os assuntos mais variados, como as providências adoptadas, em 1580, para a perseguição do prior do Crato; cartas de diferentes terras e fidalgos, prestando obediência a Felipe II, depois da sua entrada em Portugal; registo das cartas régias, decretos, provisões e despachos sôbre petições de partes, durante os sessenta anos da dominação espanhola; consultas do Dezembargo do Paço; correspondência oficial dos vice-reis e governadores do reino com Felipe II, Felipe III e Felipe IV; dois maços de cartas do governador de Ceuta, desde 1654 a 1668; os regulamentos da Alfândega de Lisboa, da Casa da Moeda, da Casa da Índia e da Confraria da Misericórdia de Braga; depesas e rendimento das Capitanias do Brasil, no ano de 1605; um relatório sôbre o comércio da pimenta; as ordens do dia do famoso almirante D. Álvaro de Bazán, marquês de Santa Cruz, de 1580 a 1587; e muitos processos de habilitação para a concessão de hábitos das Ordens de Cristo, Santiago e Avis, que se prolongam até 1668, quer dizer, até à celebração das pazes com Portugal. Se bem que o maior número de documentos desta *Secretaría Provincial* diga respeito, como o próprio título da secção está indicando, ao período em que Portugal podia ser considerado uma província de Espanha, outros há muito anteriores, como os traslados de diversas bulas e breves pontifícios, entre os quais um breve de Paulo III, de 1539, sôbre a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, no reinado de D. João III. É êste um defeito da primitiva arrumação do Arquivo; mas defeito, na realidade, sem remédio, por mais que se procure melhorar a numeração e catalogação dos maços, por assuntos e matérias, já que não pode alterar-se a ordem antiga, dadas as inúmeras citações dêstes documentos, em tantas e tão importantes obras publicadas, espanholas e estrangeiras.

Não tratarei dos documentos pertencentes às secções denominadas *Secretaría de Guérra* e *Tribunal Mayor de Cuentas,* pelo seu carácter muito especial; e da *Cámara de Castilla,* apontarei apenas os papéis, que se referem à entrada de D. Afonso V em Castela, depois da morte de Henrique IV. No entanto, o brevíssimo resumo, que fiz das outras colecções, basta para dar uma idea aproximada da riqueza dos manuscritos existentes no Arquivo Geral de Simancas, relativos a assuntos portugueses. Um catálogo completo e anotado seria o mais valioso subsídio para

quem se propuzesse escrever a história de Portugal. Isto seria, porém, trabalho assíduo para alguns anos, principalmente se fôsse acompanhado da transcrição dos mais notáveis documentos. Mas, quando não possa conseguir-se tanto, será sempre um óptimo serviço, prestado à história das duas gloriosas nações da Península, o desbastar dessa enorme e cerrada floresta de papéis, onde tão importantes segredos e mistérios se conservam ainda ocultos.

J. M. de Queiroz Velloso.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 4$50

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 3$50

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 3$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 2$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 2$50

Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, palo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 3$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 2$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º
N.º 8

1923
Agosto

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923

O INSTITUTO

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, D. José de Meneses (1705-1710), por JOAQUIM DE CARVALHO 335
Terras de Odiana, por P. M. LARANJO COELHO 347
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por SOUSA VITERBO 358
Uma atitude de Antero — Coordenação duns apontamentos duma obra a realizar, por JOÃO AUGUSTO DA FONSECA JUNIOR 368

CARTAS DE JOSÉ DA CUNHA BROCHADO AO CONDE DE VIANA, D. JOSÉ DE MENESES

(1705-1710)

(Cont. do n.º 6, pág. 275)

XLVII

Ex.^mo Sñr. Receby a carta de V. Ex.ª de 30 de Julho, e depois de lhe agradecer respeitozam.^te a repetiçam desta benevolencia honradora, e tutelar naõ posso deixar de reprezentar a V. Ex.ª a boa opiniam, q̃ tenho dos ares de Cantanhede pella expressam q̃ V. E.ª faz nesta sua carta dos m.^tos apetites q̃ tem de mandar vir livros de Holanda, porq̃ hé sinal, q̃ esse clima digere bem as cruezas da solidam, e necessita de continuo alim.^to p.ª nutrir, e entreter o calor do espirito.

Chegou finalm.^te o Paquebot com a alegre nova de hũa insigne victoria, q̃ o exercito dos Alliados contra o de França alcançou junto da Praça de Odenarda, como V. Ex.ª verá em hũas das cartas incluzas. O Exercito de França andava em Flandres feito senhor da campanha, e desvanecido com a preza de Gante, e de Bruges, mandara citiar a forte Praça de Ostende, rezolvendo com o mayor resto de suas forsas fazer o sitio de Odenarda. O exercito da Liga, q̃ se achava distante da outra p.^te do Escaut, marchou com preça p.ª aq.^la Praça, passou o rio, começou a batalha na tarde de 11 de Julho, e acabou na manhan de 12. As relaçoens de Holanda, alem de hũ gr.^de n.º de mortos, e feridos, contaõ mais de 5 mil prizion.^os com m.^tos oficiaes de todos os postos. Parte das tropas derrotadas fugio p.ª Gante, e estas cahiraõ na mam dos victoriozos; parte se retirou p.ª Tournai, e como tem as costas em França podem escapar com menos susto. Os Princepes de França tomaraõ com preça o cam.º de Dunquerq̃, aonde dizem, q̃ se recolheraõ. A cavalaria Franceza, e a caza, q̃ chamaõ d'El Rey, dizem q̃ naõ fizeraõ

gr.des progressos, e foraõ os 1.os, q̃ voltaraõ as costas. Naõ se duvida de q̃ as 1.as novas tragaõ as esperadas ventages, q̃ promete hũa victoria completa. O Princepe Eugenio, q̃ vinha chamado do Gen.al Inglez, adiantouse com algũa cavalaria, e chegou a tempo de partir a gloria com aq.le Gen.al O Duq̃ de Baruic, q̃ tambem vinha encorporarse com o de Borgonha, chegaria a tempo, em q̃ ficaria assessorio sem principal. Hé escuzado fazer reflexoens sobre as ventagens futuras, q̃ se podem tirar prezentem.te desta acçam, porq̃ p.a bem fundallas hé necess.o ter prez.te m.tas circunstancias, q̃ ainda naõ sabemos, e se o Exercito da Liga ficou com mais de meya superiorid.e poderá entrar pellas terras de França desprezando Tournai, Mons, e Vallenciennes; porem naõ sei se a prud.a militar permite estas transpoziçoens; o certo hé q̃ França teve hũa gr.de perda, q̃ depois de tantas pode ser critica. A mais certa reflexam consiste em conhecer qual hé a força daq.la monarchia, ou a fortuna, e industria do seo Monarca; pois luctando com toda a Europa, e perdendo tantas batalhas chegou a verse nesta campanha em o ponto de se fazer senhor da Europa toda, pois se lograra a introduçam do Princepe de Gales em Escocia, e vencera esta batalha, q̃ esteve por trez horas duvidoza, naõ ficaria força algũa, q̃ se lhe opozesse, e assim o Alto Juizo de D.s, q̃ destribue os Reynos, fez obrar de sorte ás cauzas segundas, q̃ cada hũ ficasse com o q̃ era seo. Antes desta acçam dizem q̃ ElRey de França propozera a partilha de Espanha deixando Flandres á devoçam dos Holandezes, e a segurança do comercio á vont.e dos Inglezes; porem agora será necess.o mudarse de projecto, porq̃ a Liga naõ se contenta com menos, q̃ com toda a restituiçam daq.la monarchia, e p.a ella hé necess.o, q̃ as forças dos Alliados passem os Perineos p.a deitar fora o Duq̃ de Anjou. Eu bem creyo, q̃ os Francezes folgariaõ m.to, q̃ aq.le Princepe sahisse de Espanha p.a poderem entrar em tratado de paz, suposta a dificuld.e da sua concervaçam, e a injuria do seo retiro voluntario. As mais novas de Italia verá V. Ex.a nas cartas juntas, em q̃ o Emp.or se vai vingando do Duq̃ de Baviera, do de Mantua, e da Curia Romana, e a favor de seos Alliados, e de seos intereces.

A nossa futura R.a, q̃ já o será de prez.te, partiria a 8 ou 9 do mez passado (68), e poderá aparecer brevem.te em

(68) Partiu em 7 de Julho, como informa Fr. da Fonseca, *ob. cit.*, p. 398.

algũas destas prayas, e apanharnos com os arcos, e com os palanques nas maõs. Fico na obed.ª de V. Ex.ª como devo. D.ª G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 4 de Agosto de 1708.

XLVIII

Ex.mo Sñr. Receby a carta de 27 de Julho, q̃ V. Ex.ª me fez honra de escrever por hũ puro efeito da sua bond.e A nossa Corte recebeo duas desconsolaçoens a fio neste, e no outro Paquebot, q̃ ambos chegaraõ sem trazerem malas de Holanda, e por conseq.ª naõ houve novas de Viena, e assim por mald.e do vento naõ temos noticia do dia, em q̃ se recebeo a R.ª minha Ama, do dia em q̃ partio, e do cam.º q̃ poderá ter feito a estas horas; nada disto se sabe mais q̃ por orsam.to, pello qual se partio em 9 do passado poderá a estas horas estar em Holanda. Neste ultimo Paquebot dizem q̃ viera hũa carta de Falmuth, em q̃ hũ p.ar escrevia q̃ chegara a mala de Holanda, e q̃ a R.ª ficava a poucas jornadas de Roterdam. D. Luis escreve, q̃ se entendia, q̃ a Armada havia prim.ro de hir tomar Dieppe; porem no Paço ouvi, q̃ esta nova estava alterada, com q̃ deve de haver navios p.ª tudo; porem os quartos do Paço estaõ m.to cheyos de caliça, e ainda hé necess.º m.to tempo p.ª acabar todos os preparativos exteriores, e interiores, entre os quais se conta hũa gr.de beca de Andre Freire, q̃ hade fazer a pratica aos dois Princepes noivos com gr.des vivas, e aplauzos p.ª se imprimir com a de Manoel Lopes de Oliv.ra (69). As ultimas cartas de Inglaterra naõ trazem ainda gr.de confirmaçam das cir-

---

(69) Na verdade, a de André Freire imprimiu-se com o seguinte título: *Oraçam que disse o Doutor Andre Freyre de Carvalho, fidalgo da casa de Sua Magestade, Cõmendador de Santa Maria Magdalena de Parada da Ordem de Christo, juiz conservador da casa da Moeda, & vereador o mais antigo do Senado da Camara, na presença de Suas Magestades El Rey D. Joam o V. & a Rainha D. Marianna de Austria NN. SS. quando foraõ em acçaõ de graças á Sé de Lisboa em 22 de Dezembro de 1708. Lisboa, na officina de Valentim da Costa Deslandes, Impressor de Sua Magestade. 1709. In. 4 de 8 pag. inumeradas.* Não vimos impressa a fala de Manuel Lopes de Oliveira; porém, a acredita-lo como orador áulico está o pequenino discurso que proferiu na cerimónia da aclamação de D. João V. Vid. *Auto do Levantamento, e juramento, que os grandes, titulos seculares, e eclesiasticos, e mais pessoas, que se acharaõ presentes, fizeraõ ao muito alto e muito poderoso senhor El Rey D. João V...* Lisboa, 1750, págs. 16–20.

cunstancias da victoria, e som.te por Ostende se confirma o sucesso com algũa restricçam de poucas peças, e de pouca bagagem perdida. Dizem q̃ o inimigo campava de traz do canal de Bruges, e q̃ o Princepe Eugenio com as suas tropas, 24 mil cavalos mais do gr.de exercito se opunha á junçam do Duq̃ de Baruic emq.to o exercito dos Alliados depois de entrar nas linhas, em q̃ naõ havia defensa, se dispunha a sitiar Ypre p.a cortar a comunicaçam, e os comboys das tropas, q̃ se defendiaõ em Bruges, e se amparavaõ do seo canal, donde se infere, q̃ as ventagens da victoria vaõ sendo temporaes, e cronicas, e q̃ a derrota do inimigo naõ foi apopletica como se imaginava, e de tudo seremos instruidos pellas 1.as malas de Holanda, q̃ viráõ com repiques, e luminarias menos de Marte, q̃ de Venus. Hontem sahio hũa gr.de frota p.a Inglaterra, em q̃ se recolheo D. Paulo Metuin (70) com o arcabouço de seo Pay, e com m.to dinh.ro, q̃ tirou de suas negociaçoens p.a fazer hũa boa caza em Inglaterra. Alguns homens de neg.o francezes continuaõ a pedir licença p.a mandar vir navios de sua naçam carregados de trigo, e de sevada, porem ainda q̃ saõ ouvidos com agrado ainda naõ conseguiraõ reposta com decizam, e os Holandezes se opoem a esta reposta com fundam.to de q̃ os seos navios, e os de Inglaterra nos traraõ todo o pam necess.o Algũas cartas de Inglaterra dizem q̃ El Rey de França padece hũa gr.de vigilia, ou insomnio, e q̃ havia m.to tempo, q̃ naõ dormia; q̃ a gota lhe subira a hũ ombro, q̃ o opio, q̃ tomara lhe fizera mayor mal, e q̃ fora obrigado a mudar de ares passando p.a Fontainebleau: tudo pode ser, porq̃ este Princepe como os mais hé mortal, e feito da terra como a minha; porem novas de Inglaterra sobre El Rey de França, e sobre o Papa naõ saõ de data m.to segura. O ponto hé q̃ V. Ex.a se ache bom, e com saude nesse novo clima, q̃ neste fico eu p.a servir a V. Ex.a com a mais prompta, e fiel obediencia. D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 11 de Agosto de 1708.

---

(70) Enviado inglês em Portugal, era filho do chanceler de Irlanda, o cavalheiro Methwen, negociador de várias combinações diplomáticas com Portugal, dentre elas o célebre «tratado Methwen» de 27 de Dezembro de 1703, de tão perniciosa influência na vida económica nacional.

XLIX

Ex.^mo Sñr. Esta carta de V. Ex.ª de 13 de Agosto me deixa com gr.^de cuid.º de tal sorte, q̃ prim.^ro começo agora pello susto, q̃ pello agradecim.^to Se a cauza da menos nutriçam procede de falta de calor, este pode V. Ex.ª suprir comendo pouco mas a miudo, como diz o francez peu mais souvent; se o estomago se acha carregado, e com obstrucçoens hé necess.º fazer hũ pouco de exercicio, e uzar de remedios operativos, e dulcificantes. Eu suponho q̃ V. Ex.ª uza do chá, ou do thé, como lhe chamaõ os naturaes, porq̃ esta planta hé de virtuozo remedio p.ª ajudar a digestam, e dispor a natureza p.ª a boa economia da distribuiçam do alim.^to Tambem suponho, q̃ a solidam enfraquece a agitaçam, e volativa dos esp.^os vitaes, e p.ª reformar este vicio hé tambem admiravel o uzo do chá, milhor seria o do café, porem por outro principio naõ hé bom p.ª V. Ex.ª O divertim.^to, S.^r, a companhia agradavel e escolhida, os neg.^os com moderaçam saõ entre todos os remedios o mais eficaz segundo a constituiçam do homem fizico, e moral. Perdoe V. Ex.ª esta leiga diversam, q̃ ainda q̃ dictada pella ignorancia, hé estudada na afliçam, e na fineza, com q̃ amo e sirvo a pessoa de V. Ex.ª, de q.^m espero milhores noticias na posta seg.^te

Como naõ tem chegado Paquebot algũ estamos na mesma incerteza das circunstancias da gr.^de acçam de Ordenarde, em q̃ creyo, q̃ necessariam.^te hade haver 2.ª acçam como fructo da 1.ª, porq̃ a situaçam das coizas assim militares como politicas, naõ pede nem sitios vagarozos, nem entradas momentaneas com o dano do paizano, e do soldado; devem pôr sobre a carta o resto das forsas, e desbancar por hũa vez toda a sustancia do banq.^ro Tambem naõ temos novas de Alemanha, e crece o dez.º em hũ Princepe moço p.ª saber a certeza do seo estado, se passou ou naõ passou a marido, preferindo a socied.^e conjugal aos dezembaraços de celibato, tudo pello interece de seos vassalos, e firme segurança de sua coroa (71). V. Ex.ª bem saberá, q̃ naõ deraõ comp.ª de guarda p.ª a porta do Palacio do S.^r Infante D. Fr.^co, e q̃ mandandolhe depois hũa esquadra com hũ cabo elle a naõ quiz aceitar, e mandou derribar o antigo telhado do corpo da guarda.

---

(71) Clara alusão a D. João V.

Este Princepe sem gr.des conselh.ros de Estado toma rezoluçoens grandem.te vigorozas, q̃ fazem admirar nelle hũ genio maravilhozo com dispoziçam p.a producçoens excelentes. A cavalaria de Olivença, q̃ se compunha do regim.to de P.o Machado, teve hũ encontro menos feliz com toda a Cavalaria de Badajoz, em q̃ o seo valerozo Coronel ficou prizion.ro, e ferido: naõ houve circunstancia, q̃ mereça relaçam, porq̃ tudo consistio em hũa retirada com precipicio depois de hũa sahida com mais brio, q̃ cautela.

Entrou hũ navio das Ilhas, e dá por novas ficar naq.les mares Gaspar da Costa com 4 navios, porem q̃ na mesma altura cruzavaõ 7 navios francezes, e q̃ a pouca distancia no mesmo rumo encontrara 12; porem o mar hé largo, e as estradas inconstantes, e assim esperamos, q̃ a frota chegue sem dar vista de nossos inimigos, e em falta de mayores comboys haõ de suprir as disciplinas nas costas dos nossos frades. Fico na obediencia de V. Ex.a como devo. D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 18 de Agosto de 1708.

L

Ex.mo Sñr. Como nesta carta de V. Ex.a de 20 de Agosto naõ vejo repetidas as queixas contra a saude de V. Ex.a suponho, q̃ cançados os males tambem tomaraõ seo quartel de descanço. Praza a D.s q̃ o achaque de V. Ex.a, e o descanço da Europa se terminem por hũa boa, segura, e duravel concordia, q̃ tambem os humores, como os Principes, tem suas Ligas e suas tregoas. Esta terra teve estes dias a consolaçam de receber as novas do cazam.to d'El Rey N. S.r, q̃ foi celebrado em 8 de Julho em hũ lugar a trez legoas de Viena, e fez a ceremonia do recebim.to o Cardeal de Saxazeits, e no mesmo dia foi Smg.e dormir em outro lugar duas legoas mais distante, aonde no dia seg.te foi vizitada pello Emp.or (72), e pella Emperatriz viuva (73), e pellas Archiduquezas suas Irmans (74), jantaraõ com a R.a, e de tarde se despediraõ pella ultima vez, e voltaraõ p.a Viena.

---

(72) Vide nota 5.

(73) Eleonora Madalena Teresa, filha de Guilherme, duque de Neuburgo, e depois Eleitor Palatino. Foi a terceira esposa do imperador Leopoldo I.

(74) Maria Isabel e Maria Madalena.

No dia 10 voltou o Emp.or pella posta a dar á R.ª o ultimo a D.s Em 15 chegou Smg.e á cid.e de Praga, aonde havia de assistir athé o dia de 19 em q̃ continuava a sua marcha. Esta se faz com dilig.ª, e passos de gigante, porq̃ de 4 em 4 dias hade som.te descançar hũ, mudando de cavalos em cada duas postas, p.ª cuja mudança são necess.os 600 cavalos, q̃ em Alemanha naõ hé dificultozo este provim.to Dizem q̃ a R.ª vem acompanhada, alem do Embax.or de Portugal, q̃ faz off.º de conductor, e Estrib.ro mor, do Conde da Torre, do Bp.º de Lovania, q̃ vem por Emb.or a esta Corte, de hũa camareira mor, q̃ hé a m.er do d.to Conde, duas damas de honra, trez moças da camara, e outras pessoas subalternas, q̃ devem acompanhar a Sm.e athé Holanda. Isto hé o q̃ aprendi no Paço, o mais ficaria rezervado p.ª os gr.des min.os, q̃ entraõ purificados no Sancta Sanctorum do Tabernaculo. Desta relaçam infiro q̃ a nossa R.ª foi recebyda incognitam.te, por naõ dizer clandestinam.te, q̃ em materia de matrimonio naõ hé termo louvavel, e por esta man.ra entendo q̃ fez as honras de sua caza, e segundo o tempo pode estar a estas horas no meyo do canal no cazo em q̃ a Armada naõ tivesse o embaraço da expediçam q̃ dizem vai fazer nas costas de Normandia; mas eu julgo q̃ esta ordem hade ser contramandada, porq̃ o exercito da Liga necessita daq.las tropas p.ª tratar de tirar as ventagens da sua victoria, de q̃ athé agora naõ houve mais fructo, q̃ a gloria de ficar senhor do campo da batalha. Dizem q̃ o inimigo se acha com 60 mil homens de traz do Canal de Bruges, onde naõ tem a subsistencia necess.ª O Princepe Eugenio entretem da p.te de Bruxellas as forças do Duq̃ de Baruic, e hé tudo o q̃ sabemos daq.la parte. Tivemos luminarias trez dias, e subiraõ os Tribunaes a beijar a mam a Smg.e, e o S.r Marq̃ de Alegrete nos fez a honra de se pôr na frente do nosso Cons.º, e fez seo discurso breve, q̃ dividio em trez pontos; no 1.º agradeceo a Smg.e a honra, q̃ fez ao Tribunal em participarlhe a nova do seo feliz recebim.to, no 2.º louvou a acçam, e a escolha, e no 3.º pronosticou a Smg.e hũa venturoza, e longa sucessam. Agora naõ se cuida mais q̃ em buscar amostras p.ª fazer galas, e ja esquecem as ruinas do Inverno passado, e os descontos da guerra prez.te Taõ mudavel como isto hé o afecto do homem recebedor de continuas impressoens; porq̃ a natureza corrompida depois do 1.º pecado ficou com o achaque na vista, e assim como a memoria costuma equivocar os nomes, assim os olhos costumaõ trocar as especies. Algũas coizas tem socedido nesta

terra assim de noite como de dia, de q̃ hé escuzado, e perigozo, fazer relaçam a V. Ex.ª, aq.m pesso q̃ queira perdoarme a continuaçam desta impertinencia, em q̃ naõ há mais réu, q̃ a bond.e de V. Ex.ª D.s G.de a pessoa de V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 25 de Agosto de 1708.

LI

Ex.mo Sñr. Tomo a liberd.e de procurar boas novas da saude de V. Ex.ª, q̃ como nella nos intereçamos todos, deve a bond.e de V. Ex.ª dar audiencia publica aos nossos votos.

Chegou outro Paquebot, porem nelle naõ tive carta de Holanda, e naõ sei pozitivam.te aonde ficava a R.ª D. Luiz da Cunha escreve, q̃ os Yates tinhaõ partido em 13 de Agosto, e q̃ haviaõ de trazer a R.ª ao Porto de Porsmouth, donde a Armada a havia de conduzir a Portugal; mas esta conduçam se havia de fazer depois de hũa espediçam, de q̃ já houve noticia na posta passada. Por este modo virá a R.ª Inglaterra acompanhada de hũa pequena esquadra; a Sua a assistencia naq.le Reyno será incerta, e o discomodo será gr.de pella estreiteza da villa, e pello pouco saudavel do terreno. Se a R.ª vier a salvam.to, como D.s permita, pouco importa q̃ venha mais tarde, p.ª q̃ tenhaõ tempo as obras do Paço de chegar á sua perfeiçam, porq̃ ainda q̃ os officiaes saõ m.tos, trabalhaõ como em obras da Sé, e creya V. Ex.ª, q̃ se podia fazer hũ Palacio novo com o dinh.ro q̃ se tem gastado em concertos, e em remendos interiores. Sem duvida a R.ª de Inglaterra virá ver a nossa, e nunca estas entrevistas Reyaes se fizeraõ sem queixa de algũa das Magest.es; porem da nossa p.te naõ haverá duvida em nada, porq̃ só no terreiro do Paço, e na Sala dos Tudescos sabemos pleitear precedencias, e prerogativas de honra: o mais verá V. Ex.ª na carta incluza, em q̃ se naõ fala hũa só palavra na campanha de Flandes. Fico na obed.ª de V. Ex.ª como devo. D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª o 1.º de Set.ro de 1708.

LII

Ex.mo Sñr. Dou o parabem a V. Ex.ª de haver começado os banhos nessas doces, e cientes agoas do saudozo, e pacifico Mondego; porq̃ neste remedio achará o temperam.to de V. Ex.ª hũa completa victoria contra os males, q̃ tanto nos

assustão, e q̃ saõ cauza de V. Ex.ª naõ assistir hoje a El Rey N. S.r, q̃ veyo com os Infantes Seos Irmaõs ver a procissam da nova Igr.ª a caza do S.r Marq̃, aonde merendou, e se deteve largo tempo. El Rey veyo incognito, ou p.ª me servir de milhor termo veyo ás escondidas, porq̃ entrou p.lo beco, a q̃ se seguio outra passagem de menor decoro. Naõ sei q̃ seja escudeirice nos Reys virem a caza de hũ gr.de taõ gr.de, q̃ o menos q̃ tem hé ser Conselh.lo de Estado; enfim saõ etiquetes do Paço, em q̃ só os cortezoens saõ peritos, e a nôs os mortaes naõ toca interpor juizo sem temerid.e A procissam se compoz de 20 figuras a cavalo, q̃ reprezentavaõ outras tantas figuras, de q̃ se compunha o triunfo do Sacram.to; seguiase hũ carro de gr.de altura com alguns muzicos dentro, e ainda naõ sei o q̃ significava; foi projecto, e idea do Conde de Vimiozo, q̃ mostrou bem na eleiçam da maquina a alta comprehensam do seo discurso. Todas as figuras por p.tes eraõ de gr.de custo, e luzim.to, porem sem alma, nem ordem, e se pareciaõ com o Page de S. Jorge. Toda a rua direita esteve pompoza, e athé o S.r Inquiz.or G.al veyo a ella e esteve em hũa janella defronte da em q̃ El Rey estava. Chegou hũ navio do Brazil, e naõ traz boas novas das frotas, e q̃ naõ podem partir sem lhe chegarem mais comboys pellas suspeitas de haver naq.les mares alguns corsarios francezes. Naõ sei se esta nova de tardança hé p.ª encubrir a chegada, ou se na verd.e a frota deixa de vir pello temor dos inimigos. Esta nova tem posto os homens de neg.o na ultima consternaçam, e naõ sei como se haõde continuar as despezas começadas, q̃ ja excedem os algarismos. El Rey hé naturalm.te inclinado a obras, naõ lhe reprezentaraõ os inconvenientes de achar dinh.ro p.ª ellas, e agora ja hé tarde, porq̃ hé necess.o acaballas, e hé impossivel achar os meyos. Ora meu S.r tomara com milhores novas agradecer a V. Ex.ª esta carta de 3 de Set.ro, q̃ me fez a honra de escrever; mas nem tenho assumpto, nem Secret.o, e a minha letra naõ merece hir aos olhos de V. Ex.ª D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 8 de Set.ro de 1708.

LIII

Ex.mo Sñr. Viva V. Ex.ª mil an.s pella honra, e favor desta sua carta de 10 de Set.o Chegou hontem hũ Paquebot, e consta q̃ a R.ª chegou em 15 de Agosto a Roterdam, aonde se deteve athé 19, e nesse dia partio p.ª a Haya, e se apo-

zentou nas cazas de Fr.co de Souza Pacheco, q̃ saõ hũ Hotel gr.de pertencente a Carlos 3.º por serem do dominio de Cast.ª, em q̃ sempre moraraõ os Embaxadores daquella Coroa, e entrou nellas o nosso Inviado em tempo, em q̃ o d.º Carlos naõ estava aclamado, e era necess.º hũ min.º Cat.co p.ª concervar a gr.de Cap.ª, q̃ tem.

A comodid.e destas cazas hé mais q̃ bastante p.ª hũa R.ª incognita. As cartas de Inglaterra saõ de 28 do passado, e ainda os Yates naõ tinhaõ partido por cauza do tempo p.ª trazer a R.ª a Porsmuth, aonde suponho q̃ o vento, q̃ nem sempre hé gr.de servidor de Damas, terá nesta ocaziam mais cortezia por haver conduzido já a R.ª, e toda a Sua cometiva; porem a sahida daq.le Porto Inglez hé incerta q.to ao tempo, porq̃ a Armada tinha partido p.ª hũa funçam, ou expediçam, q̃ as cartas naõ declaraõ com medo de q̃ o naõ saibaõ os francezes; e suponho q̃ hiria fazer algũa diversam nas costas de França, e qualq.r coiza q̃ seja sempre a dilaçam será o fructo mais certo desta entrepreza, em q̃ a R.ª será a mais prejudicada, e a faz.da d'El Rey N. S.r, porq̃ em Holanda fazia o Emp.or a despeza da jornada, excepto a do Embax.or, e da sua gente, e em Inglaterra será tudo por nossa conta, menos algũ prez.te comestivel da R.ª Ingleza. Nestes tr.os as reflexoens prudentes naõ saõ m.to favoraveis á prompta chegada da R.ª, porq̃ será obrigada a vir buscar os nossos mares em tempo, em q̃ elles naõ saõ m.to agradaveis e em q̃ o cordam de S. Fr.co naõ hé taõ benefico, como o orello de S. Fr.co X.er, e q.do Sequeira evitar este sobresalto ficará a R.ª na dura obrig.am de passar o Inverno na tristissima V.ª de Porsmuth á custa da faz.da de seo marido, q̃ junta com as finezas de galan será percizo q̃ a despeza seja tamanha como o seo amor. Os palanques, e a ponte padecem gr.de detrim.to, porq̃ as insolencias da chuva saõ inimigas mortaes das suas obras, e das suas pinturas. Em Flandres emprenderaõ os Alliados o sitio de Lilla, e abriraõ a trincheira em 19 do passado: esta Praça hé m.to forte; tem dentro 15 mil homens com hũ marichal de França, e á vista campa o exercito francez quazi igual ao dos citiadores, e assim nesta empreza hade haver m.ta cabeça quebrada, e pode o socesso ser m.to diferente do fim q̃ se propoem, porq̃ ao menos naõ teraõ tempo os Alliados p.ª hir a Versalhes a fazer auto da fé. Sardenha tomou voz de Carlos 3.º, e a Armada Ingleza partio p.ª Sizilia ao mesmo efeito, porq̃ os animos estavaõ dispostos a esta obed.ª, e com razam, porq̃ depois da conquista de Napoles naõ podem

aq.les Reynos subsistir separados. As coizas do interior de Italia estaõ em situaçam mizeravel, em q̃ a religiam será a 1.ª prejudicada. Fico na obed.ª de V. Ex.ª como devo. D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 15 de Set.ro de 1708.

LIV

Ex.mo Sñr. Agradeço como devo esta carta de 17 de Set.º, q̃ V. Ex.ª me fez a honra de escrever, e me admira, q̃ só o temperam.to de V. Ex.ª naõ caiba na sua vasta comprehensam. Naõ sei se o sangue das veyas de V. Ex.ª peca no vicio da materia, em q̃ V. Ex.ª hé igual a nôs outros; porem hé certo, q̃ o sangue das suas arterias animado dos mais generozos, e ardentes esp.os faz a mais prompta, e a mais igual circulaçam. Com diferentes luminarias se vio alumiada esta Cid.e em toda esta noite, e madrugada, porq̃ ardeo, e se consumio pello fogo todo o Most.ro da Trind.e sem ficar mais q̃ a Igr.ª, e a torre, triste, e formidavel objecto p.ª os olhos, e p.ª a contemplaçam, e ainda mais p.ª esta, q̃ p.ª aq.les, porq̃ vê mais, e de mais longe. D.s no tempo da Ley escripta mostrava a sua ira permitindo q̃ ou se roubasse a arca, ou se destruisse o templo; queira a Sua mizericordia, q̃ nos incendios de S. Fr.co, e da Trind.e, q̃ tambem saõ Arcas e Templos da Ley da Graça, se naõ verifique algum misterio oculto da sua just.ª Vieraõ novas a esta Praça de q̃ a frota de Espanha entrara no Porto de S. Seb.am em Biscaya sem falarse na perda dos Galioens reprezados pellos navios Inglezes. Da nossa frota naõ temos ainda noticia algũa, nem aqui se sabe com evid.ª algũa, q̃ haja algũa forsa maritima, q̃ a espere neste, nem outros mares, oiço som.te, q̃ na ordem p.ª ella vir houvera ou descuido, ou equivocaçam, e pouco importara q̃ o houvesse, porq̃ nestas culpas, nem há devaça, nem Juiz, e todas ficaõ no foro interior.

A chegada destes navios naõ foi nunca, nem mais importante, nem mais necess.ª assim p.ª o comum, como p.ª El Rey, porq̃ há mais de hũ mez, q̃ p.ª a Sua cozinha compra sem dinh.ro, e todos os meyos, arcas, e cofres estaõ esgotados; querem vender fidalguias, habitos, e off.os A caza das obras tem consumido somas inumeraveis de dinh.ro, os aprestes da caza reyal naõ foraõ, e vaõ sendo de menos despeza. Estes Senhores pello principio destas coizas naõ atenderaõ o fim dellas, facilitaraõ a despeza, e naõ oizaõ agora impedirlhe o progresso, nem confessar o erro, q̃ ainda

será mayor q.do vier a R.a, em cuja caza se naõ acha dinh.ro algũ, antes 40 mil cruzados de divida, e creya V. Ex.a, q̃ se naõ vio nunca a Caza Reyal em taõ mizeravel, e pobre situaçam. Hoje houve Cons.o de Estado, q̃ devia ser sobre a campanha deste anno, p.a a qual se naõ acha hũ alq.re de trigo, em toda a Provincia, nem fora della, ainda q̃ El Rey o queira comprar a preço de pataca o alq.re O Marq̃ das Minas naõ vai governar a Cavalaria, porem querem q̃ vá governar a Beira, dizem me, q̃ naõ aceita este governo, e q̃ quer hir p.a o Alentejo a exercitar o seo posto de M.e de Campo G.al D. Joam de Attayde está solicitado p.a hir á Campanha, mas pretende preceder aos outros M.es de Campo Generaes; diço q̃ o Conde de S. Joam naõ duvida ceder, mas naõ sei se fará o mesmo o Conde de Tarouca, e nestas disputas se hade passar o oitono, e hé a milhor campanha, q̃ podemos fazer: da de Flandres naõ temos noticia algũa, em q̃ o citio de Lila é problematico, e a conquista indiferente. Fico na obediencia de V. Ex.a como devo. D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 22 de Set.o de 1708.

(Continúa). JOAQUIM DE CARVALHO.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 6, pag. 264)

CAPÍTULO XIV

Irmandades e confrarias — A Misericórdia e o hospital — Morgados e capelas

Há no concelho várias irmandades não erectas, de carácter particular, que sustentam o culto em diversas capelas e cuja fonte de receita é exclusivamente constituída pelas esmolas dos fiéis. Celebram anualmente cêrca de vinte festas. A única irmandade erecta no concelho é a da Ordem de S. Francisco, com a sua sede na vila. Apesar dos seus estatutos terem a data de 6 de Janeiro de 1881 a sua origem remonta, sem dúvida, a uma época mais antiga. Segundo nos informa o nosso amigo Padre Cebolas Folgado, reverendo prior de Marvão (1), encontram-se no arquivo da irmandade vários livros com data muito anterior, um dêles do ano de 1803, no qual eram lançados os assentos de óbito dos irmãos e respectivos benefícios que se rezavam por sua intenção; um outro livro tem a data de 17 de Janeiro de 1779 e contém o registo das entradas dos irmãos e nota de várias contas; de 1747 há também um livro contendo as actas das sessões que durante êste ano realizou a irmandade.

Em Marvão, como de resto em toda a parte, chegou a Ordem Terceira a atingir grande importância e esplendor. A eleição do ministro, cargo principal da Ordem, era, por vezes, disputada com ardor e grande entusiasmo entre as principais famílias da localidade. O ministro pagava, segundo

---

(1) Hoje no Seminário de Évora, onde é distinto professor.

os velhos usos, a quota de 4 moedas, verba que hoje está reduzida à quantia de 2$400 reis. A decadência da vila, o êxodo ou desaparecimento das suas principais famílias e o arrefecimento das antigas crenças reflectiram-se também na vida da irmandade, que apenas vive amparada pela tradição, sendo o lugar de ministro, outrora conquistado depois de calorosa refrega eleitoral, aceito hoje com sacrifício e de má vontade.

A Ordem não tinha outro fim que não fôsse o esplendor do culto e honrar a tradição piedosa de S. Francisco de Assis, o grande amigo dos pobres. Os irmãos usavam o hábito de estamenha cinzenta atado à cintura com uma corda e os pés nús, o que na linguagem dos agiológios pretendia simbòlicamente significar a cinza da tumba, a corda ou ligadura do pecado e o abandôno do mundo na severa nudez dos pés. Esta Ordem, como é sabido, fôra instituída como uma espécie de filiação da Ordem dos frades menores de S. Francisco, de que chegaram a fazer parte príncipes, vassalos, nobres, titulares e todos aqueles que não podiam abraçar a vida religiosa do convento. Associavam-se assim com o nome de *Terceiros* por espírito de piedade e com o nobre intuito de exercer uma acção benéfica na reforma dos costumes (1).

Celebrava esta irmandade no dia 4 de Outubro a festa de S. Francisco, que chegou a ter grande concorrência para o que muito contribuía a feira que desde velhos tempos era costume fazer-se nêste dia no adro do convento da Senhora da Estrela. Entre os produtos que nessa ocasião ali se vendiam eram particularmente notáveis as transacções sôbre linho e calçado.

Tanto a feira como a solenidade religiosa estão hoje na mais completa decadência.

Além desta outras festas celebrava a irmandade como a da *Ascenção,* a das *Quarenta horas,* nos três dias de Carnaval, e a procissão da penitência, no primeiro domingo da quaresma; à frente desta última era velho costume ir um homem revestido de fôlhas de hera, com uma enxada às costas representando Adão, e um pouco mais atraz uma mulher com vestido verde e com a maçã simbólica em uma das mãos representando Eva. Quando o cortejo chegava à

---

(1) Dr. Fortunato de Almeida — *História da Igreja em Portugal*, vol. 1.º, pág. 269.

entrada das portas da vila Eva dava a comer a maçã a Adão, scena alegórica que despertava grande interêsse e curiosidade e finda a qual recolhia o préstito à respectiva igreja. Quási todas estas festas caíram em desuso ou perderam o seu antigo esplendor.

As fontes de receita da Ordem Terceira consistem em 21$000 réis de um certificado da Junta de Crédito Público e 8$000 réis de juros do capital mutuado de 100$000 réis. Constituem também fonte de receita as fintas pagas pelos irmãos que são admitidos na Ordem, na importância de 300 réis no dia da entrada, igual quantia no dia da profissão, e 30 réis de quota anual. No testamento com que faleceu o Padre Manuel Rodrigues Sanches Belo, natural de Marvão, deixava-se a esta Ordem o legado de duas tapadas no sítio da *Cumeada,* para com o seu rendimento se fazer a festa do jubileu das quarenta horas (1).

MISERICÓRDIAS

A instituïção destas beneméritas confrarias deve-se, como é sabido, à piedosa raínha D. Lianor, mulher de D. João II, idea que lhe foi inspirada pelo seu confessor, o eloqüente e virtuoso trinitário Frei Miguel de Contreras. A primeira origem destas corporações foi uma irmandade ou confraria que a raínha D. Lianor, tendo ficado regente durante a viagem de D. Manuel a Castela, instituíu no dia 15 de Agôsto de 1498, com grande solenidade, no cláustro da Sé de Lisboa, sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia.

D. Manuel, ao regressar de Castela, não só aprovou o que havia feito a raínha sua irmã, como ordenou a criação dêstes institutos em todas as cidades, vilas e lugares do reino (2).

A misericórdia da vila de Marvão foi, desde o princípio, colocada debaixo da protecção régia e gosava de todos os privilégios concedidos à Casa da Misericórdia da cidade de Lisboa (3).

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço,* Alemtejo, maço 819, doc. 7.

(2) Francisco da Fonseca Benevides — *Rainhas de Portugal,* tômo I, pág. 316.

(3) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço,* — Alemtejo, maço 368, doc. n.º 53.

Em 1582, pela provisão datada de Lisboa a 26 de Setembro, concede-se a esmola de 100 cruzados, pelo almoxarifado de Portalegre, ao provedor e irmãos da Misericórdia de Marvão para ajuda da pintura de um retábulo (1).

Rege-se por um compromisso aprovado por alvará de 25 de Junho de 1879. Administra duas capelas e distribui dotes para casamentos, legados por Manuel Carrilho, falecido em 1580, e por Tereza Capucha ou Catarina de Santa Tereza, falecida no ano de 1787. No Arquivo Nacional encontrámos um curioso processo administrativo instaurado, a propósito de uma reclamação feita em Janeiro de 1791 contra o cumprimento dêste último legado, pelo parente do falecido Vitorino Garção Roma, natural de Marvão. Alegava o litigante que tendo a referida instituïdora disposto em seu testamento que os dotes de 12$000 réis fôssem sòmente dados a orfãs e donzelas honestas, depois de realizados os respectivos consórcios «*in facie eclesiae*», acontecia que tais dotes se haviam concedido a certas e determinadas orfãs não só antes de realizado o casamento, como também estando algumas delas em circunstâncias contrárias ao espírito da disposição testamentária da benemérita instituïdora. Contra estas arguïções apresentou o provedor da irmandade o seu protesto atribuindo-as a ódios e rivalidades e alegando várias razões em defeza da mesa administrativa (2).

Além dos legados referidos encontramos notícia de vários outros: assim no testamento com que faleceu em 5 de Maio de 1785 o Padre Manuel Rodrigues Sanches, natural de Marvão, deixava-se ao hospital um assento de terra, soutos e casas, no sítio da *Vargem da Ribeira,* termo da vila de Marvão.

Sôbre êste legado se levantou também um litígio que teve origem no alvará de mercê obtido por Isabel da Conceição Araujo, mulher de Joaquim de Matos, da mesma vila, em virtude do qual lhe eram cedidos os bens compreendidos no aludido legado por ter havido denúncia de que tais propriedades constituiam uma capela cuja administração lhe era dada em sua vida. Contra êste alvará oposeram embargos o provedor e irmãos da meza administrativa da Misericórdia, os quais tiveram provimento, terminando a contenda pelo alvará de 26 de Outubro de 1780 que concedeu à confra-

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Ementas*, liv. 3, fl. 185.
(2) Idem, *Dezembargo do Paço,* maço 554, doc. n.º 73, Portalegre.

ria licença para possuir o domínio directo dos referidos bens (1).

Maria Teresa Cardoso, natural de Marvão, falecida em Outubro de 1794, deixou também ao hospital uma fazenda que possuía no sítio do *Mim Velho,* e a morada de casas em que a testadora habitava (2).

Foi a Misericórdia dotada com vários bens e rendimentos que, em cumprimento do decreto de 15 de Março de 1800, foram depois incorporados na Corôa em virtude da abolição dos vínculos e encargos das instituïções e seus contratos na conformidade do alvará de 20 de Maio de 1896.

A relação de todas as propriedades abrangidas pelas disposições do referido decreto e os seus respectivos rendimentos e avaliações constam de uma certidão passada por um oficial do assentamento do antigo Conselho da Fazenda em 23 de Agôsto de 1832 (3).

A lei de 22 de Junho de 1866 que mandou proceder à desarmotização dos bens das câmaras municipais, juntas de paróquia, irmandades, confrarias, recolhimentos, hospitais e misericórdias, obrigou a confraria a vender todos os seus bens para se empregar e converter o produto dessa venda em inscrições ou obrigações prediais. Os rendimentos da Misericórdia diminuíram pois consideràvelmente contribuindo muito para isso a depreciação que se deu no valor dos bens desamortizados em virtude do preceituado no § 4.º do art. 1.º da referida lei que determinava que, sempre que na praça não houvesse lançador se fizesse sucessivamante o abatimento de 10 %, contanto que o novo valor não descesse abaixo da décima parte da avaliação.

O hospital da vila esteve durante muitos anos instalado pobremente e sem as necessárias condições higiénicas, em uma das dependências da igreja do Espírito Santo, administrado pela confraria da Misericórdia que ali tinha a sua sede.

Em sessão de 28 de Fevereiro de 1901, a instâncias do então facultativo municipal Dr. Joaquim Possidónio Coelho,

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço,* maço 403, doc. n.º 22, Portalegre.

(2) Idem, *ibidem,* maço 566, doc. n.º 25, Portalegre.

(3) Idem, *ibidem,* Portalegre, maço 565, doc. n.º 43.

Idem, *Misericórdias,* maços, 376–378, letra M.

Os documentos a que nos reportamos constituem valioso subsídio para a história da propriedade vincular na área do concelho.

representava a mesa administrativa da Misericórdia ao govêrno pedindo que lhe fôsse concedido o edifício e dependências do antigo convento para ali se instalar o hospital, representação que obteve deferimento pela portaria de 30 de Setembro do mesmo ano, publicada no Diário do Govêrno n.º 227 de 9 do referido mês. No ano seguinte fizeram-se as obras necessárias para esta instalação, pedindo-se para isso ao govêrno o subsídio de 200$000 réis, e a 28 de Maio de 1903 achava-se o novo hospital definitivamente estabelecido e instalado no edifício do antigo mosteiro, onde continua actualmente.

Pelos quadros que a seguir publicamos, extraídos da mais recente estatística, poder-se-há fazer uma idea da situação económica da Misericórdia e da média do movimento dos doentes no hospital a seu cargo.

MISERICÓRDIA

Receita cobrada e despesa paga no ano económico de 1909-1910

	Receita cobrada								Despêsa paga				
		ordinária				Extraordinária							
	Total	Juros de títulos da dívida pública	Juros de obrigações, depósitos e capitais mutuados	Rendas de propriedades e fóros	Subsídios do Estado, câmaras, confrarias, quinhões de multas, etc.	Legados e donativos	Jóias e cotas dos irmãos	Outras receitas	Total	Culto — Festas, sufrágios, paramentos e alfaias, cera, etc.	Hospitalização — Alimentação, roupas, mobilias e despesas miúdas, não compreendendo medicamentos e ordenados do pessoal	Esmolas — Da iniciativa da Santa Caza e encargos de legados	Outras despesas — Pessoal eclesiástico, médico e administrativo, medicamentos, obras e contribuições, etc.
Marvão .	1.391:290	664:950	208:230	153:440	1:450	–	76:000	287:220	1.804:233	67:600	440:768	36:995	1.258:870

Movimento dos doentes no hospital de Marvão

ANO DE 1910

Total geral			Existiam			Entraram			Saíram												Ficaram existindo		
									Total geral			Curados ou melhorados			No mesmo estado			Falecidos					
Total	Varões	Fêmeas	Total	Varões	Fêmeas	Total	Varões	Fêmeas	Total	Varões	Fêmeas	Total	Varões	Fêmeas	Total	Varões	Fêmeas	Total	Varões	Fêmeas	Total	Varões	Fêmeas
101	62	39	6	2	4	95	60	35	96	59	37	89	55	34	-	-	-	7	4	3	5	3	2

MORGADOS E CAPELAS

Em Marvão reflectiu-se também, desde os mais antigos tempos, a tendência geralmente observada em todo o país de instituir encargos pios com a natureza de perpétuos, consignando para isso o rendimento de determinados bens de raiz. Tinham estes vínculos um duplo aspecto conforme o seu fim se destinava a reservar o rendimento de certos bens para obras pias, indicando-se a ordem a seguir na sucessão ou administração dêles *(capelas)*, ou a deixar em testamento êsses bens, pôsto que onerados com encargos pios, perpètuamente imobilisados em determinada família para ela manter para sempre o seu estado e condição *(morgados)*. Nos documentas públicos designam-se, muitas vezes, ambas as fundações com qualquer dêsses nomes; a característica legal que as distingue só foi formulada mais tarde nas Ordenações Manuelinas (1).

Os morgados e capelas chegaram em Marvão, como em todo o país, a aumentar num crescente e excessivo número, o que se explica não só pela fé a viva crença religiosa da época, como também e principalmente pela vaidade e prosápia genealógica de certas famílias, estimuladas pelo desejo de verem perpetuados os seus nomes nessas instituïções vinculares.

Muitos dêles, porém, diz o erudito historiador acima citado, dada a sua insignificância, não podiam servir nem para conservação da nobreza, nem para elevar a ela, em benefício público, a posteridade dos instituïdores.

Para obstar pois aos inconvenientes que resultavam da excessiva liberdade de fundar capelas onerando os prédios urbanos e rústicos com missas e outros encargos *sem conta, sem pezo e sem medida*, veiu a lei de 9 de Setembro de 1769, seguida, pouco depois, pela de 3 de Agôsto de 1770, consignando, entre outros preceitos, a declaração de ficarem extintos todos os vínculos que não rendessem 200$000 reis nas províncias da Extremadura e Alentejo, ou 100$000 reis nas outras províncias, disposição que mais tarde, em 4 de Abril de 1832 havia de ser regulada, com mais largo âmbito, pelo estadista e reformador liberal o antigo juiz de fóra de Marvão José Xavier Mousinho da Silveira.

---

(1) Gama Barros — *ob. cit.*, tômo III, tit. VII.

Em virtude daquela providência legislativa instauraram-se e correram, perante o Dezembargo do Paço, cêrca de 45 processos de abolição de capelas na vila, processos que vimos no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo e dos quais damos resumida notícia por julgarmos êste assunto subsídio valioso e interessante para a história da propriedade vincular no concelho e causas da sua fragmentação posterior.

Provisão de 14 de Fevereiro de 1758 — autorizando Domingos Rodrigues Fazendas a trocar uma courela pertencente ao vínculo que instituira Pedro Marques Cabeçudo, situada no Pedromem, termo de Marvão (1).

Provisão de 9 de Agôsto de 1758 — a favor da Misericórdia de Marvão autorisando-a a receber parte do rendimento do vínculo que instituira Manuel Carrilho Garção na importância de 40$000 reis para ser anualmente aplicada a casamentos de orfãos pobres (2).

Provisão de 21 de Outubro de 1771 — abolindo o vínculo instituído por Tomé Pires, com a pensão anual de uma missa na noite de Natal, imposto em uma fazenda no sítio do Seixal (3).

Provisão de 18 de Outubro de 1771 — abolindo o vínculo instituído pelo Padre Pedro Gonçalves de Mena em uma fazenda na Fragueira, termo de Castelo de Vide e num souto bravo na Abenaia, termo de Marvão (4).

Provisão de 4 de Março de 1773 — abolindo o vínculo que instituira Manuel Gonçalves Ramilo e uma outra de 9 de Maio do mesmo ano abolindo o vínculo que instituira Isabel Dias Roma em uma propriedade na Sorolica (5).

Provisão de 4 de Dezembro de 1772 — abolindo o vínculo instituído por João Aparício Vidal e Margarida das Chagas nos prédios seguintes: uma courela na Arranjinha; um barro nos Vidais; uma courela nos Ayres; outra na Mouta Rasa; outra na Volta do Ribeiro; um barro no Pereiro; duas vinhas nos Abegões, e um olival no sítio das Peras (6).

Provisões de 4 de Fevereiro de 1773 — abolindo os vínculos

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço*, Alentejo, maço 367, doc. 39.
(2) Idem, *ibidem*, maço 367, doc. 42.
(3) Idem, *ibidem*, maço 374, doc. 53.
(4) Idem, *ibidem*, maço 374, doc. 32.
(5) Idem, *ibidem*, maço 377, doc. 53.
(6) Idem, *ibidem*, maço 376, doc. 24.

que administrava João Garção Tôrres, da vila espanhola de S. Vicente de Alcântara, instituídos pelos seus ascendentes: Gaspar Garção; Padre Jácome de Matos; Margarida Frausto e Padre Vasco Pires, na forma seguinte:

1.º Capela ou vínculo que instituíu Gaspar Garção com o encargo de pagar 1$000 reis para a fábrica da capela da Senhora dos Anjos do convento da Conceição de Castelo de Vide, nos seguintes prédios: um moinho à Ponte Velha; um souto bravo que já fôra vinha no Cabeço do Mouro; duas casas, já destruídas, em Marvão; um pisão em ruína na Carreira, e uma herdade na Tôrre.

2.º Capela ou vínculo que instituíu o Padre Jácome de Matos numa courela na Cancela das Águas; num souto bravo na Serra; numa horta na Tôrre; numa courela junto à igreja de Santo António das Areias; numa vinha nos Chões; numa morada de casas na rua da Porta da Vila, Marvão.

3.º Capela que instituíu Margarida Frausto na rua do Henrique, em Marvão; num moinho e num souto na Vargem; em dois pomares nos Cabeçudos e num barro na Silha.

4.º Capela que instituíu o Padre Vasco Pires na Abegôa (1).

Provisão de 20 de Abril de 1775 — abolindo o vínculo instituído por Catarina Viegas (2).

Provisão de 5 de Dezembro de 1775 — abolindo o vínculo instituído por Francisco Fernandes Raposo em um pomar na Abegôa (3).

Provisão de 29 de Abril de 1776 — abolindo o vínculo instituído por Jerónimo Pires em um souto no Monte dos Sete (4).

Provisão de 15 de Julho de 1776 — abolindo os vínculos instituídos por Manuel Carrilho Garção e sua mulher, João Fernandes Garção e sua mulher, e Joana Gonçalves, nos prédios seguintes: uma morada de casas na vila de Marvão; uma fazenda na Maceira; uma tapada nos Vidais; um barro no mesmo sítio; uma tapada e courela na Cumiada; uma fazenda na Tôrre; um souto nos Covões, e um pedaço de terra na Ponte Velha (5).

Provisão passada em Agôsto de 1788 — concedendo à Mi-

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço* Alentejo, maço 377, doc. n.º 13.
(2) Idem, *ibidem*, maço 380, doc. 39.
(3) Idem, *ibidem*, maço 381, doc. 16.
(4) Idem, *ibidem*, maço 382, doc. 26.
(5) Idem, *ibidem*, maço 382, doc. 24.

sericórdia licença para administrar pelo tempo de 3 anos os bens deixados por Catarina de Santa Teresa Capuxo, com obrigação de se aplicar o rendimento a dotar orfãs pobres e honestas (1).

Provisão de 26 de Outubro de 1790 — concedendo igualmente à Misericórdia licença para possuir o domínio directo de um legado composto de um assento de terra, soutos e casas na Vargem da Ribeira, deixado ao hospital pelo Padre Manuel Rodrigues Sanches (2).

No livro das *Capelas da Corôa* do ano de 1789, consta terem passado para o seu domínio as seguintes capelas instituídas em Marvão:

Uma instituída por Álvaro Afonso num pomar chamado do Vilhano, no Seixal.

Uma outra instituída pelo Padre Manuel Tavares de Brito, que deveria ser administrada pela Colegiada do Espírito Santo, da vila de Castelo de Vide, nos prédios seguintes:

Uma quinta nos Bardos Cardeos, com obrigação de se mandar fazer uma capela a Santo António junto do cruzeiro colocado à entrada da mesma quinta; uma tapada no Tragazal; uma outra no Vale de Figueiró; um souto na Sortelha; dois na Serra; um barro nas Amendoeiras; uma vinha na Ramila e umas casas na rua de Baixo da vila de Marvão (3).

(Continúa).

P. M. Laranjo Coelho.

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Dezembargo do Paço*, Alentejo, maço 402, doc. 16.

(2) Idem, *ibidem*, maço 403, doc. 22.

(3) Idem, livro $\frac{125}{710}$.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 6, pág. 288)

Svmmaria Recapitvlaçam da antiguidade da Sé de Lamego, Bispos, & Christandade della: & da sua nobreza. Composta pello Doutor Manoel Fernandez, Conego, & Leytor da escriptura sagrada na mesma Sé: & tirada do capitulo trinta & cinco da sua Portugueza Miscellanea. Com licença impressa, em Lisboa, por Manuel de Lyra, 1596.

4.º, 15 fls. inn.

O titulo dentro d'uma portada gravada em madeira. No verso da folha do titulo a informação de fr. Manoel Coelho e a licença para a impressão, assignada pelo Bispo de Elvas, Diogo de Sousa, e Marcos Teixeira. Na seguinte folha vem a dedicatoria da obra a D. Antonio Telles de Menezes, Bispo de Lamego.

Ex.: que pertencera á Bibliotheca Real, hoje existente na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Descripto nos *Cimelios* sob n.º 123.

Informação de direito, offerescida por parte de Francisco Correa, no feito que traz com dom Manoel d'Attaide sobre a sucessão da villa de Bellas, & fructos do morgado, de que a ditta villa he cabeça. — Depois d'este titulo a approvação. Segue: *Impressa com licença por Manoel de Lyra. Anno de M. D. LXXXXVII.*

4.º (marcação de 8.º), 5 fls. prel. inn., 43 folios.

Diz no fim: *E Fernão Roiz Lobo, que esta informação compilou.*

Veja-se Fernão Rodrigues Lobo Soropita no *Diccionario* de Innocencio e no *Manual* de Mattos.
Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Iesvs. Cartas qve os padres e irmãos da Companhia de Iesus escreuerão dos Reynos de Iapão & China aos da mesma Companhia da India, & Europa, des do anno de 1549 até o de 1580. Primeiro Tomo. Nellas se conta o principio, socesso, & bondade da Christandade daquellas partes, & varios costumes, & falsos ritos da gentilidade. Impressas por mandado de Reuerendissimo em Christo Padre dom Theotonio de Bragança Arcebispo d'Evora. — Escudo: armas do arcebispo. *Impressas com licença & approuação dos S. S. Inquisidores & do Ordinario. Em Euora por Manoel de Lyra. Anno de M. D. XCVIII.*

Folio, a 2 col. os cadernos, porem, tem marcação de 8.º, 481 folios mais 1 prel. inn.; o 2.º vol. tem 267 folios (falto de frontispicio).
Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Gasparis Pegadi Lusitani Iuris ciuilis professoris, et in provintia eborensi fisci regalis jvdicis Repetitio ad textum in l. inter cætera, ff. de lib. & posth. Ad Illustrissimum ac perinde Reuerendissimum D. Antonium Matos à Noronha Episcopũ Eluensem, etc. Eboræ. Excudebat Emanuel de Lyra Typog. Cum facultate Inquisitorum & Ordinarij Anno M. D. XCVIII.

4.º, 7 fls. prel. inn., 82 num. pela frente, mais 1 inn. com 1 estampa: *Christo entre as santas mulheres.*
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Regimentos do Avditorio Ecclesiastico do Arcebispado d'Evora e da sva relaçam e consultas, & casa do Despacho, & mais officiaes da justiça Ecclesiastica, & a ordem que se tem nos exames, & em outras cousas que tocão ao bom gouerno do dito Arcebispado, tirados dos antigos, e acrescentados & mudados, conforme ao tempo, & da larga experiencia, que se teue, & ao sagrado Concilio Tridentino. Por mandado do Reuerendissimo em Christo dom Theotonio, filho dos duques de Bargança dom Iames quarto, & dona Ioana

de Mendoça, Arcebispo d'Euora. — Grande brazão d'armas. *Impresso em Euora por Manoel de Lyra, por mandado do dito Reuerendissimo em Christo padre. Anno de M. D. LXXXXVIII.*

Folio (marcação de 8.º), 4 fls. prel. inn., 164 folios. Nas prel. comprehende-se: fronst., Provisão do Arcebispo, Taboada, Errata; no verso d'esta, uma gravura — Christo crucificado.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados. Ex.: que pertenceu á Cartuxa de Evora, cujo ex-libris conserva.

Emmanvelis Alvari e societate Iesv. De Institutione grammatica libri tres. Antonii Velesii ex eadem societate Iesv in Eborensi Academia præfecti stvdiorum opera. Aucti & illustrati. (Gravura: porticosinho, tendo ao centro o monograma da Companhia). *Eboræ Excudebat Emmanuel de Lyra Typographus. Cum facultate Inquisitorum, & Ordinarij. M. D. XCIX.*

4.º, 791 pags.

Ao fundo do frontispicio, a assignatura de Antonio Vellez, obrigada pelo alvará de privilegio. Este é de x de fevereiro de 1596. A approvação, de Christovão Freire, de 1595. A taxa, em favor de Francisco de Abreu, de 3 de março de 1600.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Iesvs. Rosario de la Sanctissima Virgen Maria Madre de Dios y Sennora nuestra. Compuesto por el padre Iuan Rebello de la Compania de Iesvs. (Monograma da Companhia). *Impresso em Ebora por Manuel de Lyra. Año de 1599.*

8.º, 15 fls. prel. inn., 188 folios para o livro 1.º, mais 53 afóra Tabla de addição ao livro 1.º, 228 para o 2.º, 91 para o 3.º, afóra Tabla.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Entre as approvações a de Fr. Antonio Tarrique. Não manda cortar nada.

Barbosa cita uma edição de 1600, mas suppomos ser a mesma, apenas modificado o frontispicio, e alguma cousa (pouco) nos preliminares. O 3.º livro d'este exemplar tem, porem, a data de 1599.

MARCOS BORGES

Paradoxo ou sentenca philosophica: contra a opinião do vulgo: Que a natureza nam faz o homem se nam a industria. Deregido ao muy alto & inuictissimo Rey de Portugal dom Sebastião Primeyro deste nome. Por I. Cointha senhor de Boulez Fidalgo francez. Foy visto & aprouado este paradoxo pellos deputados da sancta inquisição & ordinario. Empresso em Lixboa por Marcos borges. Empressor del Rey nosso senhor.

4.º, 32 quartos.

Ex.: do sr. José do Canto, que differe bastante da descripção de Innocencio. O ex.: do *Diccionario Bibliographico* declara ter sido impresso *Ao primeyro de Janeiro de 1566.*

São duas as edições d'esta obra, sendo uma sem data. Veja-se o Catalogo da livraria de Fernando Palha, 1.ª parte, pág. 92.

Catholica e religiosa amoestaçã à asubjetar, o homem seu entendimento aobdiencia da fe con breue & crara & douta exposiçã do simbolo dos Apostolos pelo senhor des Bolez. Deregido Aaserenissima y muy alta senhora a senhora Dona Maria princesa de parma y plazencia, & regente de frandes. & Agora nouamente feyto & impresso nesta cidade de Lisboa, em casa de Marcos borges, a nossa senhora da Palma. Aos X de Março de 1566.

16 quartos sem numeração.

Ex.: do sr. José do Canto. Compare-se com a descripção de Innocencio.

La coronica delos muy valiẽtes caualleros don Florisel de Niquea y el fuerte Anaxartes hijos del excelente principe Amadis de grecia. Emendada del estilo antiguo segun que la escriuio Cirfea reyna de Argines por el noble cauallero Feliciano de Silua. Foy visto & aprouado este libro pellos deputados da sacta inquisição & ordinario. Impresso ẽ lixboa ẽ casa de Marcos Borges ẽpressor delrey nosso senhor. — Este titulo por baixo d'uma estampa representando um rei a cavallo: a mesma da portada do Preste João, de Francisco

Alvares. No fim: *Acabouse o presente livro em a muy nobre & leal cidade de Lixboa aos xx dias de Abril de 1566. Em casa de Marcos borges Impressor delRey nosso Senhor.*

Folio pequeno, 3 fls. prel. de Tabla ccxxxii fls. segundo Gallardo.

Ex.: em mau estado, com algumas folhas manuscriptas no fim, na Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Chronica do valeroso principe & inuencivel Capitão Iorge Castrioto Senhor dos Epirenses ou Albaneses, que por suas marauilhosas obras foy chamado Scanderbego, que antre os Turcos quer dizer Alexandre senhor, escrita em Latim por Marco Barlecio Scutarino, & tresladada em Portugues por Francisco Dandrade Dirigida ao muy alto & inuictissimo Rey de Portugal dom Sebastião primeyro deste nome nosso Senhor. Foy vista & approuada pellos deputados da sancta Inquisição & Ordinario. Impressa em Lisboa em casa de Marcos Borges, Impressor delRey nosso Senhor. Anno de 1567. Com Priuilegio. — No fim: *Fim da Chronica do Valeroso Principe & esforçado Capitão Iorge Castrioto, por outro nome Scanderbego, Rey dos Albaneses & Epirenses. Foy impressa em Lisboa, em casa de Marcos Borges Impressor del Rey nosso senhor, detras de nossa Senhora da Palma. Acabouse aos quatro dias do mes de Março. Anno de 1567.*

Folio, marcação de 8.º A Aiiii, a 2 col., 1 fl. prel. inn., ccxlv. folios.

O frontispício é o mesmo da obra de Navarro *In tres de pœnitẽtia,* impresso por João Alvares e João da Barreira em 1542, Coimbra.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto e Bibliotheca da Ajuda.

Perla Preciosissima (Vinhetasinha representando Nossa Senhora). *Anadida y emendada por el reuerendo padre Frey Luys de Granada. Con licẽcia. Impresso. 1575.* — No fim: *A honra de Dios, y de su gloriosa madre, ĩprimio la presente obra en la muy noble y siempre leal ciudad de Lisboa en casa de Marcos Borges imprimidor del Rey, aos dez dias de Agosto de 1575.*

1 vol., 12.º, 131 pags. numeradas pela frente.

Ex.: de Jeronymo Ferreira das Neves.

No indice dos livros prohibidos, de 1578, é condemnada a *Perla Preciosa*.

Ha uma obra com titulo identico em portuguez: *Perola preciosa ornada com excellentes documentos e avisos espirituaes para desterro do peccado e exercicio de virtudes*, escripta por Jacome Carvalho do Canto e publicada pela primeira vez em Lisboa por Pedro Craesbeeck, 1610.

12.º, será tradução ou imitação da obra de Granada?

Dom Duardos de Bretanha. — Este titulo por cima d'um cavalleiro a galope, com a espada nua. *Terceira parte da chronica de Palmeirim de Inglaterra na qual se tratam as grandes cauallarias de seu filho o Principe dom Duardos segundo, & dos mais Principes, & caualleiros q̃ na Ilha deleytosa se criarão. Composto por Diogo Fernandes, vecinho de Lisboa. Impressa com lizença. A costa de Afonso Fernandez livreiro que tem logea defronte da Misericordia & de Vasco da Sylva mercader. Anno MDLXXXVII. Com Privilegio real.*

Folio, a 2 col., 233 fls., incluindo 2 prel., sendo 148 para a 3.ª parte e 83 para a 4.ª Esta tem foliação separada e apresenta no frontispicio uma estampa igual á anterior. O titulo, porém, é d'este theor:

Dom Duardos II. Quarta parte da chronica de Palmeirim de Inglaterra onde se Contaõ os feitos do valoroso Principe o segundo Dom Duardos seu filho: & dos famosos Principes Vasperaldo, Primaleão & Laudimante & de outros grandes caulleiros de seu tempo. — No fim: *Fim da quarte Parte desta grande Hystoria do famoso e inuictissimo Palmeirim de Inglaterra & heroycos gestos donão menos valeroso o segundo Dom Duardos seu filho, e mais Principes de seu tempo. Impressa en Lisboa en casa de Marcos Borges Impressor de livros, Anno 1587.*

Descripto na *Biblioteca* de Gallardo sob n.º 1008.

MARTIM DE BURGOS

Titvlorvm omnivm juris civilis declaratio ac maxime societas simillimorum ex diuerso corpore iuris, ad singulos & similes Digestorum titulos reductorum, cũ & expositione simul antiquarũ atq̃ nouissimarum dispositionum. (Armas reaes portuguezas, tendo por timbre o dragão, e em volta a legenda *Catholica Majestati Opvs Consecratvm*). *Francisco Fernandez Fialho avctore ac jurisprudentiæ clarissimo professore. Excussum Eboræ in ædibus Martini Burgensis Calcographi Regiæ Academiæ: Sub correctione auctoris, eiusdemq̃ auctoris expensi. Anno Domini 1587.*

Folio, 2 fls. prel. inn., 229 num. pela frente mais 5 inn. de errata e indice.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Vita Gondisalvi Pinarii Episcopi Visensis. Autore Iacobo Menætio Vasconcello. Lusitano. Aliquot præterea opuscula eiusdem Vasconcelli. Concessa fvit excvdendi facultas Regiæ Maiestatis diplomate & supremi senatus sanctæ Inquisitionis authoritate. Excudebat Martinvs Burgensis typographus academiæ Eboræ 1591.

8.º grande 32 folios innumerados.

Ex.: solfado ou espelhado, encadernado juntamente com as *Antiguidades de Portugal* e as *Antiguidades de Evora* de André de Resende.

Archivo Nacional da Torre do Tombo.

Libri quator de antiqvitatibvs Lusitaniæ á Lucio Andrea Resendio olim inchoati, & á Iacobo Menætio Vasconcello recogniti, atq̃z absoluti. Accessit liber quintus de antiquitate municipij Eborensis, ab eodem Vasconcello conscripto, quo etiam autore, secundus tomus quinque alios libros continens, cito, deo opt. max. fauente, in lucem prodibit. Permittente regia maiestate, & supremo sacro sanctæ inquisitionis senatu, cum priuilegio ad decennium. Excudebat Martinus Burgensis academia typographus. Eboræ anno 1593.

Folio (marcação de 8.º), 17 fls. prel., incluindo front. inn.; 259 pags., 46 pags. do livro 5.º, mais 9 folios inn. de Index.

NICOLAU GAZINI

Manuale secundū consuetudinem alme Colymbrieñ. ecclesie. — Este titulo, a letras vermelhas, por baixo d'um brasão d'armas episcopaes a preto. No fim: *Explicit manuale secūdū alme Colymbrieñ. ecclesie: maxima cum diligentia correctum. Impressum in preclara Lisboneñ. ciuitate per magestrū Nicolaum gazini de pedemontio: dñi Georgij de almeyda Colymbrieñ. episcopi. Anno salutis Milessimo quingentesimo decimo octauo. Die vero xxij. mensis madij.*

4.º (marcação de 8.º), a 2 col., typo gothico; 4 prel. inn. com front., xc folios e 1 por numerar, mais uma folha solta com uma gravura — *Christo açoutado.*

No folio LXXXVI traz: *Breue memorial dos peccados & cousas que pertencē ha confisam hordenado por Garcia de Resende escriuã da fazēda do muyto excelēte principe dom joham filho do muyto alto & muyto poderoso Rey dō Manuel nosso senhor.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

PEDRO CRAESBEECK

Index librorvm prohibitorvm, cvm regvlis confectis, per Patres á Tridentino Synodo delectos. Auctoritate Pii IIII. primvm editus, postea vero a Syxto V. auctus; et nunc demvm S. D. N. Clementis PP. VIII, iussu recognitus, & publicatus. Instrvctione adiecta. De exquendæ prohibitionis, deq̄. sincerē emēdandi, & imprimendi libros ratione. Impressvs de mandato Illustriss. & Reuerendiss. Domini D. Antonij de Matos de Norogna Episcopi Heluensis, Inquisitoris generalis Lusitaniæ, &c Olisipone. Apud Petrum Craesbeeck. Anno. M. D. XCVII. Expensis Christophori Ortegæ Bibliopolæ.

8.º, 26 fls. inn., 73 folios.
Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Officia propria Vlyssiponensis ecclesiæ. Accuratius nunc collecta, & in ordinem redactam. (Armas do Arcebispo D. Miguel de Castro). *Vlyssipone. Apud Petrum Crasbeeck. Cum facultate Superiorum, & Regio Privilegio. 1598.*

8.º (aspecto de 4.º), cadernos A A4, 4 fls. inn. incluindo o frontispicio, 41, 6, 10, 6 folios. A 2 col., impresso a vermelho e preto.

No 1.º folio a approvação de fr. Antonio Tarrique: *Não ha neste Calendario dos Sanctos do Arcebispado cousa contra a fé, ou bõs costumes. Em 17 de Março de 1598.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Theologia lithurgica.

Poemas Lusitanos do doutor Antonio Ferreira dedicados por seu filho Miguel Leite Ferreira ao Principe D. Philippe nosso senhor. (Escudo do impressor). *Em Lisboa. Impresso com licença por Pedro Crasbeeck. M. D. XCVIII. Com Priuilegio. A custa de Esteuão Lopez Liureiro.*

4.º (cadernos de 16 pags. A A4, B B4, etc.), 3 fls. prel. inn., 240 numeradas pela frente, mais 4 inn. de Taboada.

Doctrina militar. En la qval se trata de los principios y cousas porque fue hallada en el mundo la Milicia, y como con razõ y justa causa fue hallada de los hombres, y fue aprobada de Dios. Y despues se va de grado en grado descurriendo de las obligaciones y advertencias, q̃ han de saber y tẽner todos los q̃ siguen la soldadesca, começando del Capitan general hasta el menor soldado por muy visoño que sea. De Bartolome Scariom de Pauia. — Gravurasinha. *En Lisboa. Impresso por Pedro Crasbeeck. 1598. A costa del Auctor.*

4.º, 5 fls. prel. inn., 109 numeradas pela frente, afóra 4 no fim de *Tabla de las cosas notables, e Tabla de los avtores.*

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Castro Tragedia do doutor Antonio Ferreira. (Escudo do impressor). *Em Lisboa Impresso por Pedro Crasbeeck. Anno MDXCVIII.*

8.º, 69 paginas incluindo folha do rosto.

Possuia um exemplar d'esta edição o bibliographo Figanière, e d'elle se serviu para a sua descripção o sr. Visconde de Castilho (Julio), que o reputava unico. Innocencio diz ter visto exemplares com aquelle millesimo, mas sem indicação de impressor, e reputava-os apocriphos, provenientes talvez da primeira metade do século XVII. A razão era a differença de typo, mas não diz em que consistia a differença. Parece-nos portanto que o problema carece de ser mais fundamente estudado e que se não pode dar desde já, com estes simples elementos, como resolvido. O ex. de Figanière não appareceu á venda na lista da sua livraria.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

DUMA ATITUDE DE ANTERO

COORDENAÇÃO DUNS APONTAMENTOS DUMA OBRA A REALIZAR

(Cont. do n.º 6, pag. 254)

Por conseqüência o respeito que tributamos ao passado académico de Antero não é proveniente dêstes actos revoltosos que êle mais tarde classificou de turbulências. Êsses desprezamo-los porque pezam pouco como manifestação de pensamento.

Os seus versos, pois, também se entregava à sublime arte nos ócios das preocupações da estudantada, surpreendem-nos pela beleza imortal da idea e da factura com que os teceu.

Dos melhores, precisamente os da última fase da sua evolução poética, que coïncide com o assentar da poeira da juventude, não trataremos por se afastarem da época de sessenta e cinco, todavia nas palavras dedicadas aos dos anos anteriores se revelará a causa do nosso aprêço.

Antero nasceu poeta e a sua estreia realizou-a, ainda em menino, nos festejos campestres, improvizando quadras em bom sabor popular (1). Esquecidas ou rasgadas com rítmica destruïção perderam-se tristemente as provas do amanhecer da sua divina arte que criou alentos sob as ramadas dos choupos da fantástica Coimbra.

A sua idealização começou por moldar-se no gôsto da literatura oficial representada por Herculano e Castilho e buscou mais tarde outros horizontes criados por novas concepções morais e intelectuais.

A primeira fase romântica e religiosa, está impressa com prodigalidade nos *Raios de extinta luz,* volume publicado depois do suicídio do poeta e devido a uma colecção de Eduardo Xavier de Oliveira Barros Leite. A maioria dos

---

(1) *In memoriam,* pág. 388.

versos ali reunidos estampam a influência do meio católico e tradicional a que já aludimos.

Não admira pois que o poeta consagrasse a sua lira à Liberdade, ao Amor e a Deus (1). Dêstes temas o predilecto parece ter sido o último, visto que a mór parte das poesias são formas bem expressivas dum profundo sentimento deista. Agradaram-nos *A senda do Calvário, A pirâmide no deserto, A paz em Deus*, pela maneira fácil e harmoniosa como foram trabalhadas.

Claramente verificamos a presença dum poeta de recursos pela variedade de formas e pela destreza de imaginação, embora topemos algumas vezes com influências devidas a leituras realizadas.

Nestas toma vulto a de Herculano, pessoa grada ao poeta por recordações e amizade, conhecidas em seus escritos (2).

Datam dêstes anos as poesias reunidas nas *Primaveras Românticas*, publicadas em 1872 pelo editor Anselmo Morais, a quem o vate as vendeu num momento de crise financeira.

Desconhecemos o livro, porque está esgotado e as bibliotecas públicas de Lisboa não o possuem, com tudo folheámos um jornaleco de Penafiel, *O Século XIX*, onde obtivemos os elementos necessários para a nossa usança.

Há um inteiro enlace entre o título e as poesias, tecidas com as primeiras impressões da sua constituïção poética. Ao lado dos descuidos surgem a maleabilidade e a beleza singela do seu mundo de artista que esboçava já preferências pelo soneto.

Efectivamente na colecção de 21 sonetos, editada por Stenio (3) (Alberto Teles) em 1861, encontramos um proémio cheio de interêsse pelos razoamentos expendidos; ouçamo-lo:

«Como há para cada latitude uma estrela, para cada estrela uma luz sua, há para cada evolução da Arte uma forma própria, única, perfeita.

«A forma completa do lirismo puro é o Soneto.

«A Ode, como flor esplêndida do catus, abre aos quatro ventos do entusiasmo as suas pétalas brilhantes, fortes, ardentes, como os vôos altivos, mas seguros do génio que julga o espaço seu e tenta avassalar o mundo.

---

(1) A. de Quental, *Raios de extinta luz*, pág. 5.
(2) Idem, *Tesouro Poético da Infancia*, Prólogo, XIV; Odes Modernas, *In memoriam*, pág. 388, etc.
(3) Fran Paxeco, *idem*, pág. 29.

*

«Aquela pompa deslumbra: mas quando o vento da tarde passar, talvez vá achá-la pendida sôbre os espinhos da haste, semi-morta, sem que do esplendor da manhã lhe reste mais que a túnica de púrpura já desbotada, em que se envolve como uma raínha decaída no manto da sua antiga realeza. ¿Imaginação luxuriante, profusão de ideas, babel confusa de mil elementos encontrados como reduzir tudo isto à unidade, ao simples?

«Impossível. Aquela forma veste uma substância: é manifestação verdadeira e exacta duma evolução da Arte: mas redigi-la à simplicidade, ninguém o pode fazer porque a substância daquela forma é complexa, como o mundo que a gerou» (1).

Daqui a condenação dêste género lírico, contaminado pela ausência do purismo que, consoante sua maneira de vêr, reside só no Soneto, pois que nêle há simpleza e unidade perfeita.

«¡Desenha-se cada idea parcial de per si, mas não tão independente das outras que não haja entre elas relação, até que afinal, juntando tudo num só se apresenta por todos os lados simultâneamente, como em resumo, o fecho-chave de ouro!

«Daí unidade. ¿E à simplicidade? Toda: as partes conservam estreito laço entre si; é só um sentimento, só uma idea; não são várias, mas vários lados; a unidade final funde-os num todo».

Com estas transcrições, talvez extensas em demasia, pretendemos realçar ùnicamente os motivos do apegado culto que Antero consagrava àquela maneira poética, desqualificada para os magnates de literatura do seu tempo.

Não planeámos frazear acêrca do valor estético do seu escrito, oferecido a João de Deus visto que por mais curto que êle seja não amingua o interêsse da teoria delineada pelo autor que deveria na prática executá-la.

Assim aconteceu, porque os sonetos de Antero eximidos à descrição e à narrativa, marcam uma antipatia por todos aqueles que os fizeram em semelhantes moldes.

«Fazer do soneto o molde onde o cérebro só despeje o que concebe independentemente da alma, as visões da fan-

---

(1) *Circulo Camoneano*, vol. II, pág. 147 seg.
(2) *Idem*, pág. 152.

tasia, apenas, é desconhecer-lhe a natureza, é dar à boémia das praças públicas o vestido, a cintura da virgem» (1).

É que para êsses o soneto não era «o manto alvo e casto com que tem de se envolver, para ver o dia, aquelas partes mais púdicas, mais melindrosas, mais puras da alma» (2).

Enclausurados numa objectividade desoladora seguiam caminhos errados, concepções mesquinhas, justificáveis até ali, pela perda da verdadeira forma, desenterrada e enobrecida pelo estro sublime dum poeta de raça.

«João de Deus restitui-nos o soneto como êle é, como deve ser: a forma superior do lirismo. ¿Sem êste laço através dos tempos quem poderia achar aquela forma, para nô-la restituir em toda a sua pureza? Certo que não seriam nem os Castilhos, nem os Lemos» (3).

Na verdade Antero tinha razão ao afirmar que o soneto estava desnaturado e que fôra o seu confrade João de Deus quem o restaurara, modelando-o nas formas camoneanas.

Esta sincera confissão tem sido adulterada com interpretações menos exactas, pois que Antero não se refere a qualquer espécie de aprendizagem no poeta do Amor. A Senhora Dona Carolina Michaëlis cuidou destas ousadas inferências com a lizura de pessoa devotada ao culto da sciência (4), contudo esqueceu-se de notar que Antero errava quando dizia que ninguém cultivava entre nós o soneto à medida dos seus desejos (5).

Êste prólogo revela o contrário do que afirmou na carta que de resto possui outras inexactidões como a de asseverar que nunca escolheu um género lírico. A teoria do soneto importa uma preferência absolutamente aceitável e comprovada até com o juizo formulado acêrca da sua obra poética.

Só a colecção dos sonetos «merecerá ser conhecida. Se não tiver outro valor, valerá ao menos como um documento psicológico, que em seriedade e sinceridade não cede o lugar a nenhum outro. Posso dizer que está ali o melhor da minha vida, aquela parte mais alta da nossa vida, que, justamente por ser já humana e não só individual, temos como que o direito de a impôr à atenção dos outros» (6).

---

(1) *Circulo Camoneano,* vol. II, pág. 152.
(2) *Idem.*
(3) *Idem.*
(4) *In memoriam*, pág. 389.
(5) A. de Quental, *Cartas*, pág. 325.
(6) *Idem*, pág. 324.

Eis as características mais excelentes do soneto anteriano vasadas na sua teoria de sonetista e presas a um prodigioso poder de abstracção, a corda enfeitiçada da sua lira de Orfeu.

No grupo dos seus mais antigos sonetos não há ainda aquela tortura moral do negativismo em que se debaterá quando as suas crenças forem sacudidas pelas leituras caóticas com que se alimentava. A serenidade duma crença em que se confia, apta a uma resistência contra o Calvário da vida, espalha perfumes sagrados de quietações claustrais...

Os outros em que incluímos o «Nihil» e «Sarcasmos» (1), vão num crescendo de dúvidas tecidas de amarguras revelando o seu sentir e pensar. São bem as «Memórias duma Consciencia» (2), e o testamento dum egrégio poeta que buscou a morte.

Antero nunca se preparou para versejar, porque era dotado, como todos os eleitos, duma espontaneidade riquíssima.

Assim compunha os seus sonetos, longe da forma dos autores lidos e inteiramente enlevado no seu pensamento. As influências alheias deveriam ter contribuído para a melhoração do seu concebimento artístico, porque não aceitamos em Antero um desprêso pelo pensar estranho quando firmado por uma superioridade intelectual.

Por isso êsses influxos podem determinar-se, comparando a obra poética com os escritos das literaturas estrangeiras.

Em nada aminoramos o poder genial do poeta pois que êsse poder genial torna-se gigantesco pela maneira como unificou todos aqueles elementos e lhes deu «a frescura duma criação nova (3)» que não era torturada com a escolha de vocábulos.

Raras vezes alterava os seus versos, porque desprezava a forma. Dos sonetos, sabemos que os reviu para a edição definitiva (4) e que recebeu um reparo de João Penha (5).

Ignoramos até que ponto levou Antero as suas modificações por nos faltarem os elementos de trabalho necessários a um juizo seguro. ¡Quer-nos parecer que êste assunto tem particular interêsse para o estudo da amizade do poeta com

---

(1) A. de Quental, *Raios de extinta luz*, págs. 106 e 111.
(2) Idem, *Cartas*, pág. 324.
(3) *In memoriam*, pág. 41.
(4) *Idem*, pág. 27.
(5) A. de Quental, *Cartas*, pág. 206.

Oliveira Martins que lhe prometeu uma cadeira de senador (1)!...

Ainda elaboradas anteriormente ao ano de 1865 reüniu Antero uma série de produções que publicou com o título de *Odes Modernas*.

A sua publicação foi precedida duma leitura realizada em casa de Herculano que o tratou com simpatia, e na residência de Castilho, o sacerdos magnus da poesia daquele tempo, que embora desgostasse do tom revoltado dos versos, lhe tecera um elogio muito palavroso e pouco sincero (2).

O poeta ficou irritado com o seu antigo mestre e desiludido de encontrar um editor, tentou destruir o manuscrito que foi salvo graças à interferência de Alberto Sampaio, que parece ter acompanhado o seu amigo nestas visitas (3).

As *Odes Modernas,* bem como alguns sonetos datados de 1864, marcam uma fase evolutiva do pensamento do seu autor.

A poesia tranqüila sucede a poesia de combate; no crente e tradicionalista sobrevém o panfletário vergastando a Igreja, a Monarquia e os Poderosos (4).

É por esta razão que Antero destruiu, como também o fizera o seu avô, André da Ponte Quental (5), os versos da sua fase de romântico e místico.

Esta sua modalidade provém das leituras de Hegel, de Michelet, de Quinet e de Proudhon «unidas numa singular aliança», conforme afirmava o poeta (6).

O livro possui os defeitos inerentes à poesia de combate que é profundamente empolada e daí resulta a pouca estima que o seu inventor anos depois lhe havia de consagrar:

«Para mim êste livro deixou desde há muito de me agradar. Esta poesia de combate, revolucionária e declamatória, parece-me agora um género falso. A minha única desculpa é de que eu tinha 23 anos quando publiquei êste livro, de que era absolutamente sincero e de que puz nêle toda a fé e paixão com que se embriagava então a minha juventude e a duma parte, a melhor, da geração a que pertenço (7)».

---

(1) A. de Quental, *Cartas*, pág. 206.
(2) *In memoriam*, pág. 13 seg.
(3) António Cabral, *Eça de Queiroz*, pág. 68.
(4) A. de Quental, *Cartas*, pág. 9.
(5) *In memoriam*, pág. 63.
(6) A. de Quental, *Cartas*, pág. 9.
(7) Idem, pág. 291.

A esta também pertencia o Manquinho, Germano Meireles, que influiu bastante na concepção das *Odes*. Os seus admiradores revoltam-se, mas injustamente contra essa influência, pois os contemporâneos falam nela (1) e o próprio Antero não a nega na carta em que lhe oferece aquele volume (2), que foi bastante alterado na sua segunda edição.

Confrontamo-las e vimos que essas modificações consistem na mudança de versos, no aumento de novas peças e na amputação de algumas das primeiras.

Uma aturada ledura das duas edições revela-nos um Antero iniciador e um Antero influenciado.

Iniciador, porque «nem o sentimento, nem a inteligência, nem a consciência do povo portugues» (3) tinham ainda experimentado o influxo da corrente que perfilhava; influenciado, porque alterou o volume de acôrdo com o palpável renovamento.

O primeiro está na edição de 1865 que é «principalmente uma proclamação e um protesto»; o segundo surge-nos na edição de 1875 que é «mais pròpriamente uma confissão (4).

As *Odes Modernas* pelos motivos revolucionários que cantavam, devidos um pouco à filosofia dos livros (5), compulsados pelo autor, que supunha quási terminada a fase poética da humanidade (6), contribuiram sobre maneira para avigorarem a celeuma produzida nos meios literários com as publicações do Sr. Teófilo Braga.

Essas obras foram lançadas no mercado um ano antes daquele livro que é tido como um monumento comemorativo duma nova fase da literatura nacional.

Ora o berço dessa directriz tinha os seus cultores em Coimbra onde poetava o autor das *Tempestades Sonoras* que abundava na nova concepção literária daqueles tempos. Assim êste foi o primeiro.

---

(1) T. Braga, *Raios de extinta luz*, Escorço biográfico, XIV, e Pinto Osório, *ob. cit.*, pág. 190.
(2) A. de Quental, *Odes Modernas*, 1865.
(3) Oliveira Martins, *Revista Ocidental*, vol. II, pág. 158.
(4) Idem, pág. 165.
(5) A. de Quental, *Cartas*, pág. 293.
(6) Idem, *Poesia na actualidade*, pág. 1.

*
* *

Afirmamos que as *Odes Modernas,* embora não tivessem marcado o início da contenda literária do ano de 1865, tinham contudo concorrido para a violência do choque das duas correntes, representadas dum lado pelas obras do sr. T. Braga e de Antero e do outro por Castilho e seus sequazes.

Esta asserção nasceu-nos logo que findamos a leitura da carta que António Feliciano de Castilho dirigiu ao editor Pereira a quando publicou o *Poema da Mocidade*, de Pinheiro Chagas.

As referências feitas ao autor da *Visão dos Tempos*, mostraram-nos clàramente que Castilho havia escutado as primeiras publicações da famosa geração que se afastava com respeito da sua influência de magnate das letras pátrias.

Baseado assim o nosso juizo era evidende que deveríamos colocar o sr. T. Braga na situação que ocupou no conflito que ora vamos ver.

António Feliciano de Castilho gostava de proteger e criar reputações aos mancebos que dêle se acercavam para arranjarem um livreiro capaz de imprimir os seus versos ou a sua prosa, consoante a veia.

Já relatámos o sucedido com Tomaz Ribeiro e neste momento devemos referir-nos ao medrar de Manuel Pinheiro Chagas.

Desde os meados de 1858 ou pouco depois Castilho estreitou muitíssimo as suas relações com o versificador do *Poema da Mocidade* a quem ofereceu uma autêntica amizade paternal.

«Preconizava o seu merecimento em toda a parte, e trazia muita vez na algibeira, para o fazer ler a amigos, alguns daqueles folhetins com o que o escritor se estreou no mundo literário. Depois mandava-os a seu irmão José Feliciano, que era dos mesmos entusiasmos, e êste andava no Rio de Janeiro feito o primeiro arauto do juvenil escritor. A isso se deveu certamente o comêço da aura dêle no Brasil».

Assim era lógico que o seu grande amigo redigisse algum prólogo para o livro que ia lançar nas montras das livrarias

---

(1) *O Instituto,* 1903, pág. 125.

e apregoasse com a autoridade costumada o seu talento prometedor.

Foi o que sucedeu e, confessamos cheios de tristeza, Castilho confeccionou o epitáfio definitivo da sua carreira de homem de letras porque a sua cega amizade converteu a sua carta numa recomendação ao govêrno.

Todo o seu arrazoado de crítica literária gira, na verdade em volta da moléstia que grassa por tantos espíritos e de que até alguns talentos dos mais robustos adoecem, que faz com que a literatura, e em particular a poesia, anda marasmada, com fastio de morte à verdade e à simplicidade, com os passos incertos, com as côres da saúde trocadas em carmins postiços» (1), mas orienta-a no sentido de indicar um cirurgião que cura «a gangrena que vai lavrando» (2): Pinheiro Chagas.

«Eis aqui pois, se jámais o houve, o propriíssimo para um curso de literatura moderna, o homem que tem em si mesmo os livros, que os sabe recitar, que sabe julgá-los, e que sabe, o que é ainda mais difícil, amenizar por tal arte a doutrina que todos lha hão-de por gôsto receber.

«E é isso com efeito o de que se carece. Quer-se e necessita-se uma escola de arte de escrever em prosa e verso, para onde, de envolta com os matriculados, concorram à profia os curiosos, os estranhos, os sãos, os contaminados, e os mesmos adversários, que as oposições não são menos úteis nem menos precisas na república literária que na política.

«Tenho fé na ilustração do govêrno, e fio que a lembrança não há-de cair desaproveitada» (3).

Castilho sabia que a Cadeira das literaturas modernas, estava em vésperas de ser posta a concurso definitivamente e desta maneira, pobre atitude, arma o estabelecimento e de campaínha na mão ei-lo apregoando a droga, exaltando o mal que partia do sr. T. Braga, de A. de Quental e de Vieira de Castro.

Do primeiro deveria Castilho contar o sincero entusiasmo que lhe causou a escutada leitura da *Visão dos Tempos:*

«Um dia o cantor da Primavera e do Outono, o parafra-

---

(1) M. Pinheiro Chagas, *Poema da Mocidade,* Crítica literária, pág. 191.
(2) Idem, pág. 204
(3) Idem, pág. 210 seg.

seador de Ovídio, apareceu-me com um livro debaixo do braço, alegre de alegria sincera, que o grande poeta sempre sente ou quando se lhe depara um novo soldado, dessa cruzada humanitária, que êle empreendeu a favor da instrução, cruzada de que tem sido o Pedro o Ermita e o Godofredo, o apóstolo e o chefe, sem contudo ter a dita de ver apesar dos seus incessantes esforços, nem de longe ainda, as portas nesta nova Jerusalém; ou quando descobre um novo sacerdote da sua tão querida poesia, mas sacerdote, que seja digno do sacerdócio.

¡Castilho acabava de descobrir a *Visão dos Tempos!* A descoberta fôra devida ao acaso, como todas as descobertas.

Apanhara, no fundo duma loja de livreiro, um exemplar selvagem, que, vendo-se isolado em terra estranha, e no meio de colegas desconhecidos, se conservava na sombra o mais escondidamente que podia.

O pobre exemplar não tivera remédio se não deixar-se ler, e afinal submeteu-se resignadamente a deixar-se admirar. Com a frescura de entusiasmo, que possui a alma eternamente juvenil do cantor do *Echo* e *Narciso,* Castilho não interrompera a leitura, senão quando chegara ao último verso.

E apenas acabou, veio dizer-me ufano e satisfeito: — Descobri um poeta: um poeta moço, que tem ainda as incorrecções inevitáveis dum escritor, que logo no primeiro vôo se abalança aos assuntos mais elevados, mas que tem não só um grande talento, mas um talento sério, águia, que no sair do ninho, tem ainda o vôo incerto, mas que já mostra ser a rainha dos ares.

¡Incorrigível entusiasta, a quem não curam as mordeduras com que lhe agradecem as carícias, os insultos que cospem em trôco de cada frase de indulgente! «Leia a *Visão dos Tempos,* disse-me êle» (1).

Devemos adicionar a êste passo, que levou Gomes Monteiro a servir-se dum velho anexim (2) para traduzir claramente o êxito atingido pelo volume do jovem ilheu, uma festa realizada em sua honra e tecida por um estrangeiro que disfrutava uma posição afamada no meio mundano daqueles tempos (3).

---

(1) Pinheiro Chagas, *Gazetas de Portugal*, 24-4-1864.
(2) Supico, *ob. cit.*, pág. 201
(3) *Jornal do Comércio*, 3-1-1865.

Simone Gattai, antigo Ministro das Finanças de Pio IX, oferecera uma ceia ao sr. Teófilo Braga e convidara vários escritores a tomarem parte no banquete efectuado em sua casa na rua do Marquês de Saldanha.

Acorreram ao convite Latino Coelho, Palmeirim, Tomaz de Carvalho, Júlio César Machado e outros homens de letras (1).

Castilho também esteve e assistiu, pelo menos assim o lemos, às simpáticas saüdações dirigidas ao consagrado.

Tudo isto significa que o autor da carta ao livreiro da Rua Augusta tinha em boa conta o poeta que ora colhia as palmas para o livro cujo peor defeito era, conforme a opinião de Antero, o público habituado a «grossas casimiras inglesas ou saragoças de varas» (2).

Mas Castilho em breve se esqueceu do juizo que formulára a respeito do sr. T. Braga visto que ainda não tinha passado um mês sôbre o convite de Gattai e já modificava extraordinàriamente, numa epístola inserta no *Diário Oficial* do Império do Brasil, o seu parecer.

Havia recebido um exemplar das *Tempestades Sonoras* e querendo agradecer a gentileza da oferta que tanto o distinguia resolveu fazê-lo sem delongas e sem reservas.

Nasceu desta maneira o escrito acima citado e nêle o seu sinatário, depois de confessar o respeito devido aos versos, condena a prosa filosófica da Introdução pela obscuridade da sua doutrina (3).

Êste condenamento além de visar as ideas filosóficas do meio em que o poeta se desenvolvera, preparava-lhe uma campanha de descrédito que deveria encontrar a sua síntese, nesta frase sacramental, escutada ainda não há muitas semanas a um nosso velho amigo a quando se reportava a um livro recentemente editado: «escuro como um prólogo de Teófilo Braga».

Quanto a Antero de Quental também o tradutor de Molière poderia acompanhar o seu nome dalgumas notas elucidativas, pois que o conhecia bem.

Acompanhara uma boa parte da sua educação e ouvira-lhe as *Odes Modernas,* que bajulou na presença do seu antigo discípulo com epítetos enfáticos, traduzidos na linguagem

---

(1) Supico, *ob. cit.*, pág. 231.
(2) *O Seculo XIX*, 6-4-1864 e Supico, *ob. cit.*, pág. 208.
(3) Fran Paxeco, *ob. cit.*, pág. 97.

do convívio caseiro num dito, ora espalhado nos cavacos de pousio de livraria: «¡raspinhas de corno!»

A reserva de Castilho a êste respeito e nesta ocasião parece patentear que êle estava pouco disposto a uma crítica sisuda e grave requerida pelo enunciado da sua tese.

Faz afirmações dos efeitos perniciosos de certas leituras a que se entregavam espíritos bem formados, contudo não as fundamenta, não indica a falsa doutrina das obras nem cura dos vícios dos livros que entre nós a representavam.

Era tarefa excessivamente penosa para o seu espírito muito arredado daquelas teorias que iam fazendo escola «nesta capoeira de galinhas chocas» (1).

«Nêste mundo, nunca me sobraram ócios, nem cabeça, nem sequer, segundo julgo, capacidade para me engolfar nos oceanos sem fundo das filosofias trascendentais, por onde vejo que o espírito de V. corre a passos largos, para mundos desconhecidos, e de que eu nem mesmo suspeito a existência» confessava Castilho na carta do *Diário Oficial,* do Brasil (2).

Êste sincero desconhecimento, baseado naquela ausência de familiaridade com as bíblias da gente moça, prejudica muitíssimo a crítica literária da carta ao editor Pereira, porque não encontrámos nem uma justa nem uma má apreciação dos merecimentos da escola de Coimbra.

Pelo contrário descobrimos agora a chave da falta de tino que levava Castilho a não enxergar o fim dos distintos talentos, possuidores duma clientela ja numerosa (3) e taxados, permita-se-me a generalização, de génios divinos.

¡Mas não era sómente nas ideas dos novos escritores que residia a falência ou o infortúnio dos seus labores intelectuais; a forma, o estilo também causavam pezares ao encanecido poeta que, suponha remediar a praga com uma escola de arte de escrever em prosa e em verso!

Pretendia com o alvitre ferir a afectação e a falsa grandeza da maneira coimbrã, traduzida a nosso ver com mais fidelidade nas *Odes Modernas* e nos trabalhos de Vieira de Castro, o mais louvaminhado dos talentos que lhe originaram essas preocupações injustificáveis.

---

(1) *O Século XIX,* número citado.
(2) Fran Paxeco, *ob. cit.,* pág. 115.
(3) A. Feliciano de Castilho, *Crítica literária,* na edição do *Poema da Mocidade,* pág. 213.

Castilho conhecia-o porque frequentava a sua casa (1) e naturalmente meditara as suas composições bem recheadas duma retórica cativante pela urdidura das imágens, pelos rasgos da eloqüência e pelos arranjos contorcidos de algumas frases.

Publicara um volume sôbre Camilo no ano de 1861 que lhe concedera uma fama, justificada no assunto do trabalho e no êxito da venda e redigira a «Felicitação Académica» (2), dirigida ao rei D. Luís, em Dezembro de 1863.

Do livro que tão agradável abalo nos deixou, ao dobrar dos vinte, transcreveremos aquele pedaço relativo à Glória pois que a fluência que o anima nos ficou bem gravada na memória:

«A Glória é Socrates num antro de ferro. É Ovídio no Ponto. É Torquato Tasso no hospital dos doidos. É Galileu nos cárceres da inquisição. É Plínio nas lavas do Vesúvio. É Ossian nos despenhos de Morven. É Burns num tear da Escócia. É Camões na gruta de Macau. É Alexandre Herculano numa gândara de Santarém. É Malhão num casal de Óbidos. É Chartterton matando a fome com venenos...

«A Glória é Milton trocando por uma fatia de pão o ornamento dos seus talentos.

«A Glória é Homero valendo-se dum cajado que o desencontre dos abismos; porque Homero, como David, teve um diadema, uma harpa e um cajado» (3)...

¡São quatro páginas de intermináveis enumerações da glória dos imortais para concluir que a «Glória é uma irrisão»!

Estavamos longe de supôr que Vieira de Castro era um orador de recursos extraordinários, e daí provém a nossa justificada admiração.

A Felicitação Académica é digna também duma cópia:

«Os filhos da Universidade de Coimbra ao tatearem nesta hora, com a mão o solo do seu país, sèntem lá dentro no coração de todo êle a febre vertiginosa do entusiásmo e o ardor do eternecimento dos grandes júbilos» (4).

Se somarmos a êste género de escrever o empolado e a abstracção das *Odes Modernas* e o opaco do prólogo teofi-

---

(1) Júlio de Castilho, *Memorias de Castilho*, Instituto, 1899, pág. 1109.
(2) Fran Paxeco, *ob. cit.*, pág. 119.
(3) Vieira de Castro, *Camilo Castelo Branco*, pág. 108 seg.
(4) Fran Paxeco, *ob. cit.*, pág. 119.

liano temos descoberto os motivos que levavam Castilho a desejar a existência duma escola onde se ministrasse o ensino de redigir em prosa e em verso, moldado por certo nas regras da sintaxe e da estilística da sua concepção literária.

Nós confessamos que não encontrámos fortes motivos para anuirmos à sentença do velho censor dos *Lusíadas* visto que os defeitos visados eram o fruto mais duma iniciação do que dum conhecimento gramatical.

De resto o temor que o invadia não calha bem com os elogios tecidos e com o desígnio da carta.

Os receios baseados no provimento duma cadeira do Curso Superior de Letras depariam mór acolho por parte da governança se fôssem feitos em carta particular ou numa crítica cuidada, com toda a elevação que lhe é indispensável.

Se a literatura portuguesa enfermava com as ideas impressas em quatro volumes duns talentos bem distintos, se era necessário um fiscal para evitar que a doença se convertesse numa epidemia, era também forçoso que o acusador fundamentasse convenientemente as suas asserções.

Contávamos com o relato do mal, com o esmagamento das novas teorias, com a provada negação para o cultivo da Arte por parte dos moços inovadores.

Nada disto acontece, porque se alguém é censurado e com razão é o próprio autor que cria uma atitude melindrosa a qualquer projecto de Pinheiro Chagas.

Eis em resumo a celebérrima carta ao editor Pereira. Pobre pelas ideas nela contidas, rica por suscitar uma polémica.

É o estandarte da legião literária alfacinha.

¡Gasto porque datava dos bons tempos de Garrett; manchado porque o remendaram com a legenda asquerosa do empenho!

Tremulava agora na atmosfera que o sacudia galhofeiramente com presunção de vitória, contudo as mãos que o seguravam eram débeis para qualquer pé de vento que se levantasse.

Castilho, o porta-bandeira, contava com o tufão e com o ímpeto dos legionários adversos a quem declarara guerra, mas estava disposto a deixar passar, sem mostras de resistência, o choque que era inevitável.

Não se enganara. O embate deu-se e após êle vemos uns poucos de partidários do velho dirigente esforçando-se por

erguer o estandarte que jazia rasgado em postura de vencido no templo augusto das Letras Portuguesas.

Com êle findara o símbolo do Romantismo e os Coimbrões, iniciadores duma nova forma literária festejavam ruidosamente o sucedido em voltà do seu porta-estandarte: Antero de Quental.

(Continúa). JOÃO AUGUSTO DA FONSECA JUNIOR.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 4$50

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 3$50

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 3$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 2$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 2$50

Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, palo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 3$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 2$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 2$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º
N.º 9

1923
Setembro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por Sousa Viterbo 383
Terras de Odiana, por P. M. Laranjo Coelho 395
Duma atitude de Antero — Coordenação duns apontamentos duma obra a realizar, por João Augusto da Fonseca Junior 409
Livros recebidos 430

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 8, pág. 367)

Cantici Canticorvm Salomonis interpretatio. Avtore F. Lodovico Soto Maior ord. prædicat. S. Teolog. magistro, et divinarvm literarvm Conimbricæ professores. Vlysipone, apvd Petrvm Crasbeeck CIↃ. IↃ. XCIX. (Este titulo n'uma bella e grande portada em aço, com figuras e emblemas).

Folio, mas com marcação de 8.º, A Aiiii, etc., 2 fol. prel. inn., 1319 pags. — No verso d'este innumerado, o registo typographico. Seguem-se os indices com 152 pags. mais 1 folha solta de Errata e outra com esta subscripção — *Olysipone. Cum licentia Sanctæ & generalis Inquisitionis excudebat Petrus Crasbeeck. Anno Domini 1601.*

No alvará do *Previlegio* a favor do author se declara que, alem do trabalho, *fizera muito gasto & despeza na Impressão & nas letras & estampa que fez vir de fora.*

Bibliotheca Publica Municipal do Porto e Bibliotheca da Ajuda.

Fr. Luis de Souto Maior, irmão de Antonio de Souto Mayor, estudou muitos annos em Louvain, e indo ter a Roma em 1561, o nosso embaixador Lourenço Pires de Tavora, o aconselhou a ir a Trento a tomar o logar que fr. João Pinheiro, fallecido, occupava junto de D. Jorge de Athaide. Era homem de muito boas letras e sabia bem as linguas, e porisso o embaixador o recomendava para se juntar aos letrados portuguezes, que assistiam ao Concilio de Trento. (*Corpo Diplomatico,* tomo IX, pág. 358).

D. Fernão Martins Mascarenhas, embaixador de Portugal junto do Concilio, escrevia á el-rei em 17 de fevereiro de 1562: «Com dom Jorge de Taide está hum frade de Sam

Dominguos que ha nome frei Luis de Souto Mayor filho de Fernamde Anes de Souto Mayor que pelejou muitas vezes com os mouros por serviço de Deus e del Rey voso avo; seus yrmãos cativaram os mouros e matarão em seu serviço; deseja pera seu credito estar neste concilio em nome dos de Vossa Alteza; com qualquer mercê que lhe faça se contentará. Tem letras e boa vida; está recolhido com dom Jorge de Taide que em stremo folguei de ver que o bom exemplo que dá de sua vida e a stima em que está dos liguados e principais prellados que aqui estam».

Idem, Idem, pag. 453.

PEDRO GONÇALVES ALCOFORADO

Constituyçoões do bp̃ado de Coimbra feytas pollo muyto reuerendo e magnifico senhor o señor dom lorge dalmeyda bp̃o de Coimbra Conde Darganil, etc. — Tem no fim: *Acabamsse de emprimir as constituyçoões do bp̃ado de Coimbra p̃ mando do muyto reuerendo e magnifico señor ho senhor dom Iorge dalmeida bp̃o de Coimbra, Conde darganil. Empressas em a muy nobre e semp̃ leal cidade de Braaga p̃mas das espanhas &c. Per p.º glbz alcoforado aos xiiij dias do mes de nouẽbro. Anno do nacimento de nosso señor jhu xp̃o de mil e quinhẽtos e xxi.*

SIMÃO LOPES

Como Luiz Rodrigues, parece-nos que Simão Lopes deve ser antes considerado proprietario ou emprezario de typographia do que typographo propriamente dito. Antes de ter officina propria era livreiro, e como tal a sua existencia apparece-nos já em 1582. É só onze annos depois que se manifesta a sua actividade typographica, cujas provas se prolongam até ao anno de 1598. Outros typographos trabalharam para elle durante aquelle periodo, sendo o mais activo Manuel de Lyra, de quem conhecemos as seguintes edições a expensas de Simão Lopes:

Svmma sacramentorvm, 1582, de Thomé de Chaves.

La entrada qve en el reino de Portvgal hizo la S. C. R. M. de don Philippe, 1583, de Isidro Velasquez Salamantino.

Analyticvs Commentarivs, 1583, de Francisco de Caldas Pereira.

Reportorio dos tempos, 1590, de André de Avellar.

Alexandre de Sequeira tambem imprimiu para elle, em 1592, o *Dictionarivm latino lvsitanicvm,* de Jeronimo Cardoso.

No alvará de privilegio — 18 de maio de 1594 — do *Naufragio de Sepulveda,* de Jeronymo Côrte Real, passado em favor de Simão Lopes, se declara que ele era *Impressor de liuros morador nesta cidade de Lisboa.* A sua officina até tinha caracteres musicaes, pois n'ella foi impresso o *Liber passionvm* de fr. Estevam, da ordem de Christo.

Simão Lopes parece que foi homem de alguma consideração. Ao menos no frontispicio do *Analyticvs Commentarios* vem lá esta cláusula, que confirma a nossa asserção. Diz Manuel de Lyra, ou pela boca d'elle o editor, que imprimira a obra á custa do egregio varão Simão Lopes, livreiro: *Expensis egregii viri Simonis Lopes, Bibliopolæ.*

Simão Lopes tinha algumas tinturas litterarias, e a prova está na tradução do *Flos Sanctorum*, de Villegas, talvez um dos ultimos livros que elle desse á estampa na sua officina.

Innocencio da Silva no *Diccionario Bibliographico,* artigo fr. Pantaleão de Aveiro, e com relação ao *Itinerario da Terra Santa* escreve:

Sahiu em terceira edição addicionado, segundo se diz, por Diogo Tavares e Simão Lopes, Lisboa, sem o nome do impressor, 1600.

É pena que Innocencio não pozesse com dono aquelle *segundo se diz* para se saber a authoridade que tinha. O que é certo é que o sr. Deslandes já affirma que o *Itinerario* fora addicionado por Diogo Tavares e Simão Lopes, que foram os individuos, a quem se passou o alvará de privilegio para a 1.ª edição. A 2.ª foi revista e correcta pelo proprio author.

Da 3.ª edição (MCCCCCC) vimos um exemplar na Bibliotheca Nacional de Lisboa, que suppomos ter sahido da mesma officina, em que se imprimiu a 2.ª, que foi a de Antonio Alvares. O frontispicio e as folhas preliminares tem o mesmo typo e disposição typographica. Não há nada n'ella que indique a ingerencia litteraria de Simão Lopes e Diogo Tavares. O privilegio da 1.ª reproduz-se tal qual nas outras.

Simão Lopes imprimiu bastantes livros de jesuitas.

Foi Barbosa Machado quem disse que a 2.ª edição do *Itinerario* de Pantaleão de Aveiro sahira addicionada por Diogo Tavares e Simão Lopes.

Cartas do Iapam nas qvaes se trata da chegada áquellas partes dos fidalgos Iapões que ca vierão, da muita Christandade que se fez no tempo da perseguição do tyrano, das guerras que ouue, & de como Quambacudono se acabou de fazer senhor absoluto dos 66 Reynos que ha no Iapão, & de outras cousas tocantes ás partes da India, & ao grão Mogol. (Monogramma da Companhia). *Com licença da mesa géral da Sãcta Inquisissão, & de Sua Magestade, & do Ordinario. Em Lisboa. Em casa de Simão Lopes. 1593.*

8.º, 64 fls. num. pela frente.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Segvnda parte dos dialogos da imagem da Vida Cristam, de frei Heitor Pinto. Em casa de Simão Lopez 1593.— Diz no fim: *Acabovse de imprimir esta segunda parte dos Dialogos da imagem da vida Cristam, aos vinte dias de Setembro de 1593. Em casa de Simão Lopez.*

8.º, 372 folios numerados pela frente. Frontispicio a preto e encarnado.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Itinerario da Terra Sancta, e svas particularidades, composto por frey Pantaliam Daveiro. (Armas de D. Miguel de Castro). *Dirigido ao Illustrissimo, & Reuerendissimo senhor Dom Miguel de Castro dignissimo Arcebispo de Lisboa Metropolitano. Com licença & priuilegio Real por dez Annos. Em Lisboa em casa de Simão Lopez. Taxado em papel a trezentos reis. M. D. LXXXXIII.*

1 vol. 4.º, 3 fls. inn., 264 num. pela frente.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesv. In qvator libros de cælo Aristotelis Stagiritæ Cum Priuilegio &

Facultate superiorum. (Gravura, tendo ao centro o monogramma da Companhia). *Olisipone. Ex officina Simonis Loperij. Anno M. D. LXXXXIII.*

4.°, 6 pag., prel. inn., 447 pags.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

In libros ethicorvm Aristotelis ad Nicomachvm, aliqvot conimbricensis cvrsvs dispvtationes, in qvibvs præcipua qvædam ethicæ disciplinæ capita continentur. Cum priuilegio & facultate superiorum. (Estampasinha: monogramma da Companhia). *Olisipone. Ex officina Simonis Lopesij. Anno M. D. XCIII.*

4.°, 93 pags., incluindo frontispicio.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

T. Livii Patavini Historiarvm ab vrbe condita decadis primæ liber primus. (Monogramma da Companhia). *Olisipone. Cum facultate Sanctæ Inquisitionis, Apud Simonem Lopezium. 1593.* — No fim, no verso do folio 142, por baixo do monogramma da Companhia e de um versiculo biblico: *Impositus fuit finis vno de viginti mensis Octobris in Officina Simonis Lopezii. Anno 1593.*

8.°, 142 folios.

O volume não contém somente, como indica o titulo, o livro 1.° da decada 1.ª, mas contem mais, alem d'este, o 1.° da 3.ª e o 10.° da 4.ª

No verso do frontispicio a approvação de fr. Bartholomeu Ferreira, que é a mesma que vem no *Græcæ nominvm,* impresso por Mariz, em Coimbra, em 1594, e é do theor seguinte:

Vi por mandado de S. A. a 2 Tusculana de Cicero, o Sexto Liuro de Quintiliano, a prima Decada 3 & 4 de Tito Liuio; & declinações & conjugações de Clenardo, o que não tem cousa contra a fee, & bons costumes, & imprimirsehão sem annotações, & cotas, & prefações, porque algũs destes liuros as trazem suspectas.

Das obras mencionadas n'esta licença só nos falta ver o *Sexto Liuro* de Quintiliano. As *Institvtiones Grammaticæ*, de Clenardo, e as *Tusculanæ*, de Cicero, foram impressas em 1595 por Simão Lopes, trazendo ambas, o que não deixa

de ser curioso, approvação de fr. Manoel Coelho, como adiante se verá.

A edição das *Decadas* de Livio repetiu-se em 1601, sendo impressor Antonio Alvares. Traz a seguinte approvação de fr. Antonio Tarrique:

Vi este Liuro, não tem cousa algũa contra a Fé, ou bõs costumes. Em dez de Março de 601.

Tanto d'esta edição como da de 1593 há exemplares na Bibliotheca Nacional de Lisboa, secção de historia, n.os 4390, 4391: o primeiro em mau estado.

Primera parte de la Sylva spiritual de varias consideraciones, para entretenimiento del alma christiana. Compuesta por el padre Fray Antonio Alvarez, Predicador de la orden del Seraphico Padre sant Francisco, y de la Prouincia de Sanctiago. Y agora en esta tercera impression de nueuo corregida por el mismo Autor. Dirigida a doña Mencia de Riquesens y Çuñiga, comdessa de Benauente. (Laminasinha). *En Lisboa. Con licencia, en casa de Siman Lopes, Impressor de libros. Anno M.D.XCIV.*

4.º, 3 fls. prel. inn., 525 pags.

Silvæ illvstrivm avtorvm, qvi ad vsvm collegiorvm societatis Iesv, selecti sunt. Volumen primum. In duos divisum tomos: quorum alter solutæ, alter ligatæ orationis autores continet, eruditionis, & elagantiæ laude commendatissimos. Tua est (Monogramma da Companhia). *Societas. Te sine, nil magnum meus inchoat. Olyssipone. Cum facultate Inquisitorum, & priuilegio. Apud Simonem Lopezium. 1594.*

8.º, 6 fls. prel. inn., 168 num. pela frente.

Este 1.º vol. é em prosa: o 2.º, em verso, tem a particularidade de apresentar uma data anterior.

Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

No mesmo estabelecimento vimos um ex. do 1.º vol. da edição de 1594, sendo inteiramente igual, no frontispicio, ao acima descripto, mas fazendo muita differença no numero das paginas, pois só tem 200. As paginas cheias tem 29 linhas, ao passo que no outro contam-se 32.

Varias Rimas ao Bom Iesvs, e a Virgem gloriosa sva may,

e a sanctos particvlares. Com outras mais de honesta & proueitosa lição. Dirigidas ao mesmo Iesvs, Senhor e Salvador Nosso. Por Dioguo Bernardez. (Gravurinha: Christo entre as santas mulheres). *Com licença da S. Inquisição. Em Lisboa. Em casa de Simão Lopez M.D.XCIV.*

4.º, 3 fls. prel. inn., 108 fls.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Navfragio e lastimoso svcesso da perdiçam de Manoel de Sousa de Sepulveda, & D. Lianor de Sá sua mulher & filhos vindo da India para este Reyno na nao chamada o galião grande S. Ioão que se perdeo no cabo da boa Esperança, na terra do Natal. E a peregrinação que tiuerão rodeando terras de Cafres mais de 300 legoas te sua morte. Composto em verso heroico, & octaua rima por Ieronimo Corte Real. Dirigido ao excelentissimo principe D. Theodosio Duque de Bragança, & Barcellos, Marques de Villauiçosa, Conde de Ourem, Señor das villas d'Arrayollos, & Portel. Summa felicidade. Com licença da Sancta Inquisição, & do ordinario & de sua Magestade. Na officina de Simão Lopez. Com priuilegio Real por dez annos. M.D.XCIIII.

Titulo a preto e encarnado.
8.º, 3 fls. prel. inn., 206 num. pela frente.
Ex. da Escola de Bellas Artes de Lisboa.

Chronographia ov Reportorio dos tempos o mais copioso qve te agora sayo a luz, conforme a noua reformação do sancto Papa Gregorio XIII. Feito por Andre de Avellar natural de Lisboa, lente das Mathematicas na Vniversidade de Coimbra. Nesta terceira impresão reformado e acrecentado pelo mesmo Author, com hum tratado de Pronostico da mudança do ar, & algũs principios que tocão, assi á Philosophia natural, como á Astrologia rustica, & com hũas breues, mas muy proveytosas regras pera as sementeiras, & cultura das aruores, & criação dos animaes. (Gravura tosca). *Em Lisboa com licença da sancta Inquisição, & ordinario. Em casa de Simão Lopez. Anno M.D.XCIIII. Com Priuilegio Real por dez Annos.*

Exs.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa e Bibliotheca Publica de Braga.

Addiciones a la Sylva Spiritval, y su tercera parte. Compuesta por el padre Fray Antonio Alvarez etc. Em Lisboa. Com licença de la Sancta Inquisicion, y Ordinario. Em casa de Simon Lopez. M.D.XCV.

4.º, 3 fls. prel. inn., 746 pags., afóra Indice inn.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Institvtiones Grammaticæ ex Clenardo. (Monogramma de Christo). *Cum licentia superiorum. Olyssipone. Ex Officina Simones Lopeziis. Anno M.D.XCV.*

8.º, 64 fls. numeradas pela frente.
Na approvação de fr. Manoel Coelho lê-se a seguinte clausula... de que se imprima outra vez, mas da maneira que se imprimiu a primeira vez, sem cotas, nem prefações...
Traz uma segunda approvação de Francisco Pereira, sob esta rubrica: *Licença do que se acrecentou.*
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Liber passionvm et corvm qvæ a dominica in palmis vsque ad Vesperas Sabbathi sancti inclusivé cantari solent: diligentissimè correctus, & locuplentissimẽ actus: imprimis singulorum verborum Accentu studiosissimẽ spectato. Avctore fratre Stephano ex sacra Iesv Christi seruatoris nostri Militia. Ad D. Alfonsum de Castelbranco Episcopum Conimbricæ etc. (Grande cruz vermelha). *Olissipone. Excudebat Simon Lopezius cum facultate Inquisitorum. Anno 1595.*

1 vol. fol. 3 fls. prel. inn., 86 num. pela frente.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Regimento navtico, de Ioão Baptista Lauanha, Cosmographo Môr de Elrey Nosso Senhor. Em Lisboa. Com licença do Sancto Officio, & Ordinario. Em casa de Simão Lopez. 1595. Com priuilegio Real por dez Annos.

4.º, 37 fls. num. pela frente.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Primeira, segunda, e terceira parte dos contos & historias de proueito & exemplo. Dirigidos a rainha Nossa Senhora.

Este titulo a preto e encarnado. Segue:

Diuersas historias, & contos preciosos,
Que Gonçalo Fernandes Trancoso ajuntou,
De cousas que ouvio, aprẽdeo & notou,
Ditos & feitos, prudentes, graciosos.
Os quaes com exemplos bõs, virtuosos,
Ficaõ em partes muy bem esmaltados:
Prudente Lector, lidos, notados
Creo achareis que são proueitosos.

Debaixo d'estes versos um mocho e inferiormente o seguinte dizer:

Com licença da Sancta Inquisição, & ordinario, & de sua Magestade. Em casa de Simão Lopez. 1595. Com priuilegio por dez annos.

A obra tem tres partes: a 1.ª conclue no folio 41; a 2.ª no verso da folha 82; a 3.ª tem numeração á parte: 51 folhas.

Formato de 4.º, cadernos de 8.º

Bibliotheca de Evora.

M. T. Ciceronis. Tvscvlanæ Quæstiones. Olysippone. Apud Simonem Lopezium Typographum. Cum facultate Sanctæ Inquisitionis & ordinarij. Anno M. D. LXXXXV.

8.º, numeração especial para cada livro.

Devia ter havido edição ou edições anteriores, segundo se collige da seguinte approvação de fr. Manuel Coelho:

Podem-se imprimir outra vez estes liuros, mas da maneira que se imprimirão a primeira vez .s. Sem anotações, & cotas, & prefacoẽs.

A licença é de 18 de outubro de 1594.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Bulla do Papa Clemente VIII. Lisboa. Em casa de Simão Lopez Mercador de liuros na rua noua. Anno 1596.

4.º, 9 fls. inn.

Bibliotheca de Evora.

Descripta summariamente com outros papeis identicos no *Diccionario Bibliographico*. vol. 10, pag. 386.

Cronica qve tracta da vida e grandissimas virtvdes, e bondades, magnanimo esforço, excellentes costumes, & manhas, & claros feytos do Christianissimo Dom Ioão ho Segundo deste nome: & dos Reys de Portugal ho decimo tercio de gloriosa memoria. Começado de seu nascimento, & toda sua vida ate hora de sua morte: Com outras obras que adiante se seguem. Feyta per Garcia de Resende. Derigido ao Excellente Principe, & Serenissimo Senhor Dom Aluaro D'allem Castro, Dvque & (Escudo: armas do duque). *Em Lisboa Impressa em casa de Simão Lopez Mercador de Liuros: Com Licença da Sancta Inquisição. Anno do Senhor 1596.* — No fim, antes da Taboada: *Acabouse em louuor de Deos, esta Chronica delRey Dom Ioão Segundo, Rey que foy de Portugal, E foy Impressa em Lisboa em casa de Simão Lopez mercador de liuros, Com licença da Sancta Inquisição. Anno Dñi 1596.*

Folio a 2 col. (marcação de 8.º, A Aiiii, etc.), 6 fls. prel. inn., incluindo frontispicio, fol. cxxxiiij., mais 2 fol. inn. de Taboada.

O titulo a preto e encarnado.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Approvação de Francisco Pereira.

Chronica del mvy valiente y esforçado principe y Caualero de la ardiente espada Amadis de Grecia, hijo de Lisuarte de Grecia, Emperador de Constantinopla, y de Trapisonda, y Rey de Rodas. Que tracta de los sus grandes hechos en Armas, y de los sus altos, y estraños Amores: Y es el noueno libro de Amadis de Gaula. Impresso en Lisboa, con licencia de la Sancta Inquisicion, en casa de Simon Lopez Mercader de libros, 1596. — Este titulo está por baixo d'uma estampa a preto e encarnado (como toda a portada), que representa um personagem a cavallo, e por cima o distico: *Amadis de Grecia.* — No fim, ao fundo do folio 232: *Fue impresso con licencia de la Sancta Inqisicion enla ciudad de Lisboa, en casa de Simon Lopez mercader de Libros, Año 1596.*

Folio, 4 fls. numeradas de Tabla, 232 fls. numeradas de face.

Ex.: da Bibliotheca Nacional de Paris.
Descripto em Salvá, Gallardo e Brunet.
Deve existir um ex. na Bibliotheca Publica de Braga.

O Lyma de Diogo Bernardez: em o qval se contem as suas Eglogas, & Cartas. Deregido por elle ao Excellente Principe, & Serenissimo Senhor Dom Aluaro D'allemcastro, Duque D'aueyro. &c. — Gravurinha tosca: um vaso encimado por uma cruz, com este distico em roda: *Nosa Sra da Vitoria. Foy Impresso em Lisboa, em casa de Simão Lopez Mercador de Liuros: Com Licença da Sancta Inquisição. Anno do Senhor 1596.*

4.°, 3 fl. prel. inn., 173 num. pela frente. No verso do frontispicio a approvação de fr. Manuel Coelho.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Primaleon. — Este titulo, a vermelho, por cima d'uma grande estampa representando um cavalleiro, que ocupa quasi toda a pagina. Por baixo, lê-se: *Libro qve trata de los valerosos y esforcados hechos en armas de Primaleon, hijo del Emperador Palmerin, y de su hermano Polendos: y de Don Duardos Principe de Inglaterra, y de outros preciados caualleros dela Corte del Emperador Palmeirin. Con Licencia del Supremo Consejo de la Mesa General de la Sancta Inquisicion. En Lisboa. Impresso en casa de Simon Lopez Mercader de Libros. Ano de 1598.* — No fim: *Aqvi haze fin el libro de Pamerin* (sic) *Emperador de Constantinopla. El qual trata de los altos & muy estremados hechos en armas que hizo su hijo Primaleon: & de las estrañas auenturas q̃ a su honra & con mucha gloria acabo. E assi mismo trata de los grandes hechos que en armas hizieron: & de las marauillosas auenturas que acabaron los muy preciados caualleros Polendos hijo del Emperador Palmerin y de Don Duardos Principe de Inglaterra: historia es muy dulce & aplazible: traduzida de lo griego en nuestra lingua castellana. Impresso em Lisboa. A custa de Simão Lopez Mercador de Liuros.*

Folio a 2 col., typo redondo, 226 fls. numeradas em arabico.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Um exemplar vendido no leilão Miró por 59 francos. Catalogo n.º 354.

Flos Sanctorvm Historia geral da vida e feitos de Iesv Christo Deos nosso senhor, e de todos os Sanctos de que reza e faz festa a Igreja Catholica conforme ao Breuiario Romano, reformado por decreto do Sancto Concilio Tridentino: Iunto com as vidas dos Sanctos propios de Castella & Portugal: & de outros Extrauagantes. Tiradas algumas cousas apocriphas & incertas: E acrecentadas muitas figuras & auctoridades da sagrada Escritura, trazidas a preposito das historias dos Sanctos. E muitas annotações curiosas & considerações proueitosas. Collegido tudo de Auctores graues & aprouados. Feito em castelhano pelo Mestre Alonso de Villegas Capellaõ na S. Igreja de Toledo: traduzido agora nouamente em linguajem Portugues, à industria de Simão Lopez Mercador de liuros. Acrecentado de nouo a vida de Saõ Iacinto da Ordem de Saõ Domingos; Canonizado pollo Papa Clemente VII em Roma, na Igreja de Saõ Pedro, a xvij de Abril do anno do Senhor de 1594. — Estampa: Christo entre os Santos, gravada por H. R. — *Impresso em Lisboa em casa de Simão Lopez Mercador de liuros. Anno 1598. Com Priuilegio Real.* — No fim: *A honra, e gloria de Nosso Senhor Iesv & de sua sacratissima mãy a Virgem Maria Senhora nossa, se acabou de imprimir em Lisboa este Flos Sanctorum, agora de nouo muy acrecentado, aos 8 de Março de 1598. Em casa de Simão Lopez.*

Folios (os cadernos, porém, são de 16 pags., marcados A A4) a 2 col., 8 inn., 58–431 folios d'um só lado.

Traz mais gravuras no texto sem nome de author.

Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa. Descripto tambem em Innocencio, que possuiu um ex. incompleto.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 8, pag. 357)

CAPÍTULO XV

O convento de Nossa Senhora da Estrela

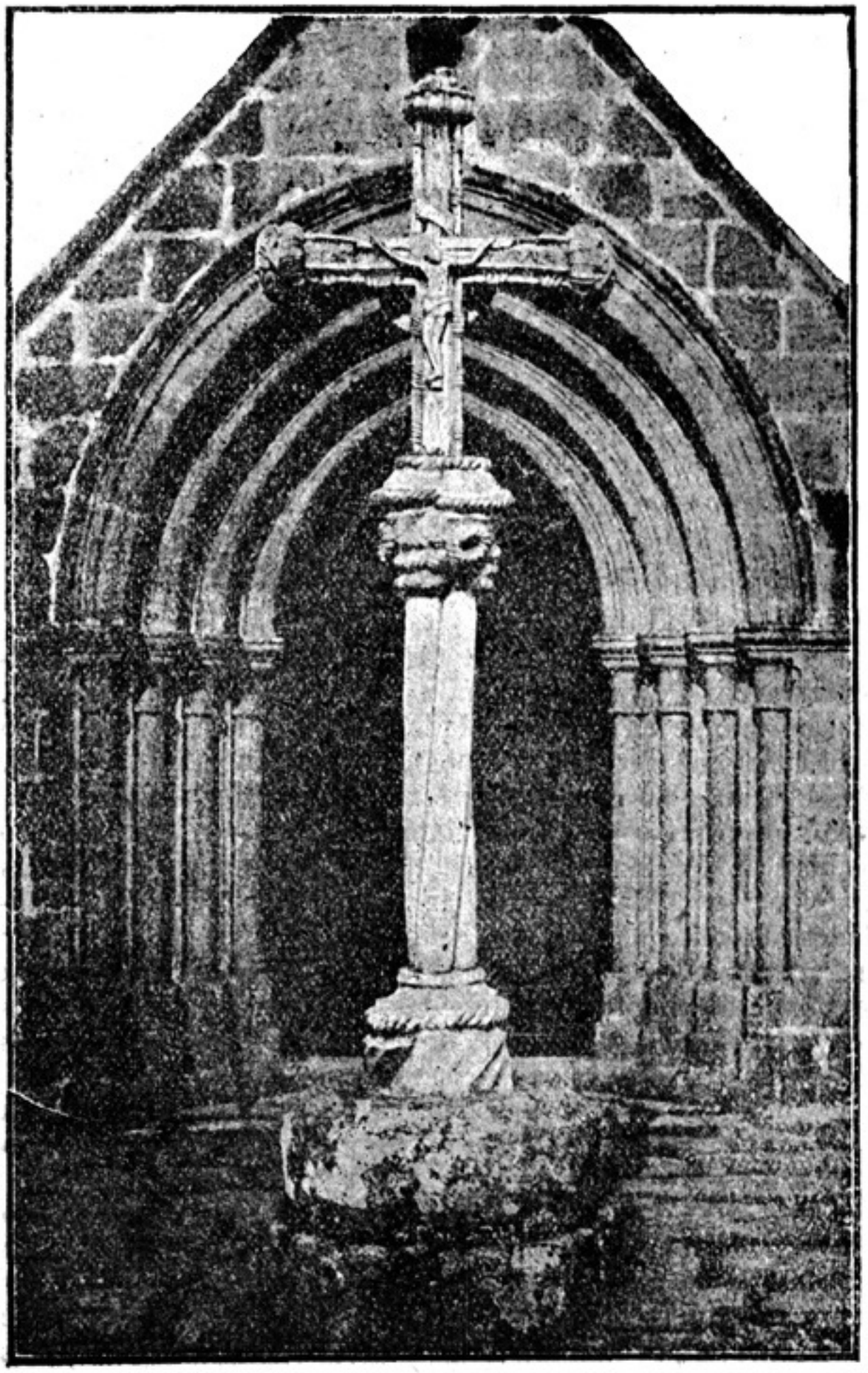
Pertencia êste convento à Ordem de S. Francisco, estabelecida em Portugal, segundo refere a tradição, em 1214, era em que se dá como fundado em Bragança, pelo próprio S. Francisco, o primeiro mosteiro de frades franciscanos. Passou esta Ordem por diferentes vicissitudes tendo a princípio que lutar contra a hostilidade e a má vontade do clero secular de quási todo o país, de que resultaram contendas mais ou menos importantes, agravadas também pelas rivalidades de outros institutos religiosos em virtude do poder crescente que os franciscanos iam dia a dia adquirindo. Esta preponderância provinha-lhes das enormes liberalidades dos fiéis e das avultadas esmolas que a fama das suas virtudes conseguia atrair para os seus mosteiros.

É curiosa a história dessas contendas, que se reflectiram também no convento de Marvão, como depois teremos ocasião de comprovar.

Além dêstes perigos, a que a Ordem esteve exposta no seu princípio, existiam outros resultantes do isolamento e da independência das suas diferentes casas religiosas. Foi pois com o fim de obstar a êsse inconveniente que mais tarde se centralizou o govêrno de todas as casas conventuais sujeitas à mesma regra (1).

---

(1) Dr. Fortunato de Almeida — *Historia da Igreja em Portugal*, tomo 1.º, pág. 264.



Pórtico do convento de Nossa Senhora da Estrela, em Marvão

Pelo que respeita à Ordem de S. Francisco dividia-se ela em diferentes hábitos ou províncias: a Maior, a que cha-

mavam de Portugal, tinha 59 mosteiros e a sua sede era em Lisboa; a Menor, denominada do Algarve, possuía 53 mosteiros e a sua sede era em Xabregas, arredores da capital (1).

A esta última província estava subordinado o convento da Estrela de Marvão, como todos os outros similares do Alentejo. Em 1448 havia atingido a Ordem de S. Francisco o apogeu de todo o seu prestígio, que tendia a aumentar e lhe provinha do espírito religioso e de ardente misticismo que a renascença recebera na idade-média e da consideração com que os pontífices, os monarcas e nobres acolhiam e distinguiam a Ordem. Com efeito diferentes vezes foram confiadas aos franciscanos missões de alta importância religiosa e até mesmo política.

Presume-se ser antiquíssima a origem do convento, talvez já do ano de 1258, segundo uma notícia que vimos inserta em um manuscrito do nosso Arquivo Nacional (2).

Êste manuscrito tratando de averiguar a origem dos vários conventos de monges franciscanos da provincia do Algarve atribui ao convento da Estrela de Marvão o referido ano: «*et quod habuit principium penes 1258*».

O primeiro documento, porém, que existe relativo ao mosteiro é a bula do papa Nicolau V, passada a 7 de Julho do ano de 1448, em virtude da qual se autoriza a sua fundação, instantemente pedida pelo duque de Viseu, D. Henrique, pela Câmara e povo da vila de Marvão.

Êste duque D. Henrique, que figura na bula como protector e solícito advogado da idea da fundação do convento, era filho da infanta D. Beatriz, irmã do rei D. Afonso V, o pródigo monarca que, entre outras liberalidades, fizera doação ao sobrinho das fortalezas de Beja, Tavira, Guarda, Celorico e Marvão.

O documento a que nos referimos e que pela sua importância aqui merece ficar registado é do teor seguinte:

> «Ut observantes domum recipiant prope Villam Marvani.
> «Ex lib. 2 de diversis formis, anno 2 fol. 242.
> «Dilecto filio Officiali Egitaniensi.

---

(1) Manuel de Faria e Sousa — *Epitome de Historia Portugueza*, pág. XXVII.

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, códice n.º 525 — *Origo Provinciae Algarbiorum Erectionis Conventum fratrum et monialium.*

«Fidelium votis, illis praesertim, qui salutem animarum, nec non Divini cultus augmentum respiciunt, libenter annuimus, etc, ut optatum fortiantur effectum, libenter interponimus solicitudinis nostrae partes. Sane pro parte dilectorum filiorum nobilis viri Henrici Ducis Viseu et infantis Portugaliae; nec non hominum, et communis Villae de Marvan Egitanien. Dioeces. petitio continebat, quod in quadam vicino dictae Villae loco, in quo sue Ecclesia, nec Oratorium fundata comperiuntur, Altissimas sua ineffabili providentia visibus humanis, meritis gloriosae Virginis Mariae pene innumerabilia miracula his temporibus demonstrare dignatus fuerit, de praesentique demonstret, ipsique Dux, homines et Commune, occasione hujusmodi moti, ac zelo devotionis, quam ad. eamdem Beatam Mariam gerere comprobantur; accensi: in dicto loco unam domum cum Ecclesia, campanili, Officinis, pro usu, et habitationem Fratrum Minorum sub Regula Sancti Francisci degentium, de bonis à Deo sibi collatio de novo construere: proponant: Quare pro partae praedictorum ducis, hominum, et Communis nobis fuit humiliter supplicatum. Nos igitur discretioni tuae mandamus, quatenùs si est ita, dictis Duci, hominibus, et Communi domum hujusmodi, et praemittitur, pro usu, et habitatione dictorum Fratrum, juxta Ordinis ejusdem sancti *Observantiam*, degentium, jure salvo fundando — licentiam largiaris. Non obstantibus felicis recordationis Bonifacii Papae VIII. Fratribus, qui in ipsa domo — singulis privilegiis uti, et gaudere valeant, indulgemus. Datum Romae apud Sanctum Petrum anno Incarnationis Dominicae. M.CCCCXLVIII. Nonio Julii anno secundo».

Na origem do convento da Estrela entrou, como em muitos outros que em Portugal se estabeleceram, a lenda piedosa de um milagre, de um caso sobrenatural, lenda que o povo de Marvão e o das terras circunvizinhas tem carinhosamente guardado através da sua tradição de séculos, pois já vem, segundo se diz, de tempos anteriores ao princípio da nacionalidade.

Com efeito, a lenda da miraculosa aparição de Nossa Senhora da Estrela, no sítio onde depois se ergueu o templo actual, parece vir desde as recuadas eras do domínio dos Visigodos na Península, a dar fé à narração que, com mais

ou menos variantes, é feita nas várias Crónicas Seráficas que compulsamos. Assim conta-se que depois da decisiva batalha de Guadalete em que foi derrotado Rodrigo, último rei dos Visigodos, derrota que abriu a Península à invasão dos serracenos ou messulmanos, os moradores de Marvão, não querendo sujeitar-se ao domínio dos novos invasores, haviam preferido seguir a sorte dos seus companheiros vencidos refugiando-se com êles nas escondidas e àsperas brenhas das serranias das Astúrias. E para que as suas imagens sagradas não fôssem ultrajadas e destruídas pelos infiéis tomaram o expediente de esconder as que não poderam levar consigo, como aconteceu à imagem da Senhora da Estrela, escondida, para assim escapar ao sacrilégio, cêrca de uns 3oo anos, até ao momento de ser reconquistado aos mouros o elevado morro onde se ergue hoje a vila de Marvão.

Pouco depois dêste sucesso conta-se que em certa noite uma estrela de extraordinário brilho e grandeza atraira os olhares de um pastor que guardava o seu gado nas cercanias. Deslumbrado por tão estranha aparição afoutou-se o pastor a subir até ao alto do monte onde depois se edificou o convento, sempre guiado pela luz intensa dessa estrela, descobrindo então a imagem em um recanto das penedias que ali se acumulam (1).

Esta imagem esteve exposta à veneração e culto dos fiéis durante muitos anos no seu primitivo esconderijo, em uma rústica e improvisada capela formada com as próprias brenhas, que foi mais tarde beneficiada e revestida de azulejos.

Segundo a narração de uma das mais velhas crónicas da Ordem esta gruta, primitivo santuário onde se venerou com

---

(1) Ao milagre se referem os versos seguintes que correm na tradição e que ouvimos a uma velha pessoa de nossa familia:

«Oh Virgem, Oh Estrela pura,
De tão bela formosura.
Em lapa de pedra dura
Uma estrela se parou,
Clara luz s'alumiou
A Senhora apareceu.
Aonde vaes tu, oh Pastor?!
Aonde vaes tu, oh Varão?!
Vae á vila de Marvão
E pede com devoção
Que me venham neste sitio
Fazer casa d'oração.
Quem estes versos disser,
Um ano inteiramente,
Saberá bem certamente
Qu'á hora que ha-de morrer
A Senhora ha-de aparecer».

ferverosa crença a Santa, era constituída por um pequeno e reduzido espaço que, a custo, mal podia conter três ou quatro pessoas. Ali se conservou, porém, a pequenina imagem da Senhora da Estrela até que em 1724, sendo guardião do convento Fr. José de Santa Bárbara, foi mudada para a sua actual capela, não sem grande oposição e descontentamento dos devotos receiosos de que a mudança fizesse perder a eficacia das maravilhosas virtudes que pela tradição lhe eram atribuídas.

Foi êste o orago e o nome tomado pelo novo convento, preferindo-se para a sua construção o monte que fica a nascente da vila, próximo da sua porta principal, ou por ter sido ali o lugar escolhido para o lendário e milagroso aparecimento, ou também porque a êste sinal divino se juntara a terrena circunstância da bondade e pitoresco do sítio.

Com efeito, é excelente a posição elevada do monte, de onde a vista se pode largamente espraiar por cima dos copados castanheiros e castinçais da Abegôa e Selorica e pela vasta planície que vai perder-se nos esbatidos e azulados longes das serras da Guardunha e Estrela. A escolha não podia pois ser mais acertada. Ali tinham os piedosos franciscanos amplos e rasgados horizontes para espairecer e alegrar a vista cançada do latim dos breviários, uma paisagem rica e variada para retemperar o espírito no intervalo das monótonas rezas e das longas horas do côro.

Como acima dissemos foi no ano de 1448 que se expediu a bula concedendo a necessária autorização para se fundar o convento, cujas obras logo se iniciaram e as quais ainda duravão no ano de 1453. Isto se depreende de uma carta do rei D. Afonso V com a data de 12 de Fevereiro dêsse ano, em virtude da qual o monarca perdoa os cinco meses que faltavam a Gonçalo do Cano, morador em Olivença, para cumprimento da pena de um ano de degredo que lhe fôra imposta, obrigando-o, porém, a servir em Marvão no mosteiro de «*Santa Maria da Estrela, que se faz em a dita vila*».

Consta desta carta que o referido Gonçalo, quando andava a britar pedra para a obra do convento, quebrara «*per ambalhas verilhas*», ficando muito doente e quási impossibilitado de fazer alguma coisa. Isto mesmo é atestado por um frade do mosteiro chamado Afonso e confirmado por um instrumento lavrado e assinado por João Bello, tabelião na vila de Marvão. A curiosa carta a que nos referimos reza assim:

«Dom Afonso etc. A todollos juizes e justiças dos

nossos regnos e a outros quaees quer a que o conhecimento desto pertemcer e per quall quer guissa que seja, a que esta nossa carta for mostrada, saude, sabede que Gonçallo do Cano, morador em Olyuemça, nos enuiou dizer como elle fora degradado pera nossa uila de Maruam por huũ ano, *o quall seruise no moesteiro de Santa Maria da Estrella, que se faz em a dita villa*, e isto por morte de huũ seu filho, segundo que compridamente se declara em a carta de perdã que lhe per nos foy dada, e que estamdo assy comprindo o dito degredo e seruindo em a dita obra, que em quebramdo pedra pera a dita obra, se acertara quebrar per ambalhas verilhas e que era muy doente que nom podia fazer coussa alguũa segundo nos fez certo per o dito frey Afomso fraire do dito moesteiro, e se compridamente contem em huũ estromento feito e asinado per Joham Bello, nosso tabaliam em a dita villa, que de si deu fe que vira o dito Gonçallo do Cano e que era quebrado, dizendo ho dito Gonçalo do Cano que asy como já tynha seruido sete messes que acabara o anno se lhe nom subveera o dito mall, pedimdonos por mercee ouuessemos sobre ello alguũ remedio e lhe alçassemos o dito degredo, que lhe asy per nos foy posto, e nos veendo o que nos asy dezya e pedia, e querendo-lhe fazer graça e mercee, teemos por bem e alçamos lhe o dito degredo que a lhe asy per nos foy posto, visto como já tem seruido a mayor parte do tempo e o casso que lhe aconteceu. Porem nos mandamos que o leixees viuer e morar no dito lugar e em outros quaees quer lugares do nosso senhorio honde ell quiser e por bem teuer sem embargo do dito degredo, e o nom prendaaes etc. Dada em Euora xii dias de feuereiro — El Rej o mandou pollo douctor Lopo Vaaz de Serpa etc. e per o douctor Belianga etc. P.ᵉ Anes por Bras Afomso a fez anno de nosso Senhor Ihesu X.º de mil iiijᵉ liij» (1).

Foi demorada a construção do mosteiro cuja obra se ia

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 3, fl. 11, v. Publicado no *Diccionario dos Arquitectos e Engenheiros* do Dr. Sousa Viterbo, vol. II, pág. 504.

fazendo com intervalos de forçado descanso pelo motivo da falta de meios e escassês das verbas necessárias para custear as suas despesas. Eram estas satisfeitas, a princípio, apenas com o produto das esmolas dos fieis, o que se comprova por duas cartas de D. Afonso V, uma passada em Santarém a 11 de Março do ano de 1451, outra datada de Portalegre em 27 de Julho de 1465.

Pelo primeiro dêstes diplomas fazia o rei doação de todos os *Resíduos* da vila de Marvão e seu termo, *passados, presentes e futuros*, ao guardião e frades do convento de Santa Maria da Estrela até ficarem concluídas as obras do dito mosteiro.

Os resíduos a que na carta se faz menção eram constituídos não só pela parte que o testador destinava a obras pias, como também por aquelas quantias que se não podiam aplicar em conformidade das disposições do testador que fôssem, porventura, contrárias aos preceitos da lei (1).

Pela segunda carta concedia-se licença ao guardião e frades do mosteiro, a seus homens e servidores, para angariarem e receberem todas as esmolas que os fiéis lhes quizessem dar de forma que as obras pudessem chegar ao seu fim.

Esta carta é um documento revelador da carinhosa protecção que os franciscanos haviam encontrado no ânimo generoso do monarca e inspirado no respeito pelo culto devoto e tradicional da Senhora da Estrela de Marvão (2).

A mesma licença é depois confirmada por D. João III e por um alvará de D. Sebastião passado em Lisboa a 30 de Janeiro de 1556 (3).

Assim iam vagarosamente seguindo as obras do mosteiro apenas com a ajuda e o piedoso impulso que lhes davam as esmolas que os monges traziam dos seus peditórios. Nesta persistente e afadigosa faina percorriam êles não só as vilas e aldeias do bispado de Portalegre, como também muitas dos bispados da Guarda e Lisboa.

Em sessão de 16 de Julho de 1702 concedia a Câmara de Marvão licença aos religiosos do convento para construirem um forno no baldio das terras dos *Barros Cardios* a fim de nêle poderem fabricar a telha necessária às obras do con-

---

(1) *Ordenações Affonsinas*, liv. 4, tit, 96. — Viterbo *Elucidário*. — Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Odiana*, liv. 3, fl. 207.

(2) *Idem*, ibidem, fl. 46 v. e liv. 4, fl. 164 v.

(3) *Idem*, ibidem, — *Convento da Estrela*, pasta n.º 10, doc. 30.

vento, autorizando-os também a procurar lenha «*per onde achassem*».

No ano de 1779 ainda as obras se não tinham concluído estando uma parte delas em abandono e ameaçadas de total ruína. Assim o declarava o provincial da Ordem, Fr. Tomé de S. Tomás Garção, no relatório da visita que fizera ao mosteiro, ponderando ser indispensável e urgente mandar prosseguir as obras, para cujas despesas não chegavam as escassas e minguadas esmolas recolhidas pelos frades do convento.

As queixas do provincial foram, finalmente, ouvidas, passando-se a favor dos frades do mosteiro a provisão de 10 de Outubro do referido ano, em virtude da qual se autorizava o seu guardião a ir pedir esmolas à vila de Castelo de Vide, com a recomendação especial de se fazer acompanhar de algumas pessoas qualificadas que abonassem a boa conduta do frade e o fim benemérito do encargo. O apêlo do provincial era dirigido ao *nobre pobre de Castelo de Vide*, vila de tradicionais sentimentos de filantropia e humanidade, e onde existia, desde velha data, fervorosa devoção pelo culto da Senhora da Estrela (1).

Fizeram-se, com efeito, pouco depois as obras e reparos necessários à conservação do que já se havia feito no convento, para cujo fim muito tinham contribuído não só as esmolas dos fieis, como também as mercês que os reis D. Afonso V, D. João III, D. Sebastião e D. Filipe III haviam concedido aos religiosos autorizando-os a angariar donativos em várias dioceses do país.

Além desta e de outras medidas da munificencia e protecção régias tiveram os frades também algumas mercês e privilégios dos pontífices, de que nos dão testemunho várias bulas expedidas a favor do mosteiro. Uma, do papa Paulo IV, passada a instâncias dos confrades da irmandade da Senhora da Estrela, no ano de 1556, concede aos fiéis que visitem a igreja durante os dias de quaresma, festas de Cristo e da Senhora da Estrela, indulgência plenária e remissão de pecados. Em outra bula do mesmo Papa, de 21 de Fevereiro do referido ano, concede-se ao mosteiro a importante e valiosíssima mercê de indulgências iguais às que eram concedidas às igrejas de Roma e seus arrabaldes durante todo o

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre da Tombo. — *Convento de Marvão*, Pasta 10, doc. n.º 35.

ano. A bula do Papa Gregório XI de 26 de Agôsto de 1621, confirmando outra do Papa Sixto V, concede também indulgência plenária a todas as pessoas que visitem a igreja desde as vésperas de S. Francisco, 4 do mês de Outubro, até ao sol posto do dia seguinte.

Alêm dêstes diplomas pontifícios outros se referem ainda ao convento de Marvão, tais como: a bula do Papa Julio III, do ano de 1550, passada a favor dos padres claustrais, que, conforme pretendem alguns escritores de história eclesiástica, tiveram jurisdição no convento da Estrela durante algum tempo.

As mercês e graças que os religiosos iam, a pouco e pouco, alcançando para o seu mosteiro, facto devido, como dissémos, ao misticismo, ao espírito religioso da época e ao poder e elevada cotação da Ordem junto dos reis e pontífices, foram avolumando também em tôrno dêles invejas e rivalidades, origem das contendas e disputas, mais ou menos graves, que se deram entre os franciscanos e o clero secular da vila. Sucedeu, afinal, em Marvão o mesmo que nas outras terras do país onde existiam mosteiros. Os párocos das freguesias, lesados nos seus interêsses e vendo que os fregueses preferiam às suas igrejas o templo privilegiado do convento, declaram contra os pobres frades uma guerra sem tréguas, começando as hostilidades pela proïbição aos fiéis de darem esmola aos religiosos e de assistirem às suas missas. Como é fácil de supôr acendeu isto o espírito belicoso dos dois contendedores, surgindo daqui vários conflitos de que nos dão curioso testemunho os documentos do arquivo do convento. Um dêsses conflitos levantou-se no ano de 1662, agravando-se a tal ponto que obrigou uma das partes a interpôr recurso supremo para o monarca.

Alega o recorrente, padre João Pinheiro, prior da igreja matriz, que sua Magestade havia concedido aos oficiais da Câmara uma provisão para se darem, das rendas do concelho, vinte cruzados e uma fornada de cal aos religiosos da Senhora da Estrela, com obrigação de prégarem os sermões da quaresma na dita igreja matriz.

Acontecia, porém, que alguns vereadores em obediência a *respeitos particulares* consentiam que os religiosos prégassem esses sermões no seu mosteiro, ficando a igreja matriz abandonada, o que era causa do grande descontentamento que lavrava entre o povo da vila. Terminava pois o recorrente pedindo que fôssem dadas as devidas providências de forma a impedir-se êste abuso.

O rei, depois de mandar ouvir o Corregedor e Provedor da comarca sobre os motivos dêste conflito, determinou, em alvará passado em Lisboa a 7 de Maio de 1622, que os religiosos deveriam prègar os sermões dos domingos da quaresma na igreja matriz, até à Páscoa da Ressurreição, e na igreja do mosteiro os sermões do advento e os das sextas feiras da quaresma, mediante a referida gratificação de vinte cruzados e uma fornada de cal. O mesmo alvará incumbia também os frades da missão de irem prègar os sermões da quaresma na igreja de S. João Baptista da antiga vila de Gáfete, pertencente ao priorado do Crato, o que se comprova pela provisão datada de Almeirim a 5 de Março de 1572, em que o rei D. Sebastião defere o pedido que nesse sentido lhe havia feito a Câmara da vila autorizando-a a desviar, das rendas do concelho, a quantia de 8$000 reis para ajuda do sustento do religioso que ali fôsse prègar os referidos sermões (1).

Assim iam decorrendo as relações entre os frades e os clérigos da vila, com alternativas de lutas e de mal contidas e abafadas tréguas que logo explodiam ao mais pequeno rastilho. Em 1701, por exemplo, encontramos notícia de outra contenda motivada pelo facto do cléro secular da vila não consentir que os frades cantassem os responsos nos enterros. O pleito judicial deveria ter sido precedido de mútuas recriminações e ameaças assumindo o caso tal gravidade que foi preciso instaurar-se o respectivo processo eclesiástico. A sentença de 11 de Agôsto do mesmo ano veiu pôr termo ao curioso pleito, determinando que se mantivesse aos religiosos do convento o privilégio antigo de poderem cantar os responsos nos enterros a que fôssem convidados (2).

Com a Ordem Terceira da vila também os frades do mosteiro andavam em rija contenda pelo motivo de se apresentarem os Terceiros vestidos com hábitos iguais aos dos religiosos em todas as procissões que na vila se realizavam, tomando o logar a seguir à comunidade do convento. Contra êste abuso protestaram enèrgicamente os frades, pondo-lhe termo a provisão de 3 de Fevereiro de 1755, que proibiu aos Terceiros usarem os hábitos religiosos do convento, sob

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Convento da Estrela de Marvão*, Pasta 10, doc. n.º 24 e 34.

(2) Idem, *ibidem*, *loc. cit.*, doc. n.º 18.

pena de suspensão dos seus ofícios na Ordem por espaço de seis meses.

Tendo ainda por causa as mesmas rivalidades entre párocos e os religiosos do mosteiro deu-se novo conflito no ano de 1735, de que resultou também a instauração de um processo judicial eclesiástico perante o Provincial da Ordem. Na sentença dêste processo provou-se a injustiça e má vontade das acusações feitas contra o frade confessor, Padre Manuel de S. Bernardo, principal protogonista do litígio.

Consta dos respectivos autos que um tal João Lampreia Guerreiro, por questões que tivera com o mesmo frade a respeito de um barco de pescar peixe para a comunidade, no rio Sever, urdira contra êle uma conjuração para a qual pretendera aliciar três outros religiosos, inimigos capitais do frade contra quem recaia a acusação. Para êsse efeito aliciara também o mesmo João Lampreia um tal Francisco dos Sapos para que declarasse, entre outras coisas que podessem comprometer o frade acusado, que havia dado dinheiro a juro e tivera sociedade de colmeias com êle, factos que eram rigorosamente proìbidos pela regra da Ordem. Como é sabido os franciscanos não podiam possuir nem administrar bens, sendo obrigados a guardar a mais severa pobreza, a lendaria *pobreza franciscana* que ficou na tradição popular.

A êste respeito eram da maior severidade os estatutos provinciais da ordem seráfica que expressamente determinavam:

> «Que para maior recolhimento e melhor observancia da altissima pobreza, que professavam todos os monges deveriam ter como que uma só alma e um só coração em Deus e que não deveriam ter nenhuma coisa propria e em particular mas tudo em comum; que o prelado distribuiria o comer e o vestir a cada um segundo a sua necessidade e se lhe fazia mister; que aqueles que possuissem alguma coisa no estado secular ficaria pertencendo ao monte comum logo que entrasse no mosteiro; que as celas haviam de ser pobres e humildes, sem retabulos nem paineis de ostentação, a não ser uma imagem como motivo de devoção e piedade e que o vestido fosse de sayal e este mesmo de vil preço» (1).

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Codices Ms.* n.os 213 e 228.

Ora o frade em questão era também acusado, além dos delitos já indicados abrangidos pelos severos preceitos que a Ordem prescrevia, de outros muito mais graves ainda, tais como: *ter xibarros, de usar uma caixa de prata, de ter um macho que depois dera de presente a um seu cunhado e de manter relações com uma mulher de má nota a qual costumava ir jantar ao convento.*

Sôbre todas as acusações se fez a competente prova testemunhal e documental, verificando-se pelo seu exame terem sido falsas e infundadas as arguïções e queixas feitas contra o acusado.

De todo êste curioso pleito urdido contra o frade ressalta o visível propósito de atingir o bom nome do convento, contra o qual se desencadeara uma verdadeira tempestade de ódios e de acusações.

A sentença dêste célebre pleito tem a data de 4 de Julho de 1735 e foi proferida no convento de S. Francisco de Xabregas, a cuja jurisdição pertencia o convento da Estrela de Marvão, como já dissemos. Em virtude dela foi, pois, o frade absolvido, sendo-lhe restituído o crédito e a boa fama de que gozara até então(1).

No ano seguinte fizeram os monges um requerimento ao padre Visitador, delegado da Província, conseqüência talvez do processo a que acima aludimos, pedindo que se modificasse a ordem severa que havia sido dada acêrca da entrada de mulheres na casa chamada da ante-portaria. Esta ordem proìbia, sob pena de excomunhão, a entrada de mulher alguma, qualquer que fôsse a sua condição, na dita casa da ante-portaria. Nesse requerimento ponderavam os frades ser velho costume facilitar-se a entrada, na referida casa, a famílias de categoria e das principais da vila e arredores, fechando-se nessa ocasião à chave, durante o tempo que essas visitas ali permaneciam, a porta que dava comunicação para o interior do convento. Alegavam mais que tendo-se visto os religiosos na forçada necessidade de mandarem sair da referida sala algumas famílias, em obediência à rigorosa ordem que lhes havia sido dada, êsse procedimento, além do escândalo, acarretara também grandes prejuizos para o mosteiro, começando, a partir de então, a rarear as esmolas tão necessárias ao sustento dos frades. Diziam, final-

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Convento da Estrela de Marvão,* pasta n.º 10, doc. n.º 16.

mente, que sendo certo haver no convento duas casas exteriores destinadas para hospedaria de pessoas mais pobres, nelas se não queriam acolher as pessoas de representação que vinham dos arredores visitar o mosteiro, as quais preferiam ficar na referida casa da ante-portaria.

As razões produzidas pelos frades eram apoiadas pelas famílias principais da vila e até pela maior parte do povo, que nas lutas entre o clero e o mosteiro para êste mostrava, quási sempre, mais dilecta inclinação.

O requerimento a que aludimos foi, pois, atendido, sendo logo levantada a pena de excomunhão e permitida, conforme o antigo costume, a entrada, na dita casa, a pessoas e famílias reputadas distintas e de qualidade.

(Continúa). P. M. Laranjo Coelho.

DUMA ATITUDE DE ANTERO

COORDENAÇÃO DUNS APONTAMENTOS DUMA OBRA A REALIZAR

(Cont. do n.º 8, pag. 382)

Antero teve conhecimento da arenga castilhiana quando voltou das férias grandes a Coimbra.

Entrára na livraria francesa do Posselius(1), onde dera casualmente com o sr. Teófilo Braga que tendo folheado e visto o livro de Pinheiro Chagas logo resolvera responder a Castilho.

Não quis o autor das *Tempestades Sonoras* deixar de referir ao seu amigo as inconveniências do antigo director do Colégio do Pórtico.

Enumerou-lhas e descobriu-lhe o seu propósito que estava já a bom termo. Antero leu o passo onde era visado e após a leitura que o tornara sombrio e mudo, cofiando por uns momentos a sua barba loira, disse ao sr. Teófilo Braga: «Deixe-me você isso a *mim*, que estou em uma situação especial; não tenho aspirações literárias e até odeio as gloriolas de escritor. Assim em plena impersonalidade, posso mais livremente, contra esta monomania propagada por Castilho, arvorando acima de tudo o Bom Gosto com uma deplorável falta de Bom Senso» (2).

O sr. Teófilo Braga anuiu a êste propósito e encarregou-se da redacção dum folhetim para o *Jornal do Comércio* em que apreciaria a carta do amigo.

Nasceu desta maneira a carta *Bom Senso e Bom Gôsto* que logo na abertura indica os motivos da sua existência:

«Um é a liberdade absoluta que a minha indeposição independentíssima de homem sem pretensões literárias me dá

---

(1) Fran Paxeco, *ob. cit.*, pág. 124.
(2) Supico, *ob. cit.*, pág. 247.

para julgar desassombradamente, com justiça, com frieza, com bôa fé» (1).

Como não aspira a nenhum logar nas reputações do seu tempo pode falar livremente.

O outro é um motivo «mais grave e mais obrigatório, porque é um dever, uma necessidade moral» (2).

Em nome desta, tendo por tema a verdade e a justiça, Antero não querendo discutir o homem que o melindrara, procurara condenar as ideas que estão por detrás dêle.

Efectivamente o coimbrão esforça-se por calcar o ressentimento com as considerações de ordem intelectual que aponta, contudo uma azedia incomodativa prejudica a elevação do seu intento.

Castilho toma assim mór vulto que as ideas o acaba por ser vergastado pela acção cometida e taxada por Antero de desonesta.

«O que se ataca na escola de Coimbra (talvez mesmo V. Ex.ª o ignore, porque há malévolos, inocentes e inconscientes), o que se ataca não é uma opinião literária menos provada, uma concepção poética mais atrevida, um estilo ou uma idea. Isso é o pretexto, apenas. Mas a guerra faz-se à independência irreverente dos escritores que entendem fazer por si o seu caminho, sem pedirem licença aos mestres, mas consultando só o seu trabalho e a sua consciência. A guerra faz-se ao escândalo inaudito duma literatura desaforada que cuidou poder correr mundo sem o sêlo e o visto da chancelaria dos grão-mestres oficiais.

A guerra faz-se à impiedade dêstes herejes das letras, que se revoltam contra a autoridade dos papas e pontífices, porque, ao que parece, ainda a luz de cima lhes não escreveu nas frontes o sinal de infalibilidade. Faz-se contra quem entende pensar por si e ser só responsável por seus actos e palavras...

«Agora quem move estes ridículos combates de frases é a vaidade ferida dos mestres e dos pontífices; é o espírito de rotina violentamente incomodado por mãos rudes e inconvenientes; é a banalidade que quer dormir socegada no seu leito de ninharias; é a vulgaridade que cuida que a forçam — nós só queremos puxar as orelhas» (3)!

---

(1) Antero de Quental, *Cartas*, pág. 41.
(2) Idem, *ibidem*, pag. 41.
(3) Idem, *ibidem*, pág. 42 e seg.

Para Antero que deveria eximir-se à gracinha do fecho dêste período, o hediondo crime imputado à sua geração baseava-se na independência dos escritores novatos que faltavam ao respeito das vaidades omnipotentes e tinham praticado o grave crime de inovação.

«Ora, para as literaturas oficiais, para as reputações estabelecidas, mais criminoso do que manchar a verdade com a baba dos sofismas, do que envenenar com o êrro das fontes do espírito o público, do que pensar mal, do que escrever pèssimamente, peor que isto é essa falta de querer caminhar por si, de *dizer* e não *repetir,* de *inventar* e não *copiar*. ¿Porquê? Porque todos os outros crimes eram contra as ideas: haveria sempre um perdão para êles. Mas esta falta era contra as pessoas: e essas tais tão imperdoáveis.

«Inovar é dizer aos profetas, aos reveladores encartados: há alguma coisa que vós ignorais; alguma coisa que nunca pensastes nem dissestes; há mundo além do círculo que se vê com os vossos óculos de teatro; há mundo maior do que os vossos sistemas, mais profundo do que os vossos folhetins; há um universo um pouco mais extenso e mais agradável sôbre tudo do que os vossos livros e os vossos discursos! ¡Isto, sim, que é infame e revoltante e ímpio e subversivo! Contra isto, sim, às armas, ergamo-nos na nossa fôrça, mostremos o que somos e o que podemos; escrevamos três folhetins e um prólogo...

«V. Ex.ª fez-se chefe desta cruzada tão desgraçada e tão mesquinha. Não posso senão dar-lhe os pêsames por tão triste papel. Mas se eu, como homem despreso e esqueço, como escritor é que não posso calar-me; porque atacar a independência do pensamento, a liberdade dos espíritos, é não só ofender o que há de mais santo nos indivíduos, mas é ainda levantar mão roubadora contra o património sagrado da humanidade — o futuro» (2).

Condena assim todos aquêles escritores que falsearam a sua missão e um sacerdócio tão belo.

Esta firmativa causa-lhe uma série de arrazoamentos elevados, traduzidos em arrobos do mais fino entendimento daquêle espinhoso encargo.

É surpreendente êste ponto da carta de Antero pelo pensamento, pelo colorido, pela sinceridade.

---

(1) Antero de Quental, *Cartas,* pág. 44 e seg.

Marcam a valia do autor que em seguida pinta a forma de ser daquêles.

«Os outros adoram a *palavra,* que ilude o vulgo, e desprezam a *idea,* que custa muito e nada luz. São apóstolos do dicionário e tem por evangelho um tratado de metrificação. Fazem da poesia instrumento de suas vaidades. Pregam o bem por uso e convenção literária, porque se presta à declamação poética, mas praticam o egoismo por índole e por vontade. Fazem-nos descrêr da grandeza humana, porque são uns sofismas que nos mostram a pequenês e má fé aonde as aparências são todas de nobreza. Preferem imitar a inventar; e a imitar preferem ainda traduzir.

«Repetem o que está dito há mil anos, e fazem-nos duvidar se o espírito humano será uma estéril e constante banalidade. São os enfeitadores das ninharias luzidias. Põem os nadas em pé para parecerem alguma cousa. São os ídolos literários da multidão que mal sabe ler. São os filósofos queridos da turba que nunca pensou. São, emfim, génios no Brasil como V. Ex.ª» (1).

Em seguida Antero expõe a extraordinária actividade mental em que o século andava empenhado e julga absolutamente inútil a acção de pontífice a quem se dirige.

«Não é traduzindo os velhos poetas sensualistas da Grécia e de Roma, requentando fábulas insossas diluídas em milhares de versos sem sabores; não é com idílios grotescos sem expressão nem originalidade, com alusões mitológicas que já faziam bocejar os nossos avós; com frases e sentimentos postiços de académico e retórico; com visualidades infantis e puerilidades vans; com prosas imitadas das algaravias místicas de frades estonteados; com banalidades; com ninharias; não é, sobretudo lisongeando o mau gôsto e as péssimas ideas das maiorias, indo atraz delas, tomando por guia a ignorância e a vulgaridade que se hão-de produzir as ideas, as sciências, as crenças, os sentimentos de que a humanidade contemporânea precisa para se reformar como uma fogueira a que a lenha vai faltando» (2).

Todas estas referências são enderessadas à obra de António Feliciano de Castilho que andava divorciado das ideas dos homens de letras dos grandes centros intelectuais além

---

(1) Antero de Quental, *idem,* pág. 48 e seg.
(2) Idem, *ibidem,* pag. 50 e seg.

fronteiras que «são grotescos e desprezíveis aos olhos baços do banal metrificador português» (1).

Começa neste ponto a parte mais acre da carta de Antero que acaba com um fecho de irreverência demasiadamente impróprio dum escritor que esquece a pessoa do seu adversário e pensa só escalpelizar as suas ideas...

Um mês depois da publicação desta carta, que teve duas edições em virtude da extraordinária procura, Antero escreve a *Dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais.*

Este folheto, porque é um exame de consciência, tem uma singular importância para o estudo desta polémica designada nos compêndios de literatura com o nome de *Questão Coimbrã.*

Antero justifica logo no início das suas considerações a causa do novo escrito.

«Devo estas explicações ao público, e a mim mesmo sôbre tudo» (2).

«A si porque a sua consciência inquiria os motivos da acção que praticara; ao público porque o julgava com o direito de lhe perguntar as razões do agravo cometido.

«O público, êsse, tem direito a perguntar-me porque me levanto contra as imagens gloriosas ante que êle se enclina; porque não admiro o que êle ama; porque não respeito o que êle adora; porque me atrevo contra o voto das gentes e a opinião comum.

«¡Estranho desacato com efeito! Na pessoa de um dos seus escolhidos, ofendi eu toda a opinião, o juízo, o gôsto, o sentir de quantos o tinham levantado sôbre os braços e sentado na cadeira curul da auctoridade e da glória. Reputaram-lhe merecimentos dignos de admiração e respeito. Eu revoltando-me, é como se dissesse ao respeito e admiração pública: «sois cegos e insensatos: enganai-vos: o que a todos vos eleva e vos faz pasmar não é grande gigante, é só nuvem e fumo mentiroso...»

«Isto é grave. É preciso firmar-se quem disser isto em boas e sólidas razões, porque se não contradiz tanta gente só pelo gôsto de contradizer.

«Ao público devemos isto; de lhe não falar senão em nome de alguma coisa alta, de algum bom princípio, de alguma razão inabalável» (3).

---

(1) Antero de Quental, *idem*, pág. 52.
(2) Idem, *Dignidade das Letras*, pág. 3.
(3) Idem, *ibidem*, pág. 3 e seg.

«A sua consciência não necessita de subterfúgios pois que se acha absolutamente limpo e inocente.

«Não sacrifiquei ao orgulho, ao interêsse, ao egoísmo da mais pequenina das vaidades, a vaidade literária. Nada disso. Falei verdade: e esta só palavra explica o silêncio ou os desconcertos peores ainda que o silêncio daquêles a que me dirigi; e, por outro lado explica a serena constância com que me levanto de novo para sustentar, para confirmar os sentimentos, as ideas e as palavras que êsse amor da justiça e da razão me inspirava» (1).

Uma vez feitas estas declarações Antero pretende afastar todo o desabrimento que vimos na carta a Castilho.

«Não, meus senhores. Eu não tomei nas mãos o pendão de nenhum corrilho ambicioso, para o fazer triunfar em combates risíveis de palavras. Eu não puz a minha alma ao serviço das vaidades egoístas de nenhum grupo. Também não foi um turbulento espírito demagógico que me fez saír a campo procurando destruir alguma cousa só pelo amor da destruïção. Menos, a presunção orgulhosa de gladiador novo, cuja audácia impaciente não conhece prudência e procura os mais robustos e aguerridos para o desafio e o combate. Menos ainda, o escândalo... Não, meus amigos. Não vale realmente a pena comover-se a gente até à veemência, indignar-se quási até ao sofrimento, chamar a sua inteligência e o seu coração, só para responder com grandes frases a pequenos golpes de gente ainda mais ignorante do que malévola; para desacatar um dos ídolos de barro da religião burgueza contemporânea; para, enfim, fazer um escândalo... em Portugal» (2)...

Não procurou defender nenhuma escola com o folheto *Bom Senso e Bom Gôsto* visto que pertencia ùnicamente à escola do pensamento e da franqueza.

«Não foi isso, pois, o que eu intentei fazer desacatando a venerabilidade sacerdotal do sr. Castilho. Não foi defender uma escola, um grupo, uns homens. Foi só defender a dignidade e a liberdade do pensamento, que nêsse momento se ofendiam na chamada Escola de Coimbra, no trabalho de alguns homens (bom ou mau, não curei de o saber) mas trabalho livre, independente, trabalho santo pois, e digno de

---

(1) Antero de Quental, *Dignidade das Letras*, pág. 4.
(2) Idem, *ibidem*, pág. 5.

respeito. Isto assim parece melhor e mais alto. Entendamos assim a questão» (1).

Colocada nestes moldes a réplica supõe Antero a causa sagrada visto que a sua palavra de homem de carácter não cuidou duma ilusão capaz de o coagir a negar, a reformar ou a contradizer aquilo que vimos. Dêste modo persiste em acusar Castilho a justificar os fundamentos da sua atitude.

Reputa a dignidade do pensamento condição indispensável para se erguer a voz acima de todas as conveniências e interêsses, entende que uma literatura sem alma é incapaz de responder às necessidades morais do seu tempo; prefere o excesso e a extravagância à pequena e estreita prudência e condena as literaturas oficiais por terem por princípio o culto da opinião e por fim «os bravos do momento, o triunfo ruidoso mas efémero das praças públicas» (2).

Antero faz sôbre estes teoremas uma larga exposição cheia duma agradável serenidade que contrata em demasia com o enervamento da resposta a Castilho.

O fecho do seu folheto é uma oração sublime às qualidades da raça que estão adormecidas e abandonadas pela literatura oficial que «ri, graceja, scisma, murmura, fantasia, procura rimas bonitas, desenterra palavras obsoletas e construções exóticas de frase, diverte-se e cuida divertir-nos, no meio de uma grande luta nacional, numa hora das mais solenes dêste povo» (3)...

Para firmar sòlidamente êste seu ditame Antero imaginou proveitoso um apêndice ao folheto. Nêle apresenta as «provas tiradas das principais obras do sr. A. F. de Castilho» (4).

Escalpeliza-as, observa-as uma por uma e conclui que o autor do *Amor e Melancolia,* é «um artista primoroso, um admirável estilista, a quem só falta uma idea generosa e inspiradora para ser um grande escritor» (5) e que produziu em todo o seu labor mental, uma única obra digna de admiração: Camões.

«Essa sim, é uma obra sentida e profundamente verdadeira, feita com alma, paixão, sangue e vida, que se sente palpitar e nos toma o coração e o domina com êste absolu-

---

(1) Antero de Quental, *Dignidade das Letras,* pág. 6.
(2) Idem, *ibidem,* pág. 19.
(3) Idem, *ibidem,* pág. 22.
(4) Idem, *ibidem,* pág. 27.
(5) Idem, *ibidem,* pág. 31.

tismo que só tem a verdadeira beleza. É um dos mais formosos dramas do teatro português e a única admirável e instacável obra do sr. Castilho, o drama *Camões.*

Nunca se dirá bastante dêsse livro surpreendente que excede muito o *Camões* de Garrett no estudo da época, na interpretação do verdadeiro carácter do herói, na inteligência intuitiva do génio da nação e no grande espírito poético e dramático que anima todas as scenas, salas amplas e luminosas dum maravilhoso palácio de poesia» (1).

Chegamos finalmente ao termo dos dois escritos de Antero de Quental.

A estes, porque cuidam do mesmo assunto, poderíamos juntar uma copiosa lista de nomes que entraram na contenda, consoante as ideas ou os homens. Não vale a pena transcrevê-la visto que os curiosos podem decorá-la no *Dicionário* de Inocêncio onde vem publicada (2), contudo das quarenta e quatro publicações relativas ao assunto, se é que o número não nos engana, devemos citar a de Júlio de Castilho, a de Pinheiro Chagas, a de Camilo Castelo Branco, a do sr. Teófilo Braga e a de Ramalho Ortigão.

A de Camilo, que já tinha traçado a *Primavera* de Castilho (3), bem como a de Ramalho *Literatura de Hoje*, exasperaram muitíssimo o ânimo de Antero, que espicaçado pelos amigos deliberou ir até ao Pôrto desancá-los «com um bengalão, que então usava, para mostrar que não era atreito a cobardias» (4).

Os colegas mais íntimos notaram-lhe o ridículo do seu propósito que deveria ser modificado para uma pendência pelas armas, porém Antero não deu ouvidos ao conselho e partiu.

Ali encontrando-se sùbitamente com o tio do seu querido António de Azevedo Castelo Branco e vendo-se por êle abraçado com estima perdeu a coragem de o agredir. Conversaram, referiram-se ao alvoroto literário que os levara a redigir os folhetos e conseguiram acordar na melhor maneira de concluir a insolência de Ramalho: um duelo, Antero era um caloiro em esgrima. Tivera algumas lições com Vasconcelos de Abreu e estava convencido da superioridade do

---

(1) Antero de Quental, *Dignidade das Letras,* pág. 45.
(2) Inocêncio, *Dicionário Bibliográfico,* Suplemento 3, pág. 405 e seg.
(3) C. Castelo Branco, *Coração, cabeça e estomago,* pág. 71 e seg.
(4) *In memoriam,* pág. 165.

seu adversário, que passava por ser um bom duelista. Assim se compreende o cómico dêsse encontro que terminou com vantagem para o autor das *Odes Modernas*.

A êste conflito pessoal ajuntaremos um outro entre o sr. Teófilo Braga e Júlio de Castilho, só com o intento de restabelecermos a verdade que não vimos no livro do sr. António Cabral (1). Êste senhor cuidou dêste facto, mas errou ao afirmar que o molestado tinha sido o sr. Teófilo Braga. Foi êste homem de letras quem ficou ileso consoante podemos ver numa carta que possuímos...

Eis a acção física e intelectiva de Antero de Quental no decantado conflito da Escola Coimbrã, constituída, como observamos, por uma geração anti-católica e anti-romântica.

Ambiciosa de revolucionar, audaz nas suas concepções estéticas, extraordinária nos valores positivos, nunca poderia ter fenecido no campo da Arte.

A maioria dos seus trabalhos são «criações febris, convulsões cerebrais, idealistas e doentias, todo um pesadêlo moral» (2) duns talentos desiludidos.

Para Eça de Queiroz essa geração tinha o aspecto de ter falhado porque poucos produziam (3).

Na verdade a falência surge-nos quando vemos que não houve um estímulo, um cuidado, um interêsse num regeneramento nacional.

Se alguns modificaram as suas novas ideas adaptando-as ao País, no sentido de melhorarem as condições da raça, esses vitalizaram mais o seu esfôrço pois que serão duplamente imortais: Artistas e Patriotas.

* * *

Antero de Quental com os seus escritos *Bom Senso e Bom Gôsto* e a *Dignidade das Letras*, revela-nos duas atitudes absolutamente distintas e caracterizadas. Ambas têm na verdade o mesmo fundamento, a crítica a Castilho, mas a exteriorização do seu modo de pensar é oposta e contraditória.

---

(1) António Cabral, *Eça de Queiroz*, pág. 73.
(2) Eça de Queiroz, *Prosas Barbaras*, pág. 158.
(3) Idem, *Notas Contemporaneas*, pág. 40.

*

¡A primeira fase é tecida de violência e de sarcasmo; a segunda é ditada pela serenidade e pela brandura! ¡Além Castilho é um enorme zero, porque é um futil; aqui é um algarismo de elevada valia, porque é um artista da palavra e tem um drama surpreendente: *Camões!*

Devemos confessar o nosso início perante esta metamorfose tão repentina que irritou Ramalho Ortigão(1) e que tem deixado atónitos muitos dos seus admiradores que depressa acham o motivo no temperamento doentio do poeta, que, segundo êles, era por isso mesmo atreito a estas exquisitas atitudes, dogmatizadas. Já nos nossos dias, em nosografias e em compêndios de doenças nervosas.

Ora, não seremos nós, possuidores ùnicamente dum verniz tentador a qualquer unhada de mestre, quem se atreverá a pôr de lado as conclusões da grave sciência, que nêste campo tem caminhado com visível desembaraço.

Não. Aceitamo-las; mas nesta contenda pômo-las de parte, porque seguimos um filão encontrado numas leituras realizadas e indicadoras duma influência acentuadamente defensável pelo método seguro em que baseámos as nossas pesquizas...

A polémica suscitada pela controvérsia coimbrã pecou logo no seu início por uma pesada falta de orientação. Não era piparoteando um velho de 65 anos que Antero se impunha aos literatos portugueses; não era com as mofas carnavalescas, dirigidas a um homem digno de respeito pelo esfôrço realizado, que o poeta das *Odes Modernas* grangearia os louros para o seu talento. Outros processos mais nobres e mais congruentes à crítica estavam indicados para bússula da disputa.

Antero conhecia-os, mas os seus brios, que também os tinha como qualquer mortal vulgar, não esqueceram a falta de sinceridade, que vira em Castilho, quando fôra a sua casa procurar uma opinião franca e um editor para as *Odes Modernas.*

Só êste ressentimento justifica toda a azedia e toda a troça da carta que dirigira a Castilho que, no dizer dum seu amigo, «não se petrificara realmente numa forma literária que puzesse estôrvo à delgada corrente do espírito novo» (2); só essa lembrança baseia o desrespeito aos cabelos brancos

---

(1) Ramalho Ortigão, *Literatura de Hoje,* pág. 38
(2) *In memoriam,* pág. 490.

do seu antigo professor que era venerado pelos seus e não o ferira tão indignamente para receber tantos enxovalhos.

¡A meia duzia de palavras, que de resto traduziam o juizo do pensar em que era tido Antero no meio literário lisboeta (1), coroadas com a legenda dum talento cheio de qualidades, não se responde com disparates nem com ofensas, pois que o melindre era assás pequeno!

Resultou de tudo isto a série de idiotices que lemos nos folhetos da decantada polémica que não poderia tomar outra directriz atendendo ao modo como o chefe a orientou.

Fôsse embora um protesto «moral e não literário, como queria Eça de Queiroz (2), e, como se vê até nas mesmas palavras da Carta a Castilho; isso não bastava para aguardar sisudez e elevação dos seus defensores que se agradaram sobretudo da ironia estampada no folheto. ¡Antero notou-a claramente (3), contudo entendeu que não deveria rasgar com método e lançar os pedaços regulares do seu escrito no fogo, o purificador das suas impurezas artísticas!

Assim não é de pasmar que as suas intenções fôssem (vamos com o poeta) adulteradas e feridas por provas insofismáveis.

Taxamo-las dêste modo porque a *Dignidade das Letras* procurando desfarrapar os desconchavos que corriam impressos nas mãos dos plumitivos nacionais, não consegue atingir o desígnio que a criou.

A atitude inicial, não cansaremos de o apregoar, faliu e a segunda ditada e escrita sob uma tranqüila e suave disposição, constitui um êrro pesado e triste.

Para aclarar os motivos porque se achava na contenda eram absolutamente dispensáveis afirmações que procurassem descompor a figura que êle próprio pintara.

Se se mantivesse no campo que o seu juízo lhe indicara desde o princípio da polémica; se não empobrecesse com negativas inaceitáveis à sua altivez de lutador novo e cheio de imprudência não sofreria os desgostos que o amarrotaram em extremo porque desaprazou a gregos e troianos.

Apear Castilho, com rijos e mordazes vocábulos, duma peanha formada de taboas velhas e carunchosas para o colocar num glorioso pedestal, com duas ou três palavras mais

---

(1) *In memoriam*, pág. 458.
(2) *Idem*, pág. 491.
(3) Antero de Quental, *Cartas*, pág. 55.

agras, embotidas num gabo tecido a sangue frio, equivale, como é bastante doloroso confessar, a cair numa atitude miserável.

¡¿Pois concebe-se lá que Antero venha hoje dizer à gente a quem na véspera apregoara, num tom de máxima, a nulidade de Castilho, que êste homem já não era um zero, mas alguém nas letras da sua terra, visto que havia escrito uma obra superior e inatacável, e por isso mesmo superior a uma do glorioso Garrett?!...

Ora quando um homem consegue brilhar num livro imorredoiro é porque possue um espírito talentoso ou genial. ¡Não pode ser outra coisa e por êste motivo Castilho começa a ver os seus créditos tratados com mór deferência por parte daquêle que o escarnecia!

Era a louvaminha, a palinódia, quebrando uma isenção pouco firme e mal fundamentada.

Depois a obra que o poeta das *Odes Modernas* rebuscára para engrandecer o seu detestável ofensor, está muito longe de a considerarmos prima.

Antero enganou-se porque o *Camões* não passa duma tradução adaptada com certas vantagens à ribalta portuguesa.

Ramalho Ortigão, apoiado nuns elementos que lhe fornecera Gomes Monteiro para um artigo de jornal (1), permitia-se galhofar com o juízo de Antero, no folheto *Literatura de Hoje*, que por sinal o melindrara bastante pela maneira como classificava êste seu gesto (2).

Efectivamente o seu censor tinha razão:

Entrou uma vez Bernardino José de Sena Freitas em casa do poeta, e levava-lhe um folheto francês do repertório do Odeon:

Camõens / drame en cinc actes et en prose / par M. M. Victor Perrot / et Armand Du Mesnil.

Fôra a peça representada em Paris nos fins de Abril (29) de 1845. Pediu Sena Freitas ao poeta para a traduzir para a companhia dramática de curiosos michaelenses que algumas vezes representava no vizinho teatro particular de S. Sebastião, na rua da Loiça.

Os livreiros de Lisboa em 1849, influídos talvez pelo

---

(1) Supico, *ob. cit.*, pág. 235.
(2) Ramalho Ortigão, *Literatura de Hoje*, pág. 38

exame superficial da obra, recusaram-se a publicá-la, dizendo ser uma tradução (1).

É pois um arranjo onde ao lado de scenas inteiramente copiadas encontramos falas e scenas e duma nova invenção (2).

Como peça tem pouca intensidade e diminuto convívio teatral; como bosquejo histórico havia de pecar com futuros estudos que patenteariam factos menos acertados.

Foi o que sucedeu. A peça e o livro de sabença jazem hoje nas estantes dos amigos das letras que o buscam só para aquilatarem o estado progressivo da arte dramática e o avanço dos estudos camoneanos.

¡E francamente quando meditamos nestes aspectos, os únicos que poderiam tornar imorredoira a obra de Castilho; os únicos capazes de assegurarem o juízo de Antero, somos tangidos por um profundo descontentamento, porque de todo êsse afamado volume, porque de toda essa decantada Glória, só se salva um auto incluído com mestria no Drama!

Êsse, que serviu de pretexto para avaliar da sabença de Costa e Silva e que ingènuamente conduziu a errar Romero Ortiz (3), êsse, pelas qualidades superiores como foi entretecido, pelo íntimo sabor vicentino como foi trabalhado, tem resistido à acção das inovações e mantém-se belo, formoso e novo; não é de ontem, mas de hoje.

Só nêle existe grandeza; o resto esbroa-se porque está contaminado de todos os defeitos do teatro histórico.....

.....

Referimo-nos aos agastamentos que Antero colheu nesta contenda em que entrou isento de qualquer sugestão.

Na verdade o poeta, calcando conveniências que deveria guardar, foi descobrir o fel duma amizade que repudiara, como qualquer preverso, ignorando da magestade dêsses laços tão sagrados e tão propensos ao sacrifício que nobilita e imortaliza.

Meditem-se estas palavras colhidas dum folheto de Júlio de Castilho:

«É Antero de Quental um nome, que obscuro ainda para muitos (falemos franco) em mim desperta lembranças, e até saüdades e muitas; nome que hoje desabrocha e começa a

---

(1) Júlio de Castilho, *Instituto*, 1895, pág. 168 e seg.
(2) A. F. de Castilho, *Camões*, vol. I, pág. IX.
(3) *Bibliografia crítica da história da literatura portuguesa*, vol. I, pág. 33.

pompear, como tantos outros, entre os sinceirais arcádicos do Mondego, nome que dentro em pouco será glorioso, nome que enlaçado com o meu em tempos que já lá vão e não tornam, me acostumei a amar como o de um quási irmão, lá desde que o destino unira as nossas sortes naquela ilha...

«É Antero do Quental (coïncidência notável e dolorosa) o meu mais antigo amigo, o companheiro dos meus folguedos de inocente...

«Antero de Quental, finalmente, o próprio Lutero tem a delicadeza extrema de vir expressamente de Coimbra a Lisboa em Novembro ou Dezembro de 1863 consultar o Mestre acêrca da edição de um livro que projectava, e cujo manuscrito (se não me engano) trazia consigo. Se a memória lhe não falha, talvez se recorde que foi isto num sabado, de que foi cordealmente recebido» (1)...

Sangram pelas feridas que vão abrir em peito descoberto e incapaz de contar com o auxílio dos braços invadidos por um desalento de fôrça moral e desmascaram os fundamentos dessa apressada modificação do tino primitivo de Antero.

É na ausência daquele senso moral que topamos com a chave dos desgostos que o levaram não só «a deplorar o ter entrado na discussão» (2), mas também a enojar-se «até à nevrose de se irritar» (3), quando ouvia amentar o facto ou discutir o assunto; é na quebra daquêle gigantesco sentimento, muito mais do que nas publicações disparatadas, que residem os motivos que o arrastaram a confessar a existência de exagêros e irreverências desnecessárias à polémica (4) e a escrever a *Dignidade das Letras*.

E se nos detivermos numa análise aturada da causa que acabámos de citar, imediatamente se ergue a figura grada do Dr. Filipe do Quental mostrando ao seu sobrinho Antero, o desgôsto que o invadira quando conhecera o agravo a Castilho e o gesto menos honroso que realizara.

O desgôsto não poderia ser mais profundo pela íntima amizade que o unia ao velho poeta; o gesto não poderia ser mais grave pelas atenções que os seus tinham recebido do vate.

---

(1) Júlio de Castilho, *O Senhor A. F. de Castilho, e o Senhor Anthero do Quental*.
(2) *In memoriam*, pág. 160.
(3) *Idem*, pág. 165.
(4) Antero de Quental, *Cartas*, pág. 5.

Dêste modo Antero consentiu na influência das palavras do seu tio e pretendendo temperar o desastroso acto para a sua dignidade moral, antes de se alhear da contenda, publica o seu segundo opúsculo.

Colocada assim a questão compreende-se com desembaraço o abandono que votou à polémica no momento em que ela atingia o apogeu.

«Durante a grande questão coimbrã, quando mais ressoante rolava a briga contra a Tróia literária de Castilho, êle, o nosso invencível Achiles — um dia desaparece... ¿Era um abandono, pactuara o herói secretamente com Priamo? Assim o pensaram os Achaios fanáticos. ¡Não! Abalara para a Figueira, com saüdades da solidão e do mar. ¿Que importância podia ter essa rixa de literaturas e vaidades para quem, desde os dezoito anos e dos primeiros versos, viera sempre desdenhando alegremente a superstição da glória e das letras? De resto todo o esfôrço em Antero era acompanhado pelo sentimento secreto e divertido da sua inanidade — e a ironia nêle andava sempre ao lado da acção, soltando o seu assobio malicioso» (1).

Debilitada argumentação pela pobreza dos fundamentos que a escoram é, na verdade, a de Eça de Queiroz, pois que nem a nostalgia das salsas águas, nem as quietações dos ermos, nem o desprêzo pelas gloriolas literárias emudeceram êsses Achaios, menos justamente notados duma cegueira que não possuíam.

A razão baseava em absoluto o pensar dos que olharam a Dignidade das Letras como um pacto e a abalada para a Figueira como um abandôno. Desconheceram os motivos do escrito e da partida contudo ao ponto do misterioso veu que os acobertava fôra erguida por Júlio de Castilho...

Eça apontando-nos um desalento ajustado numa ironia maliciosa aminora a figura moral daquêle a quem, segundo reza a lenda, chamava Santo; nós filiando a mudança da acção e do pensar de Antero nuns motivos justos e superiores, conduzimo-lo perante a crítica debaixo dum novo aspecto.

¿Ela que terá de sentenciar, com a imparcialidade e constância já conhecida, iniciará o seu juízo inquirindo das provas.

---

(1) *In memoriam*, pag. 497.

*
* *

Ei-las; contudo antes de as enumerarmos, porque constitui obrigação do ofício de escrever, diremos que a nossa maneira de opinar já teve precursores: um, o grande mestre dos estudos literários em Portugal, o sr. dr. Teófilo Braga (1); outro um talentoso discípulo dêste homem de letras, o sr. Fran Paxeco (2).

As afirmações lidas nos livros dos autores referidos aguçaram-nos a curiosidade e exaltaram-nos a tal ponto a fé, posta nas pesquizas a realizar, que nos puzemos consultando catálogos e folheando volumes, em busca de novos dados que firmassem melhor o parecer do douto e do amador.

Foi aissm que descobrimos um filão riquíssimo e transformamos esta matéria num assunto quási novo; foi assim que colhemos, sobretudo em Júlio de Castilho, as provas que cimentam o fecho do nosso arrazoado, uma coordenação de meia dúzia de ideas fundamentais para um trabalho de mór folego.

Êsses elementos, consoante a sua natureza, foram dispostos em duas qualidades: na primeira surgem-nos aquêles que dizem respeito ao íntimo convívio de Castilho com Filipe do Quental; na segunda patenteiam-se os que avigoram a influência dêste em Antero.

Ora os nós de amizade que serviam de ligamento entre as famílias Castilho e Quental, datam daquela época em que o ex-redactor da *Revista Universal Lisbonense* estabeleceu a sua residência em Ponta Delgada, numa casa quási fronteira ao palacete do simpático morgado Fernando do Quental (3) que, segundo é conhecido, era irmão do tio de Antero.

Iniciam-se por conseqüência estas relações no meado do terceiro terço do ano de 1847 e pelo menos até 62, nós conseguimos apurar que Filipe do Quental não desmentiu com gestos ou com palavras a conduta que adoptara para o vate. Pomos de parte a infância dessa amizade, nascida pela simples coincidência de serem vizinhos, porque os elementos

---

(1) Supico, *ob. cit.*, pág. 249.
(2) Fran Paxeco, *ob. cit.*, pág. 134.
(3) Júlio de Castilho, *Instituto*, 1893, pág. 1057.

escaceiam e devem estar relacionados com hipóteses que nos arrastariam muito longe e retardariam o termo do nosso trabalho.

Assim abandonaremos aquêle período de animadversão, traduzido por um completo silêncio e por uma frieza calculada a que foi votado Castilho pela quási totalidade dos habitantes de Ponta Delgada, que seguiam, no campo doutrinário da política, ideas diferentes às do poeta, e diremos das acções de Filipe do Quental, embora resumidamente, tudo que constar dos livros manuseados.

Em 9 de Setembro de 1848, criou Castilho a Sociedade dos Amigos das Letras e Artes. Filipe do Quental pertenceu a esta agremiação e na célebre Assemblea realizada por esta colectividade em 29 de Novembro do mesmo ano no teatro da terra (1), recitou os seguintes versos:

Tua mágica lyra encanta e prende,
Aos que te ouvem pulsal-a, inclito vate;
Ves chorar, se ella geme; e quando canta,
As almas arrebata,

És Castilho, maior que cem monarchias;
Mais do que mil sceptros vale a tua lyra;
És monarchia que rege entendimentos,
E corações captiva (2).

Após êste sarau literário que terminou com a oferta duma corôa de loiro artificial, ornada de fitas, contendo uma envaidecedora legenda (Génio sem par. Eterna Glória) a Castilho encontramos o irmão do morgado Quental, inscrito num curso de versificação regido pelo poeta. Aponta-nos o relatório dessas lições os nomes dos alunos que mais se distinguiram e o primeiro citado é o de Filipe do Quental (3).

Resolveu a Sociedade organizar uma bibliotecasinha e na lista dos nomes das pessoas que ofereceram livros vemos inscrito o nome do amigo do vate (4) que alguns tempos depois foi padrinho duma filhita, irmã gémea de Ida, que poucos meses viveu (5).

Em 26 de Dezembro dêsse ano de 48 e em dois e seis de Janeiro de 49, realizaram-se três outeiros em casa de

---

(1) Júlio de Castilho, *idem*, 1895, pág. 496.
(2) Idem, *O Senhor A. F. de Castilho e o Senhor Antero de Quental.*
(3) Idem, *Instituto*, 1895, pág. 496.
(4) Idem, pág. 499.
(5) Idem, pág. 549.

Castilho. Filipe do Quental, que foi um dos mestres de sala dessas festas recitou uma poesia lírica com o título «O Juramento de Elisa» (1).

Nas azedas discussões entre o *Agricultor* e o *Cartista*, divulgadas pelos célebres folhetos *Ou eu ou Elles* e *Thecel*, surge-nos o tio de Antero, como testemunha do redactor do primeiro jornal, que era Castilho (2).

Já na metrópole, para onde retirara em Junho de 1850, deliberou o poeta do *Amor e Melancolia*, abrir no seu colégio do Pórtico, que então funcionava no pálacio Sarmento, à Estrela, um curso gratuito de propaganda do *Método Repentino*.

Em quinze de Julho dêsse ano houve uma sessão solene para comemorar a abertura do curso.

Estiveram presentes 307 matriculados, que escutaram cheios de entusiasmo os discursos dos diferentes oradores, que usaram da palavra.

Entre estes também a pediu Filipe do Quental, «o açoreano expansivo que os leitores já conhecem, e um dos mais dedicados entusiastas de Castilho, e informa a Assemblea do que êle mesmo presenciou na ilha de S. Miguel. Declara ter sido êle um dos primeiros, que nas escolas noturnas e gratuitas da Sociedade dos Amigos das Letras e Artes ensinaram a ler pelo método de Castilho; que na cidade de Coimbra, onde cursa (1852) sciências naturais, tem projectado com outros amigos, fundar iguais escolas, por meio de uma sociedade denominada da «Instrução do povo pelo povo»; que, durante a sua estada em Lisboa a férias, está pronto a coadjuvar Castilho nestes seus trabalhos. O discurso de Filipe do Quental, cheio de fôrça e eloqüente de Amor, é por vezes interrompido com estrepitosos aplausos (3).

Nos serões de 7 de Agôsto de 1852 e bem assim no de 21 do mesmo mês, Filipe do Quental recitou poesias várias:

Operário como sou
não invejo ao rico a sorte;
nem me seduz essa côrte
com que a ventura o cercou.
De riqueza desherdado,
tenho em meu berço um morgado,
que por nenhum preço dou.

---

(1) Júlio de Castilho, *Instituto*, 1895, pág. 500.
(2) A. Feliciano de Castilho, *Ou eu ou Elles*.
(3) Júlio de Castilho, *Instituto*, 1897, pág. 701.

Banha-me a fronte o suor,
com que grangeio o sustento;
mas sou tão rico e opulento
como o mais rico senhor,
pois tenho na alma um thesouro,
que vale mais do que os de oiro;
é da familia o amor.

Se à força do meu lidar
me colhe o corpo a fadiga,
vem a noite, a boa amiga,
allivio ao corpo dar;
então, nos braços da esposa
e filhos, o peito goza
ditas que não sei contar.

Juntos ao pé do fogão,
nas longas noites de inverno,
enviamos ao Eterno
as preces do coração;
e, depois, somno profundo
nos affasta deste mundo
de vaidade e de ambição.

Assim que brilham no ceo
de madrugada alvas rosas,
damos graças fervorosas
ao que na Cruz pereceu.
Filhos e mulher abraço,
renovando assim o laço
que para sempre nos prendeu.

Á branda voz da mulher
que é notada da minh'alma,
corro em demanda da palma
que lidando hei-de colher.
Ledo retomo o trabalho;
impunho de novo o malho;
recomeço o meu viver.

Operário como sou,
não invejo ao rico a sorte,
nem me seduz essa corte
com que a ventura o cercou.
De riqueza desherdado,
tenho em meu braço o morgado,
que por nenhum preço dou (1).

Filipe do Quental, como se deve já ter concluído dum passo que transcrevemos dum seu discurso, frequentava a

---

(1) Júlio de Castilho, *Instituto*, 1898, pág. 621.

Universidade de Coimbra e vinha amiudadas vezes à capital visitar os seus queridos amigos, que o recebiam de braços abertos, sem cerimónias, como é uso receberem-se aqueles que são, por assim dizer, membros da nossa família.

Desta maneira encontramo-lo a cada passo nos saraus realizados em casa de Castilho, onde naturalmente dava expansão aquela afamada graça que possuía e vêmo-lo sempre contribuindo para o êxito dos trabalhos em que se envolvia o seu querido mestre e poeta.

Na formosa propaganda que Castilho encetou pelo norte do país a favor do seu método de leitura teve de tocar em Coimbra. Escreveu ao seu compadre para o ir esperar afim de entrarem juntos naquela cidade (1).

Não sabemos se os desejos do poeta se realizaram, contudo Júlio de Castilho inclinou-se afirmativamente, pois que Filipe do Quental era um amigo certo e provadíssimo (2).

Durante a sua permanência na cidade do Mondego fundou Castilho ou os estudantes, conforme pretende o seu filho, a Sociedade Civilizadora Conimbricense. A comissão redactora dos estatutos era constituída por cinco membros e dela fazia parte o futuro lente da Universidade, Filipe do Quental (3).

Em 1862, voltou de novo Castilho a Coimbra, onde realizou um sarau no Teatro Académico.

Filipe do Quental, com pedidos e rogos, fez com que o seu sobrinho recitasse naquela noite perante o vate que o abraçou efusivamente dizendo-lhe que era um poeta de génio (4)...

Eis-nos chegados ao termo das provas do enunciado que fizemos. Não são muitas as que constituem o avigoramento da influência que Antero sentia da parte do seu tio.

Uma só apontámos, mas essa revela duma maneira insofismável o poderio que pretendemos basear, porque só ela justifica aquela mudança de pensamento que levou Antero no ano de 63 a procurar Castilho, a quando desejava imprimir as *Odes Modernas*.

Negar essa influência, equivale a manter Antero numa

---

(1) Júlio de Castilho, *Instituto*, 1905, pág. 794.
(2) Idem, pág. 857.
(3) Idem, 1902, pág. 45.
(4) Supico, *ob. cit.*, pág. 360 e António Cabral, *Eça de Queiroz*, pág. 68 e seg.

animadversão pouco justa para uma visita daquela natureza. Por isso aceitamos que a interferência do dr. Filipe do Quental abrandou neste momento a animosidade que Antero nutria por Castilho; por isso não carecemos de mais elementos que mantenham a intervenção do seu tio na questão de 1865.

A primeira justifica a segunda e, se nos lembrarmos da gravidade que esta revestia para o dr. Filipe do Quental, considerado por Castilho um dos seus maiores amigos, sempre pronto a auxiliá-lo, teremos fatalmente de receber como bom o ponto de vista em que nos colocámos.

Não nos venham com qualquer passo que possa afectar esta amizade porque nós também tomámos com êle (1), mas o seu autor pelas considerações que faz anos depois, continúa a ter o tio de Antero na conta dum verdadeiro amigo.

De resto todos aquêles que conviveram com o estudante e com o lente Filipe do Quental, nunca lhe ouviram palavras que pudessem magoar ou trair as relações que manteve com Castilho.

Homem de bem, como sempre foi, jámais poderia malbaratear o tempo que consagrou a essa amizade, jámais poderia aceitar o gesto do sobrinho sem um rubor que lhe avivasse os favores que os seus sempre receberam daquêle velho cego a que lhe queria como a um irmão.

JOÃO AUGUSTO DA FONSECA JUNIOR

---

(1) Júlio de Castilho, *Instituto*, 1901, pág. 863.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

D. Leonor de Portugal, filha de El-Rei D. Duarte, Imperatriz de Alemanha — Notas iconograficas, por Henrique de Campos Ferreira Lima. Porto, Tip. da Empr. Literária e Tipográfica, 1922.

Joaquim Rafael, pintor e escultor portuense — Breves notas biográficas e compilação dos seus escritos, por Henrique de Campos Ferreira Lima. Coimbra, Imp. da Universidade, 1919.

Gomes Freire de Andrade — Notas bibliográficas e iconográficas, publicadas em comemoração do 1.º centenário da morte deste ilustre general (1817-1917), por Henrique de Campos Ferreira Lima. Coimbra, Imp. da Universidade, 1919.

Medalhas e Condecorações concedidas pela Junta do Porto em 1847, por Henrique de Campos Ferreira Lima, Lisboa, Imp. Nacional, 1922.

O «Ex-libris» de Gerard de Visme, fundador da quinta e palácio de Monserrate em Cintra, por Henrique de Campos Ferreira Lima. Porto, Tip. da Empr. Literária e Tipográfica, 1922.

Dois retratos de D. João I em Viena d'Austria — Breves notas iconograficas, por Henrique de Campos Ferreira Lima. Tip. do Comércio, 1923.

Uma poetisa francesa em Portugal, Paulina de Flaugergues, por Henrique de Campos Ferreira Lima. Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.

António Cândido — Notas bibliográficas, por Henrique de Campos Ferreira Lima. Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.

Garrett e o Brasil — Notas bibliográficas, por Henrique de Campos Ferreira Lima. Rio de Janeiro, 1923.

Memórias para servirem à Historia da campanha do Alentejo em 1801 por José Maria das Neves Costa..., publicadas por Henrique de Campos Ferreira Lima. Coimbra, Imp. da Universidade, 1914.

D. Pedro V e a Artilharia portuguesa, por Henrique de Campos Ferreira Lima. Lisboa, Tip. do Comércio, 1923.

Subsídios para um dicionário bio-bibliográfico dos calígrafos portugueses, por Henrique de Campos Ferreira Lima. Lisboa, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 4$50

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 3$50

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873–1877)..... 3$00

Idem — Suplemento 1.º (1877–1883)..... 2$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 2$50

Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... ..... 3$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 2$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º
N.º 10

1923
Outubro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Angola — Discurso proferido pelo Alto Comissário em 18-7-923, na Sessão Inaugural do 1.º Congresso de Medicina Tropical, por Norton de Matos..... 431
Principais datas da cronologia de Angola..... 443
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por Sousa Viterbo..... 452
Terras de Odiana, por P. M. Laranjo Coelho..... 465

ANGOLA

DISCURSO PROFERIDO PELO ALTO COMISSÁRIO EM 18-7-923, NA SESSÃO INAUGURAL DO 1.º CONGRESSO DE MEDICINA TROPICAL

Senhor Chefe dos Serviços de Saúde da Província de Angola:
Senhores Congressistas:
Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Quando o Senhor Doutor Damas Móra, Chefe dos Serviços de Saúde, formulou, pela primeira vez, perante mim, a sua feliz concepção de um Congresso de Medicina Tropical em Loanda, devo confessar que hesitei em dar-lhe o meu apoio. A breve trecho, porém, reconheci que Angola se devia arriscar a tal empreendimento e que a mim me cumpria dar-lhe o meu inteiro auxílio.

Tenho de vos explicar, Senhores Congressistas, as razões da minha hesitação e da minha resolução, porque nessa explicação se conterá não sòmente o motivo que nos levou a pedir-vos que de longe viésseis a esta tão desconhecida terra de Angola, mas também a expressão do nosso profundo reconhecimento por terdes vindo.

*
* *

Não tem ainda Loanda, e menos as têm os outros povoados de Angola aquelas condições de civilização e de confôrto, essenciais na escôlha de uma povoação para reünião de Congressistas.

Nem hotéis, dignos dêsse nome, nem museus de arte ou de sciências, nem teatros, nem as perspectivas artísticas que nas grandes cidades magestosamente levantam os arruamentos, os jardins, as fontes monumentais e as edificações majestosas.

Daí a minha hesitação em permitir que fôsse dirigido o convite que, em nome desta colónia portuguesa, vos foi feito.

Era uma grande responsabilidade que assumia; mas a ela me abalancei, porque reconheci que ao vosso claro entendimento de homens de sciência esta terra portuguesa de África se apresentaria sob um aspecto bem diferente do das grandes cidades, célebres pelos seus Congressos, mas talvez mais alto e mais egrégio.

Angola representa para nós, portugueses, e para todo o mundo civilizado um passado de tal grandeza que deve apagar aos vossos olhos o que lhe falta ainda para vos receber como um país de prósperas civilizações.

Foi ao longo desta extensa e tão nossa costa, do Cabo Bojador ao Cabo Frio, mais à terra, mais ao largo, que tomou verdadeira forma, que entrou pelo caminho das realizações êsse gigantesco e formidável desígnio de descobrir novos mundos que a nossa alma nacional concebeu.

Estamos a pisar terra sagrada.

Foi ao abrir do século XV que em Portugal principiou a germinar a ânsia da Nação para alargar os seus domínios, para encontrar um vasto campo onde pudesse dar vasão às ondas de energia que tão alto lhe erguiam a alma.

Tínhamos então uma população de um milhão e meio de habitantes e foi com uma população sempre inferior a dois milhões que realizámos a epopeia dos descobrimentos. Havíamos de vez constituído o território nacional e fixado a nossa independência perante a Espanha e as outras nações da Europa, e os nossos olhos viraram-se para as regiões africanas mais vizinhas, com o fim de conquista, com o *sonho,* que precede sempre as nossas concepções, organizações e realizações, da constituïção do grande império do Norte de África, que quatro a cinco séculos depois a gloriosa França conseguiria levantar. Demos o primeiro passo serenamente e, como sempre, secretamente; sem atoardas ou reclamos após o desejado resultado. — Em 1415 tomámos Ceuta. A expedição foi comandada pelo próprio rei, levando consigo os infantes seus filhos; e toda a Nação se uniu ao empreendimento e vibrou de entusiasmo perante o seu brilhante sucesso.

Estava traçado o nosso destino; passámos a ser um povo de colonizadores.

Mas, paralelamente, outros empreendimentos se iniciaram e de tal magnitude que haviam de sobrepujar os da con-

quista do Norte da África e impedir a constituïção do *império* português de Marrocos.

Para estes empreendimentos, — obra genial de reorganização e audácia que no mundo não tem, até hoje, outros que se lhes igualem, — havia muitos anos que os portugueses se vinham preparando.

As primeiras navegações principiaram em 1412, mas já em 1341 Portugal tinha enviado uma expedição, precedida por expedições de reconhecimento anteriores a 1336, à redescoberta e conquista das Canárias, essas ilhas conhecidas dos fenícios e que, pelo tratado de Toledo de 6 de Março de 1480, cedemos definitivamente à Espanha.

Quando os descobrimentos se intensificaram, sobretudo com o impulso que lhes deu o infante D. Henrique, Portugal era já um povo de navegadores. E mais uma vez é ocasião de dizer que não teriam aparecido nessa ocasião os necessários heróis e súper-homens se a consciência e o instinto da nacionalidade os não levantasse como guias e condutores necessários à realização dos desígnios da Raça.

Vai de 1412 a 1460, data da morte do Infante, o primeiro ciclo das descobertas portuguesas. Foram 48 anos de tentativas, de estudos e de experiências, que constituíram a brilhante preparação dos descobrimentos da costa ocidental da Africa, do caminho marítimo para a Índia e da extensa costa do Brasil.

Passadas largas mas cautelosas, deixando bem conhecido o espaço percorrido, o Oceano navegado com tantos rumos diversos e, por assim dizer, tateado e examinado com tão atento cuidado, não perdendo os mais leves indícios que à volta à Pátria eram minuciosamente discutidos, por forma que no terceiro quartel do século XV os pilotos e os cosmógrafos portugueses estavam senhores da solução do problema pelo conhecimento já muito adiantado das suas três principais incógnitas:

a) O melhor e o mais curto caminho para a Índia era ao longo da costa de África;

b) Para oeste existia ou um grande continente ou um formidável grupo de ilhas;

c) E, portanto, nessa direcção o caminho marítimo para a Índia seria impossível ou muito mais longo.

Pôrto Santo e a Madeira em 1418; os Açôres em 1431; algumas das ilhas de Cabo Verde em 1433.

*

Os «postos de escala e de esperança» iam aumentando...

De 1419 em diante as viagens ao longo da costa da África realizam-se com uma persistência nunca igualada. Os navegantes voltavam a Sagres como atónitos e trementes trazendo nos olhos qualquer cousa de mistério e de loucura. Para além do Cabo Bojador a água fervia, escaldava... Era o *mar tenebroso*, que em pouco se transformaria no *mar portentoso* da nossa esperança e da nossa glória. Mas o destino atraía-nos; — novas viagens se iniciaram num incessante despender de energia.

Em 1434 Gil Eanes transpõe o Cabo Bojador, rasgando o mistério, abrindo a porta às grandes navegações para o Sul, e ao largo do qual se tinha passado mais de uma vez nas explorações ao arquipélago de Cabo Verde. No ano seguinte atinge Gil Eanes o Rio do Oiro, desembarca e faz-se durante nove dias a primeira exploração da costa ocidental de África. Temporàriamente, vinga de novo o sonho da conquista de Marrocos. No Conselho de 1437 foi decidida, contra a vontade do infante D. Pedro, a tomada de Arzila e de Tânger. Fomos vencidos em Tânger, deixando prisioneiro o infante D. Fernando, que do seu cativeiro pediu que o não libertassem, porque êle valia menos do que a praça de Ceuta que os mouros exigiam pelo resgate. E morreu martirizado, após anos de constante penar. O povo chorava o infante mártir, mas compreendia a *razão de Estado* e escondia as lágrimas.

Assim se ia formando a nossa epopeia marítima com tudo o que há de maior na vida dos povos: — o pavôr e o mistério, a heroicidade raiando pela loucura, o sacrifício constante da vida.

Em 1441 recomeçou a navegação da costa ocidental da África e em 1460, à data da morte do Infante, as explorações tinham atingido a Serra Leôa.

Abre-se o segundo ciclo da expansão portuguesa, e Portugal resolve defender definitivamente o seu flanco esquerdo na sua navegação para o Sul. — São tomadas aos mouros em 1458 a praça de Alcácer, em 1471 Arzila e em seguida Tânger. Estavamos senhores do Estreito de Gibraltar e as nossas armadas podiam singrar confiadamente no prosseguimento das descobertas. Em 1471 ultrapassa-se o equador e descobrem-se as ilhas de Corisco, Ano Bom, São Tomé e Príncipe.

Acostumamos o nosso braço à tomada de praças fortes, quási prevendo que êsse treino nos havia de ser preciso na

constituïção do nosso domínio na Índia; ganhamos dia a dia mais experiência e conhecimentos na *arte de navegar* e cada vez nos familiarizamos mais com o mar Atlântico, de que nessa época conhecíamos para cima de 2.000 graus quadrados.

A nossa qualidade de povo navegador e conquistador estava já firmada e os primeiros ensaios de povo colonizador tinham já sido feitos em Pôrto Santo, Madeira, Açôres, em algumas ilhas de Cabo Verde e ao longo do Rio do Ouro. Um novo ciclo se inicia então, o mais brilhante de todos.

*
* *

Ao entrar no último quartel do século XV os portugueses estavam senhores de notabilíssimos conhecimentos relativos à geografia do mundo. Difícil é que um serviço de informações, tão caracterizadamente universal e tão completo, se tenha montado noutra parte do mundo, antes da era moderna de navegação rápida, dos caminhos de ferro e dos telégrafos.

Ao que os antigos tinham escrito sôbre a forma da terra e a distribuïção dos seus mares, ilhas e continentes juntaram-se na escola de Sagres e depois nos Paços dos Reis, as informações que os nossos navegantes constantemente nos traziam com o que de outras nações conseguimos obter: — e tudo isto era ligado, compulsado e analizado, mercê de um largo saber de assuntos cosmográficos, e de um espírito scientífico, que só principiou a estender-se ao resto do mundo nos meados do século XVI.

Quando em 1474, o príncipe D. João, que depois foi o grande Rei de Portugal, D. João II, tomou conta da *administração colonial do reino,* facto altamente notável e significativo, já bem se sabia em Portugal que as terras do Ocidente, a América de hoje, não podiam ser as Índias Asiáticas. O longo período de quási três quartos de século tinha-nos preparado para os grandes e altos empreendimentos de traçar o caminho marítimo para a Índia e de descobrir o Brasil. Levou 25 anos a sua organização e realização, que foram em grande parte, presididos e orientados pelo homem enérgico, pertinaz, resoluto e, sobretudo, português, como poucos, que foi o Rei D. João II.

Continuamos a navegar para o Sul, ora ao longo da costa de África, ora fazendo-nos ao mar alto, para fugir das cal-

marias costeiras e principiamos a ocupar essa costa militarmente e comercialmente e sob o ponto de vista de exploração mineira. Em 1482 Diogo de Azambuja funda na Guiné o Castelo de S. Jorge da Mina para defender as feitorias comerciais, cujos lucros fabulosos, para aqueles tempos, despertavam grande entusiasmo pelas descobertas em todas as classes da população.

A política internacional, modelar e sagaz, de D. João II, fixava para Portugal a posse de todo o litoral de África. Estavamos, portanto seguros, não sòmente contra a pirataria dos mouros do norte de África mas também contra as cobiças da Europa.

De 1482 a 1483 realiza Diogo Cão a sua primeira viagem e nela descobre o litoral do Congo e o rio Zaire. Principiam a aparecer pela primeira vez os *Padrões de pedra,* mais duradouros que os primitivos padrões de madeira, e um dêles, o primeiro de tantos outros, é colocado na ponta sul do grande estuário do Zaire. Foi o notável e para nós venerável *Padrão de S. Jorge.*

Diogo Cão explora o rio Zaire e estabelece relações com os povos africanos que viviam na sua bacia hidrográfica e sobretudo com o importante império indígena do Congo; continua a descoberta para o Sul e assenta o padrão de Santo Agostinho no Cabo de Santa Maria, na costa de Benguela, por 13° 27′ 15″ de latitude sul e regressa a Portugal no fim de 1483, levando consigo alguns indígenas de Angola.

Recompensado e honrado pelo Rei, volta Diogo Cão a prosseguir as suas descobertas em 1484. Foram apenas duas pequenas caravelas: que com poucos recursos realizámos sempre as nossas grandes obras; e *muito com pouco* foi a nossa divisa dos velhos e heróicos tempos e deve ser a nossa divisa de hoje.

Em princípios de 1485 colocou Diogo Cão o padrão de Cabo Negro, por 15° 40′ 30″ de latitude, e, prosseguindo na descoberta da costa africana, vai até ao Cabo da Serra, conhecido, também, por Serra Parda e *Cross Point,* fixado por 21° 48′. Aí implantou o grande descobridor de Angola o seu quarto e último padrão, regressando a Lisboa em 1486.

Nesse mesmo ano, manifestando o firme propósito de se conseguir o fim almejado e a energia incansável da Nação, outra expedição marítima se organiza. Comandada por Bartolomeu Dias, reconhece e dobra o *Cabo das Tormentas,* cujo nome foi mudado por D. João II em *Cabo da Boa*

Esperança, quando soube que nele a costa de África inflectia para Norte.

Estava definitivamente provado que não tínhamos errado nos nossos cálculos e previsões: o caminho para a Índia era por ali e não pelo Ocidente. Principiou a organizar-se a primeira frota da Índia.

Não pôde o Grande Rei assistir à realização dos seus formidáveis planos e dos seus altos esforços, arrebatando-o a morte quando estava perto a colher para a sua Pátria os frutos de tão insigne labor; mas antes de morrer ainda quis desvendar outros mistérios do Continente Africano.

Corriam de há muito notícias em Portugal que na parte superior e oriental de África, ao sul do Egito, existia um reino cristão, o de Prestes João. Organizou D. João II duas travessias da África por terra, que foram as verdadeiras precursoras das viagens através do continente africano, realizadas com tanto brilho no século XIX, seguindo uma pelo Senegal, e outra pelo Cairo, constituída por dois viajantes Pero da Covilhã e Afonso de Paiva. Covilhã visitou vários pontos da costa oriental de África, passou dêste continente à Ásia e chegou a terras indianas. As suas informações, juntas às de Bartolomeu Dias, constituíram valiosos elementos para a organização da expedição à Índia. ¡E quem sabe se na mentalidade fria, prática e extraordinàriamente sagaz do Grande Rei português, o reino cristão do Prestes João não foi apenas um pretexto para mascarar o seu intento de um reconhecimento por terra à costa oriental de África e daí à Índia!

Estava realizado o periplo da África Ocidental; muito se sabia já do que eram a costa oriental e as regiões indianas que se queriam atingir: o Oceano Atlântico entre os dois grandes continentes da África e da América era, em enorme parte, por nós conhecido; tínhamos cosmógrafos, pilotos, marinheiros e sobretudo chefes e condutores de homens, como nenhuma outra nação os tinha então: — podíamos entrar no último ciclo da epopeia nacional, o das *realizações.* Vasco da Gama chega à Índia em 1498; em 1500 Pedro Álvares Cabral descobre o Brasil.

*
* *

Após êste titânico esfôrço de quási um século de duração, realizado pela Nação e concebido, preparado e levado a

efeito em Portugal e de Portugal, por um povo tão reduzido em número e pelos seus chefes, principiamos a brilhante e heróica obra de consolidação.

Constituímos na Índia um grande império de comércio e navegação, e fizemos o Brasil. Estes dois grandes empreendimentos absorveram o melhor das nossas fôrças, mas nem por isso abandonámos a África.

Vasco da Gama segue ao longo da costa oriental de África e só a deixa em Melinde, perto do equador, para ganhar rumo nordeste em direcção à Índia. Volta pelo mesmo caminho, e tanto na viagem de ida como na de regresso toma o mais possível contacto com a terra e com as populações africanas; o mesmo faz Cabral e todas as frotas da Índia que em tão grande número passam a sulcar o caminho descoberto.

O mar Atlântiço, de que tanto dependiam os nossos estabelecimentos de África, continua a ser explorado e navegado com todos os rumos. Em 1501 João da Nova descobre as ilhas Ascenção e Santa Helena e, no mesmo ano e no Extrêmo Norte, Gaspar Côrte-Real descobre a Terra Nova e a ponta sul da Groenlândia, segue ao longo da costa ocidental desta região até quási atingir a latitude de 70° norte, dirige-se da Groenlândia para Oeste e navega ao longo da costa do Lavrador, que já tinha êsse nome português, havia anos.

Muito pouco, ou talvez nada, restava para descobrir no *mar Portentoso,* e no século XVI o matemático Pedro Nunes, inventor do *nónio,* podia escrever a respeito dos nossos navegantes: *E fizeram o mar tão chão que não há quem hoje ouse dizer que achava novamente alguma pequena ilha, alguns baixos ou sequer algum penedo, que por essas navegações não seja já descoberto.*

À vossa mentalidade de homens de sciências talvez agrade que eu me detenha um pouco naquelas referências que fiz no decorrer dêste discurso sôbre o espírito scientifico que, como sempre, foi o verdadeiro vivificador e impulsionador da gigantesca obra dos descobrimentos.

Estudos e investigações recentes provam à saciedade que os portugueses possuíam nos fins do século XV noções completas de cosmografia e da arte de navegar e que, graças a essas noções e ao trabalho colossal executado desde o princípio do século, de crítica e análise das informações de antigos viajantes, historiadores e geógrafos, tinham atingido, pouco após os meados dêsse século, completo e perfeito

conhecimento da forma da terra e da distribuição geral dos seus mares, continentes e ilhas, como atrás afirmei.

O Sr. Carlos Malheiro Dias, na sua esplêndida introdução à *História da Colonização Portugaesa do Brasil,* que juntamente com as bem elaboradas indicações históricas que me foram fornecidas pelo meu ilustre amigo, o Sr. Dr. Alves da Cunha, me serviu de principal guia no que tenho dito, traça com as seguintes palavras o quadro da *sciência orientadora das navegações portuguesas:*

> «A imponente história dos descobrimentos portugueses continuará ininteligível enquanto não fôr integrada na cultura universitária do *quadrívio*, colocando os sábios no primeiro plano, ao lado dos heróis. Até à hora sublime em que o Infante consultou os astrónomos, os cartógrafos e os pilotos, a cosmografia medieval apenas conhecera e suspeitara a metade do planeta, reproduzindo nos mapas-mundos os conhecimentos herdados dos árabes e dos gregos. Na flora simbólica dos ventos, a rosa de Timosthenes e de Vitruvio passa a ter, com as descobertas portuguesas, as trinta e duas pétalas em que se dividiu a circunferência do horizonte. Foi em Portugal, na opinião insuspeita de Azuni, que se fixaram os princípios e as leis segundo as quais os navios puderam orientar-se em todas as direcções da rosa dos ventos, com o auxílio da agulha magnética. Foi em Portugal que se prepaparam os gérmens dos mundos novos e os primeiros esboços dos futuros planisférios. Fra Mauro é o antepassado do cartógrafo português que predefine no pergaminho encomendado pelo embaixador de Ferrara o continente americano desenrolando-o através da teia de azímutes que cobre o espaço oceânico e onde o Brasil embrionário ostenta a legenda picturial dos papagaios policromos e das florestas estilizadas pelo *iluminador*. Dilatando o mundo, criando novas condições sociais para a humanidade, concorrendo para a metamorfose das concepções astronómicas e geográficas, conquistando os mares como Roma conquistou a terra, Portugal e, nos séculos XV e XVI, um dos luminares da sciência. Lisboa aparece-nos como uma nova Alexandria. Desde 1431 que o Infante instituíra na Universidade de Lisboa os cursos de aritmética, geometria e astronomia. D. Duarte consagra

dois capítulos do *Leal Conselheiro* ao cálculo da hora pela estrêla polar. Os sábios portugueses regem cadeiras em Bolonha, Luvânia, Salamanca, Bordéus e Montpellier. Sessenta anos antes da Alemanha, Portugal funda uma Universidade. Antes de Paris, Lisboa tem prelos, onde se imprimem os incunábulos. É essa escola de nautas que realizará o milagre de transformar o humilde tecelão genovês no descobridor da América».

Trabalhos recentes e de um alto valor, entre os quais apenas cito os de Joaquim Bensaúde e de Luciano Pereira da Silva, mostram, com a fria análise scientífica, a vastidão e o rigor dos conhecimentos matemáticos, astronómicos e náuticos dos portugueses no último quartel do século xv.

«O *Regimento* e o *Tratado de esfera* eram obras manuscritas que foram repetidas vezes lidas pelos nossos sábios e pelos nossos chefes, e que reünidas, diz o sr. Bensaúde, constituíram uma obra de grande alcance, simultâneamente guia dos navegadores e vulgarizadora da astronomia náutica. Êste livro, essencialmente português, era a chave do vasto programa colonial de D. João II. Lido, relido, verificado e meditado, conduziu à mais audaz das empresas marítimas de todos os tempos: a viagem em tôrno do mundo pelo português Fernão de Magalhães».

A obra de Duarte Pacheco, o *Esmeraldo de situ orbis,* é o fruto da sua experiência de navegar que, sobretudo, se exerceu no último quartel do século xv; as obras de Pedro Nunes, que são escritas nos princípios do século xvi, têm por base os conhecimentos dos portugueses em astronomia e sciência náutica, quando dobraram o Cabo da Boa Esperança e descobriram o Brasil.

O *Regimento da declinação do Sol,* o *Livro da Marinharia,* contendo o *Regimento da altura do sol quando anda da banda do norte* e o *Regimento do sol da parte do sul,* o *Almanaque de Zacuto,* o chamado *Regimento de Munich,* o *Regimento de Evora,* o *Repertório dos Tempos* de Valentim Fernandes, o *Tratado da Prática Darismética* de Gaspar Nicolas, os *Libros del saber de astronomia,* os *Tratados da Agulha de Marear,* o *Regimento do Cruzeiro do Sul,* o *Tratado das Marés e diversos Roteiros* são obras e trabalhos de sciência que, em regra, só no primeiro e segundo quartel do século xvi foram impressos, chegando alguns dêles manuscritos até aos nossos dias. Constituíram êsses valiosos

trabalhos scientíficos os alicerces sôbre os quais erguemos a epopeia das nossas navegações e descobrimentos, que desta forma, — mais uma vez o devo afirmar perante esta assemblea de homens de sciência, — foi o resultado do esfôrço intelectual da Nação.

Ao principiar do século XVI os portugueses eram senhores de três grandes impérios coloniais — o da África, o da América e o da Índia.

As estonteadoras riquezas da Índia e do Extrêmo Oriente, as suas especiarias, as sedas, as faianças, as pérolas e as pedras preciosas; os rubis e os diamantes do Brasil, o seu ouro e o mais fácil acesso às suas regiões agriculturais, passaram para segundo ou terceiro lugar a ocupação e a exploração comercial, industrial e agrícola da África.

Mas com êsse procedimento, absolutamente necessário naquela época, não perderam os portugueses de então, como a não perderam nem a perderão os portugueses de hoje, a nítida visão do valor do seu império africano, e não deixaram de o considerar como elemento indispensável no *formidável conjunto* de descobertas e conquistas, realizadas após um século de titânico esfôrço.

Por isso Angola, e com ela toda a costa da África Ocidental e Oriental e os seu *hinterland,* nos mereceram sem cessar a aplicação de um pertinaz labor para a sua ocupação e exploração, sob todos os aspectos de uma actividade civilizada e sempre caracterizada por altos intuitos humanitários.

As notas e efemérides históricas que vos serão distribuídas com a publicação dêste meu pobre discurso, mostrarão a razão e acêrto das minhas afirmações.

O que aqui, nesta dantes tão inóspita terra de África, temos conseguido, os sacrifícios de tantas saúdes e de tantas vidas, as lutas ingentes contra o clima e contra hostes aguerridas de selvagens e traiçoeiros povos, a nossa continuada ocupação, que, tomando para base de operações militares, económicas e civilizadoras os nossos navios fundeados no rio Zaire e nos portos da costa de Angola ou que singravam o rio Cuanza, se estendeu em todas as direcções, indo muitas vezes até à África Central e até à Costa Oriental, as estradas, os caminhos de ferro, a ocupação administrativa cada vez mais intensa, os núcleos de colonização portuguesa cada vez em maior número nas regiões planálticas, as nossas obras de instrução para europeus e indígenas, as missões religiosas hoje inteiramente integradas na nossa administração e nos nossos altos propósitos, e agora o nosso intento,

por êste congresso manifestado, de intensificarmos o combate contra as terríveis doenças de África, tudo isto se apresentará aos vossos olhos com um aumentar continuado de intensidade reveladora, à medida que mais fordes conhecendo Angola, se não com um aspecto digno de admiração, pelo menos como uma obra nacional digna do maior respeito.

Nós, portugueses, temos a cimentar o nosso agir nacional uma tal *concentração de nacionalismo,* pouco conhecida e menos compreendida, que torna inexplicável aos olhos de estrangeiros muitos dos nossos processos de administração. É feitio nosso que vem de longe, que não podemos mudar e que tem de ser tomado em consideração pelas Nações com quem desejamos lidar: e às *élites* dessas nações, homens de sciência, políticos e parlamentares, financeiros e comerciantes, cumpre estudar êsse tão nosso modo de ser e penetrá-lo e compreendê-lo para connosco poderem tratar.

Senhores Congressistas:

Julgo ter conseguido defender a minha tese: «Angola representa para nós, portugueses, e para todo o mundo civilizado, um passado de tal grandeza que deve apagar aos vossos olhos o que lhe falta ainda para vos receber como um país de prósperas civilizações. Foi ao longo desta extensa e tão nossa costa, do Cabo Bojador ao Cabo Frio, mais à terra, mais ao largo, que tomou verdadeira forma, que entrou pelo caminho das realizações êsse gigantesco e formidável desígnio de descobrir novos mundos que a nossa alma nacional concebeu. Estamos a pisar terra sagrada».

Foi assim que principiou o meu discurso e assim o acabo. Perdoai-me se vos fiz passar sob o arco de triunfo das nossas glórias.

Quis desta forma prestar-vos uma grande homenagem, mostrar-vos que *a nossa casa* é digna de vos receber, e apresentar a hóspedes ilustres e amigos em terra portuguesa as saüdações de um povo inteiro que às glórias do passado se está esforçando para juntar triunfos do presente.

Norton de Matos.
General.

PRINCIPAIS DATAS DA CRONOLOGIA DE ANGOLA

Os principais factos da nossa acção colonizadora em Angola e as datas fundamentais da sua cronologia constam do resumo junto, desde 1482 até 1921, em que de facto se estabelece a execução do actual direito colonial português e o regime de Alto Comissariado.

1482-1483 — Primeira viagem de Diogo Cão à costa do Congo e Angola mandado por D. João II; descoberta do rio Zaire (Congo), também denominado Rio do Padrão; colocação, na ponta do sul do rio, do *Padrão de S. Jorge*, em 6° 6′ S.; reconhecimento da costa e colocação do *Padrão de Santo Agostinho* no Cabo depois chamado de Santa Maria, na costa de Benguela, em 13° 27′ 15″ S.; primeiras relações com os indígenas.

1484-1486 — Segunda viagem de Diogo Cão à costa de Angola: reconhecimento da costa e colocação do *Padrão de Cabo Negro* em 15° 40′ 30″ S., e do *Padrão do Cabo da Serra* (Cabo *Cross*) em 21° 48′ S.

1490-1491 — Primeira exploração portuguesa no interior do Congo; expedição de Rui de Sousa ao Congo; Banza-Congo erige-se em capital, com o nome de S. Salvador do Congo, onde os missionários vindos nessa expedição se estabelecem logo.

1560 — Primeira viagem de Paulo Dias de Novais a Angola, com três caravelas; chegada à barra do Cuanza; visita ao rei *Ngola*, do Dongo, que se havia destacado do antigo estado *Bondo* da Matamba e senhoreava agora as terras da bacia do Cuanza para o sul do Dande ou do Zenza, com limites mal definidos e com sede em Pungo Andongo.

1570-1571 — Expedição de Francisco Gouveia a S. Salvador do Congo; derrota dos invasores *jagas* e restauração de S. Salvador.

1575 — Segunda viagem de Paulo Dias de Novais a Angola, nomeado conquistador, povoador, governador e capitão-mór da conquista; chegada à barra do Cuanza e depois, entrando pela barra da Corimba, à Ilha de Loanda, à frente duma numerosa expedição; início da fundação e ocupação da colónia; estabelecimento dos primeiros missionários em Angola (jesuítas).

1576 — Fundação de Loanda (vila de S. Paulo), por Novais.

1583 — Afirmação da conquista; fundação de Massangano (presídio), junto à confluência do Lucala com o Cuanza, por Novais.

1594 — Chegada a Loanda das primeiras mulheres europeias, destinadas a casar aqui.

1596 — Criação do Bispado do Congo e Angola com sede em S. Salvador do Congo.
1599 — Fundação de Muxima (presídio), na Quissama, junto do Cuanza.
1604 — Fundação de Cambambe (presídio), junto das primeiras quedas do rio Cuanza, por Manuel Cerveira Pereira.
1605 — Loanda toma o fôro de cidade e tem regime municipal.
1614 — Fundação de Ambaca (presídio), junto ao rio Lucala.
1617 — Fundação de S. Filipe de Benguela, por Manuel Cerveira Pereira.
1625 — Criação das *feiras* do Dondo, Beja e Lucamba.
1641 — Tomada de Loanda pelos holandeses. As fôrças portuguesas, até 1648, concentram-se no Bengo, em Massangano e Muxima, em luta com os invasores e com os povos rebelados do interior.
1648 — Restauração de Angola por Salvador Correia de Sá e Benevides, com uma frota de 15 naus com 900 homens de armas, vinda do Rio de Janeiro; rendição e expulsão dos holandeses; acção militar no interior; reocupação dos portos no litoral norte e sul.
1666 — Vitória de Ambuíla contra o rei do Congo, que havia provocado uma grande coligação de fôrças contra o nosso domínio.
1671 — Conquista do reino de Angola, também designado pela denomição primitiva de Dongo, por Luís Lopes de Sequeira; fundação de Pungo Andongo (presídio).
1674 — Fundação dum hospital em Benguela.
1681 — Notável acção militar contra o régulo do antigo estado da Matamba, que subsiste depois da tomada de Pungo Andongo, limitado agora às terras da Jinga, estado que daí por diante começamos a designar por êste nome, derivado da célebre rainha *Njinga*.
1682 — Fundação de Caconda (presídio), baluarte do domínio português no Sul.
1718 — O capitão-mór Manuel Simões assegura o domínio português em Caconda e no planalto de Benguela.
1759 — Fundação de Encoje (presídio), no Alto Loje, para defesa do norte da Província e conservação do comércio português.
1767 — Fundação da fábrica de ferro de Oeiras; medidas do Governador Souza Coutinho para a transformação da colónia; criação de escolas e outras providências de educação, de fomento e de exploração dos produtos indígenas.
1769 — Fundação de Novo Redondo (presídio), na foz do Gunza, para impedir o contrabando e atrair o comércio com o interior.
1772 — Estabelecimento no Bié e no Bailundo, que passam a ter capitães-mores.
1779 — Benguela erige-se em Govêrno subalterno da Capitania General em Loanda, como já fôra no início da conquista, com jurisdição sôbre as instalações portuguesas ao sul do Cuanza.
1783 — Construção dum forte em Cabinda, destruído, ainda incompleto, em 1784 por uma esquadra francesa, o que deu origem á Convenção com a França de 30-1-1786, pela qual foi mantido para o comercio francês o mesmo tratamento de que gozavam as outras nações na costa ao norte do Cabo do Padrão.
1785 — Primeiras tentativas de ocupação efectiva dos distritos do Sul.

Explorações na costa do sul até Cabo Negro, por Pinheiro Furtado; a Angra do Negro passa a denominar-se Baía de Mossâmedes em honra do Governador, Barão de Mossâmedes, que ordenou esta exploração. Explorações no sul, no interior: Gregório José Mendes, seguindo por terra, por Caconda, visita as terras do Jau e da Huíla, no planalto do Sul.

1795 — Viagem de Assunção e Melo, de Benguela, pelo Bié, ao Luvale. no Alto Zambese.

1802–1815 — Viagens entre Angola e Moçambique: Pedro João Baptista e Amaro José, *pumbeiros* de Francisco Honorato de Mendonça, vão de Cassanje a Tete, onde chegam em 1811; regressam por terra, chegando a Loanda em 1815. — O Governador Saldanha da Gama procura introduzir a vacina em Angola.

1820 — Estabelecimento do correio regular para o interior. Medidas protectoras da agricultura. Promove-se a cultura do algodão.

1823 — Aparecimento do café de Encoje.

1826 — Funda-se um engenho de açúcar no vale do Bengo.

1835 — Descoberta da urzela (*Rocella tinctoria*).

1836 — Novo período da vida da colónia. Abolição do tráfico da escravatura. Angola passa a denominar-se Govêrno Geral, em substituïção de «Capitania General». Publicação da 1.ª Carta Orgânica do Ultramar; regime de administração civil, criação do Conselho de Govêrno.

1837 — Promulgação de medidas a bem do comércio; derrogação de todas as proïbições de cultura ou fabrico. — Regula-se a administração da Justiça e da Fazenda.

1838 — Autorizado o Govêrno Geral a conceder terrenos para a agricultura. — Sá da Bandeira, para evitar que o tráfico clandestino se possa fazer na costa do norte ou para o sul de Benguela, manda ocupar os portos do Ambris, Zaire, Cabinda, Molembo e Mossâmedes e colocar autoridades nestes pontos, procurando assim exercer também os direitos de soberania (Instruções reservadas para o Govêrno Geral); nas margens do Zaire seria fundada uma colónia com o nome de «Nova Lisboa».

1839 — Conquistas na Jinga; fundação do Duque de Bragança. — Recomêço da ocupação efectiva do Sul: Pedro Alexandrino da Cunha explora a costa meridional, rectifica as posições de Cabo Negro, Pôrto Pinda, Baía dos Tigres e Baía de Mossâmedes; e o tenente João Francisco Garcia explora, por terra, as regiões de Caconda, Bumbo, Jau e Huíla. — Estabelecem-se carreiras regulares de navegação entre Lisboa e Angola.

1840 — Primeiro estabelecimento de Mossâmedes.

1843–1847 — Viagem de exploração comercial de Rodrigues Graça, que descobre o reino do Muatiânvua, no planalto da Lunda; partindo do Golungo por Malânje e Bié e daí à Lunda, realiza a primeira exploração moderna na bacia do Alto Congo e fornece apreciadas indicações sôbre os povos, hidrografia e riquezas naturais da Lunda.

1844 — Abertura dos portos de Loanda e Benguela ao comércio estrangeiro.

1845 — Fundação do presídio e feitoria da Huíla. Tenta-se a ocupação dos Gambos. — Primeira lei regular sôbre instrução primária;

providências sôbre ensino médico em Angola. — Início da publicação do *Boletim Oficial* (13 de Setembro), ordenada pelo Governador Pedro Alexandrino da Cunha.

1847 — Promulgação da 1.ª pauta regular das alfândegas.

1849 — Desenvolvimento da colonização de Mossâmedes; fundação definitiva desta colónia com os colonos portugueses vindos, neste ano e no seguinte, do Brasil; desenvolve-se depois a colonização no planalto; estabelecimento do Govêrno do Distrito.

1850 — Viagens de Brochado no Sul de Angola, até o Cubango e Mucusso, e descrição das terras, povos e seus costumes, das margens do Cunene até o Cubango, Cuanhama, Donga e outras do Ovampo.

1851 — Os Bângalas começam a entrar em evidência e contra êles se organizam seis expedições para assegurar os interêsses do comércio. Das de 1849-50 e 51 resulta a criação do distrito de Tala Mugongo, nas regiões de Bondo, Songo e Cassanje.

1852 — Viagem de Silva Pôrto; nova tentativa para a travessia de Angola e Moçambique; Silva Pôrto destaca no Alto Zambeze os seus *pumbeiros,* que atingem o Cabo Delgado na costa oriental (1853-1854).

1853 — Exploração scientífica de Angola pelo botânico Dr. Welwitsch, contratado pelo Govêrno; percorre a Província (de 1851 a 1861), estuda a sua flora, determinando as feições principais que a caracterizam e as zonas fitográficas de Angola.

1854 — O Governador de Mossâmedes, Fernando Leal, explora o rio Cunene e define a sua foz.

1855 — Ocupação do Ambris pelo Governador Coelho do Amaral, para evitar as vexações dos indígenas sôbre os comerciantes, e para a repressão do tráfico; criação dêste distrito. Primeira concessão das minas de cobre do Bembe, de antiga exploração indígena.

1856 — Ocupação do Bembe para a exploração mineira, ordenada por Baptista de Andrade, Governador do Ambris, e efectuada por Sales Ferreira. Primeiro contrato de navegação para o estabelecimento de carreiras regulares de vapores entre Lisboa e Loanda, renovado em 1858 com a Companhia União Mercantil. — Abolição do serviço forçado dos carregadores e de quaisquer outros serviços forçados. Instalação do Tribunal de Loanda, criado em 1852.

1857 — Divisão administrativa de Angola, que introduziu as novas denominações na divisão territorial, compreendendo 5 distritos administrativos: Loanda, Golungo Alto, Benguela, Mossâmedes e Ambris; as antigas sub-divisões passaram a denominar-se concelhos; estabelecimento do regime municipal nos concelhos, além de Loanda, Benguela e Massangano. — Primeiras tentativas para a construção de vias férreas na Província, sendo permitida a formação duma companhia construtora.

1858 — Decretada a abolição do estado de escrivão passados 20 anos.

1859 — Ocupação do Humbe e da Camba, no baixo Cunene.

1860 — Ocupação de S. Salvador do Congo, por Baptista de Andrade. — Desenvolvimento da agricultura da cana para o fabrico da aguardente. — Estabelecimento dos primeiros colonos em Pôrto Alexandre.

1863 — Conferem-se ao Governador faculdades para conceder terrenos baldios ou incultos.

1864 — Começa a funcionar a Associação Comercial de Loanda, aqui instituída para promover o melhoramento e aumento do comércio em toda a Província.

1865 — Começa a funcionar em Loanda a Sucursal do Banco Nacional Ultramarino, instituïção colonial portuguesa criada em 1864.

1866 — Inauguração da navegação a vapor no rio Cuanza. — Viagem do sertanejo Guilherme Gonçalves do Bié ao Mucusso e Libebe, no curso inferior do Cubango.

1867 — Comêço da exportação da borracha das ervas. — O naturalista José de Anchieta começa o estudo da fauna de Angola, percorrendo nos anos seguintes o sul do distrito de Benguela, o antigo distrito de Mossâmedes e o interior de Loanda até Pungo Andongo; informações geológicas.

1869 — Reorganização administrativa de Rebêlo da Silva; reforma da instrução pública; colonização agrícola e penal. — Decretada a abolição imediata do estado de escravidão, passando os escravos à condição de libertos.

1870 — Os géneros e mercadorias de produção própria das colónias portuguesas, exportados em navios nacionais e importados na metrópole, passam a ter um benefício diferencial de 50% dos direitos estabelecidos na pauta metropolitana.

1875 — Fixação duma nova época na vida de Angola: extinta definitivamente a condição servil, um ano depois da publicação da lei; primeira lei sôbre o regime dos contratos de trabalho dos indígenas, a que se segue depois o notável regulamento de 1878, baseado em princípios inteiramente liberais.

1877 — Expedição de estudos e obras públicas de Angola, que começa a funcionar em Loanda em Maio dêste ano: projecto da rêde de trânsito; estradas e caminhos de ferro; melhoramentos materiais. — Os exploradores Capelo e Ivens iniciam a sua viagem de Benguela às terras de Iaca, pelo Bié e rio Cuango, pera o reconhecimento da hidrografia angolana. O explorador Serpa Pinto inicia a sua grande travessia de África, do Bié ao Natal.

1879 — O serviço dos telégrafos, inaugurado em Loanda em 1877, funciona até Caculo (Cazengo).

1881 — Fundação das missões portuguesas da Huíla, no planalto do Sul, e de S. Salvador do Congo. — Colonização bóer no planalto da Huíla, por famílias emigradas do Transvaal, estabelecendo-se os primeiros colonos na Humpata, cujo número aumenta nos anos seguintes.

1883 — Travessia de Angola a Moçambique (início), por Capelo e Ivens, para o estudo das relações entre as bacias do Zaire e Zambeze. — Colonização portuguesa na Humpata. — Ocupação dos territórios de Cacongo e Massabi e colocação das autoridades portuguesas. Reocupação de Santo António do Zaire.

1884 — Primeira exposição provincial, agrícola e industrial, em Loanda. Henrique de Carvalho organiza e empreende a expedição ao Muatiânvua, no planalto da Lunda, expedição de carácter político para salvaguardar os nossos direitos do Cuango ao Cassai e além Cassai, que desde 1875 vinham sendo ameaçados por influências estranhas; explora a Lunda, a norte e a sul. — Desenvolvimento da colonização do Sul.

1885 — Desenvolvimento da colonização no planalto da Huíla, formação das colónias de S. Januário da Humpata, de Sá da Bandeira (Lubango e Caculuvar), e de S. Pedro da Chibia. — Ocupação de Cassinga, no Sul. — Criação do distrito do Congo. — A Conferência de Berlim de 85 põe termo à antiga questão do Zaire, inclui os territórios que vão constituir o nosso distrito do Congo na Bacia Convencional do Zaire, e estabelece o regime de liberdade comercial e de navegacão nessa bacia, sendo o nosso regime aduaneiro do Congo regulado consoante êsses princípios; são-nos reconhecidos territórios entre o Cuango e o Cassai, na Lunda. — A Convenção de 14 de Fevereiro de 85 com a Associação Internacional reduz a fronteira norte da Província às proporções actuais. — Criação da colónia penal agrícola «Rebêlo da Silva» em Caconda.

1886 — Abertura das comunicações telegráficas com a Europa, e depois com o Cabo da Boa Esperança. — Ocupação de entre Cunene e o Cubango superior por Artur de Paiva. — Em virtude das resoluções da Conferência de Berlim sôbre os nossos territórios, e assenhoreando-se a França, a Alemanha e o antigo Estado Independente de territórios que nos ficavam vezinhos, inicia-se a delimitação da zona de expansão portuguesa em Angola e Congo, assinando-se os convénios com o Congo Francês e com a Colónia Alemã do Sudoeste para essa delimitação, continuada em ulteriores convénios.

1887 — Estabelecimento e organização do distrito do Congo, abrangendo, além da região entre a margem esquerda do Zaire e o Loje, os territórios de Cabinda, Molembo e Massabi, encravados entre o Congo Francês e o Congo Belga.

1888 — Inauguração da 1.ª secção do Caminho de Ferro de Ambaca (Loanda à Funda), construído pela companhia concessionária, com o encargo da garantia de juro para o Estado. — Estabelecimento de novas carreiras de navegação para Angola.

1889 — Canalização das águas do rio Bengo para Loanda; inauguração do abastecimento de águas. — Criação da capitania-mór dos Ganguelas e Ambuelas.

1890 — Revolta do Bié. Morte de Silva Pôrto. Ocupação do Bié pela acção de Artur de Paiva. — Conferência de Bruxelas (Acto Geral de 2 de Julho) a que Portugal aderiu: disposições sôbre regime do álcool para combater, entre os indígenas africanos, o seu uso ou abuso. — Criação das capitanias-mores do Bié e Bailumdo.

1891 — Convenções de 25 de Maio com o Estado Independente do Congo sôbre os limites dos nossos territórios do Congo e na Lunda. — Tratado de 11 de Junho com a Inglaterra fixando os limites das fronteiras orientais de Angola com os territórios ingleses, mais tarde modificado pela sentença arbitral do Rei de Itália, de 30 de Maio de 1905. Angola fica separada de Moçambique. Desaparecimento do *mapa côr de rosa*. — Henrique Couceiro faz a travessia do Bié ao Mucusso e estuda o rio Cubango até próximo de Andara.

1892 — Promulgação das pautas aduaneiras: regime proteccionista, para as alfândegas ao sul de Loanda; normas comuns da Bacia Convencional do Zaire, ao norte do Loje; e sistema mixto do Ambris, com a pauta proteccionista para os artigos de consumo europeu e o regime do Congo para os géneros de per-

muta. O diferencial de bandeira constitui Lisboa em entrepôsto entre Angola e os mercados estrangeiros. — Publicação da Carta de Angola, da Comissão de Cartografia.

1893 — Primeiros trabalhos de ocupação no Libolo.

1894 — Criação da colónia penal-militar-agrícola do Muxico, suprimida mais tarde, criando-se em seu lugar a capitania-mór do mesmo nome (1902).

1895 — Criação do primeiro distrito da Lunda, com os territórios orientais até o Cassai, para assegurarmos os nossos direitos além Cuango; instala-se a sede provisória em Malanje no ano seguinte.

1896 — Instituïção do Comissariado Régio para governar a Província com todas as faculdades e atribuïções do Poder Executivo, que funciona até princípios de 1897.

1899 — Aberto à exploração o Caminho de Ferro de Ambaca até ao Lucala (364 quilómetros).

1900 — Novo regime para o comércio e fabrico do álcool e aguardente, em satisfação da Convenção de Bruxelas de 8 de Junho de 1899, que modificou essencialmente as bases da tributação dêstes produtos.

1901 — Novo regime de concessões de terrenos; regulamento do trabalho dos indígenas e fomento agrícola. — Organização militar ultramarina. — Reorganização dos serviços de fazenda. — Criação do distrito da Huíla.

1902 — Campanha do Bailundo: desenvolvimento e segurança da ocupação no planalto de Benguela. — Aprovação do contracto para a construção e exploração do Caminho de Ferro de Benguela à fronteira leste, partindo do Lobito. — Decretada uma Direcção de Agricultura em Angola.

1903 — Alfredo de Andrade realiza o estudo completo da bacia do Cuanza desde as nascentes, que definiu, até à confluência do Gango.

1904 — Operações militares no Sul de Angola.

1905 — Ocupação do Mulondo, no Sul. — Inauguração dos trabalhos do Caminho de Ferro de Mossâmedes ao planalto da Huíla. Abertura provisória à exploração do primeiro trôço do Caminho de Ferro de Benguela.

1906 — Restabelecimento do imposto indígena como medida política de soberania, de educação dos indígenas e de fomento económico, começando a cobrança em 1908. — Novo regime da instrução primária; ensino profissional. — Regime da pesquisa e lavra de minas.

1907 — Novo regime sôbre álcool e aguardente, em execução das restrições da nova Convenção de Bruxelas de 3 de Novembro de 1906. — Campanha do Sul de Angola: ocupação definitiva do Cuamato; combate de Mufilo; Aucongo, Damequero, Duque de Bragança e Nalueque assinalam a marcha gloriosa da coluna de operações. — Abertura à exploração dos primeiros troços do Caminho de Ferro de Mossâmedes até o quilómetro 73, e do Caminho de Ferro de Malanje (além Lucala) até o quilómetro 85.

1908 — Providências promotoras da gradual transformação da indústria da distilação do álcool; estabelecimento do prémio de 30% do imposto do álcool para determinadas culturas, na conformidade da Convenção de Bruxelas de 1906. — Desenvolvimento

da construção de estradas. — Ocupação de territórios na Lunda, na linha de nordeste até o Luchico.

1909 — Ocupação do Evale e do Baixo Cubango até o Mucusso. — Aberta à exploração a linha completa de Lucala-Malanje (140 quilómetros).

1911 — Regime das circunscrições administrativas de Angola: ensaio e primeira regulamentação dêsse regime para a transformação do sistema administrativo do «concelho» em circunscrição civil, dotado com pessoal privativo, a granja, aplicação de parte do imposto indígena a obras de utilidade pública, etc. — Extinção do fabrico do álcool e aguardente na Província, substituindo-se pelo do açúcar, que se desenvolve daí por diante; indemnização aos agricultores da cana pela cessação do fabrico do álcool.

1912 — Prolongamento da ocupação no distrito da Lunda, na linha do sul até Mona Quimbundo. — Regularização do sistema do trabalho salariado dos indígenas. — Execução da lei do álcool e da aguardente.

1913 — Organização definitiva do regime das circunscrições administrativas, tendo em vista a administração política índígena, justiça, viação, impostos, mão-de-obra e educação dos indígenas: promulgação do respectivo regulamento, abrangendo o imposto indígena, as funções de justiça, a regulamentação dos concursos administrativos para a organização do quadro privativo do pessoal, o desenvolvimento do «fundo das circunscrições» para o fomento regional, educação e assistência dos indígenas. — Promulgação de medidas promotoras da cultura dos *géneros pobres*, redução de direitos sôbre a exportação dêstes produtos. — Acentua-se a crise do comércio da borracha pela desvalorização do produto; redução dos direitos de exportação. — Impulso dado à construção de estradas carreteiras. — Extinção definitiva das fôrças de 2.ª linha. — Abertura à exploração do primeiro trôço do Caminho de Ferro de Golungo. — Realização da Exposição Agrícola e Pecuária de Loanda. — O Caminho de Ferro de Benguela atinge o quilómetro 519.

1914 — Reorganização da administração colonial afirmada no artigo 67.º da Constituïção: aprovação das leis de 15 de Agôsto relativas às bases orgânicas da autonomia financeira e descentralização administrativa colonial; normas das instituïções representativas; as colónias constituem organismos administrativos autónomos, sob a superintendência e fiscalização da metrópole; reorganização do Conselho do Govêrno, criação do Tribunal para o Contencioso administrativo, fiscal e de contas; criação dos Conselhos de Distrito. — Operações militares no Sul de Angola; expedição. — Operações militares no distrito do Congo. — Criação do distrito do Cuanza com sede em Dala Tando.

1915 — Nova expedição ao Sul: — reocupação dos territórios do Humbe, Cuamato e Evale e ocupação do Cuanhama; combate de Môngua, ocupação da embala (Onjiva). — Estabelecimento da zona neutra com o território da Damaralândia; criação da Residência de Namacunde. — Desenvolvimento da nossa ocupação no distrito do Congo e organização da administração; desenvolvimento das estradas.

1917 — Promulgação da Carta Orgânica da Província, de harmonia com o novo direito colonial de 1914. — Primeira exploração das aluviões diamantíferas da Lunda, pela Companhia dos Diamantes de Angola.

1918 — Resgate do Caminho de Ferro de Ambaca, que passa à administração directa do Estado. — Instalação dos novos distritos orientais da Lunda, Muxico e Cubango, dos distritos do Cuanza-Norte e Cuanza-Sul, e reorganização da divisão territorial administrativa da Província.

1919 — Abertura das primeiras estações rádio-telegráficas em Loanda, Lobito e Novo Redondo. — Criação dum liceu em Loanda.

1920 — Modificações importantes no regime da administração civil e financeira das colónias, determinadas pelas leis n.os 1:005 e 1:022, de 7 e 20 de Agôsto; as colónias regem-se por leis orgânicas especiais e por diplomas coloniais; criação dos Conselhos Executivo, Legislativo e de Finanças. — Criação do regime de Altos Comissariados e sua aplicação à Província em 31 de Agôsto de 1920.

1921 — Autorizada a Província a contratar e contrair empréstimos destinados a despesas de fomento e colonização até 60.000:000$, ouro. — Começo do regime de Alto Comissariado em Angola em 16 de Abril de 1921. — Promulgação da Carta Orgânica da Província em 4 de Maio.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 9, pág. 394)

VALENTIM FERNANDES

Epistole & orationes quedam Cataldi siculi. — No fim: *Impressum vlixbone: anno a partu virginis millesimo quingentesimo. mense februarij. die vicesimo primo.*

Folio, 55 folios, cadernos de 6 fls. de A a G. O 1.º de 8 folhas.

A segunda parte diz no rosto: ¶ *Cataldi epistolarum et quarundã Orationum secunda pars.* No verso, uma gravura, em toda a grandeza da pagina, representando uma figura purpurada assentada sob um baldaquino, a ler um livro posto n'uma estante. Por cima um anjo sustenta uma inscripção em fita com esta letra: *Cunta cadũt: virtusqz manet: Memor esto inventus.*

Segue a 2.ª folha assim encabeçada: *Cataldi epistolarum et quarumdam orationũ secunda pars.*

Continuam as cartas em prosa até fl. 26. Seguem as epistolas em verso: 48 folhas. Total das folhas da 2.ª parte — 74.

Subscripção final egual á da 1.ª parte. Por baixo o escudo do impressor.

Bibliotheca de Evora.

Con privilegio. — Glosa famosissima sobre las coplas de dõ jorge manriq̃.

En fol. menor. — Sin foliación — sig. A C de 6 folios (menos la A que tiene 8).

A continuacion del titulo que dejamos copiado, el escudo de armas de los Zúnigas, y debaxo esta legenda.

La vanda y cadena son ciertas señales
de armas y gloria de hechos nombrados,
de çuniga fueron los antepassados
que aquellas dexaron por ser immortales
fueron fundadas por casos reales
dinos dé toda perpetua alabança
que agora se hallan no menos mas tales
en este ques quinto de no transuersales
en quien tiene puesta muy firme su estança.

Al fin, y debaxo de un grabado que representa dos santos rezando al Eterno y los muertos saliendo de sus tumbas, y junto al escudo del impressor:

Acabose la presente obra corregida y emendada por el mismo autor é imprimida en la muy noble cybdad de Lisbona reyno de Portugal por Valentin fernãdez de la prouincia de morauia Año del naçimiento de nuestro señor jhesu xp̃o de mil y quinientos y uno año. A diez dias del mes de Abril.

A la vuelta de la portada un grabado, en el cual un ángel sostiene en una cinta á guisa de lema el conocido verso: Recuerde el alma dormida...

Debaxo del grabado la siguiente advertencia:

La glosa de la p̃sente obra procede segun que por ella se muestra a cada copla de las de don jorge quatro cõuiene a saber sobre cada pie principal una copla acãbado en el mismo los q̃les van puestos en el fin por a. b. c. d. salvo cinco que en esta obra se hallarán que por no tener en si solos sentencia van en el medio y acaba la glosa y assi se podian ver y algun della fruto gustar sy con beniuola y piadosa correcion de los discretos fueren recebidas de baxo de la qual dicen lo que por ellas parece.

Prologo de Cervantes.

Texto. Edicion tan bella como rara.

Descripção que copiamos do *Catalogo* de Gallardo, onde se encontra sob o n.º 2754, feita em vista d'um exemplar existente na bibliotheca Uhagon. Em Portugal não sabemos da existencia de nenhum exemplar.

Marco Paulo.—Este titulo, em duas linhas, de grandes letras, acha-se por baixo d'uma esphera armilar. Seguem-se estes dizeres: ¶ *Ho liuro de Nycolao veneto.* ¶ *O trallado da carta de huũ genoues das ditas terras.* ¶ *Cõ priuilegio delRey nosso senhor. q̃ nenhuũ faça*

a impressam deste liuro. nẽ ho venda em todollos se' regnos & senhorios sem licẽça de Valentim fernãdez so pena cõteuda na carta do seu preuilegio. Ho preço delle. Cento & dez reaes. — No ultimo folio, por debaixo do escudo do impressor: *Acabase ho liuro de Marco paulo. cõ ho liuro de Nicolau veneto ou veneziano. & assi mesmo ho trallado de hũa carta de huũ genoues mercador que todos escreuerõ das Indias, a seruiço de d's & auisamẽto daquelles q̃ agora vam pera as ditas Indias. Aos quaes rogo & peço humilmente q̃ benignamẽte queirã emẽdar & correger ho que menos acharẽ no escreuer .s. nos vocabul' das prouincias. regnos. çidades. ylhas. & outras cousas muytas & nõ menos em a distãcia das legoas de hũa terra pa outra. Imprimido per Valentym fernãdez alemaão. Em a muy nobre cidade Lyxboa. Era de Mil & quinhentos e dous annos. Aos quatro dias de feuereyro.*

Folio. Os cadernos são marcados A Aiiij, mas tem só 6 folhas. 8 fol. prel. inn., xcviij folios.

Nos prel. contem-se: frontispicio, Epistola sobre a trallaçã do liuro, de Valentim Fernandes, escudeiro da rainha D. Leonor, endereçada a D. Manuel, introdução ao liuro de Marco Paulo feita pelo mesmo Valentim, certos capitulos das prouincias do titulo real; prologo de quem traladou o Marco Paulo da lingua italiana em latim (Pipino de Bolonha); Tauoa dos capitulos.

O livro de Marco Paulo começa no folio 1.º, sendo a lauda tarjada, tendo no alto um galeão.

O livro de Nicolau Veneto começa no folio lxxviij.

A carta do genovez no folio xcvj.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados, 746.

Ars Virginis Mariæ, de Estevão Cavalleiro. 1503.

Edição apontada em Barbosa, e cuja existencia ignoramos.

Da edição de 1516 há um exemplar na Bibliotheca da Universidade, de que damos adeante a descripção.

Regimento dos officiaaes das çidades villas e lugares destes Reynos etc. Em Lisboa por Valentym fernandez aos xxix dias do mes de Março de 1504.

4.º

Apud Innocencio da Silva.

Cathecismo pequeno da doctrina & instruiçam que os xp̃aãos ham de creer & obrar pera conseguir a benauenturança eterna feito & copilado pollo reuerendissimo señor dom Dioguo ortiz bispo de çepta. Emprimido com priuilegio del Rey nosso senhor. &c. — Este titulo tem pela parte superior a esphera armillar e por baixo as armas do bispo. No fundo do ultimo folio: *Acabase ho catheçismo pequeno da doctrina & instruiçam que os xp̃aãos ham de creer & obrar pera conseguir a benauenturança eterna. feyto & copilado pollo reuerẽdissimo senhor dom Dioguo ortiz bispo de çepta. E emp̃mido em a muy nobre çidade de Lixboa per Valentĩ fernãdez alemã & Iohã pedro boohomini de cremona aos xx dias de Iulho. Era de mill & quinhẽtos & q̃tro annos.*

Folio, LXXVIII folios. No verso do frontispicio uma estampa grande representando um bispo sentado deante d'uma estante com livros. No folio 11 dedicatória em latim a D. Manuel.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Os autos dos apl'os. A epistola de Santjago apostollo. As duas epistolas de sam Pedro apostollo. As tres epl' de Sam Ioham apl'o euãgelista. A epistolla de Sam judas apostollo. — No fim: *Acabam-se os autos e epistolas dos apostollos com suas exposiçoões q̃ foro̅ empremidas por mãdado da muy esclareçida Prinçesa e Raynha molher q̃ foy do muy alto Prinçipe elRey dõ Iohã ho segũdo q̃ d's aja. aos xvi dias do mes de desẽbro de mil e quinhentos e cinco annos.*

O frontispicio apresenta por cima do titulo, ao centro, as armas reaes; do lado esquerdo a esphera armilar, do direito a divisa de D. Leanor.

Do titulo, como se vê, não se sabe quem fosse o impressor, o que se declara no prologo, encabeçado d'esta maneira: *Seguese o prologuo sobre a impressam do presente lyuro intitulado Autos dos apl'os. O q̃l liuro mãdou emprimir a muy exçelẽtissima prinçessa e Raynha dona Lionor molher q̃ foy do muy alto Rey dõ Iohã ho segũdo rey de Portugal cuja alma d's tẽ. Feyto p valentim fernãdez alemã seruidor e empremidor de su alteza.*

Folio, a 2 col. 8 fls. prel. inn., incluindo frontispicio,

228 fls. numeradas só na frente: altura das folhas o,m145; largura om,068.

Ex.: existente na Bibliotheca de Evora e cuja minuciosa descripção foi communicada pelo sr. Sousa Telles a Innocencio da Silva, que a publicou no *Diccionario Bibliographico,* vol. 8.º, 1.º do *Supp.*

Outro ex.: na livraria de José Maria Nepomuceno, descripto no respectivo Catalogo sob o n.º 179.

Noua grãmatices Marie matris dei virginis ars. cuius author est magister Stephanus eques lusitanus. — Este titulo é precedido pelas armas reaes e pela esphera armilar. Na penultima folha a seguinte subscripção: *Hac grãmatices ars ad laudem (teste autore) semper augustæ virginis & matris Mariæ partus año eiusdem sedecimo supra sesquimillesimũ Sole in septima cancri parte existẽte. per Valentinum fernandum natione germanum. Ulyssipone totius Hispaniæ: imno titi' Europes emporio clarissimo. suma cura atqz industria: typis calcographis ad amusin autore mendas corrigente felicit excusa est. Di. Emanuele opt. Max. rege iusta regni sceptra tenente.*

Bibliotheca da Universidade.

O compromisso Da confraria da Misericordia. — Este titulo a encarnado sob uma grande estampa representando Nossa Senhora da Misericordia abrigando d'um e d'outro lado do manto grande numero de personagens. No verso principia a tavoada, que ocupa mais outra pagina, e no verso d'esta folha a mesma estampa de N. Sr.ª, mas com cercadura differente. No 1.º folio duas grandes letras ornamentadas, de vermelho. No folio II as obras de misericordia com cercadura formada por estampinhas de santos. No fim: *Foy empremido ho presente compromisso da muy santa confraria de misericordia per Valentym fernandez & harmam de cãpos. Per mandado do muy alto & muy poderoso principe el Rey dõ Manuel nosso Senhor. Anno xxj, do seu regnado. Em a muy nobre & sempre leal çidade de Lixboa. Aos xx dias do mes de dezẽbro. Anno de mil & quinhentos & xvj.*

Folio (marcação de 8.º, A Aiiii, etc.), 17 folios.

TYPOGRAPHIA EM BRAGA NO SÉCULO XVI

Arte pera bem confessar nouamẽte impremida per mandado do muy excellente Principe & serenissimo senhor o señor Dõ henrique Iffãte de portugal electo Arcebispo & senhor de Braga Primas das espanhas nosso senhor. &c. — Este titulo por baixo d'uma gravura, tendo ao centro um medalhão redondo e dentro as armas reaes portuguezas com o distico em volta: *Henricvs Inf. Emanvelis. I. P. R. Fil Brach. Arch. Primas. Hisp.* — No fim, no verso de folha innumerada: *A gloria & louuor de deos nosso senhor foy impremido ho presẽte Compẽdio & tractado | Arte pera bem cõfessar; intitulado | traduzido d' castelhano em portugues: na muy antigua & sempre leal cidade de Braga: por Pedro da Rocha Dondo. Per mãdado do muy excellente Princepe & serenissimo senhor ho senhor Dõ henrique Iffãte de Portugal electo Arcebispo & senhor da dita cidade, Primas das espanhas: & perpetuo cõmendatario do mosteiro y conuento de sẽcta cruz de Coĩbra. rc. A xx de Junho Anno do nacimẽto de nosso senhor Ihesu Christo de mil & quinhentos & trinta & sete annos. Aires da Costa conego da mesma cidade ha tresladou & corregeo na mesma emprẽta.*

Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Institutiones Gramma- | ticæ Latinæ, per Nicolaum Clenardum. Este titulo por cima d'uma gravura, tendo ao centro, em forma de medalhão, as armas do cardeal-infante com o seguinte distico em roda: *Henricvs inf. Emanvelis I. P. R. Brach. Arch. Primas Hisp.* Pela parte inferior: ¶ *Excusæ Bracaræ Anno M. D. xxxviij sumptibus Gulielmi a Traiecto. Cum priuilegio regio. Ne quis alius intra proximũ serennium hũc libellum aut in Portugallia excudendum curet, aut alibi excusum vendat.*

8.º pequeno A Aiiij, ccvij paginas.

Ex.: de Jeronymo Ferreira das Neves, que o arrematou por 18 mil e tanto no leilão da livraria Macedo Braga.

Tem n'uma das guardas antes do rosto, a seguinte nota

manuscripta: *Este livro foi da livraria de meu grande e sempre saudoso amigo, o S.r Amador Antonio de Sousa Bermudes e Torres, Fidalgo da Caza do Rei, Senhor de Paderne, Deputado da Mesa da Conciencia e Ordens, &.a, que tendo-mo promettido em vida, não mo chegou a dar por cauza da sua accelerada morte. Mas á sua vontade satisfez sua dignissima consorte a Ill.ma S.ra D. Anna Alberta Moniz Coelho, por cujo benef.º me chegou á mão hoje 8 de Iun. de 1767. — Ioam Antonio Bezerra de Lima.*

Tem alguns caracteres gregos, postoque muito grosseiros.

Há outra edição de Simão Lopes.

Sacramental tirado em portugnes nouamente impresso & ẽmẽdado. Ano 1539. Braga. — No fim: *Foram acabados de imprimir estes sacrameentaes em a cidade. d' braga. per Iohã beltrã mercador d' liuros he Pero. gõç. mercador. Per mãdado do muyto alto & muyto excelẽte Prĩcipe ho senhor Ifãte dom Anrriq̃ electo arcebispo Senhor da dita cidade primas das spanhas comẽdatario & ppetuo administrador do mosteiro de santa Cruz d' Coimbra. ✠ Emprimios. Pedro dela Rocha. A xv dias do mes de feuereyro de mil & quinhentos & trinta & noue Annos.*

Folio a 2 col. com marcação de 8.º (cadernos de A Aiiij, etc.), 6 fls. prel. inn. com titulo e tauoada, CIXXIIII folios.

O titulo está por baixo d'umas armas reaes, dentro d'um portico.

Ex.: da Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Compendio e Svmmario de Confessores, tirado de toda a substancia do Manual: copilado, & abreuiado... (estampinha). *Foy visto, & emendado de muitos erros q̃ nas impressoẽs passadas auia, por mãdado do Reuerẽdiss. S. Arcebispo de Braga. Impresso na dita cidade por Gõçalo Fernãdez Impressor de sua S. R. 1579. Taxado em papel em cem reis.* — No fim, na ultima folha da taboada, e por baixo de Lavs Deo: *Acabouse aos vinte & quatro Septembre 1579.*

8.º, 658 pags. afora prel. e Tavoada.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

TYPOGRAPHIA EM SANCTA CRUZ DE COIMBRA

O convento de Sancta Cruz de Coimbra foi sempre um dos mais importantes institutos religiosos do paiz, já pela antiguidade e opulencia da fundação, verdadeiramente regia, já pela cultura dos monges que povoavam aquella casa, muitos dos quaes se orgulhavam de pertencer a familias da mais elevada stirpe. Como Alcobaça, mais ainda por certo, Sancta Cruz foi um fóco litterario de indiscutivel valor, sobretudo no seculo XVI, quando as suas aulas rivalisavam com os cursos universitarios e com o Collegio das Artes regido pelos jesuitas. Logo nos seus inicios os conegos regrantes de Sancta Cruz tractaram de formar livraria, estabelecendo uma eschola de calligraphos, de cujos trabalhos se pode formar uma favoravel ideia examinando os codices que hoje existem na Bibliotheca Municipal do Porto, aonde foram recolhidos depois da extincção dos conventos. No reinado de D. João III Sancta Cruz soffreu uma profunda reforma, tanto na educação litteraria como na educação moral; e um dos resultados mais notaveis d'essa reforma foi a creação de uma officina typographica dentro do proprio convento, não se dedignando os reverendos conegos, tão orgulhosos da sua prosapia, de se dedicarem elles proprios ao apprendizado de uma arte mechanica. O frade trocou a penna de calligrapho pelo componedor de typographo. Para os iniciar na arte de Guttemberg foi chamado um habil impressor francez que então residia em Lisboa, Germão Galharde, um dos homens, que mais fulgurante nome deixaram nos annaes da typographia portuguesa no seculo XVI. Germão Galharde devia ter vindo para Coimbra em 1530, onde a 9 de agosto estampou o *Reportorio do Espelho de Consciencia*. Todo o anno de 1531 parece ter-se demorado nesta cidade, dando ao prelo cinco obras. Em 1532 já se achava em Lisboa, onde imprimiu o *Liber de scholastica disciplina,* de que ha um exemplar na Bibliotheca de Evora.

Foi n'este ultimo anno que os conegos de Sancta Cruz principiaram a imprimir, sob direcção propria, já sufficientemente adestrados pelas lições que lhes dera Galharde. No *Livro das Constituições e costumes* se declara e perpetúa o nome de dois typographos cruzios, Estevão e Manuel.

As casas de estampar constituiam uma das grandes e merecidas curiosidades do convento de Sancta Cruz. O pessoal typographico era exclusivamente do convento, havendo uma

arrazoada distribuição dos diversos misteres da arte. O material fôra opulentamente fornecido por D. João III.

Um opusculo da epocha, alli impresso, dá-nos uma perfeita idéa d'esta importante officina.

«Sobre a outra quadra desta claustra da manga cõtra o meyo dia estam as casas de stãpar, onde os religiosos por sua recreaçã e exercicio imprimẽ algũas boas e, santas obras, para o que lhe fez merce o dito senhor Rey dom Joã nosso senhor de caracteres e matrizes de grego e, latim, de seis ou sete sortes .s. do aldo, do gripho e, dos outros mais esmerados que ao presente há em o mundo, todo muy perfeyto com suas luminaturas, maiusculas, e abreuiaturas, moldes e cõ todo o mais que cõpre a a perfeiçã deste subtilissimo ẽgenho. Em estas casas sem nenhũa pessoa secular aiudar aos religiosos ahũs uereis como se exercitã em o officio de cõpoedores, distribuidores, outros em o de correytores, outros em batidores, outros em tiradores, e todos ẽ silencio obseruantissimos guardadores».

Outro depoimento não menos curioso encontramos nós n'um volume de miscellaneas, manuscripto que foi de Sancta Cruz, e que está hoje na Bibliotheca Publica Municipal do Porto. Tractando do prior D. Affonso, 3.º geral, conta esta particularidade, que se prende intimamente com o assumpto, de que vamos tractando:

«Este religioso era muito bom letrado, theologo e pregrador, e tudo isso ornaua com muita vertude. Em seu tempo veio a este Reino e a este mosteiro de Sancta Cruz o Nuncio Lipomano bispo Veronense, o qual se lhe afeiçoou muito per sua vertude, e letras, e por estar em este mosteiro das boas prẽssas e bem aparelhadas, que auia no Reino; quisera aqui imprimir seus liuros, por se fazer aqui muito fiel e doutamente, por religiosos da mesma casa, e auer muitos religiosos sumos gregos, hebraicos, e latinos, e theologos, especialmente dom Pedro, D. Heliodoro, e D. Timoteu, e tudo a prẽssa em sua perfeiçam, somente dos caracteres hebraicos não aduertiram, e nam os tinha, e por essa soo falta as não imprimiram aqui(1)».

Os conegos de Sancta Cruz presenteavam, como era na-

---

(1) Em 1548 era lente de hebraico em Sancta Cruz um Eusebio, a quem D. João III accrescentou 20$000 réis por anno, segundo avisou em carta de 16 de fevereiro d'aquelle anno, dirigida a fr. Braz de Barros. Vide *Cartas dos Reis e dos Infantes*, etc.

tural, as pessoas reaes com as obras que publicavam. Em 1534, a 6 de junho, escrevia de Evora o Cardeal D. Henrique a fr. Braz de Braga participando-lhe que recebera o livro *Espelho de perfeição ẽ limgoage, que muito folgou de ver pela obra e por saber quã bẽ gastã os religiosos o tempo depois dos oficios diuinos que nom pode ser melhor ẽxerçiçio e certo q̃ alem da boa vida regra e sylemcio ẽ que viuẽ tenho muito gosto de saber seus boõs costumes e ver estas obras de suas maõs,* e que tambem recebera o outro livrinho da *ordenança e regra da casa* (1).

D. João III tinha particular estima ao mosteiro de Sancta Cruz, onde se hospedou, quando visitou Coimbra em 1550. A imprensa mereceu-lhe a sua attenção, e ahi se demorou algum tempo no seu exame, assistindo à execução de alguns trabalhos typographicos. Eis a noticia que se lê a este proposito n'uma obra manuscripta *Da fundação do mosteyro de S. Vicente da cidade de lx.ª*, por D. Marcos da Cruz, 2.ª parte fol. 29 v.°: «d'ali se foi a Emprença onde esteue assentado por algum espasso, e achou q̃ se tinhaõ empressas as folhas das deuoçoens q̃ em nosso Cong.am se faziaõ por suas A A; e no fim como lhe pedião o privilegio das Cizas; e como o papel estiuesse emxuto, e naõ tomasse bem a tinta, tomando hũa folha p.ª ler lhe disse o P.e Prior G.al q̃ se leria bem; a q̃ ElRey respondeu, q̃ bem: e depois de a ter lida lhe proguntou o P.e G.al se lera tudo? a q̃ respondeu q̃ tudo, som.te o do cabo q̃ se não lia bem, e isto com m.ta graça, sorrindose» (2).

A imprensa de Sancta Cruz teve a sua epocha de esplendor e actividade até 1536, anno em que se imprimiram umas poucas de obras. D'ahi por deante, a não ser o *Livro das Constituições,* raras são as que trazem o carimbo d'aquella imprensa, empregada talvez mais particularmente em obras meudas e folhas avulsas, como as de devoções acima referidas, que D. João III examinou. Em 1561 imprimia João da Barreira a *Regvla beatissimi doctoris Augustini, e constitutiones canonicorũ regulariũ diuæ Crucis Conimbricensis ordinis eiusdem,* o que nos parece ser um documento com-

---

(1) Ayres de Campos, *Cartas dos Reis e dos Infantes,* publicadas no *Instituto,* vol. XXXVI, pág 507.

(2) Manuscripto n.° 632 da Bibliotheca da Universidade, citado pelo Dr. Deslandes nos seus *Documentos para a historia da typographia portugueza,* pág. 16.

provativo de que a imprensa de Sancta Cruz estava paralisada ou em grande decadencia.

Opina o sr. Martins de Carvalho que as primeiras *Constituições de Leiria* teriam sido impressas em Sancta Cruz, attendendo a que o bispo era fr. Braz de Barros, o reformador do mosteiro. A hypothese seria lógica e inteiramente acceitavel, se não houvesse um facto, que nos põe de sobreaviso. A *Meditaçam da innocentissima morte e payxam de nosso señor*, attribuida a fr. Antonio de Portalegre, foi mandada publicar por D. Braz a Joam de Barreira e Joam Alvares em 1547.

É tambem de opinião o sr. Martins de Carvalho, que as gravuras de que vêm ornados os livros impressos em Sancta Cruz eram alli executadas. A prova não a apresenta o infatigavel investigador, nem saibamos que exista. Se os monges empunhassem o buril, é de crer que o auctor da *Descripçam e debuxo,* que individualisou, para assim dizer, os misteres typographicos em que se empregavam os monges, não se esquecesse de mencionar esta particularidade, aliás importante. Estamos persuadido que a maior parte das gravuras e vinhetas vinham de fora assim como os typos. É todavia de crer que algumas gravuras se executassem em Portugal, como são, por exemplo, as que representam brazões de armas. Jeronimo Luis foi um distincto gravador do seculo XVI, e é de suppôr que não fosse o unico. Algumas gravuras, evidentemente portuguezas ou executadas em Portugal, temos nós encontrado com as iniciais do auctor.

A imprensa conservou-se em Sancta Cruz até 1577, anno em que D. Sebastião a mandou pedir ao prior geral. Foi para S. Vicente, para alli se imprimir a *Bulla da Sancta Cruzada,* e nunca mais voltou a Coimbra (1).

Cabe portanto á ordem regrante de Sancto Agostinho a gloria de ter implantado em Coimbra o invento de Guttemberg. A cidade do Mondego deixou-se, n'este ponto, antecipar por outras povoações, algumas menos importantes, mas resgatou depois o seu atrazo, não só pelo numero, mas pela importancia das edições. Coimbra demonstrou bem, pelo seu esplendor litterario durante o seculo XVI, sobretudo nos primeiros tempos da Universidade, que não era ocioso titulo

---

(1) Joaquim Martins de Carvalho, *A Imprensa em Coimbra,* na 2.ª parte dos seus *Apontamentos para a historia contemporanea,* pag. 287.

de vaidade o que lhe conferia o Papa quando n'um breve de 1537 a comparava a Athenas.

Elevam-se a dezoito os trabalhos typographicos executados propriamente pelos frades de Sancta Cruz. A maior parte d'essas obras examinámol-as directamente, fazendo a sua descripção em face dos exemplares, indicando a sua paragem. Algumas não as podémos ver, nem mesmo se sabe da sua existencia actual, servindo-nos portanto para a sua indicação dos apontamentos fornecidos pelas obras da especialidade.

Não temos a louca pretenção de que a nossa obra seja completa, e por isso nos daremos por muito satisfeitos com quaesquer reparos, observações, emendas e additamentos, que os nossos bibliophilos se dignem fazer-lhe, certo de que havemos de aproveitar todos esses subsidios para uma edição, que seja, quanto possivel, definitiva.

Eis a enumeração das obras typographicas, executadas pelos conegos regrantes de Sancta Cruz:

Liuro das constituições & custumes que se guardã em o mosteyro de sancta Cruz dos conegos regrãtes da ordem de nosso padre sancto Agustinho. — Este titulo, a tinta encarnada, está por debaixo de uma vinheta em madeira, representando uma cruz sustentada por dois anjos e que occuppa quási toda a pagina de rosto. O texto vai até folha xciii verso, onde se lê a seguinte subscripção: *Foy imprimido em o mosteyro de sancta Cruz da muy nobre & sempre leal cidade de Coimbra de mãdado de D. Dionisio por* (prior) *crasteyro: per dom Esteuam & dom Manoel conegos do dito mosteyro, Anno de nosso sõr Iesu xp̃o 1532.*

Depois da subscripção, 4 fl. inn. com o *Repertorio*. No verso da 4.ª fl. uma vinheta representando o *Agnus Dei*.

Termina o vol. com 8 fl. sem numeração, a 1.ª das quaes tem no alto uma vinheta que representa S. Agostinho, e por baixo as palavras do titulo: *Comecasse a Regra composta per o muyto famoso & bemauenturado doctor nosso padre sancto Agustinho bispo da cidade de Iponia.*

Innocencio (artigo fr. Braz de Barros) escreveu esta edição, reportando-se aos apontamentos manuscriptos do Padre José Caetano d'Almeida, bibliothecario da livraria real de D. João V. O sr. Brito Aranha (tomo 13.º do *Diccionario*) descreve a edição de 1534, cujo frontispicio reproduz, parecendo considerál-a como primeira, porisso que referindo-se a um exem-

plar da de 1536, diz que a d'este anno foi naturalmente a segunda.

Na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro existe um exemplar da edição de 1532, o qual vem descripto no seu *Catalogo dos Cimelios* sob n.º 138, pags. 329.

Lexicon græcum hebraicum, de Heliodoro de Paiva.

Nicolau de Santa Maria traça com grandes elogios a biographia d'este cruzio, que, alem de consumado linguista, foi calligrapho e musico notavel. E termina por estas palavras: *Compoz hum Vocabulario de Grego, & Hebraico, que dedicou a ElRey D. João III, & se imprimio no Mosteiro de S. Cruz no anno de 1532.*

Não sabemos como conciliar o facto d'esta impressão com a noticia que acima transcrevemos d'um codice de Sancta Cruz de que a imprensa conventual não possuia caracteres hebraicos.

Barbosa dá ao *Lexicon* o formato de folio, mas não vemos até que ponto seja valida a sua opinião, visto authorizar-se com D. Nicolau de Santa Maria, no tocante à dedicatoria.

Não sabemos da existencia de nenhum exemplar.

(Continúa). SOUSA VITERBO.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 9, pag. 408)

Pouco mais ou menos pelo mesmo tempo, sendo síndico do convento Frei João Videira Garção, queixava-se ao bispo o padre Pedro Fernandes Inácio, páraco de uma das freguesias da vila, contra o frade que no convento tinha a seu cargo a aula de gramática latina. A antiga rivalidade entre os priores da vila e os religiosos do convento parece ter sido o motivo do procedimento do padre acusador, o que se depreende das severas palavras do bispo no despacho lançado no requerimento em que se faz a queixa. Ordenava o prelado que o prior deveria dar satisfação pública aos religiosos do mosteiro, especialmente ao padre mestre de gramática latina, *gravìssimamente ofendido*, servindo-nos das suas próprias palavras, não só com baixas injurias indignas da situação dos contendedores, como também com dirigir-lhe argüições cuja falsidade se havia provado.

Obedeceu o prior ao severo despacho do bispo indo ao mosteiro pedir perdão ao professor e aos mais religiosos ofendidos com a sua caluniosa e injustificada queixa. Assim o testemunha a certidão passada pelo guardião do convento em 21 de Junho de 1791.

De 1781 a 1812 houve um período de descansada trégua e de relativa tranqüilidade para os religiosos do mosteiro. Neste último ano, porém, o seu guardião vê-se involvido nos enredados meandros de um caso um tanto suspeito, ou continuação e reflexo das antigas rivalidades e ódios que contra os frades se tinham levantado, ou talvez porque tendo esquecido o guardião aquela máxima severa dos estatutos da Ordem acêrca da pobreza que lhe era imposta êle se deixara dominar pelo mortal pecado da cobiça, aquela *fatal sêde de oiro* de que nos fala o clássico poeta mantuano. Seja, porém, como fôr, o que é certo é que no ofício que o Inten-

dente Geral da Polícia da Côrte e Reino dirige, em 5 de Novembro do referido ano, ao Juiz de Fóra de Castelo de Vide, a propósito de um importante roubo de gado no termo desta vila, dizia-se, entre outras coisas, haver notícia dêsse roubo ter sido praticado por dois indivíduos do termo de Marvão, um dos quais conhecido pelo apelido de *Vences*.

¿Mas que relação poderá haver, perguntar-se-há, entre êste tal *Vences* e o guardião do sossegado mosteiro dos religiosos franciscanos? É ainda o aludido ofício do mesmo Intendente que vem satisfazer a nossa natural curiosidade informando o referido magistrado de que lhe constava que na ocasião de se efectuar a prisão do *Vences* fôra êste logo pôsto em liberdade a instâncias do guardião do convento da Estrela, em cuja cela entrava com freqüência, e a quem costumava emprestar cavalgaduras para trazerem as esmolas recolhidas nos peditórios que os frades costumavam fazer.

Até aqui está ainda salva a *honra do convento* e a integridade moral do seu guardião, mas onde o caso começa, porém, a aparecer um pouco suspeito e emmaranhado é quando o Intendente ordena que se abra a competente devassa sôbre isto e sôbre o que se dizia do referido guardião acusado de administrar uma vinha pertencente a um seu irmão e na qual pusera, como guarda, um indivíduo que se tornara suspeito, já pelas relações de amisade que mantinha com o sobredito *Vences*, já também porque emprestava grandes somas de dinheiro, quando pela pobreza do traje inculcava ser *Almocreve ou Caleceiro* (1).

Não pudemos averiguar qual teria sido o resultado da devassa e a sentença no pleito em cujas malhas o bom guardião dos franciscanos se viu envolvido. Existindo apenas, para formar com imparcialidade o nosso juízo, o citado ofício do Intendente Geral da Polícia é de boa praxe jurídica que o processo se arquive por falta de prova.

O padre guardião, porém, é que não esperou pela justiça dos tribunais ou com ela se não contentou pois que, esquecendo-se daquela humildade evangélica apregoada pelos puristas da Ordem, foi fazendo justiça por suas mãos para se vingar ou desagravar das argüições que lhe eram dirigidas. Com êste facto se prende um outro ofício que o Intendente Geral da Polícia dirige, em 4 de Dezembro do aludido ano,

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendência da Polícia, Comarcas do Sul*, liv. 164, fls. 147 v.

ao Juiz de Fora de Marvão, a propósito de um ferimento em que aparecia culpado o guardião do convento da Senhora da Estrela, ordenando que sôbre o caso se fizesse rigorosa devassa e que, finda ela, se lavrasse a respectiva pronúncia como fôsse de justiça.

Os indigitados autores do roubo de gado contra quem o Intendente passa mandados de captura foram, afinal, presos e conduzidos à cadeia do Limoeiro de Lisboa (1).

Nada mais encontrámos acêrca do ruïdoso caso, vulgar, afinal, em muitos outros conventos, já decadentes e afastados, pelo espírito da época, da arreigada crença e humilde pobreza, daquela tão severa observância da Ordem que tornara justamente célebres e respeitados os padres observantes da regra de S. Francisco.

Depois dêstes sucessos, quando rebentou o movimento de 1820, as lutas em que o país se viu envolvido entre absolutistas e constitucionais e que muito se fizeram sentir em Marvão, atingiram também o convento dos monges franciscanos, alguns dos quais se desviam da vida de religiosa e recolhida meditação para o campo belicoso das contendas profanas e de acesas lutas políticas. Assim é que, logo em 1821, se encontra notícia de um grave conflito entre o prior da igreja matriz da vila, padre João Estácio Mourato, e o frade José Rodrigues Leitão, professor de gramática latina no mosteiro. Não foi estranha a esta contenda a política da terra, que contribuíu para ateiar refreados ódios e antigas rivalidades. Dá testemunho dêste conflito o ofício do Juiz de Fora da vila, Dr. Matias Marques Aires de Seixas, datado de 22 de Junho do referido ano, participando ao Intendente Geral da Polícia que o prior Estácio Mourato havia apresentado um requerimento à Câmara queixando-se do padre José Rodrigues Leitão, o qual, por sua vez, se queixara também do prior acusando-o de inconstitucional e de falar contra o Supremo Govêrno.

A partir de 1821 até à extinção dos conventos por decreto de 28 de Maio de 1834 são freqüentes as lutas entre as duas facções que se degladiavam na vila e em que entravam também alguns dos mais irrequietos e belicosos frades do mosteiro. Entre os vários documentos que se salvaram e recolheram do seu arquivo encontrámos vagas referências

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendência da Polícia. Comarcas do Sul*, liv. 164, fls. 155 v., 191 e 222.

à prisão do religioso Fr. António da Puríssima Conceição Loureiro, considerado prisioneiro de grande importância política e enclausurado nos cárceres do convento de Xabregas.

A êste frade se refere o ofício do provincial da Ordem Fr. José Joaquim da Trindade Tôrres, dirigido ao Intendente Geral da Polícia em 23 de Fevereiro de 1829, sôbre a conveniência de se mudar para a tôrre do Bugio ou ilha Berlenga, onde estaria com mais segurança, até ulteriores indagações e imposição de penas mais rigorosas (1).

Nenhuma outra referência encontrámos acêrca dos sucessos políticos em que se tinha envolvido o frade a que alude o ofício e a respeito do qual se fazia tão severo e carregado libelo. É, porém, de presumir que êle fôsse um acérrimo e intransigente liberal, um adversário temido e inflexível dos miguelistas de Marvão, a julgar pelas medidas de segurança que contra o mesmo frade tão insistentemente se recomendavam.

Extintas as ordens religiosas pelo já citado decreto de 28 de Maio de 1834, com êle acabaram as lutas em que alguns religiosos se envolveram, preferindo as agitações da política à repousada religiosidade e ao abandono contemplativo da vida claustral.

Não se veja, porém, na história do convento só uma continuada e ininterrupta cadeia de disputas e de acirradas discórdias com o clero secular. Alguns bons e valiosos serviços a vila colheu à sombra dessa velha e piedosa instituïção. Os seus monges foram os primeiros mestres da mocidade da vila e seu termo, mestres não só na língua pátria e no latim que desde velha data ali ensinaram, como também nas salutares lições de piedade, de filantropia e abnegação que tantas vezes souberam dar com o seu exemplo. Homens como eram tinham dêles as suas paixões e defeitos, mas de justiça é reconhecer-lhes algumas belas e nobres virtudes cujas tradições ainda hoje se respiram em emanações de suave espiritualidade e doce recolhimento quando se visita a silenciosa e vasta igreja do velho mosteiro.

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendência Geral da Polícia. Correspondência dos Corregedores e Juízes de Fora*, maço 155, doc. 40.

*
* *

Visto o convento através da vida exterior dos seus religiosos lancemos agora ràpidamente os olhos pela sua vida e administração internas e para a sua fábrica, aproveitando para isso os poucos elementos que nos fornecem os livros e papéis que restam do seu desmantelado arquivo.

Já nos referimos à esplêndida e bem escolhida situação do mosteiro a que Fr. Agostinho de Santa Maria chama Monte delicioso e ameno competidor com o Monte Píndaro da Thessália (1).

A sua fábrica divide-se em dois corpos distintos: a igreja, com a fachada para o lado da porta da vila, e ao lado direito a casaria do convento, hoje modificada e adaptada a hospital. Entra-se na igreja por um espaçoso adro, no meio do qual se ergue o elegante e magestoso cruzeiro de mármore cuja fotografia reproduzimos no princípio dêste capítulo. É êste cruzeiro em estilo manuelino, de grande perfeição e beleza escultural, com as cordas torcidas e entrelaçadas ao gôsto da época tendo em cada um dos braços da cruz estrelas elegantemente lavradas. Êle teria certamente figurado na relação de cruzeiros de Portugal organizada pelo Dr. Sousa Viterbo, entre os de maior valor artístico ali descritos, se ao erudito e infatigável escritor fôsse dado conhecimento da sua existência.

A fachada da igreja é simples e modesta e nela se abre uma larga porta em arcaria gótica encimada por uma elegante e rasgada janela que enche de luz a vasta igreja, a qual foi posteriormente abobadada no ano de 1689. Na capela-mór ergue-se o altar com um retábulo de madeira, uma tribuna e um trono, tendo de ambos os lados mísulas com as imagens de S. Domingos e S. Francisco, em tamanho natural e duas outras mais pequenas, S.to António e S. Diogo, respectivamente dos lados do evangelho e epístola. Êste altar foi restaurado no ano de 1802, como o testemunha o documento do teor seguinte:

> «Fr. Francisco de Santa Clara Gomide, Pregador e guardiam do Convento de Nossa Senhora da Villa

---

(1) *Santuário Mariano*, tom. 3.º, pág. 371.

de Marvão. Por este por mim feito e asignado Confeço ajustei a obra da Capella Mór deste Convento de Nossa Senhora da Estrella de Marvão com o Sr. João dos Reis para a fazer de Estuque por preço de quatrocentos e quarenta mil reis, na forma, qualidade e condições que vão juntas a Este Escrito, asignadas pelo sobredito João dos Reis, e por mim, o que me obrigo a satisfazer na forma das mesmas condições juntas a Este; Contanto que o asima dito João dos Reis cumpra sem falência alguma as mesmas condições porque faltando algumas dellas, ficarei dezobrigado do cumprimento deste, porque debaxo das mesmas condições he que somente me obrigo a satisfação.

«Para a todo o tempo constar que me obrigo por este o asignei, e para testemunho de que se obriga a fazer a Obra, aseita este Contrato, e se assignou tambem com migo. Maio 12 de 1802. — (a) *Fr. Francisco de Santa Clara Gomide,* Guardiam. — (a) *João dos Reis*» (1).

A capela da Senhora da Estrela é formada por um corpo distinto, do lado do evangelho, uma pequena igreja quási, de rica e cuidada arquitectura e encimada por graciosa cúpula na qual se abrem amplas janelas que a iluminam e enchem de profusa luz. O altar ergue-se magestoso no tópo da capela e com toda a largura desta, tendo à frente um retábulo de fino jaspe; na parte superior de um elegante trono de mármore vê-se o oratório de madeira onde está a pequenina e velha imagem da Senhora da Estrela, também de fino jaspe, recentemente restaurada na sua antiga pintura de azul celeste e doiradas estrelas.

À direita do altar abre-se a porta que conduz à sacristia da irmandade encimada pela seguinte inscrição:

«*Dom Jeronymo Rogado do Carvalhal e Silva, Bispo de Portalegre, e Eleito da Guarda sva patria mandou fazer esta obra em XZBRO de 1772*».

Do lado oposto está a porta que se abriu em virtude de

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Convento da Estrela de Marvão*, pasta 10, doc. n.º 42.

uma concordata feita entre a irmandade e os religiosos do convento, porta que dá ingresso para a escadaria do trono. Do lado do evangelho e quási ao fundo da capela uma outra porta dá acesso à sacristia da antiga Ordem Terceira. No seu pavimento destaca-se uma bela lápide sepulcral, em mármore, na qual se vê gravado o nome de *Conde de Val dos Reys,* titular que foi padroeiro da Irmandade da Senhora da Estrela.

Êste título andou ligado ao dos duques de Loulé, senhores de vastas propriedades na região, sobretudo na antiga vila da Póvoa e Meadas, hoje uma das freguesias do próximo concelho de Castelo de Vide. Pertence, pois, a esta família o brazão de armas que ali se vê esculpido e cuja descrição é feita pelos geneologistas da forma seguinte: «um escudo franchado de verde e ouro; sobre o verde uma banda encarnada, perfilada de ouro, e nos dois ângulos de ouro letras azues que dizem: *Ave Maria*» (1).

Em uma outra lápide sepulcral vê-se esculpido um brazão de armas que parece ser dos Mouras: «sete castelos em tres palas, tres na do meio e dois em cada uma dos lados» (2).

O epitáfio gravado sôbre esta sepultura, um verdadeiro poema de saüdade paterna na frase da Alberto Pimentel (3), reza o seguinte:

> «*Dia 11 de novembro de 1772. Jaz debaixo deste marmore o corpo de D. Estrella Lusia Freire da Fonseca de idade de 22 meses e 27 dias, filha do coronel governador desta praça Antonio Caetano de Andrade Freire da Fonseca, fidalgo da casa de sua magestade, e de D. Luisa Leonor Freire. Sepultura determinada para ella e seus ascendentes*».

A fábrica do convento não tem estilo próprio e a sua arquitectura é vulgar, simples e modesta.

Pela irregularidade da construção vê-se bem que a obra se ia fazendo morosamente com forçadas interrupções e à proporção que as esmolas e ajudas dos fiéis lhe iam dando

---

(1) A. da Silveira Pinto e Visconde de Sanches de Baêna — *Resenha das Famílias Titulares e grandes de Portugal*, vol. 1.º, pág. 179.

(2) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Thesouro da Nobreza*, fls. 248.

(3) *Viagens à Roda do Código Administrativo*, pág. 127.

novos impulsos. O plano que predomina na sua construção geral é o que foi seguido em quási todos os conventos da época: um quadrado fechando o respectivo claustro e no meio dêste a cisterna para abastecimento do mosteiro. No andar superior duas alas eram destinadas a dormitórios, uma denominada a ala da *porta da vila,* com sete celas, a outra denominada *da parte de Castela,* com nove, a última das quais destinada a livraria. O mobiliário das celas era, na sua maior parte, modestíssimo, não desmentindo a severidade da regra imposta aos seus moradores: «uma barra com enxergão e colchão, um archi-banco, um ou dois cobertores» e, em raras celas, o *luxo* de uma rústica e tôsca mesa. Uma outra ala corria a par de uma varanda para onde se abriam as janelas de nove celas destinadas a celeiro e mais arrecadações. Os outros compartimentos do mosteiro consistiam no refeitório, onde se erguia um púlpito, cozinha, adega, cavalariça e dependências para palheiro etc. Entre os haveres do convento contavam-se, quási sempre, dois machos para transporte dos géneros e das esmolas que os monges recolhiam dos seus largos peditórios.

Junto ao convento havia também umas dependências com duas hospedarias, as tradicionais albergarias anexas a quási todos os mosteiros, especialmente os dos franciscanos, destinadas não só a recolher os viandantes, pobres e peregrinos, como também a servir de hospital, uma das piedosas ocupações em que muito se distinguiram os monges. Em alguns conventos viveram religiosos que chegaram a ter fama e grande nomeada como médicos e caridosos enfermeiros em épocas de epidemias na cura de pestíferos e leprosos. Estas albergarias e umas outras instituïções anexas aos mosteiros, denominadas *gafarias,* prestaram na verdade valiosos e assinalados serviços, o que muito contribuíu para atrair as dádivas avultadas e a larga protecção que os franciscanos disfrutaram durante muito tempo (1).

Os estatutos da Ordem determinavam, quanto ao convento de Marvão, que fôsse de doze o número dos seus religiosos, mas nem sempre êste número esteve completo, sendo geralmente composta a pequena e reduzida população do mosteiro de nove religiosos: três frades coristas, dois leigos e dois donatos.

---

(1) Dr. Fortunato de Almeida — *História da Igreja em Portugal,* tom. I, pág. 548.

Como já dissemos os frades não podiam ter bens próprios em virtude do voto de pobreza que eram obrigados a guardar e a sua receita era apenas constituída pelo produto das esmolas e donativos dos fiéis.

Apesar disso, porém, essa receita chegou a atingir, em certos anos, avultadas quantias, o que de algum modo nos explica o motivo das constantes rivalidades que, tempestuosas algumas vezes, se desencadeavam sôbre o convento. No ano de 1795, por exemplo, somou essa receita a quantia de 1:284$383 réis e proveniente das seguintes verbas: sermões, esmolas, peditórios, cantorias nos enterros e procissões, missas, incluindo a quantia de 101$040 réis, importância do subsídio que ao mosteiro concedera a piedosa raínha D. Maria I. Os peditórios eram, porém, a fonte mais copiosa e abundante dos haveres do convento, a maior parte dos quais em géneros, que iam encher fartamente a ucharia conventual.

A julgar pelas relações dessas esmolas não deveriam passar muito mal os confortados estômagos dos nossos franciscanos, apesar da abstinência e dos severos jejuns a que obrigavam os votos de pobreza da Ordem. Êsses peditórios faziam-se, em geral, por ocasião de feiras e mercados, num largo perímetro que compreendia Portalegre, Castelo de Vide, Flor da Rosa, Sardoal e terras da *Borda de Água* (1).

As excursões eram, pois, largas e demoradas e delas traziam e arrecadavam os monges, como afanosas e providentes formigas, trigo, centeio, feijão de todas as qualidades, castanhas, nozes, azeite, queijos, borregos e chibos, bacalhau, marrans, mosto e vinho. Do livro de contas do convento depreende-se que, em certos meses do ano, faziam os religiosos avantajado consumo dêste líquido, o que nos não autoriza, porém, a supor que êle chegasse a turvar a cabeça e a estragar o regalado paladar de um ou outro mais propenso e inclinado ao culto do travesso e gentílico Bacho, do que às aborrecidas rezas dos amarelecidos breviários.

Se não fôra o receio de alargar demasiadamente êste capítulo, consagrado à descrição histórica do mosteiro, curioso seria inserir aqui o preço dos vários géneros mencionados nos seus livros de contas, valiosas e abundantes fontes não só para o estudo da vida económica do convento, como também do concelho no último quartel do século XVIII. Anteriormente a esta época a administração e vida económica do

---

(1) Abrantes e vale do Tejo.

mosteiro mal se pode reconstruir com as vagas referências feitas nos documentos que se recolheram e puderam salvar do seu espólio.

Pelo que respeita aos livros que constituíam o fundo da sua biblioteca vimos uma relação na qual se mencionam cêrca de 60 volumes, versando a maior parte sôbre assuntos de teologia moral e dogmática, liturgia, alguns livros de sermões e uma bíblia. Em um manuscrito que se guarda no Arquivo Nacional êsse número eleva-se, porém, a 164 volumes(1). O mais antigo exemplar mencionado naquela relação era um impresso do século xv, talvez algum precioso incunábulo sôbre a *Vita Christi*, como parece depreender-se.

Pelo que respeita aos monges poucas notas e dados biográficos pudemos recolher sôbre um ou outro que mais se tivesse notabilizado nas sciências e nas letras.

Alguns houve, porém, que chegaram a lograr fama de bons prégadores tendo sido algumas vezes a direcção do mosteiro confiada a guardiães que muito se distinguiram não só pelos exemplos da sua filantropia e piedade, como também pelo seu saber e ilustração. Assim nos primeiros anos do século xix desempenhava êste cargo Fr. Luís Inácio dos Remédios, doutor e lente de teologia na Universidade de Coimbra.

O convento no ano de 1584 foi casa de noviciado. Alguns dos mais antigos termos dos seus novícos, que julgamos interessante inserir aqui, dão notícia dos seguintes:

> «Eu Fr. Gaspar Travassos que hora sou guardião actual do Convento de Nossa Senhora da Estrella fis este caderno, para que nelle se asentassem os nomes dos Professos na dita Caza, e se afirmassem com o meu testemunho e dos Discrettos. Pollo que sendo eu Guardiam na Caza da Snrà no anno de 1584 fis profissão a dous frades para o coro. O primeiro professou a 26 de Agosto com os votos de toda a Comunidade, cujo nome he Fr. Simão, natural de Peralva, e o segundo professou a 23 de Outubro do mesmo anno tambem para o Coro. E os Padres Discrettos aqui se afirmarão Por se acharem prezentes nas dittas Proffiçoens — (a.) *Fr. Gaspar Travassos,* Guardião.

---

(1) Códice n.º 408, fl. 27.

«E por assim passar na verdade nos os discrettos da caza da virgem da Estrella professarem no dito Convento os frades assima nomeados Fr. Simão de Peralva, junto de Tomar e Fr. Francisco de Bargança pimentel natural mesmo de Bargança. Por tanto asignamos aqui neste caderno a 29 de Outubro do mesmo anno de 1584. — (a.) *Gaspar Travassos,* Guardiam. Distrettos *Fr. Antonio de S. Braz, Fr. Melchior da Estrella.*

«2.º Affirmamos nos o P.e Guardiam e P.es Discrettos do Convento de N. Snr.a da Estrella, em como he verdade fazerem profissão no ditto Convento os Irmãos Fr. Francisco de Portalegre, filho de Belchior Vaz e de Maria Canaleira, e Fr. Francisco da Estrella, natural de Castro Verde, filho de Francisco da Sylva e de Anna Caldeira aos 2 de Junho, e o jrmão Fr. Francisco de Portalegre aos 20 de Majo de 1585 e por assim ser na verdade asinamos os P.es Discrettos. — (a.) *Fr. gaspar Travassos,* g.am.

«3.º Digo Eu Fr. Manoel de Montemor, guardiam neste convento de Nossa Senhora da Estrella em Marvão que he verdade que no ditto convento da virgem fizerão profissão os jrmãos Fr. Gonçalo, filho de Francisco Rodrigues, morador em Lisboa, e de Isabel Gonçalves, natural de Lisboa, e Fr. Braz, filho de André Pinto, escrivão da Camara na villa de Montemór o Novo e de Izabel Rodrigues. Ambos para o coro, o qual Fr. Braz fez profissão aos 16 de Janeiro de 1591, e Fr. Antonio para frade leigo, filho de Manoel Martins, e de Violante Gomes, naturaes de Montemór o Novo aos 25 de Fevereiro de 1591, e por ser verdade me assignei com os p.es Discrettos. — (a.) *Fr. Manuel de Montemor*, g.am».

No ano de 1698, no arrolamento que se fez dos religiosos existentes em todos os mosteiros da província da ordem franciscana denominada dos Algarves, contavam-se no convento da Estrêla de Marvão os seguintes:

Padre Fr. Antonio do Amparo. Guardião e Confessor.
Padre Fr. Antonio de S. Joseph. Confessor e presidente.

PRÈGADORES

Padre Fr. Phelippe de Santa Cecilia.
Padre Fr. João da Cruz.
Padre Fr. Antonio da Quietação.
Padre Fr. Joseph de São Francisco. Portalegre.
Padre Fr. Lourenço de Porciuneula.
Padre Fr. Antonio das Chagas.
Padre Fr. Antonio de Santa Martha.

CONFESSOR

Padre Fr. Manoel de São Vicente.

FRADES DE CORO

Padre Fr. Francisco das Chagas.
Padre Fr. Pedro d'Assumpção.
Padre Fr. João das Chagas.
Padre Fr. Francisco da Conceição.
Padre Fr. Matheus de Santo Antonio.
Padre Fr. Manoel de Santa Rosa (organista).

CORISTA

O irmão Fr. Antonio da Piedade.

LEIGOS

O irmão Fr. Antonio de S. Joseph.
O irmão Fr. Manoel da Cruz.
O irmão Fr. Domingos de São Bernardino (1).

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — Códice n.º 1686. No códice n.º 880 encontra-se também uma curiosa relação dos guardiães do convento desde os anos de 1750 a 1790. Em uma nota final acêrca das quantias com que deviam contribuir para as vestiarias os diferentes mosteiros da chamada província dos Algarves figura o de Marvão com a obrigação da quota anual de 9$000 réis.

Este último códice intitula-se *Livro das Actas Capitulares desta Santa Provincia dos Algarves. Anno de 1750.*

No manuscrito da livraria do mesmo Arquivo Nacional, códice n.º 575, *Livro de actas das sessões capitulares do Convento de S. Francisco de Évora,* existem vários termos de eleição de guardiães dos diferentes

Em 1784, por uma carta de D. Maria I passada em Lisboa, a 7 de Junho, concedeu-se ao guardião e religiosos do convento, «*pelo zelo e actividade que empregavam no serviço de Deus*», uma escola de ler, escrever e contar, pelo tempo de três anos e com a *ordinária* anual de 40$000 réis, quantia que se mandava incluir nas fôlhas dos professores e mestres do reino. Desta quantia mandavam-se reservar 20$000 réis destinados ao religioso que regesse a escola, nomeando a mesma carta para êsse cargo o monge Fr. António de Santa Rosa de Lima.

No ano seguinte, por outra carta da mesma raínha passada em Lisboa a 16 de Agôsto, concedeu-se também ao convento uma cadeira de gramática latina, pelo mesmo tempo de três anos e com a *ordinária* anual de 60$000 réis, devendo dar-se ao professor que a regesse igual quantia de 20$000 réis. Para a regência desta cadeira foi nomeado o religioso Fr. Francisco de Santa Tereza.

---

conventos franciscanos. Pelo que respeita ao convento de Marvão há referências aos seguintes:

Fr. João de Belem, em 14 de Maio de 1786.
Fr. Henrique de Nossa Senhora da Estrela, em 17 de Novembro de 1787.
Fr. José de S. Joaquim, em 14 de Junho de 1789.
Fr. António de Santa Rosa de Lima, em 19 de Maio de 1792, o qual renunciou sendo eleito.
Fr. Manuel de Santa Apolónia, em 8 de Agosto de 1792.
Fr. Manuel de Santa Rosa Bizarro, em 23 de Maio de 1795.
Fr. José do Coração de Maria Mimoso, em 19 de Novembro de 1796.
Fr. António de Santa Rita Barriga, em 26 de Outubro de 1799.
Fr. Francisco de Santa Clara Gomide, em 18 de Abril de 1801.
Fr. Luis Ignacio dos Remedios, em 1802.
Fr. Lourenço Justiniano da Conceição, em 14 de Abril de 1804.
Fr. Antonio da Pureza de Maria, em 11 de Abril de 1807.

Neste mesmo códice vêem-se lançadas as informações do Visitador da Província a respeito do convento de Marvão em diversos anos e das quais consta o seguinte:

Em 1786 «Pro optima valde que laudabilis dispositio».
Em 1787 «Optima dispositio».
Em 1789 Idem.
Em 1790 «Excellentissima disposição louvável caridade».
Em 1792 «Excellentissima disposição e louvavel em obras de caridade».
Em 1793 «Optima disposição».
Em 1795 «Muito boa disposição e louvavel em obras».
Em 1796, 1798 e 1799 «Optima disposição».

Em 30 de Outubro de 1786 era êste professor substituído por Fr. António de Nossa Senhora das Águas Férreas, o qual, por sua vez, era substituído, em 10 de Março de 1788, por Fr. João de Jesus Maria, e êste, respectivamente, pelo religioso Fr. João de Assunção, em 24 de Julho de 1789.

Não foi a criação da cadeira de gramática latina no convento do agrado da maior parte da povoação da vila, o que se depreende do requerimento dirigido à raínha pela Câmara, nobreza e povo de Marvão, queixando-se do prejuízo que sofriam pelo facto de se ter dado aos frades o encargo da cadeira de gramática latina que já existia, há muito, na vila. Entre as razões apontadas para justificar esta queixa alegava-se que não havia no mosteiro professores hábeis e de contínuo exercício e que nos métodos ali seguidos no ensino se usava de grande severidade.

A julgar pelas freqüentes alterações e mudanças que se deram na regência da cadeira de latim do convento nos poucos anos que decorreram desde 1785 a 1789, plenamente se justificavam as queixas da Câmara da vila e da sua população. Entendia a corporação municipal, em benefício dos filhos dos seus munícipes, que o professor secular era de mais proveito e utilidade para a educação e instrução dos estudantes do concelho, razão que a levava a pedir, com urgência, que a mesma cadeira fôsse transferida do convento para a vila e que a sua regência fôsse confiada a professor régio hábil e competente.

A raínha, no seu despacho, manda informar o requerimento ao provedor da comarca, ordenando também que os religiosos respondessem no prazo de três dias (1).

Não pudemos averiguar qual teria sido a resposta que os frades deram sôbre a pretensão da Câmara, o que é, porém, certo é que, pouco depois, passava para a vila a cadeira de latim, onde se conservou até 1855, ano em que foi transferida para a vila próxima de Castelo de Vide por decreto de 12 de Junho (2).

(Continúa).

P. M. Laranjo Coelho.

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Convento da Estrela de Marvão,* pasta 10, doc. n.º 36.

(2) José Silvestre Ribeiro — *História dos Estabelecimentos Scientíficos de Portugal,* tom. X, pág. 373.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 4$50

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 3$50

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 3$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 2$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 2$50

Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 3$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 2$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 2$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º
N.º 11

1923
Novembro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

La structure de l'Univers, por F. M. da Costa Lobo .. 479
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por Sousa Viterbo 493
Terras de Odiana, por P. M. Laranjo Coelho 502
Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, D. José de Meneses (1705-1710), por Joaquim de Carvalho ..... 520.

LA STRUCTURE DE L'UNIVERS (1)

D'abord deux mots à propos des raisons qui ont déterminé l'étude dont les conclusions sont exposées ici.

Après beaucoup de siècles d'investigations pendant les quels l'humanité a essayé en vain de mettre de l'ordre dans les mouvements célestes, la loi de la gravitation, merveilleux régulateur de l'Univers, est venue soudain écarter les ténèbles et fournir à la science une base solide qui a permis de traiter avec des résultats très satisfaisants les complexes problèmes du mécanisme de l'Univers. Et, jamais on le répétera trop, le point d'appui enfin acquis a été decouvert pour le génie de Newton, qui est si charmant dans la simplicité de sa modestie traduite dans cette phrase célèbre; «Je me borne à ramasser quelques petits cailloux dans la plage infinie de la Science». Lui qui a taillé les plus formidables blocs, lui qui a construit le plus grandiose monument scientifique dont le genre humain puisse s'enorgueillir!

C'est un fait incontestable que la loi de la gravitation domine partout. On pourra même avancer que tous les phénomènes lui sont soumis lorsqu'on pénetre profondement leur essence, tenant compte de ce que souvent ils se présentent enveloppés par des voiles épais qui nous dérobent leur origine.

En même temps on pourra reprocher à l'expression de la loi, sans qu'aucune considération puisse attenuer son immense valeur, que, en attribuant aux corps des qualités incompréhensibles physiquement elle a pu apparaître comme un precieux instrument plutôt que comme une représentation du réel. Pourtant à mes yeux il était indispensable d'arriver à lui donner une formule qui la rendrait physiquement admissible. Je ne pouvais admettre qu'une hypothèse con-

---

(1) Extrait de la conférence réalisée à Salamanque au Congrès pour l'avancement des sciences, juin 1923.

firmée de façon décisive par tous les phénomènes observés, ne correspondit pas à la véritable constitution de l'Univers.

Je crois avoir trouvé l'énoncé adéquat et qui rendra toute réserve inutile.

C'est au Congrès pour l'avancement des Sciences, tenu à Grenade au mois de juin 1911 que pour la première fois j'ai exposé mon opinion, que j'ai eu le plaisir de voir accueillie avec grande bienveillance par les illustres savants réunis alors sous la présidence de mon inoubliable ami D. Thomaz Azcarate.

Depuis quelque temps j'étais préoccupé des découvertes relatives à la radio-activité: encore une acquisition dont nous sommes redevables à la science française, et alors, pour moi, l'atome immuable est rentré dans la catégorie des organismes vulgaires. Il devait avoir un commencement et une fin. Et, convaincu d'être dans la bonne voie j'écrivis les mots suivants, par les quels s'ouvre la communication que je présentai, et qui est publiée dans les Annales du Congrès:

«Une fois constaté le fait de la dissociation de la matière, on ne devra pas hésiter à en accepter toutes les conséquences. C'est la desintegration de la matière qui doit fournir les éléments dont l'Univers est constitué, et c'est leur considération qui doit conduire à l'explication de tous les phénomènes».

L'idée est sans doute très simple, mais elle est assez large pour servir de base à l'explication de la loi de Newton.

Il n'est pas la simplicité qu'on doit redouter. La loi de la gravitation est fort simple et cependant c'est à elle que nous devons l'oeuvre admirable de Laplace et que l'humanité doit de posséder aujourd'hui un système des mouvements célestes.

C'est en prenant pour base cette idée que je pense avoir démontré qu'on devra adopter pour la loi de la gravitation la formule suivante:

«Les corps sont poussés les uns vers les autres en raison directe de leurs masses et en raison inverse du carré de leurs distances».

Il est vrai que l'hypothèse de l'impulsion est déjà ancienne. Mais comment pouvait on autrefois la justifier, et comment pouvait on arriver à la loi de Newton? C'est ce qu'on n'a jamais vu. Et même aujourd'hui on n'y est pas arrivé, malgré la quantité d'explications proposées, les unes susceptibles d'engendrer la confusion; d'autres apportant des découvertes d'inestimable valeur.

Le principal objet de ce rapide travail est faire connaître un principe qui, avec une formule absolue, nous permette d'envisager la constitution de l'Univers, et qui emprunté aux phénomènes radio-actifs puisse donner l'explication de tous les phénomènes observés.

Cependant je crois devoir faire d'abord une rapide allusion à une doctrine que son auteur a nommée *théorie de la relativité,* et qui prétend renverser les idoles qui dominent la science actuelle et créer une science pure. Pourtant ces idées sont, depuis beaucoup de temps, de la connaissance de la science.

L'oeuvre mathématique est sans doute très remarcable, mais elle ne peut porter de l'ombre sur l'oeuvre génial de Newton, des Laplace, Lagrange, Leibnitz, Gauss, Bernouilli, d'Alembert, et d'autres savants illustres. Il est vrai que la beauté des mathématiques pour certains mathématiciens éminents réside essentiellement dans son pouvoir de créer des monuments de lignes harmonieuses, et d'élégante décoration qui peuvent fort bien être inhabitables pour le monde physique. Malheureusement on se heurte à des difficultés presque insurmontables lorsqu'on veut édifier des constructions utiles comme celles qui doivent nous fournir la solution du problème du mouvement de n corps soumis à leurs influences mutuelles, resultant d'actions directes ou reflexes, ce qui est, sans doute, le problème suprème.

En ce qui concerne la doctrine de la relativité, j'observerai d'abord que je n'adopte pas le point de vue choisi. La science ne peut avoir d'object que la réalité de l'Univers, c'est-à-dire l'absolu, qui ne comporte qu'une théorie.

Vouloir partir des conditions particulières à un observateur, c'est poser autant de sciences qu'il y a d'observateurs, c'est le paganisme scientifique avec une multitude de dieux. Nous aurions alors une science pour chaque organisme. Et combien de sciences n'aurions nous pas, sans même chercher au delà des divers organes sensoriels que nous offre la nature connue?

On pourra observer que l'homme, malgré sa perfection physique, ne pourra jamais atteindre la limite de l'absolu, c'est-à-dire, la resolution du problème de la détermination de la position de tous (?) les points matériels dans un moment quelquonque. Mais faire la science c'est établir une base générale, quand bien même on ne pourrait l'utiliser et la comprouver que par aproximations successives. Et vraiment, n'est ce pas là ce qu'il s'agit d'obtenir constamment, avec des

*

raisonnements plus ou moins acceptables, et parfois même sans aucune base physique, en construisant seulement sur des bases purement formelles?

*
* *

En prenant pour point d'appui ces considérations une nouvelle phase se dessine pour la science.

Si nous partons de la signification que l'on doit, me semble-t il, donner aux attrations, et si nous écartons les milieux continus (tout à fait incomprehénsibles, car la continuité exige l'homogeneité, incompatible avec l'éxistence de phénomènes), les actions seront discontinues, et, par conséquent bien qu'on puisse utiliser toute l'oeuvre réalisée comme une première approximation, très suffisante jusqu'á présent, la situation apparait très compliquée, bien que, sans doute nous nous approchions de la solution absolue.

On reconnait en même temps combien est dangereuse l'opinion très repandue de que ce qui importe à la science c'est d'avoir des formules que fournissent la solution des problèmes, mais nullement de rechercher la nature et l'origine des phénomènes. Cependant l'humanité comprend bien l'avantage qu'il y eut à dépasser la doctrine de Ptolomée, et pourtant on avait des formules que permetaient obtenir des résultats pour la détermination des mouvements planetaires. Et je crois que les conclusions auxquelles j'arrive mettent en lumière l'avantage de connaître le mieux possible la nature des causes.

On doit observer déjà que le problème général de la mécanique, la science par excellence de l'Univers physique, se présente avec une grave difficulté, car jusqu'au présent nous avions affaire à des forces abstraites dont l'action était continue, tandis que, selon moi, la force réside dans la matière même et par conséquent est elle-même discontinue.

J'ai déjà observé qu'il m'était impossible dans ce bref travail de renvoyer à d'autres théories, cependant ayant déjà exprimé l'avis de que plusiers de ces théories peuvent contribuer à desorienter l'esprit, quelque soit, du reste, la valeur scientifique de leurs auteurs, je donnerai un exemple, choisi parmi plusieurs, et qui suffit à justifier cette opinion.

Si nous ouvrons les leçons sur la relativité géneral de Mr. H. Weyl, le savant professeur de l'École de Zürich,

un des plus ardents apôtres des doctrines einsteiniennes, voici ce que nous lisons dès les premières pages:

«Cette science de l'espace et de la matière qui était la nôtre jusqu'à ce jour, et que la philosophie considérait comme une connaisance à priori tout à fait génerale et necessaire, est maintenant complètement en ruines... La tempête arrive qui détruit ces conceptions d'espace, de temps et de matière pour faire place a une vision plus libre et plus aigue des choses».

Et un peu plus loin: «Les couleurs sont donc en realité, non pas des vibrations de l'éther, mais des fonctions mathematiques de quatre arguments, correspondant aux trois dimensions de l'espace et à l'unique dimension du temps».

Mr. Einstein de son coté adopte l'espace à quatre dimensions, la quatrième étant le temps.

Moi non plus je ne conçois pas la couleur comme une vibration de l'éther. Mais quel sens donner aux formules proposées?

J'éviterai aussi les discussions concernant les concepts de matière, d'espace et de temps. Cependant il me faut dire, avant d'aller plus loin, rapidement, ce que je pense.

D'abord une observation justificative. De même que pour l'homme il est impossible de placer un objet s'il ne dispose pas d'un autre quelquonque qui puisse lui servir de support, de même je crois qu'il est impossible pour la raison de définir les concepts dont nous nous occupons maintenant sans prendre l'un d'entre eux comme base sans définition.

Il est évident que celui qu'on devra prendre c'est celui qui est l'object initial de nos connaissances, celui sans le quel le monde physique disparaitrait, celui que nous devrons admettre comme une idée fondamentale, enfin comme une notion indéfinissable. Et nous ne nous devons pas laisser égarer par la quantité de définitions de la masse auxquelles on arrive selon qu'on l'envisage comme un coefficient d'inertie, comme une capacité de mouvement, ou comme une capacité d'énergie cinètique, distingant la masse tangentielle de la masse transversale et en admettant la possibilité pour une masse d'acquerir une valeur infinie parce que l'inercie se rend infinie pour la vitesse de la lumière, car toutes cettes définitions exigent une idée antérieure de masse.

Je prendrai donc comme un postulat que la notion de masse est irrédutible et indispensable pour la compréhension du monde physique, et qu'il faut craindre doctrines comme celles de Rankine et Ostwald énoncées sous la forme suivante:

«Établir des rapports entre des grandeurs mensurables de telle sorte que, les masses étant données les autres s'en

déduisent, voila toute la tache de la science. Point n'est besoin désormais de nous inquiéter des forces dont nous ne pouvons demonstrer l'existence s'exerçant entre des atomes que nous ignorons, mais des quantités d'énergie mises en jeu dans le phénomène étudié».

Il sera suffisant d'envisager les conclusions auxquelles on est conduit dès qu'on admet l'explication que je donne du phénomène de la gravitation et conséquemment de la nature des forces que le produisent pour reconnaître le peril de ce criterium, quelque satisfation que puissent donner des doctrines interessants derivées de calculs admirables, mais sans interêt pour le monde physique.

*
* *

Voici quelques définitions que je proposerai:

Point materiel, le minimum de masse considérée indepandamment de toute propriété que nous pourrons lui attribuer: — *Espace,* l'ensemble des positions effectives et possibles des points matériels: — *Univers physique*, la totalité de ces points: — *Distance entre deux points*, le minimum de points indispensables pour établir la liaison entre eux sans discontinuité et sans double emploi: — *Orientation,* l'ensemble de deux distances.

En passant j'observerai que c'est seulement pour notre commodité que nous pourrons considérer l'espace comme ayant des dimensions. La désignation des dimensions correspond à des orientations avantageuses, toujours déterminées par des distances définies comme nous l'avons fait.

L'observation nous fait constater une constante variabilité des distances et des orientations.

C'est pourquoi il est utile d'introduire déjà une autre notion que nous utiliserons pour des définitions ulterieures; — *Phénomène,* ensemble de points caracterisé par leurs distances et orientations: — *Temps,* succession continue de phenomènes définis par certains points.

Il est évident que notre esprit aura besoin d'un effort d'abstraction pour arriver à l'idée d'une succession continue et d'un phénomène.

D'autre part je designerai: — par *instant,* une coupure dans la succession, correspondant à un phénomène determiné: par *intervalle de temps,* la succession de phénomènes comprise entre deux instants.

On définira: — *deux intervalles de temps égaux,* ceux entre les quels il y aura un nombre égal de phénomènes identiques. Il est évident que ce nombre ne pourra être determiné qu'à l'aide de conventions. — *Vitesse:* succession de positions d'un point entre des instants determinés. Comme les instants dépendent de la succession, on ne pourra apliquer cette définition que lorsqu'on disposera d'un point dont le mouvement serait tel qu'on pourrait admettre l'égalité des intervalles de temps qui comprennent la même succession de positions. On ne connait pas un point de cette nature, et dès lors on adopte un par convention et on fait ensuite les rectifications nécessaires.

À present on prend un point de la Terre qu'on considère dans ses positions successives au tour d'un axe qu'on suppose fixe (et on ne peut l'admettre que dans une première approximation).

Ces positions sont établies par rapport à un point supposé fixe, une étoile ou un point choisi par convention.

Nous nous trouverons aussi en présence de conventions irréalisables mais qu'on pourra admettre dans un certain degré d'approximation.

*
* *

Maintenant il serait opportun de faire l'exposition des doctrines, — de la gravitation, de l'affinité, de la chaleur, de l'electrecité, du magnétisme, de la lumière, des séries spectrales, de la radio-activité, des *quanta,* et de la theorie electronique, avec un double objet: — exposer ce qu'elles contiennent de vraiment établi, et les difficultés auxquelles se heurte la science pour les justifier.

Il faudrai une longue exposition, même en traitant les sujets très sommairement. Nous le ferons dans une autre travail. Cependant pour donner une aperçu des difficultés que la science a à vaincre j'appellerai l'attention sur une publication importante du *Conseil de Physique*, tenu en 1913 à Bruxelles, dont la publication a eu lieu dernièrement, et dont la doctrine est encore d'actualité à cause du bouleversement de la grande guerre. Ce rapport a pour sujet. — *La structure de la matière.*

Pour en faire aprecier l'importance il suffit de dire que son auteur est Mr. Joseph Thomson, et que dans la discussion figurent des savants renomés, entre autres M.me Curie, Mrs Brillouin, Duque de Broglie, Langevin, Rutherford, Einstein, Vien, Lindman, Lorentz, etc.

Je me bornerai à transcrire quelques opinions emises par ces éminents personalités:

Mr. Lorentz: — «Je trouve des difficultés à me representer la manière dont l'électron sera eloigné du tube imaginé par sir J. Thomson à travers la surface qui la limite. Ce deplacement ne me semble guère possible si la particule est seulement assugetie aux forces attrative et repulsive qui sont admises dans le moment et si une certaine résonnance est nécessaire pour que l'électron obtienne la vitesse requise».

M. Langevin. — «Sir Thomson attribue la répulsion en raison du cube de la distance à un mouvement de rotation avec moment constant de quantité de mouvement. D'autre part, il applique cette même loi de répulsion à des particules cathodiques venant du dehors pour en déduire que l'énergie émise sous forme de rayons de Röntgen augmente comme la quatrième puissance de la vitesse de ces particules. Est il possible de concilier ces deux points de vue?»

M. Brillouin. — «La difficulté signalée par M. Lorentz peut être levée, à ce qu'il semble, en introduisant des forces quasi visqueuses très anisotropes, l'une très intense suivant le rayon, l'autre insignifiante normalement au rayon.

. . . . . .

«Mais les rélations de l'émission ainsi obtenue avec les propriétés de la source excitatrice ne sont guère satisfaisantes».

Encore une citation de l'oeuvre toute récente de l'illustre savant Mr. Sommerfield. — *La constitution de l'atome et les raies spectrales.*

«On n'a cependant aucun droit de considérer ces deux représentants (theorie dualistique de l'électricité) comme de nature semblable, ne différant que par leur signe, et de se représenter, comme on serait tenté de le faire, des electrons negatifs et positifs.

De même que l'électricité négative est composé en dernière analyse d'electrons, d'après l'hypothese de Proust et les experiences recentes d'Aston il semble prouvé que l'élément fondamental de la matière et de l'électricité positive serait l'ion positif de l'hydrogène. A cet égard l'ion d'hydrogène mérite le nom de electron positif. Nous sommes ainsi conduits à une composition dualistique de l'electrecité, les deux élements de celle ci sont différentes, non seulement par leur signe, mais aussi par leur nature et leur masse».

On peut observer en passant il ne manquera pas d'illustres savants pour qui l'Univers se réduit à un seul fluide électrique.

*
* *

Il est tout à fait incontestable que la science malgré les découvertes sensationelles dont elle se voit à tout le moment enrichie, est encore troublée par les opinions les plus opposées, et incompréhensibles: — L'action à distance, les milieux continus, l'affinité, les fluides, les ondes. Pourquoi celà? La raison est, je crois, qu'on ne veut pas arriver aux conséquences qu'impose la reconnaissance de la desagregation des atomes, et des vitesses qu'acquièrent les éléments mis en liberté.

C'est en prenant pour base ces faits incontestables, et en admettant (hypothèse justifiée) les points matériels pour limite de la desintegration que je propose ce principe fondamental: — *l'Univers est un ensemble de points possédant et conservant indéfiniment le minimum de matière et le maximum de vitesse, cette dernière pouvant être latente.* Et puisque ce sont ces éléments qui, par des compositions plus ou moins complexes, constituent les atomes, nous les appellerons *atomogènes.* Pourtant, avant d'arriver à l'organisation de l'atome, reconnu déjà comme un organisme très complexe, ils constitueront d'autres organismes plus simples comme l'electron, l'ion, les curpuscules des radiations capables de produire les phénomènes lumineux, et tant d'autres éléments que la science a discernés et qui existent dans la composition de l'atome, sans qu'il soit indispensable de supposer que l'atome comprend tous ces o ganismes, car rien ne peut nous empêcher d'admettre l'existence d'organismes que ne sont pas arrivés à constituer des atomes.

En envisageant de cette manière la structure de l'Univers il est très facile d'en comprendre le mécanisme.

Il est logique d'admettre une phase où existent seulement les radiants atomogènes en quantité indéfinie et à peu près également distribués dans tous les sens. Ce serait le chaos. Nous pouvons nous représenter la rencontre de deux de ces points sous de formes infiniment diverses. La plus simple se présentera quand ils se meuvent dans la même direction mais en sens opposé. Alors ils resteront accouplés avec leurs vitesses latentes. C'est-à-dire que nous aurons de la matière inerte et qui restera indéfiniment au point où elle s'est formée, sauf intervention d'une action étrangère.

Supposons que les deux radiants qui se rencontrent, ont des orientations qui font un angle.

Représentons les vitesses par des droites concourantes $M_1 A$ et $M_2 A$ (fig. 1).

En décomposant chacune des vitesses suivant la bissectrix de l'angle $M_1 A M_2$ et les perpendiculaires à cette droite, les vitesses $C A$, $B A$ resteront latentes et les quantités de mouvement corréspondantes accoupleront les deux points, indéfiniment, si une action étrangère n'intervient. $M_3 A$ sera la vitesse du couple, et nous pourrons supposer que chaque point se meut avec cette vitesse. Si une intervention étrangère se produit et qu'un des points soit écarté, l'autre recouvrera sa vitesse primitive, résultante des vitesses $M_3 A$ et $C A$.

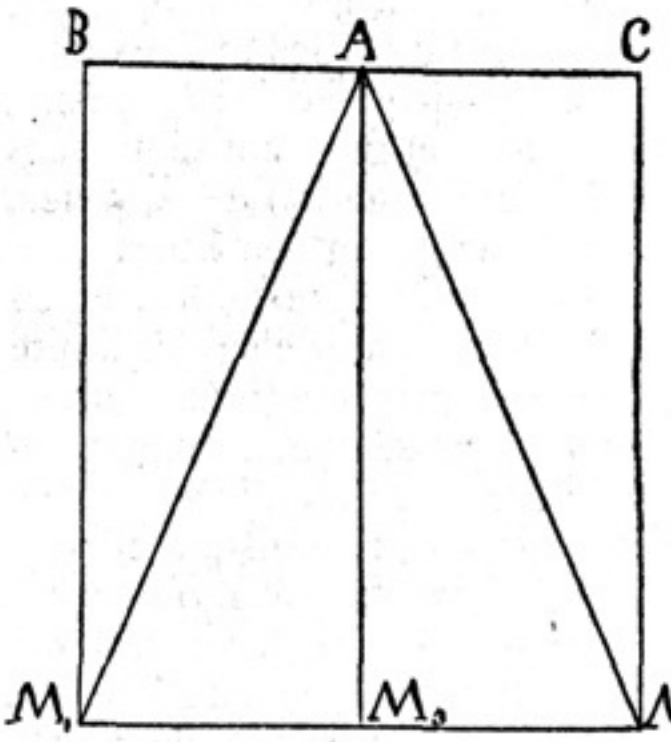


Fig. 1

Supposons encore qu'un troisième radiant rencontre le couple, et encore pour simplifier supposons qu'il marche dans le sens $M_3 A$, que les vitesses primitives sont V, que la vitesse du couple est V_1.

Les masses des radiants étant choisies comme unité, alors, la vitesse de l'ensemble des trois points sera $\frac{V + 2 V_1}{3}$ et il faut observer que le système matériel composé par les deux points considérés en prémier lieu acquerra une augmentation de vitesse égale à $\frac{V + 2 V_1}{3} - V_1 = \frac{V - V_1}{3}$.

On reconnaît que cette augmentation sera d'autant plus petite que la vitesse du sistème sera plus grande.

Si nous considérons des assemblages de deux points il est clair que l'action d'un troisième point pourra produire des rotations. D'où il résulte trois états de la matière que nous pourrons formuler ainsi:

— De la matière douée d'une action *maxima* quand on considère les points libres se mouvant avec la vitesse *maxima*.

— De la matière douée d'actions très variables quand on considère des points assemblés et, que par suite, l'ensemble dispose d'une vitesse inférieure à la vitesse *maxima*.

— De la matière inerte sans possibilité de mouvement propre et dont les mouvements résulteront des actions de la matière sous les deux états précédents.

Dans le prémier cas nous aurons des *radiants principaux,* dans le second des *radiants secondaires,* dans le troisième, quand ils seront en mouvement, *des radiants derivés.*

Et comme on reconnaît que les organismes qui se constituent en prémier lieu sont des chaînes d'éléments primaires,

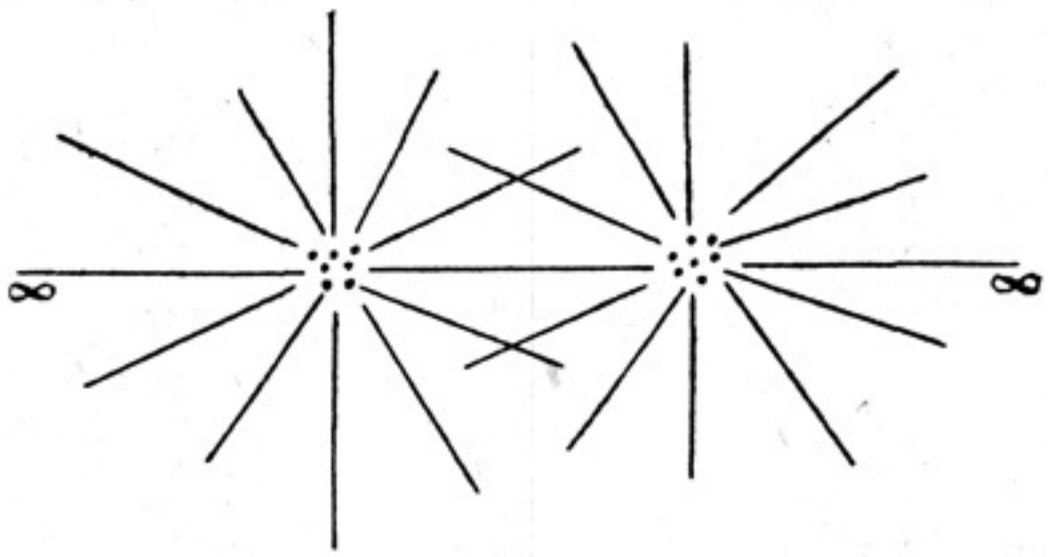


Fig. 2

ou secondaires, nous les appellerons respectivement radiations primaires et secondaires. — Les rayons lumineux appartiennent à cette dernière catégorie.

De la théorie qui vient d'être exposée il découle immédiatement que les phénomènes résulteront des actions radiantes et des résistences que toutes les radiations pourront s'opposer mutuellement et il est évident qu'on pourra provoquer ces résultats dans un endroit quelconque.

*
* *

Le moment est venu de vérifier comme la loi de Newton se déduit de la composition que nous supposons à l'Univers.

Lorsque deux radiants primaires constitueront des radiants secondaires ou dérivés on peut supposer qu'autour de cet assemblage, et dans les directions qu'il détermine, existent des radiants primaires en nombre indéfini venant de l'infini (fig. 2). Mais si un autre assemblage se constitue, le nombre de radiants qui les rencontrent sur le parcours de l'un à l'autre sera très inférieur au nombre de ceux que viendront du dehors, et d'autant plus que les deux systèmes seront

plus rapprochés, les deux assemblages seront poussés l'un vers l'autre dès lors par des forces proportionnelles à leurs masses et variant en raison inverse du carré de la distance.

Je me réserve de faire de plus amples considérations tant sur ce sujet que sur les problèmes que posent les autres phénomènes.

Pourtant j'appellerai l'attention sur deux faits très importants. C'est que si la formule de Newton est justifiée qualitativement on doit s'attendre à des variations quantitatives de la force dans l'espace et dans le temps puisque la quantité de matière varie suivant qu'il s'agit de radiants principaux ou sécondaires ou dérivés. En même temps la loi de la gravitation, bien que dominant l'Univers, peut subir des perturbations résultant de la situation des masses, et même cesser de se manifester dans quelques directions.

*
* *

Comme tous les phénomènes résultent de la situation de certains points il faudra une variation dans cette situation pour qu'un nouveau phénomène arrive et, pour la matière inerte, cela ne pourra se produire que sous l'action de la matière existant dans d'autres états, action directe ou résultant de ce que le système considéré s'est dérobé à certaines actions. Pour exercer une action il faudra toujours de la matière déjà radiante ou que l'on aura porté à cet état. C'est ce qu'on obtient en produisant les courants électriques ou avec l'électricité statique, car la matière radiante qu'on obtient pourra agir, et, en même temps, s'introduisant dans le corps qui la produit, se mettre en état de s'opposer au passage des radiants.

On pourra obtenir le même résultat avec un courant éléctrique passant par un fil comme dans la bobine. Le passage du courant composé de corpuscules se mouvant avec une grande vitesse produira ce qu'on peut appeler un espace *super-consolidé,* et l'equilibre existant entre les radiations qu'y passaient précédemment se trouvant rompu, elles pousseront les points matériels qu'elles rencontrent contre le bloc formé donnant l'impression d'une attraction.

En résumé, la désagrégation produit des radiations que peuvent donner directement des mouvements par l'impulsion des radiants, ou consolider une région en provoquant des phénomènes ayant l'apparence des attractions.

Bien entendu, les atomogènes ayant une vitesse maxime inhérente à une quantité déterminée de matière, jamais on pourra obtenir des combinaisons d'actions qui puissent produire des vitesses supérieures à celles des points primitifs.

En développant la doctrine que ces principes renferment, j'aurai l'occasion de montrer qu'on peut réduire tous les phénomènes à la catégorie des phénomènes calorifiques puisqu'ils consistent toujours dans des modifications des distances et des orientations dans des systèmes de points.

*
* *

Pour finir, et en peu de mots, j'apellerai l'attention sur certains faits qui viennent à l'appui de la doctrine que je propose, mais d'abord je ferai quelques reflexions au sujet de la notion du poids.

On sait qu'on envisage le poids d'un corps comme la résultante des forces de la gravité correspondantes à la totalité des points materiels qui le composent. Mais rappellant la classification que nous avons établie pour les états où l'on rencontre la matière, on voit qu'il faut distinguer le cas de la matière inerte de celle que se trouve douée d'une action.

Dans le premier cas le poids sera une conséquence des impulsions que exercent sur les éléments de la masse les radiants primaires ou secondaires. Dans l'autre cas on a des éléments agissant avec des forces propres, les quels pourront aussi être impulsionés par les actions de ces radiants.

L'expression de force $F = fma$, est en harmonie avec cette doctrine, car pour une masse inerte on aura $a = o$, et, conséquement, $F = o$.

Pour que F soit different de zero il faudra qu'une action imprime une accelaration à la masse considerée.

Étant donné que les phénomènes se passent comme si les attrations agissaient instantanément, et si l'on admet avec moi qu'elles correspondent à des impulsions exercées par les radiants principaux, on est en droit d'attribuer à les radiants des vitesses extrêmement supérieures à celle, des corpuscules lumineux qui possédent la plus grande vitesse mesurée.

La deviation des rayons des étoiles quand ils passent près du Soleil, fait qu'on a considéré comme une des preuves les plus éclatantes des doctrines einsteiniènes, découle im-

mediatement de la doctrine que je propose et lui sert de confirmation.

En effet, en passant près de la grande masse du Soleil, la matière du rayon lumineux sera dérobé en grand partie aux actions des radiants qui viennent de ce côté, et la prépondérance des radiants marchant en sens opposé produira une déviation dans cette partie du trajet; mais on doit s'attendre à des variations importantes dans cette déviation.

La variation de la constante de la gravité en un même lieu avec le temps, et la variation qu'on rencontre en divers lieus au même moment, confirme l'explication donnée pour le phénomène de la gravitation.

De même la scintillation des étoiles, phénomène qu'on ne peut pas aprécier pour le Soleil et les planetes, est une conséquence immédiate de la théorie radiante, car la variation observée d'intensité lumineuse doit correspondre à la variation de la quantité de rayons lumineux pénétrant dans la pupille, variation inapreciable pour le Soleil et planetes en raison de la petite distante de ces corps par rapport à nous.

F. M. da Costa Lobo.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 10, pág. 464)

Espelho de perfeycam em linguoa portugues. — Este titulo por baixo d'uma estampa representando a Annunciação. No I) folio numerado: *Comecasse o Liuro chamado espelho de perfeicam: cposto per o reuerẽdo. P. frey henrique hierp. prouincial da ordem dos menores em a prouincia de Colonia. Nouamente imprimido & tirado d' latim em linguoa portugues: p os conegos de sancta Cruz de coimbra...* — No fim: *Imprimiase per os coneguos de sancta Cruz: em o anno da encarnaçam de nosso senhor Iesu christo. 1533. Anno sexto da reformaçam do dito moesteyro.* No verso do ultimo folio, uma estampa: o carneiro paschal.

8.º (a, aiiii, etc.), 3 fls. prel. inn. incluindo o frontispicio, clxxxx folios.

Exemplar encadernado em carneira e dourado por folhas, tendo na lombada, a ferros, e dourado, o escudo de armas do Padre fr. Manoel de S. Carl. Comm. Ger. da Terr. St.ª

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados, 483.

Liuro das constituições & costumes que se guardã em o moesteiro de sancta Cruz: dos canonicos regrãtes da ordem de nosso padre sancto Augustinho. — No fim da 1.ª parte: *A gloria & louuor do todo poderoso ds: & fermosura de nossa religiã: imprimiasse o presente liuro per os canonicos regrãtes do moesteyro de sancta cruz da cidade de Coimbra: em o anno de nossa redempçam. 1534 & da reformaçam do dito moesteyro, anno septimo.*

4.º, 6 pags. inn.; LVII numeradas pela frente, mais 8 inn. com a Regra de Santo Agostinho.

Ex.: descripto em Brito Aranha.

Institutiones tum lucide, tum compendiose, latinarum literaruꝫ, tradite dialogo candidis ac vere pijs cenobitis sancte crucis. Quas pro futuras Reipublice literarie speramus. — No verso da folha xcvi: *Colimbrie apud cænobium diue crucis. Anno dñi M. D. xxxv.*

4.º de 98 fls. incluindo a do frontispicio ou 196 pags. As folhas são numeradas só de um lado, mas não tem numeração a do frontispicio, as 28.ª a 36.ª e as 97.ª e 98.ª

O titulo incluido n'uma portada.

Ex.: pertencente á Bibliotheca da Universidade de Coimbra, no qual se lê a seguinte nota manuscrita: *obiit D. Maxim' auctor hui' lib. anno Dñi 1544. 6. octobris.*

Outro exemplar sem frontispicio na Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Arii Barvosæ | Lusitani Antimoria | Eiusdem nonnulla Epigrammata. — Este titulo acha-se por debaixo das armas do cardeal infante D. Affonso, que ocupam quasi toda a pagina. No fim: *Conimbriæ Apud Cænobium diuæ Crucis M. D. XXXVI.*

8.º, XLVIII folios com o frontispicio.

No verso do frontispicio, epistola laudatoria a Jorge Coelho.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Serenissimi et illustrissimi Principis D. Alfonsi. S. R. E. Cardinalis ac Portugalliæ Infantis. Consecratio per Georgium Coelium Lusitanum. — Este titulo por debaixo das armas do Cardeal Infante, como na *Antimoria.* — No fim: *Conimbriæ Apud Cænobium diuæ Crucis. M. D. XXXVI.*

8.º, 15 folios inn. incluindo o frontispicio.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

A *Consecratio* é em verso, seguem-se 2 epigrammas latinos ao mesmo infante, e depois a *Elegia ad Virginem Deiparam.*

Divi Hieronymi vt selectissimarũ ita diuinitatis plenissimarũ

epistolarum volumen in communem studiosorum vtilitatem nuperrime æditum. — Este titulo debaixo d'uma estampa representando S. Jeronymo penitenciando-se. No verso do ultimo folio, sob uma gravurinha representando os emblemas da paixão de Christo.— *Conimbriæ Apud Cœnobium Diue Crucis... M.D.XXXVI.*

4.°, Caderno de 8 pags, a aiii até niii.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Livro das constituições e costumes, etc. Foi impresso em 1536, anno IX da reforma do mosteiro.

4.°, LXXI folhas numeradas pela frente, mais 5 fls inn.
Exemplar que pertenceu ao visconde de Azevedo, e de que dá summariamente conta o sr. Brito Aranha, suppondo-a equivocadamente a 2.ª edição.

De Divisionibus et Definitionibus, de Boecio.

Indicado em Ribeiro dos Santos.

Cronica da fundaçam do moesteyro de sam Vicente dos conegos regrantes: da hordem do aurelio doctor scto Augustinho: ẽ a cidade de Lixboa. — No fim: *Imprimiasse em o moesteyro de sancta Cruz da cidade de Coimbra: anno de nossa redençam 1538.*

4.°, 24 fls. não numeradas; caracteres gothicos.
Bibliotheca de Evora.
Em 1873, fez-se no Porto, na Imprensa Portugueza, uma reprodução exacta d'esta obra, á custa do sr. José Maria Nepomuceno, que distribuiu os exemplares particularmente.

Descripcam e debvxo do moesteyro de Sancta Cruz de Coimbra.— No fim: *Conimbrie apud cœnobium diuæ Crucis. Anno domini M. D. XLI.*

4.°, 17 fls. não numeradas.
Ex.: falho de frontispicio (se alguma vez o teve), pertencente ao sr. J. F. das Neves. É o unico que se conhece.

Livro das constituiçoes e costumes, etc. Impresso em 1544, anno XVIII da reformação do mosteiro.

4.º, LXVII folios, mais 6 inn. contendo a regra de Santo Agostinho.

Ex.: que pertenceu a João Antonio Marques e que deve existir hoje na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

Livro das constitvicoens e costumes que se guardã em os Moesteyros da cõgregacam de sancta Cruz de Coimbra, dos Canonicos regulares da ordem de nosso Padre sancto Augustinho. — Este titulo por baixo d'uma estampa: os anjos segurando a cruz. No fim: *A gloria & louuor do todo poderoso deus, & fermosura de nossa religiam, imprimiasse o presente liuro per os Canonicos regulares do moesteyro de sancta Cruz da cidade de Coimbra, em o anno de nossa redempcam, 1548 & da reformacam do dito moesteyro anno XXI.*

8.º (formato de 4.º), LXIX folios.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Livro das Constituições e costumes, etc. Anno xxvi da reformaçam do convento.

Edição apontada por Antonio Ribeiro dos Santos.

Livro das Constitvicoens e costvmes que se guardã em os Moesteyros da cõgregacam de sancta Cruz de Coimbra, dos Canonicos regulares da ordem de nosso Padre sancto Augustinho. — No fim, folio LVI: *A gloria & louuor do todo poderoso Deos, e fermosura de nossa religiam, imprimiase o presente liuro per os canonicos regulares do moesteyro de sancta Cruz da cidade de Coimbra, em o ãno de nossa redencam, M. D. LVIII. & da reformacã do dito moesteyro ãno XXXI.*

4.º, LVI folios.

O titulo por debaixo d'uma estampa; a cruz sustentada por dous anjos. No verso uma estampa, representando, ao centro, um padre com um livro aberto e em roda outros escutando.

No mesmo volume a *Regra do Bemaventvrado Nosso padre sancto Augustinho Bispo & Doutor da ygreia & constituyçoẽs & estatutos dos Canonicos regulares da sua cõgregação de sctã Cruz de coimbra.*

Este titulo dentro de bonita tarja.

6 fls. inn.

O sr. Brito Aranha refere-se a uma edição de 1568, anno xxxi da reformação do mosteiro. E engano, como se vê da descripção acima apresentada. Mencionando elle a edição de 1548, como sendo do xxi anno da reformação, é evidente, que a do xxxi corresponde a 1558.

Bibliotheca da Ajuda, Torre do Tombo.

Sermão das exequias do serenissimo rei D. Affonso Henriques, prégado no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra em 16 de Dezembro de 1560, por D. fr. Joaõ Soares, eremita calçado de Santo Agostinho.

D. Nicolau de Santa Maria é que dá noticia d'esta obra, dizendo que fora mandada imprimir por mandado do prior geral D. Lourenço Leite. Não se sabe da existencia de nenhum exemplar e não consta que algum bibliographo a visse.

Ordinario e Ceremonial da ordem dos conegos regulares da ordem do bẽauenturado nosso Padre sancto Augustinho, & da congregacam de sancta Cruz de Coimbra. — No fim, em folha solta: *A Gloria & louuor do todo poderoso Deus, & fermosura de nossa religião ordenouse & imprimiose o p̃sente liuro p os Canonicos regulares do Moesteyro de sancta Cruz da cidade de Coymbra, em o anno de nossa redempcam. 1563. & da reformacam do dito Moesteyro, anno 42.*

4.º, CIII folios.

O titulo está por baixo d'uma estampa, que occupa quasi toda a pagina, representando uma cruz sustentada por dous anjos.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto, Torre do Tombo.

A IMPRENSA PORTUGUESA NO ORIENTE NO SÉCULO XVI

A notavel obra de Garcia da Orta, *Coloquios dos simples e drogas etc.* tem no frontispicio a seguinte declaração: *Com priuilegio do Conde Viso Rey. Impresso em Goa por Joannes de endem aos x dias de Abril de 1563 anos.*

✠ *Iesv* ✠ *O primeiro concilio Provinçial çelebrado em Goa*

*

no anno de 1567. — Este titulo por baixo d'uma gravura representando as armas do arcebispo D. Jorge Themudo. Na ultima pagina, depois das emendas, lê-se: *Impresso em a muyto nobre & sempre leal çidade de Goa, por mandado do senhor Arcebispo, em casa de João de endem impressor, aos 21 dias do mês de Junho de 1568 annos. Vendense em casa de Fernão de Castilho liureiro defronte dos açougues. Está taxado á tanga & mea em papel. Laus deo.*

4.°, 44 folios.
Bibliotheca de Evora.

Constituicones do arcebispado de Goa. (Armas episcopaes). *Approuadas pello primeiro cõcilio prouincial. Anno 1568.* — Este titulo dentro de frontispicio gravado, representando um portico. No fim: *Forão impressas estas Constituições na muyto nobre & sempre leal çidade de Goa, per Ioão de endem, por mandado do muito magnifico & muyto reuerendo senhor Dom Gaspar, primeiro arcebispo de Goa, do cõselho del Rey nosso senhor. Acabarense* (sic) *a os .8. dias do mes de abril .de. 1568.*

Folio, 1 fol. inn., 99 folios, mais 5 inn. contendo a Ordem da visitação, mais 6 inn. de Tavoada. É no fim da visitação que está o colophon do impressor.
Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados.

De Missione legatorvm Iaponensivm ad Romanam curiam, rebusq; in Europa, ac toto itinere animaduersis dialogvs. Ex ephemeride ipsorvm legatorvm collectos, in sermonem latinvm versvs, ab Eduardo de Sande Sacerdote Societatis Jesv. (Gravura religiosa). *In Macaensi portu Sinici regni in domo Societatis Iesv cum facultate Ordinarij, & Superiorum. Anno 1590.*

4.°, 4 fls inn. incluindo front., 412 pags., afora Index inn., 12 folios, no ultimo dos quaes a errata.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Emmanvelis Alvari societate Iesv De Institvtione grammatica libri tres. Coniugationibus accessit interpretatio Iapponica. (Gravura, tendo ao centro o monogramma

de Christo). *In Collegio amacvsensi societatis Iesv cvm facvltate svperiorvm. Anno M. D. XCIIII.*

4.º, 170 folhas, papel de seda (?).
Bibliotheca de Evora.

Cartinhas, de ensinar a ler, mandadas p.ª a India p̃ D. Manuel. Carta de Aff.º d'Albuquerque, de 1 d'abril de 1512, pags. 44.

Vide documentos publicados por Graça Barreto, no *Boletim da Bibliographia.*

LIVROS COM DESIGNAÇÃO INCOMPLETA

Ordenações da India.

Este titulo no alto do 1.º folio, seguindo logo o texto das Ordenações, as quaes foram dadas ou decretadas na cidade de Evora a 8 de Setembro de 1520. Sem declaração de logar ou impressor.
6 folios, letra gothica com a assignatura a aiii.
Pertencem á livraria de D. Francisco Manuel.

Institvtiones grammaticæ latinæ Nicolai Clenardi, Per Ioannem Vasæum Brugensem auctæ & recognitæ. Eiusdem præceptiones aliquot de ratiõe docendæ atqz exercendæ lingue Latinæ: Impressæ Conimbricæ. Anno M. D. XLVI. Sumptibus Ioannis Philippi bibliopolæ Cardinalis Infantis Henrici. Cvm privilegio regio. Ne quis alius intra proximũ decẽnium hũc libellũ aut in Portugallia excudẽdũ curet, aut alibi excusum vendat.

8.º, cclxxx pags.
Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Doctrina muy proveitosa pa todo christão de qualquer estado que seja: tirado do Espelho de bem viuer, que fez hũ pregador da ordem de sant Agustinho & de outros liuros deuotos. Copilado por reuerendo padre Pedro domeneco reytor dos pobres orfãos de Iesu da Cidade de Lixboa.

No verso do titulo ha uma gravura muito tosca representando Christo crucificado, com a Magdalena aos pés e a seguinte legenda:

Tibi derelictus est pauper
Orphano tu eris adiutor.

Este opusculo não tem paginação, mas as signaturas chegam a biiij, comprehendendo 13 pequenos folios, cuja chapa typographica mede $0^m,075 \times 0^m,52$. O titulo é em romano; tudo o mais em gothico.

Na ultima pagina ha a licença em latim, datada de xx de octubro de 1550, assignada por Hieronymus ab Oleastro, deputado do Supremo Inquisidor, permittindo a impressão com a clausula de que se declare o nome do Autor, *ut typis possit modo nomen authoris titulo libri perfigatur.*

Tanto este opusculo como outro do mesmo author, *Auisos de como os proues orfaõs de Iesu,* é muito provavel que fossem impressos em Coimbra por João da Barreira e João Alvares.

Ex.: do sr. José do Canto.

Auisos de como os proues orfaõs de Iesu se haõ de hauer nas peregrinações & romarias que fizerem. E outras doctrinas & considerações muy proueytosas & necessarias. Feitos pelo reuerendo padre Pero domeneco Reytor delles.

No verso do titulo uma gravura, — Christo crucificado — com esta legenda:

Extranus factus sum tribus meis
& peregrinus filijs matris meæ.

Segue-se o Prologo e os Avisos, que comprehendem 50 folios, sem numeração, mas as signaturas que vem seguidas do antecedente opusculo chegam a hiiij.

Na penultima pagina encontra-se a licença, em latim, na qual Marcus Romerus, por mandado do bispo de Coimbra, D. João Soares, julga o livro muito proveitoso a quem ler. No verso da licença a divisa do dragão enroscado, com a legenda *salus vitæ.*

Esta divisa foi commum a duas officinas typographicas: a de Luis Rodrigues e a de João de Barreira & João Alvares; a de Luis Rodrigues costumava trazer o seu nome. E pro-

vavel portanto que a impressão seja de Coimbra, feita por João da Barreira e João Alvares, em fins de 1550 ou principios de 1551. Abona este parecer a approvação assignada por um professor da Universidade Marcos Romero, e de mandado do bispo D. João Soares.

Ex.: de José do Canto.

Tratados de vida spiritual, que enseñan como el hõbre subira del estado del peccado a la cumbre de la perfection. Impressos por mandado, y con approbacion del muy alto y illustrissimo señor don Enrique Cardeal de la sancta iglesia Romana, Infante de Portugal etc. En Coymbra MDLI. Con priuilegio Real. — No fim: *Haze fin el presente volumen, en que se contienen los seys tratados de la vida spiritual. Impresso en Coymbra MDLI.*

8.º, 208, 280 pags.
Bibliotheca Nacional de Lisboa.

(Continúa).

SOUSA VITERBO.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 10, pag. 478)

O culto e antiqüíssima devoção que os habitantes do concelho e das regiões circunvizinhas tributam à imagem da Senhora da Estrela, as lendas milagrosas em que êsse culto anda envolvido, constituem um dos capítulos mais interessantes não só da história do mosteiro, como dos fastos religiosos da região norte-alentejana.

Dissemos já no princípio dêste capítulo que algumas das lendas e milagres atribuídos pela crença do povo à pequenina e velha imagem da Santa andavam ligados, desde remotas eras, a interessantes factos da história nacional nas suas relações com a história política e militar da vila.

Com efeito, em vários sucessos e episódios militares que tiveram como teatro esta parte da fronteira o patriotismo e valor dos seus habitantes, a alternativa das suas alegrias e das suas dôres, aparecem-nos, quási sempre, envolvidas na fé e crença que o povo votava à padroeira da sua vila. Êste facto passado em Marvão é, afinal, comum a todo o país nas diferentes vicissitudes da sua história. Não se passava na vida social portuguesa sucesso mais ou menos importante em que o sentimento político se não mostrasse intimamente unido à fé e ao sentimento religioso da alma popular.

São tão numerosos os casos em que esta aliança se mostra, tão íntima e profunda a sua ligação que difícil será destrinça-los um do outro. A observação dêste facto levou o erudito investigador Dr. Sousa Viterbo a afirmar que as procissões e festas religiosas desempenharam um papel social de primeira ordem, podendo, pelo seu resumo e descrição, traçarse o quadro das alegrias e das tristezas que em certos momentos impressionaram a alma da nação (1).

---

(1) Dr. Sousa Viterbo — *Fastos Religiosos, Revista Lusitana,* vol. V.

O mesmo se observa e pode dizer a respeito de Marvão, nos mais agitados momentos da vida religiosa e da história politica e militar da velha e altiva fortaleza.

O período que vai desde 1640 até 1834 foi, como em outro capítulo já mostramos, de acesas e renhidas lutas nesta região da fronteira, principalmente emquanto duraram as hostilidades com Castela.

Em vários sucessos que se desenrolaram em volta de Marvão a supersticiosa fé dos seus moradores fazia pairar sempre sôbre a vila a influência protectora da sua padroeira, como se ela fôsse mística atalaia, atenta e vigilante sentinela que pelas frestas da sua elevada capela estivesse, numa cuidadosa e ininterrupta alerta, a espreitar, lá em baixo nas margens do Sever, o movimento agressivo dos *terços* castelhanos. Produziu essa fé, ao lado de heróicas e imorredouras acções, ingénuas e delicadas flores de sentimento cujo perfume ainda hoje se aspira com suave emoção e enternecimento.

Diz a lenda que em certa noite do mês de Março, à hora calada e supersticiosa da meia noite, alguns soldados castelhanos, guiados por dois infames traidores, haviam conseguido aproximar-se das muralhas da fortaleza sem que fôssem presentidos pelas sentinelas avançadas; antes, porém, que os castelhanos tivessem tempo de forçar a entrada da praça, uma das sentinelas, que estava postada na guarita de um dos baluartes do lado do convento, ouvira distintamente uma voz de mulher gritar aflitivamente por três vezes soltando o brado de *Ás armas, ás armas, ás armas!* Êste previdente e tão extranho alarme fizera reünir logo os soldados da guarnição e o povo da vila, começando ao mesmo tempo prodigiosamente a clarear a manhã, não obstante a hora tão atrazada da noite. Deu isto causa a que os castelhanos se lançassem em precipitada fuga pelas íngremes veredas e ribanceiras da encosta da vila, salva assim miraculosamente do poder do inimigo.

De outra vez, segundo regista também a lenda como sobrenatural e milagrosa intervenção da padroeira da vila, tendo conseguido os castelhanos assonherear-se da praça, depois de vigorosa e tenaz resistência, o bravo Conde de S. João, em certa noite do mês de Julho, tentara retomá-la por assalto. Para êste fim ordenara a alguns dos nossos soldados, os quais prèviamente se haviam postado no sítio da *Fonte da Pipa,* que se dirigissem cautelosamente para o convento, ordem que foi logo prontamente obedecida. Ao mesmo tempo

dava-se o estranho facto de começar a levantar-se um denso nevoeiro mais semelhante a espessa nuvem, o qual, envolvendo em pouco tempo o castelo, ocultou à sua guarnição a audaciosa marcha dos nossos soldados.

Graças a esta miraculosa névoa, diz a lenda, conseguiram os portugueses retomar o convento, onde os castelhanos se haviam também estabelecido.

A fama dêstes e de outros prodígios atribuídos à padroeira da vila parece ter causado tanto terror e impressionado de tal forma os castelhanos que os levaram a fazer várias tentativas para roubar a milagrosa imagem, até que conseguiram levá-la para a vila próxima de Valência de Alcântara. Julgavam talvez os nossos inimigos que a Senhora da Estrela obraria em terras de Castela os mesmos milagres e prodígios que havia feito em favor dos seus amados portugueses. Enganaram-se, porém, redondamente; grande havia de ser a sua decepção, bem amargo o seu lôgro quando viram, ao abrir o cofre onde tinham encerrado a veneranda imagem, que êle estava completamente vasio. A *Portuguesita* fizera, pois, o supremo milagre de se escapar e fugir em busca da sua mansão, para a qual os olhos dos marvanejos continuaram a voltar-se mais devotadamente crentes e cada vez mais agradecidos. Assim cognominavam os castelhanos a imagem da Senhora da Estrela; e *Portuguesita* era, na verdade, no apego aos portugueses, no brio e alevantado patriotismo que por êles mostrava, apesar da sua pequenez, apenas de um palmo e meio de altura!

Além das lendas e milagres a que aludimos muitos outros lhe atribuía ainda a crença e devoção do povo em ocasiões de peste, de doenças e epidemias, algumas das quais nos aparecem registadas nas várias Crónicas da Ordem de S. Francisco (1).

Na próxima vila de Castelo de Vide era também grande, desde remota antigüidade, a crença e devoção pelo culto da imagem da Senhora da Estrela. Por diferentes vezes se realizaram círios e procissões, com escolhida concorrência e so-

---

(1) Fr. Jerónimo de Belem — *Chronica Seraphica da Santa Provincia dos Algarves*, Parte 2.ª, liv. 6.º, cap. 16.º

Fr. Agostinho de Santa Maria — *Santuário Mariano*, tom. 3.º, pág. 371.

Fr. Fernando da Soledade — *Historia Seraphica e Chronologica da Ordem de S. Francisco.*

Fr. Manuel da Esperança — *Historia Seraphica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco.*

lenidade, desta vila até ao convento de Marvão, como aconteceu em 30 de Novembro de 1531, ano em que a vila de Castelo de Vide foi assolada pela peste.

Conta certo religioso do convento que um letrado daquela vila de nome António Carrilho Bijos fôra também processionalmente ao mosteiro acompanhado de doze mulheres descalças, pedir à imagem a graça de dar saúde a sua mulher D. Maria Carrilho, atacada de doença grave.

De uma outra festa celebrada pelo povo de Castelo de Vide em honra da Senhora da Estrela nos dá curiosa e interessante notícia o documento que em nota transcrevemos dirigido pelo Juiz de Fora de Marvão à rainha (D. Maria I) (1).

---

(1) »Senhora. — No Lado esquerdo da Igreja do Convento dos Religiozos Franciscanos desta Villa, existe hum Santuario de Nossa Senhora da Estrella venerada na Sua terceira Capella de Magnificencia, feita com o Rendim.to das offertas de seus continuos milagres mesmo Sitio de hum Monte fragozo aonde antigamente apareceo esta milagroza Imagem Debaixo de hũa Penha a hum Pastor, Sendolle mostrada pelo Luminoso Reflexo de hũa estrella, qu'na madrugada ficou permaneçendo por Cima da mesma Penha, e não se comprehende bem a materia, que Compoem a Sua muito perfeita formalidade.

«Tem a dita Imagem provocado a devoção destes povos circunvizinhos com inumeraveis milagres exprementando por meyo delles os mayores beneficios, e efficazes Remedios nas Suas indigencias e molestias de qualquer qualidade Concorrendo continuamente a Renderlhe graças, e satisfazer Seus Votos, e nos annos em que as Sementeiras de paens, Legumes, e pastagens de gados padecem Nimia Secura, e promettem esterilidade por falta de agoas, Costuma a Camera da Villa de Castello de Vide distante desta hũa Legoa a Requerimento do Seu povo, fazer hũa procissão de preces à mesma Senhora Rogandolhe agoas de Mizericordia, Vindo formada daquella Villa com toda a Solenidade debaixo do palio hũa Imagem de Christo cobrindoa o Corpo da Camera, e Seguindoa toda a Nobreza, e inumeravel povo e aparecendo á Cruz da Carreira Sitio deste destricto, principia a Sair da Igreja do Convento desta Villa outra procissão pela mesma ordem, e debaixo Seu palio a propria Imagem da Senhora, que para isso se dece do Seu Trono Cobrindoa esta Camera da mesma forma, e Caminhando hũa para a outra Se incorporão de encontro, e andao os palios pelo meyo dos fios do clero, Religiosos, e Irmandades até se unirem, e encontrarem a Imagem da Senhora, que vay, com a de Christo, que vem, e asy se suspendem emquanto se conclue hũa pratica de hum Rito, que internece bem seus coraçoens chegando a Senhora a unirce com Jesuz Christo seu filho supplicandolhe o socorro, que o mesmo povo procura debaixo da sua protecção, depois do que entra a procissão de Castello de Vide a caminhar, e a desta Villa voltando, e dan-

Além destas e de outras procissões que era costume fazer em anos de longa e esterilizante estiagem algumas se fizeram

---

dolhe o Lado direito por forma, que ficão os dous palios iguais, e tambem as duas Cameras em hum fio atravessado, e na ordem de quatro direitos vão assim marchando as duas procissoens, para a Igreja do convento, aonde se faz hũa solẽne festividade á Senhora com a assistência das duas Cameras, e depois voltão as duas procissoens pelo mesmo modo até o Sitio do encontro aonde tornaõ a suspenderce emquanto dura ultima practica de igual edificação a qual concluida vay marchando a procissão de Castello de Vide para a dita Villa e desta torna a recolherce a mesma Igreja e a colocarce a Senhora no dito seu Trono.

«Hé esta hũa acção do mayor concurso de povo sem igual nesta Villa, e terras da Provincia, que em raros annos acontece pois há catorze que se não executou e para ella hé necessario o concurso do Juiz de Fora, e Camera desta villa para o que lhe escreve a de Castello de Vide dias antes partecipandolhe o da procissão destinada, e rogandolhe a mesma concurrencia, e praticandoce no dia 12 de Abril passado deste anno por cauza da muita secura ir extinguindo as searas de hum e outro termo; eu não tive duvida em responder á Carta da Camera de Castello de Vide com aceytação, e de concorrer com a desta Villa expedindo as ordens necessarias para o dito acto, por me parecer muito justo, Religioso, e derigido asim dos mais emportantes á subsistencia dos povos, que pende da segurança do seu Diario Sustento, exprementandoce no mesmo dia depois de concluidas aquelles preces o ar, que se achava de estio rigoroso, voltado logo em dispozição de chuva, por forma, que no espaso de dous dias cahyo esta na terra regandoa com abundancia, e temperança, e consta por informação dos antigos, que em semelhantes deprecaçoens, e tempos de igual necessidade de agoas, nunca a Milagrosa Senhora faltava com o socorro dellas a estes povos; E porque futuramente no acontecimento de outro igual destino, podera algum Menistro deste lugar do dito concurso duvidar, asim como do da Camera de Fora, e de diversos destricto encontrando-o, e suspendendo-se por isso acção tão pia, e devota: Reprezento a Vossa Magestade não só o prodigio deste Santuario aonde protesto orar pela feliz duração da emportantissima vida de Vossa Magestade mas tambem o Rito das ditas procissoens, que observei, afim de que se digne rezolverme se obrei bem em concorrer pelo modo exposto, e sendo do seu Real agrado, fazer registar a dita acção nesta Camera para sua Memoria, e nunca duvidarce do seu costumado Concurso pois que muito dezejo proceder com acerto e competencia ao Real Agrado de Vossa Magestade.

«Marvão 5 de Mayo de 1779. — O Juiz de Fora, (a.) *José Roma Marinho e Costa*» (1).

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo — *Correspondencia dos Juizes de Fora*, Maço n.º 368.

também para solenizar acontecimentos políticos de importância.

Em 1814, por exemplo, certo indivíduo da vila de Marvão requeria ao respectivo Juiz de Fora licença para celebrar uma festa em honra da Senhora da Estrela, seguida de corrida de touros e mascaradas, com o fim de solenizar *os felizes acontecimentos de que resultara a paz da Europa*. Foi êste requerimento enviado ao Intendente Geral da Polícia, o qual, em ofício de 20 de Agôsto, concedia licença para se fazer a festa e procissão, não autorizando, porém, as corridas de touros e as mascaradas que o requerente pretendia também realizar nos domingos e dias santificados postumeiros à festividade. A recusa do Intendente Geral fundava-se no facto das corridas de touros terem sido proïbidas e na perturbação que as mascaradas poderiam trazer à ordem e tranqüilidade públicas pela licença e liberdade que ia dar-se a pessoas que delas podiam abusar (1).

Os felizes acontecimentos a que o requerimento pretendia aludir deviam ser os que se deram na Europa e que tiveram como conseqüência a última coligação contra a França, depois do desastre de Napoleão na campanha da Rússia. Depois dêste sucesso, tão infeliz para as águias até aí vitoriosas do imperador, a Prússia e a Áustria aliaram-se com a Suécia, Rússia e Inglaterra e formaram a última coligação contra a França, invadindo êste país por todos os lados. O exército anglo-luso-espanhol, sob o bravo comando de Welington, depois de brilhantes operações militares e de uma vitoriosa marcha através da Espanha expulsa os franceses dêste país perseguindo-os até Tolosa (10 de Abril de 1814). Entretanto os coligados tomam no dia seguinte a cidade de Paris, e Napoleão, depois de abdicar em Fontainebleau, retira-se para a ilha de Elba, cuja soberania se lhe deixou.

Em 1823 foi tal o empenho em se conseguir licença para serem corridos touros no dia da festividade da Senhora da Estrela, a 8 de Setembro, que obrigou o governador da praça, Joaquim Caldeira do Crato, a fazer directamente o pedido ao Intendente Geral da Polícia.

Anuíu esta autoridade à solicitação do governador recomendando, porém, que se dessem todas as providências de forma a evitar que durante o divertimento houvesse algum

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendência Geral da Polícia, Comarcas do Sul*, liv. 170, fl. 132 v.

desastre ou perturbação da ordem pública; assim consta do ofício dirigido ao respectivo Juiz de Fora em 29 de Agôsto do referido ano (1).

Igual pedido para se correrem touros no dia da festividade da Senhora foi feito por intermédio do Juiz de Fora da vila ao Intendente, em 9 de Agôsto de 1827. A licença foi, afinal, concedida com obrigação, porém, de darem os festeiros o donativo de 12$000 réis para a Casa Pia. Esta desacostumada exigência descontentou a população da vila, o que levou o respectivo Juiz de Fora, Luís Augusto d'Ayet du Périer Mendonça, a ponderar ao Intendente, em ofício de 24 do dito mês, que se deveria conceder a licença pedida sem a obrigação do referido donativo em vista da pobreza da festa e de não ser a corrida de touros como as que se costumavam realizar em terras maiores, mas apenas um ajuntamento de pessoas que nada pagavam pela entrada sendo o próprio gado emprestado para êsse fim.

Em 1828, para solenisar a chegada ao reino do Infante D. Miguel, também se realizou em Marvão uma grande festa que durou três dias, constando de *te-deum* e de várias diversões e folganças populares.

* * *

Pelo que temos narrado acêrca da crença e antiga devoção do povo do concelho e das terras circunvizinhas pelo culto da Senhora da Estrela poder-se há calcular como seria concorrida a festa e romaria que em sua honra ainda hoje é costume fazer-se no dia 8 de Setembro, se bem que já sem a pompa e a numerosa concorrência com que se realizava em passados tempos. Era o dia mais festivo do concelho, anciosamente esperado e alegremente festejado pela simples e boa população que moireja e se espalha pelos campos, especialmente pelas moças do termo que para a festa preparavam os seus novos vestidos e louçanias e que no rodopio perturbante e ininterrupto dos bailes do adro deixavam, às vezes, prêso o coração. Mal clareava para as bandas do Sever a indecisa luz da manhã já nas hortas e fazendas, nas aldeias e casais, se preparava a merenda e se apare-

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo.— *Intendência Geral da Polícia — Comarcas do Sul*, liv. 170, fl. 132 v.

lhavam os *animais* numa alegria rasgada, no farto e satisfeito prazer da romaria.

Quando os raios do quente e esbrazeado sol de Setembro começavam a doirar os enegrecidos e altaneiros torreões do velho castelo, já as estradas e as íngremes ladeiras que conduzem à vila se viam cheias de romeiros animando os caminhos e pondo nêles a nota alegre das profusas e ridentes côres dos seus fatos endomingados e festivos. As lavradoras repimpadas na altura das suas éguas, as *senhoritas* tafues montadas nos burros pacientes com o lençol ou a coberta de chita de largas ramagens encarnadas a servir de xairel e por sôbre a almatrixa a cómoda andilha das velhas jornadas portuguesas. Por volta das nove horas, ao primeiro repicar dos sinos para a festa, já a meia encosta que vai desde a estrada até à fonte do concelho e capela de S. Braz se via povoada de numerosos ranchos que tornavam ainda mais aprazível e pitoresco êsse lugar, transformando-o em movimentado e alegre acampamento. Todo o termo de Marvão se despovoava ficando em casa sòmente os enfermos e os velhos que a guardavam. No adro da igreja, convertido em galhofeiro e animado baile, sobressaem os garridos trajos das *marvanejas:* saias de casteleta espanhola de vivas côres amarelas e encarnadas como papoilas, lenços de merino franjados à andaluza com desenhos de folhadas e belas rosas, traçados em cruz sôbre o peito, fita de seda ao pescoço com a cruz de ouro pendente, ou cordão e grilhão nas mais favorecidas da fortuna. De toda a parte vêm afluindo moças que se assentam nos escalões do adro à espera de par, pendendo-lhe do braço o chaile de abafar cuidadosamente dobrado e rescendendo ainda ao aroma das ervas de cheiro e da alfazema, perfume silvestre das suas rústicas arcas de castanho ou da gaveta das mesas do *Senhor*. Se por um instinto de interessada curiosidade pretendermos observar o que uma ou outra traz no saquitel que, debaixo do chaile, lhe pende também do braço, ver-se hão, de envolta com a lata da merenda e a pequena córnea das azeitonas, os pezados sapatos de correias para o piso áspero e pedregoso dos caminhos, substituídos, ao aproximar do convento, pelos citadinos sapatos de cordovão reservados para a festa.

Emquanto o adro assim se anima com a alegria dos folgares, lá dentro, na igreja, a multidão, num *vai-vem* contínuo, enche literalmente todos os cantos mal abrindo uma estreita passagem até à capela de Nossa Senhora, para a qual afluem *ex-votos* e se derigem inúmeras promessas: mulheres des-

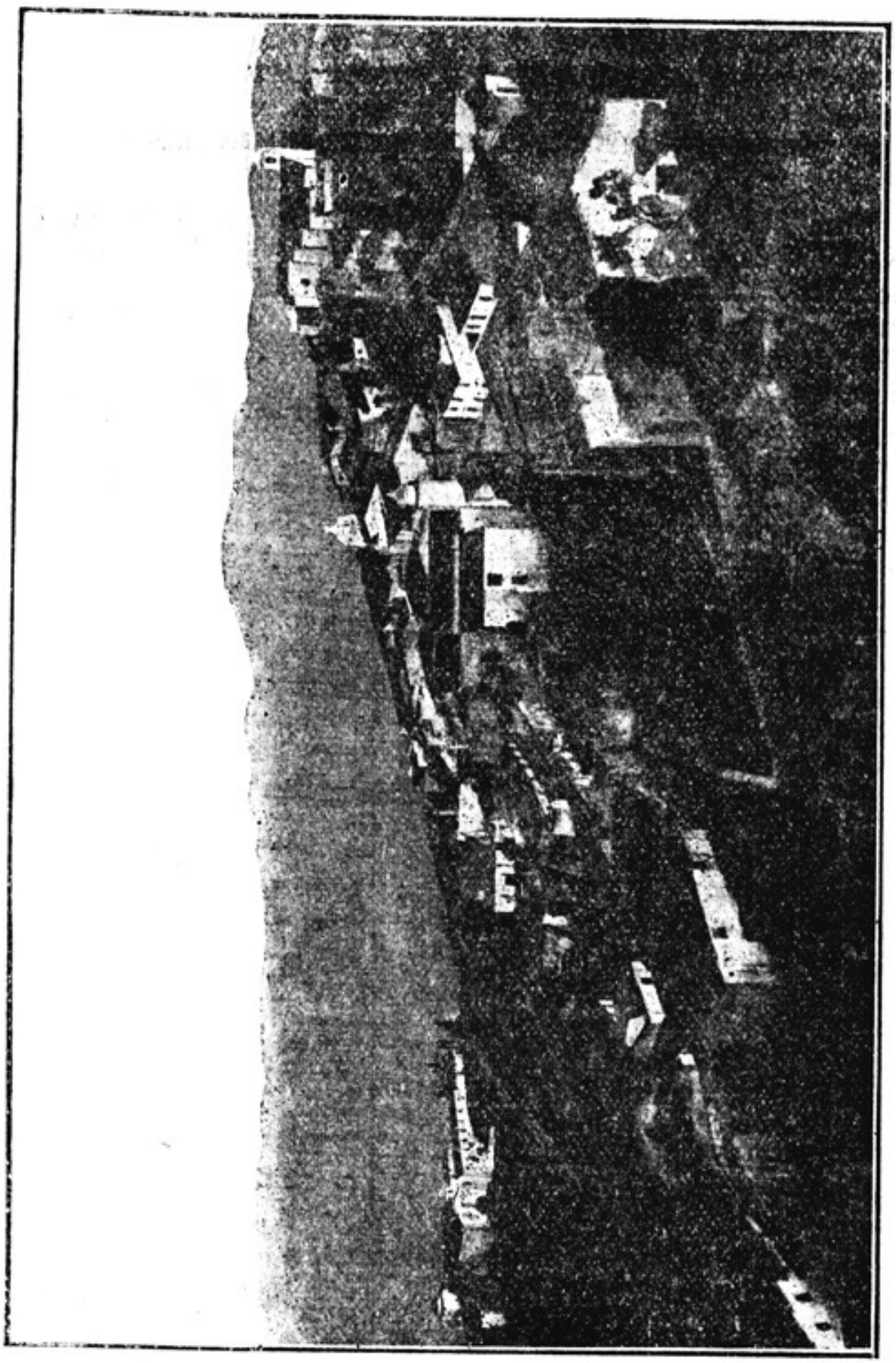
calças percorrendo de joelhos a igreja, crianças pezadas a trigo na balança que para êsse fim se vê ao fundo da capela da festejada, velas que se acendem em fervorosa ou agradecida prece, todo o vasto templo, emfim, se anima no regosijo de uma alegria ou na lembrança triste de aflitivas e acabrunhantes horas de dôr.

De tarde faz-se a procissão que percorre as principais ruas da vila e à noite realiza-se o arraial. Entretanto os bailes e os descantes continuam no seu rodopio, cheios de movimento e de vida, alegres no rir e folgar.

E é êste o mais interessante e característico número da festa.

A romaria da Senhora da Estrela actualmente é um pálido reflexo do que foi ainda há bem poucos anos. A festa decaíu da sua antiga pompa e esplendor, e o povo, perdida a feição religiosa e sentimental de outros tempos, já a ela não concorre em tão grande número. Assim vão amortecendo as velhas crenças tão perfumadas de suave misticismo e assim vão acabando as diversões populares das festas e romarias, mixto de religioso e profano, servindo ao mesmo tempo a igreja e os interêsses económicos do comércio pelas avultadas transacções a que dão lugar. A romaria da Senhora da Estrela tem para nós, além de tudo, um encanto muito especial. A ela nos ligam saüdosas recordações da nossa infância, enternecidas lembranças das nossas primeiras saídas do canto pátrio onde nascemos levados pelo bom velho que foi nosso avô materno, o mais vivo e espontâneo espírito de poeta que nos foi dado conhecer. Com êle aprendemos aquelas tão simples décimas, infelizmente perdidas de todos da nossa memória, que êle compunha e nos recitava na sua rude mas inspirada linguagem, tão impregnadas daquela santa e ingénua fé que é ainda o mais certo remédio para tantas misérias da vida, o melhor bálsamo espiritual de tantas lágrimas e aflições.

E essa fé, essa espiritualidade que êle com tanto sentimento sabia dar aos seus versos rudes, seja-nos lícito dizê-lo em sua homenagem saüdosa, ainda a não perdemos mau grado o correr dos anos, o desabar das ilusões da mocidade.



Vista parcial da vila, vendo-se á esquerda o convento da Senhora da Estrela

CAPÍTULO XVI

Cristãos-novos de Marvão perante o tribunal do Santo Ofício

Uma das mais interessantes colecções do nosso Arquivo Nacional é constituída pelos diferentes processos submetidos aos três tribunais do Santo Ofício que havia no país e que funcionavam respectivamente em Lisboa, Coimbra e Évora. Percorrendo os arquivos da Inquisição, especialmente os desta última cidade, a cuja área jurisdicional pertencia todo o Alentejo, tivemos ensejo de encontrar alguns curiosos processos relativos a cristãos-novos, curandeiros ou soldadores de Marvão, de que julgamos interessante dar aqui resumida notícia. Não será de mais lembrar, em primeiro lugar, que foi o rei venturoso D. Manuel I, cedendo às exigências da princeza que depois veia a ser sua esposa, quem fez expulsar do reino todos os judeus que no reinado anterior nêle se haviam estabelecido, depois da sua forçada saída de Castela. Atenuou-se, porém, a severidade desta ordem permitindo-se àqueles que não pudessem abandonar o reino em virtude dos seus interêsses e negócios a faculdade de nêle poderem continuar a residir, com a obrigação de se converterem ao cristianismo e de mandarem baptisar os seus filhos menores que, por isso, se ficaram chamando cristãos-novos.

Apesar desta concessão o que é certo é que a intolerância e o exaltado misticismo da época ficou considerando sempre como motivo de inferioridade social e de repulsa os judeus nessas condições, os quais, por sua vez, se desforravam também fingindo acatar os preceitos da nova doutrina mas continuando, de facto, a seguir a lei de Moisés e a praticar clandestinamente os seus ritos. Foi para obstar a isto e para impedir a propagação da heresia e das doutrinas contrárias aos dogmas do cristianismo que o piedoso mas fanático e intolerante monarca D. João III instituíu o Tribunal da Inquisição, à sombra do qual se cometeram as maiores violências e perseguições. Nos lugares onde a gente hebrêa, diz Alexandre Herculano, constituía a parte mais importante e opulenta da povoação, era onde havia maior número de persiguições e onde os esbirros inquisitoriais se impunham com mais severidade e terror. As considerações aparentes de combater a heresia, de purificar as almas erradias e propagar a fé mascaravam o pensamento cubi-

çoso e a desmarcada ganância de aproveitar, por meio da pena do sequestro, os bens dos judeus que eram condenados.

Tivemos já ensejo de dizer, quando tratamos da história do povoamento do concelho, que em Marvão se haviam estabelecido muitos judeus, após a sua expulsão do visinho reino de Espanha. Muitos deveriam, na verdade, ter entrado para o reino por esta parte da fronteira, chegando a constituir uma numerosa colónia na vila próxima de Castelo de Vide, onde havia um bairro especial que lhe era destinado, ainda hoje ali conhecido pelo nome de *Judearia*. Não podiam os judeus sair para fora dêstes bairros depois da última badalada do *sino da oraçam ou toque do recolher*, sob pena de rigorosas e severas penalidades e pezadas multas (1).

Os processos que compulsamos relativos a cristãos-novos de algumas terras do distrito de Portalegre têm por origem, como em geral quási todos, motivos aparentemente risíveis e fúteis, histórias de bruxaria, práticas e ritos de judaismo, para prova das quais bastava o vestir camisa lavada ao sabado, cortar as unhas e fazer a barba às sextas-feiras, não comer carne de porco, lebre, coelho ou peixe sem escama, etc. Estes actos eram, na maior párte dos casos, filhos de um fanatismo levado ao excesso, não sendo também extranho a êles as artimanhas de reconhecida velhacaria usadas, sobretudo, pelos curandeiros e soldadores para iludirem e explorarem os pobres de espirito fanatizado que nêles confiavam (2).

De tais soldadores e curandeiros era o termo de Marvão muito abundante e, segundo nos informam, ainda hoje por lá existem com grande clientela representantes dêstes visionários ou exploradores da ingenuidade de quem se entrega confiadamente nas suas mãos. E, a êste respeito, curiosíssimo o ofício que em 21 de Julho de 1825 o Juiz de Fora de Marvão dirige ao Intendente Geral da Polícia participando-lhe a prisão, em 16 do referido mês, de um indivíduo de nome José, soldador de Coimbra, e que para ali tinha ido à procura de ervas contra feitiçarias. Assim se expressava o mesmo juiz: «Quantos damnos causão esta malvada

---

(1) Sôbre a situação dos judeus em face das leis portuguesas da época são interessantes as notas que vimos no livro de Arnaldo Gama, *Ultima Dona de S. Nicolau*, pág. 418, e o erudito trabalho do Sr. Dr. Mendes dos Remédios, *Os Judeus em Portugal*.

(2) A. C. Teixeira de Aragão, *Diabruras, Santidades e Prophecias*, pág. 33.

especie de traficantes, não é facil determinar, pois que sustentam os povos em um fanatismo vergonhoso, vadios, ociosos, que abusam da sua simplicidade e se sustentam d'ella. Chega a sua ardilosa maldade a, depois de obterem o conhecimento de inimizades ou indisposição de pessoas de família, assignalarem umas por autoras de doenças e feitiços das outras e atiçar assim essa inimizade e discordia a ponto de se seguirem pancadas e até mortes, como ha poucos annos a esta parte terem dado causa *a tres homicidios* só n'este termo. Finalmente privão de cura de muitas molestias a muitos doentes que iludidos se entregão ás suas extravagancias» (1).

Curioso deveria ser o corpo de delito que, segundo a participação do mesmo juiz, se organizara com o depoimento de várias pessoas a quem o preso havia enfeitiçado.

De algum dêsses casos de feitiçaria e judaismo levados ao conhecimento do severo tribunal da Inquisição de Évora e alí processados julgamos interessante dar a seguir resumida amostra:

Amaro Rodrigues, trabalhador, de uns 20 anos de idade, natural da freguesia de S. Salvador, residente em Portalegre, filho de Baltazar Roíz e de Isabel Lourença, naturais e residentes nas Reveladas. Foi processado e depois preso nos cárceres da Inquisição de Évora, acusado de ter proferido blasfemias contra a Virgem, no dia 25 de Março de 1656, no corro de S. Francisço ou terreiro do mercado da cidade de Portalegre. Consta do auto de denúncia feita perante o notário do Santo Ofício por Nuno Fernandes, natural de Elvas e correio de Sua Magestade, que o acusado, no referido dia em que se celebra a festa da Anunciação da Virgem, dissera, na presença de várias pessoas indicadas no processo, *que se nesse dia era da Anunciação de Nossa Senhora era porque a mesma Senhora tinha pecado.* Seguiu o processo os seus termos sendo finalmente proferida a sentença em virtude da qual era o reu condenado a ser àsperamente repreendido e mandado instruir no mistério da Encarnação, para o que se deveria apresentar, à hora que lhe fôsse indicada, na igreja do convento de S. Domingos, da cidade de Évora. Dera-se ao reu esta pena suave, além das

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Intendencia Geral da Policia*, maço 152, doc. 379.

custas do processo, atendendo á sua idade e ao arrependimento e simplicidade que tinha revelado todas as vezes que fora chamado a perguntas (1).

Diogo, filho de Gaspar Roiz e de Inez Dias, natural da Vila de Marvão, de 17 anos de idade, soldador e curandeiro, processado e preso depois nos cárceres da Inquisição de Évora.

Do curioso auto de perguntas feitas ao reu perante o Deão da Sé de Portalegre, o Dr. Francisco Álvares Pimentel, em 10 de Maio de 1603, consta que o referido Diogo era cristão-novo e que se empregava na arte de *curar* e *advinhar*. Começou o interrogatório por um exame de doutrina, o credo e várias orações, a que tudo respondeu bem. Sôbre a matéria da acusação declarou que estando na vila de Castelo de Vide no dia da Senhora da Conceição do ano anterior, em casa de seu amo o Dr. Francisco Roiz, observara que a mulher dêste, Beatriz Gomes, andava grávida e *com a vista lhe vira as entranhas por dentro, lhe vira uma creança macho, como de facto tinha depois parido um filho macho.*

Que daí a 8 dias indo êle a passar a ribeira de Niza em companhia de um negro de Belchior Cardoso, no pôrto que passava para a Coutada de El-Rei, termo de Castelo de Vide, vira debaixo da água, na mesma ribeira, um cão ruivo de caçar coelhos; quando ia para o agarrar já o não achou, vendo-o no dia seguinte em uma das ruas daquela vila e concluindo, por aquela revelação, que o mesmo cão estava preado. Que da mesma forma advinhara estarem preadas as ovelhas de um homem de Marvão que tinha a alcunha de *Seixo,* ovelhas que foi depois benzer observando o rito seguinte:

Benzera primeiro um pouco de sal bafiando-o com o sinal da cruz por três vezes e pronunciando o nome de Jesus em cada cruz; tornara depois a fazer nova benção com uma cruz pronunciando as palavras *em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo,* lançando depois com a mão direita e da mesma maneira o sal na água, com a qual aspergia o gado para que tivesse saúde e o mal se afugentasse.

Interrogado sôbre a forma de advinhar o gado e as bestas furtadas respondeu que não revelava o nome do ladrão *para*

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Inquisição de Evora,* 243-2880.

não fazer mal às pessoas e que o lugar onde se encontravam os roubos o advinhava da maneira seguinte: deitava água em um sítio em que ela não pudesse correr e nas segundas, quartas e sextas feiras, desde o nascer até ao sol posto, ia ver a água e ali via as coisas que lhe perguntavam; entre outros casos citava um que se dera com um homem do Crato, a quem haviam roubado uma égua e que advinhara que ela estava na Serra da Gata, com os bois de um homem de Vale do Peso e com um outro de Sebastião de Matos, escrivão dos órfãos em Marvão. Jactava-se também o desequilibrado soldador de ver as *entranhas* a todas as pessoas, *excepto a parte do corpo das mulheres que estava coberto com cinta vermelha.*

Pelo que respeita à arte de curar são também curiosas as extravagantes declarações do reu: estando doente Bartolomeu Roiz, das Reveladas e *desconfiado dos mestres*, benzera um bocado de pão e uma pouca de água que o doente comera e bebera no espaço de três dias ficando logo curado. O processo mais vulgar para advinhar se um ausente estava de saúde ou doente, era revelado em um alguidar de água; se a pessoa estivesse sã ou morta não podia ver-se ali, o que sucedia em caso contrário. Os mortos sepultados nas igrejas e nos adros também não podiam escapar à vista perspicaz do soldador, desde que o exame fôsse feito em qualquer dos três dias por êle referidos.

Êste curioso e interessante processo tem cêrca de 180 fôlhas e nêle se inquiriram para cima de 50 pessoas, sendo afinal o reu solto em virtude da amnistia e perdão geral concedido por um breve do papa Clemente VIII *à gente da nação dos reinos e senhorios de Portugal.* O último termo lavrado no processo é um auto de juramento prestado pelo reu de guardar rigoroso segredo a respeito de tudo o que vira e ouvira na mesa e nos cárceres do Santo Ofício (1).

Um outro processado é um tal *Domingos Fernandes,* cristão-velho, natural de Marvão, de 40 anos de idade. Preso nos cárceres da Inquisição pelo crime de bigamia em Agôsto de 1591.

Consta dos autos que o reu casara pela primeira vez, dezeseis anos antes, com Mor Fernandes, na igreja da Alcá-

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Inquisição de Evora,* 511-7586.

çova, actual Sé de Elvas, e tendo-se ausentado desta cidade casara, cêrca de doze anos depois, na igreja matriz de Cabeço de Vide, com Maria Gomes, estando ainda viva a sua primeira mulher. A sentença condenou o reu bigamo a ir ao auto de fé em corpo com vela acesa na mão para fazer ali abjuração pública da sua culpa, devendo depois cumprir a pena de degredo para as galés por espaço de sete anos e servir velas ao remo (1).

Estevão Rodrigues Torrado, cristão-novo, natural de Marvão, morador nas Galveias, de 50 anos de idade. Processado no mês de Junho de 1666 e acusado de judaismo e de professar a lei de Moisés. Foi condenado a ir ao auto de fé para abjurar pùblicamente as heresias e na perda dos bens para o fisco e camara real (2).

Helena Dias, cristã-nova natural de Marvão, casada com Marcos Gomes, cardador. Presa em Dezembro de 1570 e acusada de judia e de observar a lei de Moisés, jejuando o mês de Setembro, pondo às sextas feiras lençoes lavados na cama em honra do *sabado* e inculcando-se falsamente cristã. Foi condenada a cárcere e hábito penitencial perpétuo (3).

Padre Fr. João das Candeias, religioso professo do convento da Estrela, confessor e natural de Marvão. Preso em 21 de Setembro de 1751, acusado de ter dirigido galanteios durante a confissão a duas raparigas, com as quais teve *tocamentos lascivos.* A sentença condenou o reu a degredo pelo tempo de 6 anos para o convento de Tavira, inabilitando-o para sempre de poder confessar e rezar missa e suspendendo-o, por espaço de 3 anos, do exercício das outras ordens. O reu foi mais tarde transferido, a seu pedido, para o convento de Estombar, perto das Caldas de Monchique, para mais fàcilmente poder fazer uso destas águas como doente que era (4).

Fr. Francisco de Aguiar, mais vulgarmente conhecido pela alcunha de *Fr. Francisco dos dedos pegados,* por ter seis

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Inquisição de Evora,* 290-3535.
(2) Idem, *ibidem,* 23-295.
(3) Idem, *ibidem,* 278-3323.
(4) Idem, *ibidem,* 467-6322.

dedos em uma mão, religioso professo no convento da Estrela de Marvão. Acusado e processado, em Abril de 1580, por ter proferido em um sermão que prégou no mosteiro a seguinte proposição: *que os danados no inferno, até ao dia de juizo, vêm a Deus e á gloria dos bemaventurados;* o mesmo frade era também acusado do seguinte: estando o guardião e monges no Capitulo dissera um dêles que no côro estariam mais quentes por estarem diante do Santíssimo Sacramento, ao que respondera Fr. Francisco dos dedos pegados «*quem sabe se ele está ali*». O reu foi condenado a retratar-se perante a comunidade do convento destas heresias e a fazer delas abjuração pública (1).

Francisco Dias Roma, trabalhador natural de Marvão. Processado e preso em 26 de Setembro de 1725, acusado de ter feito falsas declarações denunciando Maria Gonçalves, mulher do cirurgião da vila Manuel Pinhão acusando-a de ter proferido as seguintes expressões: «*que missas não aproveitavão á alma dos que morrião em pecado mortal e que quantas mais missas se dizião por um defunto tantas mais tiçoadas lhe davão no inferno*».

O reu foi condenado a ir ao auto de fé na forma costumada e ouvir ali a sua sentença, a qual o degredava, por espaço de 5 anos, para a cidade da Guarda (2).

José Carvalho, parte de cristão-novo, almocreve, natural de Marvão. Processado e preso em 5 do Junho de 1669, acusado de judaismo. Foi condenado na pena de excumunhão maior, confiscação de todos os seus bens a cárcere e hábito penitencial perpétuo (3).

Leonor Gonçalves Mascarra, casada com um ferreiro por alcunha o Mascarro, cristã-nova, natural de Marvão. Processada e presa nos cárceres da Inquisição em 8 de Novembro de 1567 e acusada pelos crimes de heresia, apostasia e judaismo. Foi condenada a ser posta — *coram facie tormenti* — atada para confessar as suas culpas, as quais depois confessou e pelo que foi condenada a cumprir severa pena de

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Inquisição de Evora,* 400-5318.
(2) Idem, *ibidem,* 565-8860.
(3) Idem, *ibidem,* 155-1882.

cárcere e habito perpetuo irremissivel onde deveria ser bem ensinada e doutrinada para salvação da sua alma. Em 1569, por concessão especial do Cardeal Inquisidor, foi a ré solta do cárcere e modificada a pena de cadeia pela de degredo perpétuo na mesma cidade de Évora, devendo porém trazer sempre o hábito penitencial *sobre toda a sua vestidura e toucados, ir com ele á missa e pregação todos os domingos e dias de festa, guardando-se de comunicar e conversar com pessoas suas parentes que podessem fazer mal à sua alma* (1).

Manuel Fernandes Roma, barbeiro e sangrador, cristão-novo, processado pelo crime de judaismo. Processo incompleto instaurado em 3 de Abril de 1686 (2).

Manuel Henriques, cristão-novo, natural de Marvão e morador em Portalegre, tozador. Acusado e preso pelo crime de judaismo em 10 de Março de 1630 e condenado na pena de confiscação dos bens e na de cárcere e hábito penitencial perpétuo (3).

Manuel Lopes, ferrador, cristão-novo, natural de Marvão. Processado e preso em 29 de Março de 1672 pelo crime de judaismo e condenado depois na pena de hábito perpétuo sem remissão, a ser açoitado nas ruas públicas da cidade de Évora — *citra sanguinis effusionem* —, e degredado para as galés, onde devia servir ao remo sem soldo.

Em 26 de Fevereiro de 1677 foi-lhe comutada a pena de hábito perpétuo pelo conselho geral do Santo Ofício (4).

(Continúa).

P. M. Laranjo Coelho.

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Inquisição de Evora*, 534-8134.
(2) Idem, *ibidem*, 506-7459.
(3) Idem, *ibidem*, 218-2571.
(4) Idem, *ibidem*, 106-1313.

CARTAS DE JOSÉ DA CUNHA BROCHADO AO CONDE DE VIANA, D. JOSÉ DE MENESES

(1705-1710)

(Cont. do n.º 8, pág. 346)

LV *(veja a carta 65)*

Ex.mo Sñr. Tomou V. Ex.ª a pena de me escrever a carta de 24 de Set.º, q̃ eu agradeço com a profunda reverencia, de q̃ saõ dignos, e credores este agrado, e este favor de V. Ex.ª Esta tarde chegou o Paquebot de Inglaterra, em q̃ naõ tive carta de Fr.co de Souza Pacheco mais q̃ huns folhetos, e hũas gazetas debaxo de hũa cuberta, q̃ tinha o sobrescrito p.ª mim. A cauza de me naõ escrever será a gr.de ocupaçam, q̃ tem na assistencia, e Corte da Rainha, q̃ o dispensa de outras atençoens taõ profanas, como hé a de responder ás minhas cartas. Receby duas cartas de Joam de Souza, hũa de 28 de Agosto, e outra de 4 deste mez, e por esta ultima parece q̃ o vento começava a ter compaxam das saud.es daq.la Corte e provavel.te passariaõ a Porsmuth em breves dias; e suposto q̃ em carta de D. Luiz da Cunha de 6 se naõ aviza coiza algũa, comtudo oiço, q̃ no Paquebot viera noticia, q̃ a R.ª tinha chegado; e se este avizo hé certo, tambem poderá chegar a este Porto daqui a 4, ou 5 dias; e assim será necess.º, q̃ se trabalhe bem nas obras do Paço, e q̃ o Sol seque as pinturas das Janellas, e das grades, q̃ tudo está fresco, e flamante. A R.ª naõ está incognita em Holanda por cauza de algũa contestaçam de honra, mas este termo vale o mesmo q̃ dizer, q̃ está sem S. Mag.e, e sem estado publico, ainda q̃ todos a vejaõ, e saibaõ q̃ está naq.la terra. As novas da guerra tambem saõ poucas, os Alliados continuaõ o citio de Lila com gr.de vigor, mas athé agora naõ tinhaõ chegado a contra escarpa, nem os çitiados tinhaõ feito gr.des sahidas. Dizem q̃ os exercitos

de França se juntavaõ, e se dispunhaõ p.ª socorrer esta Praça, e naõ entendo, q̃ o façaõ sem superiorid.ᵉ, porq̃ a desesperaçam naõ hé de seos intereces segundo o tempo, e situaçam das coizas, em q̃ a perda de 2.ª batalha pode ser infelizm.ᵗᵉ deciziva da sua segurança. A tardança da nossa frota nos deve dar mayor cuid.º, porq̃ na sua chegada consiste a nossa predestinaçam, ou a nossa perdiçam. Entrou Gaspar da Costa com os navios da Armada a buscar novos mantim.ᵗᵒˢ, e dizem q̃ volta logo, porq̃ os Inglezes deraõ os q̃ bastaraõ p.ª hũ mez de viagem, porq̃ nos Armazaens naõ os há, nem dinh.ʳº, com q̃ se compre; porem eu naõ sei aonde Gaspar da Costa hade hir p.ª encontrar a frota, sendo certo q̃ nem pode concervarce na altura das Ilhas, nem ainda q̃ o tempo o permitira, leva mantim.ᵗᵒˢ p.ª m.ᵗª dilaçam.

Outros dizem, q̃ a frota naõ tarda, porq̃ o avizo p.ª a sua partida, ou foi tarde, ou naõ foi: o certo hé q̃ esta materia foi tratada levem.ᵗᵉ segundo o comum juizo deste povo. ElRey como V. Ex.ª sabe naõ quis q̃ o Marq̃. das Minas fosse governar a Cavalaria, e esta prezumida ofensa deo hũ gr ᵈᵉ descontentam.ᵗº ao Marq̃. seo Pay, q̃ reprezentou a Smg.ᵉ por papel as queixas q̃ tinha do seo governo, propondo q̃ o fizeraõ vir de Barcelona, e q̃ o naõ empregaraõ no governo das Armas do Alentejo, e q̃ se esta excluzam procedia de naõ acharem nelle as experiencias necess.ᵃˢ p.ª bem fazer aq.ˡᵉ governo, q̃ Smg.ᵉ fosse servido darlhe licença, p.ª hir adquirillas no serv.º dos Alliados em Flandres, ou em qualquer outro theatro da guerra. Esta queixa foi acompanhada de hũa assersam de q̃ a R.ª de Inglaterra chamava este fidalgo p.ª hir governar as Suas Armas em Flandres com 5o mil patacas de soldo por anno. Assim hé publico pello q̃ dizem estes fidalgos, e assim o ouvi da boca do Conde de Villa Verde, q̃ generozam.ᵗᵉ louva esta rezoluçam do Marq̃, culpando os q̃ a naõ tomaõ, e se deixam entorpecer em o ninho. D. Joam de Attayde, a q.ᵐ naõ deraõ a antiguid.ᵉ q̃ pertendia, vai servir como p.ᵃʳ, e hoje parte o Conde de Tarouca a exercitar o seo posto de M.ᵉ de Campo G.ᵃˡ, e governar a Cavalaria na sua semana. S. Mag.ᵉ rezolveo mandar hũ Embax.ᵒʳ extraordin.º a Roma e mandou votar na pessoa q̃ houvesse de fazer esta funçam. Oiço q̃ os min.ᵒˢ do despacho naõ foraõ todos do mesmo parecer, e q̃ o Duq̃ se apartara delles, e naõ teve razam, porq̃ entendo q̃ ella se naõ hade lograr por falta de meyos. Q.ᵐ ouvir q̃ nesta ocaziam vai hũ Embax.ᵒʳ a Roma entenderá q̃ Por-

tugal quer interpor a sua mediaçam nas diferenças q̃ há entre a Corte de Roma, e a Imperial; porem oiço q̃ naõ hé este o fim de taõ apreçada rezoluçam. Neste Patacho q̃ veyo da Bahia chegou hũ P.e da Comp.a Italiano, e missionario na China, e vem queixarse do Viz.or g.al, q̃ o Papa mandou haverá trez an.s a conhecer da gr.de questam, q̃ há na China entre os P.es da Comp.a, e os mais missionarios sobre o culto de Confusius, de q̃ V. Ex.a tem perfeita noticia, e sobre q̃ se tem feito hũ gr.de n.o de livros, em q̃ a razam Theologica está pellos missionarios, porem os P.es da Comp.a por se fazerem agradaveis ao povo, e aos Senhores da China tem a sua razam p.ar, e porq̃ hé contra a sua concervaçam, q̃ o viz.or g.al comece a averiguaçam desta gr.de disputa, fizeraõ q̃ em Macau o detivessem, ou o prendessem, e p.a se justificarem querem meter nos seos interesses a Corte de Portugal ressuscitando a queixa, q̃ temos contra a congreg.am de propaganda fide, e outras coizas de ciume dos missionarios francezes (75).

Estas razoens pareceraõ a ElRey da ultima conseq.a, e sem emb.o de q̃ S.to Ign.o cedeo o seo lugar a S. Felipe Nery, comtudo obtiveraõ os P.es, q̃ a sua defensa em Roma se cubrisse com as reprezentaçoens de hũ Embax.or extraordin.o Esta disputa dos P.es, ainda q̃ hé a 1.a vez q̃ veyo a prez.a de Smg.e ja se tinha feito, e repetido diante d'El-Rey q̃ D.s tem, q̃ escreveo hũa carta ao Pontifice, q̃ se acha impressa (76), e respondida pellos missionarios em papeis q̃ vieraõ ao P.e Seb.am de Magalhaens no seo tempo.

---

(75) Brochado refere-se às controvérsias e discórdias entre os missionários da China, suscitadas, em grande parte, pelos juízos diversos sôbre a exactidão de certas palavras chinesas para designar Deus e conciliação de usos sínicos com as práticas litúrgicas. O visitador-geral a que alude é o patriarca de Antioquia (1701), Carlos Tomás Maillard de Tournon (1668–1710), que foi enviado à China onde chegou em 1705, por Clemente XI, na qualidade de legado *a latere*. Infeliz e desastroso no cumprimento da sua missão, concitou a animosidade do Imperador e das nossas autoridades civis e eclesiásticas de Macau, contra as quais foi fértil em censuras. Preso por estas autoridades em Julho de 1707, morreu em custódia (8 de Junho de 1710) sem ver resolvido o seu caso pessoal e o bem mais complexo das discórdias entre as missões. Vid. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, tom. III, part. I, pág. 783–796.

(76) Efectivamente D. Pedro II escreveu em 27 de Março de 1702 uma carta ao pontífice, na qual dava o seu *agrément*, à pessoa do atrás mencionado patriarca de Antioquia, pedindo, porém, que lhe fôssem comunicados os poderes que levava «para ver se entre elles levava

Se esta materia me fora comunicada poderia ser q̃ eu informasse a estes Senhores do q̃ ella continha, porem nem a minha ignorancia nem a minha pessoa merece consideraçam algũa. O q̃ importa hé buscar pessoa digna de tamanho emprego. O Marq̃. de Fontes hé inculcado pellos seos am.os p.a esta funçam, e a poderia fazer com gr.de aceitaçam do publico. O sr. Marq̃. de Cascaes naõ sei se tem algũa vont.e de q̃ o nomeem; porem se as agoas do Tibre fossem taõ agradaveis, e taõ uteis á saude de V. Ex.a, como saõ as do Mondego, posso segurar sem controversia, q̃ seria V. Ex.a o preferido e nesta eleiçam fariaõ alguns dos votantes o q̃ convinha á gloria d'ElRey, e ás suas proprias conveniencias. Perdoe V. Ex.a a liberd.e desta reflexam, e naõ leya esta carta mais q̃ na 1.a regra, porq̃ naõ contem coiza algũa, q̃ tenha mais desculpa, q̃ dezejar dar a V. Ex.a em q̃ consumir o tempo em q.to nôs tambem nos consumimos com a falta de V. Ex.a, em cuja obed.a fico como devo. D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 30 de Set.o de 1708.

LVI

Ex.mo Sñr. Recebo a carta de V. Ex.a do 1.o de Out.o admirando a reflexam esp.al, com q̃ V. Ex.a poem diante dos olhos o tremendo fogo, q̃ queimou os trez Conv.tos desta Cid.e, com q̃ parece quis D.s alumiar as nossas ceg.ras tanto á custa do seo patrimonio, mas a mayor desgraça hé, q̃ apagandose p.a o desengano a funesta luz de tanto incendio ficaõ as ruinas mais p.a o nosso tropeço, q̃ p.a este mesmo desengano. Por outro modo quer D.s ensinarnos, e hontem entrou hũ Patacho de avizo com a nova de q̃ 12 fragatas francezas, q̃ cruzavaõ entre as Ilhas, dezembarcaraõ 500 homens na de S. Jorge, e a pilharaõ, e dizem q̃ com animo de fazer o mesmo ás outras. Estes navios esperaõ a frota, e p.a q̃ o fassaõ mais a seo salvo partio Gaspar da Costa p.a este Reyno com os navios da sua esquadra, e dis q̃ a buscar mantim.tos, e tambem porq̃ ouvira dizer, q̃ a frota naõ vinha neste anno. Tornaõ a mandallo, e aparece amanhan, e por mais q̃ ElRey pedio ao Inviado de Holanda hũ ou dois navios de guerra naõ foi possivel athé hoje ao meyo dia alcançar resposta pozitiva, nem eu culpo o min.o, porq̃ nas suas instrucçoens naõ

---

alguns que offendessem o seu padroado e regalia, aliás que seria difficultoso conseguir o patriarcha o fim de sua jornada».

cabem similhantes ordens. Este hé o ultimo estado, em q̃ nos achamos a resp.to do mayor perigo, em q̃ nunca esteve a Coroa de Portugal, e a sustancia do seo neg.º, e tudo nace dos poucos homens, q̃ ElRey tem em Seo serv.º; quero dizer, q̃ ninguem sabe fazer a sua obrig.am por naõ haver nem disciplina, nem doutrina, nem escolla; naõ sabemos mandar, nem sabemos obedecer: os Governadores das Prov.as assim maritimas, como do Reyno apenas sabem ler, e escrever, e sem mais experiencia, q̃ a recomendaçam de q.m os protege, entraõ nos lugares, de q̃ daõ taõ bôa conta. Perdoe V. Ex.a a dureza desta critica, q̃ sou nella taõ obstinado, q̃ naõ explico a minima p.te do q̃ entendo, e tudo se justifica pello comum erro, q̃ publicam.te se comete em todo o genero de ocupaçam, seja ecleziastica, civil, politica, ou militar, e tudo tambem na fé, q̃ nunca queremos ser discipulos, nem conhecer, q̃ a ciencia entra com sangue, e trabalho. Cuidamos q̃ com hũa pouca de dissimulaçam, e de rezerva, com q̃ falamos em toda a materia, cubrimos a ignorancia, q̃ della temos, mascarando por este modo a insuficiencia, q̃ concervamos na nossa poltronaria. Torno a pedir perdam a V. Ex.a, mas como falo diante de hũ min.º, q̃ hé Lente de Prima desta verd.e, e doutrina, refiro a V. Ex.a o mesmo q̃ de V. Ex.a aprendi. Naõ temos novas do Alentejo, ou ao menos naõ querem dizernos, q̃ as há, nem eu sei algũa coiza daq.la Prov.a, e fico na obed.a de V. E.a como devo. D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 6 de Out.º de 1708.

LVII

Ex.mo Sñr. Recebo a carta de 8 de Outr.º, q̃ V. Ex.a com a sua costumada bond.e me fez honra de escrever, nem as agoas do Mondego, q̃ sempre me foraõ gratas, e propicias, haviaõ de inspirar a V. Ex.a dispoziçoens menos generozas. Chegou outro Paquebot, e com elle mais hũ susto ás esperanças da Corte, porq̃ ainda em 19 do passado ficava a R.a na molesta, e dezabrida Cid.e, e Porto de Brilla sem vento algum p.a sahir daq.le porto. A R.a está sempre embarcada, mas junto do caes, e dizem q̃ a despeza da Sua pessoa, e Damas hé por conta dos Inglezes, e a do Embax.or, e mais familia sahe da faz.da d'ElRey N. S.r, q̃ naõ hade ser pequena; porq̃ eu indigno min.º de Smg.e, gastei no mesmo porto, e no mesmo Yate 800 florins em 18 dias.

Eu suponho q̃ o Embax.or naõ poderia vencer q̃ os Inglezes

naõ contribuissem p.ª aq.le gasto, porq̃ era facil compor a questam levando a Raynha p.ª terra. Pellas cartas incluzas dizem q̃ o vento começava a vir favoravel, e entendiaõ q̃ poderiaõ partir em o dia 20, porem as cartas de Porsmuth de 23 ainda naõ falaõ na chegada da R.ª, e se ella chegasse athe os 28 poderia saberse por este Paquebot avizandose por expresso a Falmouth. Nestes termos naõ poderemos ver esta Armada menos q̃ no fim deste mez, e por pouco q̃ o vento se descuide poderá tomar bastantes dias de Nov.º Fr.co de Souza Pacheco como assiste com sua m.er na Brilla naõ tem tempo p.ª escrever, nem p.ª fazer hũ pobre folheto, q̃ aqui derrama ao povo, e em q̃ sempre achamos bons pronosticos p.ª animar as nossas esperanças. O citio de Lila ainda continuava, mas com perda da contraescarpa, q̃ os Alliados ganharaõ com 6 mil homens. O Exercito da Liga está sempre em batalha, e o mesmo faz o de França com tanta vizinhança, q̃ se vizitaõ com balas de Artilharia, por onde suponho, q̃ no fim do citio poderá haver algũa acçam g.al; queira D.s prosperar as armas da Liga pellos intereces, q̃ tiramos das suas ventagens. As forsas saõ iguaes, a cauza hé diferente, mas o fim sempre será o mesmo, porq̃ a ambiçam dos homens sempre hade alterar a paz, e tranquilid.e, q̃ os povos dezejaõ. Como as coisas de Italia estaõ ainda em ameaças, e o tempo p.ª a campanha vai acabando, pode entenderse, q̃ no Inverno se comece algũa conferencia de acomodam.to, mas tudo depende do bom, ou mau sucesso de Flandres, ou de Saboya, aonde o Duq̃ continuava o citio de Fenestreles. Chegou hũa caravella das Ilhas, e dá por novas, q̃ os navios francezes depois de pilharem a Ilha de S. Jorge deixaraõ aq.les mares, e naõ appareciaõ nelles, e assim ficamos mais desassombrados em hũ neg.º, q̃ naõ posso perceber, porq̃ se os nossos comboys partirão em Abril p.ª as Ilhas hé certo, q̃ se esperava em Mayo pella frota, e se esta naõ tem chegado em Out.º, hé tambem certo, q̃ as ordens ou naõ foraõ pozitivas, ou foraõ mal executadas, e de tudo está o publico ignorante. No Alentejo naõ há nada de novo, nem ainda p.ª comer. Fico na obediencia de V. Ex.ª como devo. D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 13 de Out.º de 1708.

LVIII

Ex.mo Sñr. Receby a carta de 15 de Out.º, q̃ V. Ex.ª com

a sua costumada bond.ᵉ tomou a pena de me escrever, e nella vejo, q̃ o entendim.ᵗᵒ de V. Ex.ª dezembaraçado das queixas do corpo discorre com segurança, e tranquillid.ᵉ Naõ o fazem assim os q̃ com os olhos na nossa barra se assustaõ com as mudanças do vento, querendo justam.ᵗᵉ q̃ seja norte p.ª nos trazer a Armada de Inglaterra, e q̃ seja mareiro p.ª nos conduzir a frota do Brazil, e a providencia importunada de votos diferentes dilata a aceitaçam do sacrificio apezar da ancia indiscreta dos devotos sacrificadores.

Tambem queremos, q̃ haja torm.ᵗᵃˢ no Alentejo p.ª q̃ o inimigo se recolha e naõ queremos q̃ as haja nas Ilhas, p.ª q̃ a nossa Armada possa esperar com socego pella frota.

Nada hé dificultozo ao Supremo Moderador das cauzas 2.ªˢ, q̃ ha sinco mil e setecentos an.ˢ, q̃ se quis costumar a ouvir as nossas irregularid.ᵉˢ, e a sofrer as nossas intemperanças.

Ainda naõ sabemos q.ᵐ hé o Embax.ᵒʳ p.ª Roma, e hũ Conselh.ʳᵒ de Estado me disse, q̃ votava em o Marq̃ de Alegrete, donde inferi q̃ o neg.º deve ser de mayor consequencia, porq̃ naõ entendo q̃ este Cavalh.ʳᵒ seja de taõ manhoza politica, q̃ quizesse por algũ interece afastar do lado d'ElRey hũ min.º de tanta experiencia, e de tanto agrado de Smg.ᵉ; oiço porem, q̃ naõ será nomeado o tal Embax.ᵒʳ por falta de meyos p.ª a despeza digna daq.ˡᵉ caracter. Na Corte há hũ gr.ᵈᵉ conflicto em conferir as cores de primaveras p.ª vestias, e de droguetes p.ª vestidos. Huns estaõ pello gualde, e outros pello ferrete, huns querem o gemado, e outros o verde negro, e naõ hé menos a disputa na diferença dos botoens, e na materia das cazas, em q̃ a corrente dos modistas ora afirma, ora condena segundo a conjunctura do tempo, e situaçam da sezam. Naõ sei quais opinioens tem prevalecido, D.ª nos escolha o milhor, e prospere a saude de V. Ex.ª, q̃ hé o q̃ mais importa, p.ª me concervar na sua benevolencia, q̃ eu protesto merecer com sumissoens, e resp.ᵗᵒˢ D.ª G.ᵈᵉ a V. Ex.ª m.ˢ a.ˢ Lx.ª 20 de Out.º de 1708.

(Continúa).

JOAQUIM DE CARVALHO.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 4$50

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 3$50

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 3$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 2$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 2$50

Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 3$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856 ..... 2$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 2$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
ARCO DO BISPO, N.º 1 — COIMBRA



VOLUME 70.º — 1923
N.º 12 — Dezembro

COIMBRA
IMPRENSA DA UNIVERSIDADE
1923

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Prof. Álvaro José da Silva Basto.
Prof. Joaquim de Carvalho.
Prof. Paulo Merêa, 1.º redactor.
Prof. Elísio de Azevedo e Moura.
Prof. Diogo Pacheco de Amorim.
D. José Manoel de Noronha, secretário.

INDEX

Boletim do Instituto 527
Observância antiga dos Cónegos Regulares de Santa Cruz de Coimbra, por ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL 529
O movimento tipográfico em Portugal no século XVI, por SOUSA VITERBO 542
Terras de Odiana, por P. M. LARANJO COELHO 549
Cartas de José da Cunha Brochado ao Conde de Viana, D. José de Meneses (1705–1710), por JOAQUIM DE CARVALHO 564
Livros recebidos 574

BOLETIM DO INSTITUTO

ASSEMBLEIA GERAL DE 20 DE NOVEMBRO DE 1923

No dia 20 de Novembro de 1923, reüniu-se a Assembleia Geral do Instituto de Coimbra, sob a presidência do Prof. COSTA LOBO.

O Presidente referiu-se, em primeiro lugar, aos sócios falecidos, fazendo o seu elogio; foram referidos os nomes do CONDE DE SABUGOSA, Dr. ANTÓNIO COELHO, MARQUÊS DO FUNCHAL, Dr. ANTÓNIO JOAQUIM FERREIRA DA SILVA, GUERRA JUNQUEIRO e CONDE DE GRAMONT.

Em seguida, propoz o Presidente que se manifestasse ao Sr. Dr. EUGÉNIO DE CASTRO o reconhecimento do Instituto pela sua memória sôbre o CONDE DE SABUGOSA.

O Presidente comunicou também que as 1.as conferências que o Instituto promoveria êste ano seriam realizadas pelos sócios do Instituto Ex.mos Srs. JOSÉ NORTON DE MATOS, Alto Comissário de Angola, e pelo Sr. Dr. QUEIROZ VELOZO, Director da Faculdade de Letras de Lisboa; e que o distinto literato Sr. ALBERTO DE OLIVEIRA se encarregara de escrever para o *Instituto* uma memória sôbre Guerra Junqueiro.

Depois foi apresentada pelo Sr. Dr. CABRAL DE MONCADA uma proposta feita pela Comissão dos Médicos para colaborar com o *Instituto*. Foi aceita em princípio e nomeada uma comissão composta pelos Srs. Drs. JOAQUIM DE CARVALHO e CABRAL DE MONCADA para tratar dêste assunto.

Passou-se em seguida à eleição de novos sócios, que deu o resultado seguinte:

SÓCIOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

JOSÉ NORTON DE MATOS, Alto Comissário de Angola.
MARCELINO DE ALMEIDA LIMA, publicista.
MARQUÊS DE JÁCOME CORRÊA, publicista.

José Maciel Ribeiro Fortes, publicista.
D. José Benedito de Almeida Pessanha, publicista.
A. Antunes Vieira, publicista.

SÓCIOS CORRESPONDENTES ESTRANGEIROS

Umberto Cisotti, Professor da Universidade de Pavia, e do R. Instituto Técnico Superior de Milão.

D. Guilhermo Sanz Buelin, do R. Instituto Geográfico de Madrid.

D. Ricardo Beltrán y Rozpide, Secretário Geral da Sociedade Real de Geografia de Madrid.

D. Luís Tanco de Argáez, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República da Colombia no Rio de Janeiro.

Euclides Gularte da Costa, publicista.

Dr. Fritz Holms, publicista.

Henri Lorin, Secretário Geral da Sociedade de Geografia Comercial de Paris.

D. Rafael Ricardo Revenga, publicista.

Dr. Francisco José Urrutia, publicista e antigo ministro e delegado da Colombia na Liga das Nações.

D. Mariano Ferrer Bravo, publicista.

De nada mais se tratou nesta sessão, da qual eu Cabral de Moncada, Secretário do Instituto, lavrei a presente acta.

(aa.) Costa Lobo.
Cabral de Moncada.

OBSERVÂNCIA ANTIGA DOS CÓNEGOS REGULARES DE SANTA CRUZ DE COIMBRA

O manuscrito cuja publicação hoje iniciamos, diz respeito ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, e à sua livraria pertenceu até à data da extinção das congregações religiosas; de lá passou aos malfadados depósitos de livros no Colégio das Artes e no dos Paulistas, donde, na dispersão, saiu com aproximadamente 8:000 volumes a formar a biblioteca do actual Liceu do Dr. José Falcão, a que ainda hoje pertence.

Apresenta, na fôlha de guarda, as seguintes rubricas manuscritas: *Da Bibliotheca do Real Mosteiro de Sancta Cruz de Coimbra,* e abaixo, em letra mais recente, a do Liceu: «L. N.^{al}».

De mão e autoria do Cónego D. José de S. Bernardino, que para o Mosteiro entrou em 9 de Janeiro de 1720, sob o priorado de D. Bento de S. Agostinho, esta compilação de notícias, feita, evidentemente, depois da morte do reformador D. Gaspar da Encarnação em 1752, foi nesse tempo um protesto ordeiro e um pacífico desabafo contra a reforma que êste veio trazer aos usos e costumes da Ordem de S. Agostinho. Vingando o desgosto que tais inovações traziam à maior parte de seus companheiros, D. José de S. Bernardino escrevia as boas práticas e usanças dos velhos tempos, dizia a sua saüdade por elas, expandindo às vezes por uma leve frase de revolta enunciada a medo, o que noutras còmentava com discretas reticências de desdém.

Toda a vida interna do Mosteiro nos aparece assim minuciosamente descrita, cheia de interêsse e de pitoresco, nas 188 páginas do Cónego D. José, sempre, escreve êle, *sobre o modo do Antigo uzo em todas as couzas q̃ se observa e Louvaveis estillos da ordem; tanto no q̃ tocava ao Espirito, como em o temporal ao governo da mesma Religião;* legou desta

forma, ao futuro historiador do sumptuoso Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, elementos do maior aprêço, onde a crítica darte muito pode recolher.

Coimbra, 1923.

Da criaçao e observancia Antiga dos Conegos Regullares da Cong.ção de S.ta Cruz de Coimbra no Reyno de Portugal, Antes da Reforma do R.mo Fr Gaspar, e das mais q̃ sobrevieraó A esta &.a

Por D. Joze de S. Bernardino q̃. náo quiz aceitar a Reforma de q̃. diz tanto mal. Era natural da Copeira.

A do R.mo Fr Gaspar teue Seu prencipio a 25 de Marso do anno de 1723 porem entrando com o titullo de vizitador; tornou Este R.mo a sahir por haver noticia nova de Ser fallecido o Papa: E como naó tinha dado principio a vezita? se recolheo escondidam.te ao seu Varatojo; aonde esperou novo Pontifece p.a aprovar o Indulto de Vezitador, por estar nullo, e nececitar o previllegio de graça nova: porem pouco se deteve a Suspençaõ, porq̃ sobió ao Pontificado Benedicto XIII.º q̃ confirmou o Breve: por empenho particular, como em outro Lugar se dira. Entrou segunda ves a 2 de Julho no mesmo anno e sem mais perda de tempo: pos em exzecuçaõ o Cargo de Vizitador; abrindo o sacrario, e a vezita; na qual naó pasaráo de duas testemunhas p.a fichar a tal vezita — durando ella mais de Meyo secullo; athe q̃ faleseu sem deixar mais q̃ hua transmotaçaõ na Congaçaõ, e esquecidas as Leis, e os Louvaveis vzos, e costumes justos, e santos da ordem Canonica.

Prencipiando pello Espiritual vzo ordinario Canonico, de Lovvar a Deus no Coro, em todos os dias do anno; dou noticia pella obrigaçaó de Matinas por ser a pr.a hora canonica do officio Devino; q̃ segundo a Constituiçaó, e o dito do Santo Profeta = Media Note, q̃ sempre se comprio inalteravelm.te

Indespénssaveis-no mostr.º de S.ta Cruz; S. Vicente; Grijo; / e na Serra da Paschoa athe Setembro, porq̃ se exprimentou, cauzava gravissimo dano aos Conegos, concedeo o Cap.º G.al com as certidoens dos Medicos q̃ não õvessem de Inverno matinas a meya noute e no mostr.os de Landim, e

no de Moreira, somente nos dias de pr.ª classe, e alguas de quatro Cantores da segunda classe. Domingas da quaresma a pr.ª e Paixáo, e Ramos e a pr.ª do Advento. Nestes pois mostr.os nunca ovue despença nestas obrigasois da Constituição: e vzo e custume nos Conegos Antigos. Lembrado sim p.ª confirmaçaó desta observancia no anno de 1730 no mostr.º de Moreira sendo Prior o P. M.e D. Joaó da Vizitaçaó: hindo do Porto á serta Igr.ª huns poucos de Muzicos a hua Solemnid.e q̃ distava pouco mais de Legoa; vieráo parar ao mostr.º vezitar huns Relig.os seus amigos, no dia 27 de Agosto — vespera do grande nosso P.e S.to Aug.º e vindo de manhaá rogados p.ª jantarem? aseitaraó a offerta, e quizeraó cantar a vesperas do S.to como cantaraõ presiozam.te a Extromentos, e orgaõ, ofresendosse Liberalm.te p.ª no dia cantarem a missa. como cantarão, e sabendo elles q̃ haviamos de hir a meya Note? instaraó com o Perllado, q̃ se cantase ao sol posto, q̃ querião ajudar. taobem o Pellado naó quis despensar, q̃ havia hir a comonid.e a meya noute, e q̃ de nenhua sorte podia transferir a obrigaçaó: elles se sugeitaraó, e taobem foraó: e com a comonid.e cantaraó e fizeraó o acto mui admiravel.

Nestas cazas tanto de Moreira como Landim e Serra naó podiaõ ter moradia Conegos q̃ naó chegasem a ter 30 anñ de habito, so ou Organista ou Cantor, q̃ p.ª serem conciliarios haviaõ pesuir sequer — 16, e p.ª Perllados sequer — 30 hera o vzo p.ª serem eleytos: naó constava fosse nenhum Perllado elleyto sem o num.ro completo destes annos, q̃ nas Illeysois dos P P. Antigos se olhava m.to p.ª esta circonstan.ª e ordinariam.te heraó Relig.os graves e de mais idade, q̃ 30 añn de habito. a expriencia mostrava, q̃ hera o mais acertado, este Louvauel vzo, e costume.

Do vzo do toque dos Sinos ordinario p.ª os Conegos hirem p.ª o coro.

Assim q̃ o relogio dava meya noute, emediatam.te corria o sino chamado o Incaoto, em todos os dias do anno Duples, e Semiduples: porq̃ nos de 2 cantores, hera os sinos meaõs com repiques dos menores, e nas solenid.es todos. q̃ huns e outros se dilatavaó p.ª perfazer o tempo q̃ a garida fas nos dias ordinarios para efeito das estasois

Corido o sino In cauto, o chamador entrava a despertar, o noveciado todo, e vindo pella Cella do M.e tirava a chaue

do Noveciado abrindo a porta E ya tocar aos Religiozos obrigados; naõ havendo novisso hera Escolla a q.m tocava o offi.º de chamador (de sorte q̃ sendo Novisso hera, aos mezes, e se herão Escollas, as semanas) e nos dias clacicos de pr.ª clase (e segunda de quatro cantores) a todos naõ havia previlegio, naõ mais q̃ a pregador da semana. e tudo mais tanto Exg.ais como Ancioens e officiais da fazenda, q̃ hera O Procurador, Camar.º, Porteiro mor, Infermeiro mor, Sanchristaó mor, e Cartorario todos estes nenhum hera Izento das primeiras vesperas e matinas; das mais horas eraó escuzos. E os mais preveligiados como Exg.ais, Ancioens, Lentes Jubilados, e Pregadores do Numaro de 9 afin de exercissio estes heraó obrigados a 3.ª misa, e 2.as vesperas. E nos dias de oraçáo a completa acabada ella p.ª o q̃ se fazia signal com a campa do coro.

Continuaó o vzo das Estasois

Quando pois a garrida tinha corido o 4.º e o Noveciado posto em estaçaó porq̃ em ella prencepiando a dobrar? todos os Novos, com seu M.e, vinhão vindo p.ª o fim do seu Dromitorio p.ª ella. Em tocando o ditto quarto acabava, e dois minutos dava, a m.ª hora, com hua breue suspençaó entraua a picar, e nisto estava hum bom pedasso, ao prencipio, q̃ dava a meya hora fazia o Mestre signal, e de dois em dois hião sahindo do Noveciado p.ª o fim do Dromitorio grande aonde devedidos em sumo silencio, naõ encostados (em pe) as paredes do Dromitorio existiao rezando cada hum p.ª si Salmos, ou responsos, ou padre nossos pellos nossos bemfeitores vivos, e defuntos. ahi pois se vinhaó encorporar todos os obrigados a Matinas, e o Perllado m.tas vezes ficaua a sua mesma porta: q̃ taõ grande hera a Comunid.e q̃ quaze ficava o Perllado a sua porta; (o sitio della era a vltima ao pe do topo, q̃ fica a diante da do Novesiado.

Cuja instituiçao foy eregidas estas estasois de immemoravel tempo, todos os dias do anno, e eraó tres — as matinas, Primas, e completas, excepto q.do havia qinta porq nesse dia nem dia santo e Domingos naó havia estaçaõ nem oraçaó Conventual. p.ª a Escolla: a todas as horas havia estaçaõ, mas breue so p.ª se formar a Comonid.e da Escolla: q̃ os Capitulares hiáo q.do queriaó cada qual p.ª o coro; e ao sahir feito o signal: assim faziaõ, e era o vzo. Da Paschoa athe 14 de 7b.ro q̃ sem intropolaçaó / se modavã os toques

dos sinos. havia noas, excepto 4.as fr.s e sab.dos q̃ acabada de cantar a Estella Celi, se dava sinal na sineta do coro / signal a barrer / em Domingos e dias santos e de razoura naó havia noa; havendo hera a Estaçáo como a das matinas, e Primas com chamador, e cannas.

Do modo como hera o Exercicio da humilde

Feito o signal os P P. acudiaõ as suas obediencias, a Escolla com seu M.e em Comunid.e vinhaó p.a o Noveciado por as mursas rolar as sobrepelis — 4 novisos com seiras pazinhas, e beysourinhas limpar, e tirar o lixo, e dois, ou 3 com borrifadores, a salpicar as paredes do Drumitorio onde os P P. barriao, naó havendo novisos Escollas; naó havendo? Conversos. / e nas cazas aonde os naó havia mossos fidalgos: esta obrigaçaó era geral em todos os Mostr.os da ordem. S.ta Crus, S. V.te, Grijo, Serra, Moreira, Landim. Nos mais naó havia rigor disso por caza de velhos, como o Dromitorio dos velhos Em S.ta Cruz q̃ se lançavão Capitolares modernos; porq̃ os velhos mal podiaô pegar na basoura, q̃ sempre eraó os prim.os q̃ sahiaó com ellas e os Gerais. q̃ os Capitulares atalhavaõ &.a por atençaó, e os Perllados, e velhos com exemplo. q̃ m̃ velhos naó consentiaõ &a

Explicase como se repartia, e se punha, em praxe:

havia hua taboa na genella do coro com hum papel escrita a obedientia humilitatis, q̃ durava de Definitorio, a Definitorio: asignado pello Perllado, q̃ dezia o P. follano, folano, e follano &.a conforme o sitio barreráo, tal p.te do topo pr.o athe o topo 2.o o 3.o o P. folano, e sicrano, e sicrano? &.a athe tal p.te a baranda dos Papas follanos. *6* ou *7* &.a o pr.o Antecoro — follano, e folano &.a / 2.o Ante coro folano, e folano &.a o Coro o P. Cantor mor, e seus adjuntos, e os cantores da semana. o Noveciado todo? o M.e com seus novos: o Altar da Sr.a na Igr.a folano; o de S. Joaó folano; &a Capella mor o S. Cristao mor / e o Porteiro mor com os seus adjutorios a portaria, e os mossos fidalgos os claustros quando o Portey.ro mor os manda; porq̃ he a quem heráo Antigam.te sugeitos. A escada g.de os Irmao Conv.o follano, e follano; a Escada do Orgão. o Ir. Conv.o follano: o p.ro Lansso do sobre claustro, da porta do salto q̃ hera o da

Livraria; o Ir. Conv.º follano. o da porta do sol, q̃ hera onde agora edeficaraõ a chamada Sr.ª da Porta. O Ir. Conv.º follano; no temporal, q̃ exhiste sem tilhado o Ir. Fr. Folano Conv.º, o Lansso 4.º o Ir. Conv.º Fr. Follano. &.ª a Baranda da palrra, assim chamada por nunca haver nella silencio, o P. folano, e mais 3 Capitullares modernos. o Dromitorio dos velhos honde taóbem náo havia silencio respeito aos velhos Ancions, alguns) q̃ emportava, q̃ sahirem os velhos com basouras preparados; heraó deputados mossos fidalgos, a horas da meza pr.ª &ª a Infermaria, o Infermeyro mor com os seus adjutorios, o salaó o P.e follano, e o P. follano; a escada q̃ desse, apelid.ª dos Defuntos, q̃ topa na porta da Orta, os Irmaos-Conversos follano, e follano &ª na Igr.ª todos os Altares eraó repartidos por Capitulares, o Cruzeiro o sanchristaó menor depois de ajudar o mor na sua Capella mor, com elle juntam.te a Sanchrestia. o corpo da Igr.ª todos as vezes q̃ hera necesario, pello goarda cuja obrigaçaó alem dessa, a limpeza das alampadas, e provellas e asendellas, e por os panos ricos, q̃ se uzavaó nas festivid.es e outros ministerios q̃ lhe incombiaõ na sancrestia do seu officio, de q̃ tinha salario e reçaó, e de vestir a Beca nos dias festivos, e nos quais, e Pontificais Levar a maça no braso diante Como nas Catredais se vza, e vnivecid.e &.ª

Do vzo, e Custume q̃ vzavaó os Antigos nos dias solemnes de quatro Cantores, de tempo inmemoravel com obcervancia in perterivel, athe o anno de 1723 em os Mostr.os de S.ta Crus S. Vicente, e grijo; Serra, Moreyra, e Landim
Cazas Conventuais Recebidas

Que nos mais mosteiros p.ª onde os separou a Inxurrada da Reforma, os Antigos nũca modarao dos seus vzos antequicimos, da Ord. Canonica: o q̃ pois prencepiando a descrevellos, devem ser pella vespera dos dias Clasicos de primeira classe, e segunda e ainda taobem, de dois Cantores.

Perparavace no meio do Coro, em Linha transvercal, e nunca ao comprido como cadeiras do Coro — 8 taoboretes — 6 — ornados com Capas de Brucatel, e dois sem ellas de moscovia afranjados do verde, para os dois Cantores da semana, mais junto a estante p.ª Lavantarem os Salmos e o mais da sua obrigaçaõ &ª

Os seis paramentados, dois asentos quaze onidos no meio

do Coro p.ª os dois asistentes e os quatro devedidos algua couza dos asistentes, q̃ podesem sahir tocies cosies *(sic)* p.ª en comendarem as Antifonas aos P P. Ancioens e ao mais a q̃ eraõ obrigados com os Setros. o seu Logar dois da p.te do pr.º Coro, e dois da parte do segundo Coro, algum tanto devedidos dos dois asistentes. Sobre estes mesmos asentos se punhaó, os pluviais, e ahi mesmo se parentavaó, e os Novisso ou Escollas ajudavaõ a revestir, e hiáo boscar os Setros q̃ lhe entregavaõ, e no q̃ tocava as Cerimonias conforme a despoziçaó da constituiacaó, e o cerimonial dos Bispos a q̃ se remete; o q̃ nunca faltou a Cong.cao Antiga, em todos os most.ros da Ord. Canonica taó pontual vzada de tantos Secullos

Do modo como estaváo no Coro os Conegos Antigos.

quadaqual Capitullar) tomavaó os Capitulares as Cadeiras de sima, e nas do plano craó deputadas p.ª os Escollas e Novissos: no Coro naó se uzava Anteguid.es estas so se militauaõ em os Cap.os Conventuais e Illeysoens; e no Refeitorio nas Mezas, e procisoens. As Cadeiras no coro proprias hera a do Perllado; emediato a elle a dos vigarios, abaixo logo deste no pr.º coro à dos Hedomedarios; no segundo coro a emediata a p.ra Cadeira da p.te do segundo coro q̃ a primeyra sempre hera devoluta por emparilhar com a do Perllado, servia, ao Reitor do Coll.º q.do vinha asestir, ou nos Cap.os G.ais ao Prior de Grijo, ou de S. V.te ou Refoios, na missa do Espirito Santo, ou algum hospede Sagrado Como o B.º de Coimbra como o Sn.r D. Antonio de Vasconcellos, q̃ m.tas vezes vinha, e seo Antesesor D Joaõ de Mello, e m̃. Como fallo nisto direy o q̃ ouvi, q̃ Fr Gaspar chamado Reformador, vzava q.do hia ao coro da cadeira dos Gerais, e este pasava p.ª a dos vigarios. O q̃ sem dvuida náo podia porq̃ no coro náo podia prezedir porq̃ nelle naó havia acto de Reforma nestes q̃ tocavaõ a ella sim no coro e Refeitorio naõ nem nas prosisoens. Com efeito se lhe disse huns Antigos M M. D D. q̃ rezultou modarse p.ª o segundo coro p.ª as dos hospedes, em q.to náo se abria hua Tribuna, q̃ mandou abrir sobre a capella do christo p.ª onde de ordinario hia depois, e lá m.tas vezes hia asestir. No Refeitorio naó quis nunca Largar ficando os seus Gerais na do Coro pr.º Lugar: o tal R.mo no meio dos seus companheiros Fr Verissimo Sacretario, e Fr. Miguel,

companheyro e confessor; como se os Conegos nececitasem na meza de Reforma? Servindolhe este paynel de bom antebem: / sobre esta Reforma? á parte direy o mais, q̃ houvi, e vi e sei: vou ao nossos Antigos vzos

Os DD. MM, e Jubilados naó tinháo no Coro Cadeyra propria nos Cap.os e meza segundo a sua Anteguidade. os Exgerais o mesmo, so sim por Cortezia lhe largavaõ as primeyras Cadeyras, ao entrar do coro &.ª So pois o M.e dos novissos, e cantor mor tinhaó cadeira deputada ab inissio; q̃ era a primeyra a entrada do coro da pr.ª abertura p.ª sima da abertura, e naó p.ª bayxo, porq̃ so destas se logra̅o bem os Livros da Estante, estando os novos a estante, e por bayxo dellas heraó os virsicolarios, do pr.º coro hum, e do 2.º coro debayxo da do M.e dos Novissos o outro versicularios: Atras do Cantor mor, e do M.e dos Novissos, heraó as dos Cantores da semana, e dellas mesmo intuavaõ os Salmos, e Hinos das oras divrnas, dias Duples, e ordinarios de todo o anno.

Os mais Cantores mores, q̃ heraó mais tres, so serviaõ ao Compaso q.do naó estaua o mor eses naõ tinhaó Cadeira particullar nem previlegio algum. o officio dos Versicolarios hera virar as folhas a Estante levantar as Antefonas nos simi duples, cantar os versos no meyo do Coro das horas mivdas, as Antifonas Cantadas da terca no dias duplex ordinarios, e o Benedicam̃ Domino, e requiest cad inpase (*sic*) nos Defuntos ordinarios como nocturnos, &.ª e o pr.º versicolario, cantar, ou intoar nas completas o Jube done Bend.r Ao Calendr.º da semana as calend.as excepto as das Solemnid.es q̃ era o cantor mor, ou os da vara do Compaso; mas ja a Cap.ª era o Calendario, e no fim da prima a memoria no Livro dos Obitos antes de a comcluir O Hedomedario o Requies... inpace — porq̃. m̃. Relig.os se lembrarem dos amigos p.ª lhe fazerem seus sufragios. no dia q̃ faleceraó Cerimonia entre os Antigos de m.ta Carid.e náo sey, o q̃ os novos vzáo hoje. a Cadeira do Calendario era a pr.ª p.ª tocar a campanilha ao orgão p.ª parar, ou tocar, o Locernario hera p.ª prover o candieyro do coro, alimpallo, e removello e ter a sera p.ª os bicheiros do coro, e vir pollas e asendellas a seo tempo aos PP., e sahir da Estaçáo asender os candieiros dos antecoros, e o do coro, e levar a locerna nas çomunid.es diante, e atras aó Perllado o 2.º Locernario

Do estillo nas solemnid.es nas vesperas q̃ 4. Cantores

Preparados os Cantores Com seus setros, e pluviais, fazia signal o Perllado se entrava Os Asistentes ambos juntos com devidas cerimonias vinhaó a cadeyra do Capitulante, q̃ estava ornada Com pano segundo a ordem da Igr.ª na cor da solemnid.e abayxarlhe a cabesa p.ª entoar a pr.ª Antifona / q̃ o Cantor mor indireitava no tom / e elles se retiravao p.ª os seus Logares com as devidas Cerimonias &.ª a 2.ª Antifona sempre era do 2.º coro, os mesmos asistentes vinhaó abayxar a cabesa p.ª a 2.ª Antifona sempre ao mais Antigo daquelle coro e as mais da mesma sorte, e se o P.e estava em cadeira no fim do coro de sima se viraua a Estante, e o cantor mor apontava com a vara a Antifona, e se era em p.te q̃ lhe náo podia, hera um dos Cantores da semana com o dedo. &.ª

Acabado o ultimo Salmo. os acolitos q̃ ja tinhaó os seriais asezos, ao christo sahia cada hum por seo lado, a emcorporarse no meyo do coro com os paramentados p.ª hirem ao Capitulante entoar a Capitulla, e levantar o Hino, q̃ a Antifona da Magnifica eraó os dois sos Asistentes. / ad vertindo / q̃ em S.ta Crus, S. Vi.te e grijo, e Refoyos, estando o Perllado prezente no ponto q̃ o M.e de cerimonia dispunha hia hum dos asistentes fazer ao Perllado Incenso, q̃ o sanchristaõ menor com o tribullo vinha, a tempo p.ª isso &.ª

o verso do Hyno os quatro Cantores das Massa se vniáo todos quatro hum pouco dos seus Logares, a canterem todos 4.º o verso, e o mesmo q.do hera ao Benedicam̃ D.º Solemnem.te a elles hera Competente este estillo. Acabada a Antifona Levantavaó os Cantores da semana o Cantico da Magnifica, desia o capitulante da sua Cadeira ao plano do coro so com as devidas inclinacois ao Perllado se hia encorporar em o meio dos asistentes, e os das macas sahindo hum atras do outro pella banda do seu coro se hiao ajuntar, a par entre a Estãte e o christo a q.m enclinavaõ a venia medriocra devota, e os outros dois da mesma forma indo diante o Triofrario, e os acollitos com os seriais atras destes os 3 emparilhados, os dois Asistentes, e o Capitolante fazer venia ao christo, e naõ aos coros, por naõ fazerem selada, hião abayxo ensensar o Altar mor / q̃ he so o do coro / e nenhum outro Altar. Só se nelle estava o SS.mo Exposto — Como nas 2.as vesperas da Conceicaõ q̃ o tinha no peito nesse dia, e histo so era o SS.mo de juelhos, e o q̃ feito, hiaõ

a capella mor ensensar o Altar, e viravaó pella porta q̃ esta da Sancrestia na mesma Capela mor p.ª evitar a pasage pellas mais Capellas: e vinhaó p.ª sima p.ª o coro da mesma sorte q̃ sahirao entravaó a poremse nos seus deputados Logares; tanto huns: como os mais so hum dos dois Asistentes hia encensar Primeiro o Perlado se hera o P.e G.al ou o Prior de grijo, S. V.te, e Refoyos, os mais em as mais Cazas hera o Prior o q̃ capitulaua ensensado o Perlado, o mesmo Asistente ensensaua, o Capitulante q̃ hera ordinaria e entregava o Tribollo ao Triofario, q̃ hia ensencar primeiro os Asistentes depois os das mascas, e pasava ao prymeiro coro, e acabado, o de sima virava ao coro do plano, vinha ao christo fazer veneracaó, hia ensensar os dois cantores da semana, e pasava ao 2.º Coro de sima a ensensar, e feito taóbem o debayxo hia ao cristo, ao gloria Pater, q̃ acabava o Cantico da Magnifica &.ª repetida a Antifona quaze no fim sahiaõ os asistentes, e os cantores das massas p.ª a Cadeyra do Capitulante com os Acollitos com os seriais aseзos postos em forma! cantava a oraçaõ da sua mesma cadeyra o q̃ fazia as horas, e os 4 cantores das masas o Bened.º D.º o q̃ tudo completo ahi mesmo se despião. por evitar Cortezias, e darem costas ao Altar. &.ª do coro nao se sahia so a couza grave, nem se podia andar a entrar, e sahir; q̃ hera clamacaõ; e vzo antigo, com aremedo do Coro Celleste honde D.s mora

Este Benedicam̃ D.º hera cantado no meyo do coro todos juntos. histo mesmo q̃ se vzava nas vesperas hera o mesmo nas Lavdas, q.do se cantavão nas principais festas, e nas mais da Capitulla por diante se fazia o mesmo como se todas fossem Cantadas com pluviais massas, Tribollo, e Acollitos com seriais. como se fosse de dia, e estiuesse a Igr.ª cheya de gente. o mesmo uzavão os Antigos não so nos dias, de primeyras classes, mas na segundas, e dois cantores. o entravas matinas? hirguiaó se os PP. pello quarta dada a meya noute, e prencepiavaó as matinas pella hua, e acabavaó pellas duas e meya, mais p.ª as tres horas quando se recolhiaõ as sellas.

Porey o risco da forma do coro como os Antigos uzavaó, e os Logares dos Cantores como estavaó Nos dias Solemnes das vesperas e Laud.s (1).

---

(1) Segue-se no original um desenho de página, espécie de rebatimento do côro muito toscamente feito, e representando o cadeiral, duas

Do vzo q̃ Antigam.te havia todas as qintas feiras do anno em renovar o Sacrario com Solemnidade e a onde hera elle

No meio do retabollo Antigo da Capella mor estava o Sacrario, hera hua caza quadrada toda dourada cuja porta se servia por hua escada transversal hindo pello pequeno espasso, q̃ ainda hoje serve p.ª a sancrestia quaze vnida a porta q̃ vay ao Cap.º tudo histo estava dourado, escadas, e paredes, e no simo da tal escada a porta com hum grande resplendor dourado em circullo q̃ reprezentava hum Calix — com hostia em sima q̃ reprezentava o SS.mo q̃ se chamava este sitio? a sacra; pella qual todos os P. P. ajuelhavaõ, e óravaó antes, e depois de dizerem missa: tinha pella face da Igr.ª hum cortinado de grande altura, e largura do mesmo altar de seda branca bordada de matizes, e ovro com frãnjois, e galaó largo, tudo magestozo. nas 5. feiras na missa sagrava o Hedomedario novo vazo de particollas, q̃ quaze junto a Consumiçaó o sancristaó abria as cortinas do Sacrario e a seu tempo hia o Diacnº boscar, o vazo ao sacrario p.ª consumir o Selebrante o q̃ feito se punha no vazo ja limpo de reliquias as novas particollas com hua nova hostia sagrada, e se cobria com seo veó, continuava a missa, e acabada vinhaõ quatro escollas com tochas, e o selebrante com o Diacn.º e subdiacn.º levaó o Sn.r por tras do Altar pella escada indo diante as tochas Tribollo &.ª dentro da caza do sacrario cabiaõ a vontade, naõ so as 4 tochas mas o Selebrante Diañ e subdiañ sancristaó, e M.e de cerimonias, aberta estava a porta do sacrario onde se depozitava o SS.mo e no Coro se cantava com solemnid.e = *O Salutaris Hostia* = e com devidas Cerimonias depois de ensencar, vinhaó p.ª bayxo o Selebrante p.ª o pr.º degraó repetido o verso no coro dezia a oraçaó do Sacram.to, o q̃ tudo feito o sanCritaó mor fechava o Sacrario, e os Escollas voltavaó hindo o menor Sacristao fichar as cortinas do sacrario e o selebrante p.ª a Sancrestia &.ª

---

estantes, quatro tamboretes, quatro ceriais, a janela que deita para Sansão, as duas portas de entrada para o côro, e o gradeamento que o limita do lado da nave da igreja. *A. M.*

Avia ovtro Custume nos Domingos de todo anno

Naó sendo empedido por algum motivo, e todas Solemnid.es a Comunhaó publica a todos os Novissos, e Escollas, e converssos, q̃ so entaó havia licenca p.a hirem com a sobrepelis comungar á missa do Dia, comungando de dois em dois sahia pella Sacra p.a a sancrestia dar grassas. e q.do vinhao do coro ao Pater Noster. desiaõ pella escada da sancrestia com seo M.e em Comunid.e e se punhaó de juelhos asim mesmo como vinhaó, e os Conversos tomavaó as sobrepelizes, e no fim da escolla algua couza apartados, e o M.e atras feito o signal caminhavaõ, em prociçaó p.a a capella mor onde os Acollitos faziaó a confiçao intuada, recebião a comunhaó como fica dito atraz. Este exercissio hera devoto. e de m.to exemplo; cuido q̃ a Reforma abolio este estillo Antequissimo da nossa ordem Canonica. como se abolió os novissos e professos de *6* mezes estarem na Capella mor p.a ajudarem as missas de juelhos, ou sentados no chaõ, e devedidos algum tanto huns dos outros em duas fileyras, mas como se naõ fazem ja turnos de missas, e dizem pellas Capellas os PP. naó são ja presizos recedant veterat, nova sint omnia. porem naó digo nada q̃ naó sei o q̃ he milhor &.a Em outra parte referirei outras couzas q̃ os Antigos vzavaó com o SS.mo no seo outavario chamado Corpos christi. E no dia 5 fr. Santa &.a e como faziaó as prosisoens. por ora vamos com os vzos do Coro &.a

Do Cantor mor nunca modou o habito Coral. nem podia=

Porq̃ a sua ocupaçaõ hera fazer o compasso p.a o coro hir intoado: so a calenda do natal thomava estolla, e pluvial p.a a cantar; como se vzava direi o Estillo a hora competente sahia do Antecoro da p.te da sancrestia Triufrario, e acolitos com os seriais asezos e elle paramentado com Estolla e pluvial roxo a maó direita do M.e das cerimonias, entravaõ pello coro os P. P. todos desiao aó plano do coro, q̃ estava preparado com alcatifas, e flores. hia o cantor mor com devidos nutos p.a a Estante pequena q̃ estava ornada ficando os acollitos de hua e outra p.te da Estante. fazia o P. G.al insenso q̃ elle ministrava, e naó estando o P. g.al elle mesmo benzia, feito histo, ensensava o livro da Calenda, e o P. g.al desia da cadeira p.a a de baixo do plano e todos em pe

Cantava a Calenda, athe a palavra christus q̃ modava de tom, ao ditto salus homo todos de joelhos punháo boca em terra por algum breue espasso feito signal se levantaua o coro, e acabada a calenda sobiaõ para as suas cadeiras e o cantor mor se retirava como veio, e continuava o calendario o más em o fim da prima Lia o calendario no Livro dos Obitos a memoria dos Irmaos falecidos, e bemfeitores q̃ moreraõ no dia seginte: Vzo santo e caritativo p.ª os viuos se naó esqueserem de seus companheyros, e amigos, com alguns sofragios. o q̃ o Hedomedario comcluia com — Fidelium animæ per misericordiam Dei requiescant in pace.

(Continúa).

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL.

O MOVIMENTO TIPOGRÁFICO EM PORTUGAL NO SÉCULO XVI

(APONTAMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA)

(Cont. do n.º 11, pág. 501)

Sanctæ Elizabet Portugalliæ quondam Reginæ officium. Resendio auctore. Conimbricæ M. D. LI.

8.º, ex.: falto de algumas folhas finais. N'uma das ultimas traz a censura em latim dos tres cathedraticos Ledesma, Paio, Marco Romero.

Bibliotheca Nacional de Lisboa.

A paixã de Jesu xp̃o nosso deos & sñor assi como a escreuẽ os quatro euangelistas: & como a decrarã os sanctos: & doctores catholicos.

Este titulo dentro de uma portada, e por baixo de uma vinheta, muito bem gravadas em madeira.

4.º, 62 fls. numeradas.

No verso do rosto a licença para a impressão, de frei Hieronimo dazambuja, datada de 15 de Fevereiro de 1551.

Na folha seguinte a *Tauoada do que contem este tractado.*

No rosto da 3.ª folha, o titulo dos tres tratados, de que se compõe o livro. No verso uma excellente estampa com a imagem do Senhor Crucificado.

Nas folhas 4.ª, 5.ª e 6.ª: *Proemio pera veremos como he verdade que deos morreo por nos & quanto lhe deuemos por esta obra.*

A 1.ª parte ou tratado termina no verso da folha 45.

Fl. 46 inn., r.: *Elegia a Madanela.*

Fl. 47 inn., r.: *Outra elegia a madanela de outro autor.*

Fl. 49 r.: *Tratado dos proveitos que vem aos homẽs de serem membros de Iesu xp̃o nosso señor, & quam necessaria*

cousa he comesaremos nossas contemplações polla sua sacratissima humanidade.

De fl. 58 v. a 62 v.: *Breve aparelho pera receber o sanctissimo sacramento tirado das doctas & muito deuotas meditações do padre frey Luis de Granada.*

Ex.: da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, tendo pertencido á Bibliotheca Real: descripto nos *Cimelios* sob n.º 116.

Alvari Valasci jvrisconsvlti, lvsitani, Quæstionum Iuris imphyteutici, Liber Primus, seu prima pars. Reperiuntur in initio summa quæstionum capita, & in fine materiarum locupletissimus Index. Olisipone. Anno Domini M. D. LXIX. Cum Priuilegio Regis ad decennium.

Folios, cadernos com marcação de 8.º, A Aiiii, etc., 5 fls. prel. inn., 270 fls., afora Index inn.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Instrviçam & auisos pera meditar os mysterios do Rosairo da sanctissima Virgem Maria. Feitos pello Reuerẽdo Padre Gaspar Loarte doctor Theologo da Companhia de Iesv. (Monogramma da Companhia). *Impresso com licença do sancto Officio, & Ordinario. Com priuilegio real. 1587.*

8.º minimo (parecendo 16.º ou 32.º), sem numeração: cadernos rubricados A A4 até R4. 16 gravurinhas intercaladas no texto.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Theologia ascetica, n.º 718. O sr. José do Canto possue um exemplar.

Em março de 1591 publicou-se em Evora um livro intitulado *Observationes constitutionnum Societatis Jesu,* o qual foi mandado recolher.

N'um manuscripto que se guarda na Torre do Tombo, Armario jesuitico, Relat 24, vem um Summario da Resposta a estas *Observationes.*

Liber de copia verborvm, & rerum. I|✠|S Maria. á Desid. Erasmo. Conimbricæ. Anno C IↃ IↃ XCII. 1592.

Este frontispicio é manuscripto, tendo collado um escudo de armas.

8.º, 3 fls. prel. inn. com o Indice, fl. CXV. Não traz indicação typographica.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Collectorio de diversas letras apostolicas, provisões reaes, e outros papeis, em qve se contem a Instituyção, & primeiro progresso do Saucto Officio em Portugal, & varios Priuilegios que os Summos Pontifices, & Reys destes Reynos lhe concederão. Dividido em sete Titolos como se mostra na folha primeira da Tavoa. (Grande escudo oval com armas episcopaes, e em volta o seguinte distico: *Don Antonius Matos de Noronha Episcopvs Elvensis Inquisitor Gñalis*). Por baixo do escudo: *Impresso em Lisboa nas casas da Sancta Inquisição, per mandado do Illustrissimo & Reuerendissimo Senhor Bispo d'Elvas Inquisidor Geral. Anno Dñi 1596.*

1 vol. folio, 5 fls. prel. inn., contendo dedicatoria e Tavoa dos Titulos, 137 folhas.

Foi collector da obra Bartholomeu Fernandez, Secretario do Conselho geral do Santo Officio.

Bibliotheca Nacional de Lisboa. Reservados.

Constituyçoões feytas por madado do Reuerendissimo senhor o senhor dom Diogo de Sousa Arçebispo & senhor de Braaga Primas das Espanhas.

No verso do titulo principia a Taboa que occupa 2 laudas, no verso da 2.ª folha armas do arcebispo.

Folio, marcação de 8.º, cadernos A Aiiii, 2 fls. inn. xx folios.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

De Henrici Portvgalliæ Regis svccessore.

4.º (marcação de 8.º), 74 pags.

Sem indicação de logar, impressor nem data.

Bibliotheca Publica Municipal do Porto.

Será impresso em Portugal?

ADITAMENTO

ANDRÉ DE BURGOS

Comtemptus mũdi nueuamente romançado y corregido. Añadiose aqui vn breue tractado de tres principales exercicios cõ que se alcança la diuina grã: q̃ son Orõn, Confessiõ y comuniõ. Cõ vna breue regla de vida xp̃iana: cõpuesto por el R. P. frey Luys de Granada de la ordẽ de S. Domĩgo. 1555. — No fim: *A gloria de Jesu Christo haze fin el presente tractado, intitulado Cõtẽptus mũdi, aora nueuamẽte romançado por muy mejor & mas apazible estilo q̃ solia estar. Fue visto y examinado por los muy reuerẽdos señores Inquisidores. E con su licẽcia y mandado impresso en la muy noble & siempre leal ciudad de Euora: en casa de Andres de Burgos, impssor del Cardenal infante. MDLV.*

1 vol., 12.º, 190 fls. sem numeração; sign. aij qvij.

Ex.. da Bibliotheca Nacional de Lisboa e de J. M. Nepomuceno.

Com esta obra e edição costuma andar junta a seguinte, de que Nepomuceno possuia exemplar em separado:

Siguense unas oraciones y exercicios de deuocion muy prouechosos. Recopilados de diuersos y graues auctores por el reuerendo padre Frey Luys de Granada, de la orden de sancto Domingo (1555). — No fim: *Fue impresso este libro de oraciones y exercicios en la muy noble & muy leal ciudad de Evora, en casa de Andres de Burgos impressor del Cardenal infante. Acabose a quinze dias del mes de Octubre del año 1555.*

Espejo d'la vida | humana repartido ẽ sie | te jornadas: aplicadas a | los siete dias de la sema- | na. | Va tambien vn | sermõ do glorioso sam | Bernardo del menospre | cio del mũdo. | Y vn memorial dela | passiõ repartido por sie | te cõtẽplaciones alas sie | te horas canonicas, — Este titulo está n'uma portada de gravura nada primorosa. Por baixo: *Impresso en Ebora con licen-*

cia. — No fim: *Fue impresso ala gloria de dios y de su bẽdita madre, en Ebora en casa de Andres de Burgos a 15 de Setiẽbre de 1574.*

8.°, sem numeração, rubrica aij nv.
Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

ANTONIO ALVARES

Consideraciones sobre todos los Evangelios de los domingos, y fiestas de la qvaresma. Cõ vn breue Paraphrasis de la letra de cada vno dellos. Compuesto por el P. M. F. Hernando de Sanctiago de la Orden de N. Señora de la Merced, Redempcion de captiuos. Dirigido a Don Pedro Fernandez de Cordoua, Marques de Priego, Señor de la Casa de Aguilar. En Lisboa. Impresso con licencia de la Sancta Inquisicion, Por Antonio Aluarez. Año de MDXCVIII. — No fim: *Acabose este libro de imprimir a los quinze dias de Hebrero de 1598. por Antonio Aluarez Impressor.*

Frontispio a preto e encarnado.
4.°, 3 fls. prel. inn., 416 numeradas pela frente.
Licença de Fr. Manuel Coelho.
Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa. N.° 1:116 do Catalogo Ferrão.
Ribeiro dos Santos falla d'esta obra, sem todavia citar o anno (*Manual de Litteratura*, pag. 113).

ANTONIO DE MARIZ

Antonio de Maris deve ter fallecido nos fins de 1599, «porquanto na entrada de 1600, a 4 de janeiro, concedeu a mesa do santo officio de Lisboa a seu *genro e herdeiro* Diogo Gomes Loureiro, impressor da universidade, licença para dar impressão, com as emendas postas pelo revedor, o livro de Mateo Aleman intitulado Guzman de Alfarache, estampado n'aquelle anno nos prelos de Antonio de Mariz». Deslandes, *Documentos para a historia da typographia*, 2.ª edição, pag. 69, nota.

ANTONIO RIBEIRO E FRANCISCO CORREIA

Jesvs. Allegações de direito, qve se offereceram ao muito alto, & muito poderoso Rei Dom Henriqve nosso Señor na causa da soccessão destes Reinos por parte da Senhora Dona Catherina sua sobrinha filha do Iffante dom Duarte seu irmão a 22 de Outubro de M. D. LXXIX. Impressas com licença. Anno 1580. — No fim: *Impressas por Antonio Ribeiro, & Francisco Correa em Almeirim, com licença do supremo Conselho da sancta Inquisição, & Ordinario. Aos 27 de Fevereiro 1580.*

O titulo dentro d'um portico gravado. O anterosto occuppado por um grande escudo brasão em losango.

Folio (marcação de 8.º), A Aiiiij, 4 fls. prel. inn. incluindo frontispicio, 128 folios; o 3.º fol. prel. é uma estampa: arvore genealogica.

FRANCISCO CORREIA

A 2.ª edição dos *Decretos e determinações do sagrado Concilio Tridentino, que deuem ser notificados ao povo, etc.*, foram impressos, segundo se lê no titulo, *em Lisboa, por Francisco Correia, impressor do Cardeal Iffante nosso senhor. Aos dezoito de Setembro. Anno de 1564.*

Innocencio *Supplemento*. Vide 4 de dezembro de 1564.

Segvndo volumẽ del Memorial de la vida Christiana en el qual se contienen los tres Tratados postreros què pertenecen a los exercicios de la deuocion, y del amor de Dios. Compuesto por el R. P. fray Luys de Granada de la orden de S. Domingo. (Gravurinha). *Vendẽse en Lixboa en casa de Francisco Correia impressor del Cardenal, en Valuerde. Anno de 1565.*

8.º, 1 fl. prel. inn., 316 numeradas pela frente.

Ex.: da Bibliotheca Nacional de Lisboa.

Na mesma bibliotheca ha uma obra intitulada *Adiciones al Memorial de la Vita Cristiana que compvzo el R. P.*

Fray Luys de Granada, etc., Salamanca MDLXXXIIII, onde se encontra a seguinte approvação:

«Nos os padres abaxo nomeados por commissam do muyto R. P. Mestre F. Frãcisco de Bouadilla Prouincial da prouincia de Portugal vimos estas adiciões do Memorial da vida Christãa que compos o R. P. Mestre Frey Luis de Granada. Nas quaes nam achamos cousa algũa que nam seja conforme a doctrina catholica da sancta madre ejgreja, mas antes nos parece liuro muyto necessario para as pessoas que querem alcançar o caminho da perfeiçam como foram todos os outros liuros que o sobredito P. compos. Polo qual nos parece dignissimo de se imprimir. En S. Domingos de Lisboa a 25 de Março 1573. Frater Antonius de Sancto Domenico. Frey Bertholomeu Ferreira presentado em S. Theol».

Por esta approvação se vê que houve edição de Lisboa das *Addições*.

(Continúa).

Sousa Viterbo.

TERRAS DE ODIANA

SUBSÍDIOS PARA A SUA HISTÓRIA DOCUMENTADA

(Cont. do n.º 11, pag. 519)

CAPÍTULO XVII

O terramoto de 1 de Novembro de 1755 e a sua influência em Marvão

Depois da Extremadura foi a província do Alentejo uma das que mais sofreu com a sinistra e horrorosa catástrofe que nêsse ano ficou tristemente assinalada no país, sobretudo na sua formosa capital. Em todas as vilas e povoações vizinhas do Tejo foram também ruinosos os seus efeitos, em muitas das quais, como em Castelo de Vide, ficaram destruídas, ou sèriamente abaladas, grande número de casas e a maior parte das suas igrejas.

Pelo que respeita a Marvão e às freguesias do seu termo são curiosas e elucidativas as respostas que os seus párocos deram aos capítulos do inquérito ordenado pelo grande Marquês de Pombal, uma das prontas e sábias providências ditadas pelo seu admirável génio político e administrativo para acudir às circunstâncias e aos males em que essa tremenda catástrofe lançara uma grande parte das povoações do reino. Merecem ser aqui integralmente transcritas essas respostas, cujos originais se guardam no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo; elas constituem o mais interessante e valioso subsídio para a história da influência e dos efeitos que a convulsão geológica de 1755 teve no concelho de Marvão (1).

---

(1) Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — *Arquivo do Ministério do Reino*, maço, 638.

Idem, *Diccionario geografico* do Padre Luís Cardoso, que contém

«Ex.mo e R.mo Snr. — He v.ª Ex.cia servido de mandarme que eu o informe do numero de pessoas que tem a minha freguezia; da hora em que n'ela se precebeo o terremoto do primeiro de novembro proximo passado; da sua repetição, efeitos, e da providencia, que se lhe deu.

.....

«Quanto ao terremotto do primeiro de Novembro digo que he constante por todos os meos parrochianos que nessa freguesia comecou pellas nove horas e meia da manham, e durou hum quarto de hora, pouco menos; e passado pouco mais de meia hora, repetio segundo terremoto de igual impulsso, mas de menos duração; porque esta seria do tempo, em que se rezão dois crédos. Do seu impulsso dizem huns que lhe pareceo vir do levante para o poente, porque do levante correraõ nesse dia impetuosos ventos frigidisimos, e se presuadem mais por verem, que asim as Torres do Convento, como a de Santiago desta villa ambas foraõ vistas varejar para o poente; e da mesma sorte a Imagem grande de Nossa Senhora do Rosario, que está na matriz, foi vista abalarsse para fora da Trebuna com tal excesso que algumas mulheres a forão sobster, por não cahir sendo certo que a boca da Trebuna diz relação ao levante mas por essas mesmas razoens dizem outros, e são os mais, que o impulsso do Terremoto correo do poente para o levante, porque, asim as torres, como a imagem dita, tambem se esbalancavão para o poente, e acrescentaõ que do poente he que foi precebido o cursso do Terremoto, porque dali sentiraõ correr hum estrondo, como de carruagens.

«Alguns querem dizer que o impulsso do Terremoto correo do sul, e se presuadem disso, por verem que a torre da Matriz varejou para o norte; e juntamente porque no Altar mór do Espirito Santo dessa freguesia o qual diz relação ao sul, foi tal o inpulsso, que a pombinha que estava pregada na imagem que he de vulto, saltou fora; e o mesmo fes a Coroa de espinhos que tinha este christo na cabeça de sorte

---

os manuscritos das *Memorias Paroquiais*„ tom. IV, fls. 181, 353; tom. XXVII, fl. 269.

que o celebrante, que nessa ocasião se achava dizendo missa, se vio obrigado a retirarsse com o Sacramento para outro altar colateral, onde foi acabar a missa, e o mesmo movimento se precebeo nas imagens, que foi preciso acodiremlhe porque saltavam para o Sul, e por essa variedade de movimentos todos vistos e precebidos ao mesmo tempo parece a alguns que aquelle tremor de terra, foi mais propriamente convulsão, que terremoto. Examinando porem os seus efeitos, he constante que nenhuma pessoa morreo por ocasião do Terremoto, ainda que o susto a muitos cauzou accidentes; Nos edeficios principais e templos, por força do grande aballo ficaraõ algumas fendas, mas pouco preceptiveis; no campo as paredes dos predios rusticos, quasi todas ficaraõ por terra por serem a maior parte dellas de pedra seca sem cal, nem barro. O Rio de Sever, e todas as fontes bastantemente se turvarão.

«No dia onze de Dezembro seguinte em quinta feira pellas quatro e hum quarto da manhan foi notorio a todos outro Terremoto de igual impulsso, mas somente da duração do espaço de huma Ave Maria. Tem-se observado por alguãs pessoas que desde o primeiro de Novembro athé o dia prezente em todos os quartos de lua, asim antes como depois, tem sido continuos os tremores da terra nessa freguesia, mas tão lentos que de poucos parrochianos saõ todos precebidos; eu que tenho observado o mesmo, acho que nenhum tem passado do espasso, em que se reza huma Ave Maria e pella maior parte saõ precebidos pella noute, em razão do maior socego que à sua precepsão dá lugar.

«Haverá 9 annos que se precebeo n'esta freguesia hum terremoto pellas dés horas da noute, e haverá 22 se precebeo outro pellas sete horas do dia para as oito, e ambos forão de igual impulsso, e durarão o espaço em que se reza huá Ave Maria os quaes eu presenciei, e naõ deixaraõ efeito algum.

«Enquanto à providencia do Terremoto do primeiro de Novembro, comessando por mim, digo, que quando socedeo o primeiro me acharava eu dizendo missa aos prezos em hua capela que tenho em casa; e quando socedeu o 2.º estava eu na igreja confesando, e o que fiz foi abrir o Sacrario e fazer préces ao Senhor com

o povo, e depois exortar os parochianos a fazerem cõfiçaõ geral para remover o motivo da ira de Deos sobre nós, os quais cõfiçoens duraraõ quasi todo o dia, e nos segundos continuei as preces com o clero e povo; e no domingo fez o povo festa à Snr.ª do Rosario em acção de graças com o Snr.º exposto, e sermoens e procição; Depois por ordem de V.ª Ex.cia continuou com as preces todo o clero descalço sahido em todas as noutes da matriz para o convento, onde com os religiosos tomava sua deceplina, e no ultimo dia fez todo povo procição de penitencia com sermão exhortatorio para isso, e finalizousse tudo com hum Triduo de Sacramento e cermoens em acção de graças á Sr.ª da Estrella correndo o 1.º dia por conta do clero, o 2.º por conta dos camaristas e o 3.º por conta dos Religiosos;

«E ultimamente na minha Igreja com todo o clero fiz oficio geral com sermão de exequias pellas almas, que por ocasião dos Terremotos sahiraõ deste reino em graça de Deos para o outro mundo;

«Hé quanto posso informar a V.ª Ex.cia a quem peço a santa benção, e rogo a Deos o guarde muitos annos.

«Marvão, em 23 de fevereiro de 1756.

«De V.ª Ex.cia o mais reverente subdito. — O Prior (a.) *Frei Miguel Viegas Bravo*».

Ex.mo R.mo S. — Da parte de V.ª Ex.ª R.ma me forão entregues huns cappitulos por mão do R.do vigario da vara desta villa para informar sobre os interrogatorios, que em elles se contem, e a noticia que por mim sei, e tenho noticia de pessoas fidedignas, a respeito do primeiro interrogatorio he que em o primeiro dia do mes de novembro da era de mil sete centos sincoenta e sinco annos, pellas nove horas e meia do dicto dia precedendo hum vento algum tanto rijo em a mesma hora veio hum terremoto que durou, quasi hum quarto de hora e em o mesmo tempo estava eu em a Sacristia da Igreja de S. Thiago, e outras mais pessoas, e ouvindo hum rugido como de carruagem, e logo vi, que o pavimento tremia de que todos nos assustamos, e conhecendo que hera tremor da terra dice aos circunstantes, e as mais pessoas que estavão na dicta igreja que pediçem a Deos misericordia para

que se aplacasse com brevidade; e as paredes se abalavaõ ameassando ruina porem ficou a igreja illesa e a este tempo chegou o R.do vigario da vara e eu com elle e o Coadjutor e o mais povo que se achava entoámos o Hymno *Te Deum*, em acção de graças ao Santissimo Sacramento por vermos que hia cessando o dicto terremoto; a respeito do segundo declaro por noticia que tenho, que o impulsso veio do sul para norte e em esta freguezia intra muros não aruinou casa alguá, nem em esta mesma ha Edificios notaveis; a respeito do terceiro digo que não pereçeo pessoa alguá; a respeito do quarto me disem porque eu não vi que alguãs fontes se secarão porem logo entrarão a correr, e outras rebentarão, e que as agoas corrião turvas; a respeito do quinto não sei, e a respeito do sexto não me consta que em o districto d'esta freguezia abrisse a terra algũas bocas, e só rebentarão aquellas fontes antiguas que não corrião como digo assima; a respeito do setimo declaro que eu com os Padres Clerigos adscriptos a esta freguezia entramos logo a fazer preces, e em este mesmo tempo que os principiámos a fazer, me intimou o R.do vigario da vara d'esta mesma ordem de V.a Ex.a para os fazer, os quais fazemos nove dias continuos, e acabados estes, todos os clerigos d'esta villa fizemos procissão tão bem de preces de noite por outros nove dias sahindo da igreja matriz, athé o Convento de N. Sn.ra da Estrella e por fim de tudo se fès hua procissão de penitencia geral, e hum triduo com sermão, Senhor Exposto, e missa cantada, em acção de graças á Sn.ra da Estrella para o qual concorreo o primeiro dia o clero e para o segundo o ministro Secular com as mais pessoas do povo, e para o terceiro os relligiosos do dicto convento da Senhora da Estrella em cujo templo se fes; a respeito do oitavo tenho noticia que tem repetido varios terremotos, porem eu só percebi hum que veio em o dia onze do mès de Dezembro da dicta era, em huá quinta feira pellas sinco horas pella manhã do qual dão noticia varias pessoas d'esta dicta freguezia; porem não causou ruina alguá, porque foi muito menor do que o primeiro e duraria pouco mais de quatro minutos; a respeito do nono tenho noticia que tem havido outros terremotos em esta mesma freguezía, porem eu d'elles não dou no-

ticia por serem muito antiguos, e dizemme que não causarão ruina algúa, constame pello Cappellão da Ermida de S. Sebastiam que esta sita em o dicto monte dos Gallegos, que se achava em o dia do primeiro terremoto lá que em ella fizera maior impressão, que abalou de tal forma as paredes, que as da Cappela-Mor abriraõ alguás rachas, e cahirão alguns rebocos, e que algũas paredes de fazendas em o mesmo sitio cahirão por terra; e a respeito do undecimo affirmo que não se exprimentou falta de mantimentos *immo potius*, abundancia delles, por se abrir porto franco aos Castelhanos para o conduzirem de lá para esta freguezia e todo o reino de Portugal; e a respeito do duodecimo e ultimo interrogatorio assevero que não houve incendio algum em esta freguezia que causasse o terremoto, e esta hé a informassão que a V.ª Ex.ª posso dar, que por mim sei e de que tenho noticia certta, e para tudo o que for do servisso de V.ª Ex.ª fico prompto para o executar. Guarde Deos a V.ª Ex.ª como desejo.

«Marvão, 2 de Março de 1756.

«De V.ª Ex.ª R.ma Obediente Servo. — O Prior Encomendado, (a.) *Domingos Rodrigues Fronteira*».

«Em a madrugada do primeiro de novembro, de mil setecentos sincoenta e sinco anos se vio em o ceo para a parte do norte hũ cometa, em forma sircular que dava grande claridade, e se foi demenuindo, athe ficar na forma de hua lansa, e ao depois se extinguio de todo, com a vista do qual, se asustarão os que virão, e amanhesendo, levantou hũ grande vento, que durou athe as nove horas do dia pouco mais ou menos, a cujo tempo se turvou o sol e vejo hũ grande estrondo, que paresia de carruagens, logo o terremoto tão vehemente, que paresia, se punhão todos os edeficios por terra, com o qual ficarão todos tão asustados, que nem hũ ouve que não emtemdese se sobvertia o lugar em que estava rezão porque não repararão de que parte vinha o mayor empulso, porem os mais desta Freguesia asentão que vejo da parte do poemte, porquanto, algũas paredes que derrubou nos predios rusticos, cahirão para o nascente e no destricto desta Freguesia não fes ruina consideravel porque so abrio algũas paredes das casas que não mostrão perigo, e so

na Igreja parochial desta Freguesia abrio em varias partes principalmente a abobeda da Capella major e arco que serve de fexo em que mostra algũ perigo, mas não morreo pesoa algũa por causa do dito terremoto; no destricto d'esta Freguesia se secarão duas fontes hua chamada a de Maria Viegas, que inda se acha seca e outra a do Pereiro, que pasados alguns dias tornou a deitar agoa como dantes, e neste estado se conserva, as mais fontes turvarão com o terremoto, e logo no dia seguinte correrão claras; o rio Sever que no destrito desta Freguesia divide este Reino do de Castella, correo alguns dias turvo; mais no destrito desta Freguesia senão dá noticia que a terra abrise boca algua, nem que rebentase fonte de novo; na ocasião do terremoto me achava eu na Igreja Parrochial desta Freguesia com alguns fregueses, e logo com elles recorri a Capella de Nossa Senhora dos Remedios da mesma Igreja e postrados de joelhos diante da Imagem da dita lhe cantamos a sua ladainha, e fizemos muntas rogativas para que nos valese com o seu patrocinio pois cada hũ de nos entendia se sobvertia a dita Igreja, e acabavamos naquella hora todos a vida, e tanto que elle pasou ademoestei aos mesmos fregueses para que todos fizesem confisão geral de todas suas culpas, e pasados alguns dias por avizo que tive da parte de V. Ex.ª, Rev.ma fis com o Padre Capellão e mais fregueses provisão de penitencia pello adro da Igreja, em que todos forão com grande modestia e devosão e os ademoestei de que V. Ex.ª Rev.ma consedia quarenta dias de emdulgençia a todos que, nos oito dias seguintes, depois de se confesarem e comungarem, vezitasem a mesma Igreja, pedindo a Deos Nosso Senhor uzase com os pecadores da sua emfinita mizericordia, e por todos os oito dias estive na mesma Igreja com outro confesor, confesando aos que concorrerão, e pasados elles se fes na mesma Igreja festa de missa cantada e sermão e prosisão pello adro da mesma em assão de graças; no dia quadragesimo depois do sobredito terremoto pellas quatro para as sinco da manhã se sentio nesta freguesia outro com grande empulso mas menor que o primeiro, o qual tentão muntos duraria tres menutos depois destes se tem sentido alguns em muntas

noites, mas de tão pequeno empulso que muntos os não tem persebido.

«Alguas pessoas me afirmarão que no anno de mil setesentos e dezaseis em hua noite das quatro para as sinco da madrugada, se sentio hum terremoto mas munto pequeno o qual não cauzou damno algum, e que semelhante a este houvera outro no anno de mil setesentos e trinta e ojto;

. . . . . .

«Nesta Freguesia senão tem experimentado falta de mantimentos por cauza do terremoto, antes depois delle os tem havido com mais abundancia por se terem franqueado os portos de Castella para os poderem pasar para este Reino livres de tributos, e tambem não ouve emcemdio de que as tenha alcansado noticia; Isto he o que pude alcansar de que posso imformar a V. Ex.ª Rev.ma a quem dezejo que de Deos muitos anos.

«Freguesia de Santo Antonio das areias termo da villa de Marvão, 24 de Fevereiro de 1756.

«De V. Ex.ª Rev.ma o mais humilde subdito. — O Padre Cura, (a.) *Manoel Moratto Sanches*».

«Ex.mo e R.mo Snr. — Mandame V. Ex.ca R.ma o informe sobre os interrogatorios copiados na relação, que me remeteo, eu indagando a verdade com a possivel deligencia achei o seguinte:

«Na manhãa do primeiro de Novembro de 1755 houve por estas partes hum grande vento, que vinha de entre o norte, e o nascente, e pellas nove horas do dia *pavrum minusve* principiou o terremoto, que durou hum quarto de hora com tam grande impulsso, que ate os maiores edificios e penhascos se abalavão tanto, que parecião estes se despenhavaõ, e aquelles se demoliam. Precedeo a esta revolussão hum grande rugido, que parecia serem carruagens, que se vinham apropinquando ao lugar em que cada hum estava, por cuja causa ficaram todos tam asustados, que cada hum entendia se sumergia o lugar em que se achava, e que aquella hora era a ultima da sua vida, motivo porque muitos não repararam de que parte vinha o maior impulsso, mas os mais asentão, que veio da mesma parte da onde vinha o vento, que logo socegou com o terremoto; porque as torres, e mais

edeficios todos se inclinavão para o sul, e as paredes, que nos predios rusticos cahirão, foram as que estavam mais expostas ao Norte, e huma pessoa fidedigna me afirmou, que estando em sua caza no monte do Porto da Espada destricto desta freguesia no tempo, em que o terremoto principiou sentira sobre o telhado hum grande estrondo, que da parte do norte caminhava para o sul, e que pella janella da caza vira hir pello ar como hum novello de nuvem negra e baxando junto a hua parede déra hum grande estouro, e derubara a parede, eu a vi cahida, e na mesma caza duas paredes com grandes fendas na direitura por onde dizem passou o estrondo. No destricto desta freguesia abrirão muitas paredes de cazas, mas não he couza de pomderação, porque so huma ficou ameassando ruina, e de prezentemente se acha ja reedificada, e ainda que na mesma ha alguns edificios grandes ficaram illezos, e dà mesma forma as quatro igrejas que ha no destricto da mesma nem morreo pessoa alguma por cauza do terremoto. Logo no dia dous de Novembro me affirmarão algumas pessoas, que ao romper da manhãa do dia primeiro se vio no ceo para a parte do norte hum signal grande como de fogo, que a principio parecia rótrura no ceo, e ao depois se foi diminuindo com varias figuras; outras me dicerão, que ao principio do terremoto virão junto ao castello da villa huma névoa como fumo, que do norte para o sul se encaminhava, por cuja cauza entendião havia incendio no castello onde hé certo o não houve.

«As agoas das fontes todas se turvarão e crescerão alguma couza, sahindo cada huma da cor da terra do citio em que se acha, mas passadas algumas horas tornarão a minguar, e correr claras. A ribeira de Sever, que fica no destricto desta freguesia tambem se turvou e cresceo, e no principal nascimento chamado os olhos d'agoa esteve turva tres dias, e quando aclarou ficou com a mesma agoa, que tinha antes do terremoto; ainda que o destricto desta freguesia tem muita terra baxa e he muito abundante de agoas, e nelle tem a terra abrido varias bocas e com bastante fundura, de que ainda se conservão vestigios no citio do prado, com o terremoto prezentemente nenhuma abrio.

«Logo na ocasião do terremoto não pude dar providencia alguma na minha freguesia por me achar na villa impedido, mas constame que o substituto, que a ella mandei, e os padres capelaens do destricto do mesmo santo, que recobraram esforso do susto, que o terremoto lhe cauzou, cada hum na igreja em que se achava convocou o povo, e renderam as graças a Deos Nosso Senhor pellos ter liviado d'aquelle conflito: Eu recorri logo para a igreja de Sam Thiago desta villa animando aos que encontrava, pellas ruas para que pedissem a Deos Nosso Senhor perdam das culpas, com que o tinhamos offendido, e que uzasse com os fieis christãos da sua Divina Mizericordia, e aos que tinhão sahido da igreja, e estavão juntos a ella fis a mesma advertencia, e ainda ao mesmo Prior encomendado que ali se achava, sem tomar rezolussão alguma e entrei para a dicta igreja aonde só estava o R.^{do} Coadjutor de joelhos junto ao altar maior com o sacrario aberto, e abaxo do suppedaneo duas molheres gritando, neste tempo socegou o terremoto chamei logo o R.^{do} Prior e o thesoureiro da igreja mandei assender a sera, que havia, e por a Pixide como o Santissimo Sacramento a porta do sacrario, e de joelhos cantamos todos o *Te Deum Laudamus* em acção de graças, com assistencia de muita gente que acodio, aos quaes admoestei rendessem ao mesmo Senhor as devidas graças, o que todos fizeram com muita devoção.

«Em hum dos domingos seguintes com alguns clerigos, aquem pedi me acompanhassem fis procissam de penitencia pello adro da parrochial igreja da mesma freguezia, depois de ter exhortado aos meos freguezes a acompanhassem com muita devoção e fossem pedindo a Deos mizericordia para ganharem os quarenta dias de indulgencias que V. Ex.^{ca} R.^{ma} pella sua grande liberalidade e zello das almas concedeo, aos que a acompanhassem, e os admoestei a todos se confessassem e commungassem nos des dias seguintes e vizitassem a mesma igreja para lucrarem outros quarenta dias, que V. Ex.^{ca} R.^{ma} tambem lhe concedeo, e nos dias seguintes fui á dicta igreja com outro confessor para fazermos preces, e confessarmos, aos que concorreram, no fim se fes festa de missa cantada, e sermão, na mesma igreja e procissão pello adro em

acção de graças cuja despeza se pagou com as esmollas que voluntariamente deram os moradores da ribeira destricto da freguesia. Em outro domingo se fez outra semelhante festa em acção de graças na igreja de Nossa Senhora da Esperança do monte da Escuza destricto da mesma freguesia e em outro dia outra na igreja de Sam Simeão do monte do Porto da Espada tambem do mesmo destricto, pagandosse o custo dellas com as esmollas, que voluntariamente deram os moradores dos dittos montes.

«Muitos affirmão que na madrugada do dia onze do sobre ditto mes de Dezembro se sentio no destricto desta freguesia outro terremoto, com grande impulsso, mas de breve duração; e que da mesma forma repetio no dia quatorze, tambem dizem outros muitas repetiçõins em varias noites, mas que são pouco perceptiveis; alguns affirmão que havera nove ou des annos outro com grande impulsso, mas de breve duração, eu neste tempo não estava nesta villa, mas em a cidade de Coimbra aonde me achava, o senti seria pellas oito horas da manhãa, e fes tão grande impulsso na dicta cidade que as relligiosas de Sancta Anna estavão rezolutas a salhir do convento se não parara tam depressa; Hum clerigo dos mais antiguos desta villa me affirmou que haverá sesenta e tantos annos sentio nesta villa outro com igual impulsso ao proximo preterito.

. . . . . .

«Nem huma falta de mantimentos tem nestas partes havido por cauza do terremoto, antes cresceo abundancia com os muitos que tem entrado de Castella; tambem nam houve incendio algum.

«Como vigario da vara passado o dia do primeiro terremoto ademoestei aos parochos e mais clerigos desta villa para que fizessem preces publicas nas duas igrejas Parrochiaes da villa as missas conventuaes, e porque, tendosse principiado, tive logo ordem de V. Ex.ca R.ma para as mandar fazer da mesma forma com o additamento de que tambem se fizesse procissão de penitencia, e com a graça de quarenta dias de indulgencias, que com grande liberalidade fes merçe de conceder aos que a acompanhassem logrando a Deos Nosso Senhor uzasse da sua infinita mizericordia com os peccadores, e com as molheres, que re-

colhidas em suas cazas no tempo da precissão fizessem as mesmas rogativas, e a todos que nos oito dias seguintes depois de se confessarem e commungarem vizitassem huma das parrochiaes da dicta villa e fizessem a mesma rogativa, se continuaram as dittas preces ás missas conventuaes sette dias, e findos elles, continuou o clerigo em communidade outros sette dias ao Convento de Nossa Senhora da Estrella de noite, descalços e na igreja delle, junta a communidade dos relligiosos havia desciplina, e ao depois se recolhiam da mesma forma para a igreja matriz daonde sahiam; fesse a procissão de penitencia em hua sesta feira a noite com muito socego, e devossão, para o que houve primeiro na igreja matriz de onde sahio sermão de Exhortação, a esmola da qual satisfez o clero; continuaram as confissoins communhoins, e vizitaçoins das igrejas parrochiaes pellos oito dias, e no fim se fes na igreja do convento de Nossa Senhora da Estrella hum triduo, com o Santissimo Sacramento exposto, missas cantadas, e sermoins em acção de graças, o custo do primeiro dia correo por conta do clero, o do segundo pella da communidade dos relligiosos, e o do terceiro pello do povo. No fim de tudo fes o clero hum officio geral, com sermão na igreja matriz por alma dos que faleceram no terremoto, e ao depois se fes outro officio pellos mesmos na igreja de Sam Thiago, e tambem sei que alguns clerigos disseram missa gratuitamente por alma dos mesmos no dia do primeiro officio, a cujas acçoins movi os parrochos e mais clerigos pella insinuação, que tive de V.ª Ex.ca R.ma

«Nam pude alcansar mais noticia de que possa informar a V.ª Ex.ca R.ma aquem pesso me conceda a sua santa benção e a quem desejo guarde Deos muitos anos.

«Salvador da Aramenha, 23 de Fevereiro de 1756.

«De V. Ex.ca R.ma Subdito o mais humilde, e criado mais obrigado. — O vigario da vara e parrocho do Salvador, (a.) *João Rodrigues Ramillo.*

«Ex.mo e R.mo Snr.e — Ordename V. Ex.ca R.ma o expor o suseso do terremoto do primeiro de novembro de 1755 os effeitos que cauzou; e as novidades que em o mesmo se sentirão com geral admiração de

todos tanto nesta como em as mais provincias e reinos; em os quais se exprimentou o mesmo no tremor, ainda que em as mais partes com menos nos estragos, e ruinas que o ditto terremoto, e outros mais que se seguirão e tem produzido; referindo porem os que nesta freguesia de S. Julião da villa de Marvão, e de que sou indigno parrocho, se sentio e exprimentou segundo o limitado da minha esphera respondo asim.

«Com o primeiro de novembro de 1755 pellas nove horas da manhã pouco mais ou menos se sentio hum rugido extraordinario, ao qual se seguio hum tremor de terra, casas arvores e todas as creaturas contaõ pellos movimento de hua e para outra parte que tudo se movia com tanta facilidade visivelmente, como pode moverse hua pena de hũ para outro lado; cujo tremor e estrondo continuou por espaço de dezaseis minutos pouco mais ou menos; admirandose neste tempo o luzir do sol; pois atenta acobardia, com que dispendia as suas luzes se vinha no conhecimento que padecia algum genero de eclipse seu illuminar. Questionasse se este tão grande como nunca visto terremotto em esta provincia foi cauzado por cauza natural; e neste pensar falando todos com douta pena, e larga erudição concordão em que ha terremotos cauzados por cauzas naturais, e que estes se gerão nas partes em que ha os minerais; e que os vapores que estes exhalão com algum ar intremedio compellido tudo se esforça, e entra a buscar sahida para se dezoprimir; e que por toda a parte por onde passa fás tremer a terra athe achar na mesma terra sahida, em a qual tem cauzado muitas ruinas nas grandes cavernas e survedouros que abre; mas todos os exemplos que para comprovarem o seu acerto trazem, nenhum tem semelhança com os infaustos susesos, que neste se exprimentarão como exprimentaram como dolorosamente choram Lisbôa, Setubal, as mais das terras de ariba Tejo, o reino do Algarve e muitos mais de Portugal, em as quais se admirão os nunca vistos estragos em terremottos, tanto na perda das vidas de infinitas pessoas, como na fatal ruina de muitos edificios, e predios; por cujo motivo apartandome daquella sentença e devidas observacoins, que se tem feito, e o tempo nos tem mostrado asás pa-

tente discorro que este terremotto foi cauzado por impulsso sobrenatural, em o qual Deos Padre Nosso tão justamente ofendido da nossa ingratidão nos quis mostrar huma leve demonstração do rigor da sua justiça o qual paçaria a mais, se os rogos de Nossa Senhora e dos seus santos naõ sahisem ao encontro a execução deste tão bem merecido castigo; como piamente devemos crer, sendo atendiveis as noticias a fama publica das maravilhas, que a Senhora obrou nesta ocasião, as quais se fizeram nottas aos mundanos; permita Deos que este castigo dado por beneficio se imprima na consideração de todas as creaturas para que tendo o melhor dezpertador das consciencias sirva de freio para as culpas, e escada direita que nos conduza á Bemaventurança. Percebeosse que o estrondo dispugitivo do terremoto veyo do poente e desta parte se principiarão os corpos a mover para o nascente e depois se movião igualmente de hũ para outro lado, sem mais demora, nem viollencia desta, que d'aquella parte.

«Em esta freguesia não houve ruina consideravel, porque suposto que algumas casas tivesem detrimento este foi leve.

«Em toda a freguesia não pereceo pessoa alguma.

«Tem a freguesia hua grande ribeira chamada Sever em a qual se vio a novidade que as agoas sobião a grande altura divizandose a cada passo artificiaes repuchos na aparencia; ha na dita freguesia hũ grande nascimento de agoa, o qual dezamparando o natural sitio donde emanava rebentou na distancia de 6 varas na parte inferior da terra, e só passados seis dias tornou á antigua cituação: ha tambem dous nascimentos semelhantes os quais na dicta ocasião cresceram tanto na abundancia que cada hũ lançaram tanta como ambos juntos e asim se conservarão lançando agoa rubicunda, e só no fim de seis dias se restituirão ao antiguo estado.

«Não abrio a terra boca algũa, nem fonte algũa de novo rebentou. Em esta freguesia houve jubileo de 8 dias em o qual se confesaraõ muitas pessoas fazendo no fim delles provisão de penitencia. Em o dicto dia houve terremotto tranzitorio pellas onze do dia, e outro tal pellas des da noute, no 8.º houve outro; no 4.º outro muito grande com as mesmas dispo-

zicoins do primeiro e depois destes se tem seguido muitos mais em nenhũ houve perjuizo.

«Não ha memoria que em tempo algũ houvese na dicta freguesia terremottos.

. . . . . .

«He o que posso informar a V. Ex.ca R.ma nesta P.ar S. Julião de Fevereiro 24 de 1756.

«De V. Ex.a R.ma Menor subdito. — Padre, (a.) *José Antonio de Souza*».

(Continúa). P. M. Laranjo Coelho.

CARTAS DE JOSÉ DA CUNHA BROCHADO AO CONDE DE VIANA, D. JOSÉ DE MENESES

(1705-1710)

(Cont. do n.º 11, pág. 526)

LIX

Ex.^mo Sñr. Esta vez hade V. Ex.ª sofrer hũa carta de má letra e de peyor nota, porq̃ a esta hora tudo hé alvoroço de salvas, e de repiques, tudo tumulto, e tudo confuzam, e naõ tenho nem q.^m escreva, nem juizo e tempo p.ª escrever.

Antes q̃ tudo agradeço a V. Ex.ª esta carta de 22 de Out.º, e a m.^ce, e honra q̃ fez a meu sob.º (77), q̃ q.^do naõ tirara da Universid.^e mais q̃ a honra, q̃ V. Ex.ª se dignou fazerlhe, lhe bastaria p.ª mais util formatura. Ontem 26 entrou a Raynha com sete dias de viagem, ficou em S. José a rogo Seo p.ª se remeter hũ pouco do enjôo do mar, e hoje pello meyo dia se fez o navio á vella, chegou diante do Forte pella hũa hora, e ElRey depois dos comprim.^tos ordinarios a foi buscar hũ pouco tarde, naõ sei a razam, nem a etiqueta.

A R.ª hé mais q̃ de ordinario parecer com mag.^e, e bastante soberanîa; fala Latim, Italiano, Francez, e Espanhol; tem m.^ta pied.^e, e religiam, ama a cassa, e o exercicio, q̃ ella traz comsigo. Todo o passo se encheo de capas negras forradas de Lô, q̃ pareciaõ as estolas dos nossas R.^dos Conegos. Aparecerao algũas cazacas da cometiva do Embax.^or, q̃ honraraõ a festa. Finalm.^te S.^r tudo se fez como se costuma fazer sempre correndo, e sempre preça, como q.^m naõ sabe o q̃ faz. Houve questam com as Damas sobre

---

(77) *António da Cunha Brochado*, natural da Baía, filho do desembargador Belchior da Cunha Brochado. Cf. Joaquim Manuel de Macedo, *Anno Biographico Brazileiro*, vol. I (Rio de Janeiro, 1876), pág. 473-474.

a precedencia da Duqueza, e porq̃ se rezolveo contra ellas quizeraõ recolherse, mas oiço q̃ cederaõ algũas ou todas. As pessoas Reyaes haõ de cear em publico, e eu me naõ atrevi a esperar pella funçam, espero outro dia lograr esta honra. Tudo isto hé nada, se V. Ex.ª aparecera naq.la ponte segurolhe q̃ lhe haviaõ de lançar os chapéus p.ª o ar, e naõ havia pessoa de toda a qualid.e, q̃ naõ dezejasse a V. Ex.ª, e q̃ naõ dissesse, q̃ só V. Ex.ª honrava a naçam naq.les publicos: naõ me reprehenda a modestia de V. Ex.ª, porq̃ naõ faço mais q̃ referir o q̃ ouvi. P.ª o corr.º proximo direi mais algũa individuaçam desta gr.de festa, e entretanto leya V. Ex.ª as gazetas incluzas, e receba Joam de Souza a seos pés, q̃ a esta hora chega a esta caza, e eu sempre ás ordens de V. Ex.ª como devo. D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 27 de Out.º de 1708.

LX

Ex.mo Sñr. V. Ex.ª me continua a honra de se lembrar de mim nesta Sua carta de 29 de Out.º, q̃ eu agradeço com o profundo reconhecim.to da bondade de V. Ex.ª

Acabaraõse as luminarias, mas naõ se acabaraõ as festas, e as demonstraçoens de alegria, porq̃ athé hoje se naõ abriraõ os Tribunais correndo o expediente da justiça pella mam larga dos alvoroços da graça. Dizem q̃ teremos o 1.º dia de toiros em 10 do corr.te, e q̃ passada esta festivid.e hirá a R.ª á Metropoli render vassalagem a D.s; porem como este acto deve ser o 1.º antes de aparecer em publico, suponho q̃ os toiros ficaraõ p.ª o fim do mez esperando q̃ os arcos se aperfeiçoem apezar dos ataques do Inverno, q̃ naõ deixa continuar a obra. Alguns dos toireiros á imitaçam da embaxada toireaõ com thezoireiro. Em 3.ª f.ra passada foraõ os Tribunaes beijar a mam a ElRey, e depois á R.ª, q̃ estava em hũa bela caza debaxo de hũ docel rico assistida de Damas, hũas bem parecidas, e outras de menos q̃ ordinario parecer, principalm.te as duas Alemans, q̃ por fazer honra a R.ª saõ de hũa excelente feald.e, mas nem por isso deixaraõ de ser bem dotadas.

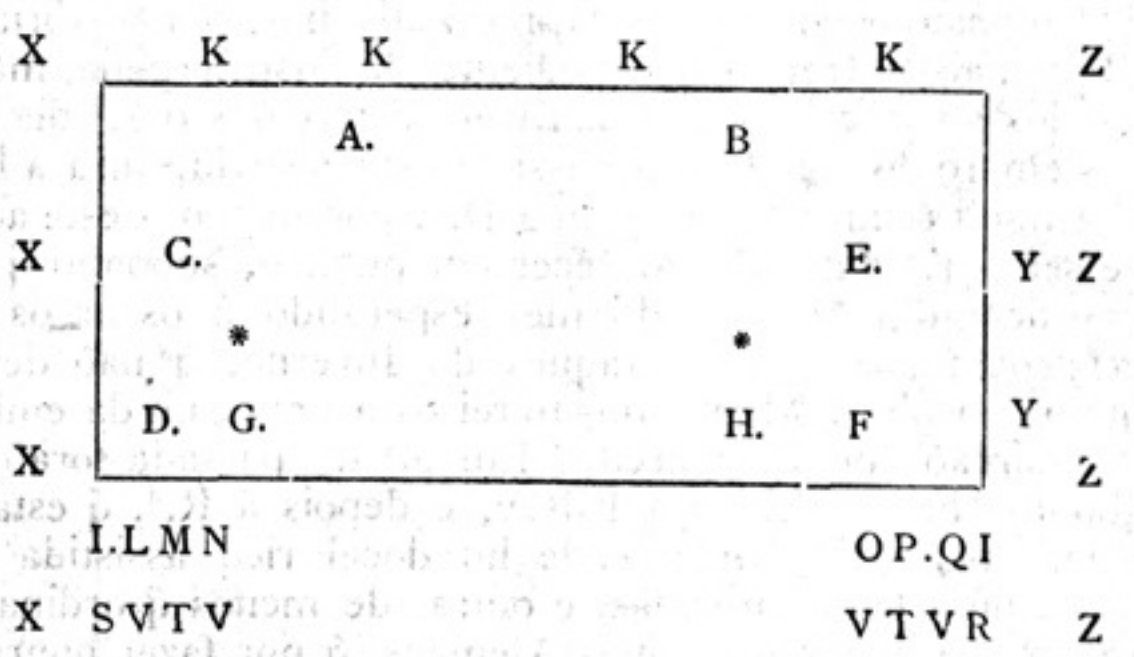
A R.ª tem todas as virtudes, q̃ saõ necess.as p.ª fazer, e constituir hũa perfeita Mag.e, e assim parece q̃ o mostrou na controversia das Damas. Naõ tem aq.la elevaçam Austriaca, Augusta, e Cezarea, q̃ costuma dominar nas Princezas de sua caza, antes parece docil, e benigna com hũ gr.de fundo

de equid.ᵉ, e temor de D.ˢ, e entendo q̃ tem Portugal hũa R.ª, q̃ ElRey merecia, e q̃ os Portuguezes naõ merecemos. Athé agora naõ sei circunstancia, ou novid.ᵉ algũa da nossa Corte, q̃ comunicar a V. Ex.ª

Tudo no Paço hé gr.ᵈᵉ, e profuzo, m.ᵗᵒ jantar, e m.ᵗª cêa em publico (78), cada hũ interpoem seo parecer, e cada hũ

---

(78) D. João V foi o último rei que comeu em público, precisamente nos primeiros tempos do seu noivado. Com êle morreu, segundo cremos, esta velha usança, de pantagruélica memória. Não teve, como D. João II., a preocupação de deslumbrar com a exibição das vitualhas, como nesse fantástico festim das bodas do príncipe D. Afonso em que «logo á entrada da mesa veio uma grande carreta dourada, e traziam na dois grandes bois assados inteiros com cornos, mãos, e pés dourados, e o carro vinha cheio de muitos carneiros assados inteiros com os cornos doirados...», segundo o saboroso relato de Garcia de Resende *(Chron. do Principe D. João II*, cap. 123), mas antes de mostrar o prestígio da sua realeza. João Baptista de Castro legou-nos a seguinte descrição dêstes banquetes de D. João V: «A primeira cea, e jantar se deu na casa da Galé, e foi de grande esplendor, disposição, aceio, e apparato, tinha a meza de comprido 14 palmos e meio, e de largo seis e meio. Constava de quatro cobertas de vinte e um pratos cada uma: as tres primeiras de cozinha, e a ultima de doces, e frutas. A disposição era nesta formalidade, segundo o mappa que vimos em casa do excelentissimo conde do Redondo.



A — Lugar do Talher delrei N. Senhor. B — Lugar do Talher da rainha Nossa Senhora. C — Lugar do guardanapo do senhor infante D. Francisco. D — Lugar do guardanapo do senhor Infante D, Antonio. E — Lugar do guardanapo da Senhora Infanta D. Francisca. F — Lugar do guardanapo do senhor Infante D. Manuel. G — Primeiro aviamento de trinchar. H — Segundo aviamento de trinchar. II — Moços fidalgos com abanos. L — Lugar do veador. M — Lugar do mantieiro. N — Lugar do primeiro trinchante. O — Lugar do segundo trinchante. P —

julga como lhe vai na festa. O S.r Marq̃. de Cascaes teve a direcçam da semetria dos pratos, em q̃ fez singular serv.º a ElRey, e queira D.s, q̃ se lembre delle p.a a Embaxada de Roma. O Conde de S. Vicente hé Prezid.te do Cons.º Ultramarino com gr.de contentam.to do povo, e nobreza. O Marq̃. das Minas teve hũ prezente da R.a de Inglaterra, q̃ se compunha de hũa joya com o seo retrato, q̃ huns avaliaõ assim, e outros assim, e eu sem a ver tambem a podera avaliar. Esta liberalid.e da R.a respeitou a gr.de atençam com q̃ o Marq̃ tratava as tropas, e os officiaes daq.le Reino. V. Ex.a dezejava saber as pessoas q̃ vieraõ com a R.a a Portugal, e no livrinho incluzo do mez de Agosto achará V. Ex.a os seos nomes, e as suas qualid.es V. Ex.a bem sabe, q̃ nesta Corte se comprimentaõ os Embaxadores por hũ fidalgo razo, e nesta ocaziam se mandou comprimentar o do Imperio (79) por Luiz Jose o Fole, e suponho q̃ ninguem reparou nesta escolha; eu entendo q̃ ella teve origem de q̃ em Viena fez a mesma funçam o Conde Resel, q̃ naq.la Corte tem igual graduaçam. Naõ gabo o nosso despique em hũa bacatela imperceptivel. De Flandres ainda naõ há noticia da tomada de Lila, mas eu me persuado, q̃ a Cid.e estará rendida, e q̃ o Castello, ou Cidadella ficará bloqueada neste Inverno. Façame V. Ex.a o favor de me concervar na sua graça, como procura merecer o meu resp.to, e a minha obediencia. D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 3 de Nov.º de 1708.

LXI

Ex.mo Sñr. Bem me peza q̃ V. Ex.a haja de ter ainda a pena de ler a desformid.e da minha letra sobre a paciencia, com q̃ ouve a desordem dos meus discursos. Mas V. Ex.a, q̃ teve a bond.e de hir ao Coll.º dos Trinos (80) a honrar

---

Lugar do servidor da toalha. Q — Lugar do mestre sala. R — Lugar do copeiro mór. S — Lugar do escrivão da cosinha. TT — Dois moços da camera, com pratinhos. VV — Moços da camera, que servem á meza. XX — Lugar dos titulos. ZZ — Lugar dos officiais da casa. YY — Fisico mór e cirurgião mór. KK — Lugar das senhoras, que acompanharam a rainha nossa Senhora.

** — Girandolas, ou serpentinas de Luzes».

Cf. *Mappa de Portugal Antigo e Moderno*, 3.ª edição. Lisboa, 1870, tom. I, pág. 267-268.

(79) Bispo de Lubiana.

(80) Colégio conimbricense dos *trinitários*, ou religiosos da Santís-

meu sobr.º dandolhe o milhor grau, q̃ elle pode adquirir na Universid.ᵉ, hé certo q̃ hade uzar comigo da mesma generoza equid.ᵉ, com q̃ costuma sofrer, e honrar.

Tambem V. Ex.ª nesta sua carta de 5 de Nov.º escrita de Condexa ouve os repiques de Lx.ª, e vê q̃ as suas luminarias, mais venerando a cauza q̃ deixandose levar do alvoroço, como costuma fazer o povo, q̃ se alegra por oficio, e naõ por discurso.

Eu sigo a Corte de longe, louvo as suas maximas, e rogo a D.ˢ, q̃ tudo soceda á medida das Suas propoziçoens. Tudo continúa a ser magnifico, m.ᵗᵃ despeza, m.ᵗᵃ abertura, continua o concurso. Smg.ᵉ fez entender q̃ o queria, cuidase em q̃ haja jogo, e naõ falta q.ᵐ diga, q̃ assim se faz nas mais cortes: eu oiço tudo, naõ afirmo por naõ mentir, mas naõ sei se minto por calar. No Paço houve reforma dos trages, ou das caudas, e outras advertencias, de q̃ naõ estou bem informado; porem ElRey N. S.ʳ, cujas ideas saõ gr.ᵈᵉˢ, quer q̃ se imite o q̃ hé bom, e q̃ tudo se dirija pellas cortes extrang.ʳᵃˢ, em cuja pintura cada hũ debuxa como se lhe antoja, e assim a reforma hirá em augm.ᵗᵒ cezareo, galico, e anglico com mescla de antigo portuguez nas Donas de honor. Os Alemaens, q̃ vieraõ com a S.ʳᵃ R.ª fazem o petit maistre, comem bem, mas naõ sei se fiado. O S.ʳ Conde do Redondo na despeza desta meza fez crecer a gloria d'ElRey com gr.ᵈᵉ satisfaçam dos ventres tudescos, q̃ em recompensa hiraõ dizer de nôs o q̃ costumaõ dizer de todos. Oiço q̃ os Viadores antigos da caza da R.ª renunciaraõ esta honra, e q̃ o Duq̃ padece novas melancolias. Queriaõ q̃ o 1.º dia de toiros fosse em 12 deste mez, mas a chuva contramanda esta ordem, e temo q̃ esta festa se naõ logre, naõ pella perda publica, mas pella falta p.ᵃʳ da propina, q̃ hé o q̃ tiro desta gloria. Entraraõ duas naus da India, hũa de Goa com o V. Rey, e outra de Thimor com bastantes loiças segundo dizem: a frota do Rio ficou sem comboy; a de Pernambuco ficou em trabalho, porq̃ deo com Francezes, e nesta hora estará toda rendida, como dis hũ navio da sua concerva, q̃ hoje entrou; queira D.ˢ q̃ naõ tenha a mesma sorte a do Rio, q̃ traz o lastro de oiro. Nos navios, q̃ tem chegado, se achaõ mais de 500 arrobas de oiro, mas esta abundancia hé a mayor esterelid.ᵉ daq.ˡᵉ Estado, sobre cujos

---

sima Trindade. Macedo, na *ob. cit.* na nota 77 diz que António da Cunha Brochado estudou humanidades no colégio dos jesuítas.

intereces se cuida m.to pouco na prez.te conjunctura, em a qual baixou hũ decreto ao Cons.o Ultramarino, p.a q̃ no seo palanque tivesse assento o Irman de Diogo Luiz, ainda q̃ naõ tivesse voto. Tambem veyo outro ao Cons.o da faz.da p.a se venderem os off.os de Prov.or dos Armazaens, da moeda, Almoxarife dos fornos, e Prov.or da faz.da do Rio, e esta rezoluçam se venceo contra o voto do S.r Marq̃ velho, q̃ instou fortem.te contra a venda dos Off.os Tenha V. Ex.a saude p.a vir beijar a mam á R.a, e concerveme na Sua pied.e D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 10 de Nov.o de 1708.

LXII

Ex.mo Sñr. A esta hora chego de ver o 2.o dia de toiros, e naõ posso escuzar a V. Ex.a a pena de ler hũa letra mais perversa do q̃ elles. Quizera eu, q̃ o agradecim.to a esta carta de V. Ex.a de 12 de Nov.o fosse de tanto aparato como o da Praça, e da Corte, mas receba V. Ex.a as humildes expressoens do meu resp.to, e será p.a mim a milhor sorte deste dia. V. Ex.a bem sabe já, q̃ a Praça se fez igual, e uniforme, ao menos naõ faltou regularid.e nas coizas inanimadas. Gr.de concurso, gr.des equipagens, passeyos afectados, cocheiros imperitos, e todo o triunfo foi dos q̃ chamam chascos, q̃ V. Ex.a conhece milhor q̃ eu. O balcam d'ElRey hé magnifico; nelle apareceraõ 5 mag.es, porq̃ na mesma linha, e nos mesmos assentos assim haviaõ de parecer: cada Corte tem sua etiqueta, mas naõ sei se esta hé milhor, ao menos na admiraçam dos vassalos eclipsa o resp.to, e confunde a soberanîa, de q̃ nacem bem maus efeitos. Depois da funçam da guarda, em q̃ D. Felipe o fez, como pareceo á contadoria, entrou o Conde do Rio, e andou com m.ta atençam, e pareceo m.to bem aos toireiros velhos, como eu, q̃ o sou do tempo de Ant.o Galvam. A festa começou pellas 10 horas, e acabou pellas 4; nem antes, nem depois houve, nem haverá taõ longo dia. Hoje honrou a praça o Conde de S. Lourenço, porq̃ S. A. quis, q̃ fosse hoje o seo dia contra a vont.e d'El Rey, q̃ o deferia p.a 2.a f.ra Toda a praça esteve cheya de criados do S.r Infante, e o Conde andou, como da outra vez, naõ quis q̃ descançassem os toiros, nem elles o cançaraõ m.to O Conde de Pombeiro com a memoria de seo gr.de Pay. Todos os Capitaens, e toireiros fizeraõ duas cortezias á S.ra Duqueza D. Luiza, coiza q̃ só em Portugal tem exemplo, porq̃ em publico diante d'El Rey,

naõ recebe este obsequio Princepe algũ, ainda q̃ fosse legitimo. Ultimam.te só direi a V. Ex.a, q̃ naõ houve nada de raro, tudo socedeo como V. Ex.a já tem visto. A provid.a naõ tem moldes novos p.a estas solemnid.es, e as coizas sempre se repetem por hũa necess.a circulaçam de acontecim.tos O ponto era ver a V. Ex.a na janela mandar, e fazer o destino da festa (81), e creya V. Ex.a, q̃ se aparecera naq.la hora, q̃ havia de ver mais lenços arvorados, q̃ o proprio cavaleiro. Se V. Ex.a dezeja saber q.do El Rey me fez m.ce do lugar de Proc.or da fazenda, caza, e estado da R.a com faculdade de votar nas materias, em q̃ naõ tivesse dito como Proc.or, direi a V. Ex.a, q̃ a carta se passou por rezoluçam de Smg.e de 26 de Fev.o deste anno, e tomei posse no ultimo de Março. Agora por morte de Luiz Pimentel passo a Cons.ro, e a R.a hade prover o lugar de Proc.or, mas o augm.to naõ importa mais q̃ 20 mil reis: isto hé tudo o q̃ sou, sendo o mais estar na obed.a, e rezignaçam de V. Ex.a D.s G.de a V. Ex.a m.s a.s Lx.a 17 de Novembro de 1708.

LXIII

Ex.mo Sñr. Naõ tenho materia, com q̃ divertir a V. Ex.a em agradecim.tos desta carta de 19 de Nov.o, em q̃ V. Ex.a com a sua costumada bond.e me repete este nunca assaz merecido favor. Acabaraõ se os toiros, como dis a copla, mas naõ se acabou o pezar de ver o mau socesso, com q̃ o Visconde encheo aq.le seo ultimo dia. Bom e gentil cavaleiro, com m.to ar, com m.ta compostura, mas os toiros, q̃ naõ eraõ p.a dar cuid.o, investiaõ taõ mal, q̃ lhe naõ deixaraõ lograr sorte algũa, e q.do quebrava algũ garrocham era com a recompensa de hũa boa pancada, e emfim tudo houve, de queda, de passagens falsas, e de outros dezagrados, de q̃ o Visconde naõ era merecedor. Este fidalgo levou 20 negros com as cartas de alforria no braço direito; eu lhe naõ aconselhara esta liberalid.e, porq̃ a terra está bastantem.te provida de chocolateiros, e naõ necessitava agora desta recruta

---

(81) Dentre os festejos a que o casamento de D. João V deu lugar, as toiradas realizadas no Terreiro do Paço foram das mais afamadas. Tem-se dito, porém, que era o Conde de Viana, quem dava as ordens para a corrida — o que é inexacto, como prova esta carta. Cf. Conde de Sabugosa, *Embrechados*, 3.ª ed. (Lisboa, 1921), pág. 44.

de pobres. No dia seg.te houve hũ fogo portuguez, q̃ pareceo do Alentejo pella lentidam com q̃ ardeo; foi feito pellos mesmos oficiaes em emulaçam do outro, q̃ hé invento de hũ Carlos Gemac gr.de fabricante, e engenh.ro Este 2.º fogo, q̃ hé o reyal, se começa a armar no terreiro do Paço, nelle se trabalha desde o mez de Mayo, e chegará a 80 mil cruzados, q̃ hé hũa despeza m.to luzida, e bem empregada. O Paço vai por diante com a magnificencia, e concurso, e me dizem q̃ a nobreza moça anda satisfeita de ver tantes luzes, e todos se prometem gr.des vantagens. O passeyo de tarde hé numerozo, cada carruagem vai p.ª seo cabo, como se jogassem as escondidas, de q̃ se segue hũ luzido ambaraço, e nobre detrim.to das pobres ceges. Chegou hũ Paquebot, e naõ tive mais q̃ essa carta, q̃ hé antiga havendoas de Holanda de 6 deste mez. Lila se rendeo em 23 do passado por capitulaçam, e o marichal se recolheo ao Castello com 3 mil homens, aonde se defende, mas naõ fará longa rezistencia. França perde a guarniçam, mas a Liga deixa no campo 20 mil homens. Feita esta expediçam trataõ de reduzir Gante, e Bruges p.ª socego do quartel de Inverno, e ficaõ as coizas como estavaõ no principio da campanha emq.to á cauza final. O Emp.or retirou p.ª Ferrara as tropas q̃ tinha no Piamonte p.ª impedir os progressos, q̃ podem fazer as de S. Santid.e Ainda naõ posso entender qual será a sahida desta disputa, porq̃ naõ haverá gr.des socorros, nem p.ª o Emp.or, nem p.ª o Papa pello estado, em q̃ se achaõ os Principes da Europa, e assim naõ desconfio de algũ acomodam.to, sendo q̃ Viena, e Roma saõ Cortes m.to tenazes em largar dir.tos, e ceder de posses, e o mundo está em diferentes maximas das q̃ se praticavaõ em Alemanha no seculo decimo, e nos trez seg.tes Naõ sei como vamos no Alentejo, aonde o inimigo entrou á falsa fé, e levou ás escondidas tudo q.to achou, q̃ era tudo o q̃ havia. Perdoe V. Ex.ª a desatençam de hũa carta longa sem nova algũa relevante, e concerveme a séos pés. D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª 23 de Nov.º de 1708.

LXIV

Ex.mo Sñr. Hé inutil ao meu esforso poder achar expressoens p.ª o meu agradecim.to ao continuado favor, com q̃ V. Ex.ª me honra nesta sua carta de 26 de Nov.º, e assim fique toda esta despeza de favores por conta, e risco da generozid.e de V. Ex.ª A Raynha N. S.ra ainda espera por alguns

aparelhos de magnificencia p.ª fazer com devoçam mais pompoza a homenagem da Sé, porq̃ nem o aparato do fogo está armado, nem a carroça está prestes; porem entretanto se diverte a Corte com m.tas assistencias, e m.tc cortejo. A meza d'El Rey se cobre trez vezes, sendo o ultimo servisso todo de maças, em q̃ aquelles animaes mascarados tem a pena de naõ verem nem serem vistos. Esta moda de servir parece q̃ hé nova, porq̃ naõ ouvi athé agora, q̃ os Princepes se servissem na sua meza de tropas encubertas, podendo ter seo lugar na 1ª, e na 2ª linha, q̃ hé o 1º e o 2º serv.º do cozido, e do assado, a q̃ se reduz toda a formatura do exercito da gula.

Tambem vi q̃ El Rey espera m.to tempo q̃ lhe dem agoa ás maõs, e depois de sentado tambem espera bastante tempo, q̃ a meza se cubra, e isto mais parece lizonja, q̃ dezatençam, porq̃ os criados de Sm.e ouviriaõ dizer, q̃ emq.to se espera na meza naõ se faz hũ homem velho. No mesmo tempo se acordaõ estas dissonancias com a armonia dos instrum.tos, e das vozes, q̃ se ouvem na antecamara da R.ª, aonde frades R.dos, e clerigos sezudos cantaõ motetos m.to alegres, em q̃ as alcatifas saõ as prim.ras prejudicadas. Eu como Proc.or da R.ª tive a honra de lhe falar hũ destes dias, fiz lhe o meu comprim.to em francez, e a d.ª S.ra me respondeo na mesma lingua com m.to agrado, e descriçam, e foi a 1ª, e unica vez, q̃ fui ao Paço a tingir com a minha beca a alegria de tão especiozas salas, aonde me dizem, q̃ há gr.des disputas entre os Cavalh.ros sobre a constituiçam da nova Corte, porq̃ huns querem, q̃ as Senhoras se deixem ver, e venhaõ conversar com elles nas antecamaras, q̃ joguem, e q̃ bailem sem destinçam de sexo, e de id.e, outros pello contr.º pregaõ retiro, silencio, e recato, e detestaõ com politico anathema o comercio reciproco de Damas, e Cavalh.ros, ainda q̃ seja em prez.ª da mesma Diana. O partido dos 1.os tem por seo gen.al o S.r Conde da Ericeira, q̃ se defende com cronicas antigas. O 2º partido tem na frente o Conde de Vimiozo illustre defensor do mais purificado decoro. Estes argum.tos passaõ a ser profia, e tudo o q̃ se conclue vem a parar em dezuniam, e queixa. As artes da Corte naõ saõ taõ faceis de aprender, e de executar como cuidaõ estes cavalh.ros nas suas vagas imaginaçoens. Em tudo deve prezidir El Rei fazendo o compasso daq.la solfa, aonde tudo hé regrado, e tudo tem sua medida, e sua conta. Perdoeme V. Ex.ª, q̃ me naõ lembrava, q̃ hé V. Ex.ª a q.m escrevo, q̃ nas Ciencias da Corte hé o 1º decoriam das suas mais cir-

cunspectas etiquetas. Chegou hũ Paquebot, e naõ traz mais nova q̃ a morte do Principe Jorge, q̃ a R.ª sua m.er hade sentir com excesso, porq̃ o amava m.to Este Principe era m.to cortez, e gr.de honrador, sempre fugio de se meter em neg.os publicos, e ainda q̃ diziaõ, q̃ naõ tinha entendim.to p.ª os governar bem, soube ter entendim.to p.ª se naõ pôr no risco de os governar mal. Como naõ tenho novas q̃ dar a V. Ex.ª de socessos prez.tes, e passados lhe mando essa folhinha, e esses pronosticos, q̃ saõ as gazetas do anno q̃ vem aonde V. Ex.ª verá tudo o q̃ hade soceder na Europa. Peço a V. Ex.ª me continue a perdoar as digressoens desta longa carta recebendo benignam.te os meus resp.tos, e as minhas sumissoens. D.s G.de a V. Ex.ª m.s a.s Lx.ª o 1º de Dez.º de 1708.

(Continúa). JOAQUIM DE CARVALHO.

LIVROS RECEBIDOS

Muito se agradecem as seguintes publicações recebidas:

Ó-Yoné e Kó-Haru, por Wenceslau de Moraes. Porto, A «Renascença Portuguesa», 1923.

Teatro, por Raul Brandão. Porto, A «Renascença Portuguesa», 1923.

Apologia de Sócrates, por Platão. Porto, A «Renascença Portuguesa».

Discurso leido en la solemne apertura del Curso Académico de 1923-1924, pelo Dr. D. Gabriel Galán. Oviedo, Tip. de Flórez, Gusano y Comp.ª, 1923.

Phisonomie du droit Catalan et sa valeur sociale, por Jean Maluquer et Viladot. Barcelona, Imp. Casanovas, 1923.

Estudos de Historia e Litteratura — Ensaios críticos, discursos e conferências, por Luiz Guedes Coutinho Garrido. Lisboa, Livraria Universal, 1923.

Homenagem da Faculdade de Medicina do Porto ao Prof. Maximiano de Lemos — 21 de fevereiro de MCMXXIII. — Edição da Faculdade.

Florae Mycologicae Insulae St. Thomae — Contributio, por Antonio Xavier Pereira Coutinho. Coimbra, Imp. da Universidade, 1922.

Minutissimum Mycoflorae subsidium Sancti Thomensis Insulae, por Manuel de Sousa da Camara. Coimbra, Imp. da Universidade, 1923.

Ilhavo — Série de notas para a crítica de «Illiabum», I. Um projecto de brasão de armas concelhio, por Antonio Maria Lopes. Ilhavo, Tip. «Casa Minerva», 1923.

Os serviços geológicos em Portugal, por Jorge de Macedo de Oliveira Simões. Lisboa, Oficinas do Museu Comercial, 1922.

Novas discussões sôbre a origem do homem, por A. A. Mendes Correia. Porto, Imp. Portuguesa, 1923.

Sur les proportions des membres chez les Portugais — Note de....., por A. A. Mendes Correia. Paris, Gauthier-Villars, 1923.

De l'asymétrie du squelette des membres supérieurs — Note de....., por A. A. Mendes Correia. Paris, Gauthier-Villars, 1923.

LIVROS Á VENDA

Acham-se à venda na Administração do Instituto, os seguintes

O Infante D. Henrique (1894) — Número comemorativo do 5.º centenário do Infante D. Henrique. Com a colaboração de J. M. Rodrigues, A. J. Teixeira, Sousa Viterbo, Brito Rebelo, J. M. Teixeira de Carvalho ..... 4$50

Fernão de Magalhães — Número comemorativo do 4.º centenário de Fernão de Magalhães. Com a colaboração de D. José Manoel de Noronha, Dr. Alves dos Santos, Dr. Oliveira Guimarães, Dr. Costa Lobo, F. Brederode, Henrique Lopes de Mendonça, Ernesto de Vasconcelos, Dr. Fortunato de Almeida (1921) ..... 3$50

Os seis livros de Tito Lucrécio Caro, poeta romano, sobre a Natureza das Cousas, vertidos no verso solto portuguez, por Agostinho de Mendonça Falcão. Coimbra, Imp. da Universidade, 1890..... 5$00

Catálogo dos objectos existentes no Museu de Archeologia do Instituto de Coimbra. A cargo da Direcção de Archeologia do mesmo Instituto (1873-1877)..... 3$00

Idem — Suplemento 1.º (1877-1883)..... 2$50

Elogio histórico de A. Herculano, lido na sessão pública do Instituto de Coimbra, pelo Conselheiro Vicente Ferrer Neto Paiva. Coimbra, Imp. da Universidade, 1878..... 2$50

Noticia sobre uma série de craneos da Ilha de Timor existente no Museu da Universidade, pelo Dr. J. G. de Barros e Cunha. Coimbra, Imp. da Universidade, 1895..... 3$00

Memória histórica e crítica sôbre a Revolução que em 1246 tirou a corôa a D. Sancho II, por Miguel Ribeiro d'Almeida e Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos de optica, pelo sócio Rodrigo Ribeiro de Sousa Pinto. Coimbra, Imp. da Universidade, 1856..... 2$00

Apontamentos biographicos sobre o nosso insigne poeta Luiz de Camões, por Miguel Ribeiro de Vasconcelos. Coimbra, Imp. da Universidade, 1854..... 2$00

O INSTITUTO

REVISTA SCIENTÍFICA E LITERÁRIA

FUNDADA EM 1852

Esta Revista é órgão do INSTITUTO DE COIMBRA. Publica-se cada mês um número. Doze números fórmam um volume, com o seu frontispício, índices e capa especial.

Preço de cada número ordinário..... 1$00

ASSINATURAS

Preço de cada ano..... 10$00

Não se recebem senão por um ano. Para o nosso Ultramar e para o estrangeiro acresce a importância dos sêlos, ou sejam respectivamente, 1$20 e 4$80.

VOLUMES PUBLICADOS

Achando-se publicados sessenta e nove volumes, da maior parte dos quais existem exemplares em depósito, vendem-se estes pelo respectivo preço de assinatura.

CORRESPONDENCIA

Toda a correspondência literária, bem como os originais destinados à publicação nesta Revista, serão dirigidos ao Secretário da Redacção, D. José Manoel de Noronha; sôbre assuntos de administração, dirigir-se há a correspondência ao *Gabinete do Instituto — Coimbra.*